U.PORTO
FACULDADE DE BELAS ARTES
UNIVERSIDADE DO PORTO

RELACIONALIDADE E TERRITÓRIO

POLÍTICAS POSSÍVES

para a urbanização em Cabo Verde

NUNO DUARTE LOUREIRO FLORES

Tese apresentada para obtenção de grau de doutoramento em Educação Artística

Universidade do Porto (Faculdade de Belas Artes e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação) co-titulação com a **Universidade de Lisboa** ((Instituto de Educação e Faculdade de Belas Artes)
Porto, 2023

Juri

Presidente
Professora Doutora Maria Graciela Cabral Machado

Vogais
Professor Doutor Nabil Georges Bonduki
Professora Doutora Andrea da Silva Moassab
Professora Doutora Ana Paulo Caetano
Professor Doutor Álvaro Samuel Guimarães da Mota
Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues

Orientador
Professor Doutor Tiago Barbedo Assis

Co-orientador
Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues

Aos moradores,

da zona de Alto de Bomba por-
que muito admiro a forma como
constroem o tempo;

das zonas de Covada de Bruxa
e Fernando Pó pelos momentos
que, apesar do fracasso que
fez sucumbir toda esta história,
pudemos vivenciar.

AGRADECIMENTOS

São recorrentes os agradecimentos independentemente de pontos de vista que remetem à possibilidade de não terem que se fazer. No caso, pela envolvência e pela cumplicidade criadas ao longo destes anos, é importante não se esquecer que será, apenas por erro meu, a eventualidade de alguém ter ficado esquecido nesta lista.

Ao Dudu, à Kika e à Riri porque, seguramente, farão parte de um mundo futuro ainda mais urbanizado e, quem sabe, também um dia poderão ser eles a dividir, como eu, a vida pela a cidade. Portanto, também desta escrita se poderão valer.

À minha mãe e ao meu pai pelas horas de conversa e pelo porto de abrigo que *Nos* reservaram. À minha mãe, mais recentemente, pelas leituras, certamente *fastentes,* que lhe reclamei neste português baralhado, por tanto que se cruza com as línguas dos lugares por onde passei.

À minha irmã Filipa pelo exemplo e o suporte, sobretudo sabendo da minha ausência constante, e ao Carlos pelos períodos que me recebem a cada vez que regresso a Braga.

Ao Pedro Corga e ao David Silva pelo elo que nos liga a tempos de uma Braga onde, mesmo irrefletidamente, ainda nos acompanhávamos entre a cidade e o campo, em trajetos que nos dava altas horas de

Se alguém, além do orientador, vos ajudou, com conselhos orais, empréstimos de livros raros ou com apoio de qualquer outro género, é costume inserir no fim ou no início da tese uma nota de agradecimento. Isto serve também para mostrar que o autor da tese se deu ao trabalho de consultar diversas pessoas. É de mau gosto agradecer ao orientador. Se vos ajudou, não fez mais que o seu dever.

Eco 2011 [1º Ed 1977]:216

conversa, as árvores, os pássaros e os campos de batata e milho.

Aos João Cunha, pela capacidade de escuta a cada vez que regresso a Braga, como se o encontro para uma amizade já de mais de três décadas se desse sempre agora.

Aos Rui Macedo, João Vale, Daniela Magalhães, Marta Vieira, Filipa Ribeiro (Macau), Ana Araújo e ao Tiago Falances porque fazem parte desse lugar já antigo mas que, mesmo assim, até hoje também me liga a Braga.

Ao João Vasconcelos porque irmanados percorremos caminhos de muitos lugares, muitas conversas e cumplicidades permanentemente vivas. Porque o arrastei (e ele deixou-se ir), inclusive, para os caminhos da Iniciativa Outros Bairros.

Ao Pedro Mendo, Daniel Monteiro e Florisa Gonçalves e à Maria Manuel Oliveira porque me ensinaram a entender os seus próprios silêncios todas as vezes que eu não fui capaz de responder aos primeiros desafios que me surgiram, desde que comecei a estudar a arquitetura.

À Sofia Neves, pela presença sub-reptícia que se faz sempre presente, apesar da minha ausência constante.

À Priscila Sanches, raiz primeira, até hoje e para sempre, da minha ligação ao Rio Janeiro; e à Flávia Curti, porque também me deixou ficar na tribo de Madureira.

À Lilian Sampaio, dona de extensas e apaixonantes conversas que, até hoje, se arrastam nas nossas longas noites cariocas.

Ao Daniel Wagner, companheiro de tudo e primeira testemunha das minhas deslocações pelas ruas da urbanização no Rio de Janeiro, quando ainda nem sabíamos que esta era planetária, nem que noutros formatos, por ela, havíamos de nos cruzar.

À Mariana Pamplona, pela presença constante que me deixa sempre a pensar no seu olhar sábio sobre o mundo.

À Guta Armigliato e Rómulo Milanese, pela escuta e sensibilidade e porque me ofereceram um Rio de Janeiro e uma São Paulo que eu ainda desconhecia.

Ao Thiago Coqueiro e aos moradores do Quilombo de Santana porque a partir de 2016 me deixaram participar, bem como, me fizeram admirar profundamente a luta quilombola, para mim, à data ainda muito desconhecida.

Ao Marcelo Londoño, pela constante discussão, bem como, pelo tempo que dispôs para a Iniciativa Outros Bairros, quer em Lisboa, quer no Mindelo.

À Maíra Miguel, pela envolvência, pelo cuidado e surpreendente presença que nos liga sempre.

À Marilane Abreu, pelo cuidado e pela escuta que, para mim, serão sempre um lugar.

À Maria Miguel Estrela e ao Leão Lopes pela possibilidade que me deram de contribuir, quer no Atelier-Mar, quer no M_EIA.

Ao Ângelo Lopes, primeiro cúmplice no Alto de Bomba, sensível escutante de desafios que, já na Iniciativa Outros Bairros, foram centrais para compreender as dúvidas que nos atravessaram.

À Rita Rainho pelo companheirismo constante, tão forte como o vento que, forte como o das ilhas, não é suficiente para nos separar.

Ao José Paiva pela confiança de sempre, pela escuta e pela *co-orientação* que, provavelmente sem saber, foi fazendo de maneira crucial em tantos assuntos da minha vida. Seguramente, dos mais responsáveis pelo meu mergulho nesta escrita.

Aos David Monteiro, Rogério Rocha, José Vidal e Leonel Brito porque me aceitaram nessa possibilidade de ensinar em conjunto e em Cabo Verde.

Aos alunos do M_EIA que se deixaram arrastar por esta ideia de encarar a desconhecida urbanização planetária mas, sobretudo, à Elaine de Pina e ao

Erickson Fortes, meus últimos colegas na Iniciativa Outros Bairros. A primeira, porque ficou num momento em que nem eu próprio sabia se era justo sugerir-lhe isso; o segundo, porque nos trouxe um afeto capaz de romper fronteiras que sem a sua presença não teríamos sido capazes de o fazer.

Ao Jakob Kling pelo rigor com que enfrentou tantos desafios na Iniciativa Outros Bairros e pela inesperada alegria com que me surpreendeu durante todo o tempo, uma alegria nevrálgica na amizade nos liga.

À Ema Barros, pela perseverança no debate de ideias que trouxe que em tudo foi relevante.

Aos meus colegas de trabalho no MIOTH que, mesmo com a distância que nos oferece a condição arquipelágica, nos deram parte do suporte técnico e burocrático necessário ao funcionamento da Iniciativa Outros Bairros.

Aos Jason Ferreira, Nélida Correia e Míriam Kargbo porque, cada um à sua medida, tentaram construir a Iniciativa Outros Bairros a partir da difícil tarefa de, sendo moradores, se transformarem em cruciais mediadores.

Ao Francisco Craveiro pela capacidade de se transformar e de implicar pessoas nessa mudança, sobretudo, quando desafiado a alterar o rumo.

À Grace Ribeiro, ao Diogo Bento e à Queila Fernandes que, em momentos diferentes, foram essenciais para ajudar a construir o olhar do Mindelo, do Alto do Bomba e da própria Iniciativa Outros Bairros.

Aos moradores de Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa. Aos primeiros pela disponibilidade que tiveram para habitarmos a situação; aos segundos, com quem me solidarizo e partilho a frustração, porque pelo desfecho político da Iniciativa Outros Bairros não se conseguiu, nem sequer, mexer uma pedra da obra que há tanto tempo esperam.

À Bibia, *Kike, Nho Lela* e Virgínia, os primeiros que me contaram histórias que, até hoje, me trazem o Alto de Bomba, mesmo estando noutra geografia.

Aos trabalhadores das obras de Alto de Bomba, especialmente ao *Ti Nice,* ao *Kniss e* à Maisa pela sensibilidade com que me ensinaram a compreender assuntos que eu pensava menos importantes.

Ao grupo de calceteiras *Amdjer na Obra* porque me deixaram estar perto e, sobretudo, porque me tornaram consciente da minha própria falha de não ter pensado nelas.

Aos participantes da Residência Artística *Kubaka*, pela forma como se disponibilizaram. Particularmente ao *Kuni* e ao *Gzoo*: o primeiro porque abriu a porta de *Kubaka;* e o segundo pela coragem como constrói uma resistência que, a tempo, acredito poder ressur-

gir e fortalecer as lutas do Alto de Bomba.

Ao Redy Lima pela crítica, pela disponibilidade, pela presença e pelas conversas que, até hoje, consolidam uma amizade realmente fundada a deambular, falar e pensar a cidade e o que nela acontece.

Ao Bento Oliveira e ao António Tavares pela forma livre que sempre se disponibilizaram a estar e que muito me ajudou a compreender os caminhos invisíveis da *terceira ilha*.

Aos participantes dos eventos *Praça Nho Jon*, *Dsinrascá*, *Somá na Ponta*, *Kubaka*, *Amdjer na Obra* e *Pedra Calcetod, eh Txon Calçod*.

À Helena Guerreiro e à Raquel Marchã pela sensibilidade e generosidade que sempre trataram tudo que no Instituto Camões e na Embaixada de Portugal se relacionou com a Iniciativa Outros Bairros.

À Alexandra Carvalho pela generosidade com que apareceu no momento mais incerto e pela forma como, desde então, se manteve presente.

À Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação do Governo de Cabo Verde e ao Diretor Geral das Infraestruturas do mesmo ministério, Eunice Silva e Carlos Correia e Silva, respetivamente, por terem aceitado avançar com a proposta da Iniciativa Outros Bairros, mesmo sabendo que, seguramente, não a queriam dissidente das politicas

públicas vigentes para a gestão do territórios e da habitação o país.

Ao Orlando Fortes e João Delgado. Porque ambos aceitaram o desafio de realizar as obras da Iniciativa Outros Bairros, cuja complexidade, desde início, por nenhum de nós estava entendida. Além disso, ao primeiro, pela saudade trazida por um inesperado desaparecimento.

Aos meus colegas de turma do doutoramento na FBAUP. Apesar da minha distância, abriram discussões, sobretudo em tempo de pandemia, que me arrastaram para lugares que não me eram comuns.

À Margarida Dias, Rita Fonseca, Luís Paupério, Ruben Neves e Inês Alves pelo empenho e trabalho já realizado para o livro “Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba”.

À Ana Silva Fernandes e aos Adelino Gonçalves, Álvaro Domingues, Francisco Craveiro, Giacomo Pozzi, Redy Lima pelos artigos; às Elisa Lucinda, Fabiana Venceslau, Grace Ribeiro, Raquel da Silva, Rosário da Luz, Vanessa Monteiro, Verónica Pinto e aos Irlando Ferreira, Telmo Luz pelos testemunhos; às Alexandra Carvalho, Eunice Silva, Helena Guerreiro e aos Ângelo Lopes, António Tavares, Bento Oliveira, Dj Letra, Carlos Correia e Silva, Erickson Fortes, João Pedro Matos Fernandes, Revan Almeida, Samuel Santos pelas entrevistas; aos grupos de calceteiras

Amdjer na Obra e do Carriçal, à Míriam Kargbo e aos Amílcar Gomes, Erick Michael, Eros Silva, Davi, João Júlio, Wiliam Rodrigues, *Josimar Nk*, Jason Ferreira, *Gzoo* e *Manu AB* pelas conversas realizadas para a edição do livro "Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba" e para a realização desta tese.

Aos colegas do I2ADS e do ID_CAI que me receberam, recentemente, nesta passagem rápida pela investigação.

Ao Tiago Assis pelo tempo disponibilizado.

Ao Álvaro Domingues por me ter feito entender como sair de tantas bifurcações. Pela forma como sempre me apoiou na discussão de ideias responsáveis por parte substancial das minhas dúvidas sobre o território da urbanização que, quem sabe, dificilmente deixarei de ter.

Por fim, à Luana Andrade porque redobrou barcos que levam, agora, a ternura do que é bonito.

RESUMO

Relacionalidade e Território apresenta a reflexão realizada sobre a inquietude e a perplexidade que a ação/investigação evidencia face ao dualismo inerente à urbanização planetária, ou seja, à produção de realidades urbanísticas, sociais e políticas antípodas que estão presentes nos modos de pensar o pensar/fazer a arquitetura e o urbanismo em contextos precisos, a partir do seu confronto com a desconhecida realidade territorial presente em Cabo Verde.

A mesma urbanização planetária – porque dependente de atoras (es) e sistemas globais que definem os poderes e formas dominantes de regulação -, vive historicamente submetida a colonialidades ocidentais. No entanto, é criadora de um modo de vida e de processos de urbanização capazes de construir uma singular resistência e formas de autodeterminação de quem a habita.

O deslocamento por diferentes geografias, permitiu a esta investigação incorporar experiências de um *Estar* muito errante, vivenciadas pessoalmente quase só como observador, em diferentes coletivos, no Brasil; igualmente errante mas já com pleno comprometimento educativo no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, em Cabo Verde (M_EIA); e, mais tarde, também em Cabo Verde, num lugar controverso de decisão técnica e política no Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território Habitação (MIOTH), desempenhando funções de

coordenação no terreno, como promotor público, na Iniciativa Outros Bairros (IOB). Sem exceptuar a importância individual de cada uma delas, mas consciente do envolvimento e comprometimento que a dimensão política na IOB (no caso, por dissidência) me exigiu, procurar o relevante da globalidade destas experiências cria um espaço de crítica que fundamenta, no terreno do Urbanismo e da Arquitetura, a imprescindibilidade de uma Educação Artística desobediente, contextual, relacional e dissidente do conhecimento hegemónico que gera a urbanização planetária e produz o primado da desigualdade que impede planear a construção do comum.

Pensava-se que a cidade, balizada pela existência da *civitas*, a sociedade; da *polis*, o poder; e da *urbis*, a urbanização, triunfara, quem sabe para sempre, perante os desafios que, no terreno da Arquitetura e do Urbanismo, a Educação Artística podia encontrar no sec. XXI. Mas nesses mesmos terrenos, a metáfora que aludia à perfeição, portanto, que omitia o erro e o desconhecido, não mais foi do que o caminho para a normalização, a naturalização, a regularização e a legitimação de saberes e processos estabelecidos que condicionaram o conhecimento e o saber, logo, também as práticas que se estabeleceram e que excluíam o distinto.

O espaço-tempo que a tese constrói, tornou-se o *Chão* da relacionalidade, da cumplicidade, da escuta e do afeto onde emerge o conhecimento indisciplinado, que permite o que se apresenta como sendo o

segredo para encontrar as novas práticas de atuação que surgem e que assentam na *Relacionalidade* e no *Estar* que fundamentam a compreensão do modo de vida, nas suas singularidades. Depois da sinuosidade dos caminhos que percorri nas áreas autoconstruídas do Mindelo e da minha própria ação na IOB, movimentadas pela investigação realizada para a reflexão nesta escrita, identifico os fracassos do capitalismo ocidental, a meu ver, patentes na atual fase do devastador processo colonial que o mundo conheceu e conhece, e caminho ao lado de quem resiste e luta pelo futuro coletivo da urbanização (também não planeada) e do seu reconhecimento como um modo de urbanização.

Palavras chave: Urbanização Planetária, Educação Artística, Modo de vida, Cabo Verde, Relacionalidade, Conhecimento Indisciplinado

ABSTRACT

Relationality and Territory presents the reflection carried out on the uneasiness and perplexity that the action/research shows in the face of the inherent dualism in planetary urbanization, that is, the production of antipodal urbanistic, social and political realities that are present in the ways of thinking/doing architecture and urbanism in specific contexts, from its confrontation with the unknown territorial reality present in the Cape Verdean context.

The same planetary urbanization - because it depends on global actors and systems that define the dominant powers and forms of regulation - is historically subjected to western colonialities. However, it is the creator of a way of living and of urbanization processes capable of building a singular resistance and forms of self-determination of those who inhabit it.

The displacement through different geographies, allowed this research to incorporate experiences of a very errant experience, personally lived almost only as an observer, in different collectives, in Brazil; equally errant but already with full educational commitment in the Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, in Cape Verde (M_EIA) and, later, also in Cape Verde, in a controversial position of technical and political decision in the Ministry of Infrastructures, Spatial Planning and Housing (MIOTH), playing the field coordination as public promoter in the Iniciativa Outros Bairros (IOB). Without excluding the individual

importance of each one of them, but aware of the involvement and commitment that the political dimension in IOB (in this case, by dissidence) demanded from me, the search for the relevance of the globality of these experiences creates a critical space that grounds, in the field of Urbanism and Architecture, the indispensability of a disobedient, contextual, relational and dissident Art Education of the hegemonic knowledge that generates the planetary urbanization and produces the primacy of inequality that prevents planning the construction of the common.

It was thought that the city, marked by the existence of *civitas*, society; the *polis*, power; and the *urbis*, ur-banisation, had triumphed, perhaps forever, in the face of the challenges that, in the field of Architecture and Urbanism, Art Education could encounter in the 21st century. But in those same fields, the metaphor alluding to perfection, therefore, omitting the error and the unknown, was nothing more than the path to the normalization, the naturalization, the regularization and the legitimation of knowledge and established processes that conditioned the knowledge and the knowing, therefore, also the practices that were established and that excluded what was different.

The space-time which the thesis builds became the ground of relationality, of complicity, of listening and affection where the undisciplined knowledge emerges, which allows what is presented as the secret to find the new practices of acting which emerge and which are based on the Relationality and the Being

which underlie the understanding of the way of living, in its singularities. After the sinuosity of the paths I walked in the selfbuilt areas of Mindelo and of my own action in the IOB, moved by the research carried out for the reflection in this writing, I identify the failures of Western capitalism, in my view, evident in the current phase of the devastating colonial process that the world has known and still knows, and I walk alongside those who resist and fight for the collective future of planetary urbanisation and the recognition of their modes of urbanisation.

Keywords: Global Urbanization, Art Education, Way of Life, Cape Verde, Relationality, Indisciplinary Knowledge

ABREVIATURAS

IOB – Iniciativa Outros Bairros
MIOTH – Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
CMSV – Câmara Municipal de São Vicente
M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura
MA – Ministérios do Ambiente e da Ação Climática
PLANAH 2021-30 – Plano Nacional de Habitação 2021-30
CPT – Programa Casa Para Todos
ID_ CAI – Identidades _ Coletivo de Ação/Investigação
FBAUP – Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
I2ADS – Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade
FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FAU-UFRJ – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
DEA – Programa Doutoral em Educação Artística
ZDTI – Zona de Desenvolvimento Turístico Integral
ZEE – Zona Económica Especial

ÍNDICE

29 **NOTA DE ENTRADA**

31 **INTRODUÇÃO**

45 **1 CHÃO**
47 Prólogo

49 **1.1 Deriva**
Li k` é terra [Aqui é que é a minha terra]

54 ***Ta ba, ta bem*** [Vai e vem]
Pensar num movimento

71 ***Pedra calcetod, eh txon calçod*** [Pedra calcetada, é o chão calçado], a urgência de discutir uma condição periférica.

75 ***É essim k mi é*** [É assim que eu sou]

87 **1.2 A semântica no âmago da tática**
Ka ta dá [Não dá]

104 ***Nton manera k no ta fazê?*** [Então como fazemos?]

109 **1.3 Ação, decisão e método,**
Li é de nós, pronto [Aqui é nosso, pronto]

116 ***Abo é de Olt de Bomba també*** [Também já és de Alto de Bomba]

121 ***Ma ses tem, no ka ta podê tem?*** [Mas se eles têm, nós não podemos ter?]

129 ***Katem explicação, só oiod, só sentid***
[Não tem explicação, só visto, só sentido]

139 ***Bsot é kenhé, mas uns igual a Câmara e Governo?*** [Quem são vocês, mais uns iguais à Câmara e ao Governo?]

143 **2 DESAFIO DA ESCASSEZ**
145 Prólogo

151 **2.1 Errâncias**
Tud é bada [Tudo serve]

162 ***Txon de Casa*** [Chão de Casa]

171 ***Antes de eleição nós ê gente, depos indigente*** [Antes da eleição nós somos gente, depois indigentes]

188 ***Tra k`panhá pa vivê*** [O que se pode para viver]

197 **2.2 O que é o passado?**
Um vez era essim [Antes era assim]

208 ***Depos agora...*** [Atualmente...]

218 ***No te ne kémin*** [Estamos a caminho]

239 **3 A MPOSSIBILIDADE DE PLANEAR NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA**
241 Prólogo

247 **3.1 Território dos sem voz**
Zona ou Zóna [Zona ou Zóna]

262 ***Más uns moda Câmara ou Governo?*** [Vocês são quem? Mais uns como a Câmara ou o Governo?]

274 ***Antes nós era favela, Nós era gueto*** [Ates nós éramos favela, éramos gueto]

283 ***Nha casa de tambôr é nha palácio. El é más k kel palácio k ta na rua de Lisboa*** [A minha casa de tambôr é o meu palácio. É mais do que aquele palácio na rua de Lisboa]

295 **4 A URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA A PARTIR DE CABO VERDE**

297 Prólogo

303 **4.1 Excepção, soberania e reabilitação**
Txam sossegod [Deixa-me sossegado]

312 ***Mi ki ta manda*** [Eu é que mando]

317 ***Grinhassim tud gente ta bem li*** [Agora toda a gente vem aqui]

325 ***Inda bo ka dze nós cual é kel limite*** [Ain da não nos disseste qual é o limite]

339 ***Grinhassim mnins tita desenha gotes, monte cara ou peixes, dantes era só armas*** [Agora os meninos desenham gatos,o Monte Cara ou peixes, dantes era só armas]

347 **5 RELACIONALIDADE E TERRITÓRIO**

349 Prólogo

353 **5.1 Caminhos invisiveis**
É moda um tercer ilha [É como uma ter ceira ilha]

361 ***Ess Árvor mi é k plantal, Tud dia um ta cuidá del*** [Eu é que plantei esta árvores, todos os dias cuido dela]

369 ***Nhos ta acreditá també?*** [Vocês também acreditam?]

395 ***Nha mãe é k po kes pedra lassim*** [A minha mãe é que colocou aquelas pedras ali]

431 **Considerações Finais**

443 **Bibliografia**

493 **Anexos**

NOTA DE ENTRADA

Porque aconteceu a partir do lugar confuso onde se fundam os estudos sobre a cidade (que é, cada vez mais, um extenso processo de urbanização), por sorte ou azar, esta tese, como lhe chamo, torna-se ainda mais confusa quando se mistura com a forma como eu, igualmente, derivo enquanto sujeito de investigação e sujeito político na urbanização planetária.
Como eu, que deambulando pelos lugares construí uma visão sobre o que vivi, confrontando o organizado com o espontâneo, o planeado com o auto-construído, o legal com o ilegal, o ser com o estar ou o académico com o popular, é um documento que cresceu à procura do chão que, durante estes três anos, para mim, quase nunca existiu.
Não tivemos (eu e com quem aqui falo), por isso, um chão firme. No político porque o caminho foi desobediente; na política porque foi dissidente; na ação porque foi militante; na academia porque foi questionante; e na vida porque, em coletivo, como na própria urbanização fiquei imerso na confusão.
Mas se como sujeito me vi diluído na ação de um sujeito coletivo que, entretanto, se construiu e que hoje de diferentes formas se manifesta, ao fim de cerca de seis meses quase isolado, findo esta escrita. Assim, cabe-me assumir que a sua desorganização, a ausência de metodologia ou o erro se devem à incapacidade de, até hoje, como arquiteto / ativista / investigador encontrar melhores práticas de atuação que sirvam os modos de vida por onde estou e por onde me cruzo.

Escrever nem uma coisa
Nem outra -
A fim de dizer todas -
Ou, pelo menos, nenhumas

Barros 1990:298

É assim o fio da vida. Mas as pessoas que lhe vivem não podem ainda fugir sempre para trás, derrubando os cajueiros todos; nem correr sempre muito já na frente, fazendo nascer mais paus de cajus. É preciso dizer um princípio que se escolhe: costuma-se começar, para ser mais fácil, na raiz dos paus, na raiz das coisas, a raiz dos casos, das conversas.

Vieira 2015:98

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade.

Krenak, 2019: 14

Ou seja, deve entender-se que quando falo *nós* é porque vivemos um processo e sinto que falo com as (os) que aqui estivemos; quando falo na *zóna* é porque nos despimos de preconceitos que carregamos e falo para quem nos possibilitou aprender e participar perante o que nos era desconhecido; quando falo em *poder* é porque falo contra quem, apesar da abertura para aqui chegarmos, produz as políticas que transformam o Estado numa maquina de moer pobres e de triturar vidas que são, historicamente, as mais abandonadas; por fim, porque quando falo *não* é porque não deixei de acreditar na possibilidade de mudança e transformação. Pelo contrário, é porque perante tão fortes bloqueios existentes no estado atual do mundo, mesmo que pareça viver seduzido pela denúncia, foi esta a forma que encontrei para abrir as brechas que permitem desbravar novos caminhos e, mesmo perante o medo com que neles me deparo, poder continuar a tentar.

Como a terceira margem do rio de Guimarães Rosa construi(mos), assim, este outro. Um outro sujeito – desta vez coletivo – de que tanto eu, como esta tese, fazemos parte. Um outro que pode ser outro para além de mim e da tese; que pode ser a outra ilha que para além das que já conhecia descobri recentemente; ou que pode ser outro que, se por mais nada for, surja da utopia que, pelo que aqui apresento, mais perto ou mais longe, poderá mergulhar o próprio leitor.

Arte Poética

Introduz métrica
métrica nos teoremas
faz da geometria um livro de poemas.
e por fim – com a tinta vermelha do pulso –
inscreve na abertura do teu canto:
é pela metaforização do discurso
que se salva o pensamento
Arménio Vieira 1981

Neste sentido, vê-se que não há oposição entre tese científica e tese política. Por um lado, pode dizer-se que todo o trabalho científico, n medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento alheio, tem sempre um valor político positivo (tem valor negativo toda a ação que tenta a bloquear o processo de conhecimento), mas, por outro, deve dizer-se com toda a segurança que qualquer empreendimento político com possibiliadade de sucesso deve ter uma base de seriedadecientífica.

Eco 2011 [1º Ed 1977]:63

INTRODUÇÃO

Para produzir a tese *Relacionalidade e Território*, apresento os entendimentos construídos a partir das práticas utilizadas nos terrenos da arquitetura e do urbanismo, perante os modos de vida desenvolvidos em contexto de urbanização não planeada. Compreensão que abarca também a planeada, integrando a ainda bastante mal conhecida urbanização global. Assim, entendo urbanização não planeada como uma denominação para identificar formas de urbanização relacionadas com a pobreza e a exclusão social, podendo este *não-planeado* ser resultado do planeado, ou seja, das opções de política pública, sobre o que no âmbito das políticas urbanas se denomina de planeamento formal, as suas prioridades, áreas sectoriais e territoriais de incidência, meios financeiros e legais, atores sociais, etc. Admito, ainda, que as oposições planeado / não-planeado; formal / informal; legal / ilegal; público / privado, etc. não constituem oposições claras, nem claramente binárias. Ao longo do tempo e variando os contextos espaciais, têm-se verificado dinâmicas muito diversas e mais ou menos instáveis – desde a política de solo à produção de infraestruturas e serviços que nelas circulam. Na maior parte dos casos, os divisores comuns tocam vários processos de exclusão e de reprodução da pobreza, sendo que, noutro extremo, existem operações de urbanização e de construção igualmente total ou parcialmente à margem da lei, mas socialmente inscritas em contextos distintos (vivendas de gente influente e rica; projetos turísticos; transações imobiliárias ou

Metropolitan informal urbanization is made possible through the particular regulatory logics of agricultural land that exist at the rural/urban interface of many Third World cities: the privatization of the ejidos in Mexico; the “unmapped” land on the rural outskirts of Calcutta; the inheritance laws of Egypt that have created thin, linear, and ultimately uncultivable agricultural plots; the drop off in registered land rights toward the periphery in Jakarta. This in turn means that informality must be understood not as the object of state regulation but rather as produced by the state itself.’

Roy 2005:149

Define-os como locais “de indeterminação entre legal/ilegal, planeado / não planeado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença / ausência do Estado” e que tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais esta se constrói.

Rolnik, 2015:174

posse abusiva, etc.). Contudo, quanto à urbanização global, não se deve entender que esta denomine um generalizado processo de urbanização ao nível planetário. É, por isso, relevante conhecer o trabalho do *Urban Theory Lab*, bem como, o dos seus investigadores e obras mais conhecidos como *Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*, para considerar a urbanização planetária como o conjunto dos processos sócio-económicos de escala global que produzem efeitos sistémicos contraditórios em vários pontos do planeta. Esses efeitos traduzem as diferentes faces da urbanização associadas ao capitalismo global: o extrativismo (minério, água, recursos alimentares, etc.), os sistemas sócio-técnicos (das telecomunicações aos sistemas de mobilidade de pessoas, mercadorias, informação, energia), as zonas económicas especiais, a concentração de trabalhadores precários nas várias geografias da urbanização da pobreza; o investimento imobiliário, etc. No caso de Cabo Verde, país com uma economia frágil e endividada, os efeitos da globalização são ainda mais marcantes e reproduzem fenómenos de dependência e de desenvolvimento desigual que remontam aos primeiros tempos coloniais.

Today, urbanization is a process that affects the whole territory of the world and not only isolated parts of it. The urban represents an increasingly worldwide, if unevenly woven, fabric in which the sociocultural and political-economic relations of capitalism are enmeshed. This situation of planetary urbanization means that even sociospatial arrangements and infrastructural networks that lie well beyond traditional city cores, metropolitan regions, urban peripheries and periurban zones have become integral parts of a worldwide urban condition.

Brenner; Schmid, 2014:22

Construo o Capítulo 1, perpassando a vivência pessoal que a escrita reflete e mapeando os caminhos pisados enquanto sujeito político e de investigação, bem como, a forma como foi construído o posicionamento pessoal perante diferentes realidades que, entretanto, fui conhecendo e que me compõem. Esta dominante do discurso direto e do relato da experiên-

cia pessoal, faz parte de uma posição assumida neste trabalho – a ação/investigação. Tal opção permite informar melhor as componentes políticas da teoria e da prática do planeamento urbanístico, da educação artística e, genericamente, da forma como desempenho o ofício de arquitecto consubstanciado na co-pertença e no envolvimento gerados pelo *habitar da situação.*



Rua do Souto, Braga.

Nuno Flores, 1993

Após um percurso iniciado em Braga, onde nasci, foi também no hemisfério Norte que iniciei o caminho da minha formação académica que, igualmente, me impôs as marcas que carrego. Dividi-me entre o pré-Universitário, ainda em Braga; a Universidade, no Porto, com uma interrupção para uma passagem pelo Rio de Janeiro, no Brasil; e, posteriormente, para uma passagem pouco firme pela *Escuela Técnica Superior de Arquitetura de Madrid*. A inquietude sobre como se transforma o *Chão*, aliás, tema que dá nome ao primeiro capítulo, levou-me à procura incessante de lugares outros de sedimentação do conhecimento, a partir do ativismo e do comprometimento social com o mundo que encontrei em favelas e quilombos no Rio de Janeiro, bem como, anos mais tarde, na esfera relacional do trabalho produzido no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura (M_EIA) e no Colectivo de Acção/Investigação (ID_CAI).

A Universidade deve ser um centro de debate, uma fábrica de cidadania activa, uma forja de inquietações solidárias e de rebeldia construtiva. Não podemos treinar jovens profissionais de sucesso num oceano de miséria.

Couto, 2005

Apesar do conhecimento adquirido com as experiências que incorporei até iniciar a investigação que promoveu esta escrita, a mesma foca-se no período

de três anos em que estive vinculado a um acordo de cooperação entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MA), do Governo de Portugal, e o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), do Governo de Cabo Verde. Vínculo institucional a partir de onde coordenei a Iniciativa Outros Bairros (IOB), ação pública e experimental para a construção de uma política pública de reabilitação da urbanização em Cabo Verde, a partir do modo de vida da população local, num processo militante resultado de *habitar situações* específicas zona de Alto de Bomba.

O peso da estrutura histórica do colonialismo marcado pela herança ocidental, portanto, dos privilégios oferecidos pelo capitalismo global a uma classe média ou branca, em Cabo Verde (contexto específico desta tese), permitiu-me inundar a investigação de uma atenção crítica aos discursos e ações naturalizados e importados do Norte. Ou seja, a partir do nosso lugar de ação, procurar compreender o modo de urbanização das áreas auto-construídas da urbanização em Cabo Verde, promovendo uma decolonialidade e tentando contrariar a tendência para as leituras que habitualmente julgam esse lugar como informal, clandestino, ilegal, precário, ou mesmo inferior dentro do todo da urbanização planetária.

Sendo que os territórios coloniais constituíam lugares impensáveis para o desenvolvimento do paradigma da regulação/emancipação, o facto deste paradigma lhes não ser aplicável não comprometeu a sua universalidade.

Santos, 2009:24

Neste lugar controverso, enquanto membro do gabinete do Ministério que tutela o território e, em paralelo, como coordenador da ação pública que propôs alterar o modo de urbanizar (de forma a questionar

o facto de ser o urbanismo a disciplina que impõe a maneira de se usar o território), procurei encontrar um modo de suspensão do meu lugar de poder, escutando, desobedecendo e contaminando, mas insistindo em não repetir os modelos, até então utilizados, que transformaram gigantescos planos de cooperação, habitação pública e urbanismo em verdadeiras máquinas de construir desigualdades, de devastar e privatizar o território.

O que é digno de ser questionado, por seu lado, é literalmente inesgotável.

Tavares, 2013:27

Dividi, então, o lugar assumido de ator, fruto da coordenação da IOB, com o de observador e ouvinte, fruto do desafio entendido da necessidade de compreensão, o que me levou à opção pela metodologia do *habitar a situação*, que tornou evidente as dúvidas que originaram as perguntas da investigação. Despi, por isso, fardos e fardas, que me impediam de construir a cumplicidade com a população e o contexto que possibilitaram tudo se misturar. Encontrei, em mim, espaço para a ação-investigação que se configurou, procurando um processo dissidente da estrutura que titulava a IOB. Portanto, orientado em decisões imprevistas e indisciplinadas que me relacionaram com os coletivos, as comunidades e o dispositivo público, estimulando-me na potência metodológica da prática dos múltiplos C's: Conhecimento, Confiança e Cumplicidade.

O conceito de cumplicidade é um conceito que vem da ladroagem. Os bandos de ladroagem eram cúmplices, porque se um fosse preso, não denunciava o outro. Havia de facto ali uma cumplicidade dos mesmos. De facto a cumplicidade só existe em profundidade assim.

Paiva, in Rainho 2021:20

A diversidade de contextos internacionais vividos durante todo o referido deslocamento encontrou um período de menor errância a partir do momento que me fixei em Cabo Verde, pelo que, me confronto com

a necessidade de entender como interpretei o contexto cabo-verdiano. Esse olhar, refletido nesta escrita no Capítulo 2, a que chamei *Desafio da Escassez*, nada mais é do que um construído olhar perante a caboverdianidade que aprendi a habitar. Resgatar do passado o saber que me fez construir um agora que, a partir Cabo Verde, me deu a possibilidade entender as controvérsias de como a urbanização acontece naquele país e no mundo, procurando assim construir o horizonte para um futuro que incluísse o exemplo particular da IOB como uma alternativa de ação política, urbanística e arquitetónica possível.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de um padrão racial/ética da população do mundo como pedra angular de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e de escala societal.

Quijano, in Santos 2009:73

Ainda em *Desafio da Escassez*, procuro entender as marcas no território de um passado colonial usurpador que, apesar de uma tentativa avassaladora de fazer de Cabo Verde um experimento de singulares práticas de colonização a aplicar noutras geografias, não evitaram a criação de uma sociedade local que, ao longo do tempo, também integra a resistência no interior rural que se deslocou durante os últimos séculos e, igualmente, é agora parte do atual processo de urbanização local. Contudo, mesmo sabendo que aí se localiza é, e sempre foi, vítima de um poder opressor que, cada vez mais, se afasta do campo democrático sonhado no período pós-independência, ficando atualmente refém de gigantescos programas de habitação (social) e urbanismo assépticos e tecnocráticos, pouco preocupados com o entendimento das circunstâncias, das dificuldades e das visões do mundo de quem, não só é ávido de uma habitação condigna, como de direito à cidade.

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia.

Quijano, in Santos 2009:74,75

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.

Lefebvre, 2011 [1aed 1968]:117,118

Tanto no território insular como fora das ilhas, constrói-se um Cabo Verde que se encontra fortemente influenciado por um movimento diaspórico onde se constrói a Comunidade, que abordo no Capítulo 3, intitulado de *A Impossibilidade de planear a urbanização planetária.* Coloco a escrita à volta da expressão Comunidade, sobretudo, porque me refiro à necessidade de a entender enquanto uma construção que, igualmente, tem formatos específicos. Ou seja, não se resume a um lugar geograficamente delimitado, habitado por pessoas pobres e com fragilidades físicas no espaço público e na habitação, mas a uma construção, a um processo contínuo que envolve o grupo social que se mobiliza e de alguma forma se (auto)revê em processos mútuos de colaboração e ação, permitindo dar lugar e voz àqueles que integram a urbanização e resistem à agressividade da hegemonia neoliberal e da globalização. Comunidade, tornou-se uma palavra muito gasta tal a quantidade de usos e sentidos que lhe tem sido dada, o que subentende uma grande dificuldade para se conseguir entender qual o seu real papel. Uso-a para mergulhar na possibilidade de desvelar o Alto de Bomba a partir do que encontrei, enquanto parte da equipa da IOB, perante a segurança que representa para quem a constrói. Ao mesmo tempo, uso-a também perante o conflito que encontra a sua própria construção quando confrontada com a liberdade de agir e a possibilidade de transformação, ou seja, perante o que está fora do contexto local, das fragilidades e dos riscos que a ela estão associados. Importa referir que é a possibilidade de a construir a partir das

A habitação é uma mercadoria especial, de produção e distribuição complexas. É a mais cara entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, móveis etc.). Nem todo mundo pode ter automóvel, também uma mercadoria cara, de consumo privado; mas todo mundo precisa morar de alguma forma, em algum lugar.

Maricato, 1998:2 Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/a-cidade-c3a9-um-grande-negc3b3cio-_-teoria-e--debate.pdf

El neoliberalismo es um dispositivo ilimitado ode concentración de poder que produce el sentido común a través de la imposición que realiza el monopólio comunicacional. Em muchos casos ese poder, em esta ultima oleada neoliberal, accedió al gobierno por u procedimento electoral, y otras vezes a través de golpes de Estada com fachada institucional. El neoliberalismo funciona como um cuerpo extraño, uma neoplasia que se entrama em toda la cultura, término que em medicina designa un tejido cancerígeno que se comportam agresivamente e se diseminan. Aplicanndo esta metáfora tomada de la biologia al campo polítticо, afirmamos que es el neoliberalismo, y no la currupción, el que constittuye uma patologia surgida em el tejido de la democracia que la conduce a un peligro de morte.

Merlin, 2019:95

suas características endógenas que abre espaço aos questionamentos da dimensão epistémica da atual urbanização planetária, uma vez que exige a compreensão a partir da forma como esta é entendida no local, fortalecendo a possibilidade que encontrei de me forçar à minha própria suspensão, enquanto forma de me relacionar dentro deste processo confuso.

Em Cabo Verde, viver e compreender os diferentes modos de urbanização, sobretudo onde vigora a pobreza e exclusão, é como enfrentar e resistir à injusta existência de uma espécie de irmão privilegiado que mora na porta ao lado. Portanto, num ambiente a quem sistematicamente sempre foi barrado o acesso à sociedade e ao direito à cidade - desrespeitando a história que antecede a chegada do homem branco, devastando tudo que, hoje em dia, é uma espécie de memória de um sonho que nunca foi possível -, é visível a persistência de um jogo roubado propagado por quem tem poder e destrói o modo de pensar e de ser, legitimando um estatuto de inferioridade, de subserviência ou resignação e de quase invisibilidade face ao Estado e ao poder. Localmente, foram a política de resistência colonial promovida pelo PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde) em território guineense e os processos de autoconstrução de habitação ensaiados na Praia e Mindelo, nas décadas de 1960 e 80, bem como, exteriormente, os processos de urbanização de favelas realizado no Brasil, entre 1990 e a atualidade, ações de desobediência agonística, de educação e de intervenção que se tornaram a referência

(...) o colonialismo meteu-nos muitas coisas na cabeça. E o nosso trabalho deve ser tirar aquilo que não presta e deixar aquilo que é bom. (...)Devemos ser capazes, portanto, de com- bater a cultura colonial e deixar na nossa cabeça aquele aspecto da cultura humana, científica, que porventura os tugas trouxe- ram para a nossa terra e entrou também na nossa cabeça.

Cabral, 1974:188

enquanto formas construtoras de utopias capazes de encontrar sentido para o futuro da urbanização.

Se a teoria racionalizada, no passado, construiu uma visão definida e pré-concebida do tipo de ação que no urbanismo marcou séculos de imposição de um desenho prévio (um processo determinista em que se acreditava possível planear/controlar o crescimento e todas as variáveis implicadas na vida das cidades), atualmente, impera a ideia de que a habitação é uma mercadoria como outra qualquer, transacionável no mercado, sujeita ao livre curso da concorrência e, eventualmente, transformada em produto financeiro enquanto mero suporte físico de aplicação de capital para produção de mais-valias. Por isso, em *A Urbanização Plantária a partir de Cabo Verde* discorro sobre essa situação e abordo as consequências da crise onde se funda este processo global de urbanização, trazendo-o, igualmente, para as zonas auto-construídas que dele também são parte. Cruzo-me com a necessidade de entender se, em Cabo Verde, os efeitos de um processo de globalização como o que vivemos travaram, realmente, o caminho para a desejada independência, deixando as zonas auto-construídas, tão dependentes do sistema global, como a única solução de moradia e de organização da vida para milhares de pessoas que resistem na urbanização cabo-verdiana.

The simple message that the city has assumed unprecedented planetary importance has thus come to serve as an all- purpose, largely depoliticized ideological rubric around which, in diverse contexts, aggressively market-oriented and/or authori- tarian contemporary projects and prescrip- tions of urban transformation are being narrated, justified and naturalized.

Brenner & Schmid, 2015:158

Neste cenário, seleciono alguns processos, em Cabo Verde e no mundo, que, seja pela ação, seja pela investigação, arriscaram tentar formas de atuar na

urbanização planetária, sobretudo porque, focados na resistência à globalização neoliberal – que tem a capacidade de envolver a administração pública, o Estado, o poder político através de muitos dispositivos legais e indivíduos que nele se inserem ou aí acedem - , ao colonialismo e ao capitalismo, entendem a diversidade dos diferentes modos de urbanização. Essa promiscuidade que implica a recusa do dualismo formal/informal, tornou-se a minha âncora para essa compreensão dos modos de urbanização e, como consequência, da importância desses territórios/sociedades que resistem à opressão global como parte fundamental para entender outros paradigmas que podem configurar novos desafios.

De dentro da instituição pública que tutela o território, o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), entendi que ainda são muito jovens as experiências de planeamento, tanto a nível municipal, como nacional, bem como é avassaladora, a meu ver destruidora, a submissão aos interesses de mercantilização da sociedade e, em particular, ao deslumbramento pela experiência que, nesta área, chega à administração pública via acordos internacionais realizados, especialmente, com Portugal, União Europeia, Estados Unidos e China. Como desejo de alternativa e forma de contrariar a opressão histórica que, igualmente, é central para produzir a mesma submissão, que vejo como motivo de urgência de um momento zero pela imperativa necessidade de ser relacional e, sobretudo, porque se configura como uma resposta que nunca foi dada

Para alguns, estaríamos perante uma “crise final” da epistemologia ou, pelo menos, perante a sua “naturalização” ou “historização” definitiva, libertando-a da pretensão de se estabelecer como um lugar de determinação do que conta ou do que não conta como conhecimento e da definição dos critérios que permitem distinguir e adjudicar a verdade ou o erro.

Nunes, in Santos 2009:215

(veja-se o desaire do CPT e do PLANAH 2021-30), surgiu a IOB que contextualizou o urbanismo em Cabo Verde, e testou novas formas de, a partir dessa relacionalidade constante no espaço público, procurar epistemologias que permitem intervir e dialogar comunitária e coletivamente.

Utopia is thus to be seen essentially as a strategy. By imagining another reality, in a virtual present or in a hypothetical future, utopia is set as a strategy for the questioning of reality and of the present.

Vieira, 2010:23

Chegados na escrita da Tese, por fim, à *Terceira Ilha*, último capítulo, recorto a experiência utópica que pude viver nestes três anos, em Cabo Verde. Habitando situações no Alto de Bomba, a partir da IOB, projeto experimental disposto a conquistar a liberdade política e disciplinar de entender os modos de urbanização, compreendi a potência da *terceira ilha*, conceito que encontrei nas falas, nos posicionamentos e que, sobretudo, me fez pensar ser ela o caminho para encontrar a utopia. Sabendo que, mesmo procurando, nunca a irei realizar, a utopia parece, sobretudo, a única forma de descobrir mais caminhos para a possibilidade de uma nova construção social. Além disso, é nesta *terceira ilha* que vejo a possibilidade de desvelar os caminhos invisíveis, quer da vida, quer da política, que podem dar sentido à consolidação de políticas públicas a partir do *Estar* e da vivência que configuram o modo de vida dos lugares.

Realizar a IOB, estando no Alto de Bomba para tentar compreender a urbanização planetária, implicou incorporar a luta contra a hegemonia da financeirização e das políticas urbanas desenhadas a partir de outras geografias. Por isso, confrontar os constrangimentos da sua fundação: dissidente das políticas

públicas urbanas atuais e experimental, e, em simultâneo ambivalente por filiada no interior da entidade pública que tutela politicamente o território no país, o MIOTH.

Resultado da aposta na dissidência, a IOB pôde reafirmar, de forma mais incisiva, a necessidade de compreensão dos impactos da urbanização planetária, do espaço público como o âmago da vida em comum e da possibilidade de construir atuações públicas de forma endógena, ou seja, sendo estes lugares o centro da ação e tornando essas políticas dialogantes a partir das questões reais desta possibilidade de urbanização, quer dentro das próprias instituições públicas, quer na generalidade da sociedade.
Posso dizer que a IOB originou a defesa de uma rutura com a ideia tradicional do planeamento que define e estabelece previamente os princípios das ações. Pelo contrário, se constitui como uma obra aberta, tornando elástica a organização do processo, o projeto e o seu próprio propósito, fazendo da rutura com as duras fronteiras disciplinares o maior desafio da equipa técnica que, entre 2019 e 2022, a desenvolveu.

"(...) ações coletivas elaboradas a partir do real/local [e] estabelecer novas pontes que permitam o reconhecimento dos lugares a partir de um sujeito coletivo. Sujeito coletivo esse que se entende como um grupo de diferentes cidadãos ou movimentos capazes de construir uma voz única que assegure a possibilidade de participação coletiva.

Flores, Pina, Fortes, 2020:29

Avancei em *Nha mãe é k coloca kes pedra lassim* [A minha mãe é que colocou aquelas pedras ali], portanto, entendendo a construção do chão a partir das pedras da calçada de um caminho público, a possibilidade transformadora de um conhecimento indisciplinado que, por um lado, encontrou na aprendizagem em contexto a forma de não deixar indiferente

Aquilo que incomoda é o privilégio que transportamos quando saímos doo conforto das nossas casas.

Rainho in Rainho 2021:12

qualquer interveniente que, direta ou indiretamente, viveu esta experiência, por outro lado, mostrou quão essencial é a inscrição política do próprio profissional (arquiteto) na transformação do meio.

A compreensão da urbanização, cada vez mais, nos mostra que a necessidade de uma rutura com as formas tradicionais de planeamento revelou a potência da indisciplina. Porém, foi a partir dela que se entenderam inúmeras barreiras institucionais, divergências no seio da própria equipa e entre as (os) diferentes atoras (es) locais que me levam a afirmar a urgência do conflito como forma de entender o espaço público e a urbanização, a partir da compreensão dos modos de vida. Assim, encarar as tensões entre o poder e a irreverência que são inerentes à vida, de forma a criar as fissuras que provocam divergência nas estruturas de poder que impõe processos que limitam o inevitável agonismo.

A relacionalidade proposta para ativar o espaço público e que se centrou na construção de cumplicidades a partir dos temas que, para todas as pessoas, constituíam dúvidas e urgências, representou uma mudança radical no compromisso coletivo, quer na relação como moradoras (es) e atoras (es) externas (os), quer no entendimento da possibilidade de inscrição política individual e do coletivo da nossa própria equipa. É de notar, que a mesma relacionalidade, por oposição, também é o primado do conhecimento e da ação que envolve as relações sociais e não a morfologia ou o morfo-funcionalismo que habitualmente

Onde os antigos homens colocavam uma palavra, acreditavam ter feito uma descoberta. Como era diferente, na verdade! – eles haviam tocado num problema e, supondo tê-lo resolvido, haviam criado um obstáculo para a solução. – Agora, a cada conhecimento tropeçamos em palavras eternizadas, duras como pedras, e é mais fácil quebrarmos uma perna do que uma palavra.

Nietzsche, 2004:43

(...) Mi, um senti kel última vez k bo levam prala k nunca bo podé desenhá, leval desenhod prala.
Pa bo sintonizá, bo te k dialoga.

Tradução Livre:

(...) Eu, eu senti na última vez que tu me levaste para lá que nunca podes desenhar, levar para lá desenhado. Para tu sintonizares, tens que dialogar.

Bento Oliveira durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

preenchem os modos de análise/projeto do urbanismo. Divergência, confronto de ideias ou desacordo são, assim, assuntos que fortalecem a luta contra a reprodução do conhecimento hegemónico na arquitetura e no urbanismo, logo, que forçam o envolvimento necessário de todas as pessoas numa discussão plural e agonística representativa da opinião coletiva.

Entre princípios científicos, técnico-normativos e metafóricos que se vão construindo, cabe aos metafóricos a possibilidade de gerar o papel da desobediência face à hegemonia do planeamento, logo, a possibilidade de criar um espaço-tempo próprio para que as (os) técnicas (os) (arquitetas (os) , ou não, possam pensar o como, o quando, com quem e porquê; para que as (os) moradoras (es) participem da construção da comunidade, local ou global, refletindo sobre o futuro; e para que a sociedade pense a construção coletiva, sobretudo, no que concerne à construção das legitimidades e dos compromissos que possibilitam a governança.

Escutar, observar e falar é, por tudo isto, o passo que se pode dar. Portanto, o passo possível para nos desligarmos do conhecimento hegemónico e global do urbanismo e iniciarmos um processo urgente, inscrito no político e construtor de um devir comum, capaz de criar um desconforto consciencializador que alerte para a necessidade de encontrar novas práticas, independentes e insurgentes, para atuar na urbanização planetária.

Destes mergulhos na vida dos nativos – que eu empreendi freqüentemente não apenas devido ao estudo mas porque toda a gente precisa de companhia humana – emergia sempre a clara sensação de que o seu comportamento e a sua maneira de ser, em todos os tipos de operações tribais, se tomavam mais transparentes e facilmente compreensíveis do que me eram antes.

Malinowski,1978:34

Portanto, essas fragilidades do que nós somos são transportadas, não para se apresentarem como o seu sucesso e a sua autoridade e o discursos que as suas vidas foram construindo, mas fragilizando-se através da escuta do próprio ao escutar o “Outro”

Paiva in Rainho 2021:19

1

CHÃO



São Nicolau. Estrada para o Carriçal.. Nuno Flores, 2021

1.CHÃO

Prólogo

A 18 de Setembro de 1997 entrei, pela primeira vez, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Depois de um ano de deslumbre, em Agosto de 1998, procurando espaços que ainda julgava possíveis na arquitetura e na cidade, na companhia de um colega também estudante de arquitetura, apanhei um comboio que me levou ao leste europeu para viver e entender territórios que nos eram mostrados durante as aulas por professores que os haviam estudado ou conhecido em famosas viagens que nos contavam ser habituais entre arquitetos de gerações anteriores à minha.

A viagem, relativamente desprogramada, fixava apenas uma especificidade na rota: a semana que nos tinham dado visto para passar na Sérvia, onde a guerra ainda era uma presença viva. Todo o trajeto, desde o frio ucraniano, às águas calmas do mar negro e ao intenso calor grego, marcou-me pela forma tensa com que nessa semana, a cada viagem de comboio, a austeridade da polícia e a violência da guerra eram impostas a tantas pessoas que tentavam, por qualquer razão, apontar-se a outros destinos.



Rua de Santo António, Braga.

Nuno Flores, 1993

Entre Dezembro de 1999 e Janeiro de 2000, razões familiares levaram-me ao Brasil cerca de um mês. Ao contrário do que esperava da cidade do Rio de Janeiro, realmente maravilhosa, nesta, impactou-me, sobretudo, um curto passeio de carro durante o fim



Arredores de Braga.

Nuno Flores, 1993

de semana a um abandonado centro da cidade, cujas ruas eram muito ocupadas por moradores de rua, em detrimento da beleza natural que, quase sempre, sobressaia nas conversas que tive anteriormente sobre a cidade.



Arredores de Braga.

Nuno Flores, 1993

A favela, ao contrário, era uma palavra já relativamente próxima, talvez mesmo estetizada, cuja relevância na cidade só mais tarde, já estudante intercambista da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro, acabei por entender.
A baralhar-me ainda mais as contas, dúvidas que trazia a propósito da rigidez das cidades portuguesas que conhecia - definidas, planeadas e telúricas – conhecer a diferenças entre Brasília e as suas cidades satélite fez-me sentir, pela primeira vez, que teria que descobrir, em mim, forma de me inscrever na sociedade a partir de uma profissão que, a breve trecho, haveria de ser um instrumento para me poder aproximar da vida de quem vi excluído nas *cidades* onde andei.



Centro de Braga, Rua Dom Diogo de Sousa. Nuno Flores, 1991.

1.1.Deriva

Li k`é terra [Aqui é que é a minha terra]

É no chão que piso por onde começo. O chão que recebeu os meus primeiros passos. Nossa casa comum que, com os demais seres vivos, habito.
Do crioulo de São Vicente aproprio-me da expressão *Li k` é terra* para adentrar a possibilidade de guardar o chão de hoje na memória de amanhã.
Trago comigo as ruas de Braga onde dei os primeiros passos e experienciei um *Estar* que, até hoje, é crucial para compreender e transformar realidades que encontro e vivo. E esse chão, de ruas calcetadas e estreitas com passeios empedrados quase sempre

"Não me atrai o chão da lua. Não sou capaz de pensar nele. O que haveria lá? Teria mamoeiro no quintal? Eu gosto de alguma coisa que na infância eu tenha mijado nela.(...)",

diz o poeta no livro Manoel de Barros — Encontros, organizado por Adalberto Müller, professor de Teoria da Literatura na UFF/RJ.

configuradas por edifícios, em geral, muito antigos, foi, a meio da minha infância, alargado a outro chão, à época rural, que ainda circunscrevia Braga, a cidade onde nasci e cresci.
Outro pisar surge. O dos caminhos rurais, igualmente estreitos, mas quase nunca calcetados, cujo uso era, desta vez, partilhado com animais que faziam a vida do campo.
Volto, recorrentemente, à memória que me habita do espaço percorrido entre essa periferia, ainda rural, e o centro da cidade, trajeto que me possibilitou desenvolver o conhecimento, construindo dúvidas fundamentais para me dispor a compreender os lugares.
No entanto, são as vivências de ruas estreitas que desembocam em praças repletas de significado e de história que, habitualmente, remontam a épocas de imposição de poderes políticos, religiosos ou aristocratas, que, contrapostas com a liberdade vivida na periferia da cidade, constroem o meu primeiro entendimento dos domínios da arquitetura e do urbanismo.

No tempo percorrido até terminar o ensino superior constrói-se um saber, moldado pela deriva de um corpo em movimento e crescimento que deambula por mundos distintos, mas geograficamente muito próximos. Surgem, desde logo, conflitos com saberes que também foram, entretanto, impostos ao chegar à escola e me distanciaram dos questionamentos e das dúvidas que a cidade me trazia. Refiro-me à tensão latente entre o desejo de aprender e o constrangimento, entendido mais tarde, de o ter feito num sistema de ensino centrado na presença do profes-



Praça do Comércio em Braga no ano de 1884.
Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=10226440921025290&set=g.439745976040895



Reminiscência de o caminho que efetuava entre a cidade e a periferia.

Nuno Flores, 2022

Ofício que o torna entre nós e fora de portas agente cúmplice nesse “processo de dar sentido e forma ao que é / eminentemente complexo na organização / expandido e descontínuo no espaço / indefinido ou mutável no tempo: / a cidade território”.

Mendes, in Portas 2005:9

Um observador, ainda que seja obviamente alguém que vê, é acima de tudo alguém que está inserido num sistema de convenções e limitações.

Crary, 1990:28

sor – quase sempre entendido como um sábio e com autoridade - e encerrado num edifício localizado na cidade que surgiu a partir de, já referenciados, processos de poder e imposição. Após sair da escola básica, localizada num edifício do plano centenário[1], o ensino secundário realizado na área da engenharia mecânica, fruto de afinidades com mecânica automóvel, provoca, ainda mais, uma curiosidade no percurso realizado pelos estudantes de artes, bem como, pelo conteúdo dos trabalhos que realizavam. Surge, assim, a tensão entre o desenvolvimento cognitivo a partir da escola, refugiada apenas na assimilação do conhecimento fundamental e inquestionável, e o conhecimento adquirido nas vivências do dia a dia de um corpo que anda por lugares onde se dá a vida.

A linguagem tinha caído em desuso. Depois da reforma da cidade fora necessário acabar com a angústia provocada pelo afrontamento a que o diálogo obriga.
Nas escolas os meninos passaram a aprender a andar de costas uns para os outros.

Melo, in Portas 1969:12

O arquitecto, pela sua profissão, é por excelência um criador de formas, um organizador de espaço; mas as formas que cria, (...) há fatalmente drama.

Távora, 1962:73

Movo-me para outro chão e encontro na Faculdade de Arquitetura do Porto (doravante FAUP), um lugar com possibilidade de um ensino mais livre – comparando-a às dinâmicas dos estudantes de artes que conhecia do liceu – e de me aproximar do saber que estava por trás de edifícios, ruas e de vidas das cidades que tanta curiosidade me despertavam.
Constato, então, que as inquietações que se punham quando circulava entre centro e periferia de Braga, quando me despertava interesse a vida que estava por trás dos edifícios do centro histórico ou dos tão criticados bairros sociais de Santa Tecla, Enguardas

Se nos interrogarmos sobre a especificidade da investigação em educação, entendida como pesquisa que incide e é construída numa relação com o sujeito, verificamos que uma reflexão em torno daquilo que esboçamos como sendo uma epistemologia da escuta é fundamental para a definição da sua diferença, para a distinguirmos dos modelos, mais clássicos, dos modelos da observação.

Berger, 2009:190

[1] O Plano dos Centenários constituiu um projeto de construção de escolas em larga escala, levado a cabo pelo Estado Novo em Portugal, entre 1941 e 1969. O plano deve o seu nome ao terceiro centenário da Restauração da Independência e ao oitavo centenário da Independência de Portugal, comemorados, respetivamente em 1940 e 1943.

e da quinta dos Falcões, em Braga, (quase sempre habitados pela comunidade cigana) eram assuntos que também percorriam o centro histórico, os bairros sociais e, em geral, todo o território da área metropolitana do Porto.
Na FAUP entendi que o fascínio pela descoberta do mundo das artes que não vivi surgia igualmente na arquitetura, apesar de também na mesma FAUP me confrontar com um ensino encerrado. Por um lado, no professor/mestre que, desde a década de 50, perdurava no tempo e ancorava o ensino ao trabalho do atelier de arquitetos, por outro lado, em preocupações estritamente disciplinares distantes da possibilidade de conhecer, a partir da arquitetura, vidas outras que também me despertavam curiosidade, agora, na cidade do Porto.



Ilha no Porto

Disponível em: https://www.publico.pt/2022/07/08/p3/fotogaleria/mergulho-nas-ilhas-de-sao-victor-nas--entranhas-do-Porto-408401#&gid=1&pid=2



Bairro do Monte do Picoto,Braga.

Disponível em: https://correiodominho.pt/noticias/diocese-ainda-proprietria-dos-terrenos-do-bairro-do-picoto/113987

Entre o centro e a periferia (assim se dividia o fenómeno urbano) por onde andei o chão transformou-se. Se nas cidades processos de reabilitação urbana o alteraram, novamente por imposição de um desenho condicionado ao edificado, nas periferias o mesmo desenho impôs novas urbanizações que também o transformaram. No mundo acontecia um acelerado processo de urbanização que, até hoje, acompanho. Por isso, esta deriva, de um corpo em movimento no chão que me abriga e se transforma, conduziu inevitavelmente o meu percurso de investigação para o lado da luta daqueles que em Braga, Porto ou, ultimamente, em Cabo Verde forjam a vida fustigados por agressivos processos de transformação do chão e justificam o aprofundamento da investigação sobre

Muito do que sabemos sobre o continente africano, parte do Sul global, é ainda reflexo de representações forjadas no centro de um saber de matriz eurocêntrica, que reforçam a permanência das perspectivas do Norte sobre o Sul.

Ramose, 2003:600

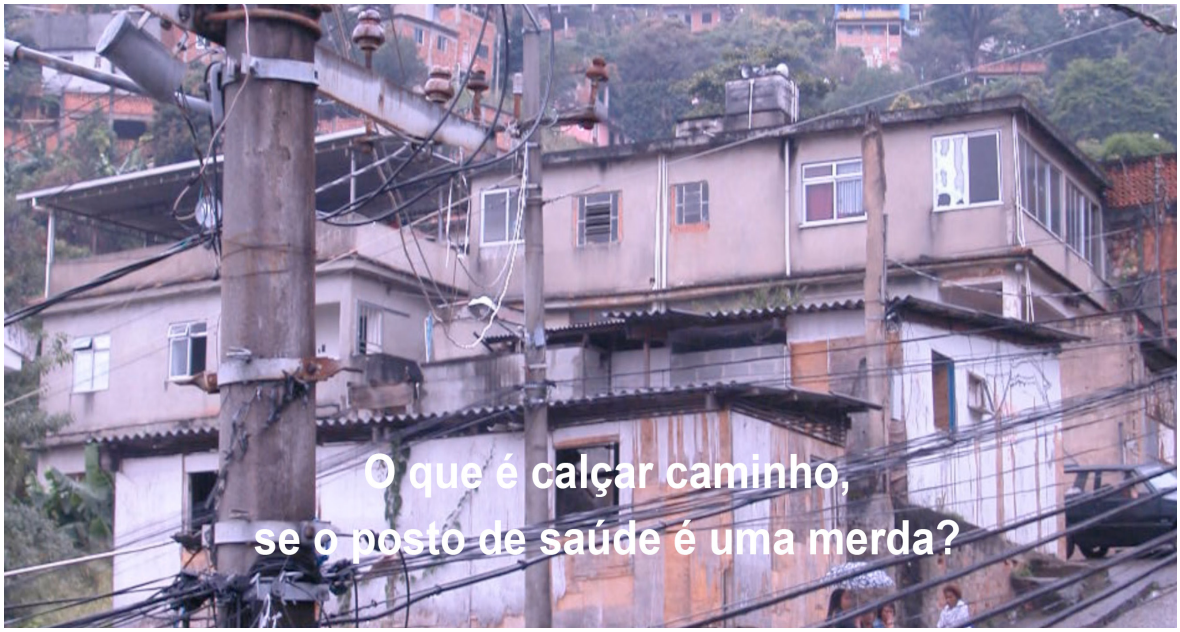
a confusa relação entre cidade e urbanização.



Braga vista de Lamaçães, à época, periferia rural de Braga. Fotografia realizada, a partir da janela de casa. Nuno Flores, 1991.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. (...) podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. (...) É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

Saramago, 1983:36



Frame do filme apresentado na FAUP, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, para conclusão da licenciatura em Arquitetura. Nuno Flores, 2005

Ta ba, ta bem [Vai e vem]
Pensar num movimento

Ao longo de séculos de história a cidade ancorou-se em três raízes clássicas habitualmente usadas para sobre si se discorrer: a *civitas*, entendida como o grupo social que a constitui; a *polis*, como o lugar de onde surge a política, ou seja, uma forma de governo; e a *urbis*, como o lugar de onde surge a edificação e a infraestrutura que garante o funcionamento do dia a dia dos lugares. A cidade-estado seria o ideal tipo desta trilogia repetidamente invocada a propósito da Florença e de outras cidades do *quattrocento* italiano[2].

Genericamente, no passado, a cidade é dispositivo

Na verdade, a cidade visível, a cidade tangível, era cheia de imperfeições: as desordens de crescimentos, as ferramentas e secreções da vida, os restos não enterrados de formas superadas, ainda não decentemente removidos, as relíquias dos modos rurais ainda não ajustados às continuas provas e desafios da vida urbana.

Munford, 1982:1977

[2] O *quattrocento* italiano refere-se a um conjunto de eventos culturais no sec. XV, na Itália, que analisados em conjunto englobam tanto o final da Idade Média como o Renascimento.

de poder que não garante democracia, nem igualdade. Espaço público, no sentido democrático, pressupõe um sistema de governação que favoreça a equidade e a redistribuição sociais. Sem isso de pouco valem as praças e outros alto-lugares do estar em público.

Se, agora, olharmos para o exemplo da infraestrutura na formação das cidades, podemos dizer que, nas habituais práticas de urbanismo e planeamento lhes cabe definir formas, funcionalidades e modos de acesso. Contudo, não podemos daí assegurar que determinando assim o lugar onde se estabelece o espaço público, aquele que pertence a todas as pessoas, esteja, de facto, garantida essa democraticidade de condições de acesso e uso. Não é necessário ir a mundos desconhecidos para desmistificar a ideia feita do espaço público, logo democrático e igualitário. Ou seja, mesmo na narrativa sobre a Grécia antiga, por exemplo, falar sobre a ágora, entre outros, não é possível esquecer a existência de uma sociedade esclavagista!

Civilité, urbanité ou politesse, sont autant de termes qui ne laissent aucun doute à propos de l'origine spatiale de ces comportements : la cité, cet univers d'échanges quotidiens et réglementés. C'est par l'intermédiaire de la civilité que surgit la possibilité du dialogue et que se fait la transformation de ce lieu de contacts et de mélanges en espace public, terrain fondamental de la vie sociale et démocratique. L'espace public constitue ainsi une mise em scène de la vie publque, succession variée de scènes communes où nous devons exercer notre art de la convivence. L'aspect physique du lieu oriente les pratiques et guide les comportements, qui à leur tour réaffirment le statut public de cet espace, et de cette dynamique émerge une forme-contenu, noyau d'une sociabilité soumise à des normes: l'espace public.

Berdoulay; Lolive 2004:6

Nesta deriva que construo, o deambular do meu corpo por mundos desconhecidos é o responsável pela desconstrução da ordem educacional a que fui sujeito. Esses caminhos levaram-me não só à periferia física de cidades, mas também a encontrar uma disponibilidade clara para me abrir a visões construídas à margem dos sistemas dominantes. Ou seja, numa resistência ativa que porque se tenta auto-organizar representa, em geral, grupos de pessoas, pensamentos ou práticas dos que resistem

Ainsi, l'espace public est avant tout le résultat d'un genre de relation contractuelle avec l'espace. (...) Ce qui construit l'espace public, c'est plutôt l'obéissance à la loi et aux limites qu'elle impose. Nous pourrions dire, en raccourci, que l'espace public est constitué par le spectacle de la tension entre la différence et la possibilité de cohabitation. L'espace public apparaît ainsi comme la condition fondamentale de l'expression de l'individualité dans un univers forcément pluriel.

Berdoulay; Lolive 2004:6

ao pensamento neoliberal (entre outros), que planeia enormes desigualdades.

Atravessando oito anos de formação superior na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, mergulhado num mundo totalmente novo que me aproximava das problemáticas da arquitetura e urbanismo contemporâneos, dois momentos se evidenciam como marcantes no percurso que, entretanto, surgiu. O primeiro, já contado apenas como uma história que não só mudou o sentido como muito influiu na arquitetura portuguesa, é o programa SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local; e o segundo, por mim de facto vivido, o quinto ano do curso da FAUP realizado num intercâmbio académico na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doravante FAU-UFRJ.

Com o SAAL, numa historia narrada em primeira pessoa por Nuno Portas, docente da disciplina de Urbanística Contemporânea e autor do despacho político que o originara na década de 70, entendi pela primeira vez outro papel possível para um arquiteto. No caso, o de ator/autor de um processo político que não só pretendia melhorar as condições da habitação e de vida em Portugal, como também transformar o pensamento e a ação políticos (as) no terreno da arquitetura e do urbanismo. Importa referenciar, que ao contrário das demais disciplinas que tendiam a refletir sobre a arquitetura muito pelo ponto de vista do edifício e da autoria, pela primeira vez, vi suprida a inquietude que trazia sobre a incapacidade de encontrar um espaço no ensino de arquitetura, com cujos posicionamentos sociais, políticos e artísticos

(...) para se criarem em tempo útil melhores condições para o "maior número" de mal-alojados, os Estados deveriam priorizar os seus meios para o fornecimento de infra-estrutura e espaço público, incluindo equipamentos sociais em vez de os esgotarem com ilusórios programas de erradicação, construindo em geral bairros mal localizados, deficientemente mal concebidos e pior construídos.

Portas, 2005 297:301



Livro Branco do SAAL 1974-1976
Grande, 2012:337

A crítica estendia-se aos próprios bairros sociais: apesar de poucos, em quantidade, eram quase sempre bairros segregados social e geograficamente, condenados a ficarem subequipados por muitos anos, o que agravava as consequências dos baixos estandardes de qualidade e áreas de instalações, estando uma parte destes edifícios, sobretudo nas construções em altura prematuramente degradados.

Portas, 2005, 271

me identificava.
A relevância desta disciplina no meu percurso académico foi, inclusive, estrutural na escolha da FAU-UFRF para realizar um ano de intercâmbio escolar. Paralelamente ao SAAL, o conhecimento de outros modos de vida, como foi o caso dos exemplos das favelas[3] do Rio de Janeiro e São Paulo, dos *pueblos jovenes* no Peru ou das construções de habitação popular que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 no Magreb, permitia-me entender essa inquietude a partir da violência resultante de acelerados processos de urbanização que também impulsionavam o aparecimento de periferias – isto é, de produção social massiva da condição periférica - noutros lugares do mundo.
A essa condição periférica, conhecida a partir do intercâmbio de um ano na FAU-UFRJ, posso atribuir outro impacto, visto que, integrar um sistema de ensino localizado num país da América do Sul permitiria uma aproximação mais intensa a modos de vida e áreas de conhecimento que, à época, eram pouco presentes no curriculum da FAUP. Além disso, tem permitido, até hoje, manter relações com uma rede de arquitetos, coletivos e ocupações (urbanas e rurais) em geografias localizadas fora da Europa.

Já no Rio de Janeiro abriu-se a possibilidade de um estágio no escritório que desenvolvia os projetos de Óscar Niemeyer, acredito que pelo peso da minha

Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL surgiu como serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que atuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes.

Bandeirinha, 2007:13

O espírito moderno estava animado por um esmaga- dor desejo de solidez e nutriu uma esperança de sólidos perfeitos, descartando novas improvisações e oferecendo descanso e tranquilidade onde a inquietude e o trabalho pesado, maçante eram norma.

Bauman apud Bittencourt, 2011:8

É neste contexto que assistimos, ao longo da década de sessenta, ao lançamento de projectos como o Vale do Lobo (1962), a expansão turística da Praia Maria Luísa (1964), em que se insere o Hotel da Balaia, ou a urbanização de Vilamoura (1966), este último, como já fizemos referência, propondo a criação de uma verdadeira “Cidade de Turismo”. Muitos outros ficariam pelo caminho, entre eles o conjunto urbanístico de Pena Furada (1965), idealizado por Oscar Niemeyer (1907-2012) para o Grupo Grão Pará, fundado, em 1960, por Fernanda Pires da Silva.

Lobo 2012:1242

[3] No Brasil, são territórios onde se consolidaram ocupações de populações pobres que, historicamente, vivem com direitos políticos, sociais e urbanos limitados face a impossibilidade social de encaixe na sociedade.

formação ocidental numa faculdade de arquitetura europeia e pela iminência de projetos que poderiam acontecer em Lisboa durante o ano de 2003. No entanto, foi a partir de grupos de investigação da FAU-UFRJ, de coletivos relacionados com defesa de direito de moradia popular ou mesmo de arquitetos que trabalhavam no programa Favela-Bairro - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro[4] – que se deu o deslocamento para próximo da realidade concreta daqueles que historicamente já tinham sido designados como os mal alojados, clandestinos, ilegais ou que, simplesmente, não faziam parte do registo de qualquer mapa, nem tinham qualquer direito que lhes permitisse estabelecer relação com a sociedade. Eram, assim, invisíveis. De facto, qualquer um destes espaços, grupo de arquitetos ligados aos projectos de Óscar Niemeyer ou à FAU_UFRJ, se inscrevia na sociedade através de uma visão política como procurava. No entanto, foram rapidamente evidentes as tensões criadas entre um trabalho profissional que se escudava no arquiteto/autor e o arquiteto/ativista que utilizava a profissão para intensificar um posicionamento político sobre o direito à cidade – expressão que historicamente marcou os estudos da cidade porque reclamava a luta pelos direitos cívicos dos cidadãos. Por isso, o que atravessa todo este deslocamento, do meu corpo pelo chão e do meu pensamento pelas reflexões que



Disponível em:

https://umbilicusurbis.files.wordpress.com/2013/05/lefebvre-henri--le-droit-a-la-ville-livre-844246872_ml.jpg

Quanto às ciências, não podem evitar o confronto com esse novo objeto sem que renunciem a sua especificidade deixando o campo livre para umas delas. (...) Elas travam contacto de maneira cada vez mais premente, com uma exigência de totalidade e de síntese. Fato que obriga a conceber uma estratégia de conhecimento, inseparável da estratégia política, ainda que distinta dela. Segundo qual eixo e em que horizontes pensar essa estratégia do saber? Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, á vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados.

Lefebvre, 2011 [1ªed 1968]:7

[4] Em 1995, o programa Favela Bairro no Rio de Janeiro, Brasil, nasceu com o objetivo de conectar as favelas aos bairros da cidade, equipando os bairros com serviços urbanos por meio de aprimoramentos de infraestrutura e melhoria da prestação de serviços. Disponível em: https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/favela--bairro-avaliacao-de-resultados-10-anos-depois/

advém da sua transformação, é procurar um entendimento realista dos modos de vida em contraponto de uma, cada vez maior, inquietude perante modelos predeterminados e impositivos que se constroem apenas do êxito, da hegemonia, do sucesso ou que repetem fórmulas genéricas no discurso e na prática convencionais sobre o “espaço público” como materialidade e base de produção de retórica.
Foi, então, possível verificar em experiências vividas - ainda no Brasil e após a Universidade - diferenças entre ações realizadas por motivações estritamente institucionais e outras que, ao contrário, surgiam entre grupos de moradores, movimentos sociais e cidadãos que, coletivamente, se revelavam mais fortes porque resultavam de uma pluralidade, partilha e solidariedade que as tornava mais efetivas e eficazes na construção de voz política e de comunidade. Observar, por exemplo, grupos que trabalhavam essa construção comunitária em ocupações de moradores de rua no centro do Rio de Janeiro, ou participar, como testemunha, do processo de constituição da associação de moradores do quilombo de Santana, em Quatis, estado do Rio de Janeiro, permitiu-me dar o meu próprio contributo perante os coletivos, abrindo, ainda mais, a possibilidade de me expor perante as minhas fragilidades e as tensões entre o mundo académico e demais entendimentos de que são constituídos a arquitetura e o urbanismo, sobretudo quando demasiado alheados dos contextos sociais (i.e., políticos, normativos, culturais, etc.) em que se regula e exercita a prática profissional dentro do terreno que constitui estas disciplinas.

Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos. Isso não é razão para que deixemos de tentar (não deixaríamos nem se fosse uma boa razão). Mas serve para lembrar que nunca devemos acreditar que qualquer das sucessivas soluções transitórias não mereceria mais ponderação nem se beneficiaria de alguma outra correção. O melhor pode ser inimigo do bom, mas certamente o “perfeito” é um inimigo mortal dos dois.

Bauman 2003:11



Quilombo de Santana – Rio de Janeiro, Nuno Flores., 2013

Independentemente do trajeto, Norte – Sul ou Sul – Sul, por todos os caminhos se encontram as razões históricas que, em geral, marcam discursos de opressão que se constroem sobre os povos, o que justifica a sua realização não apenas pela vontade de conhecer, mas pela deriva que permite construir a minha inscrição política nos diferentes contextos que se articulam com um comum que raramente consegue construir a própria voz dos lugares.

A heterogeneidade habita o próprio âmago do espaço homogéneo. A história não é um processo autodeterminado.

Laclau, 2005:226

O trajeto do deslocamento Norte – Sul, Portugal – Brasil, a partir de 2012, já depois de me fixar no Rio de Janeiro, teve uma inversão que o configurou Sul-Sul, pelo facto de ter podido participar, como professor, num projeto de ensino artístico em Mindelo, Cabo Verde, no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura[5], doravante M_EIA.
Além da possibilidade de lecionar pela segunda vez, após uma experiência como monitor na UFRJ, e participar das discussões organizativas da mesma escola, pude também contribuir para a discussão que deu origem ao arranque do curso de arquitetura; para a discussão sobre a implementação de estratégias e planos curriculares, entendendo também o lado dos desafios do ensino no campo das artes e da arquitetura; bem como, as tensões, os conflitos, os estudantes, os arquitetos, a sociedade, a cidade e as formas correntes de urbanização (do Sul Global), à época vulgarmente denominada de urbanização informal.



Primeira aula no Mindelo, Cabo Verde.

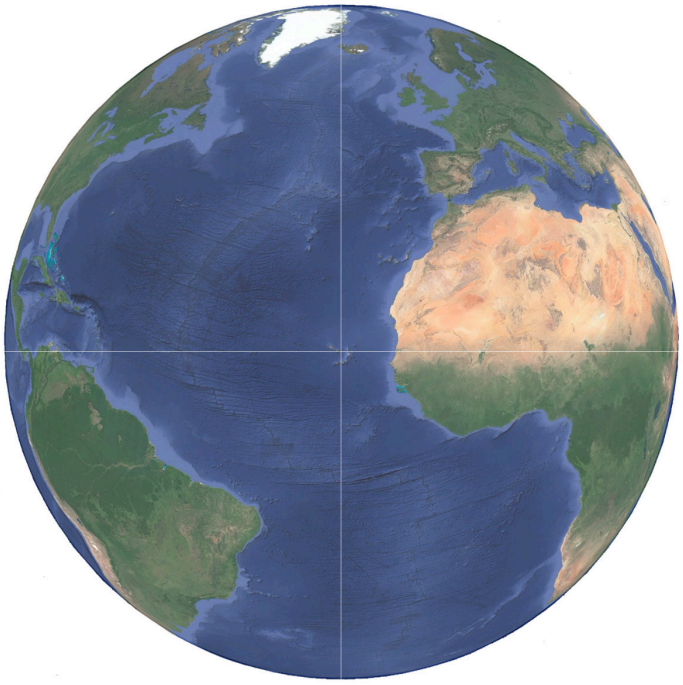
Nuno Flores, 2012.

The relationship between informality and planners is complicated. On the one hand, informal spaces have been perceived as unplannable; on the other hand, there has been a series of attempts to improve and integrate such spaces. These mandates of improvement and integration bear resemblance to efforts in the American context to manage spaces of poverty.

Roy, 2005:150

[5] O M_EIA, Instituto Universitário de. Arte, Tecnologia e Cultura é uma instituição privada de ensino superior, propriedade da ONG AtelierMar, que se forja na construção de ações coletivas e do resgate de saberes locais.

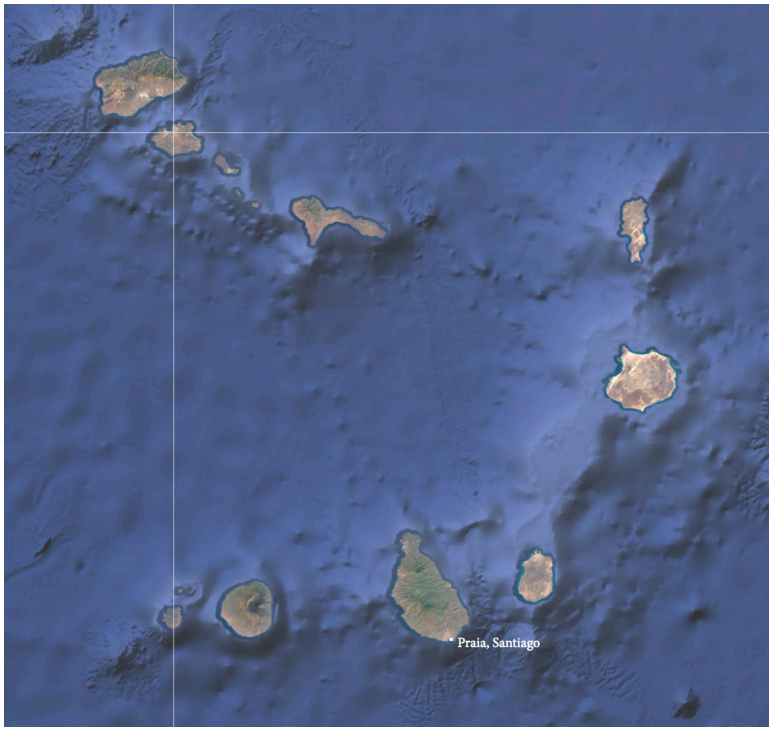
É aqui que podemos dizer que os discursos dualistas de centro/periferia, formal/informal, legal/ilegal ou planeado/não planeado, hoje em dia, perturbam claramente a forma como se encara a urbanização. Entendo, desta forma, que esta tese se concentrará no estudo das abordagens que permitem compreender a urbanização que não teve planeamento prévio e que, portanto, não foi planeada (ou foi assim assumidamente *planeada* como resultado da que o foi, para quem foi), foi autoconstruída e teve génese espontânea.
No caso do Mindelo é evidente, logo num primeiro olhar, que a urbanização, como as montanhas da ilha, se evidencia face à cidade colonial.



Legenda imagem:

O arquipélago de Cabo Verde é assim designado não porque seja verde na totalidade das suas ilhas, mas pela proximidade a um cabo homólogo localizado no Senegal. Localizado na extremidade norte da Sahel, por isso, é marcado por condições climáticas de aridez e semiaridez, fruto da dependência de fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical e suas consequências quando nos movimentos a norte esta faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas.

Da tese de mestrado: *Informalidade e resistência: a partir da agência da Iniciativa Outros Bairros em Mindelo, Cabo Verde*



Das dez ilhas, o grupo de Barlavento é composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia,a única ilha não habitada, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco. O grupo Sotavento é composto pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos e Rombo. Serviu os interesses colonizadores dos portugueses, principalmente através das ilhas de Santiago e São Vicente, ao serem entrepostos comerciais para venda de escravos e produtos.

Da tese de mestrado: *Informalidade e resistência: a partir da agência da Iniciativa Outros Bairros em Mindelo, Cabo Verde*

Traçados e edifícios coloniais, geralmente monumentais em cidades fundadas na mesma época, aqui são secundarizados pela monumentalidade das montanhas onde, como um corpo que se cobre, se espalha uma urbanização em constante crescimento.

Esta passagem inesperada pela educação numa escola artística, nos desafios, práticas e políticas de educação artística abre-me, a partir de Cabo Verde, a porta do movimento intercultural identidades – aqui designado de ID – através do qual me aproximei dos seus intervenientes e do trabalho que desenvolvem motivados pelas ações de intercâmbio artístico com Brasil, Moçambique e Cabo Verde.
O ID aproxima-me do doutoramento em Educação Artística e da Faculdade de Belas Artes da Universi-

(...) No se trata de avalar o propagar la urbanización marginal em sí misma, por cuanto supone uma explotación adicional para sus residentes realmente abusiva, sino de señalar su capacidade dialética adminstrativa frente a las “sulociones” convencionnales del problema residencial.

Busquets, J in Serrano 2004:26

(...) direi que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os efeitos de poder e o poder sobre os seus discursos de verdade; a crítica seria assim a arte da insubmissão voluntária, a da indocilidade refletida.

Foucault, 2017:35

dade do Porto, doravante DEA e FBAUP, respetivamente, equacionando a possibilidade de relacionar a minha investigação no terreno da arquitetura com a educação artística, tanto pelo lado das ações que me envolvo, como pela própria implicação do meu sujeito político.

A experiência vivida no M_EIA foi fulcral para me introduzir na sociedade cabo-verdiana, bem como, anos mais tarde, para a minha seleção num concurso público co-organizado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática do Governo de Portugal, doravante MA, e pelo Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação do Governo de Cabo Verde, doravante MIOTH, para o cargo de agente de cooperação e consultor do gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação entre 2019 e 2021.

Vale a pena, antes de entrar na parte que resultou no momento central de toda a investigação, referenciar que em 2008 efectuei, na *Escuela Técnica Superior de Arquitetura de Madrid* e no *Instituto de Cooperación e Habitabilidad Básica,* uma especialização em *Cooperación para el Desarrollo de Asentamientos Humanos Precários.* Concluir este curso fez-me, desde logo, questionar como é formal e politicamente articulada a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, doravante AOD. Se, por um lado, há sempre um beneficiário direto nas ações que são desenvolvidas nos acordos bi ou multilaterais que se firmam, por outro lado, constrói-se, quase sempre, uma situação de dependência dos países, política e economicamente periféricos, perante os países do Norte.

O território da educação artística a que pertencemos permite desencadear práticas de aprendizagem desobedientes das intenções colonizadoras que a escola, como instituição, comporta.

Paiva, in Petersonn; Midori, 2021:31

É evidente que um dos muitos usos da teoria em ambiente académico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são as altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras.

hooks, 2013:89

Lembro neste momento das sábias ponderações do mestre Vítor Martins a este respeito: “É preciso ter cuidado com o encantamento, mas é também preciso ter cuidado com a falta absoluta dele”.

Perdigão, 2016:88

Solo cuando reconozcamos esta dimensión de ‘lo político’ y comprendamos que la ‘política’ consiste en domiñar la hostilidad y en ententar distender el antagonismo potencial que existe en las relaciones humanas, podremos plantearnos la cuestión fundamental de la política democrática.

Mouffe, 2007:19

Aceitar o cargo tornou-se pertinente, sobretudo, por duas razões. Primeiro, pela possibilidade de me incluir no colectivo de consultores e assessores que trabalhavam no gabinete da Ministra que tutelava o ministério responsável por pensar as políticas do território, podendo entender o lado da decisão político-institucional e, se acaso fosse possível, nela participar como ator; segundo, pela possibilidade eventual de atuar, ainda que dentro de uma estrutura de poder, a partir de um princípio de cumplicidade e colaboração com as populações que trabalhara enquanto professor dos cursos de artes visuais, design de equipamento e arquitetura do M_EIA. É, portanto, a partir das funções desempenhadas no MIOTH que, ao fim de poucos meses, proponho a realização de uma ação experimental para reabilitar três áreas do Mindelo que, nos últimos anos, se consolidam a partir de um processo contínuo de ocupação de terra pública.

Selecionadas as áreas de atuação - Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa - as duas primeiras foram áreas físicas de trabalhos académicos que acompanhei enquanto docente do M_EIA, iniciou-se um processo de reabilitação urbana das três áreas. Esta ação experimental, denominada de Iniciativa Outros Bairros, doravante IOB, resume-se a um convite aos moradores destas áreas para discutir, trabalhar e iniciar a reflexão para a reabilitação dos lugares a partir do modo de vida da população local. Para nos abrirmos coletivamente à possibilidade de não aplicar um modelo externo de atuação aos lugares, provavelmente importado de outra geografia,

Paralelamente às políticas públicas de construção de habituação social em grande escala, que dominam e se intensificam a partir 2000, alertas surgiam com diferentes vozes. O centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT) e o AtelierMar faziam recorrentes alertas sobre o incremento que a urbanização informal vivia no país, bem como, a partir de estudos que no M_EIA o corpo docente da mesma escola apontava, fruto de trabalho que já fazia no Alto de Bomba, para a urbanização informal como uma representação urbanística de uma dívida histórica que era urgente reparar.

Flores, 2022 Disponível em: https://www.planur-e.es/articulos/vervo/iniciativa-outros-bairros-cabo-verde--cu-l-es-el-futuro-de-la-urbanizaci-n--informal-/completo

opressor e violento para, olhando para o somatório de ações individuais realizadas durante os últimos 30 anos, tentarmos entender a urbanização das mesmas áreas apenas como um modo de urbanização em processo. Partimos, assim, das questões levantadas pela dicotomia entre a cidade e a urbanização para a considerar como um processo que continuamente ganha forma e toma lugar, independentemente do lugar. Iniciamos uma ação intencionalmente indeterminada capaz de possibilitar várias interpretações, com várias formas e, como numa obra aberta, submetida ao julgamento permanente dos intervenientes diretos e dos demais cidadãos.

(...) Sugeriu-se, então, na linha defendida por Ananya Roy, um olhar atento à urbanização como um modo em vez de um modelo, algo que é orgânico e em plena dinâmica coletiva, em oposição a algo pré-estabelecido e pré-definido. Da mesma forma, naquilo que Raquel Rolnik designa de descolonização do território, dá-se a deslocação do investimento público para áreas onde geralmente não acontece, fomentando uma maior distribuição de recursos públicos e potenciando a especificidade do modo de vida do lugar, construindo-se, enfim, também novas epistemologias sobre a cidade e o território(...)

Flores, 2021
Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia--invisivel-ou-outros-bairros/

No caso de Cabo Verde, dados recentes que se considerarão no capítulo seguinte[6] mostram que além do peso destes lugares no território ser cada vez maior também o conflito entre a reabilitação e as soluções sustentadas na construção de habitação social nova, que não considera o existente e se configura por projetos de arquitetura desajustados da realidade dos cidadãos, está cada vez mais presente na sociedade. Este dado, torna-se sobretudo mais relevante quando se olha aos censos de 2021 que, apesar da diminuição da população do país, demonstram uma duplicação do número de casas de lata – habitualmente denominadas de *casas de tambor*[7] – sendo que 50% do número absoluto está localizado no Mindelo.

There are many arguments that can be marshalled against the frames of crisis and heroism. However, I hold that these critiques must be subsumed within a more substantial conceptual disagreement, one that rejects the notion of an informal sector and instead views informality as a mode of urbanization.

Roy, 2005:148

[6] Disponivel em: https://ine.cv/populacao-e-censo/

[7] A casa de tambor é o primeiro momento do processo habitacional no Mindelo. Consiste na construção de uma casa, normalmente com dimensão de 6x3 m2, com chapas cortadas de tambores de óleo com estrutura feita com barrotes de madeira.

A função de cooperante entretanto assumida, independentemente da especificidade do trabalho da IOB, foi crucial para entender indispensável posicionar-me perante discursos salvacionistas sobre o outro que carrego pela minha condição de europeu, homem e branco.

O caminho percorrido, desde então, colocou-me mais centrado na escuta que, quase sempre, me levou à minha própria suspensão. Procurou dar espaço ao que surge para me aproximar da realidade concreta do meu dia a dia em detrimento de esperar mudanças que aconteceram noutras geografias que foram incapazes de contrariar a desigualdade e a injustiça do fracasso global atual. Veja-se o caso do Rio de Janeiro que, após mais de um século do processo de favelização, apesar de inúmeros esforços como o programa Favela-Bairro[8], ações do PAC[9] ou o Minha Casa Minha Vida[10], encontra, até hoje, enormes constrangimentos perante a forma como se urbaniza. No entanto, apesar de todas as minhas questões

Suspender esse deslumbramento perante a profundidade da presença do artístico entranhada as comunidades, nos espaços da marginalidade subversiva, na sua potência imanente de desconstrução artística dos valores hegemónicos e de fomento de um pensar outro, aberto e descolonial.

Paiva, in Petersonn; Midori, 2021:31

Através da boca de Tierno Bokar, o sábio de Bandiagara, a África dos velhos iniciados avisa o jovem pesquisador: «Se queres saber quem sou, Se queres que te ensine o que sei, Deixa um pouco de ser o que tu és. E esquece o que sabes.

Hampâté, 2010:212

Deveríamos acrescentar que, por sua vez, o Branco é, a vários respeitos, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar.

Mbembe, 2014: 84



Disponível em: https://www.goodreads.com/book/show/28926580-quan-

[8] Em 1995, o programa Favela Bairro, Rio de Janeiro, Brasil, teve o objetivo de conectar as favelas aos bairros da cidade, equipando os bairros com serviços urbanos por meio de aprimoramentos de infraestrutura e melhoria da prestação de serviços. Disponível em: https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/favela-bairro-avaliacao-de-resultados-10-anos-depois/

[9] Lançado a 22 de Janeiro de 2007 o PAC (Programa de Aceleração e Crescimento) engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac

[10] O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil. Previa diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel – na cidade e no campo, renda familiar e valor da unidade habitacional. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv

com os programas públicos de enorme escala ressalvo, neste caso, que se, por um lado, a existência de uma intervenção pública de grande escala nos territórios onde surgiu a favela abriu a sociedade e a academia a novas epistemologias e práticas sobre a mesma favela, por outro lado, potenciar o lado prático e realizável das ações tirou a favela de uma histórica condição de invisibilidade.

Foi neste momento de incerteza, procura e conflito que os meus caminhos e urgências de investigação, que já há muito se aproximavam da linha de atuação do ID, forjaram a possibilidade de frequentar o DEA, centrando a investigação no estudo das minhas implicações enquanto sujeito político da investigação e sujeito investigador perante a ação pública de reabilitação urbana de lugares não planeados e auto-produzidos de Cabo Verde, a IOB. O chão que alimentou a ação da IOB pode, por isso, estar, ou não, situado na periferia física das cidades. No entanto, na sua dimensão política parte da resistência à histórica dominação e aos discursos e práticas hegemónicas do pensamento sobre urbanismo, sobre a desconsideração da urbanização enquanto um processo e sobre o entendimento da cidade enquanto um conceito elástico onde tudo cabe. Abre-se à democratização da condição periférica, fugindo à possibilidade de substituição de fatores de domínio e opressão históricos por outros que possam surgir, a partir do modo de vida dos lugares.
Mas se a reflexão sobre a cidade / urbanização é central para entender a minha ação num determinado

A inscrição na Educação Artística acarreta uma implicação crítica na actualidade, por se tratar de uma área de acção interrelacional, um espaço de produção de realidade, ou seja, um terreno nunca inócuo de intervenção, que ou se torna inerte na reprodução das narrativas hegemónicas e na disciplinação dos jovens e sujeitos, ou então, que persegue a construção de possibilidades críticas de um outro devir, onde cada cidadã e cada cidadão possam ter os seus próprios desejos e interferir democraticamente na comunidade.

Paiva, Martins, 2014:6

Abrir esse processo à comunidade que irá receber a intervenção, passa por uma mudança radical do projeto autoral - que pré-define um programa e um conjunto de soluções - para uma suspensão dessa concepção do arquiteto, no sentido de uma abertura à cosmovisão da população residente no bairro, bem como às soluções que o seu próprio quotidiano foi desenhando ao longo do tempo no espaço comum.

Flores,N; Lopes,A 2021:110 Disponível em: https://www.acsa-arch.org/proceedings/International%20Proceedings/ACSA.Intl.2021/ACSA.Intl.2021.15.pdf

lugar, já no plano da educação artística, por seu lado, permite construir reflexões e, sobretudo, articular posições mais conscientes das relações de poder que colocamos relativamente ao entendimento de nos articularmos com as políticas públicas do território e com a sua influência nos modos de vida. Ressalvo, por isso, que as reflexões sobre os conteúdos observados durante vários anos foram, assim, apresentadas em encontros científicos mesmo antes do enquadramento no DEA como, por exemplo, no congresso *Cityfutures*, em 2009, em Madrid. No entanto, mais recentemente, foram igualmente apresentadas no 27º Congresso Mundial dos Arquitetos 2021, bem como, publicadas em revistas como, por exemplo, a revista Estudo Prévio da Universidade Autónoma de Lisboa.

Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra: que o sujeito fiteiro conheça, sem remorso, sem recalque, o gozo de ter a sua disposição duas instâncias de linguagem, que ele fale isto ou aquilo segundo as perversões, não segundo a Lei.

Barthes, 1978:26

Recentemente, a partir das funções assumidas pelo acordo entre MIOTH e MA fixei-me, entre 2019 e 2022, em Cabo Verde, concentrado numa deriva incessante no Mindelo, o que me evidenciou, ainda mais, a importância das viagens aqui relatadas face ao meu entendimento sobre no território físico dos lugares se constroem visões excludentes da sociedade.

É nesta mudança de escala, muito aproximada da que vivi, ainda em Braga, entre o centro histórico onde nasci e a periferia, ainda rural, onde vivi que construí as experiências e (in)certezas que configuram o âmago da reflexão desta investigação.

E se durante estes três anos foi possível abrir-me a novos espaços institucionais, mesmo sabendo dos constrangimentos existentes por estar dentro de

(...) e quando Cage nos propõe, a propósito de 4'33'', ensaiarmos sobre o que significa escutar, estamos convictos que este ponto de encontro agora sugerido mais não seja do que um convite para que os homens, quaisquer homens, possam viver na exaltação de uma abertura ao mundo.

Azevedo, 2017:109

uma estrutura de poder, estas reflexões não eram hoje possíveis caso não me acompanhasse de uma equipa formada pelos professores e estudantes com quem trabalhei no M_EIA ou se a escuta, que tornou migrantes as nossas cumplicidades coletivas, e o nosso *Estar* não assegurasse sermos aceites nos lugares.

Num momento subjetivo e confuso da investigação sobre urbanismo, partido destas derivas, *Relacionalidade e Território* procura novas práticas, semânticas e epistemologias que contribuam para consolidar o pensamento sobre os efeitos sistémicos da urbanização planetária e como esta se reflete em Cabo Verde.

Vivemos uma indubitável mudança de época, mas também de condição, enquadrada pelas transformações da biosfera e da tecnosfera. Este processo, que causa estertores inéditos é planetário. Tem como objetivo precipitar a mutação da espécie humana e acelerar a sua passagem para uma nova condição, plástica e sinética, maleável e extensível.

Gerir a transição para uma exoneração terrestre (um nono nomos da terra) implica abolir a sociedade, ou pelo menos esculpi-la e, eventualmente, substituí-la por um nanmundo, o dos dispositivos celulares, neuromais e computacionais.

Mbembe, 2021:15



Alto de Bomba Fernando Pó Covada de Bruxa



Imagem realizada na lixeira de São Vicente por estudates do M_EIA para a realização do mini-documentário *Tra K` panhá pa vivê*. coord. Nuno Flores; Ângelo Lopes, 2012.

Pedra calcetod, eh txon calçod **[Pedra calcetada, é o chão calçado]**
a urgência de discutir uma condição periférica

Apesar das vivências nos diferentes lugares antes do início da experiência de Cabo Verde parece-me importante diferenciar dois níveis de observação. O primeiro, remete ao entendimento micro das ações, que reflete o que se absorve em cada lugar e com os diversos grupos que me cruzo que, igualmente, influenciam o posicionamento político do sujeito da investigação à escala micro. Estrutura o *Estar*, dando sentido à construção da co-pertença/presença que

"A construção de um projecto decidido e elaborado pelos próprios moradores das comunidades pressupõe o entendimento do significado de ser e fazer a própria comunidade, bem como, garante o efeito de demonstração para uma acção que se pretende levar a outras comunidades da cidade do Mindelo e, se premente, a realidades existentes em outras ilhas de Cabo Verde."

Retirados dos objectivos da formação em contexto "Amdjer na obra" que originou "Pedra calcetod, eh txon calçod"

abre o espaço para colaborar.
O segundo, remete ao absorvido do conjunto de vivências nos diferentes lugares e compõe o substrato da investigação à escala macro, constituindo o que nesta investigação e no exercício de escrita que lhe dá leitura chamarei de movimento. Neste caso, mesmo sem se saber para onde, estrutura um caminhar no sentido de um futuro que se constrói. Que está por vir, mas que abre espaço ao coletivo, à utopia de uma globalidade do posicionamento e de perspetiva de futuro.

Desta vez aproprio-me da frase do crioulo de São Vicente *Pedra calcetod, eh txon calçod*, nome dado a uma ação do calcetamento de ruas realizada em São Vicente no âmbito da IOB, para a partir da construção do chão falar da micro escala. Micro escala que se constitui como um altifalante de histórias e acontecimentos, alguns já existentes, que se configuram, reconfiguram ou ressignificam em ações micro e, pela sua autenticidade, abrem espaço à cosmovisão dos lugares e à construção de uma micro política. São, por isso, ações rizomáticas abertas a si próprias e a experimentações, abertas a outras linhas de ação e intensidades que se podem atravessar e que se podem espalhar em todas as direções. Estas ações encontraram caminhos que permitem compreender novas realidades, aproximando ao desejo de articulação em prol de sentido e da construção de metáforas. A sua organicidade permite a minha participação – *in locus e in sensus* – na construção e procura de um sentido aberto à alteridade. No entanto, a deriva

Para que o movimento feminista revitalizado tenha impacto transformador sobre as mulheres, a criação de um cotexto em que possamos diálogos críticos e abertos umas com as outras, onde possamos discutir sem medo de entrar em colapso emocional, onde possamos ouvir e conhecer umas às outras nas diferenças e na complexidade das nossas diferenças – a criação de um contexto tal é essencial. O movimento feminista coletivo não poderá avançar se esse passo não for dado.

hooks, 2013:148-149

"O sistema erva/rizoma é o pensamento da multiplicidade em oposição ao pensamento binário; é uma cultura acentrada e instável, em oposição à cultura arborescente e enraizada. Por outro lado, erva/rizoma não tem modelo; e não se trata simplesmente de substituir a imagem da árvore pela imagem do mato no espírito das pessoas ou de substituir a busca das raízes e das origens pela busca do rizoma e do meio. O rizoma não tem imagem precisa. O que importa é mais o processo que a imagem formal, é o próprio movimento, o germinar, o crescimento, o ímpeto."

Jaques, 2001:108

do sujeito que investiga continua um processo de consolidação do pensamento através dos conflitos, contraditoriedades e multiplicidades construídas na relação e envolvimento individuais com os coletivos nas suas micro ações.

Mas os discursos sobre a condição periférica construídos na urgência dos desafios diários que se geram pelas disputas do direito ao lugar não se compõe apenas das ações micro porque também se gera uma ação macro a que chamo movimento. O movimento que se constrói é, por isso, o reflexo de posicionamentos vários que advém do conjunto das micro ações a partir dos quais se é capaz de transgredir a hegemonização ocidental na produção teórica e prática das Políticas Públicas Urbanas, do Urbanismo e da Educação Artística.

A transgressão do papel dos sujeitos constrói um sujeito coletivo que também integro e que se construiu a partir do conjunto de ações resultantes de quase três anos de vigência da IOB. Razão que torna a minha deriva em Cabo Verde formalmente distinta dos demais lugares por onde passei. E é nesse sujeito coletivo que posso atuar e refletir sobre a cidade global que, atualmente, abandonado o modelo da cidade dualista – centro / periferia - o capitalismo global produz.

Mais do que uma cidade global ou um mundo totalmente urbanizado, uma urbanização que se organiza em *ilhas* que se geram, sobretudo, por um intenso processo de crescimento onde, entre outras coisas, é cada vez mais comum pobreza e injustiça social. Neste contexto, importa frisar que estou de acordo

Quando o povo africano afirma, na sua linguagem chã, que “por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o teu arroz”, enuncia com chocante simplicidade, um princípio fundamental não só da física como da ciência política. Sabemos com efeito que a orientação (desenvolvimento) dum fenómeno em movimento, seja qual for o seu condicionamento exterior, depende principalmente das suas características internas.

Cabral, 1999:76

An archipelago is an example of the relationship between the one and the many. I tis an abstract entity; its unity proceeds from a decision without which nothing would be signified save a scattering of islands united by no comon name

Bourriaud, Nicolas: “Atermodern”, in Altermodern, Tate Triennial, TatePublishing, London, 2009.

que, atualmente, a cidade se transformou numa extensa urbanização, portanto, uma urbanização planetária onde não é possível negligenciar a importância dos contextos onde ocorrem os diferentes formatos da urbanização.

A confluência de assuntos à volta do território, tema central desta investigação, propicia a reflexão / denúncia para questões que fortalecem relações sociais, cuja potência torna vivos alertas globais relacionados com outras áreas do conhecimento como a ecologia, a tecnologia, o trabalho, o direito à cidade e habitação, a pobreza ou o ativismo.
Estas derivas, construídas por uma geminação entre estar/ser ou o fazer/pensar, respaldam na urgência da vida do dia a dia dos lugares com vista a contribuir para construção de um arquiteto / investigador / ativista capaz de contrariar, apenas, o saber a partir da Universidade, para pensar um urbanismo utópico que consiga formular / participar de discursos e ações de política e prática que recusem desigualdade na urbanização planetária.

The concept of planetary urbanization proposed here offers no more than an epistemological orientation through which to begin to decipher such struggles, their interconnections across places, territories and landscapes, and the urban potentials they are claiming, articulating and constantly transforming.

Schmid;Brenner 2015:178

Se o ambiente construído não determina, por si só, a condição social de quem o vive, será igualmente verdade que não lhe é completamente alheio. Portanto o debate sobre a condição urbana - e em especial as suas assimetrias e a dita “urbanização da pobreza” - será, por si só, não só porventura uma responsabilidade alargada - dos técnicos à sociedade civil, de estudantes a profissionais e instituições -, como tarefa útil para o reforço de um estado de consciência, e com ele a perspetiva de que os esforços para minorar as disparidades possam ser reforçados e mais eficazes.

Domingues; Fernandes, 2016:19

É essim k mi é [É assim que eu sou]

Integrar ou gerar um movimento, como anteriormente referenciei, estabelece, desde logo, o posicionamento do sujeito de investigação que agora se explicará. Neste caso, o movimento consiste, sobretudo, num espaço agonístico que se abre a diferentes camadas e níveis de atuação.

Independentemente da geografia onde se dá a ação, partindo do diálogo e da vivência que possibilitou o período de existência da IOB o movimento formou-se como um espaço de resistência. Ou seja, focado na em refletir sobre como pensar o direito à cidade, a construção de comunidade, a participação, o papel do arquiteto / cidadão e o lugar do político. Assim, localizados em qualquer geografia, estes espaços representam a condição periférica de quem os ocupa, mas permitem aos coletivos e aos indivíduos que constituem este sujeito coletivo posicionarem-se a partir da construção de novos espaços de crítica, resiliência e visibilidade.

É, por isso, que a urgência do discurso a partir da realidade destes lugares importa pela relevância de pequenas ações que, mesmo repetidas em diferentes geografias, fortalecem o discurso proposto e solidificam o movimento. Ora, as diferentes escalas de atuação – micro e macro – abrem a possibilidade de participação no movimento de diferentes atores. Os que, de facto, são originários e se encontram à margem e os que, como eu, se colocam por posicionamento político.

No meu caso, a possibilidade de envolvimento direto

My understanding of 'the political' clearly belongs to the second perspective. More precisely, this is how I distinguish between 'the political' and 'politics': by 'the political' I refer to the dimension of antagonism which I take to be constitutive of human societies, while by 'politics' I refer to the set of practices and institutions through which an order is created, organising human coexistence in the context of conflicts provided by the political.

Mouffe, 2007:143

A resistência de um povo exige coragem para nos transformarmos em sementes para criar uma nova plantação que dará então a felicidade desse povo, na liberdade. Esse é o risco, o chamado risco da resistência.

Cabral 1975:10

a partir da IOB, garante uma inscrição que não se desliga da influência de um percurso de vida marcado pelos contextos que anteriormente apresentei. Assim, clarifico que a investigação se realiza no programa doutoral de EA da FBAUP, Porto, porque se tornou incontornável a necessidade de desenvolver um estudo que não se centrasse, somente, nas disciplinas da arquitetura e do urbanismo. Durante a ação e a investigação pude, por isso, partilhar conhecimento com um grupo de investigação ID_CAI, que persegue ações interculturais e epistemologias que concentram a atenção e habitam práticas e entendimentos do político no território da antidiscriminação, antifascismo e anticolonialismo.

One reason why artists are no lon- ger interested in a pas- sive process of presenter-spectator', writes the Dutch artist Jeanne van Heeswijk, is 'the fact that such communication has been entirely appropriated by the commercial world [...] Afterall, nowadays one could receive an aesthetic experience on every corner'. Now the emphasis is on restoring the social bond, providing a space for creativity and communication otherwise lacking in contemporary society.

Bishop, 2004:46

Inicio, então, a reflexão sobre a relação Cabo Verde/Mundo interceptada com a minha condição de cidadão no mundo, pelo que, com o privilégio de um percurso académico numa universidade europeia que expõe outras questões sobre o cenário em que a investigação é desenvolvida.
A primeira questão, remete ao facto de estar em Cabo Verde a trabalhar num acordo de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, cuja estada, até 2022, foi financiada em 70% por Portugal. No entanto, apesar de agora ser parte de uma estrutura de cooperação entre dois países, o período que estudei em Madrid e conheci de perto, sobretudo, os projetos para cooperação e desenvolvimento da AECID – *Agência Española de Cooperación Internacional para la Desarrollo*, trouxe-me interrogações face aos dois lados da moeda de troca da cooperação internacional

Lembro-me que na altura (...) ficamos a achar (...) que esta dimensão que vai muito para além do tijolo é algo que mesmo em Portugal (...) não é uma forma de tratar este assunto.
(...) logo de início, em Cabo verde, chocou-me a questão da habitação (...) sobretudo porque quando se olha para Cabo Verde se acha que é o PALOP menos frágil.

Diretora do Instituto Camões em Cabo Verde (PT) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 31 de Maio

e às suas diferentes heranças políticas: a da submissão/dependência aos/dos países doadores e o da resistência.

Sobre a submissão, é marcante na sociedade cabo-verdiana a existência de grupos, em geral classes dirigentes e uma burguesia local, que fortalecem relações com a classe dirigente internacional. Esta relação explana-se em privilégios e poder/poderes que, na maioria das vezes, transforma ONG`s e a sua ligação com estruturas multinacionais de financiamento no veículo para manterem privilégios que condicionam a emancipação da condição periférica de uma parte substancial dos cidadãos que vivem urbanizados. Frequentemente, estas organizações servem de escusa para ausência/ineficácia do Estado que acaba substituído pelos programas do Banco Mundial, entre outros, vendendo promessas de desenvolvimento. Assim, o lugar de ambiguidade que se colocam estas ONG`s permite reconhecê-las, ora como forças de ativismo no terreno posicionadas perante a opressão colonial a que Cabo Verde está historicamente sujeito, ora como promotores de ações paliativas que nada acrescentam a uma possível transformação.

São grupos, que habitualmente alternam nos espaços de poder, transportam uma carga neocolonial que perpetua a opressão histórica e a dependência ideológica, económica, cultural e de política externa fruto de um elogio ao Ocidente, à reprodução de políticas de outras geografias sem qualquer procura de entendimento local.

Já outros grupos, normalmente constituídos por

Estas classes dirigentes, através de uma ávida procura de inscrição no exercício dos privilégios e do poder que a construção de uma burguesia nacional fortalecida precisa, aproximam-se da burguesia internacional, através da política, das ONG´s e das estruturas de ação multinacionais. A estrutura neo-colonial africana patente nestes grupos conduz estes países a uma dependência ideológica, económica e política externa, reflexo de sintomas como o elogio ao Ocidente, a imitação, o neoclientelismo.

Rainho 2018: 158,159

Havia um princípio fundamental no Fundo Ambiental no que à cooperação diz respeito. Os projectos que nós apoiávamos, com sentido crítico nosso, nunca eram promovidos nem provocados por nós, mas sempre pelos outros países, neste caso, Cabo Verde.

Ministro do Ambiente e da Ação Climática (PT) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 26 de Maio de 2022

trabalhadores, intelectuais, estudantes, entre outros, perseguem a resistência destes países e de outros lugares para, numa inscrição que grita pela sobrevivência e pela independência, lutarem pela autodeterminação, pela independência e pela defesa de desígnios que lhes são comuns.

Reside aqui uma enorme controvérsia que põe em causa o sentido e, sobretudo, a forma como é feita a AOD ou qualquer tipo de parceria internacional. Estes grupos, em maior número, mas de diminuta representação, são os alvos mais atingidos pelas dúbias relações internacionais da economia de clientelismos, turismo / imobiliário, infraestrutura e mega negócios de interesse do capital externo, alegadamente impulsionadores de investimento no território nacional.

A segunda questão, desta vez relacionada com a percepção que eu já tinha de Cabo Verde desde o tempo que trabalhei como docente do M_EIA, que não excetua a regra, tem a ver com os discursos e posições coloniais que, mesmo quando essas elites locais fazem enormes esforços por produzir conhecimento, se repetem - quer quando os projectos têm financiamento externo, quer não - fechando portas à sociedade a espaços do pensamento pós-colonial e decolonial.

O meu lugar de estrangeiro e branco em Cabo Verde transporta um ser/saber ocidentalizado que se abriu à possibilidade de fazer investigação fora do contexto original, deslocado da minha zona de conforto que, embora nesta última paragem muito menos errante,

The creation of the role of the Uninvited Outsider and Crossbench Practitioner is an attempt to propose a model in which participation is radically rethought: moving away from the romantic idea of all-inclusive democratic processes, where everyone is invited to the round-table to add one's point, which – from my point of view – ultimately will lead to watered-down and weak consensus. I think we need to work towards the notion of the first-person-singular actor, an independent actor with a conscience. Collaboration can only work if there is something in it for everyone. But this does not mean that it needs to turn into uncritical and consensus-oriented cooperation.

Miessen, 2013 Disponível em: http://commonthejournal.com/journal/konjunktur-und-krise-no-2/crossbenching-interview-with-markus-miessen/

"A colonialidade é aquilo que herdamos do colonialismo e que acabamos adotando como modelo do espaço, como modelo de organização do território sem nos perguntarmos se, efetivamente, este seria o melhor modelo para pensarmos em assegurar uma vida digna para aqueles que vivem entre nós."

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

Qualquer forma de ver é igualmente uma forma de não ver.

Lukes 1973:149

me permite continuar a entender e a sentir as razões mais concretas da minha relação com o mundo. Surge, novamente, uma questão que perpassa toda a investigação: como atuar no limbo que permite forçar o poder abrir a brecha que garanta novas práticas para pensar o território e como na minha posição de poder não inibir a resistência nesses lugares?

A incompletude inerente a esse limbo transporta um estado de indecisão, de incerteza e de indefinição que confronta tática – que permite interferir com o poder – e estratégia – do poder – cuja construção sabia, desde logo, que se alinhava com um entendimento do território a partir da recusa à reabilitação urbana a partir do modo de vida da população local, portanto, mais que uma só obra. Pelo contrário, permanentemente fundamentada na erradicação dos *clandestinos* e *ilegais* ou pela construção de bairros habitacionais longínquos e desajustados que historicamente se entendeu serem uma solução possível. Esta incompletude, embora já muito distante porque já a sinto relativamente desconhecida, fruto de tantos anos ausente, era já visível na realidade portuguesa, a realidade de onde sou originário, onde foram igualmente presentes lugares de desconforto ao longo dos anos. Foi sempre presente neste caminho a procura pela possibilidade de abertura à alteridade, fundamental para que um arquiteto seja mais do que uma ferramenta da sociedade.
Por isso, observei em qualquer um dos lugares por onde passei, habitando-os ou não, o desamparo de gerações de arquitetos que se formam fruto da re-

A tranquilidade pode inundar Sísifo e possibilitar uma atitude de discernimento lúcido da incapacidade e da incompletude.

Paiva, 2008,189

Naturalmente, e o passado já o demonstrou, as dependências financeiras do projecto, o diálogo necessário e as contradições entre a ideologia do projecto e as políticas nacionais e locais, as interdependências que obrigatoriamente têm de ser estabelecidas com as instituições locais, nacionais e internacionais, interferem no rumo do próprio projecto, que terá de continuar a reunir no seu sentido utópico as forças e o devir para os desafios permanentes dos amanhãs.

Paiva, 2009:172

Trata-se de trabalhar afincadamente para o abandono dessa visão autoecantada que transportamos acerca de nós próprios e do destino do trabalho que fazemos. Tal tarefa pode assumir mil e uma facetas, consoante os interesses individuais, mas não pode, a meu ver, deixar de nos colocar na fronteira entre o saber e o não-saber. Aí reside o essencial da nossa tarefa. A de nos instalarmos e nos mantermos numa posição que nos obrigará a viver o intervalo, a refletir verticalmente sobre uma prática no seu próprio processo de acontecer, aprendendo a viver o trajeto, tendo até muitas vezes de inventar novos e mais trilhos em vez de atalhos.

do Ó, in Peterson; Midori, 2021,255

produção do conhecimento homogeneizado e hegemônico que fracassa perante ideais de liberdade e democracia.
Assim, esta deriva em que mergulhei durante estes anos trouxe-me mais conforto e maior entendimento, após intermináveis horas de reflexão, sobre esse fracasso e perante a premência de uma superação, da construção de um pensamento crítico e de um estar agonístico aberto ao confronto de ideias.

A democracia deliberativa provê uma boa ilustração do que Schmitt expressou sobre o pensamento liberal: “De um modo muito sistemático, o pensamento liberal evade ou ignora o Estado e a política e manifesta-se, ao invés disso, em termos de uma típica e sempre recorrente polaridade de duas esferas heterogêneas, sabidamente a ética e a economia”

Mouffe 2005:173

As controversas do meu percurso mostraram-me, ainda, muitas das contradições do estar em Cabo Verde. Não só pela opressão do processo histórico de dominação e pela influência exacerbada de modelos capitalistas que se refletem de imediato na forma como se aborda o território, a arquitetura e o urbanismo, como por limitadas referências que tendem, habitualmente, à banalização dos conceitos, das epistemologias e da semântica que fundamentam e dão sentido às políticas.
No caso da ação realizada pela IOB evidencio diferentes momentos que em reuniões com as assessorias políticas do Gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação era questionado sobre a IOB não ter nas suas descrições palavras como *Integrado, Sustentável, Comunitário*, entre outros. No meu caso, esta sensação de constante perturbação das políticas produzidas noutras geografias existe porque assumidamente me dispus a construir as bases para uma política construída a partir da construção de uma visão local. Assente no saber fazer de quem faz os lugares e aberta à diver-

No entanto, quando os estudos da ciência iluminam as características sociais, pessoais, bem como as contingências que marcam a produção dos factos científicos, é como se a verdade diminuísse em valor. (...) diria que a estetização da ciência se produz, portanto, pela descrição contingências pessoais, sociais e politicas pelas quais se obtém asserções que aspiram à validade.

Martins, in Rainho 2021:67

gência. Mais do que uma tentativa de uma política salvacionista refletir sobre como gerar conhecimento estruturado na realidade local. Portanto, que é único porque é local e se pode constituir como alternativa às hegemónicas políticas urbanas e de habitação que não respondem ao dia a dia do cidadão comum dos lugares.

A localização geográfica de Cabo Verde, situado ainda no hemisfério norte, não retira ao país a condição periférica em que se encontra, mesmo sabendo que localizado no hemisfério onde se ubicam a maioria dos países. Desde 2007 é considerado país em desenvolvimento médio, quer pela sua relação política e geográfica com o continente africano, quer pela sua história socioeconómica, o que mantém a opressão politica e económica a que sempre esteve sujeito. Além disso, atualmente, está condicionado por uma situação de Estado Cliente da União Europeia, China, Estados Unidos, entre outros países e organizações mundiais de financiamento e controlo que se evidenciam no cenário da globalização. Nesse sentido enquanto sujeito da investigação e da ação, desde que aterrei em Cabo Verde, era evidente a minha posição de desconforto como sujeito externo ao contexto em causa. Como sujeito de investigação, arquiteto / investigador, entendo justificar-se este desconforto no facto de, por principio, desejar ser assimilado pela comunidade que me aproximei, bem como, apesar de inconscientemente, cair recorrentemente na intenção de ensinar valores que carrego que são os valores hegemónicos da

A sua vinculação política e geográfica ao continente africano, e a sua história sócioeconómica mantém o rótulo de país de desenvolvimento médio, o que quer também dizer: política e economicamente refém como Estado Cliente da União Europeia, bem como de outras potências mundiais. Este conceito Estado Cliente foi apresentado por Kwame Nkruhmah (1977) no livro “A África Deve Unir-se”, onde discute as formas do neocolonialismo em África. Ao longo da escrita a influência deste conceito estará presente nas leituras sobre as relações de poder da Europa com Cabo Verde.

Rainho, 2018: 49

Cabo Verde, ‘bom aluno’ abre as suas portas gratuitamente e deixa-se comer, no sentido canibal mesmo, pelo colonialismo português e imperialismo europeu, chinês e americano, ficando refém de uma velha sujeição de Estado Cliente dessas potências, território paradisíaco para investimentos externos de lavagem e multiplicação de riquezas.

Rainho 2018:118

cultura ocidental, os modelos de governo experimentados na Europa ou do capitalismo enquanto modelo de desenvolvimento.
O estigma inerente à condição periférica e à clara invisibilidade política, urbanística e social que se sabia existir nos três lugares, bem como, a inevitabilidade da minha posição devido à condição de estrangeiro e representante de um órgão de poder constitui-se, desde logo, tanto consciente no meu *Estar,* quanto no entendimento dos moradores relativamente ao meu lugar. Esta percepção é igualmente presente quando se olha para Cabo Verde e a investigação se coloca como parte do movimento que surgiu ao logo da IOB. Sobressai a condição periférica de Cabo Verde na geopolítica onde se relaciona, o que perpetua a sua condição histórica de pais refém das narrativas políticas, económicas e sociais moldadas a partir da atual relação com países do espectro político dos países que dominaram o período da colonização.

De nuestra experiência singular, nuestros encuentros, nuestros logros, nuestros fracasos, extraemos una percepción evidentemente partidaria del mundo, que la conversación en- tre amigos afina. Quien experimenta como justa una percepción es lo bastante grande para extraer las consecuencias, o al menos una especie de método.

Comité invisible 2017, 134

Voltando ao dia a dia da investigação, não foram raras as vezes que senti os processos bloqueados, quer na relação com colegas de trabalho, quer na relação com moradores, porque é sempre predominante a ideia de que as coisas não acontecem em lugares, quase sempre, mergulhados numa dura condição periférica.
Também aqui surgiram conflito, face ao meu lugar de coordenador da IOB, pelo facto do que representava o meu cargo perante a estrutura pública do Estado e a sociedade entrar em conflito com a minha intenção de continuidade. No caso, refiro-me à continuidade

[…] Se os vínculos humanos, como o resto dos objetos de consumo, não necessitam ser construídos como esforços prolongados e sacrifícios ocasionais, senão que são algo cuja satisfação imediata, instantânea, cada um espera no momento da compra […] então não faz sentido 'jogar dinheiro bom em cima de dinheiro ruim' pretendendo salvar a relação, com cada vez mais gasto de energia e menos ainda sofrer com as inquietudes e incômodos que isso implica. Mesmo um pequeno problema pode causar a ruptura da parceria; desacordos triviais se tornam disputas amargas, pequenos atritos são tomados como sinais de incompatibilidade essencial e irreparável […]

Bauman 1999:174

de um grupo de professores e estudantes, agora num ministério, cuja relação pessoal e profissional assentava numa cumplicidade que me apontava para uma gestão mais horizontal e menos hierárquica.
Assim, se justifica que enquanto sujeito de investigação e coordenador da IOB fui sempre um estrangeiro, branco e português. Logo, portador de um caminho necessariamente influenciado por posições que podem ser associadas a um espaço que representa um passado colonial, por isso, permanentemente confrontado com esta tensão durante qualquer atividade que desenvolvi em Cabo Verde.
Perante isto forcei-me à consciencialização permanente da minha posição de poder para dar lugar a uma abertura propositada à minha suspensão, colocando no primeiro plano de ação a permanente escuta e a reparação de violências históricas contra as minorias com que me relaciono.
Estas relações de poder atravessam toda a investigação e a escrita porque decorrem da estrutura pessoal do sujeito da investigação, logo, fazem parte dela e habitam um lugar de tensão entre o sujeito, a investigação e toda a ação. Por isso, escrevo em primeira pessoa para que se evidenciem tensões, contradições e conflitos da deriva de um sujeito-contexto, confrontando um quotidiano que vive e que está em constante transformação. À escrita trarei cidadãos, moradores, membros da equipa da IOB e políticos da situação, bem como, um leque de expressões e momentos que, mesmo correndo o risco de não terem representação simbólica na dimensão cultural do país, traduzem a importância de determinados

Não é só a “dura realidade”, a realidade declaradamente “não comunitária” ou até mesmo hostil à comunidade, que difere daquela comunidade imaginária que produz uma “sensação de aconchego”. Essa diferença apenas estimula a nossa imaginação a andar mais rápido e torna a comunidade imaginada ainda mais atraente. A comunidade imaginada (postulada, sonhada) se alimenta dessa diferença e nela viceja. O que cria um problema para essa clara imagem é outra diferença: a diferença que existe entre a comunidade de nossos sonhos e a “comunidade realmente existente”: uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e (em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição.

Bauman 2003:9

momentos que se configuraram ao longo da IOB.

Este estar em Cabo Verde, pontualmente, exigiu, inclusive, a denúncia e diferentes alertas que abrem brechas para o abandono da invisibilidade dos assuntos em estudo. Posição esta que, no caso, se configurou em torno de diferentes momentos que surgiram a partir do meu lugar enquanto sujeito investigador e político. A posição ancorou-se, assim, na possibilidade de desvendar os discursos ocultos que permitem entender momentos de intensidade política que, em geral, pela primeira vez se expressam pública e explicitamente perante o poder. Estes discursos podem gerar pontos de vista subjetivos que constituem um corpo de trabalho que enraíza a autoridade no conhecimento perante as perspectivas pessoais dos indivíduos no poder que a mesma exerce. Sempre que possível acompanharão a escrita, serão escritos em português – oficial ou não – que incorporei de lugares como Cabo Verde ou Brasil, bem como, no Crioulo que me empenhei em aprender, ainda que com as lacunas que até hoje tento superar e serão explicados em breves notas que lhe conferirão entendimento e sentido.
Assim, será incontornável neste estudo a noção de zona de contacto que estabelece a existência de um espaço que permite o contraste de ideias de comunidade que fundamentam grande parte do pensamento sobre linguagem, comunicação e cultura que é feito na academia, que falarei no capítulo 2; noções de segurança e liberdade, impossíveis de acontecer em simultâneo na construção de uma comunidade que

La elaboración de los discursos ocultos depende no sólo de la conquista de espacios físicos y de un tiempo libre relativamente independientes, sino también de los agentes humanos que los crean y diseminan. Los transmisores son, en general, tan socialmente marginales como los lugares donde se congregan. En vista de que la marginalidad social depende tan estrechamente de las definiciones culturales y temporales, los transmisores variarán mucho de cultura a cultura y de una época a otra.

Scott 1990:76

I propose to say a few more words about this erstwhile unreadable text, in order to lay out some thoughts about writing and literacy in what I like to call the contact zones. I use this term to refer to social spaces where cultures meet, clash, and grapple with each other, often in contexts of highly asymmetrical relations of power, such as colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived out in many parts of the world today. Eventually I will use the term to reconsider the models of comun.

Pratt 1999:2

falarei no capítulo 3; e, por fim, e a noção de agonismo, permitindo a legitimação do conflito como parte do processo de resistência, participação e de afirmação que reconhece o oponente, que falarei o capítulo 4.

Assim como o que vivo, sempre disposto a experimentar, sobretudo porque vejo o chão, território que habito, como um laboratório para a transformação da vida, poderei dizer que também aqui mergulho numa experiência de escrita, experiencio pensar e produzir uma tese.

Derivo num ativismo político – inscrito no movimento anteriormente enunciado – para uma tese que suscite o pensamento de novas epistemologias sobre os processos locais de urbanização e a visões construídas à margem dos sistemas dominantes.

Com o tempo vinculo-me aos lugares, desligado das distâncias que surgem, porque construo um posicionamento dependente do movimento que resiste à hegemonia, à invisibilidade, à segregação e à injustiça que ainda se encontram numa democracia atualmente assaltada por representações globais, entre outras, que a bloqueiam.

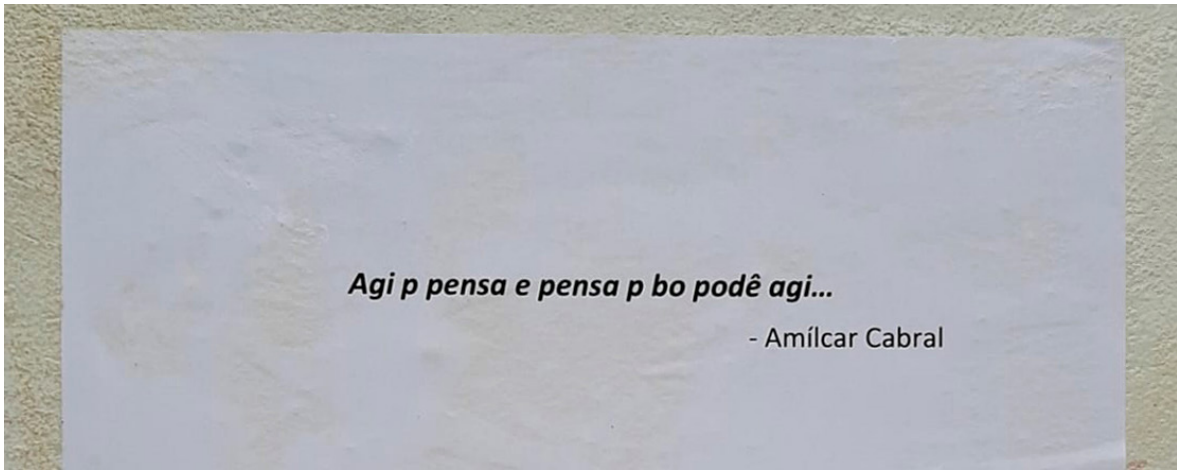
Dessa utopia, surge uma resistência que persegue um comum que virá, pelo que, a posição do sujeito potencia-se em relações e experiência alicerçadas no movimento que contribui para a construção do discurso e do conhecimento que se pretende produzir.

Dados os atributos desagradáveis com que a liberdade sem segurança é sobrecarregada, parece que nunca deixaremos de sonhar com a comunidade, mas também jamais encontraremos em qualquer comunidade autoproclamada os prazeres que imaginamos em nossos sonhos.

Bauman, 2003:10

Além de dar ênfase às práticas e aos jogos de linguagem, uma alternativa ao quadro conceitual racionalista também requer entender o fato de que o poder é constitutivo das relações sociais. Um dos defeitos da abordagem deliberativa é que, ao postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e onde um consenso racional poderia ser produzido, este modelo de política democrática é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo e seu caráter inerradicável, que decorre do pluralismo de valores. Eis o motivo por que esse modelo está fadado a menosprezar a especificidade do político, vislumbrado assim como um domínio particular da moralidade.

Mouffe 2005:173



“Age para pensar e pensa para poderes agir.” Fotografia Mindelo. Nuno Flores, 2020.

1.2 A semântica no âmago da tática
Ka ta dá [Não dá]

A deriva pelos territórios da urbanização planetária e a definição do sujeito político apresentado no subcapítulo anterior permite cruzar inquietações e dúvidas / perguntas que marcam o posicionamento do sujeito da investigação.
Como referido, a ação desenvolvida no Mindelo a partir de 2019 foi a razão que provocou alterações nos princípios e formas da investigação.
Os textos que agora apresento representam duas épocas diferentes da ação e a partir deles poderá entender-se as alterações referidas.
O texto seguinte remete à proposta entregue à Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, a partir do qual se organizou a apresentação levada ao Conselho de Ministros do Governo de Cabo Verde – mandato 2016 – 2021 – para aprovar politicamente a implementação da IOB:

“A nossa intenção é levar esta iniciativa a outras cidades e bairros do país, e fazendo com que este projecto seja, não de um governo, mas sim do Estado. Que transcende as legislaturas e que leve a transformação urbana necessária a todo o território nacional.”

Retirado da comunicação da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação no lançamento oficial da IOB, no Mindelo, a 02 de Maio de 2019

O crescimento demográfico verificado durante o século XX levará a população mundial a aproximar-se de sete biliões no ano de 2030 que formalizará uma inversão na localização das pessoas que ocuparão em maior número os centros urbanos em detrimento das áreas rurais. Este fenómeno provocou, em países da América do Sul, África e Ásia desde o início do século XX, o aparecimento de megacidades como São Paulo, Cidade do México, Cairo, Kinshasa, Mumbai ou Seoul, onde o tema das periferias e assentamentos informais se tornou central para a discussão do seu futuro.

No Brasil, país da América Latina onde o fenómeno ganhou grande proporção, o urbanista John Turner, referido como "o amigo dos pobres" no livro Planeta Favela de Mike Davis, no ano de 1960 retrata da seguinte forma o processo de favelização: "Apresentam-me favelas como um problema e me parecem uma solução. Apresentam-me conjuntos habitacionais como uma solução e me parecem um problema."

Uma inflexão da política de urbanização de aglomerados periféricos começou a verificar-se quando pequenos investimentos do poder público de vários países começaram a surgir em questões infraestruturais. Programas como o Favela – Bairro no Rio de Janeiro, a implementação dos PIDU (Planes Integrales de Desarrollo Urbano) na cidade colombiana de Mendellin ou o caso dos bairros recuperados nas regiões chilenas de Biobío, Placilla e Rodelillo em Valparaíso durante o período de vigência do programa Chile Bairro marcaram o início de uma nova



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*

forma de interpretar estas áreas.

No caso de Cabo Verde, as cidades começaram a depararse, desde a década de 40 do sec. XX, com problemas relativos à habitação e ao urbanismo que, cada vez mais, suscitam uma necessidade imperativa de discutir o seu desenvolvimento urbano futuro. Entre esta época e os anos 80 do mesmo século, período em que se iniciaram os primeiros planos de organização territorial das cidades do pais, assistiu-se a algumas tentativas de ações reguladoras de ordenamento do território, que não tendo sido aplicadas, possibilitaram apenas o aparecimento pontual de zonas de crescimento planeado.

Por isso, as áreas periurbanas concentram, hoje em dia, uma parte significativa da produção habitacional das principais cidades, Praia e Mindelo.

Utilizando a cidade do Mindelo como laboratório de atuação em assentamentos informais dentro do eixo 1.2 do PRRA – Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades, propõe-se a criação de uma iniciativa piloto dentro do mesmo eixo, com o fim de implementar uma estratégia de atuação participativa e colaborativa, para encontrar novas formas de atuação nas zonas mais carenciadas das cidades cabo-verdianas onde a maioria da população não dispõe de rendimento regular que lhe permite encontrar uma alternativa de moradia dentro do mercado habitacional.

Por fim, para implementar uma ação prospetiva e que garanta, no futuro, maior segurança habitacional e maior equidade urbana aos bairros de Cabo Verde, parte-se para a Iniciativa OUTROS BAIRROS a partir

Já depois de outras intervenções feitas no mesmo assentamento, o que nos dava alguma segurança para avançar, estavam reunidas as condições para iniciar um estudo teórico-prático que perscrutasse novas soluções na área do ordenamento do território, da construção sustentável, das tecnologias de construção locais e do património em assentamentos informais das periferias do Mindelo. Urgia, portanto, a necessidade
de entender a evolução urbana da cidade através de um trabalho de investigação urbanística a realizar no mais rico e evidente laboratório, o seu próprio território.

Flores, in Paiva; Couto 2018:14



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*

da seguinte questão:

COMO SERÁ O FUTURO DOS BAIRROS INFORMAIS DE CABO VERDE?

A Iniciativa OUTROS BAIRROS constitui-se por duas distintas fases, Diagnóstico e Plano de Intervenção, e tem como objectivo colocar as áreas informais na agenda da sociedade cabo-verdiana.
Para isso, instalar-se-á um gabinete no Mindelo que trabalhará na área de Alto de Bomba, área piloto e um trabalho que prevê estender-se para outras áreas da cidade.
Paralelamente à necessidade de colocar as áreas informais na agenda da sociedade cabo-verdiana é de igual importância a criação de uma ação de formação, em data a anunciar, que permitirá técnicos, agentes locais e qualquer cidadão entender o processo de criação de um Diagnóstico e de um Plano de Intervenção.
A fase de Diagnóstico será realizada por uma equipa de arquitectos, estudantes estagiários, técnicos municipais e pela população local.
O Plano de Intervenção, por seu lado, permitirá definir uma estratégia para a atuação física e social que se consubstanciará no tratamento dos dados recolhidos na fase de diagnóstico.
A realização de ambas as fases permitirá criar os termos de referência de concursos públicos que, posteriormente, permitirão aos diferentes agentes locais organizarem-se para a realização de obras e para a implementação da estratégia encontrada.

Dentro do PRRA – Programa de Reabilitação, Revitalização e Acessibilidades – com o objectivo de trabalhar os assentamentos informais lá onde estão, não construir bairros de raiz, antes pelo contrário, ir às comunidades e aos bairros identificar as necessidades infraestruturas e agir nessas infraestruturas físicas, seja habitação, sejam espaços públicos.

Retirado da participação da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação na abertura do evento realizado pela IOB, Praça Nho Jon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jAsW-gcEQeYk

Quanto ao próximo texto, este remente à parte do documento intitulado *OUTROS BAIRROS. A urbanização não planeada como um modo de urbanização*, enviado ao governo de Cabo Verde, no mandato 2021 – 2026, já a partir do Alto de Bomba e após dois anos de atuação *in situ* da IOB, produzido após o evento *Somá na Ponta*, realizado com os moradores de Alto de Bomba com o objetivo de sintetizar o que dos três anos experimentais da IOB se proporia ao MIOTH para institucionalizar a ação e implementá-la a nível nacional.
Consiste em:

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A reflexão feita durante a experiência piloto realizada nos últimos três anos na Iniciativa Outros Bairros, bem como, as recomendações vindas dos participantes de Somá na Ponta moradores, oradores, facilitadores e demais participantes – permite-nos, agora, sistematizar, até onde é possível, princípios orientadores das futuras ações que, como já foi dito, seguem uma linha metodologia que se constrói dia a dia e que não se pré-estabelece. No futuro, sabendo que se pretende que a Iniciativa Outros Bairros não seja apenas a realização de obras nas zonas, serão os protagonistas em cada lugar que terão, em conjunto, que descobrir pontos em comum que fortalecerão a própria Iniciativa Outros Bairros na descoberta da diversidade, do contexto, da vitalidade e da atratividade de cada lugar, entendendo espaço público/ edificado e as pessoas que os constitui.

CONCEITO

(...) cumprir com o desígnio da reabilitação urbana e do ordenamento do território de modo, por um lado, a materializar seu programa e objetivos da agenda 2030, por outro, objetivando transformar o habitat das pessoas em lugares aprazíveis e seguros de viver. A experiência que estamos a ter no Alto de Bomba nada mais é do que um teste metodológico para intervenção num assentamento humano informal. Em função do resultado desta metodologia estaremos a replica-la em outros contextos semelhantes nacionais. Aliás, já em São Vicente, estamos com planos de intervenção prontos para os bairros de Fernando Pó e Covada de Bruxa. Este modelo é integrado e participativo, isto é, todo o trabalho é suportado no modo de vida da comunidade que é chamada a se envolver nas soluções para o problema que afetam o bairro e que vão para além das intervenções físicas. Efetivamente o plano de intervenção comporta dois níveis: o nível estrutural, que tem a ver com as redes técnicas da construção de saneamento, drenagem, acessibilidades e com as redes de abastecimento em geral, e o outro nível, mais pontual, que intervém em áreas específicas de reabilitação que garantem a ligação à cidade formal, dinamiza e promove o potencial socioeconómico e cultural da comunidade. (...)”

Retirado da comunicação da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação no lançamento do Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

Os territórios autoconstruídos das cidades de Cabo Verde devem ser entendidos como lugares onde está em curso um processo de urbanização que não foi planeado com características próprias associadas ao modo de vida da população, pelo que, não é possível iniciar uma estratégia de reabilitação do espaço público sem considerar o existente.
Assim, não devem ser entendidos como lugares onde um conjunto de atividades e muitas pessoas, como quase sempre acontece, não seguem a lei ou as regulamentações formais de planeamento porque estão excluídos e apenas procuram o legitimo direito ao território, à habitação, à democracia e à vida, não sendo, desde logo, justo serem adjetivados de ilegais ou clandestinos. Atendendo que em Cabo Verde, na maior parte das cidades, as zonas autoconstruídas aparecem fora da cidade planeada e de forma espontânea consideram-se essenciais duas proposições:

a expansão urbana é impulsionada pelas zonas autoconstruídas nas grandes cidades do pais, nomeadamente Praia e Mindelo, como acontece nas cidades do Sul global;

atividades informais urbanas podem, de facto, ocorrer mas também ocorrem na cidade "formal", portanto, não podem ser consideradas zonas opostas. Devem, por isso, considerar-se os vários modos de urbanização, sem que haja uma separação entre formal e informal.

Estas razões são a base para a consolidação do pro-

(...) garantido o núcleo duro dos objectivos/programa do projecto e praticado o método evolutivo e reflexivo – não dar o passo seguinte sem avaliar o já dado; aprender com a prática; ter capacidade de resolução de conflitos e de adaptação a imprevistos; tirar partido de uma oportunidade não esperada, etc. – o próprio projecto transforma-se em "obra aberta" porque já se imaginaram outras benfeitorias, porque se acumulou experiência e vontade de fazer, porque se viram resultados, porque aumentou a confiança entre uns e outros…, e por isso se podem pensar outros voos; (...)

Domingues, in Flores 2021:15



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*

cesso de trabalho da Iniciativa Outros Bairros que se baseia na reabilitação urbana dos lugares a partir do modo de vida da população local. Além de questões técnicas centradas nas obras necessárias para suprir as carências urbanísticas do espaço público dos lugares impulsiona-se, igualmente, o aparecimento de um sujeito político coletivo que, através da interceção da sua matriz técnica e política, consolida o papel social da Iniciativa.

As questões técnicas devem incidir na supressão das carências físicas do espaço público e da infraestrutura dos lugares, enquanto as políticas devem potenciar a construção comunitária, estimulando qualquer tipo de relações sociais num processo rizomático e participativo potenciador de vida coletiva.

Importa, por fim, salientar que os princípios orientadores agora apresentados se estruturam a partir da vivência construída pela experiência piloto realizada na Iniciativa Outros Bairros, entre 2019 e 2021, nomeadamente os estudos realizados para as zonas de Fernando Pó e Covada de Bruxa e os estudos / obras na zona de Alto de Bomba.



Reunião sobre gênero realizada no encontro *Somá na Ponta* em julho de 2021. Evento realizado e enquadrado na estratégia de ativação do espaço público.

Grace Ribeiro, 2021



Pedra calcetod, é txon calçod
Evento realizado na estratégia de ativação do espaço público para formação em contexto de dez calceteiras.

Grace Ribeiro, 2020

Este documento também considerava pontos específicos para futuras ações como Estrutura Orgânica, Financiamento, Gabinetes Técnicos, Processo, Cenário/Intervenção, Projecto e Obras que não traremos para a discussão pelo seu caracter estritamente técnico.

No entanto, retomamos o texto com o conteúdo que situa a *ATIVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:*



Kubaka, residência artística sobre hip-hop enquadrada na estratégia de ativação do espaço público.

Grace Ribeiro, 2020

Pode começar a partir da finalização da caracterização e, no futuro, articulado com as lideranças e desígnios locais, de forma a fortalecer a construção coletiva que caracteriza a ação despoletada na fase experimental da Iniciativa Outros Bairros, no caso, no Alto de Bomba.
Nesta fase devem considerar-se todos as formas possíveis de viver, ocupar e sociabilizar no espaço público, entendendo-o como um lugar agonístico, de disputa e de troca/articulação de formas de pensar.
Paralelamente, é nesta fase que se devem considerar, sugerir e discutir todos os projetos possíveis de desenho/construção de espaços ou edifícios públicos coletivos de proximidade.
Nesta fase devem ser discutidos todos os aspetos de organização social, associativismo, cooperativismo, educação, institucionalização,
relação com poderes públicos, arte, cultura, desporto, ambiente, entre outros.

É interessante notar que a amplificação das vozes, vontades e sonhos comunitários, como se de ondas sonoras se tratasse exige cuidado. Não só o cuidado no sentido da atenção às fragilidades das relações de poder com a alteridade, como o cuidado com as pessoas e seus sentidos mais profundos.

Domingues, in Flores 2021:25

No primeiro texto, apesar de ter sido o documento que possibilitou realizar o trabalho entende-se o lugar de onde é escrito. Lugar de poder pelo facto das minhas funções serem de assessoria ao ministério das infraestruturas, bem como ainda sem qualquer ação no terreno realizada. No entanto, apontando para ações que se suspeitava poderem acontecer, mas ainda sem integrar o sentido vindo do modo de vida local.
Paralelamente, se, por um lado, abre a possibilidade, até aqui inexistente, de uma atuação pública em territórios mergulhados na invisibilidade, por outro

Utilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967 na Gramatologia, o termo 'desconstrução' foi tomado da arquitetura. Significa a deposição decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente ('isso se desconstrói'), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes

Derrida; Roudinesco, 2004:9

lado, é possível entender que se depara com vários constrangimentos inerentes a desconstruir o lugar de poder de onde é escrito. Revela um ímpeto profundo em forçar uma instituição ministerial a direcionar uma ação para estes territórios, bem como, mergulhar nos mesmos para conhecer em profundidade o seu modo de vida.

Evidenciam-se expressões como *assentamentos informais, estratégia* ou *diagnóstico*, o que ressalta um discurso iminentemente positivista e com uma tendência generalista que, apesar de balizado pelas (im)possibilidades da estrutura de poder onde surge, pretende libertar o modo de vida local, contribuindo para dar lugar ao aparecimento das suas próprias epistemologias.

Já o segundo texto é escrito dois anos e meio após o primeiro, logo, com pressupostos diferentes e de diferentes escalas. À escala macro o MIOTH já estava oficialmente a trabalhar no Alto de Bomba, invertendo o lugar onde habitualmente se localizavam as ações públicas no território. Tentava-se, assim, reparar anos de abandono das políticas urbanas e de habitação, até hoje desenhadas em cidades construídas, igualmente, a partir da violência colonial, bem como, se dava a abertura à alteridade que permitiria promover uma ação emancipatória capaz de promover a transformação de moradores em cidadãos.

Ressaltar expressões como *não planeado, territórios autoconstruídos ou considerar-se os vários modos de urbanização, sem que haja uma separação entre formal e informal* evidencia o desconforto político do conjunto dos protagonistas da ação e a tentativa de

O desenho da IOB, feito com clara consciência da necessidade de reparar a violência das políticas urbanas e de habitação até hoje desenhadas numa cidade construída, igualmente, a partir da violência colonial, parece agora, ter fracassado. A interrupção da IOB por falta de financiamento, assim se lê fracassada. No entanto, se para nós, técnicos que vivemos este tempo mergulhados no Alto de Bomba, é frustrante não corresponder mos à esperança aberta aos(às) moradores(as) das três zonas, uma vez que o esvaziamento orçamental que o governo colocou a IOB não permitirá realizar cerca de 80% do que estava previsto, é, mais do que tudo, inquietante saber-se que a IOB fracassa pelo conformismo de poderes públicos incapazes de se abrirem à participação, à proximidade da vida real e concreta dos(as) cidadã(o)s e a uma nova estratégia financeira proposta em 2021 (...)

Flores 2021; Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia-invisivel-ou-outros-bairros/

um posicionamento agonístico que dá lugar a diferentes espaços de resistência: a local, há muito existente e forjada pelos moradores; e a institucional, pela parte do sujeito político / arquiteto representado pelo sujeito desta investigação num espaço que se abriu ao ativismo.

A evidência destes conflitos nos sistemas políticos, urbanísticos, sociais e artísticos perpassados nas diferentes escalas de resistência tornou-se o problema real desta tese: como os territórios mergulhados nesta condição periférica resistem à agressão / opressão dos processos capitalistas neoliberais que se dão no território?

Na hegemonia de um sistema capitalista, onde a urbanização é acelerada e se produz muito mais rápido que o planeamento, gera-se uma perturbação no comum que condiciona, de facto, modos de viver que não se subordinem às regras do mesmo sistema. É claro que países recentemente independentes como Cabo Verde, historicamente forçados a viver distanciados do capitalismo internacional, vivem sujeitos às relações desiguais do mercado, alinhadas e submissas a poderosos interesses financeiros de Portugal, dos Estados Unidos, China, da União Europeia e de outras instituições de apoio e controle mundial (FMI, Banco Mundial, UNESCO). Podemos dizer que, olhando para a desigualdade latente nos grandes centros urbanos de Cabo Verde – Praia e Mindelo – não só os sucessivos Governos abandonaram as políticas do território a favor de ações centralizadas no que se entendia que, no futuro, seriam as cidades,

É o que eu digo e faço, não suponho, sou milionário do sonho
É o que eu digo e faço, não suponho, sou milionário do sonho
É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade
Crescer um homem inteiro, muito mais do que metade
Fico olhando as ruas, as vielas que ligam meu futuro ao meu passado
E vejo bem como driblei o errado, até fazer taxista crer
Que posso ser mais digno do que um bandido branco e becado
Falo querendo entender, canto para espalhar o saber e fazer você perceber
Que há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer
Um mundo não acabado
Um mundo filho nosso, com a nossa cara, o mundo que eu disponho agora foi criado por mim
Euzin, pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário do sonho

Emicida, Lucinda, 2013
In O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui

A solução para frente é que os Estados africanos se mantenham juntos politicamente, tenham uma política externa unida, um plano de defesa comum e um programa econômico totalmente integrado para o desenvolvimento de todo o continente. Só então podem superar os perigos do neocolonialismo e sua balcanização. Quando isso foi realizado, nossas relações com a Europa podem entrar em uma nova fase.

NKRUMHA, 1977: 177

como parece que cabe encontrar a sua própria forma de se relacionar com o capitalismo global.
Reflete-se, assim, a reprodução de conhecimento que vem destas geografias e que traz para os discursos políticos e sociais a inevitabilidade dessas mesmas políticas hegemónicas do urbanismo, da arquitetura e do conhecimento. Essas políticas, por seu lado, quanto mais incorporam as lógicas globais mais influenciam estruturalmente as instituições, aumentando as dificuldades de construção do entendimento do local.
Do primeiro para o segundo texto, ganha relevância o entendimento do espaço público, que abre à construção daquilo que é comum, portanto, que pertence a todas pessoas, como um território onde é possível entender as relações sociais, urbanísticas e arquitetónicas que acontecem em qualquer lugar e que permitem questionar a distopia que caracteriza o nosso tempo. Permite a assertividade das ações longe das semânticas afetas aos dispositivos de poder, mas próximas às questões concretas e precisas de cada lugar.
O coletivo que se fortalece na construção do comum pode, então, contribuir para a desconstrução dos processos que não se definem e se consolidam na forma de se esmiuçar o que está neles escondido, para se entender o que com eles se transporta. Pode construir-se aqui uma força capaz de enfrentar a tendência global de ilimitado consumo e de continuidade da influência vinda dos locais onde essas políticas vigoram, bloqueando, por isso, cultivar-se o sentido de um pensamento comum alternativo ao fracasso

Certamente, um de seus traços evidentes é que há uma passagem do modelo da polis fundada sobre um centro, no qual há um espaço público, um ágora, para uma nova especialização metropolitana, na qual certamente está ocorrendo um processo de “despolitização”, cujo resultado é uma curiosa zona em que não é possível decidir o que é privado e o que é público.

Agamben, 2010:67

Todas as determinações metafísicas da verdade, e até mesmo a que nos recorda Heidegger para além da onto-teologia metafísica, são mais ou menos imediatamente inseparáveis da instância do logos ou de uma razão pensada na descendência do logos, em qualquer sentido que seja entendida: no sentido pré-socrático ou no sentido filosófico, no sentido do entendimento infinito de Deus ou no sentido antropológico, no sentido pré-hegeligiano ou no sentido pós-hegeligiano. Ora, dentro deste logos, nunca foi rompido o liame originário e essencial com a phoné. [...] Tal como foi mais ou menos implicitamente determinada, a essência da phoné estaria imediatamente próxima daquilo que, no ‘pensamento’ como logos, tem relação com o ‘sentido’; daquilo que o produz, que o recebe, que o diz, que o “reúne”.

Derrida, 2004:13

que marca o pensamento ocidental. Fracassa, igualmente, a aplicação de políticas distributivas e, em geral, bloqueadas por relações de privilégio entre as grandes empresas do país com as grandes empresas internacionais, habitualmente com maior acesso aos canais onde se localizam os financiamentos internacionais.

Neste fracasso, onde ação e investigação me colocam, de facto, perante (im)possibilidades, dou-me conta de políticas públicas de Arquitetura, Urbanismo e Educação normatizadas por dispositivos do sistema que as neutralizam e, aparentemente, as tornam naturalizadas. A inscrição no domínio do pensamento da Educação Artística abre-me a reflexões que me comprometem com o político no terreno do Urbanismo e da Arquitetura, o que potencia a premência de novas questões epistemológicas, do papel do arquiteto ou das políticas públicas que são, hoje em dia, temáticas que enfrento e, enquanto arquiteto/investigador/ativista, também faço parte da sua construção. Coloca-se, então, central nesta tese a imprescindibilidade do pensamento sobre Urbanismo, sobretudo devido ao seu papel no entendimento do lugar/papel da população na sociedade.

O fascínio pelo progresso e o otimismo de um futuro democrático anunciado pela modernidade, desapareceram perante o fracasso do “mundo ocidental”, resultado do próprio insucesso da globalização, desequilibrada pela ganância do “poder financeiro” escondido e incógnito, que manipula governos e dita as agressivas políticas neoliberais que vão arrasando a democracia e toldando a vida dos trabalhadores e dos excluídos. Fracasso comprovado, entre outras evidências, pelo medo generalizado com que hoje se teme o amanhã.

Paiva 2017: 172

É o processo de urbanização que produz população para o capital, sendo reproduzida na cidade, pois a cidade é o “locus” privilegiado, gestão e reprodução do capital.

Bonduki, Rolnik, 1979:81

Antes de apresentar a questão que define o problema da investigação importa salientar que o contributo que é pretendido dar depende forçosamente de um confronto entre as epistemologias dominantes e as que se sustentam na desigualdade no território, portanto, em Cabo Verde, tendencialmente localizadas onde a urbanização não é planeada. Assim, haverá,

necessariamente, espaço aos questionamentos que colocarão em causa a legitimação do pensamento de minorias, habitualmente disfarçados, que se perpetuam confortáveis no exercício injusto dos poderes dominantes.

A falência dos modelos de ocupação do território, da hegemonia da sua génese e as (im)possibilidades simultâneas de criação de pensamentos coletivo na construção do comum a partir da Arquitetura e do Urbanismo levam-me a apresentar a problemática fulcral do projecto: Quais as (im)possibilidades de criação de práticas construídos a partir do modo de vida local para os territórios da urbanização planetária, partindo do Mindelo, em Cabo Verde?
O momento atual, pós-colonial, no entanto, é carregado de impactos do capitalismo global, de injustiça a nível económico, social, político e científico-académico. Os discursos e políticas construídas a partir de lugares de poder inibem as possibilidades do debate da condição periférica perante o combate permanente à supremacia do colonialismo que ainda persiste.
Temos, assim, que inventar, de novo, um cais. Um lugar de onde partir, saindo à procura dos futuros possíveis. Inventar o lugar alternativo para construção do conhecimento que trará um espaço-tempo capaz de tornar possível esta investigação, construída na periferia académica e política do saber, da urbanização planetária e do urbanismo, mas que se legitimará perante a excelência do conhecimento ocidental.
Da experiência vivida, ação que gera esta investigação, resulta o processo que liberta o conhecimento

Para que essas práticas floresçam e se desenvolvam, é fundamental descolonizar a imaginação planejadora, questionando o princípio de que todo plano e política pública precisam insistir na ideia de modernização. Isso requer também reconhecer que o ideal de cidade ocidental com o qual operamos foi construído durante a era colonial e se desenvolveu, no período neoliberal, na direção de um certo paradigma de desenvolvimento e de acumulação de capital. Esse ideal tem produzido cidades que não são pensadas para satisfazer as necessidades humanas. Este modelo – o imaginário ocidental, branco, patriarcal – foi promovido como objeto de desejo universal. Em contraposição a ele,nossas cidades reais são vistas como“caos”,como exemplos de irrelevância e falência do urbanismo.

Rolnik 2019:12

O vício da inquietude faz de mim um barco de procura. Do Porto, com o movimento intercultural Identidades, desloquei meu corpo e pensamento a outras geografias, procurando um novo ponto de partida focado na imprescindibilidade dos processos de descolonização do conhecimento na Educação Artística.

Rainho, 2018: 264

sobre a atual processo de urbanização e que se abre à teoria de libertação da terra e da moradia a pessoas e coletivos como ferramentas para enfrentar as problemáticas que fazem a guerra dos lugares.

Mergulhando na geografia – física e política – onde esta tese se constrói coloca-se uma nova questão: como podem as políticas e as práticas públicas de urbanização enfrentar os constrangimentos que lhes são impostos?
No subcapítulo anterior foi referido que a fundamentação da tese vem da experiência vivida no movimento que se iniciou a partir da ação coletiva que me envolvi na IOB e do que aprendi, ainda que muito menos envolvido, pela proximidade aos projetos coletivos que, igualmente, me aproximei no ID.
A potência da vida nos territórios mais frágeis da urbanização e, consequentemente, o que ela pode contribuir, a partir de utopia da indisciplina, desobediência e insurgência que a produz, tornou-se o centro das reflexões em torno das suas (im)possibilidades, tanto nas complexidades locais como no entendimento do seu lugar no ponto de vista do seu enquadramento internacional.
Parte da fragilidade/incompletude da ação, das dificuldades, de incertezas que, apesar de contribuírem para a construção coletiva da utopia do comum esbarram, ao mesmo tempo, contra a força dos egos e com poderes individuais que intensificam essas impossibilidades. No entanto, não será em si mesma, forma de legitimar políticas públicas urbanas, senão forma de as abrir à resistência e à fratura, negando

Estamos, portanto, diante de uma "guerra dos lugares" ou de uma guerra "pelos lugares". Nessa guerra, o que está em jogo são processos coletivos de construção de "constraespaços": movimentos de resistência à redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis.

Rolnik 2015:378

Os espaços públicos no imaginário urbano contemporâneo são considerados espaços de ninguém - apesar de pertencerem a todos. Deixaram de ser pontos de encontro e convivência e passaram a ser locais em que predomina a violência - espaços transformados em "praças de guerra".

Rolnik 2011:71 Disponivel em: https://www.scielo.br/j/ea/a/RvQ-37QzwZY49tPQdMgryVSb/

Qualquer ponto de partida, como framework, seria um frame, uma fronteira, um molde, e por isso priorizámos a auscultação das necessidades locais, pela voz dos locais como motivo inicial para a viagem, o resto surgia depois com o que cada um tem de si, para o que o coletivo deseja. Um processo que funciona como uma espécie de reflexo da cumplicidade dos grupos em que cada situação particular da escuta e do encontro pode então permitir a construção do comum.

Rainho 2018:74

práticas que se fundam nos modelos hegemónicos do ocidente. De súbito, tentar a construção de utopias da superação desta condição periférica desperta-me a atenção e a consciência do meu desconforto com os modelos globais, bem como, do enraizamento que trago dessa mesma matriz. Obrigo-me, assim, a marcar o momento que entendi a importância de estar no lugar e fugir aos egos e ao peso que o dispositivo de poder, no caso público e governamental, nos gerou desde o início do trabalho, quer no MIOTH, ainda na cidade da Praia, quer na Câmara Municipal de São Vicente, doravante CMSV, já no Mindelo.

Confrontei-me permanentemente com inúmeras interrogações sobre o papel do Estado num lugar como o Alto de Bomba. Se em diferentes discursos se ouvia da boca dos representantes do poder a necessidade eminente de criar um programa de Estado, era igualmente clara a permissividade dada a entidades privadas para concessionar ou comprar terra ocupada por gentes sem lugar, como os que habitavam o Alto de Bomba, visto que em nenhum destes lugares a terra está titulada. Surgia, então, mais um conflito face ao nosso papel – representantes do Estado – perante discursos que se construíam sobre a inexistência do Estado porque se entendia, entretanto, que esta limitação ao acesso à terra é não só deficitária no cumprimento da constituição, como, em si mesmo, uma forma do Estado estar presente.

Até me defrontar com o trabalho na IOB, sobretudo a partir do momento que nos fixamos dentro do Alto de Bomba e que me suspendi para me abrir à alteri-

La utopia esta en el horizonte e se esta en el horizonte nunca la voy alcanzar.
Porque se camino diez pasos la utopia se va alejar diez pasos.
La utopia sirve para caminar.

Suarez, 2019

(...) a presente crise temporal não passa pela aceleração. A época da aceleração ficou já para trás. Aquilo que na atualidade experimentamos como aceleração é somente um dos sintomas da dispersão temporal.

Han, 2016:9

Artigo 71º
(Habitação e urbanismo)

1.Todos os cidadãos têm direito a habitação condigna.
2.Para garantir o direito à habitação, incumbe, designadamente, aos poderes públicos:

a) Promover a criação de condições económicas, jurídicas institucionais e
infraestruturais adequadas, inseridas no quadro de uma política de ordenamento do território e do urbanismo;

b) Fomentar e incentivar a iniciativa privada na produção de habitação e garantir a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos
de planeamento urbanístico.

Artigo 71 da Constituição da República de Cabo Verde. Disponivel em: https://www.governo.cv

dade relativamente aos moradores e aos restantes técnicos que dividiam comigo esta deriva coletiva, refugiei-me na segurança da utopia para, mais tarde, entender que aceitar o seu fracasso, de facto, me protegia do perigo salvacionista que me preenchia sempre que me deparava com a inevitabilidade do erro e do impossível.

O meu desconforto com este modelo que penetra a urbanização e as políticas públicas prende-se com a forma como se captura estes territórios, se expulsa as pessoas e se colonizam os espaços e os modos de viver. Os efeitos da aplicação desse modelo são político-territoriais porque dele emergem novas formas de governo que se consideram do âmbito da pós-politica e da pós-democracia. Fecham-se à possibilidade de divergência, ao desacordo e à negociação democrática, visto que, nascem capturados pela exigência da eficiência, do êxito e do sucesso do próprio modelo.

Realmente, esta investigação foca-se nos processos e práticas que procurem libertar o território e os modos de vida capturados por processos hegemónicos de atuação, portanto, na resistência que combate o ilegal, o informal e o ambíguo e configura a transitoriedade permanente.

A invisibilidade que caracteriza estes lugares arrasta por longos períodos inseguranças que se relacionam com a legitimidade do direito à terra e à moradia. Pela inexistência quase total de relações com entidades públicas e, sobretudo, por um reconhecimento social que na maioria das vezes nunca acontece. Independentemente da geografia e devido à hege-

As bagagens que transporto, arrumadas no espaço da cultura ocidental que me preenche em demasia, tornam-se inúteis e pesadas, embora não permitam o utópico abandono, deseja- do, pelo medo com que fico preenchido perante o desconforto da temida perda de meus pertences, que são em grande parte as 'normalidades' que me constroem e que sempre limitam as outras possibilidade de olhar que se nos apresenta.

Paiva, 2012:237

Mas, ao lado do estado de transitoriedade permanente – que marca o carácter de "reserva" da terra – e do estigma territorial, a construção da hegemonia da propriedade privada individual registada sobre todas as formas também está claramente na origem dos processos massivos de despossessão.

Rolnik 2015:194

monia que caracteriza as atuais políticas capitalistas que atuam sobre o território, esta escrita debate-se com as (im)possibilidades de construir políticas que comportem os modos de vida dos lugares e libertem os territórios mais frágeis, dominados por pobreza e exclusão.



Alto de Bomba. Marcelo Londoño, 2020.

Nton, manera no ta fazê? [Então, como fazemos?]

Neste subcapítulo, início a escrita aproprio-me de uma frase que me foi dita durante uma reunião com moradores a propósito dos processos de legalização das habitações do Alto de Bomba, até hoje bloqueados na CMSV.

Nton manera k no ta fazê? [Então, como fazemos*?*] a partir desta frase, a meu ver, surgem as primeiras tentativas de superação desta moradora perante o nosso lugar de funcionários da organização pública que iniciara a IOB. Entendi, neste momento, a necessidade de questionar a semântica dominante nos lugares para entender o lado simbólico que, posteriormente, trás as questões que acabam por configurar o

> A ação coletiva em massa e contundente deve reforçar a organização, porque é a única coisa que pode lhe conferir continuidade ao longo do tempo. As classes dominantes já aprenderam, há tempo, a contornar as agitações, porque sabem que são efêmeras. Se nos organizarmos, as coisas podem mudar, mas nada conseguiremos, se acreditarmos que o sistema cairá com apenas uma pancada.
>
> Zibechi, 2021

movimento responsável por ações que fazem emergir as temáticas que urge debater sobre urbanização. No entanto, foi também a partir da frase desta moradora, do confronto pessoal com que me interpelara, que entendi ser imperativo questionar a carga do passado colonial que minha própria ação também carrega.
Para trazer à discussão as temáticas que se tornam mais urgentes em torno da urbanização, confrontarei narrativas naturalizadas da Arquitetura e do Urbanismo e as possibilidades epistemológicas que se abrem após refletir sobre novas práticas para pensar o território.

Muchos discursos ocultos, quizá la mayoría de ellos, se quedan en eso: en discursos ocultos de la mirada pública y nunca " actuados" . Y no es fácil decir en qué circunstancias el discurso oculto tomará por asalto la escena.
Pero si queremos ir más allá del consentimiento exterior y captar los actos potenciales, las intenciones todavía bloqueadas, y los posibles futuros que un cambio en el equilibrio de poder o una crisis nos deja vislumbrar, no nos queda otra opción que explorar el ámbito del discurso oculto.

Scott 1990:40

No contexto em que realizo a investigação, o campo da Arquitetura e do Urbanismo, entendo-a remetida à procura de praticas outras para pensar o território e a construção de questionamentos que vinculam a crítica, face à conceção global e à homogeneização do pensamento que gera políticas públicas e absorve as relações de poder.
Como referido no subcapítulo *É essim k mi é* atuo com dúvidas permanentes face aos acordos internacionais entre países de AOD, visto que, neste momento pós independente, as políticas mantém práticas que levantam questões sobre colonialidades perante as quais a sociedade se confronta. Sobre se essas colonialidades, de facto, não estão impregnadas e espalhadas por todos os lugares, tomando forma, hoje em dia, nas relações de opressão e dependência criadas a partir dos países e das políticas que dominam e criam as regras do sistema financeiro.
Olhe-se, por isso, à conceção imperial de Portugal,

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Quijano, 2005, p. 130

por exemplo, nas ex-colônias ou de instituições como o FMI ou Banco Mundial para se entender como nas relações com os demais países africanos se revela perpetuar-se esse legado.

Podemos dizer que os discursos pós-coloniais, embora tivessem que estar abertos à construção de narrativas mais próximas da vida atual de pós-independência, se transformaram em mecanismos de silenciamento e naturalização de novas formas de manter o domínio que impera entre esta nova forma de colonizar. No entanto, num mundo global e de enorme rapidez da informação, os mecanismos que promovem pós-colonialidades massificaram-se e homogeneizaram-se sem que, hoje em dia, se possa dizer que são característicos e específicos de determinada geografia.

Torna-se, assim, claro o recorte onde esta tese constrói, dado que, sem um contraponto ou uma identificação de um caminho ideal futuro discorrerá sobre a inevitável relação entre os discursos dominantes sobre o território e, nas antípodas, a tendência dos mesmos discursos condicionarem e apagarem a possibilidade de emancipação política e social de quem vive nos territórios excluídos de direitos.

O entendimento do comum, que nesta tese nasce a partir da ação no espaço público desenvolvida na IOB, demonstra que são as relações sociais e as ações coletivas o âmago da investigação. Demonstra, também, que a insurgência e o rebelar dessa condição periférica é, sobretudo, fundamental para abrir as brechas que, a seu tempo, a tornem entendível a partir do ponto de vista dos que estão, até aqui,

The one is the “politics of un-mapping”, a deliberate confusion maintained by the state around the status of ownership of urban land, enabling the state to retain flexibility in its future intervention and engage in land speculation. The second, related but broader concept, is “informality as an idiom of urbanisation” (Roy 2005, 2009a) which politicises informality as a purposeful modality of state’s practice in governing cities, thus innovatively applying the concept of informality to the state itself.

Gbaffou 2018:2

Querendo contribuir para o debate entre as narrativas naturalizadas da Educação Artística e as possibilidades epistemológicas em Cabo Verde, foi muito importante entender a metodologia sobretudo como a indisciplina de reconhecer, ou seja como modo de aceitar que as cosas são distintas daquilo que pensava.

Rainho, 2018: 102

No campo da Educação Artística é importante salientar os modos de aprender que privilegiam a aprendizagem individual, forjando-se as ideias de autoria e de genialidade masculina herdadas da história da arte, como mecanismos de excecionalidade legitimados pelas elites e pelo mercado; (...)

Rainho 2018: 185

subalternos dessa hegemonia.
Compreende-se, assim, o comum político como conceito estrutural na construção de crítica à mercantilização da urbanização planetária e das políticas públicas que, hoje em dia, são hegemónicas e globalizadas. No entanto, as fragilidades históricas, económicas e sociais do momento podem gerar o espaço-tempo utópico necessário a uma possível libertação dos territórios nelas oprimidos. À construção de uma linguagem que permita diálogo de maior equidade e, consequentemente, maior possibilidade de tomada dos espaços de poder por cidadãos não necessariamente vindos das elites instaladas.

Jamais como hoje a universidade foi pensada como parte da economia. Jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia foram tão valorizados como mercadoria capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas.

Sguissardi, 2009:188

A situação controversa da minha da minha posição – originário do hemisfério norte e profissionalmente a ele vinculado no exercício das minhas funções de cooperante em Cabo Verde – abre a possibilidade de questionar, a partir da minha própria ação, as implicações anteriormente explicadas nas relações bilaterais entre países, bem como, pretende contribuir na pós colonialidade para a construção de questionamentos relativos aos modelos hegemónicos do planeamento e verificar a adequabilidade de novas propostas e novos entendimentos sobre o território. Seria, ao mesmo tempo, equacionar um modelo que se constrói a partir dos territórios onde existe maior desigualdade, bem como novas formas de pensar outros formatos possíveis para os programas de cooperação internacional. Mais ainda, aproveitando a experiência prática decorrida com a IOB, pensar a possibilidade de construir o pensamento, entendendo o lado experimental

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

Quijano, 2005, p. 118

dos processos como possibilidade de criar um saber fazer capaz de contribuir para a construção de pertença e de sentido.

A emergência de um arquiteto atuante e politicamente posicionado face às questões estruturais do Urbanismo, da Arquitetura e da Sociedade, oposto ao arquiteto autor e ao arquiteto tecno-burocratizado que, por norma, atua integrado nas instituições, dá, de novo, sentido à latitude de ações – micro e macro – que esta tese propõe. Pelo que, é imperativo atentar também como a Arquitetura e do Urbanismo se tornarem instrumentos de discriminação, estratificação e pressão social associados, como é recorrente no caso cabo-verdiano, por projetos imobiliários altamente especulativos ou vocacionados, quase sempre, exclusivamente para o turismo de grande escala. O lado emancipatório das políticas urbanas pode, assim, dar voz à realidade de quem vive impossibilitado de participar na construção do que vem.
A afirmação dos coletivos que constituem essa voz, no que respeita à resistência ou mesmo à insurreição ocasional que não se pode entender sem ter em conta os aspetos culturais nos quais se alimenta e adquire sentido. Será essencial para que a Arquitetura e o Urbanismo não se tornem objetos de controlo pelos dispositivos de poder, pelo que, são precisamente estes coletivos que poderão alavancar processos politicamente posicionados para constituir a resistência na urbanização planetária.



Da pesquisa realizada para o trabalho *Tra k`Pahá pa Vivê* no Fernando Pó, 2012.

Nuno Flores, 2012



Da pesquisa realizada para o trabalho *Tra k`Pahá pa Vivê* no Alto de Bomba, 2012.



"Mas aqui é que é nosso." Alto de Bomba. Nuno Flores, 2020.

1.3- Ação, decisão e método
Li é de nós, pront. [Aqui é nosso, pronto]

Ao longo deste subcapítulo será notória uma aproximação ao percurso, ligado à forma que atuo no movimento anteriormente referido. No entanto, intercetar-se-ão os questionamentos vindos da ação com os momentos históricos que na arquitetura, urbanismo, política e no conhecimento científico interessam à investigação.

Li é de nós, *pront*, a partir da expressão de uma moradora de Alto de Bomba, proferida em crioulo durante as gravações de um filme sobre a primeira fase da IOB, cruzo a problemática da urbanização enquanto um processo cuja temática começava a ter contornos globais, a partir da década de 1960, quando estudos começaram a questionar olhar-se a cidade como um lugar formal, com uma história ou uma densidade

"(...) Houve taxistas que quiseram deixar-nos ali em baixo.
Eu dizia: Não senhor, eu pago-te 200 escudos, vai deixar-me lá em cima.
Nós sofremos muito preconceito pelo facto de sermos de Alto de Bomba.
Ah, naquele morro. Ah naquele Alto! Ah naquele lugar só com terra! Lá é longe! Lá é feio! Lá é...
Mas aqui é que é nosso.
Pronto!"

Nélida, moradora de Alto de Bomba. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Nbca-rdEm1A&t=4s

(...) a problemática urbana é mundial. Os mesmos problemas encontram-se no socialismo e no capitalismo, assim como a mesma ausência de resposta.

Lefebvre 1970: 220

populacional que se sabia e previa a sua evolução e, como normalmente acontece, designada em mapas numa determinada localização.

Já no início do séc. XX, território e cidade convivem de forma oposta mas, aparentemente, possível. Se a cidade se estruturava na forma e no edificado, por oposição, o território é encarado como metrópole industrial e moderna, abandonando a defesa do agrário/tradicional do final do século anterior.

Mas essa ideia de que a cidade enquanto lugar pleno, capaz de se reinventar em todos os sentidos possíveis para o exercício de infinitas relações – políticas, sociais, culturais, institucionais, entre outras – conflitua, mais recentemente, com um processo de urbanização que se intensifica e se pauta, sobretudo, pela forma como convive com permanentes processos de modernização que aconteceram até à atualidade.

Também durante o século XX, até pela intensificação do processo contemporâneo de globalização que agora vivemos, a cidade expandiu-se e legitimou inúmeros processos – quase sempre novos face à ideia de cidade como uma estrutura dualista que vivia à volta de um centro – que mostraram a incompletude da novas semânticas, sempre afetas a claros processos de expansão que lhe eram associadas, como a metrópole ou a megalópole.

Durante o mesmo século surge também uma tendência que, mesmo a partir de uma comparação específica entre a Ásia e quatro países ocidentais – Estados Unidos, França, Alemanha e Canadá – sustenta que, no momento de arranque dos processos de moderni-

(...) tal especificidade do urbano é histórica: ela decorre do domínio da instância económica dentro da estrutura social – o espaço da produção sendo o espaço regional e o da reprodução sendo chamado de espaço urbano(...)

Castells, 2000: 539

Face à incerteza, o planeamento urbano não pode mais ser linear e sequencial, mecanicista e basílico; ou seja, não pode mais pretender ser previsional, programático, sistemático, imperativo.
(...) Para orientar, enquadrar, regular, gerir, o planeamento e mais genericamente o urbanismo (...) devem implementar instrumentos que admitam as flutuações, a criatividade, a incerteza, a contradição, a ambiguidade, a imprecisão.

Ascher 2002:72

zação destes países, o mundo se encontrava perante um processo de hiperurbanização.
Mais recentemente, a cidade fez-se também acompanhar de palavras como espetáculo, *smart*, ecológica, dos 15 minutos e, no caso cabo-verdiano, surgiu até, a cidade colorida[11].

É claro que o fenômeno mais comemorado é o florescimento de novas cidades com mais de 8 milhões de habitantes e, ainda mais espetaculares, hipercidades com mais de 10 milhões de habitantes (...)

Davis 2006:14

Pergunto, então, porque não pensar a cidade a partir da consciencialização dos cidadãos perante as implicações que o planeamento provoca na comunidade e, por consequência, qual a influência dessa consciencialização na maneira de viver os lugares?
Este questionamento acontece pelo facto de se saber da importância da semântica à volta dos estudos sobre a cidade e da sua relevância em grande parte da produção científica ou mediática que sobre ela se realiza. Tal, torna-se ainda mais relevante quando se dá conta da rápida e relativamente silenciosa intensificação da urbanização como processo, sobretudo no sul global, cuja diversificação e espontaneidade exigiam outra capacidade de entendimento da forma, da escala ou da morfologia.
A expansão desse processo visceralmente ligado às infraestruturas, hoje entendidas como sistemas sociotécnicos, produziu a multiplicação e a semelhança do processo em todo o globo, bem como, potenciou por todo o lado a visibilidade e o aumento das diferenças que se encontravam patentes na dicotomia

(...) um império emaranhado de confusão que funde o elevado com o mesquinho, o público com o privado, o direito e o torcido, o saceado com o esfomeado, para fornecer um mosaico ininterrupto do permanente desconexo.

Koolhaas, 2010:72-73

Firstly, we want to start to break down barriers between a range of largely separated debates about cities, technologies and infrastructure networks. We believe that such disciplinary barriers have long inhibited sophisticated treatment of the interplay between cities and the socio-technical constructions of infrastructure networks and the diverse mobilities they underpin. (...) we therefore try to draw together relevant discussions and debates in urban studies, geography, planning, sociology, architecture, urbanism, urban history, science, technology and society (STS), engineering, social theory and communications studies into a single, integrating narrative.

Graham; Marvin 2001:53

[11] Programa do governo de Cago Verde complementar a requalificação urbana com o acabamento exterior de casas, por meio de intervenções de pintura de modo a ter bairros coloridos, visualmente atrativos, e quebrar consideravelmente com o paradigma atual das cidades cinzas.

cidade / urbanização.
O fracasso do planeamento e do urbanismo convencionais, muito dependentes da forma de funcionamento dos modelos anteriores e da tecno-burocracia que impera nos dispositivos legais onde funciona, torna-se assim evidente e generalizado. Não responde aos fortes temas do urbanismo proclamados pelo Estado Social deficitário na forma como o Estado se implica para dar resposta à pressão a setores sociais sobre o território que o capitalismo global impõe.
Mais recentemente, estudos que se opõem ao planeamento tradicional e sugerem que lidar com a urbanização, sobretudo dos lugares mais frágeis e marcados por exclusão e pobreza, significa confrontar como o planeamento, produz o não planeado e não planeável; como o desenvolvimento de conjuntos de projetos independentes relacionados é fator de potência; e como a vida e o fluxo da vida urbana podem ser processos sociotécnicos intimamente relacionados. Podemos dizer que, no geral, absorvem a necessidade de se estudar as formas urbanas a partir da investigação dos processos urbanos, quer à escala macro no contexto global, quer na escala micro e contexto local.

Voltando ao terreno físico da urbanização no Mindelo, simultaneamente o terreno onde se desenvolve ação da investigação, os primeiros anos incorreram em passos aparentemente incoerentes que se tornaram essenciais para clarificar o posicionamento e a relação entre a ação e a investigação.
Em suma, procurou-se estar atento aos processos

Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que tiram dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.
A cidade constitui um grande património construído histórico e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos.

Maricato 2013:33

No Mindelo as periferias têm a agressividade com que os slums do Terceiro Mundo encercam as zonas mais consolidadas,só que aqui não são slums pois de uma forma geral as construções têm padrões de construção e de habitabilidade dignos e – opinião absolutamente subjectiva – são dotados de uma harmonia interna que convoca uma gradual empatia estética. O que os desqualifica é a desurbanidade do espaço publico, a escassa e caótica infraestruturação. Falta-lhe uma rede de redes que os suportem e lhes deêm consistência urbanística e paisagística. Na ausência de desenho prévio urge um desenho posterior.

Rossa in Figueira; Moniz 2007: 44

metodológicos ocidentais, dominantes dentro da academia onde me filio ou estruturados pelos mesmos princípios. Forçar uma relação direta com a alteridade direcionou o estudo para a procura de opções metodológicas próprias e indeterminadas que permitissem encontrar formas de encaixá-la nos parâmetros académicos. Esta opção da investigação, sustentada no contexto e condições onde se realiza, segue a mesma tendência da ação que é fruto da premissa inicial de se assumir o desconhecimento absoluto do Alto de Bomba. Para melhor conseguir construir uma política pública a partir do modo de vida local sustentou-se o processo na escuta, na indeterminação, na indefinição, na experimentação e na incerteza.

É, por isso, que esta investigação, enquadrada no campo da Arquitetura, Urbanismo e Educação Artística, coloca esta tese num limbo entre os estudos urbanos / sociais e os estudos artísticos, logo, numa zona de contacto que abre espaço a um novo campo de ação.

Esta zona de contacto, lê-se, desta forma, como a que se constitui durante a ação, insubmissa e desorientadora, que se promoveu durante o período que abriu à participação aos que se envolveram com a IOB. Técnicos e moradores transladaram para o processo vários princípios de atuação conjunta, orientadores da forma coletiva de fazer e pensar/executar o movimento conduzido pelo sujeito coletivo que, entretanto, surgiu.

Paralelamente, tomou diferentes formas e tamanhos ao longo dos anos. Permitiu fluir informação, influência e partilha quer na relação direta no terreno, por-



Cartaz do filme *Tra k`panhá pa vivê* realizado pelos estudates aluos do terceiro ano dos cursos de Design de Equipamento e de Artes Visuais do M_EIA, Cabo Verde, 2012



Apresentação do trabalho de cartografia critica realizado no bairro da Ribeira Bote pelos estudantes do primeiro ano do curso de Arquitetura do M_EIA, Cabo Verde.

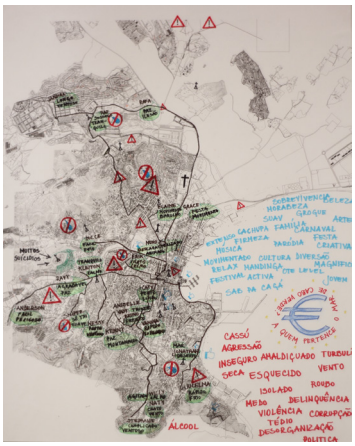
Rita Rainho, 2012

tanto entre moradores e instituições, quer na relação do movimento gerado ao redor da IOB com as instituições de poder local e central no sentido de potenciar e aglutinar a discussão sobre a urbanização local e as suas relações com o processo planetário do qual faz parte.

O vínculo profissional a uma instituição estatal que se organiza num complexo dispositivo politico/burocrático arrastou-me, com alguma frequência, para rotinas que me exigiam cumprir prazos, procedimentos ou métodos de trabalho pré estabelecidos que, pontualmente, perturbaram a investigação porque me impuseram processos que me faziam, quase sempre, tender para utilização de princípios metodológicos que a parametrizavam.
A tensão que surgiu aqui, alertada durante a parte letiva do doutoramento e pela minha sensação de bloqueio permanente à vontade de experimentar, leva-me a assumir a ação-investigação como princípio de investigação que dá sentido à deriva diária no terreno e na escrita.
Uma investigação implicada, no caso, socialmente implicada, pressupõe um paradigma crítico que proporciona ao investigador discorrer a partir da disponibilidade ideológica para a mudança e para a transformação que fomenta o agonismo e a democracia radical. Formular perguntas a partir de uma ação inicial, que possibilitem gerar questionamentos da investigação capazes de transformar, é, sem dúvida, o grande objetivo desta investigação.
Voltando à urbanização que, como vimos, domina a

(...) a unidade urbana é para o processo de reprodução o que a empresa é para o processo da produção (...) tal especificidade do urbano é histórica: ela decorre do domínio da instância económica dentro da estrutura social – o espaço da produção sendo o espaço regional e o da reprodução sendo chamado de espaço urbano(...)

Castells, 2000: 539



Apresentação do trabalho de cartografia critica realizado no bairro da Ribeira Bote pelos estudantes do primeiro ano do curso de Arquitetura do M_EIA, Cabo Verde.

Rita Rainho, 2012

Considero que o movimento ação-investigação, é radicalmente distinto de acordo com o corpo desse movimento e com o lugar da experiência.

Raínho, 2018: 96

atualidade dos estudos sobre urbanismo, sugerimos uma investigação, neste caso, realizada no lugar, interativa e relacional.

Assim, trabalhar-se-á a relacionalidade que constitui a co-pertença, bem como, se elaborarão as narrativas críticas que confrontam os lugares de hegemonia.

Do futuro resta-nos esperar por saber, sobretudo, três coisas. Primeiro, se os cidadãos de Alto de Bomba – único dos três bairros que teve algumas obras – voltarão à invisibilidade anterior a 2019; segundo, se, de súbito, assim como as calceteiras outras sementes desabrocharão e aparecerão novas vozes; e, terceiro, se nas desiguais disputas por financiamentos internacionais, provenientes sobretudo da China, Estados Unidos e União Europeia, os poderes públicos leem, por fim, os princípios orientadores da IOB, entregues ao Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação em setembro de 2021, e refletem sobre a mais valia do conhecimento construído localmente como alternativa de ação e conteúdo possível para a produção de politicas públicas para o território construídas diretamente com a população. Alternativa, essa, que saiba perguntar, saia do obvio, se abra à reabilitação urbana e à escuta de todas as zonas (...)

Flores. 2021, Disponivel em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia-invisivel-ou-outros--bairros/



“Aprende a ouvir, sente junto.” Alto de Bomba. Nuno Flores, 2020.

Abo é de Olt de Bomba també [Também já és de Alto de Bomba]

O posicionamento apresentado neste capítulo, centrado numa deriva que vive de uma investigação holística que, nas diferentes escalas, é antropofágico, bebe dos lugares, das gentes dos mesmos lugares e do desconhecimento.

Acontece que o espaço-tempo que se constrói a partir de Cabo Verde, sobretudo durante o intervalo de tempo que vivi mergulhado no desafio da IOB e desta tese, oferece um novo desconforto: a consciência de que eu não sou parte destes lugares porque venho

Não é suficiente que a desigualdade se faça respeitar: ela quer ser objeto de crença e de amor. Ela quer ser explicada. Toda instituição é uma explicação em ato da sociedade, uma encenação da desigualdade. Seu princípio é e será sempre antitético ao do método fundado sobre a opinião da igualdade e da recusa das explicações.

Ranciere; 2002:111

de outro lugar. Por isso, a necessidade de construir uma consciência do poder do sensível enquanto possibilidade de construção do comum.
Esse desconforto habitou-me, então, até ao dia que senti avistar-se o fim da IOB e entendi, igualmente, que esse fim não seria nunca assumido pela estrutura de poder onde eu estava inserido. Pelo contrário, exigia, por um lado, intensificar o meu posicionamento perante a resistência institucional que me cabia, por outro lado, expor novamente a minha fragilidade perante a impossibilidade de criar uma política pública. Ora não só sobressairiam os conflitos que encontrei perante o futuro do movimento associado ao trabalho da IOB, como também os moradores de qualquer uma das áreas envolvidas teria, agora, que viver sem a ponte que, até aqui, tinham com um Estado – representada na equipa técnica da IOB - que pagava a obra que estava em curso e permitia a realização da transformação proposta.

Para uma etnografia da experiência o desafio é descrever a elaboração processual da submissão, da resistência, do suporte à dor (ou perda, ou outra tribulação) no fluxo vital dos engajamentos intersubjetivos num mundo local particular.

Kleinman 1992:191

Recuando ao ano de 2012, primeira vez que aterrei em Cabo Verde, foi neste ano que me aproximei do projeto utópico de ensino, o M_EIA e, como consequência, do AtelierMar. Esta ONG, até hoje, marcou Cabo Verde pela forma como pensa o país, a partir das suas singularidades territoriais e geográficas, e funda-se ainda no período do partido único, imediatamente após a independência.
Num relacionamento muito próximo de inúmeras comunidades em diversas ilhas do país inicia a sua ação, contribuindo muito para a qualificação do artesanato, para o entendimento, inclusive, da geologia

O Atelier Mar é uma organização autónoma criada em 1979 na ilha de S.Vicente, vocacionada para a promoção da cultura caboverdiana, cen- trada, na sua fase inicial, na revalorização da cerâmica. Através de iniciativas de animação cultural e de formação profissional, desde sempre se vinculou ao estímulo de jovens, interligando em práticas interculturais a arte, a cultura e o desenvolvimento.

Paiva 2009:110

das ilhas e para o desenvolvimento local dos lugares. Saber do passado do AtelierMar, viver a experiência de professor visitante do M_EIA durante quatro anos, bem como, conhecer a ação do ID de quem me aproximava fruto da relação, já antiga, que tinha com o AtelierMar e da parceria que mantinham desde a fundação do M_EIA, fez-me entender a complexidade que é construir uma utopia que se pretendia crítica e fraturante.

Assim, volto às experiências em processos coletivos no Brasil e relembro tantas as vezes que me questionei sobre: qual a pertinência de eu estar ali? Quantas vezes questionei sobre como me colocar perante os participantes de uma reunião de uma associação de moradores de uma ocupação do centro do Rio de Janeiro ou uma reunião de uma associação de moradores de um quilombo rural no interior deste estado? Estas dúvidas, apesar de constantes e recorrentes até agora, começaram a desvanecer a partir da minha participação efetiva no projeto de ensino do M_EIA quando, em conjunto, decidimos desenvolver trabalhos académicos nos territórios do Mindelo marcados pela pobreza e a exclusão. A partir do momento que me confrontei com a incerteza, a dúvida e a incompletude, na primeira vez fui ao Alto de Bomba. Sentir que não pertencia, que não era parte do lugar, ocupou-me no momento que entendi necessário desconstruir o meu determinismo, a minha necessidade de definir, de prever, de pensar e, mais do que tudo, solucionar.

Este desconforto ganhou, então, nova forma. Aquela que é aparentemente mais livre e que se estimula

A independência foi marcada por um processo eleitoral onde o PAIGC se apresentou como único partido concorrente. A constituição aprovada em 1980 que institui um regime de partido único é revista em 1990, introduzindo o multipartidarismo e em 1992 ajusta-se aos valores da democracia parlamentarista.

Paiva 2009:109

(...) o M_EIA, enquanto escola de ensino superior, sediada no Mindelo, mas com braços de ação em várias ilhas de Cabo Verde, teve sempre sua ação comprometida com a realidade envolvente.
Através do envolvimento em projetos de desenvolvimento local do Atelier, bem como de projetos de imersão real do próprio M_EIA nas comunidades envolventes, a ação educativa e cultural do M_EIA tem deixado marcas ousa- das nos espaços e nas pessoas envolvidas nas intervenções continuadas (...)

Rainho 2019:146

nas relações, nas trocas, nas partilhas e em cumplicidades que nos alargam e nos situam perante a comunidade. Que desmistificam a ideia de que uma comunidade é um lugar definido geograficamente e, em geral, precário na sua estrutura física, apenas constituído por pessoas pobres.
Paralelamente, é este desconforto que fortalece a necessidade de potenciar o contrário, a ideia de que esses lugares se consigam relacionar com a comunidade que, de facto, todas as pessoas pertencem.

Mas esta fala sobre o fazer junto corresponde apenas a um discurso e talvez não negrite a atenção para o que está a acontecer através desse princípio político. Creio que aquilo que acontece é uma disponibilidade para a permanência nas relações, um compromisso de pessoa a pessoa, que se reflete no tempo destas relações, na escuta que as carateriza e no pensar/fazer que se partilha.

Rainho 2018:77

Mas, voltando novamente ao trabalho na IOB, a experiência que vivi, tornando-me ativo numa estar cúmplice interceptou-me, mas agora de uma forma mais crítica e consciente, no processo dos múltiplos C´s que é utilizado pelo ID na sua relação política com diferentes lugares do mundo. C`s que perante relações que se tentam descolonizar representam princípios de Conhecimento (remete à escuta), Confiança (remete ao estar), Cumplicidade (remete à relacionalidade) , Comunidade/Construção (remete ao comum) e Crítica (remete ao agora).
Apropriar-me deste conceito, forma de trabalhar que se funda no *Estar*, potenciou o sentido relacional da investigação.
Mais do que a definição de princípios, este método indefinido, centrado na descoberta e no saber fazer do caminho, é, sobretudo, o que constrói esse sentido de *Estar*. Constrói a pertença a partir da presença, pelo que dele me servi para trazer constantemente à minha ação a consciência do meu lugar de poder, abrindo-me incessantemente à escuta.

Assim, mais do que agir criativamente escolhendo e organizando sons, o homem dá conta, pela escuta atenta, de todo o mundo circundante.

Azevedo 2017:171

No ID, a esse modo de acontecer, de fazer junto, chamámos de processo dos múltiplos C's, o qual indica um princípio político de atuação baseado nos momentos lentamente construtores de Conhecimento, Confiança, Cumplicidade, Comunidade/Construção, Crítica na relação com as comunidades, escolas e grupos com quem se pretende uma construção conjunta.

Rainho 2018:76,77

Construir o comum obriga-me, assim, a uma contínua abertura ao debate, ao diálogo e à procura de pontos de vista e de questionamentos que me permitem encontrar o sentido desse mesmo comum. Obriga-me a procurar um *Estar* agonístico que não evita embates, que não procurar certezas, que permite a mudança porque se abre a novos pontos de vista, que não oculta as minhas próprias fragilidades pelo que, coloca uma nova questão: como encontrar metodologias que garantam a possibilidade da minha ação e a exequibilidade da minha investigação?



Alto de Bomba. Nuno Flores, 2021.

Ma ses tem, no ka ta podê tem? [Mas se eles têm, nós não podemos ter?]

Um dos primeiros conflitos que encontrei em conversas avulsas que não só tive pelo Mindelo, como também tive enquanto professor do M_EIA e, mais tarde, funcionário do MIOTH, prendia-se com uma visão de uma cidade dualista. Uma visão da cidade que tendia a classificar como informais os territórios onde se localizavam cidadãos que eram adjetivados como os mal alojados, ilegais ou clandestinos, enquanto que, por oposição, quem se classificava como cidadão vivia na cidade de fundação portuguesa ou inglesa. Isto porque, é lá que se situam as instituições, os negócios, o emprego, a organização, as casas pintadas e acabadas, portanto, a cidade.
Paralelamente, as mesmas conversas eram esva-

(...) Amamos as cidades que se reinventam. Amamos as cidades que têm esquinas, padarias e botequins... Amamos as cidades amigáveis que tratam bem habitantes e visitantes e onde se encontra quase tudo num quarteirão.
Amamos as cidades com entretenimento e espaços de lazer para todos.
Amamos as cidades que preservam o ambiente e protegem os seus bens ambientais dos especuladores imobiliários. Amamos as cidades que respeitam a sua história e a sua arquitetura.
Amamos sobretudo as cidades inclusivas onde todos possam exercer a sua cidadania.

Disponivel em: https://www.antena-livre.pt/files/_ffa_2020_apresentacao_5f9c0a899a6ba.pdf

ziadas quando sugerida a comunidade. Quando sugerida a construção de comunidade, do comum, do coletivo que se constrói na vivência em conjunto, na partilha de bens e serviços, na vida que faz os lugares, automaticamente, as conversas se esvaziavam e se evidenciava a invisibilidade de quem não vivia no centro da cidade, pelo que, sobre quem se generaliza uma condição periférica. De uma condição marcada no território por uma urbanização habitualmente designada como um lugar que não requere atenção, aqui visto como um área indefinida, ambígua e transitória. Designado como uma zona. Onde não há passeios, nem nada se organiza como na parte colonial, não tem a praia, mas vê o mar. É labiríntica com ruas de terra, não tem luz, nem água. É invisível, não fala, não tem voz, por isso, não é um lugar. No entanto, tem uma vida singular que se faz nas ruas, nas esquinas, nas soleiras das portas e nas mercearias.





Encontro habitual de moradores de Alto de Bomba para realização de jogos de Damas ou Uril.

Nuno Flores, 2021.

Aproprio-me, então, de uma frase que era recorrente nessas conversas fora dos territórios que, no geral, se entende por cidade: *Ma ses tem, no ka ta podê tem?* [Mas se eles têm, nós não podemos ter?]
Na deriva por onde se constituiu o sujeito de investigação, este dualismo foi sempre latente e tanto aparecia em conversas no Mindelo, como no Rio de Janeiro e em viagens que fiz anteriormente à Praia, a Cuba, à Colombia ou ao Perú.
Entendo que aqui surge um lugar de poder que existe, igualmente, no investigador. Este lugar que se divide entre diferentes ações – a do sujeito político e a do sujeito investigador – ancorou-se no entendimento

O Mindelo é um daqueles casos raros onde o urbanismo conta tanto como tudo o resto. No Mindelo não há arquitectura monumental, o que não quer de forma alguma dizer que não há arquitectura de qualidade ou interessante, a qual, não está apenas na cidade consolidada e não é necessariamente da autoria de arquitectos.

Rossa in Figueira; Moniz 2007:43

dos discursos públicos e ocultos que consubstanciam os factos de investigação.
Mas esta posição obriga a um afastamento pontual. Caso contrário, a investigação é consumida pela ação que obriga a participar e a estar. É neste momento que surgem dúvidas e questões sobre a premência de utilizar um método de investigação e objetificar o lugar, as ações, as pessoas ou mesmo a ação política.

Em 2012 quando comecei a dar aulas no M_EIA o curso de Arquitetura não era, ainda, mais do que um projeto que absorvia uma visão para a arquitetura semelhante à perconizda pelos projectos de desenvolvimento local desenvolvidos pelo AtelierMar e, na sua estrutura organizativa, muito semelhante ao Mestrado Integrado da Faculdade de Arquitetura do Porto. À época, além de estudos sobre a história de Cabo Verde, que também analisavam a arquitetura e a fundação das cidades, apenas o CIDLOT – Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território e o AtelierMar – através do SIRUM, Seminário Internacional de Reabilitação Urbana do Mindelo – falavam de *áreas informais*, da *expansão informal* e da vida que nelas se constituía. Tanto os conteúdos produzidos no CIDDLOT como no SIRUM, apesar de mostrarem muita consciência e um elevado sentido de oportunidade política relativamente à necessidade que já havia em falar de territórios que, sobretudo nas últimas três décadas, mergulharam em situações de evidente pobreza, não ganharam relevância que permitisse condicionar

Os valores e potencial do centro são múltiplos, mas não mais importantes do que os da coroa e da periferia urbanas.
Igual sucede com os diferentes graus de gravidade dos problemas.
Em suma, no Mindelo os valores, potencialidades e problemas congregam-se de forma pura em torno do urbano. Por isso a reflexão e debate positivo sobre reabilitação/revitalização são aqui um exercício particularmente profícuo em termos académicos, pedagógicos e científicos, mas também humanos e de cidadania.
Importa, contudo, ir um pouco além daquilo que nos compete e podemos fazer, ensaiando e concretizando, prestando serviço e cooperando.

Rossa in Figueira; Moniz, 2007:43

Apesar deste modelo de expansão da cidade, de génese essencialmente informal e com níveis de consolidação à medida que o crescimento se afasta do centro, parece-nos possível alguma margem de intervenção. Porém, este processo informal e espontâneo de ocupação do território, sem visão de conjunto, deixou já disfunções claras no tecido urbano, mais concretamente e de forma mais significativa, ao nível da mobilidade (estruturação / hierarquização do sistema viário e enorme insuficiência de estacionamento automóvel) e do sistema natural de drenagem de águas pluviais

Santos; Ramos; Bruno; Amado; Delgado; Lobo; Pimenta in Figueira; Moniz 2007:120

politicamente algum governo a alterar as estratégias até então utilizadas para trabalhar nesta área do território.
Participar da construção de um curso de arquitetura que viria a abrir um ano depois levou-me a refletir sobre a formação e o panorama da arquitetura cabo-verdiana.

Haveria alguma relação possível entre a disponibilidade para tratar os territórios mais desiguais do país e a histórica formação universitária dos arquitetos que atuam em Cabo Verde?
Se inicialmente a arquitetura e o urbanismo se produziram por arquitetos portugueses e ingleses, ou mesmo sem arquitetos, até à criação do M_EIA e da Universidade Jean-Piaget, portanto, tanto antes como depois da independência, os arquitetos caboverdianos formavam-se maioritariamente em Portugal ou em outros países europeus, e, em menos quantidade e mais recentemente, no Brasil.
É de referenciar que apesar desta tendência, a estrutura diaspórica que marca a sociedade cabo-verdiana, bem como, as relações políticas que marcaram o período pós-independência permitiram, igualmente, a possibilidade de cidadãos estudarem em países como Cuba, Rússia, China, entre outros.
Isto reflete que são notórias e facilmente identificáveis relações da arquitetura que se produz em Cabo Verde com a arquitetura que se produz nestes países. Colocaram-se, então, outras questões que me encaminharam, sem dúvida, para a certeza de que teria de trabalhar a partir de um processo de ação-in-

Para se redesenhar uma outra concepção de universidade, menos conectada aos desígnios de mercado e mais voltada para a emancipação social dos cidadãos, é necessário trazer a ecologia de saberes para dentro das universidades. Isto significa reinstrumentalizar a prática universitária, ou seja, apreender novas maneiras de construção de conhecimento, menos pautadas pelas medidas padronizadas pela racionalidade cognitivo-instrumental.

Moassab 2017 Disponivel em: https://www.buala.org/pt/cidade/campus-universitario-uma-reflexao--para-o-seculo-xxi-a-partir-do-estudo-de-caso-da-instalacao-

Quanto à Educação Artística, a crença na individualidade e autoria contribui para a divisão entre a arte popular e as belas artes, ficando a primeira excluída dos currículos, ou remetida para o plano das manualidades.

Rainho, 2018:184

vestigação: como contribuir para o fortalecimento da arquitetura, resistindo às influências da arquitetura e urbanismo estrangeiros, se maioritariamente a formação da maioria dos arquitetos foi realizada fora de Cabo Verde? Como discutir o papel dos arquitetos nas atuações no entendimento da urbanização planetária e na configuração de uma arquitetura coletiva e sem autor? Será, de facto, necessário encontrar uma arquitetura e um modelo urbano para o modelo atual de urbanização cabo-verdiana ou será isto uma tentativa salvacionista? Qual o contributo do trabalho da IOB e do conhecimento produzido por esta investigação para a construção de um pensamento contra-hegemónico para a arquitetura e o urbanismo?

Paralelamente, poucas referências existentes em Cabo Verde sobre investigações e ações do tipo levaram-me a questionar o que conhecia sobre ações passadas noutras geografias que, para o caso, não se encaixariam como uma possibilidade. Assim, agendas como as dos Programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, ou ações dos *Proyectos Integralles de Desarrollo Urbano*, em Medellín, se mostravam fora da escala que se adaptaria a Cabo Verde; salvacionistas pelo facto da objectificação metodológica que acabou por acontecer com a favela; bem como a manipulação política que sofreram e que os tornou tema central de agendas eleitorais, distanciando-se da possibilidade de transformação, superação e emancipação que se pretendia.

Ao contrário, facilmente se entendeu que o dispositivo político instalado em Cabo Verde, apenso às debilidades já mencionadas de um Estado Cliente depen-



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*



Retirado das fotografias realizadas por Diogo Bento, em Março de 2019, para construir os primeiros conteúdos da IOB no *instagram.*

dente de empréstimos internacionais que implicam as agendas políticas, não seria permissivo a uma experiência como Programa SAAL, por exemplo, levada a cabo em todo o território nacional e com forte participação popular. Implicada na decisão política, pelo que grande responsável pela a ambiguidade do sujeito político e de investigação que encabecei.

O trabalho que precedeu esta investigação, dentro da M_EIA, não só me arrastou com um olhar ainda mais atento ao processo de urbanização que se dá globalmente, como também me abriu para o peso dos conceitos que carrego e do lugar de onde venho, sobretudo sendo a IOB desenvolvida em Cabo Verde.

Assim, pensar/executar uma experiência como a IOB alertou-me, ainda mais, para os efeitos do meu corpo branco, da presença/história ocidental que tenho e carrego, dos silêncios que me defronto e, sobretudo, da forma como, entretanto, passei a enfrentar o desconhecido. Desconhecido que, reflito agora, foi trunfo secreto para enfrentar a inexperiência de trabalhar com estruturas extremamente político-partidarizadas que se tornam fechadas e recheadas de *praxis* que fomentam, em geral, enormíssimas impossibilidades. Este corpo-político, dedicado à sua micro ação mas capturado pelas amarras da ação macro-política partidarizada é também o corpo-contexto que nesta viagem pela urbanização planetária produz a situação da investigação. No entanto, consciente que pelas suas características e pelo contexto onde está inserido gera a sua própria visão e a sua própria situação.

O conformismo e determinismo da macropolítica que condiciona a micropolítica, em nada é semelhante ao movimento que a IOB construiu. Este último, não só possibilitou o alargamento das relações sociais de moradores(as) que são agora menos invisíveis, como deu oportunidade a mudanças epistemológicas que, a breve trecho, poderemos perspetivar melhor.

Flores, 2021 Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia-invisivel-ou-outros--bairros/

A fantasia do Branco age (...) como constelação de objetos de desejo e de sinais públicos de privilégio. (...)Tal força mani- festou-se de diversos modos em várias épocas e contextos– genocídios e extermínio no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas colonizais em África, na Ásia e na América do Sul, apartheid na África do Sul e, um pouco por todo o lado, extorsão, roubos, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro, para coroar o conjunto vernaculização da alienação.

Mbembe, 2014:87

Provavelmente, está aqui um detalhe que não é até hoje entendido pela sociedade, sobretudo pelo corpo político que compõe até hoje o MIOTH, como central na IOB e como essencial no sentido que lhe foi conferido. Dá sentido a um movimento que não define um método, resiste a um método previamente determinado e se funda nas cumplicidades e nas relações. Separa, por isso, a obra que se realiza e, no caso, um governo que a paga, de um pensamento que semeia futuros e se intercepta com o político que se implica na vida e gera transformação.
Assim, configurei-me como um arquiteto/investigador/ativista consciente da impossibilidade de participar e observar em permanência.

O lugar de privilégio que ocupo consiste em poder sair do espaço-tempo que observa e participa e poder confrontar o pensamento que faz desta tese uma experiência de escrita que se configura num documento incompleto. Certamente o primeiro registo de um processo que ao longo do tempo se consolidará e mostrará a inevitabilidade e imprescindibilidade de pensar a urgência de atuar em territórios marcados pela desigualdade e pela inexistência de direitos políticos e sociais. De provocar um desconforto consciencializador perante o lugar inumano que muitos estão no território, a nossa casa comum.
O contínuo desta ação-investigação iniciou a partir do momento que me fui tornando consciente deste mundo e adoptei lugares que, até hoje, me ocuparam: o pensamento, a língua e mesmo a escrita.
Com o tempo entendi que as relações de poder que

me deparei não poderiam ser evitadas. Desconstruiu-se a ideia inicial de que, de facto, era possível atuar porque ser parte da estrutura de poder do momento o permitia.

Construiu-se, então, uma consciência das mudanças que chegam com o mergulho na IOB, tanto na relação entre o meu ser, entre mim e a comunidade e entre mim e o sujeito coletivo que, entretanto, se constituiu. Questionei-me, cada vez mais: como criar uma metodologia que se pretende indeterminada, sem método, nem objeto de estudo?



Frase retirada de entrevista realizada a moradores de Alto de Bomba. No caso, a moradora Miriam Lopes responde à pergunta: Como é que explicas os Outros Bairros? Miriam Lopes responde: “ Outros Bairros não tem explicação. Só olhando, só sentindo...”

Katem explicação, só oiod, só sentid [Não tem explicação, só visto, só sentido]

A partir da necessidade de pensar num método de atuação que não determinasse, à partida, a ação vi-me, desde logo, forçado a colocar-me perante a investigação distante da ideia de construção de um objeto de estudo. Isto porque me aliciava mergulhar e me enraizar no modo de vida local. Além disso, sabia que tendia a comparar a forma como o território se urbaniza em Cabo Verde com outros lugares que conhecia, sobretudo as favelas do Rio de Janeiro. As proposições que levaram à concepção/implementação do programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, na década de 1990, e a forma como se configurou até 2004, ano em que se realizaram as suas últimas

Iniciados os trabalhos, introduziram-se os conceitos teóricos sobre o significado dos “assentamentos irregulares” e sobre o facto desta denominação não considerar a sua gênese e razão de ser, focando somente a questão da não observação das regras legais estabelecidas para a cidade formal. Nesse quadro teórico ressaltou-se que estes assentamentos representam a expressão urbanística de uma dívida social histórica e, hoje, são parte das estratégias de sobrevivência dos mais pobres, que não conseguem encontrar no mercado soluções habitacionais adequadas às suas condições específicas.

Flores, Nuno; Ribeiro, Manoel (2016) Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/no-te-ne-kemin

obras em favelas, colocavam diferentes questões relativamente à possibilidade de pensar uma estratégia pública para estudar a urbanização em Cabo Verde e, consequentemente, aos desafios de uma investigação sobre este território.
Como atuar no Alto de Bomba sem objetificar os processos de urbanização cabo-verdianos pela comparação com uma favela? Como, ao contrário do Favela – Bairro, não atuar em Cabo Verde de forma salvacionista, tentando encontrar as premissas possíveis para a criação de uma política pública em detrimento de um programa de reabilitação urbana condenado ao encerramento no fim das obras como aconteceu no Favela – Bairro? Como pensar uma política pública para Cabo Verde, interpretando a escala das instituições, dos recursos e da sociedade? Como procurar novas práticas para pensar o território em Cabo Verde, sobretudo sabendo da sua transversal e visível desigualdade? Como construir uma investigação a partir de uma ação que se consubstancia no modo de vida local para transformar a realidade?
As questões colocadas interceptavam-se de uma forma que tornavam a alteridade um dos temas centrais a esta investigação. No entanto, questionando, igualmente, ser construída a partir de um olhar exterior, com a carga ocidental, que também levaria à objetificação.

A partir da conversa com a moradora que proferiu a frase que dá título a este subcapítulo, ficou-me ainda mais claro a necessidade de dar continuidade ao caminho forjado a partir com o trabalho realizado no

(...) A deriva urbana consiste no desafio de não sucumbir a toda esta ilusória liberdade do caminhar.

Andrade, 2021:98



Reunião da com estagiários do M_EIA durante a fase de levantamento.

Diogo Bento, 2019.

M_EIA com os estudantes do primeiro ano do curso de arquitetura, *No te ne kemim*[12], pois senti a necessidade de potenciar o desenvolvimento local através do existente, do modo de vida e da cultura locais.
A atenção particular ao *Estar* vivido diariamente fomentou a transladação de toda a equipa, até ao fim de 2019 fixada nas instalações da CMSV no centro da cidade do Mindelo, para dentro da casa de um morador no bairro de Alto de Bomba. Reforçou-se, assim, a interdependência entre os sujeitos envolvidos na investigação, bem como o sentido da construção do coletivo, da transformação, da construção de comunidade e de futuro.
Passei a trabalhar, juntamente com o coletivo que formou a equipa da IOB, dentro de uma habitação do bairro de Alto de Bomba. O nosso lugar de trabalho confundia-se com a sala de estar da casa da moradora onde instalamos o escritório; e os moradores jovens passaram a utilizar o escritório da IOB como sala de estudo e de convívio. Lugar de conversa ou, simplesmente, o sítio onde se pensava que tudo se sabia sobre o desenvolvimento da IOB. Fez-se o nosso dia a dia pelas ruas, largos, becos, casas e praças do Alto de Bomba.
Neste *Estar* sensorial, construído na relação com os conflitos e tensões que caracterizaram a tomada de consciência sobre lugares não planeados da urba-



Verificação de habitações existentes no Alto de Bomba.

Diogo Bento, 2019.

[12] No te ne kemin, em crioulo estamos a caminho, foi um estudo partilhado sobre uma metodologia de actuação em assentamentos autoproduzidos na cidade do Mindelo, Cabo Verde, nomeadamente no Alto de Bomba e suas áreas anexas, elaborada com os estudates do primeiro ano das disciplinas de Antropologia do Espaço e Teoria Geral de Organização do Espaço dos cursos de Design, Artes Visuais e Arquitectura do M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura.

nização e da condição periférica de quem a habita, o desenvolvimento da IOB permitiu registar várias conversas, palestras, reuniões, entrevistas abertas, residências artísticas, desenhos, trabalho em comunidade inerentes aos contextos relacionais, assentes sobretudo na experiência que conhecia pela participação no M_EIA, pelos exemplos dos coletivos que me relacionei no Brasil e pelo envolvimento cada vez mais próximo do trabalho ID. Além de uma obra que transformou sensivelmente 5000 m2 de espaço público, implicando diretamente 171 habitações e cerca de 800 moradores, pela ativação do espaço público transformado, foram concebidas as seguintes ações: conversas semanais abertas e realizadas na Praça *Nho Jon,* centradas em temas levantados pelos moradores ou propostos por membros da equipa que, mais tarde, resultaram num evento designado com o mesmo nome que as alargou a intervenientes outros atores de Cabo Verde, Brasil e Portugal; a residência artística *Kubaka*, cujo objetivo foi refletir sobre Alto de Bomba e a partir da realização de um CD de Hip-hop num estúdio de música local; a residência artística *Dsinrascá*, cujo objetivo foi construir a memória de pessoas e ofícios locais com os jovens do Alto de Bomba a partir do vídeo e da fotografia; as formações em contexto *Amdjer na Obra*[13] e *Pedra Calcetod, eh Txon Calçod*, cujo objectivo foi dar acesso a um grupo de 20 mulheres à obra de reabilitação, bem como fomentar a sua participação na IOB e no Alto



Primeira casa que visitei no Alto de Bomba.

Nuno Flores, 2019.



Primeira casa que assisti motrar-se no Alto de Bomba.

Nuno Flores, 2019.

[13] Amdjer na Obra é um grupo de dez mulheres calceteiras formado a partir de uma formação em contexto de calcetamento que aconteceu durante as obras da Iniciativa Outros Bairros no Alto de Bomba.

de Bomba através do calcetamento das ruas do próprio bairro; e, por fim, a realização do evento *Somá na Ponta*, com o objetivo de discutir entre técnicos, moradores e atores políticos os princípios orientadores para o futuro da IOB.

A intercepção entre as proposições técnicas por trás das ações levadas a cabo pela IOB e a tomada de consciência sobre o papel político dos coletivos que entretanto se organizaram no Alto de Bomba gerou o papel social que se supunha que a IOB provocasse. Até hoje, recordo, frequentemente, dias que marcaram a minha posição na investigação porque fui abordado por jovens músicos de Hip-hop, confrontando-se com o papel do seu sujeito político; moradores/trabalhadores contando-me da transformação da sua realidade pelo facto de largarem o dia a dia de tarefeiros pontuais de obras em diferentes partes do Mindelo, no porto marítimo ou no município; mulheres calceteiras partilhando a luta por um salário igual ao dos trabalhadores homens em obras do Estado, a luta pela possibilidade de participar na construção do próprio lugar e, já depois de sabermos do fim anunciado da IOB, a possibilidade de trabalharem como calceteiras do município, cuja situação laboral está, até hoje, sem vínculo contratual estabelecido, por isso, sujeita a enorme precariedade.

A configuração de cada grupo revelou uma mobilização mais potente no grupo de calceteiras *Amdjer na Obra*, cujo impacto, juntamente com as transformações físicas que a vários níveis aconteceram nos bairros, levaram os moradores a se apropriarem, de facto, da IOB. Abriu-se ao reconhecimento da neces-



Conversa com estagiários e participantes de uma sessão de esclarecimentos da IOB organizada na Covada de Bruxa.

Queila Fernandes, 2019.



Conversa sobre a obra a realizar na Covada de Bruxa com os moradores

Nuno Flores, 2019.

sidade de pensar o processo atual na sociedade cabo-verdiana e, paralelamente, a uma reflexão externa e crescente das lutas do Alto de Bomba.
Mas mais do que assistir a uma tentativa de todos os grupos em ocupar novos espaços e construir novas relações sociais, estas notícias entravam, em geral, no escritório da IOB como as primeiras tentativas do próprio bairro de ser protagonista da sua própria história, de contar as suas próprias histórias, e, por certo, da nossa relação com a alteridade.

Com a confiança gerada pelo dia a dia no Alto de Bomba, qual o peso da minha intervenção perante o outro e perante as ações que entretanto ganhavam sentido no próprio bairro?
O percurso efetuado com os diferentes grupos colocou-me perante o fascínio do desconhecido. Se por um lado, a procura da alteridade e os discursos que ela produz eram facilmente instrumentalizados a cada vez que se construíam novas relações sociais ou novos aproximações individuais de outros indivíduos externos ao Alto de Bomba, por outro lado, assumo o fascínio do potencial que se construiu na relação com todos os grupos pelo facto de nela se fundar a possibilidade de construção do discurso do sujeito coletivo representante desse modo de urbanização.
Voltando ao método, outro conflito habitou o meu pensamento durante toda a investigação. Ao mesmo tempo que cada fala, texto, imagem, som, silêncio e pensamento constituíram matéria para problematizar o sentido de querer contribuir para novas práticas

Si nos referimos al compromiso y el carácter "militante" de la investigación, lo hacemos en un sentido preciso, ligado a cuatro condiciones: a–el carácter de la motivación que sostiene la investigación; b–el carácter práctico de la investigación (elaboración de hipótesis prácticas situadas); c–el valor de lo investigado: el resultado de la investigación sólo se dimensiona en su totalidad en situaciones que comparten tanto la problemática investigada como la constelación de condiciones y preocupaciones; y d–su procedimiento efectivo: su desarrollo es ya resultado, y su resultado redunda en una inmediata intensificación de los procedimientos efectivos.

Coletivo Situaciones, 2002:3

Movimientos sociales, anti-mineros, campesinos, indígenas, comunidades locales, protagonizan la resistencia poniendo el cuerpo y el alma, la cultura y la teoría contra los proyectos de muerte y por la crianza de la vida. La ciencia social, lejos de sus ideales de lucha, se encuentra ya posicionada al otro lado del frente de conquista. La ciencia disciplinaria, que buscaba conocimiento, tiene finalmente un lugar en el mercado como ciencia posdisciplinaria. Este manifiesto propone indisciplinar la ciencia, y como primer medida radical, indisciplinar la metodología.

Haber 2011:5

de pensar o território e para fugir à objetificação dos lugares, a proposição inicial de formular uma política pública de reabilitação do território em Cabo Verde a partir do modo de vida da população local, sugeria formular um texto que sistematizasse a nossa experiência e que permitisse levá-la a outros lugares. Longe de apaziguado, este conflito manteve-se durante todo o processo acompanhado dos questionamentos já existentes sobre dúvidas relacionadas sobre como ações hegemónicas associadas à arquitetura e ao urbanismo se confrontavam perante os desafios dessa urbanização.

No meu afastamento a um método estabelecido, partindo do *Estar* no lugar que me funda enquanto sujeito investigador, procurei suspender-me e não falar pelo outro, pelo contrário, também ser outro. Assim, construir uma investigação militante resultante da vivência das situações que me vi habitar.

Antes de refletir sobre o situacionismo inerente ao trabalho desenvolvido na IOB e na investigação, cabe entrar nas possibilidades que se desdobram a partir daí. Por isso, campos de ação, cuja identificação entre diversos atores que se relacionaram, abriram diferentes frentes de discussão, construindo espaços-tempo próprios e com velocidades próprias. No meu caso, mergulhado no processo enquanto arquiteto / investigador / ativista estes espaços-tempo forjaram-se na forma como o meu corpo / contexto se apropria das situações.

Habitar a situação a partir de um processo que se propôs a compreender a urbanização planetária, con-

Si en este texto me detengo a elaborar una metodología indisciplinada o nometodología, se debe a que es necesario efectuar una discusión de la metodología en su propio campo, que sea al mismo tiempo una discusión del campo. Semejante preocupación anima el texto de Linda Tuhiwai Smith (1999), tal vez la referencia más acudida en la materia, aunque la autora prefiere reconvertir propuestas metodológicas dentro de un marco decolonial sin discutir a la metodología misma.

Haber 2011:7

siderando uma transformação coletiva leva à reflexão do corpo no lugar. Tornam-se, então, claras as diferenças do meu corpo – masculino, branco, ocidental e errante, logo com marcas de outras geografias - enquanto elemento imerso na tradução, transcrição e interpretação das ações que constituem o meu sujeito de investigação, e, por exemplo, os corpos invisibilizados das mulheres que se organizaram e construíram o grupo de calceteiras *Amdjer na Obra*. Guardo as palavras da moradora de Alto de Bomba, que me referia numa das conversas que realizamos com o grupo, o calcetamento lhe ter dado uma consciência e uma visibilidade no Alto de Bomba e no Mindelo que a faziam, entretanto, preocupar-se, de facto, com os desígnios comunitários do Alto de Bomba.

Mas se no que era a possibilidade de abrir a discussão sobre a urbanização na sociedade cabo-verdiana eu entendia determinante o meu papel ao nível da resistência institucional, que razão justificava poucos moradores assumirem, de facto, a resistência local? Como deveria ser entendida essa resistência local a partir do Alto de Bomba e não da forma que eu conhecia, sobretudo se pensasse em antigos movimentos sociais que se constituem esteios de luta em países como, por exemplo, o Brasil?

A ativação do espaço público, ação promovida pela IOB que se centrou no debate de ideias através de encontros no espaço público transformado ou por transformar, produziu um espaço-tempo capaz de dar aos locais a possibilidade de, através da oralidade, refletirem, recuperarem e produzirem a sua própria

As percepções dos alunos, revelavam estar entendida a dificuldade de relacionamento entre moradores e poder público, no encaminhamento de demandas e sugestões para fortalecer a cidadania e a participação democrática. Revelavam uma rápida sensibilidade para entender os estágios de urbanização, num gradiente decrescente de qualidade, desde o sopé ao ponto mais alto da área em estudo. Percebiam o processo espaço/tempo da sua progressiva ocupação e que o entendimento desse processo, espontâneo e informal, fornece a chave de uma ação de melhoria progressiva das condições urbanísticas e habitacionais de uma comunidade assente numa encosta. Como corolário dessa ideia, despontou o reconhecimento de que a principal carência local era infraestrutural e que os problemas habitacionais poderiam ser corrigidos através de uma assistência técnica que o próprio M_EIA pode prestar.

Flores, Nuno; Ribeiro, Manoel (2016) Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/no-te-ne-kemin

(...) guardar el modelo - ahora de manera negativa para comparar la experiencia real al modelo ideal, mecanismo que utilizan las ciencias sociales para extraer sus “juicios críticos”.

Coletivo Situaciones 2002:8

história. Entre diversos fatores de potência já referenciados, reverberavam falas de mulheres oprimidas que, nesta sociedade matriarcal como tantas enormemente consumida pelo patriarcado, historicamente construíram uma resistência que também se evidenciou e fortaleceu, inclusive, na produção da forma territorial de todo o território perante o sistema de organização social, opressor e violento, que até hoje vigora.

A IOB, ação que, por três anos, se confundiu com a minha vida e que se desenvolveu nos territórios mais desiguais de Cabo Verde, no território e na política, não só permitiu a minha inscrição na sociedade com a liberdade que eu me exigia para desempenhar a minha profissão, como a partir de certo momento - discutiremos no último capítulo desta tese - me fez viver diariamente prisioneiro da minha decisão de querer atuar e pensar de forma livre.

Estar diante da situação, habitá-la e procurar atuar nela em coletivo expôs tensões que se prendem com a classe e a côr representadas pelo meu corpo, pelo que, também na escrita deparar-me-ei com a ocidentalidade que, igualmente, me habita. Importa, assim, assinalar que as premissas que consolidam o movimento de ação-investigação se tornam distintas, dependendo do corpo e do contexto em causa.

Os sujeitos político e investigador que se representaram nos movimentos do meu corpo durante quase quatro anos de investigação, não só se construíram nas tensões físicas e imateriais do território, como também na controvérsia da minha posição de funcionário do governo, branco e europeu e de promotor de

Na primeira fase da Internacional Situacioista, tinha-se em vista revisitar e superar a cultura moderna, como uma crítica analítica às vanguardas da primeira metade do Sec. XX, a saber, o futurismo, o dadaísmo e o surrealismo.

Andrade, 2021:96

uma zona de contacto que permitiu estar diariamente no Alto de Bomba. Esta obra aberta, proporciona, por isso, uma transformação sem a pretensão de alguma vez pensar o que teria de ser concluído.

Obra aberta como proposta de um "campo" de possibilidades interpretativas, como configuração de estímulos revestidos de uma substancial indeterminação, de modo a que o fruidor seja levado a uma serie de "leituras" sempre variáveis; estrutura enfim como "constelação" de elementos que se prestam a diferentes relações recíprocas.

Eco, 2016 [1ª edição 1962]:157



Mumbai. Nuno Flores, 2023.

***Bsot é kenhé?* [Quem são vocês?]**

Próximo do fim do capítulo que define a posição a partir da qual foi construída a investigação, assumo o que trago no que concerne aos deslocamentos pelo território. Para as políticas sobre o território e mesmo para a investigação importa, agora, discorrer sobre o que se coloca em causa entre o conhecimento teórico que consubstanciou a ação e o que se absorveu, a partir do mundo do sensível que se funda no dia a dia que constitui a vida de cada lugar. Do mundo do sensível e do que decorre do confronto entre o investigador, arquiteto e ativista, a partir de uma ação participante no interior de Alto de Bomba.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e de recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha.

Ranciere; 2005:15

Pergunto, então, como seria se não se tivesse concretizado uma consultadoria ao gabinete da Ministra das Infraestruturas de Cabo Verde? Como seria pos-

sível fazer uma tese que pretende sugerir novas práticas para pensar o território e fraturar os discursos da cidade em Cabo Verde se nunca tivesse podido estar em Alto de Bomba e nos demais lugares? Realizar a investigação sem mergulhar nos lugares dar-me-ia, apenas, o conhecimento para ser fundamentado no campo teórico onde se encontra o terreno do urbanismo, enquanto que, estar nos lugares, mergulhar na vida dos lugares abre a investigação ao sensorial, ao mundo do sensível e aos questionamentos sobre a alteridade e a tentação de objetificar a urbanização e os lugares onde ela acontece. Assim, validar a opção pela ação-investigação que possibilitou o meu corpo político fortalecer a deriva a que me sujeitei enquanto arquiteto / investigador / ativista.

Habitar a situação residiu em estar neste lugar físico para que a partir de dentro surgissem novas potências. Igualmente, estar como consultor do MIOTH - *habitar a situação* do lugar onde se construíam os discursos políticos oficiais - permitiu construir a resistência dentro da instituição, ainda que inicialmente isolada e solitária, que esperou o tempo certo para se acompanhar da voz do Alto de Bomba, fortalecendo a insurgência, o embate e os conflitos com as tensões permanentemente encontradas perante o dispositivo institucional.

Todas as ações me constituíram como um ator que, por um lado, participa, mas, por outro lado, observa, por isso, descreve e classifica.

No entanto, tanto as primeiras discussões sobre o que fazer para reabilitar coletivamente um lugar,

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce.
Assim, ter esta ou aquela "ocupação" define competências ou incompetências para o comum. Define o facto de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc.

Rancière, 2005:17

Por fim, hoje, não como há 25 anos, nossas palavras de identidades, anti-capitalismo, anti-colonialimo, feminismo estão seduzidas e apropriadas por todo um conjunto de agendas neoliberais. No entanto a ação que perseguimos vive parar além delas.
Vive nesta germinação de 25 anos de afetos e cumplicidades para mim, uma escola de perguntar sem medo. Agir afetados pelo afeto. Errar. Sim, erramos, desconseguimos, fracassamos.
Erramos de novo, persistindo, fracassando,...

Rainho, 2021:15

A dimensão epistémica do atual como revela um discurso e uma imagem no continente africano com identificações predominantemente eurocêntricas. Considerar a própria (im)possibilidade da descolonização, implica, para mim, incorporar o processo de desconseguir enquanto suspensão política do conseguir exitoso.

Rainho, 2018:29



Localização do escritório*

como o arranque da obra de reabilitação do espaço público desse mesmo lugar, o Alto de Bomba, trouxeram-me questões que se prenderam com a legitimação das ações do outro. Entendi que não poderia viver, investigar, participar e colaborar com limitações vindas pelo determinismo da ação, pela minha dificuldade em entender a controversa posição de querer estimular um processo coletivo perante um dispositivo público que o inibe e pelas fronteiras (físicas e sociais) que sabia existir.

Entendi aqui que toda a experiência vivida nos coletivos que me aproximei no Brasil sempre me foi possível participar, mas quase nunca pertencer. Assim, entreguei o sentido da minha ação à possibilidade de colaboração, de uma co-pertença que permitiu alargar-me à participação em novas experiências e à construção de novos futuros. Tudo que motivou a

*Da tese de mestrado: *Informalidade e resistência: a partir da agência da Iniciativa Outros Bairros em Mindelo, Cabo Verde*

Considerar a própria (im)possibilidade da descolonização, implica, para mim, incorporar o processo de desconseguir enquanto suspensão política do conseguir exitoso.

Rainho 2018:29

possibilidade de concretização da IOB saíra indubitavelmente da minha esfera profissional e alargara-se à minha vida.

Desconsegui de tentar controlar processos, e coabitei a angústia do grupo de mulheres que se insurgia perante a impossibilidade de trabalhar na obra porque os salários dos funcionários desta (coabitantes das suas vidas) não entravam nas suas casas; a angústia de alguns jovens abordados pela polícia por colar cartazes nas ruas do Mindelo, reivindicando os direitos do seu bairro; ou a angústia de tantas e tantos que há anos não conseguem legalizar o chão das suas próprias casas pelo acesso bloqueado ao poder municipal foi o chão fértil para crescer a relacionalidade que possibilitou associar-me às suas próprias lutas.

Construir cumplicidades a partir da relação confrontou a IOB e a investigação, de imediato, com uma abrangência de temas que exigiram alargar a co-pertença a diversos atores e abrir a minha vida a outras áreas do conhecimento, da política e do território. Nem imediato, nem óbvio, o caminho foi, sobretudo, sempre importunado por amarras impostas pelo dispositivo governamental. No entanto, fazer parte da situação e construir a relacionalidade com quem está presente torna-se o âmago da resistência capaz de lutar pela existência de territórios livres e com direitos previstos numa sociedade democrática.

Utilizo aqui o conceito desconseguir, transportado de meus mergulhos em Moçambique, onde este verbo traduz uma relação própria com o não conseguir. A meu ver, esta relação advém de uma intenção particular sobre a ação, não por negligência, mas por uma suspensão política do conseguir exitoso. É disso que aqui trato.

Rainho, 2018:350

Sem as intenções e o desconseguir de que fiz parte não haveria espaço-tempo nem para estas reflexões

Rainho 2018:231

La diferencia operativa entre el “adentro” de la representación (fundamento de la pertenencia y la identidad) y la conexión de la inmanencia (el devenir constituyente) pasa por la mayor disponibilidad que esta última forma nos otorga para participar de nuevas experiencias.

Coletivo Situaciones, 2002:6

2

DESAFIO DA ESCASSEZ



Lixeira de São Vicente. Nuno Flores, 2021

2.O DESAFIO DA ESCASSEZ

Prólogo

Em fevereiro de 2012 aterrei no Mindelo com o fim de fazer o projeto de reabilitação da Casa do Pescador em Salamansa. Esse trabalho com o AtelierMar acabara por não ser realizado, ao que se soube, por problemas de financiamento da *Agência Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo* (AECID) relacionados com a crise financeira que surgira na Europa a partir de 2008, pelo que, acabei por dedicar a maioria do tempo que passei em Cabo Verde ao M_EIA e aos cursos de Design de Equipamento e Artes Visuais, respetivamente.
Ainda que para mim fosse nova a possibilidade de lecionar nestes dois cursos rapidamente concluímos, eu e outros professores do M_EIA, que discutiríamos as razões do atual processo de urbanização que, já na altura, se entendia estar em crescimento no Mindelo.



Rua adjacente à Praça Estrela. Local no Mindelo, onde se apanha o transporte para Salamansa

Nuno Flores, 2012

Da discussão aberta com os estudantes ainda em sala de aula, uma aluna do curso de design de equipamento, sugeriu visitar a lixeira municipal. Contara-nos saber pelo pai, funcionário do sistema municipal de recolha de lixo, da existência de mulheres e homens que viviam na lixeira, bem como, outras pessoas que lá recolhiam materiais para construir casas em diversos lugares do Mindelo. Na primeira visita à lixeira conhecemos um catador de lixo que nos levara a *Cavoc Burmedje*, uma área contígua a Alto de Bomba que, por sua vez, não só viraria nossa área



Local destinado à Casa do Pescador. Salamansa

Nuno Flores, 2012

de estudo durante os anos seguintes, como mais tarde haveria de ser uma das áreas de atuação da IOB. Na sequência desta visita a turma realizara um filme que exigira a nossa passagem por vários lugares que, à época, entendíamos claramente marcados por pobreza e exclusão. O primeiro lugar, o Iraque, localizava-se nas imediações da lixeira e, já no final da minha assessoria ao MIOTH, foi anunciado como um dos lugares onde o Governo de Cabo Verde, brevemente, fará uma intervenção, incluída no PLANAH 2021-30, seguindo o modelo recentemente inaugurado e realizado na Portelinha. Da Portelinha, anunciado pelo Governo como uma solução para as populações mais pobres do país, soube-se, em 2022, por entrevista dada pela Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, que as 88 casas construídas já não são suficientes para albergar as pessoas que residem nas suas imediações. Durante a construção dos edifícios, as *casas de tambôr* que o Governos se propôs substituir, noutras geografias vulgarmente intituladas por *barracas*, terão elevado em número absoluto neste lugar a quase 300 durante os dois anos de construção do edifício, o que representara um aumento de cerca de 200% face ao inicialmente previsto. Paralelamente, também a Diretora Geral de Habitação declara a impossibilidade de atribuir gratuitamente as casas, visto que os beneficiários terão que pagar para suprir o valor relativo à manutenção do complexo.



Lixeira de São Vicente.

Nuno Flores, 2012

Questionada sobre os critérios da triagem, a responsável refere que têm como pano de fundo o Cadastro Social.
De acordo com Eneida Morais, as famílias escolhidas terão que pagar uma renda social que será destinada, sobretudo, à manutenção do espaço.

Diretora Geral de Habitação
In Jornal Expresso das Ilhas, edição de 19 de Janeiro de 2022 Disponnivel em: https://expressodasilhas.cv/politica/2022/01/19/governo-recebeu-habitacoes-do-complexo-da-portelinha-seleccao-de-familias-beneficiarias-esta-em-curso/78408



Zona do Iraque

Nuno Flores, 2012

Do Iraque, pela mão do catador de lixo que tínhamos conhecido, mergulhamos no *Cavoc Brumedje*. Sur-

preendi-me com uma aluna de outra turma do M_EIA que acompanhara a visita e era moradora de Cova, lugar contíguo a Alto de Bomba mas do lado oposto a *Cavoc Burmedje*, porque se recusara a visitar a casa deste catador por se localizar num lugar de *gungs*. A partir de 2010, no Mindelo, era frequente encontrar-se pelas ruas a Brigada Anti Crime, *BAC*, cujo objetivo era combater um período de maior criminalidade que iniciara no mesmo ano.



Vista aérea da zona do Iraque.

Nuno Flores, 2021

No ano de 2015, já com estudantes do curso de arquitetura realizamos um trabalho de cartografia crítica na Ilha da Madeira, área central do bairro da Ribeira Bote. Se, por um lado, a história que carrega a Ribeira Bote como a primeira zona libertada era um indicador fundamental para fazer o trabalho neste lugar, por outro lado, o trabalho de ativismo do projeto *Sonvela Arte* tentara ativar o turismo local e atenuar o estigma de muitas histórias associadas ao tráfico de droga. Ribeira Bote era, então, o lugar ideal para entender os limites, a memória, as fronteiras, as representações e as metáforas que podem existir quando imergimos num lugar. Na apresentação pública do trabalho dos estudantes do M_EIA, em entrevista à Radio Cabo Verde, Catherine, aluna de arquitetura, declarara que ir à Ilha da Madeira a tinha despido de preconceitos; o vereador do urbanismo da Câmara Municipal de São Vicente, assumira fornecer ao projeto *Sonvela Arte* tintas para continuação do projeto, o que nunca chegou a acontecer; e o M_EIA assumira iniciar o Campo de Estudo *M_EIA nos Bairros* com o objetivo de aprofundar o estudo destas zonas.



Zona da Portelinha.

Nuno Flores, 2021

Voltando ao território físico das áreas que entretanto conheci, um morador de Alto de Bomba referencia-ra-me a impossibilidade de conter terras, caminhos e muros nos raros dias de chuva; outro de Fernando Pó, alegara, assim como a generalidade dos moradores destas zonas, estar há mais de cinco anos a tentar legalizar a sua casa porque sem isso não poderia ter água ou luz; e, por fim, uma moradora também de Alto de Bomba se agarrava à árvore que, até hoje, está na porta da casa dela e dizia-me que a plantara ali para fazer sombra sobre a sua primeira casa, cinquenta anos atrás.

Mas se no meio de muitas reclamações que existiam devido à precaridade da urbanização e das habitações no Alto de Bomba, na generalidade destas zonas era frequente os moradores considerarem muito importante as relações de proximidade e familiares, a vista para a baia do Porto Grande e a possibilidade de ter o próprio *chão* como assuntos estruturantes na organização da sua vida. No entanto, ao contrário da maioria, uma moradora manifestara, recorrentemente, o desejo de largar Alto de Bomba e ir morar para um apartamento de um empreendimento construído pelo programa público de habitação da época, o Programa Casa Para Todos. Anos mais tarde soube que acabara por conseguir ir morar para o complexo habitacional Vila Monte, promovido pelo programa Casa Para Todos, na Ribeira de Julião, em São Vicente. Já durante o período de vigência da IOB, numa conversa entre membros da equipa técnica, referenciavam-me que em aulas com outros professores do



Entre coberturas de casas ou logradouros é recorrente existirem porcos que são criados no Alto de Bomba. Nesta imagem o chiqueiro, localizado na cobertura do escritório da IOB.

Francisco Craveiro, 2021

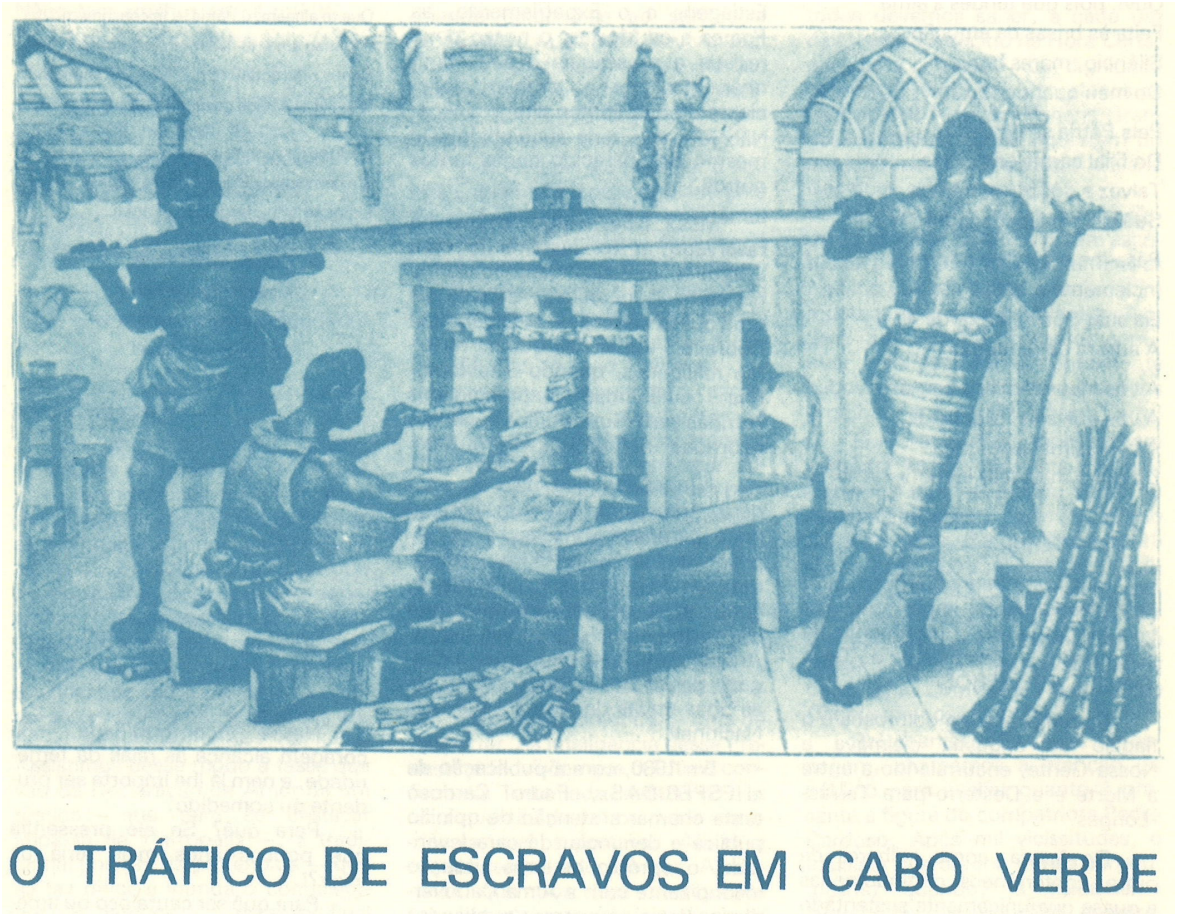
M_EIA que estiveram no Alto de Bomba, durante um período que eu não estive em Cabo Verde, se soube que a mesma moradora acabaria por largar o apartamento do Casa Para Todos e voltara para o Alto de Bomba com o argumento de que a casa que lhe fora entregue não tinha lugar para criar um porco.

Mais tarde, num dia que andava sozinho pelo Alto de Bomba com o intuito de conversar ou, apenas, observar como se vivia, acabei numa longa conversa na casa um calceteira do grupo *Amdjer na Obra* que, enquanto dava de comer aos animais, me dizia (...) *a bo sabé Nuno, txuk é cofre de pobreza. Conde no meste, no ta vendel* [...já sabes Nuno, o porco é o cofre da pobreza. Quando precisamos, vendemos.] O porco, denominador comum da fala de ambas, trouxe-me, por um lado, a expressão mais evidente do desajuste político, económico, urbano e arquitetónico dos programas públicos de habitação de grande dimensão até hoje usados pelos governos de Cabo Verde, por outro lado, a pertinência de pensar no modo de vida. De abandonar um modelo de urbanização para dar lugar à compreensão do modo de vida de quem, de sol a sol, vive mergulhado numa condição periférica na sociedade.



O porco residente no chiqueiro localizado na cobertura do escritório da IOB.

Francisco Craveiro, 2021



Sobre o momento que Cabo Verde foi implicado o tráfico negreiro. Retirado da revista Ponto & Vírgula nº 4, Agosto / Setembro 1983

2.1.Errâncias

Tud é bada [Tudo serve]

Trazia de pequeno, no dia que aterrei em Cabo Verde, a ideia de um lugar quente, pequeno, calmo e, sobretudo, repleto de gente construtora de cumplicidades configuradas em séculos de errâncias. Eram assim, breves histórias, quase sempre curtas que, em criança, me contara o meu pai acerca do período de serviço militar que cumprira em Santa Maria, ilha do Sal, na década de 1970.

Chegar ao Mindelo numa sexta – feira à noite, em

Creio indubitavelmente que uma das causas mais prementes do fenómeno da emigração é a insuficiência dos recursos nacionais para assegurar aos nacionais um nível de vida suficiente e digno.

Lopes, B. 1983:3 in Ponto e Vírgula Nº1

2012, trouxe-me, de imediato, proximidade a tudo o que, em criança, ouvira. Por um lado, deparei-me com um lugar bastante mais pequeno do que pensava, sobretudo pensando que fazia recorrentemente comparações com o Rio de Janeiro de onde vinha, por outro lado, porque muito rapidamente senti a cumplicidade que me fora contada e pela qual fui rapidamente absorvido. Dois dias depois, após uma longa conversa com um professor do M_EIA sobre Cabo Verde, o Mindelo, o mundo e, sobretudo, sobre a condição do contexto local, percorrer a ilha de São Vicente deixou-me clara a espontaneidade e a autoprodução que marca a urbanização no Mindelo. A curiosidade pelo processo de urbanização local e, igualmente, pela forma como se aborda o tema da habitação, interceptada com documentos entretanto consultados que veiculavam a possibilidade de entendimento de Cabo Verde enquanto placa giratória de um longo processo colonial de exploração marítima, permitiu-me concluir ser necessário sobretudo aproximar-me daquilo que era o tecido social local. Destacava-se, sem dúvida, que num lugar com a dimensão de Cabo Verde a abordagem local é crucial, fruto das relações de proximidade e de resistência pela direito à vida com que tudo acontece. No entanto, apesar de deixarmos a abordagem do local para o último capítulo desta tese, cedo me ficou claro que o histórico movimento de pessoas para o exterior tornou Cabo Verde um país, cujo entendimento dos processos de urbanização e habitação atuais, só é possível se considerada a emigração como um fator incontornável.

Mar! Mar!
Mar! Mar!

Não o mar azul
De caravelas ao largo
E marinheiros valentes

Não o mar de todos os ruídos
De ondas
Que estalam na praia

Não o mar salgado
Dos pássaros marinhos
De conchas
Areia
E algas do mar

Mar!
Raiva – angústia
De revolta contida
Mar!

Do não-repartido
E do sonho afrontado

Mar!

Quem sentiu mar?

Arménio Vieira 1941

A imigração rápida para São Vicente, (...) evidentemente tornou impossível o controlo da edificação bem como o standard habitacional. Em 1852 fala-se da construção desordenada que existe em São Vicente e o cirurgião da ilha propõe algumas medidas higiénicas como por exemplo cobrir com palha as habitações que precisassem e não consentir que se faça fogo dentro das cobatas.

Ministério da Habitação e Obras Públicas, 1984: 74

Na análise da relação do país com o mundo, Cabo Verde ganha uma escala que, até hoje, desconheço, porque as (os) cabo-verdianas(os) se espalham em comunidades que se localizam essencialmente na Holanda, Portugal e EUA. Internamente, concentra 75%[14] da população em três grandes centros urbanos: Praia, (ilha de Santiago); Mindelo, (ilha de São Vicente); e Santa Maria, (ilha do Sal) que, consequentemente, agregam cerca de 80% do PIB[15]. A situação específica de Cabo Verde é, desta forma, particular relativamente aos outros lugares implicados no processo colonial. Ao contrário de outros, neste caso, o facto das ilhas estarem desabitadas, possibilitou o que aqui entendo por apropriação e que abriu a porta à sua transformação numa experiência diferente das demais colónias dentro da estratégia global da colonização portuguesa. Sujeitas a um longo processo de povoamento, como interposto do trânsito de escravos do continente africano para as Américas e alvo de movimentos que se generalizaram, e consolidaram internamente, provocaram-se deslocamentos de pessoas das zonas áridas para as verdes e férteis; do campo para a cidade, que se construía; e, mais recentemente, de quase todo o território para a capital e para as ilhas onde se localiza o turismo de massa (Sal e Boavista).
Aos extensos areais e às monumentais montanhas do arquipélago juntou-se, assim, uma população

Segundo António Carreira, a emigração para São Tomé teria tido início em 1863. A cultura intensiva do cacau acabava de ser introduzida no arquipélago. Era necessário mão-de-obra também intensiva.
A colonial portuguesa recorreu a expedientes vários para coagir angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos a emigrarem sob contrato temporário para as roças de São Tomé e Príncipe.
As condições de trabalho dos contratados ou serviçais nessas roças eram de tal forma degradantes que o cacau produzido nessas ilhas foi nessa altura apelidado pelos ingleses de “cacau escravo”.

Retirado do filme São Tomé – Os últimos contratados de Leão Lopes

E, como se essas ilhas tivessem mobilidade, dois terços da população cabo-verdiana vive fora do arquipélago, sendo que a emigração é mais expressiva para países como Portugal, Holanda e EUA.

Rainho, 2018:105

[14] https://ine.cv/quadros/rgph-2010-cabo-verde-em-numeros/

[15] Ibdem

em movimento que configurou, ainda, uma estrutura produtiva interna muito ligada à agricultura, aspeto de que falaremos ainda neste capítulo, no subcapítulo *Un vez era essim.*

Inicialmente, entendi Cabo Verde um lugar de passagem, uma rótula, sobretudo de africanos e europeus, para a circulação entre Europa, África e América. Mas se mais recentemente este trânsito se mostra como a possibilidade de uma vida melhor, um caminho para o sucesso, a estabilidade ou o êxito, inicialmente, sobretudo quanto aos africanos, foi um brutal processo de escravatura que iniciou no sec. XV, representando para os europeus um longo momento de superioridade e de usurpação do poder.
Se por um lado, este território insular ganha enorme relevância geográfica em diferentes momentos do processo colonial, porque produz um tipo de cidade que foi paragem obrigatória de milhares de escravos, a cidade-porto, por outro lado, constituiu lugar de passagem de mercadorias do continente africano (sobretudo da Guiné Bissau) para a Europa e, mais tarde, de paragem do cabo submarino do telégrafo internacional, o que, provavelmente, foi determinante para formar o espírito errante e intercontinental das (os) caboverdianas (os).
É, por isso, que esta especificidade territorial, espacial e geográfica, além de permitir a criação de um interposto, não pode ser vista sem se considerar um tecido social interno que coloca, hoje em dia, uma questão: poderá o modo de vida atual das ilhas ter características próprias influenciadas pelo tecido so-

Cabo Verde goza desde então de uma imagem internacional de 'bom aluno', sobretudo pelo alcance de um país africano com nível médio de desenvolvimento, uma democracia sem corrupção aos olhos da vigilância internacional, uma proporção interessante de mulheres no exercício de liderança, entre outros.

Rainho, 2018:107

Se bem que o número nunca tenha sido precisado, os escravos e os emigrantes voluntários chegados às ilhas de Santiago e Fogo entre a primeira metade do século XVI e o século XVII pertenciam às diversas etnias das zonas compreendidas entre o rio Senegal e a Serra Leoa – Balantas, Bifadas, Bijagós, Felupes, Olofes, Mandingas, Papéis, Soninques, Sussos, etc. este conjunto de etnias da costa guineense constitui o fundamento ancestral da ocupação humana das ilhas de Cabo Verde.

PAIGC, 1974:8

O facto de o arquipélago se situar numa das principais zonas de circulação náutica (e também aeronáutica) do Atlântico estimulou o aparecimento em Cabo Verde de portos, cujo dinamismo tem sido historicamente gerador de cidades. O urbano surge assim como a actualização de uma virtualidade portuária. As cidades cabo-verdianas são, pois, objectos transitivos. É como se elas transcendessem a si próprias tanto na função como no sentido.

Silva, 2000:193

cial que se vem construído desde essa época?

Durante o colonialismo a proximidade geográfica à África continental, apesar de entendida como vantajosa para o tráfego negreiro, colocava senãos à implementação das lógicas de organização da administração colonial ensaiadas, sobretudo, na Madeira e nos Açores. Esta estratégia de ocupação utilizada nas ilhas a norte não considerava as diferenças climáticas, a demografia local, a forma de comunicar e as relações comerciais que se estabeleciam com a Guiné Bissau. Abre-se, desta forma, espaço para fazendeiros que surgem e que dominam, sobretudo, a produção de algodão, cuja decadência em que mais tarde entram abre, igualmente, espaço ao aparecimento de uma matriz social própria – quer para a aristocracia, quer para os antigos escravos - que, ao longo do tempo, se distanciavam da administração colonial. Neste cenário de ambiguidade entre a exploração do território para o transporte de escravos, as tentativas de exploração da terra por parte da fazenda e uma sociedade escravocrata que, entretanto, se consolida forma-se uma nova categoria social, os forros. Nos interstícios da classe dominante e como alternativa possível à dependência e à opressão escravocrata forjam um modo de vida camponês. Quão mais resistentes e numerosos se tornam, os libertos emancipam-se, e constrói-se a partir da criação de um sistema de produção agrícola, um campesinato que configura os seus próprios territórios e, como consequência, parte substancial do território cabo-verdiano até a independência.

A rigor, sem recursos para manter uma força repressiva efetiva, não havia como o senhoriato escravocrata insular, perante a penúria de mão-de-obra, reabsorver os escravos que pela via da fuga estavam a transferir a sua força de trabalho do modo de produção escravocrata, que tanto dela precisava, para um campesinato pobre e nascente que vivia nas margens.

Silva, 2021:510

Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor. Na África do Sul, devem existir dois milhões de brancos para aproximadamente treze milhões de nativos, e nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a um branco minoritário.

Fanon, 2008 [1ªed 1952]: 90

Estas classes “intermédias” não possuíam unidade interna, nem objetiva nem subjetivamente falando. A sua unidade é externa e negativa. O que os liga é o facto de não viveram do trabalho escravo, não serem escravos e dependerem basicamente do seu próprio trabalho. Assim sendo, muitos mulatos não pertenciam, do ponto de vista sociológico, a este universo, já que, como vimos, eram prontamente assimilados pelos terratenentes brancos.

Silva, 2021:416

Sem que um posicionamento demasiadamente otimista ocorra, poderei sugerir que a brecha que o campesinato encontra no modelo escravocrata poderá ter sido o primeiro germe da resistência urbana atual, que se faz necessária para quem vive mergulhado na invisibilidade de imensos territórios do atual processo de urbanização planetária que também que também influencia a urbanização em Cabo Verde, aspeto que será melhor apresentado no capítulo 4.
Contudo, se iniciamos este capítulo considerando a necessidade de refletir sobre os modelos de urbanização que vigoram no mundo imaginemos agora que, de súbito, se invertia o movimento histórico que levou milhares de pessoas a migrar do campo para a cidade e todas voltariam ao campo?



Reunião de responsáveis do PAIGC com a população, interior da Guiné. data 1963 - 1973

Disponível em: https://www.buala.org/pt/a-ler/entre-medo-e-modernidade-resistencia-em-amilcar-cabral

Não só não se evitariam as relações de poder que, ao longo da história, marcaram a ocupação de Cabo Verde, como estaríamos, igualmente, num processo de ocupação e disputa de terra, tal qual aconteceu com os escravos libertos e acontece, atualmente, na globalidade do processo que configura a urbanização planetária. Urge, portanto, olhar para as lutas que configuraram Cabo Verde, durante quatro séculos, que também determinaram a forma de *Estar* no território, para compreender que a ocupação da terra evidenciou sempre a relação entre as diferentes classes sociais. Contudo, no processo que configurou a sociedade local durante a ocupação portuguesa, são os anos da luta pela Independência os que possibilitaram tentativas mais assertivas face à possibilidade



Ribeira do Paúl, Santo Antão.

Nuno Flores, 2012

(...) uma terra só é libertada de verdade se se conseguir tirar toda a dominação estrangeira da economia do país de toda a dominação estrangeira.

Cabral, 1974:156

de autonomia e de livre utilização da terra.
Sabe-se que, na Guiné Bissau, foram anos em que decorreu um processo de guerrilha que supunham delinear uma tática capaz de resistir à força colonial. Durante esta luta, liderada por Amílcar Cabral, são criadas as zonas libertadas que se constituem como uma espécie de embrião dos futuros países independentes. No entanto, em Cabo Verde, acredita-se que, porque as (os) cabo-verdianas (os) não se consideravam verdadeiros colonizadas (os), no território não se realizou um conflito armado. As zonas libertadas não representaram, desta forma, lugares territorialmente autónomos do poder colonial, sobretudo focos de resistência, igualmente determinantes para a construção do futuro de Cabo Verde independente.
Este longo processo de luta, em 1975, juntamente com a Guiné Bissau, permite a Cabo Verde conseguir finalmente tornar-se independente, após uma luta pela libertação do colonialismo iniciado por portugueses no sec. XV. Entre 1975 e 1981, sob as siglas do PAIGC que, entre 1981 e 1990, se reestrutura como PAICV, o país prossegue com uma governação autoritária que dá os primeiros passos para a construção da dignidade do povo cabo-verdiano, constituindo-se, assim, um momento de luta por autonomia, democracia e liberdade.

O ano de 1991 marca um momento de viragem da política cabo-verdiana. Tanto a conjuntura internacional como a nacional dão espaço às primeiras eleições multipartidárias e democráticas no país. O Movimento para a Democracia (MPD) participa das



Bairro da Ribeira Bote. Primeira zona libertada em São Vicente.

Erickson Fortes, 2022

(...)Por outro lado, o que mais preocupava Amílcar Cabral eram os fundamentos da mobilização popular em Cabo Verde. Que recursos usar para virar os cabo-verdianos contra os Portugueses?
Na Guiné, bastara sobrepor ao protesto nativo, latente desde as últimas campanhas de pacificação, a reivindicação da independência nacional. Em Cabo Verde, a palavra para mobilizar teria que ser outra.

Tomás, 2007:181

Nas zonas libertadas do controlo da administração colonial, o PAIGC criou as suas próprias estruturas estatais, o embrião da futura república independente: um eficaz sistema de administração comunal e de justiça popular, o fornecimento, de serviços de saúde e de ensino, a criação de uma rede de mercados e de distribuição de produtos dos camponeses.

Wooloacott, J 1983:1134 - 1135

eleições, assim como participa a União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID) que, ao mesmo tempo, sai da clandestinidade. Esta alteração do sistema político é, por isso, determinante na ocupação do território e tem enorme impacto na forma como se desenvolveram as cidades, devido à influência de uma agenda neoliberal dominada pela privatização de uma parte considerável dos serviços urbanos e da explosão das migrações campo/cidade.

Deste período, decorre uma alteração crucial na ocupação do território. Ao contrário do período do Partido Único em que constitucionalmente a propriedade da terra era pública, abre-se a possibilidade de obtenção de terra privada e de concessão por aforamento[16], o que intensifica um novo formato do processo de urbanização. Ao mesmo tempo intensificam-se as migrações campo/cidade, levando para os núcleos urbanos a persistência da população face às históricas adversidades e às discussões políticas forjadas na resistência que havia no campo. Esta resistência, que acontece em focos e é sempre muito dispersa, ou seja, muito desunida, embora pontual e de pequena escala, mais recentemente tornou-se mais visível e, quase sempre, se ancora nos lugares de pobreza ou em espaços de crítica que estão, muitas vezes, ligados aos setores culturais ou à diáspora cabo-verdiana.

Recuo-o, assim, ao primeiro capítulo desta tese que

(...) a Guiné esteve no imaginário dos cabo-verdianos como a terra das oportunidades e feitos heroicos. Comprimidos pelos curtos horizontes das paupérrimas ilhas, os cabo-verdianos buscavam no continente modos de fazer fortuna fácil e de forma rápida, no negócio com autóctones.
Ali, não competiam com o branco metropolitano que, por causa da dureza do clima, era desaconselhado a deixar-se ficar em longas estadias. Foi assim que os cabo-verdianos se constituíram como a verdadeira casta colonizadora da Guiné.

Tomás, 2007:35

(...) a questão, pelo menos aparentemente, deixa de ser a de saber como conciliar o exercício da vida e da liberdade com o conhecimento da verdade e a solicitude para com o outro. É doravante a de saber como, numa espécie de jorro primitivo, se pode actualizar a vontade de poder, usando meios que podem ser cruéis e virtuosos.

Mbembe, 2017:10

[16] Segundo definição do Instituto Nacional de Estatística, aforamento é regime de propriedade do uso do solo que dá direito de edificar a um indivíduo, permanecendo o direito pleno adstrito ao senhorio. Este regime implica a perpetuidade de terreno.

define a minha posição perante a investigação e, claro, o lugar onde a ação se desenvolveu para questionar: qual o chão de Cabo Verde? Aliás, qual o chão das cabo-verdianas (os) que vivem entre parecer e não ser e a permanente deriva que enfrenta o *dsinrascá*[17] [desenrascar]? Pode esta investigação encontrar um *Chão*, sabendo que a ação se funda num lugar de tanta fragilidade ou viverá, também ela, do *dsinrascá* onde se constrói o conhecimento no atual processo de urbanização planetária?

O que é o colonialismo se não o uso do território de uma forma extrativa?

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

Perante a imposição dos modos de vida ocidentais, muito impactantes na construção dos entendimentos locais e naquilo que é o pensamento da população sobre o Cabo Verde que se quer, a resistência atual acontece silenciosa. Oscila entre a ideia de Cabo Verde ser um lugar que parece mas não é, que ainda constrói um conhecimento sobre si mesmo e, igualmente, a ideia de que algo do que se leva. Algo que mantém as pessoas ligadas, que um dia se trás e que dá substância à errância que, dentro ou fora do país, simbólica e fisicamente, ligas as (os) cabo-verdianas (os) à mesma terra.
Ao contrário dos tempos coloniais, que se levava de forma forçada pela estratégia imposta pela administração de Lisboa, entendo, agora, a possibilidade de assimilar, mesmo quando o conhecimento se importa, o saber/fazer que perfaz os dias. Que origina um *dsinrascá* que resolve a imprevisibilidade com que a

"A este lugar vem-se, tira-se qualquer coisa e vai-se embora, mas um dia volta-se.

Conversa com António Tavares a 25 de julho de 2021

"Cabo Verde parece, mas não é. Este é um fenómeno que, em si mesmo, considero extraordinário para anotar. Veja-se, Cabo Verde parece Europa, mas não é. Parece África, mas poucos conhecem o continente que está para além de si enquanto arquipélago. O seu nome, Cabo Verde, poderia induzir a verde, mas apenas parte das ilhas são verdes e férteis, e o nome, esse, vem do cabo homónimo no Senegal, na costa ocidental africana, a cerca de 450 km do arquipélago - daí o nome Ilhas de Cabo Verde. A língua crioula, parece português, mas não é. O que quero com isto dizer, é que o fenómeno de parecer-se com e suas contradições, dá vontade de procurar entender, dá azo à investigação de per si.

Rainho, 2018:108-109

[17] Dsinrascá é um termo utilizado em Cabo Verde como referência à necessidade diária de resolver assuntos imprevistos.

vida acontece. Um *dsinrascá* que no lugar onde foi desenvolvida a ação desta investigação e a IOB, o Alto de Bomba, tem, a meu ver, grande representação na procura de um *Chão*, e que, atualmente, também configura o passo subsequente da resistência iniciada no campo. Perante a imposição dos modos de vida ocidentais, o *Chão* que se ocupa e se esburaca para se construir a base de muitas *casas de tambôr* que, com o tempo, se transformam em casas de blocos para se organizar a vida, quase sempre invisível, dos que forjam o futuro dos lugares.

É aqui, na impossibilidade de ter um *chão*, um abrigo e um lugar, que vejo a possibilidade de colocar, desde logo, a fragilidade de partida desta investigação. Isto porque a ação que a consubstancia, por um lado, acontece num lugar onde as políticas do território foram diametralmente alteradas a partir do momento que se abriu ao pluripartidarismo, por outro lado, porque também a produção de conhecimento é a partir desta altura totalmente influenciada pelos Estados parceiros de Cabo Verde, ao invés de construído a partir da realidade local.

Mas se até aqui a dimensão mais próxima que tinha encontrado com o continente africano foi no Brasil, pelo convívio com descendentes e com influências da cultura de milhares de pessoas que, quem sabe, passaram por Cabo Verde, as diferenças que encontrei no Mindelo tenderam, sobretudo, para o confronto com a pluralidade, a internacionalidade e a intercontinentalidade encontrada. Interceptando a história com as histórias que conheci, vivi e outras que numa relação de confronto de ideias e de debate, apenas,

Na tradição do planejamento urbano brasileiro, desde os anos 90, inventamos um zoneamento para os bairros populares: as zonas especiais de interesse social. O que são essas zonas especiais de interesse social?
São zonas libertadas do zoneamento onde outras formas de utilizar o espaço são possíveis. (...)

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

imaginei, abriu-se, assim, a possibilidade de cruzamento de novos pontos de vista e da relacionalidade que me permitiu entender o lugar que possibilita compreender o movimento daquilo que procurei, os modos de vida da população local. Sobretudo, dar a esta investigação uma dimensão plural, transversalmente aberta e impermanente na forma como as histórias se relacionam com a História e com o modo de vida cabo-verdiano que também vi e vivi.
Com as contradições de posicionamento desde início assumidas, tentei um *Estar* suspenso que, apear de aberto à contaminação, não impossibilitou procurar desocultar-me das minhas incertezas. Foi, assim, o caminho que encontrei para mergulhar na globalidade do processo de urbanização e poder, a partir daí, aliar o posicionamento político ao artístico que dá a ver, que denuncia, que fundamenta a imprescindibilidade da resistência, bem como, abre o pensamento para o desafio da escassez.

Um plantá kel arvore diazá, mais de 50 one. Mi ma nha marid no bem pa li modk no ka tinha ote lugar pa vivê.

Era txeu calor e no plantal li modk li ka tinha nada.
Era tud terra, ka tinha arvores, ka tinha estrada e nós planta kel arvore pa um dia el t faze sombra na nos casa modk era txeu calor.

Trandução livre:
Eu plantei aquela arvores há muito tempo, mais de 50 anos. Eu e o meu marido viemos para aqui porque não tínhamos outro lugar para viver.
Era muito calor e nós plantamos aqui esta árvore porque não tinha nada.
Era tudo terra, não tinha árvores, não tinha estrada e nós plantamos aquela arvores para um dia ela fazer sombra na nossa casa porque era muito calor.

Conversa com Bibia – moradora de Alto de Bomba - a propósito da ocupação de Alto de Bomba



Mindelo, 2021. Nuno Flores

Txon de casa [Chão de casa]

Em fevereiro de 2012 a propósito do trabalho que deveria efetuar na zona piscatória de Salamansa, cujo realização não aconteceu por indisponibilidade da verba que estava prevista pela Cooperação Espanhola, viajei entre o centro do Mindelo, local onde, até hoje, se localiza o M_EIA, e Salamansa, no extremo norte da ilha de São Vicente. Pela primeira vez observei semelhanças entre as formas de ocupação do território que conheci no Brasil e a forma como o território cabo-verdiano se urbaniza no Mindelo. Nesta época, era constante perguntar-me se tudo (aquilo que é planeado, ou não) tinha relação com a favela que conheci no Brasil?

A falta de habitações assumiu proporções críticas. As rendas subiram, o que dificultava extraordinariamente a vida das classes menos abastadas. Nos subúrbios da cidade construíram-se palhotas e casas que não só não obedeciam “aos necessários e indispensáveis preceitos recomendados pela higiene” como também não observavam “o indispensável alinhamento, constituindo um inextricável labirinto que muito pode, de futuro, prejudicar a saúde pública no caso de desenvolvimento de qualquer epidemia.

MHOP, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Praia, República de Cabo Verde. 1974:72

Entre *casas de tambôr*, casas de bloco, estruturas de casas inacabadas, buracos *covados* [cavados][18] na paisagem sem que se entenda a razão, imensos montes de pedras que se juntam aleatoriamente e, por exemplo, bidons de óleo, madeiras, blocos de cimento que se guardam de outras obras, tudo parecia ocupado e transformado num contínuo estaleiro de obra.

Limites métrico e altimétrico identificam-se na paisagem como uma transição para esta parte aparentemente ocupada do território como se de duas camadas se tratasse. A primeira, métrica e identificável no mapa, acontece a partir das ruas que limitam a norte e nascente os bairros de Montessossego, Cruz / Espia, Fonte Meio e Chã de Alecrim, e, a segunda, imaginária, mas facilmente identificável a partir do momento em que casas inacabadas, buracos nas montanhas ou casas de tambor já construídas se espalham pelo território como se se pulverizasse uma plantação. Este contínuo estaleiro, espalha-se por ruas e casas que se relacionam numa linha ténue alimentada por relações sociais, cumplicidades e solidariedades.



Marcação de um terreno no caminho interior da Ilha de São Vicente.

Álvaro Domingues, 2021

O fenómeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a acção prática e mesmo para a imaginação.

Lefebvre, 2001, 7 Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora

O que me chegava de África, até então, não era a favela que conheci no Brasil. Eram, sobretudo, lugares de extrema pobreza, guerras (coloniais e civis), deslocados ou culturas ancestrais, cujas imagens, em geral, se entendiam como algo exótico, diferente



Marcação de um terreno no caminho interior da Ilha de São Vicente.

Álvaro Domingues, 2021

[18] Tradução literal: cavados. Remete cavar a terra para construir bases de casas nas zonas não planeadas do Mindelo.

e distante. No entanto, tinha entendido no Brasil pontos que me traziam outra África, por questões identitárias, sobretudo associados à afrodescendência, que conheci com mais proximidade em favelas no Rio de Janeiro ou no quilombo de Santana, também no Estado do Rio de Janeiro.

Após o primeiro impacto com Cabo Verde, especificamente com São Vicente, entendi a possibilidade de me abrir a outros pontos de vista que me mostraram uma África oposta à imagem que trazia construída. Entendi formas de resistência diferentes das que conheci no Brasil mas, sem dúvida, outros pensamentos, alguns ancestrais, cruciais para a crítica contemporânea e para a consubstanciar numa investigação e numa ação (ativista no caso) que implicasse dissidência perante a cidade que até aqui conhecemos e as políticas públicas vigentes que conheci no território de Cabo Verde. Estar em Salamansa trouxe-me, de imediato, outras reflexões, pelo que, me questionava sobre qual a razão de tudo me sugerir uma continuada ocupação? Uma urbanização infinda, uma obra aberta e em processo?

"Negro imundo!" Ou simplesmente:" Olhe o negro!". Vim ao mundo preocupado em suscitar um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio de outros objetos.

Fanon 2020, 125

O que só pode significar uma coisa: que um regime político e social que suprime a autodeterminação de um povo, mata ao mesmo tempo o seu poder criador. O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura.

Césaire, 1956:258

Numa conversa com um morador de Salmansa questionei-o porque observava, montanha acima, os mesmos buracos na paisagem e as mesmas figuras geométricas – geralmente retangulares e feitas com cal branca - marcadas no chão que observei no caminho. Fiquei a saber que assim é um *txon*[19]. *Txon* que

Os pobres não é que não sejam fragmentados.
Só que os pobres, eles são solidários por obrigação.
Eles têm que ser solidários senão não sobrevivem.

Redy Wilson Lima, em entrevista sobre a residência artística kubaka realizada no enquadramento da IOB

[19] Em criolo significa Chão. No caso de *Txon de Casa* significa um lote de terreno onde é possível construir uma habitação.

em criolo se entende como um lote e que, para quem não tem onde se alojar, representa uma luta que se ganha. Ganha-se porque se ocupa, porque a vida já permite adquirir a outras pessoas, porque se compra ao município, porque se compra a outras pessoas que o compraram no município, porque se compra clandestinamente a outras pessoas que também os ocuparam ou, simplesmente, porque na proximidade já se legitimaram relações que consubstanciam o direito de *Estar*.

Ao longo do tempo tudo se marca mesmo quando os territórios já estão dominados por pequenas máfias locais, quase sempre relacionadas com poderes municipais, que tanto servem para a venda clandestina de terra, como para uma vigilância que se parece a uma milícia que garante ao município gerir a densidade das ocupações em terras com potencial imobiliário ou turístico. Porque normalmente estas terras entram num vertiginoso processo de desvalorização é recorrente, também, serem cobiça de lucrativos negócios que se dão entre Estado e empresas nacionais ou estrangeiras sem que seja atendida a existência de quem lá está. Assim, rapidamente entendi o essencial da urbanização em Cabo Verde e a sua semelhança ao que conhecera no Brasil. Uma urbanização que, necessariamente, suscita entender as caraterísticas do contexto onde está inserida. Vejo-a, assim, sem limites e parte do processo de urbanização planetária. Condicionada à velocidade da comunicação e subjacente ao gigantesco aparato sociotécnico por onde, atualmente, tudo circula, portanto, naturalmente influenciada por efeitos sistémicos e contraditórios

Uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão.

Bauman, 1999:9

A critical focus on networked infrastructure -- transportation, telecommunications, energy, water, and streets -- offers up a powerful and dynamic way of seeing contemporary cities and urban regions (see Dupuy, 1991). When our analytical focus centres on how the wires, ducts, tunnels, conduits, streets, highways and technical networks that interlace and infuse cities are constructed and used, modern urbanism emerges as an extraordinarily complex and dynamic socio-technical process . Contemporary urban life is revealed as a ceaseless and mobile interplay between many different scales, from the body to the globe.

Graham; Marvin 2001:7

que condicionam a urbanização em cada lugar. Igualmente, encontrei no processo de urbanização que acontece em Cabo Verde a confirmação, *in locus*, da expressão urbanística do que o poder classifica de informal e que caracteriza a urbanização do sul global. Que, fruto da imposição dos dispositivos de poder, fustiga populações da possibilidade de construírem uma voz própria porque são influenciadas pelo poder do capitalismo e das políticas ocidentais que fracassam no velho continente, estando, por seu lado, também ele obstruído pelo individualismo que contradiz os valores de igualdade, fraternidade e liberdade que fundam a democracia na Europa.
Mas se estas áreas, comummente identificadas como informais tem forma, como pode investigação científica e política chamá-las de informais, se o significado de informal remete a algo que não tem uma forma definida?

Procurar os pontos de vista que possibilitam aproximar-me da compreensão do modo de vida dos lugares requer conhecermos o contexto específico que tratamos, sabendo, por um lado, da agressividade como grandes movimentos de ocupação de terras associados ao capital global – especuladores imobiliários ou operadores hoteleiros, no caso de Cabo Verde – acedem, quase de um dia para o outro, à terra e aos veículos institucionais para operacionalizar os seus investimentos, por outro lado, como o aparelho institucional barra a luta de quem vive mergulhado na pobreza ao acesso a poucos metros quadrados de terra onde se organiza a vida, aos pro-

Ao tratar dos assentamentos populares das cidades ao redor do mundo, a categoria “ilegal” não deve – e não pode – ser absolutizada. Em vários casos, a maioria dos habitantes vive em sistemas de posse que podem ser considerados paralegais, semilegais ou quase legais, tolerados ou legitimados por leis costumeiras ou pelo simples uso ou tradição, reconhecidos ou simplesmente ignorados pelas autoridades.

Rolnik, 2015,168

(...) a destruição, a remoção e a erradicação desses espaços sem nome - e me recuso a chamá-los de informação - como assim informais? sem forma? é feita frequentemente com emprego da violência e em nome da salubridade, da legalidade, da preservação ecológica e muitas vezes, hoje em dia, como instrumento de guerra às drogas, associando a presença de tráfico de drogas (...) a essas condições limites se contrapõe a opção do conjuntos ordenados das casinhas e apartamentos (...) impondo agenciamento espaciais (...)

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

Que o Ocidente inventou a ciência. Que só o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o tipo acabado de falso pensamento.

Césaire, 1978:58

gramas de melhoraria de habitação, à possibilidade de legalização de terra, às instituições e à obtenção de apoios sociais ou de emprego. A fragilidade a que a vida das pessoas que os habitam está sujeita faz com que, de imediato, sejam considerados um exército de ilegais e clandestinos, sujeitos à remoção e à mudança. Para as políticas públicas que, habitualmente, são pensadas dentro de gabinetes e, a maioria das vezes, por técnicos que nunca puseram um pé nos lugares, representam o território que tem que ser resolvido, aqueles a quem se vai exigir que respondam ao modelo que o poder impõe e acredita.
Foi, por isso, que em Cabo Verde, mais do que noutro lugar, estes territórios me surpreenderam e me mostraram, ainda mais, os meus preconceitos. Logo, abri-me à desconstrução, possibilitei-me à suspensão e desocultei-me do medo da ignorância que me encorajava a mergulhar no *Estar* que me deixaria habitar militantemente esta situação.
Até aqui, eram-me muito próximas as questões identitárias e de militância dos movimentos sociais que conheci pelos lugares onde andei no Brasil. A forma violenta como a índios e quilombolas é, até hoje, exigido resistir; como favelados resistem à agressão de milícias, tráfico de droga, polícia militar; e mesmo ações urbanísticas historicamente associadas a arrasadoras políticas de remoção e a extensos programas de construção de habitação em massa; ou como mega eventos, como campeonatos do mundo de futebol e jogos olímpicos ou paraolímpicos, entre outros, que, salvo raras exceções, são álibi para gerar o que, no subcapítulo *Zona ou zóna*, do Capítulo

Poder de igualdade que é, ao mesmo tempo, de dualidade e de comunidade. Não há inteligência onde há uma agregação, ligadura de um espírito a outro espírito. Há inteligência ali onde cada um age, narra o que ele fez e fornece os meios de verificação da realidade de sua ação. A coisa comum, situada entre as duas inteligências, é a caução dessa igualdade, e isso em um duplo sentido. Uma coisa material é, antes de mais nada, "o único ponto de comunicação entre dois espíritos".

Raciere 2020, 43

O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura.

Fanon 2020, 23

O medo foi um dos meus primeiros mestres. Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas, aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios. Os anjos, quando chegaram, já era para me guardarem, os anjos atuavam como uma espécie de agentes de segurança privada das almas. (...) E, se calhar, acrescento agora eu: há quem tenha medo que o medo acabe.

Mia Couto, Retirado do discurso proferido por Mia Couto, na Conferência de Estoril, em 2011

3, *Territórios dos Sem Voz*, tratarei como territórios de reserva.

À urbanização planetária, como já admiti, se devem novas dúvidas que surgiram: se esse tal informal é uma palavra colocada pelo poder às áreas ocupadas e autoproduzidas poderemos dizer que a urbanização acontece no Mindelo como nos outros lugares, mesmo sabendo das especificidades de história e de contexto?

Ser local no mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõe-se do facto de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam - chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados.

Bauman, 1998:8

Com especificidades do contexto que caracterizam o processo de urbanização em cada lugar e que são carregados de histórias próprias, histórias feitas por pessoas com um tempo e uma velocidade quase sempre condicionado pelas imposições e características da sociedade onde a urbanização acontece, a ação consubstancia-se na vida e nas histórias que se abrem para a reflexão sobre a linguagem, central na comunicação, e que foi determinante, quer para o período que lecionei no M_EIA, quer para o meu envolvimento na IOB, quer para a realização desta investigação.

Ao mergulhar na urbanização no Mindelo, sobretudo no momento que, entre professores do M_EIA, encararmos o desafio de a compreender como estudo para um semestre, deparei-me com outras possibilidades e outras visões para enfrentar o momento. Um desafio que nos aproximou da possibilidade de compreensão destes lugares e do entendimento da razão que, há época, nos dava a sensação de uma história apagada. A sensação de existir um tempo e uma vida oculta e invisível fora da área onde vivíamos

Por isso, não menos importante no caso de Cabo Verde, é a força que empurra os caboverdianos para “terra de gente”, emigrando para longe dos seus familiares, mas garantindo-lhes sustento através das remessas e dos bidons que mandam dos EUA, Portugal, Holanda, França, Angola, Itália, Brasil, entre outros.

Rainho, 2018:119

e daquilo que, em geral, a sociedade não entendia por cidade. Assim, aproximei-me de formas de resistência contra o processo de globalização que gera a urbanização atual, hoje em dia, essenciais para construir o discurso da crítica contemporânea, tanto por um ativismo político que permite ver, como pela radicalidade política que representam.

Ao contrário da resistência ancorada em movimentos sociais como conheci no Brasil, não encontrei os mesmos processos de resistência nas lutas, face aos desígnios identitários, que conheci em Cabo Verde. Vi, isso sim, uma resistência espelhada em pequenas ações, quem sabe, fruto da errância, da resistência no campo e de inúmeros focos de irreverência que se fortalecem na forma como a escassez alimenta a unidade e a solidariedade, que forjam uma resistência cultural e política capaz de configurar a identidade cabo-verdiana. Um processo que, apenas ao logo do tempo se entende como uma *catxupa*[20] de gentes, culturas e saberes que, à semelhança de outras diásporas, também se faz da errância. Errância que leva e trás cultura, linguagens, estilos e que é provocada por diversos motivos que, desde a escravatura à emigração/imigração contemporânea definem o que é Cabo Verde no território.

O processo de urbanização, em si mesmo, é de tal forma potente e, ao mesmo tempo, opressor, que, mais do que a relação intercultural possível a partir

Voltemos ao planejamento urbano. Se até aqui focalizamos as origens – ocidentais, europeias – das utopias de intervenção nas cidades, não podemos deixar de ressaltar o papel dessas mesmas operações de desterritorialização em sua imposição colonialista nos países da periferia do capitalismo. (...) Além disso, ao se implantar parcialmente em apenas um pedaço da cidade – identificado com os espaços de residência e consumo das elites, na paisagem das cidades integradas às maquinas de produção capitalista no Sul global –, esses signos abstratos constituem e repõem, ao mesmo tempo, espaços reconhecidos e identificados com as matrizes político-culturais das forças coloniais de ocupação e delimitam, de maneira eloquente e permanente,o“fora”. Esse fora,essa margem, é também, desde então e sempre, fortemente marcada por elementos étnico-raciais.

Rolnik 2018:27

[20] Catxupa é a comida típica de Cabo Verde feita pela mistura de feijão, milho, couve, carne de porco salgada, toucinho, chouriço, temperado com coentro, cebola, azeite. Poder ser acompanhado de peixes, carne ou legumes e do que houver disponível.

dele, mostrou-me que não me seria fácil compreendê-lo sem considerar a suspensão que me permitiu dar espaço à alteridade e sem me inibir de uma mútua contaminação entre mim e as pessoas com que me relacionei. Foi assim que a minha própria errância, balançou, até hoje, num estar implicado no arquipélago e enfrentei o desconhecido, forçando-me à ignorância que me abre ao sensível para me despir de preconceitos que possibilitaram entranhar-me no território das ilhas.



Encontro com o grupo de calceteiras *Amdjer na Obra* para reflexão sobre construção curricular a partir da experiência de calcetamento, 2021. Nuno Flores

Antes de eleição nós é gente, depos indigente [Antes da eleição nós somos gente, depois indigente]

Numa entrevista ao Porto Canal (16 de julho 2022), gravada durante o evento *Somá na Ponta*, no qual se discutia a IOB e os seus princípios orientadores para o futuro, foi dita a frase que dá título a este subcapítulo e, por isso, distancio-me das casas – de *tambôr* ou bloco - para, a partir do processo global de urbanização, refletir sobre o impacto da decisão politica, sobretudo implicada na impossibilidade de construção de politicas públicas que apostam, de facto, na compreensão relacional e vivencial dos territórios mais frágeis da urbanização.

Interessa-me, também, e falarei após discorrer sobre a problemática desse mesmo entendimento da



Frame da entrevista de Maísa Fortes ao Porto Canal. Disponível em: https://portocanal.sapo.pt/um_video/I5uJyQv60Aa3sOBCL0d4

(...) Quando a África recuperar toda a sua capacidade de pensar, então poderá reerguer-se livre e gloriosa.

Ela, 2014:62

urbanização, o conjunto habitacional, antítese da forma habitacional que caracteriza esta expressão urbanística que representa o primeiro momento do processo habitacional no Mindelo, a *casa de tambor*. Passando pelo entendimento que, ao longo destes anos, construí sobre Cabo Verde abro a discussão sobre políticas que, adequadas aos ciclos eleitorais, deviam potenciar e colocar os cidadãos na condição de gente e práticas que, perante a impossibilidade de acontecerem pelo desajuste das mesmas políticas, os remetem, quase sempre, à difícil condição de indigente.

Nessa errância que se aponta ter começado no sec. XVII devido a um fluxo migratório oriundo da ilha Brava a propósito da pesca da baleia em direção a Boston e New Bedford, marcou-se a identificação cabo-verdiana dos que ficam e se conectam na língua crioula, na resiliência a dilacerantes adversidades de ilhas rodeadas de mar ou na *sodad* que, cantada, agarra os que ficam. Durante anos, sobretudo até me fixar, de facto, no Mindelo era recorrente questionar-me sobre: como uma (um) cabo-verdiana (o) se sente africano numa história secular de deriva global?

Mais do que encontrar uma resposta para a pergunta importa saber-se que esta surge porque em inúmeras situações me deparei com o fascínio do paradigmas da Europa, sobretudo quando confrontado com a minha própria nacionalidade (portuguesa), e com a vontade de cidadãos também serem africanos, ainda que recorrente o desconhecimento sobre África. Entendi, então, que Cabo Verde se constrói a si mesmo

Parece às vezes que o campo ocidental do globo gostaria de aplicar à África a fórmula que no seu tempo Bertold Brecht satirizava noutro contexto, e dissolver a realidade para inventar uma outra.

Paiva, 2009:62

Primeiro abre-se a porta
por dentro sobre a tela imatura onde previamente
se escreveram palavras antigas: o cão, o jardim impresente,
a mãe para sempre morta.
Anoiteceu, apagamos a luz e, depois,
como uma foto que se guarda na carteira,
iluminam-se no quintal as flores da macieira
e, no papel de parede, agitam-se as recordações.
Protege-te delas, das recordações,
dos seus ócios, das suas conspirações;
usa cores morosas, tons mais-que-perfeitos:
o rosa para as lágrimas, o azul para os sonhos desfeitos.

Uma casa é as ruínas de uma casa,
uma coisa ameaçadora à espera de uma palavra;
desenha-a como quem embala um remorso,
com algum grau de abstracção e sem um plano rigoroso.

Pina, 2011:12

(...) os naturais passaram a ocupar cargos na administração, visto possuírem maiores níveis de instrução em relação a outros países africanos de expressão portuguesa.

Madeira 2015:18

de diferentes formas: entre o exterior continental que é África ou que é a Europa e que representa o fascínio ainda saudoso pela memória do tempo colonial. A Europa representou sempre o modelo a seguir, modelo que permitiu a Cabo Verde um *status* diferente dos demais países colonizados, que lhe possibilitou exercer uma forte presença política na Guiné Portuguesa, que se tornou uma espécie de colónia singular até ao final do sec. XIX, e que permitiu a Cabo Verde uma diferença legal face a outras colónias nos direitos de cidadania, entre outros aspetos que o distinguiam dentro do sistema colonial português. A Cabo Verde nunca foi atribuído o estatuto de indigenato[21], o que não só possibilitou à administração portuguesa utilizar naturais das ilhas na administração colonial, como, mais tarde, o aparecimento de uma elite intelectual que serviu de mediadora com a metrópole.

Tudo isto abre a porta a um entendimento sobre África que historicamente tendia para ser vista como um lugar onde se sabiam existir corpos e ambientes porcos, fúrias, odores e crenças desconhecidas. Contudo passaram-se séculos onde a multiplicidade de entendimentos sobre Cabo Verde prevaleceu. Grande parte da população desconhece, até hoje, povos e lugares do continente a que pertence, bem como, aqueles que não são insulares e se localizam no território continental africano têm, igualmente, uma ideia distante destas ilhas que pouco mais é do que saber-se que fazem parte do mesmo continente. Por

As posições do cabo-verdiano que se contratou para o sul ou que emigrou para EUA ou, modernamente, para Europa. No primeiro caso regressa fisicamente depauperado, economicamente quase como foi, por vezes com um pecúlio de ordem de 1000$00 a 3000$00 após uma estada de dois a três anos, deprimido fisicamente pelo ambiente de prisão que caracteriza a vida das roças ou quando muito " enriquecidos" com as lições de "boas maneiras". No segundo caso, mesmo à custa de trabalho árduo e até aviltante amealha o suficiente para manter a vida nas ilhas (com relativa abastança ou sem privação de maior), pode comprar umas terras ou construir a sua casinha e, ao envelhecer, aufere a pensão pelo seguro social norte-americano. Do ponto de vista cultural consegue no mínimo conhecer o progresso nos diferentes aspectos da vida dos grandes centros e falar uma outra língua.

Carreira 1983:225

A título de exemplo temos o fenómeno da fuga de escravos para o interior da ilha de Santiago, o surgimento de revoltas populares como as que ocorreram na ilha de Santiago (Engenhos (1822), Achada Falcão (1841),
(...)como o interesse manifestado desde há séculos pela valorização da língua materna, assim como o forte sentimento de ligação à terra.

Madeira 2015:18

[21] Ver diploma legislativo n.o 956, de 4 de Novembro de 1947

isso, há vários séculos que existem distintas visões sobre diferentes momentos políticos do País. Ora se tende a um desligamento de África em prol de uma proximidade assumida a um Portugal negro, cujo chão onde se ubica se construiu e vive, igualmente, muito mal entendido; ora a uma proximidade que assume o Panafricanismo e rompe de forma mais firme com um Portugal branco, assumindo continuidades com o mestiço português. Ruturas com a metrópole, geograficamente situada na Europa, e continuidades com os países e culturas de presença portuguesa em África.

Na atualidade, apesar da proximidade antiga com a prosperidade do Norte, há uma visão de África desligada da África antiga. Entende-se o continente como um lugar com uma ancestralidade que desperta curiosidade, suscita querer saber de entendimentos históricos e civilizacionais que, sobretudo porque têm civilização são, igualmente, uma referência para o futuro. Reside aqui um lugar de indefinição e dúvida porque existe o sentimento de uma condição periférica, africano e historicamente renegado a um lugar de inferioridade onde muitas portas se fecham, ficando, desta forma, ainda mais frágil a sua posição de Estado Cliente perante cooperações com a Europa, Portugal, China e Estados Unidos.

Questiono-me, então, nesta relação de negociações multilaterais que perdura em Cabo Verde, como entender a urbanização nas suas relações macro (no geral) com as diferentes estruturas com quem Cabo Verde coopera?

Assim, embora nominalmente independentes, estes países continuam a viver na relação clássica da colónia com o seu «patrão» metropolitano, isto é, a produzir matérias--primas e a servir-lhe de mercado exclusivo. A única diferença é que agora essa relação está encoberta por uma aparência de ajuda e solicitude, uma das formas mais subtis do neocolonialismo.

Nkruhmah, 1977:287

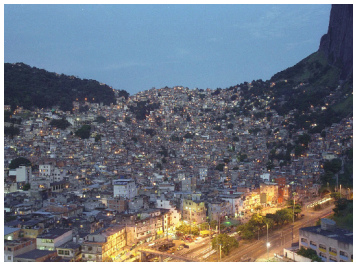
Mas simultaneamente, porque são africanos, fecham-se-lhe as portas da Europa. Cabo Verde, 'bom aluno' abre as suas portas gratuitamente e deixa-se comer, no sentido canibal mesmo, pelo colonialismo português e imperialismo europeu, chinês e americano, ficando refém de uma velha sujeição de Estado Cliente dessas potências, território paradisíaco para investimentos externos de lavagem e multiplicação de riquezas.

Rainho, 2018:118

The urban is, then, an essentially contested concept and has been subject to frequent reinvention in relation to the challenges engendered by research, practice and struggle. While some approaches to the urban have asserted,or aspired to, universal validity, and thus claimed context-independent applicability, every attempt to frame the urban in analytical, geographical and normative-political terms has in fact been strongly mediated through the specific (…)

Brenner, Neil, Schmid, 2015:19

Aproximo-me, assim, das questões do território por trás deste relacionamento entre Cabo Verde e demais parceiros sem deixar de abordar, novamente, a cidade. Sobretudo porque, também em Cabo Verde, foi absolutamente influenciada pelo processo colonial e vive, atualmente, um momento de crise e de resinificação porque esta está a ser engolida pela velocidade com que acontece a urbanização. Planetária e global, a cidade vive agora desconfinada dos seus limites históricos sendo, por isso, a intercepção de imensas ideologias que se refletem no seu dia a dia. Como quase tudo, enraíza-se nas redes do capitalismo global que atingem todos os lugares, apropriando-se e expandindo modos de organização social. Com o desígnio expansionista que também caracterizou o tempo colonial, o processo de urbanização dá-se, como já anteriormente referi, num crescimento arrasador de complexas redes sociotécnicas onde tudo flui. Comunicação, fluxos de mercadorias, capitais, informação, energia ou trabalho correm nestas redes, provocando uma diminuição do custo das transações e gerando uma relação de proximidade que confunde micro e macro escala, bem como, local com global. Este campo de ação que relaciona em permanência a parte e o todo, encontra na globalização que atualmente funciona no mundo o lugar que permite aos países produtores de petróleo ou com possibilidade de extração de outras matérias, sobretudo relacionadas com produtos energéticos, forma de alimentar as economias dependentes do capitalismo global. Porém, exploradas até ao limite dos recursos, constroem-se redes que dão a estes países a



Favela da Rocinha. Rio de Janeiro, Brasil.

Manoel Ribeiro, 2004



Loteamento de produção de casas socias no Brasil.

Imagem disponível em https://casa-verdeaarela.net.br/sorteio-minha-casa-minha-vida/

O urbano é cada vez menos sinónimo de cidade, de valor urbano, de pertença a uma mesma comunidade.

Innerarity 2006:132

possibilidade de exploração destas matérias primas e a consequente acumulação de liquidez que permite o equilíbrio de contas públicas dos seus próprios Estados, acabando, assim, por motivar extensos programas de habitação social, entre outro tipo de opções de políticas públicas que se estruturam a partir do investimento e dos investidores privados, em detrimento, da real necessidade das populações.

O desequilíbrio que este cenário promove no planeta demonstra uma desajustada distribuição da riqueza – 1% tem em mãos mais que os restantes 99% - e demonstra um crescimento exacerbado da população urbana, cuja previsão de crescimento, em 2050, se julga chegar a 66%[22]. A urbanização da população pobre no mundo absorve cerca de 61,7% da população do continente africano, cerca de 30% do asiático e, na América Latina e Caribe, cerca de 24% da população urbana. Podemos dizer que, a partir destes números, se consegue identificar que, na sua globalidade, é nestes territórios que se localiza cerca de 25% da população mundial[23]. Atualmente dependente do lugar onde se vão concentrando os que têm rendimentos, este processo, exclui as populações que não acompanham a sua dinâmica, levando-as a ocupar qualquer solo em lugares ainda mais distantes. Isto mostra o beco sem saída onde a cidade ficou colocada. Milhões de pessoas em todo o mun-

A que lugar eu pertenço? A globalização nos leva a reimaginar a nossa geográfica e geocultural. As cidades, e sobretudo as megacidades, são lugares essa questão se torna intrigante. Ou seja, espaços onde se apaga e se torna incerto o que antes se entendia por "lugar". Não são áreas delimitas e homogéneas, mas espaços de intenção em que as identidades e os sentimentos são formados com recuos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional.

Canclini 2003:153

É preciso começar por reconhecer que, apesar do carácter aceleratório da nossa civilização, há movimentos contrários: com a dinâmica da civilização moderna cresce também a impertinente presença do que não participa imediatamente na sua evolução.

Innerarity, 2011: 38

[22] UN-HABITAT (2014), WHD - Voices from slums: Background Paper. Nairobi, p. 1. [Online] Disponível em: http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/07/WHD-2014- Background-Paper.pdf.

[23] Ibidem

do subjugadas às condições de precaridade urbana deste gigantesco processo de urbanização, onde mais nada lhes é possível que não viver num lugar de margem, ou mesmo, de exclusão.

O capitalismo vive, assim, de braço dado com Estados neoliberalizados, logo, empurrando trabalhadoras e trabalhadores para situações de enorme concorrência e precaridade, bem como, para espaços desprovidos de participação mas mergulhados na segregação social, para que proveitos e mais – valias se concentrem naqueles que dominam o neoliberalismo. Os modos de vida locais são desconsiderados perante um sistema rentável onde todos os capitais circulam, logo, mergulhados num cenário de imposição de políticas urbanas desajustadas dentro da globalidade da urbanização.

Para além de contestar a decisão política do modelo de desenvolvimento, também no território de Cabo Verde se constrói uma paisagem necessariamente contaminada por imagens que refletem várias culturas. O fascínio por imagens europeias e africanas afasta o olhar para as identificações locais que são cada vez mais iminentes e urgentes considerar. Se olharmos para a território de Cabo Verde, por exemplo, são inúmeros os casos em que esse fascínio propicia estranheza e compete com pequenos gestos (mas em grande número) daqueles que encontram um *txon* e que, no caso desta tesa, me disponibilizam aquilo que também me interessa, sinais de resistência e do que posso chamar de identificação cabo-verdiana.

Mas se já admiti a existência de uma urbanização

Uma nuvem de fluxos eletrónicos de gestão de ativos financeiros, que hoje opera através de plataformas digitais, capazes de concentrar no espaço virtual o que está disperso no espaço material numa escala jamais vista, potenciada por uma massa de capital excedente, que hoje é disponível no planeta para circular sem barreiras, podendo aterrizar em Jacarta, Rio de Janeiro, Chicago ou Mindelo.

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

Desde os seus primórdios, as cidades surgiram nos lugares onde existe produção excedente, aquela que vai além das necessidades de subsistência de uma população. A urbanização, portanto, sempre foi um fenómeno de classe, uma vez que o controlo sobre o uso dessa sobreprodução sempre ficou tipicamente na mão de poucos [pense, por exemplo, num senhor feudal]. Sob o capitalismo, emergiu uma conexão íntima entre o desenvolvimento do sistema e a urbanização.

Havey 2008 disponível em https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-à-cidade-por-david-harvey/30344

que é adaptável a qualquer lugar, como acontece esta relação entre capital e território em lugares os lugares mais desiguais da atual urbanização?

Vejamos, por exemplo, o caso das cidades europeias, cujo modelo tanto influencia outras cidades no mundo. Estão transformadas em produtos vendáveis onde se confunde autenticidade com produto, ou seja, assentes numa lógica que vislumbra apenas o crescimento como se de empresas altamente lucrativas se tratasse. Relacionamos, pois, as mesmas lógicas de exploração do território com as lógicas de exploração das pessoas, nomeadamente do que rende o seu trabalho. Pessoas que vivem agora mais distanciadas da utopia da cidade, da comunidade e de direitos sociais entretanto conquistados, mas cuja fragilidade onde são colocados legitima o enfraquecimento do Estado em prol do fascínio pelo poder dominante e pelo controle das decisões por parte do mercado globalizado.
O capital determina, desta forma, as condições e a qualidade de vida dos lugares, bem como a fragmentação social das classes médias e baixas que ficam impossibilitadas de participação na construção política do território. Podemos, assim, entender a relação entre planeado e não planeado, consequentemente a falta de sentido deste dualismo, se verificarmos que ao mesmo tempo o deslocamento de massas de pessoas tem, sobretudo, dois momentos: o primeiro, marcado pelo fluxo campo cidade; e, o segundo, devido a deslocamentos por desastres naturais, guerras e pelo empobrecimento urbano mais recen-

Nem por isso deixaram de estender em torno da Cidade a mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento, sem restrição para a troca e o valor de troca. Com as implicações especulativas. Não se propunham desmoralizar a classe operária mas colocar os operários (indivíduos e famílias) numa hierarquia bem distinta daquela que impera na empresa (...) Assim, imaginaram, com o habitat, a ascensão à propriedade. (...) A sociedade se orienta ideológica e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção. A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo.

Lefebvre 2001,16:17

O que nós tivemos com o retorno das políticas de habitação e saneamento, principalmente com o Programa Minha Casa, Minha Vida, foi uma explosão nos preços da terra urbana e dos imóveis. Isso era exatamente o fulcro do conceito de reforma urbana. Nós não conseguimos que a questão da terra fosse o centro de uma mudança que traria outra condição de vida, e outra condição de legalidade nas cidades. Então enquanto não houver mudança da terra, da renda, da apropriação da renda da terra, dessa coisa forte de especulação imobiliária, nós não vamos ter uma diminuição no crescimento das favelas, e uma

Maricato, 2012:29

te, consequência da austeridade associada ao atual sistema sociopolítico. No entanto, importa referenciar que, no caso dos fluxos entre o campo e a cidade, ao contrário do que frequentemente é veiculado, houve, sem dúvida, uma consciente intenção política fruto do abandono das políticas do campo e da aposta em políticas de concentração nas cidades: emprego, economia, serviços públicos, direitos sociais.
No caso cabo-verdiano, as históricas polémicas que se conhece sobre as suas identidades, sobretudo quando são fator de união e separação do país à Europa e à África, são, a meu ver, um fator que também tem implicações no território e que exige, a todo o tempo, repensar a maneira como se constrói a ligação das pessoas ao território, ou seja, a nossa relação com a terra, o planeta e o lugar onde estamos. Transportam-se cargas identitárias simbólicas, económicas ou sociais que estão sempre em curto circuito com o modelo adotado. O facto de ser um modelo inspirado no modelo extrativista que atualmente é dominante no mundo, no caso de Cabo Verde, muito aberto a operações imobiliárias e turísticas externas, o território fica colocado a braços com focos de exclusão de pessoas por todas as razões. Entre língua, sexo, cor, género, origem, entre outras, poderá ser a possibilidade de alteração desse modelo que permitirá a coexistência de todas as pessoas perante os desafios da urbanização planetária.
Portanto, sabendo da relação entre empresas e Estado e da forma como capitalizam o valor do trabalho dos corpos que vivem urbanizados, qual a razão para que as pessoas que vivem nestas áreas estejam

O planejamento urbano tem sido um elemento central de uma máquina de despossessão e dominação do território muito marcada por uma posição etnoclassista.
(...) um modelo de organização do espaço que foi concebido no centro da Europa por homens brancos e que se implanta sobre o conjunto do planeta, subjugando, eliminando e marginalizando outras formas de existir que existiam antes da ocupação colonial.

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021

O espaço foi construído e moldado a partir da história e dos elementos naturais, mas esse processo tem sido um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente preenchido com ideologias.

Lefebvre, 1976:34

nesta invisibilidade?

É aqui que me aproximo de uma das mais sérias questões da crise do urbano, a despossessão generalizada de extensos territórios da urbanização e o desejo de desenvolvimento subjacente à vontade, cada vez maior, de colonizar o espaço urbano sem olhar ao imperativo essencial de refletir sobre o direito à cidade. Observando as políticas, em geral implementadas, são dois tipos de ações que, apesar de opostas, se tocam quando avaliadas as consequências: as de despejo que, quase sempre, são precedidas por realojamentos que nunca responderam às necessidades, nem à problemática generalizada (inclusão de fatores sociais, económicos e culturais); e as de requalificação que se resumem, quase sempre, à melhoria de alguns aspetos físicos, mas geralmente sem a robustez necessária para precaverem e não serem apenas devastadores processos de gentrificação que as afastam da dimensão real do problema. A complexa teia da urbanização planetária, sobretudo quando nos debruçamos sobre as áreas que vivem mergulhadas na pobreza e exclusão, está permanentemente no limbo entre margem e centro ou entre planeado e não planeado, porém, todos estes territórios estão num continuo diálogo, pelo que assumo que é nos que lutam diariamente pela possibilidade de melhores condições de vida que surgirá a resistência que atravessará toda a escrita desta tese. Nestas pessoas, que lutam vigorosamente pela conquista do lugar de cidadãos, reconheço a autoridade local que enfrenta os conflitos que surgem

(...) os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira pela qual se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que se encarregam de dizer o que funciona como verdadeiro.

Foucault 1994:112

(...) o aprofundamento do sistema capitalista liberal - a denominada globalização - foi enfraquecendo o papel do Estado na regulação social e urbanística, instrumentalizando-o e contribuindo para a fragilidade do planeamento e do urbanismo convencionais, e promovendo outras formas e instrumentos de intervenção como o Projeto Urbano e as operações especiais - sectoriais ou urbanísticas - com uma envolvência forte do investimento privado e das suas lógicas.

Domingues; Fernandes, 2015:8

nos lugares, portanto, de se tornarem mediadores de processos sobre qualquer assunto relacionado com os modos de vida em questão.

Mas se a luta pela conquista dos direitos à cidadania se faz diariamente foco-me na relação entre território e capital para falar da construção do entendimento do direito ao lugar, à cidadania e à vida perante este processo global que produz e reproduz toda a urbanização. No caso de Cabo Verde, historicamente muito disponível a receber programas de ajuda internacional cujo desenho é determinado nos países de origem o turismo, o imobiliário e a habitação social têm sido instrumentos responsáveis pelo giro do capital que alavanca os setores bancário e da construção civil. Assim, o estado atual da habitação social, setor determinante para a proximidade entre Estado e neoliberalismo, é absolutamente marcado por opções politicas que, nos últimos anos, se prendem com os programas *Casa Para Todos*[24], doravante CPT, e o *Plano Nacional de Habitação 2021-30*[25], doravante PLANAH 2021-30, dos governos dos PAICV, entre 2001e 2016, e dos governos do MPD, entre 2016 e a atualidade, respetivamente.
Em 2010 o governo de Cabo Verde criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)[26], cujo financiamento se operacionalizava junto da

Há um problema de mercado, de facto, porque essas casas não conseguem ser vendidas. Tem problemas de localização. Então, nós estamos a adoptar uma solução definitiva que é a introdução da renda resolúvel para facilitar a ocupação dessas casas.

Primeiro Ministro de Cabo Verde
In Jornal a Nação, edição de 27 de Outubro de 2021 Disponivel em: https://www.anacao.cv/noticia/2021/10/27/governo-avanca-com-renda-resoluvel-para--as-casa-para-todos-que-nao-conseguem-vender/



Programa Casa Para Todos na Ilha de São Vicente. Nuno Flores, 2020.



Conjunto habitacional no modelo Casa Para Todos, construído de um acordo com a cooperação Chinesa, em São Vicente. Nuno Flores, 2021

[24] Ver Decreto Lei nº 54/2013

[25] Ver Resolução 2/2022 de 7 de Janeiro

[26] Ver Decreto Lei nº 27/2010

Banca ou do Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS), com uma garantia de apoio aos beneficiários que era dada pelo Fundo de Garantia e Segurança Habitacional. Resulta, assim, através de um empréstimo do Banco Mundial avalizado pelo Governo de Portugal, o Programa Casa Para Todos (CPT), constituído com o objetivo de construir 6000 casas para a população mais pobre do país. Desenhado de forma que todos os concursos públicos se realizaram em conceção/construção entre empresas portuguesas e cabo-verdianas, o CPT construiu cerca de 2500 habitações, até 2016, período em que o governo assumia a falência da Imobiliária Fundiária e Habitat, SA (IFH)[27], entidade responsável pela gestão do CPT. Importa referenciar que, em 2013, foi alterado o processo de aquisição das casas para um sistema de renda resolúvel, com pagamento mensal diretamente ao IFH, num período máximo de 25 anos. Pode, por isso, apontar-se esta alteração como uma das responsáveis pela existência, até hoje, de inúmeras casas vazias em vários dos complexos habitacionais construídos pelo CPT devido à incapacidade da população em pagar a renda mensal.

A situação em que caiu o CPT, cujos conjuntos habitacionais foram, entretanto, entregues aos municípios onde se localizavam, levou também a uma alteração do perfil do cidadão com possibilidades para viver nas casas que foram construídas. Se inicialmente era previsto serem ocupadas pelas pessoas que não ti-

O papel da IFH está a ser revisto, pois desde 2013 que recebeu o mandato de conduzir o processo de Casa para Todos, e não tem feito muito mais, para além disso, devido à complexidade que era implementar o projecto.

Diretora Geral de Habitação
In Jornal Expresso das Ilhas, edição de 18 de Dezembro de 2021
Disponnivel em: https://expressodasilhas.cv/pais/2021/12/18/governo-vai-rever-o-papel-da-imobiliaria-fundiaria-e-habitat-ifh/78031

O Governo tem que encontrar uma saída. (...) O programa começou com 8 mil casas, neste momento o total são 5 mil casas. As casas cujas obras não tinham começado não arrancamos, as que estavam concluídas foram distribuídas pelo governo anterior, as iniciadas demos continuidade e concluímos. Coloca-se agora o problema da entrega. (...)

Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
In Jornal Económico, edição de 28 de Agosto de 2019 Disponivel em: https://jornaleconomico.pt/noticias/governo-de-cabo-verde-pode-vir-a-subsidiar-a-compra-das-casas-do-projeto-casa-para-todos-483653

[27] Ver Decreto Lei nº129/82 e Decreto Lei nº 72/99

nham casa, o que no caso de Cabo Verde quer dizer que moravam em casas precárias (assim se classificam nos dados do Instituto Nacional de Estatística) , a incapacidade destes pagarem as rendas, entretanto estabelecidas, leva a que, atualmente, as casas estejam a ser vendidas a uma classe média capaz de financiar o processo de aquisição, o que mantém o país politicamente falho de solução para a habitação social defendida, até hoje, por todos os governos.
Já o PLANAH 2021-30, lançado em 2020, considera que o país tem um deficit habitacional de cerca de 40000 casas, entre necessidades imediatas de reabilitação e construção nova, numa ordem de valores que rondará mais de 1500 milhões de euros, mas, entre outras coisas, nada referencia sobre a emigração, fundamental para entender a produção de habitação no país, e, como já acontecia com o CPT, praticamente ignora o peso enorme que as áreas de ocupação de terra representam atualmente no País.
É neste contexto, marcado pelo insucesso das politicas públicas de habitação que Cabo Verde se encontra, deambulando entre a incapacidade de enfrentar o fenómeno da urbanização que, atualmente, vive órfão de práticas capazes de conviver com as proposições diárias que fazem acontecer o mesmo fenómeno, e a sedução por soluções imediatistas que já nem são parte de soluções momentâneas para qualquer questão. Ao mesmo tempo, o fascínio pela partilha das funções estatais com organizações da sociedade civil como ONG`s, Associações, entre outros, fica igualmente esvaziado, uma vez que a velocidade da urbanização também não é acompanha-

É preciso falar claro aos cabo--verdianos que há fenómenos de construções clandestinas que têm negócios por detrás. Portanto, se esse processo não for estancado, todo o investimento que for feito depois redundará em problemas acrescidos, porque reabilita-se uma casa, constrói-se uma casa e aparecem 10 barracas. (...)Lá onde há pessoas em pobreza extrema e com necessidade de intervenção e solidariedade do Estado que se faça, mas lá onde há aproveitamento dessa situação que se faça também a intervenção com a devida segurança e autoridade para estancar esse processo

Primeiro Ministro de Cabo Verde ao Jornal Infopress a 27 de Outubro 2021 Disponivel em: https://inforpress.cv/construcoes-clandestinas-nem-sempre-tem-por-detras--a-pobreza-ha-aproveitamentos--alerta-o-pm/

Portanto o debate sobre a condição urbana - e em especial as suas assimetrias e a dita “urbanização da pobreza” - será, por si só, não só porventura uma responsabilidade alargada - dos técnicos à sociedade civil, de estudantes a profissionais e instituições -, como tarefa útil para o reforço de um estado de consciência, e com ele a perspetiva de que os esforços para minorar as disparidades possam ser reforçados e mais eficazes.

Domingues; Fernandes, 2016:19

da pelos programas dos financiamentos multilaterais que financiam quase todos as ações do setor social e, em teoria, deveriam estar a complementar o papel do Estado no combate à pobreza.
As políticas públicas direcionadas ao território e à habitação são, em geral, marcadas pela periodicidade dos ciclos políticos e de agendas eleitorais, cujo enorme desconhecimento dos modos de vida, bloqueia a participação e o aparecimento de novas práticas, forçando o cidadão a uma ambiguidade que tanto faz dele gente, como o torna indigente.
A reflexão sobre a forma como as políticas públicas condicionam o território e, naturalmente, anulam identidades que se afastam da compreensão da urbanização trás entre nós (arquitetos, políticos, investigadores, ativistas, estudantes, cidadãos) diferenças de posicionamento necessariamente agonístico e plural. No entanto, é a disponibilidade para o divergente, para o diálogo e para a construção de comunidade que nos aproxima das difíceis lutas de vidas duras que conheci e com quem convivi. Foram salvacionismos políticos e as epopeias científicas com que me deparei e que contrastam com os modos de vida locais que me afloraram a urgência de suspender o meu poder e me abrir à escuta que dilui fronteiras e constrói o devir coletivo.

Atendendo que já nos questionamos sobre as macro relações que afetam o território, sobre a existência de uma urbanização que se produz e reproduz e que encontra na terra e na construção civil formas de aliar Estados ao grande capital passo a ocupar-me

O Governo justifica o atraso na atribuição das 88 moradias sociais do complexo habitacional da Portelinha, em São Vicente, com o número de famílias que triplicou desde o primeiro levantamento em 2019.
A lista das famílias beneficiárias já está na posse da IFH para efeito de assinatura de contrato, anunciou hoje a ministra Eunice Silva.
(...) “Portanto, a lista que nós tínhamos não foi correspondente ao número de habitações mais ou menos construídas. Resultado: na entrega agora deparamos com muitas situações difíceis no terreno e era preciso fazer uma reavaliação. Essa reavaliação envolveu o Ministério da Família e a Câmara Municipal até se conseguir uma lista que neste momento já está no IFH que vai assinar os contratos com as famílias”, garante.

In Jornal Expresso das Ilhas, edição de 14 de Julho de 2022 Disponivel em. https://expressodasilhas.cv/pais/2022/07/14/lista-de-familias-beneficiarias-das-habitacoes-na-portelinha-na-posse-da-ifh-ministra/81047

É esta centralidade do corpo - e sobretudo da cor - no cálculo da submissão que explica a importância que ganharam, no séc. XIX, as teorias de renegação física, moral e política dos Negros.

Mbembe, 2014:151

com uma nova questão: como pode a macro política influenciar o território?

Para compreender a agressividade do capitalismo global e do fluxo do capital no território cabo-verdiano recorro ao ano de 2020 e concentro-me nas recém criadas *Zonas Económicas Especiais*, doravante ZEE. As ZEE são *um espaço económico especial, podendo abranger uma ilha, um conjunto de ilhas, ou um espaço geograficamente delimitado numa ilha, para desenvolvimento de atividades de natureza económica definidos no respetivo Plano Estratégico, com regimes fiscais, parafiscais e aduaneiros especiais, uma estrutura de administração especial, regimes laborais especiais, entre outros, orientados para o aproveitamento das vantagens de Cabo Verde e de cada uma das ilhas, a promoção do desenvolvimento económico e empresarial, nomeadamente através da atração de investimentos, da promoção da exportação e do fomento do desenvolvimento do setor privado, bem como para a promoção da inserção de Cabo Verde na economia regional e global*[28]. No caso de São Vicente, afetando totalmente o desenvolvimento futuro do Mindelo os objetivos são *transformar São Vicente numa ilha moderna e internacional, com grande vitalidade, um modelo de desenvolvimento económico e social, em termos de ambiente ecológico, de utilização de recursos e de condições de vida humana, entre outros aspetos, dela fazendo uma plataforma de logística marítima na região central do*

How is one to conceive of both the organization of a city and the construction of a collective infrastructure?

Foucault, 1997: 368

Large-scale urban developments in urban peripheries are not a new phenomenon. They have been framed through terms such as “new towns” and “satellite towns”, usually without distinguishing whether they are state or privately built, or considering their specific spatial forms and concrete locations in the respective urban regions (see Gotsch, 2009). As Murray (2017: 55) pointed out, such concepts were originally deeply rooted in modernist planning principles, which aimed at taming and controlling the chaos of urban life and the haphazard mixture of people and situations in large metropolises: new planned towns at the urban periphery should create ideal urban landscapes with a rational order imposed by professional expertise and legitimized by public authority. (…) They are usually located at geographical peripheries, clearly and intentionally segregated, attract new urban middle classes and exclude other parts of the population. Developers sell an image of prestigious and exclusive, modern, healthy lifestyles in highly securitized, green surroundings, for which there is a growing demand (see e.g. Datta and Shaban, 2017).

Sawyer; Schmid; Streule; Kallemberger 2021:4

[28] Lei no 91/IX/2020 de 19 de junho

Oceano Atlântico para transbordo de cargas e contentores, processamento, comercialização e distribuição de produtos do mar e um destino turístico de renome internacional; e integrar as economias das ilhas do norte de Cabo Verde, pela via da exploração das complementaridades de recursos entre São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Santa Luzia[29]*.*
Logo, a inclusão de Cabo Verde, concretamente da ilha de São Vicente e do Mindelo, numa macro escala naturalmente contagiada pelos processos globais de urbanismo tão dependentes dessa mesma macro escala e, ao mesmo tempo, tão afastados da escuta das demandas locais não é uma iniciativa coerente de planeamento, porque ao depender de um conjunto de diferentes projetos independentes que se relacionam, levanta questões. Por um lado, associadas à possibilidade de ser essa macro escala mais um fator que condiciona, demasiadamente, o futuro do território, por outro lado, pelo modo como esta promessa de solução se transforma numa eterna dependência de fascínio e imposição a/por uma cultura ocidental castradora da possibilidade de construção de um futuro relacionado com as identificações dos lugares.
Concluo, assim, consciente de que nesta deriva, pelos territórios que andei em Cabo Verde, questionante do conhecimento que pensava ter sobre África e sobre a importância da identidade em determinado território, não é para mim uma urgência analisar o que é mais africano, mais negro ou mais europeu.
É, sem dúvida, fundamental construir a percepção

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade,” “estar numa comunidade”. (...9 Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa.

Bauman 2003:7

Estávamos pois a desaprender para poder aprender, finalmente, realmente aprender. O que nos tornava claro que as nossas escolas ensinam talvez muitas coisas, mas não permitem aprender. Acabamos ensinados, isto é, prontos a aceitar apenas trabalhar e apenas sobreviver, mas com muitas dificuldades para aprender.

Martins, 2011:6

[29] Lei no 94/IX/2020 de 19 de junho

da importância da identidade que marca o ser cabo-verdiano dentro da errância que marca toda a sua história. Paralelamente, é determinante fazer a historicidade dos fenómenos locais que contribuíram para a formação da sociedade cabo-verdiana e que, necessariamente, são determinantes para a construção da sociedade atual. Urge que o combate à desigualdade seja um desafio para a arquitetura e para o urbanismo no entendimento deste extenso processo de urbanização que caracteriza, hoje em dia, a forma de viver da maioria das pessoas no mundo. Assim, prossigo nesta investigação, abrindo-me ao seu entendimento enquanto lugar de cultura, língua, economia e, sobretudo, político, para que, entre pares, possa entender e gerar um conhecimento capaz de compreender as práticas mais adequadas à forma como a urbanização planetária acontece.

Desde há muito que se percebeu que este foco excessivo na transmissão / reprodução de conhecimentos mata a curiosidade e o prazer de aprender, todavia a realização de dinâmicas «livres» – envolvimento em projetos coletivos, pesquisa autónoma, jogos, visitas de estudo, etc. – é negligenciada para evitar perder tempo com o «acessório».

Assis 2017:13



Frame do mini-documetário *Tra k´panhá pa Vivê,* realizado com os estudantes do terceiro ano dos cursos de Artes Visuais e Design de Equipamento do M_EIA, a partir do modo de vida dos catadores de lixo da lixeira de São Vicente, 2012.

Tra k` panhá pa vivê [O que se pode fazer para viver]

A partir do primeiro encontro com os professores do M_EIA no ano de 2012, como já referenciado, o desafio do semestre em causa passou a ser compreender o modo de vida da urbanização no Mindelo. Iniciadas as aulas produziu-se uma exposição de fotografia e um mini-documentário, com moradoras (es), catadoras (es) da lixeira municipal de São Vicente e moradoras (es) de outras áreas do Mindelo. É pelo relato de Henrique, catador de lixo e morador de *Cavoc Brumedje* [Buraco Vermelho][30], que nos

No arquipélago, tudo se harmoniza para uma vida dura, difícil e de miséria. As carências graves de géneros de subsistência provocam a fome endémica ou pelo menos latente, originando mortandade catastrófica de homens e de animais. Na segunda metade do século XIX, entre as fomes de 1833-1834 e de 1863-1866 morreram no conjunto das ilhas cerca de 30 mil pessoas.

Carreira 1983:29

[30] *Cavoc Brumedje,* em criolo de São Vicente, quer dizer buraco vermelho e, este lugar especificamente, pelo facto de se situar numa bacia hidrográfica e a terra ser dominantemente avermelhada

aproximamos da fragilidade humana que se alarga por todo o Mindelo que, como vimos observando, é parte do processo planetário de urbanização.

- “Ainda não terminei de construir a minha casa que é de chapa.
Mas se tiver um apoio posso até construi-la.
Apanho as chapas todas aqui.
Todo o material para construir a minha casa foi apanhado aqui.
Chapas, barrotes, paletes, todos os materiais, tudo é apanhado aqui.
A casa dos meus pais foi construída há muito tempo.
A minha fiz agora, mas antes de vir para aqui morava com os meus pais.
Depois vi que podia aproveitar muitos materiais daqui e comecei a construir a minha.
O que me perturba é quando chove.
Só isso.
Chove e perturba-me.
Tudo o que usei foi levado daqui, guardado num sítio, depois transportado num carro e levado para a minha zona.
- Tive trabalho, perdi o trabalho.
Vinha para aqui desde pequeno, depois obtive um trabalho, perdi-o de novo e regressei para aqui.
Agora permaneço aqui. Apanho comida para os porcos para me sustentar, para não roubar e não matar ninguém.
Eu não tenho vergonha de nada.
Comida para os porcos, torneiras, cobre para vender aos Manjakos (termo pejorativo para designar emi-

Bitori Nha Bibinha na Achadinha Ta chora pobreza oh pobreza
Ta chora pobreza
Bitori Nha Bibinha na Achadinha Ta chora pobreza oh pobreza
Ta chora pobreza
Bitori Nha Bibinha na Achadinha Ta chora pobreza oh pobreza
Ta chora pobreza
Bitori Nha Bibinha na Achadinha Ta chora pobreza oh pobreza
Ta chora pobreza
Bitori trabajo txeu, txeu di mas Bitori trabajo txeu, txeu di mas
Dor na costa, um rim ja incomodal
Dinheiro nem sinal
Ki castigo na mundo
Dor na costa, um rim ja incomodal
Mas dinheiro nem sinal
Ki castigo na mundo

Bitori Nha Bibinha

A cidade sob diversas formas desde há mais de cinco mil anos, e parece incontrolável que jamais lhe encontraremos substituto integral. Sem dúvida alguma, a cidade, para além de tudo que representa, é a expressão do povo que a criou, bem como um prolongamento da sociedade destinado a preencher uma rede complexa de funções, das quais, de resto, não nos encontramos muitas vezes por completo conscientes.

Hall 1966:202 ed. 1986

grantes pobres oriundos de países da costa do continente africano)
É o nosso sustento aqui.
Às vezes os chineses nos ajudam (compram) também.
Aqui fazemos de tudo.
Eu não durmo em casa. Durmo com os meus amigos aqui (lixeira), às vezes dentro de um carro. Fazemos tudo aqui. Apanhamos tudo aqui.
Chapa, madeira, ferro, tudo é apanhado aqui.
(...)*

* Depoimento dos dois catadores para um trabalho académico. Curta metragem *Tra K` panha pa vivê*

Numa manhã na lixeira de São Vicente vendo cães e corvos, mordendo e debicando qualquer resto de comida ou qualquer pedaço de lixo, mulheres e homens envoltos em todas e quaisquer roupas para se protegerem de cheiro e fumo, confundiam-se com o próprio lixo. Senti a vida atirada ao lixo, para lá da margem, para lá do que, até então, ainda era para mim o limite possível da desumanidade que me havia aproximado.
Talvez influenciado pela ambivalência da situação, de vidas perdidas, mas ainda vivas, entendi porquê, na lixeira, nas montanhas – áridas ou produtivas - ou nas áreas urbanizadas o drama da fome atravessa, desde sempre, o pensamento cabo-verdiano.
Recordo um dia, em Santo Antão, perto de Cova, uma conversa com um homem, sozinho e sentado numa pedra, que, após lhe perguntar a razão de estar ali, me dizia já ter estado na Holanda, França e Portugal, por isso, podia agora contemplar, porque dantes era raro até comer.

O destino final é um terreno a céu aberto (...) Questões ambientais pressionam os responsáveis pelo serviço, colocando-os diante de um impasse que confronta a poluição do ar, pela emissão de fumos, com a produção de lixívias, pela colocação do lixo diretamente na natureza, “in natura”, podendo prejudicar terrenos agrícola vizinhos. Pelas informações obtidas, conclui-se que o atual local onde se trata o lixo da cidade encontra-se saturado. No entanto, ainda não há atribuição de outro terreno por ausência de Plano Diretor Municipal da ilha de São Vicente.
Infelizmente, a pequena escala da produção de lixo no Município não proporciona um custo/benefício adequado para instalação de um aterro sanitário, com todas as precauções técnicas necessárias.

Retirado do documento: ALTO DE BOMBA – Teste metodológico

No terreno da arquitetura e do urbanismo que tentei trilhar abriu-se, assim, espaço para perguntar até onde me prendo às amarras disciplinares que, habitualmente, transportam os discursos do conhecimento ocidental?

Se, por um lado, perpassei uma formação na FAUP abrigada pelo guarda-chuva de arquitetos marcantes na construção do pensamento arquitetónico português e europeu do sec. XX, por outro lado, perscrutei, nesse momento inicial que juntamente com os demais professores do M_EIA muito discutíamos, pensar a arquitetura a partir da vida que acontece agora, levantando questões de hoje e, quando possível, plantando a semente que faz crescer a transformação do amanhã. Ao mesmo tempo, afastados da autoridade que se confere aos autores e que, individualmente, se fecha na sua própria ação para, a partir do confronto de ideias que faz o pensamento coletivo, dar sentido à arquitetura sem autor. À arquitetura de lugares como o Alto de Bomba que, no Mindelo, na sua globalidade têm uma escala que compete com a monumentalidade das montanhas que abraçam as suas gentes mas, nesta tese, são a centralidade dos conflitos vindos na minha formação ocidental, razão que igualmente me forçou à minha suspensão.
Volto a Santo Antão e, entre tantos com que me cruzei já depois de largar o homem que me ensinara a contemplar, perpasso inúmeras situações que não são, por si só, descritíveis mas que me fizeram saber que não é possível pensar Cabo Verde sem

Os trabalhos de cartografia crítica desenvolvidos na Ilha da Madeira, além de objectivarem romper com os preconceitos vigentes, pretendiam extrair de cada um dos cinco grupos de alunos constituídos, através de uma comunicação gráfica livre e por cada um decidida, a construção de mapas mentais e críticos capazes de gerar a elaboração coletiva de narrativas e interpretações que refletissem as lógicas e processos instalados

Flores; Ribeiro disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/no-te-ne-kemin

O modo como se encara este estudo reflecte um processo bipolar e contaminante da relação da acção e investigação. A partir de práticas experimentais e interculturais, do domínio do vivencial e da partilha franca de olhares e fazeres, interfere na construção do olhar e da cultura, no entender do local e da envolvente global. As relações estabelecem-se a partir do confronto das visões, assumindo as conflitualidades como produtor de intervenção e acção.

Rainho; Paiva Disponivel em: https://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/sobre-o-campo-de-irreverencia-de-uma-escola-artistica-na-renovacao-da-educacao-artist

ser a partir do local: em Lagedos, a resistência das mulheres das cooperativas nas lutas pela produção agrícola; no Planalto Norte, a luta pela água para a sobrevivência, a produção de queijo e o trabalho na terra; no Paúl, mulheres e homens muito explorados por pouquíssimos senhorios que, à moda do antigo morgadio, ainda mantêm a titularidade de quase toda a terra onde se produz grogue; e, em toda a ilha de Santo Antão, ao meu olho de arquiteto formatado no ocidente, uma esplêndida e incansável obra de pedra, aberta e inacabada, que marca toda a construção de estradas, caminhos e muros.

Circular entre São Vicente e Santo Antão é, por si só, um movimento que para quem habita o barlavento cabo-verdiano remete ao passado. Não apenas ao passado colonial, mas um passado de saberes, histórias e do entendimento do que é realmente local. Assim, vi-me perante uma contradição recorrente na generalidade dos lugares que se prende com a tendência que temos para desconsiderar essa ancestralidade e pensar no saber local aliado a uma tendência de crescimento ou evolução. Apedrejamos o local, o tempo local, o silencio local com um ímpeto de contemporaneidade que o aprisiona ao ruído global. Encontramos receitas várias para o local que se exprimem na implementação de inúmeros projetos, importadas de outras geografias, sem entender que, a cada momento, também o local se constrói e reconstrói, embora com as influências do global. Questiono, por isso, qual a razão para se desconsiderar a imprevisibilidade dos territórios num momento de urbanização planetária?

Hoje em conversa com a Úrsula ela dizia-me que as pessoas de Sto. Antão são boas, só não dão o corpo porque precisam dele para viver. Ela é de Sto. Antão, um dos seus filhos quando me vê canta-me com aqueles olhos meigos de oito anos a canção do Blimundo. Este boi – o Blimundo – já entrou numa das minhas pinturas. Está lá à espera que a lenda se realize.
Penso no corpo como ele é forte e leve quando amamos.

Morais, 1998:23

(...) a relação causal e a reciprocidade entre trabalho, capital, poder, dominação e redenção é extremamente intrincada. A economia da salvação e o poder económico estão entrelaçados (...)

Han, 2016:113

Cabo Verde é igualmente um lugar de desconforto, pela importação desses modelos capitalistas, que atingem as escolas e a arte, mas também um lugar de desconforto pela perca de referências, desse apoio que o conhecido nos oferece.

Rainho 2018: 49

Na senda de entender os modos de vida dos lugares, de atirar uma pedrada capaz de perturbar o caminho da arquitetura e do urbanismo em Cabo Verde, sobretudo se aberta a possibilidade de compreender este desafiante processo de urbanização, em 2015, realizámos no M_EIA um trabalho de cartografia crítica no bairro da Ribeira Bote. A partir do entendimento dos limites do bairro – físicos, históricos e políticos – procurou-se compreender as tensões entre o momento que Ribeira Bote foi a primeira zona libertada, entendendo o lugar histórico que tal acarreta, e o momento atual, cruzando o seu lado libertário com o estigma de marginalidade que hoje lhe é atribuído. Contudo, se este exercício confrontou, desde logo, não só o preconceito dos próprios estudantes e demais cidadãos, como o que realmente era público no espaço da cidade, abriu, sem dúvida, a possibilidade de chegar ao Alto de Bomba com outra consciência crítica sobre estar numa área com evidentes fragilidades territórias e habitacionais (físico) e sobre estar à margem (político). A realização subsequente da M_EIA Semana do Urbanismo, evento que objetivava a apresentação e discussão pública do trabalho realizado, implicou um posicionamento perante o tema da direção da escola, da comunicação social e da estrutura política local que, desde essa data, se obsta a enfrentar politicamente os desafios da urbanização no Mindelo, considerando-o sempre algo a eliminar ou corrigir.

Embora as primeiras vezes que fui ao Alto de Bomba tenham resultado de uma aproximação ao lugar feita

São pequenas as suas ambições e portanto [o cabo-verdiano] é indolente, embora não tanto como se pretende, pois é certo que, mais de uma vez, tenho tido provas de que muitos exageram a indolência desta pobre gente, que chega a cultivar terrenos em pontos tão alcantilados que o europeu recearia arriscar a sua vida passando por lá (...) Enfim o que é certo é que este povo é essencialmente imprevidente; brinca, ri e dança quando os anos são fartos; chora, geme e morre de fome com incomparável resignação quando a crise aperta deveras...

Bergsträus (1891:38-9)



Apresentação do trabalho realizado pelos estudantes de arquitetura do M_EIA na M_EIA Semana do Urbanismo. Julho 2015.

Rita Rainho, 2015

pelos docentes e estudantes do M_EIA, em vez de uma solicitação interna dos moradores para que a escola o fizesse, é a partir da mesma motivação que se começa a configurar o que chamo a zona de contacto IOB. Esta, por sua vez, ganha forma, sentido e escala a partir do momento que, anos mais tarde, Alto de Bomba se torna no lugar onde se implementou parte da ação da IOB, que na última subdivisão deste capítulo detalharei. Ao contrário de uma fronteira, fundada no pensamento da expansão europeia, uso o termo zona de contacto nesta investigação para me referir a um espaço onde pessoas e povos historicamente separados contactam entre si, portanto, às tensões e relações de poder quando acontecem encontros assimétricos seja por que motivo for.
Já em 2015, a necessidade latente de promover uma discussão alargada sobre a urbanização, tinha uma incipiente contribuição a partir da universidade. No entanto, não posso afastar desta escrita o facto de ainda sentir na generalidade das pessoas (professores, estudantes, representantes de instituições) a tentação de criar narrativas e paternidades locais para urbanização. Ou seja, por muito que se tente fundar o conhecimento na compreensão e nos saberes locais é, em geral, uma tendência condicionar essa compreensão pelo conhecimento que a Universidade e o Urbanismo produzem.
O espaço-tempo que se construiu a partir desta zona de contacto, a IOB, requere um tempo que difere se estamos numa zona densamente ocupada, como o Mindelo, ou se estamos numa área agrícola menos ocupada, como em Santo Antão, pelo que aqui en-

> Tantas coisas podem ser mudadas, frágeiscomo são, ligadas mais a contingências do que [a] necessidades, a arbitrariedades do que [a] evidências, mais a contingências históricas complexas mas passageiras do que a constantes antropológicas inevitáveis [...] somos muito mais recentes do que cremos, isto não é uma maneira de abater sobre nossas costas todo o peso de nossa história, é mais colocar à disposição do trabalho que podemos fazer sobre nós a maior parte possível do que nos é apresentado como inacessível.
>
> Foucault, 2004 [1981], p. 11

contrei uma nova questão: afinal, qual o tempo que permite pensar o divergente?

A partir dos trabalhos que, entretanto, se fez era imperativo pensar que tempo é necessário para atuar num coletivo, e que tempo é necessário para conseguir interferir e influenciar os discursos onde se quer chegar a partir da presença coletiva. E, obviamente, que linguagem se deve construir para que não só a comunicação seja possível, como também para que o legado – escrito ou falado – seja matéria entendível pelas gerações futuras.
Nasce no âmago desta discussão o contributo para proposições que acabaram por ser questionantes dentro do funcionamento atual de instâncias de poder como o MIOTH e a CMSV. A possibilidade de confrontar as tensões que existiram consolidou-se, claramente, pelo aparecimento de novas experiências e novos coletivos que, ao longo dos anos, através de inúmeras pessoas e diversas opiniões vindas da inquietação de tantos que, mais ou menos envolvidos, tentam desamarrar-se dos bloqueios do capitalismo e da homogeneização das culturas que alienam a vida em comum. Esta investigação encontrou, assim, tempos que viveram do confronto e da escuta dos coletivos, dos políticos, das instituições, dos profissionais e dos cidadãos com que se relacionou. Mostrou-me as minhas fraquezas de sair do tempo global que aliena o espaço público e a vida, fruto das políticas hegemonizadas a que todos somos sujeitos.

(...) mas que não deve ser confundido com um tempo de recuperação para continuar trabalhando; o tempo trabalhado é tempo perdido, não é um tempo para nós.

Han, 2018: 41

Constitui uma zona de contacto que, segundo PRATT (2008), não só aproxima cidadãos e poderes públicos, como pode estabelecer encontros pós-coloniais que permitem o diálogo entre cidadãos de diferentes partes da cidade. Possibilita criar ruturas no meio político onde nos inserimos, o que nos obriga a um questionamento sobre a necessidade de um posicionamento consciente da nossa origem colonial, do nosso lugar de fala, da nossa posição controversa de funcionários do governo e da nossa necessidade de não perder um horizonte estabelecido para trabalhar com, e não para a comunidade.

Flores, de Pina, Fortes 2021:41



Imagem do Mindelo, a partir da capa do disco de Bana, *Mornas e Coladeiras de CABO VERDE*, 1968

2.2. O que é o passado?
Un vez era essim [Antes era assim]

Talvez surpreendente face ao cunho pessoal com que construí esta escrita até aqui, agora, é inevitável voltar à história, assim como, no sub-capítulo *Tud é*

Bada, para falar do morgadio[31] e me focar nas questões que tendem ao objetivo principal desta escrita: investigar sobre a urbanização planetária, entendendo a transformação que se faz no real e no agora, a partir da ação da IOB. Se nesse subcapítulo me referia à estrutura social que se constituiu em Cabo Verde pergunto: como aconteceram os focos de irreverência que poderão forjar a resistência que atualmente acontece nos territórios da urbanização?

Porque o processo de exploração do mar e de apropriação dos espaços insulares foi, praticamente sempre, impulsionado por desígnios do poder colonial, não poderei passar pela história sem entender outros lados das ilhas durante essa época, que, certamente, são determinantes para constituir entendimentos sobre o desenho social da atualidade.
As plantações desenvolveram-se em Cabo Verde, no regime de escravatura de então, essencialmente na ilha de Santiago, sobretudo de cana de açúcar e algodão. Este último, inicialmente, era exportado em bruto, sendo que, mais tarde, passa a ser fabricada a panaria, vulgo pano de terra, que não era utilizada apenas como vestiário mas também em trocas com a Guiné Bissau. Acontece que a primeira leva de senhores que se instala em Cabo Verde era a baixa nobreza colonial que viu nas ilhas a possibilidade concreta de enriquecimento. Tornaram-se, assim, agricultores para poderem continuar comerciantes e,

É nesses limites da luta e da imaginação que me interessa entender o ciclo da planta do algodão, frente à violência da história unívoca e naturalizada, a partir da qual se ergue toda a nossa educação e conhecimento. É com base nesta raiz epistemológica que a educação artística tem sido articulada ao longo dos tempos. A sua estrutura é erguida e fechada sobre a cultura hegemónica ocidental, de tal modo que o pensamento se fundamenta e legitima num regime de monocultura.

Rainho 2022, disponível em: https://www.buala.org/pt/a-ler/lutas-dos-saberes-negros-na-educacao-artistica--memoria-do-algodao-entre-brasil-e--cabo-verde

A panaria cabo-verdiana, nas ilhas de Cabo Verde conhecida por panu di terra ou pano d' terra1, é uma técnica de tecelagem artesanal, em que os panos são conformados por bandas de menos de um palmo de largura, tecidas separadamente e cosidas no fim, ourela contra ourela. Em Cabo Verde existem três tipos de panos, Pano d'obra, Pano Bitcho, Pano Tchã, e foi no primeiro que nos concentramos.

Rainho 2022, 79

[31] A ideia primitiva e subjacente no morgadio foi a defesa e manutenção do património dentro da mesma família. O regime implanta-se em Portugal no sec. XVI e dura até ao inico do sec.XX e em Cabo Verde entre sec. XVI e XVIII.

obviamente, explorar não só o comércio com a Guiné Bissau, mas também tudo o que era possível a partir do território geográfico das ilhas.
No interposto comercial de Cabo Verde, sobretudo a partir de Santiago, forma-se também uma classe de moradores que é dominante, controla o comércio marítimo e agrícola. No entanto, pela relevância que tem por dominar as técnicas da agricultura e do mar, é alvo de diferentes tentativas régias para a sua própria neutralização e subalternização. É a recusa a estas tentativas de apagamento que faz dela a primeira sociedade escravocrata do Atlântico, cuja estrutura social não se resumia a uma relação senhor / escravo, mas tem na possibilidade de alforria dos seus próprios escravos, uma espécie de poder supremo do senhor escravocrata. Entre este período e o fim do tráfico negreiro abre-se no meio das estruturas sociais dominantes, como já referi no subcapítulo *Tud é Bada*, o caminho ao aparecimento dos forros, que acabam por crescer fruto da crise e decadência dos senhores.

Até ao sec. XIX, a plantação, entretanto transferida no que se refere ao poder para um sistema de capelas e morgadios, transforma-se, cerca de 100 anos antes da abolição, noutro processo hereditário que continua a garantir a produção de milho e algodão, os trapiches onde era trabalhada a cana, a produção de açúcar mascavado e aguardente, o gado em grande número e as hortas na cidade.
Reside aqui, pois, um ponto essencial, cuja historicidade é fundamental entender. Se por um lado é a



Algodão da plantação doo projeto Neve Insular. São Vicente. (2022)

Disponível em: https://www.instagram.com/p/CaRx8XHNuqj/

Em Cabo Verde, ao lado das revoltas contra o estatuto de nascimento e suas incapacidades, próprias dos escravos, que despontam os protestos contra as imposições contratuais espoliadoras, que drenavam o sobretrabalho do cultivador direto para o proprietário da terra. Protestos típicos do campesinato dependente e não proprietário. Ou então, as revoltas contra a subida da carga fiscal ou a favor de uma divisão menos injusta do ónus dos maus anos agrícolas. Uma fenemenologia social nova começou a afirmar-se a par da persistência das tensões escravocratas. (...)

Silva, 2021:552

Estas classes “intermédias” não possuíam a unidade interna, nem objectiva sem subjetivamente falando.

Silva, 2021:416

estratégia colonial uma das razões que dá origem à formação das cidades-porto, por outro lado, é a irreverência de um senhoriato pobre, dos escravos que se libertam e de africanos livres que, mais tarde, motiva a resistência contra o morgadio imposto na vida no campo, atormentando o senhoriato localmente poderoso.
Por isso, pergunto: a irreverência dos que libertos rejeitaram a opressão escravocrata e cria um modo de vida camponês terá sido determinante na forma como o território cabo-verdiano é, até hoje, ocupado?

(...) à terra, utilizando como instrumento político as doações em regime de sesmarias e instituindo uma dada figura de proprietário rural, onde teve grande força o regime vincular. Em Santiago e Fogo institui-se, nas cartas de doação, que os capitães-donatários ficavam obrigados a distribuir terras aos moradores.

Caldeira 2011: 197

A transformação das fazendas escravocratas que se dá até ao séc.XVIII gera pequenas explorações camponesas compostas por unidades agrícolas geridas por mão de obra familiar e destinadas, sobretudo, ao comércio local. Este território camponês que se consolida sujeito às regras do morgadio, até metade do sec. XIX, não impediu que a posse da terra no país ficasse na mão de poucos proprietários até à independência. Vejo, por isso, a possibilidade de veicular reminiscências fortes na sociedade atual, no que concerne às relações de poder e à posse da terra, às lógicas do antigo regime de morgadio. Mesmo sabendo que durante o período do Partido Único toda a terra era por direito constitucional pública, sabemos também que a abertura política que se deu em 1991 levou à desestatização e privatização de muitos setores da sociedade e à possibilidade de aquisição e concessão de terra pública, o que reorganizou a sua posse, trabalho e demografia num modelo que, definidos os novos atores, em tudo absorve os tra-

Como refere o Professor Jasmins Rodrigues nas suas conclusões em relação a estes dois morgadios, "[...] a simples análise das sucessões mostra a eficácia da vinculação como forma da manutenção do domínio [...]". Também a política de casamentos, quer do primogénito, quer dos filhos segundos, se torna essencial para o estabelecimento de uma rede de relações e alianças vinculares: "Neste sentido pode mesmo dizer-se que um dos critérios de aferição da importância da linhagem está em quantos filhos segundos conseguem casar bem".

Caldeira 2011:136

A história de Africa não começa na escravatura. A escravatura foi uma interrupção da história de África.

Participação de Revan Almeida na conversa online do evento Praça Nho Jon realizado a 12 de Novembro de 2020 pela IOB

ços do passado colonial. A influência ocidental, neste caso ainda durante os séculos XVI e XVIII, transporta para a sociedade atual o impasse da terra. Ou seja, os dois regimes de propriedade que passaram a existir, propriedade privada em Santiago e Fogo e de donatários nas restantes ilhas, remetem, por um lado, para considerar o morgadio uma influência pelo fascínio atual pelo modelo ocidental de propriedade privada como forma única de utilização do território e, por outro lado, como também já referenciei no subcapítulo *Antes de Eleição nos é gente*, *depois indigente*, para se considerar a necessidade de pensar a relação entre pessoas e território que, certamente, nunca foi possível à classe que historicamente se viu oprimida e bloqueada do acesso à terra. Portanto, abrir a discussão sobre quais as formas atuais de repensar a pertinência da utilização generalizada da propriedade privada como único modelo de estar na terra. Pelo contrário, apesar de já ter referido a relevância que vejo no facto da população de Cabo Verde viver, desde sempre, numa errância constante, veicular a possibilidade de beber do passado a possibilidade de encontrar formas outras de distribuir a terra nos territórios da urbanização. Sobretudo, sabendo que não só a origem das pessoas da ilha onde a ação desta investigação decorreu tende a ser as ilhas rurais, como pelos laços de solidariedade e proximidade que são traços que caracterizam uma pobreza que, no mundo, está permanentemente a ser urbanizada. Considero, desta forma, que até hoje também em Cabo Verde nunca foi possível desatar o nó da terra. Imperou o domínio de poucos proprietários e, sem

Mas apesar das medidas tomadas em vários sentidos, é sintomático para o período pós-guerra, que as autoridades nunca conseguiram acompanhar o crescimento da cidade, disciplinar e dirigir a ocupação do solo e ainda menos planear a futura expansão da cidade do Mindelo.

MHOP, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Praia, República de Cabo Verde. 1984:98

Seja no campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira. Com a globalização, a partir dos anos 80, o problema da terra se agravou e tende a se tornar explosivo no mundo todo. Com o incremento do agronegócio baseado no latifúndio, produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo e etanol ganharam importância estratégica nos mercados globais, e hoje eles promovem a expulsão de camponeses do meio rural numa escala que virá a ser conta-bilizada na casa dos bilhões de pessoas.

Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/

dúvida, há um hiato que impede a possibilidade de se fazer uma reforma urbana que impossibilita a generalidade dos territórios da urbanização de segurança da terra e, consequentemente, habitacional.
Mas se voltarmos ao terreno da arquitetura e do urbanismo será, agora, momento de questionar de que forma os tempos históricos que discorremos anteriormente, a meu ver, neutralizaram, silenciaram e apagaram uma história da arquitetura e do urbanismo de Cabo Verde que não é a do poder?

Desde a primeira vez que aterrei no Rio de Janeiro e no Mindelo, foi-me estranho a similitude da arquitetura colonial com a arquitetura portuguesa. O bafo que senti quando a porta do avião se abriu no Mindelo deixou-me, até hoje, uma sensação de liberdade, de vontade de tirar a roupa quente com que normalmente chego, e andar. No entanto, a deriva que sempre se inicia encontra um conflito, talvez eternamente irresolúvel, no momento que, por um lado, essa liberdade se estanca na similitude espelhada em edifícios com traços idênticos aos da região fria onde nasci, por outro lado, a impotência de mudança que encontro sempre que mergulho nos territórios localizados fora do centro da cidade do Mindelo.
Foi com um detalhe histórico do Mindelo, inclusive que se repete noutras geografias, que, mesmo sendo num momento já bastante tardio no processo de colonização, me ficou ainda mais evidente relacionar a imposição que está implícita à disciplina do urbanismo com a opressão do corpo – físico e simbólico – na história.

De bordo, divissámos um núcleo principal de casas pequeno, baixas, de exterior pouco brilhante, e a correnteza de moradias pobres que se alongavam em direção à pequena colina próxima. Também víamos perto do mar, a certa distância da cidade, enormes e negros depósitos de combustíveis pertencentes a companhias estrangeiras.
Mas quem percorre as ruas da cidade encontra bons edifícios de regular aparência, solidamente construídos, alguns largos ajardinados e um formoso e vasto jardim, fortemente concorrido em noites calmosas...
... a cidade ... é muito melhor do que tínhamos imaginado, com as ruas traçadas em esquadria, marginadas por edifícios que não envergonham.

MHOP, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Praia, República de Cabo Verde. 1984:113

A crise sanitária global desafia a hipérbole. Sua origem, como no caso ode tantos problemas do Terceiro Mundo, tem raízes no colonialismo. Em geral, os impérios europeus recusavam-se a oferecer infraestrutura moderna de água e rede de esgoto aos bairros nativos, preferindo usar, em vez disso, o zoneamento racial e os cordões sanitários para isolar as guarnições e os bairros brancos das epidemias epidémicas. (As cidades latino – americanas têm problemas sanitários graves, mas nada que se compare à magnitude dos de África ou do sul da Ásia.

Davis 2006: 143

Em 1885 a colonização inglesa negocia com a coroa portuguesa a possibilidade de localizar na praça Luís de Camões, praça simbólica da cidade que se encontra no enfiamento da atual Câmara Municipal de São Vicente, um armazém para a companhia carvoeira, Companhia Nacional. Como contrapartida, a partir de 1891, o alargamento da cidade a norte contaria com a construção de uma nova praça, Praça Serpa Pinto, cujo nome se alterou para Praça Amilcar Cabral, após a independência. Apesar de não haver registos escritos de uma regulamentação sobre como utilizar a praça, o livro Mindelo de Outrora evidencia a forma instituída, certamente por acordos de poder entre portugueses e ingleses, para a utilização desta praça. À elite era permitido utilizar os bancos e o quiosque da praça, à classe modesta passear na parte superior da praça e o povo (negro e pobre) limitava-se a circular no passeio que a circundava. Além desta referência são vários os relatos de pessoas que afirmam haver uma limitação à utilização da praça a pessoas que não tinham calçado, o que, no entender dos mesmos entrevistados, nada mais era do que uma segregação para que pobres e negros não tivessem proximidade com as elites brancas, nem com as negras que com elas se relacionavam. Mesmo sabendo que a Praça Almílcar Cabral, até hoje comummente chamada de Praça Nova, representa, desde então, o lugar simbólico da cidade, as mesmas entrevistas evidenciaram, à época, também já existirem casas de tambor localizadas em áreas que se entendiam como áreas os lugares fora da cidade. Casas de tambor que existiam pela pujança

Mesquitela Lima caracteriza assim a sociedade mindelense da primeira metade do séc. XX: uma elite formada por médicos, advogados, comerciantes e proprietários abastados, funcionários e quadros superiores, ingleses e oficiais do Exército português que eram membros do Grémio, o clube mais importante e exclusivo da cidade. Havia depois um grupo mais modesto formado por pequenos comerciantes, mestres artífices, empregados de boas firmas, pequenos funcionários que frequentavam o Rádio-Club e finalmente havia o povo. O espaço urbano que estas classes podiam ocupar estava perfeitamente delimitado e definido só se misturando em ocasiões ou festas especiais. Aparentemente, e segundo o mesmo autor, esta separação era perfeitamente aceite, pelo menos sem contestações visíveis. Emblemático desta situação era o passeio na Praça Nova em que a elite se sentava nos bancos ou no quiosque, a classe modesta passeava na parte superior da praça e o povo limitava-se a circular no passeio que a circundava.

Cordeiro 2010, disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/mindelo-entre-a-ficcao-e-a-realidade

É esta centralidade do corpo - e sobretudo da cor - no cálculo da submissão que explica a importância que ganharam, no séc. XIX, as teorias de renegação física, moral e política dos Negros.

Mbembe, 2014:151

do porto do Mindelo no fim do século XIX e início do século XX mas, sobretudo, já existiam em número considerável em lugares fora da cidade, portanto, os lugares que se localizavam fora da cidade colonial, ou seja, considerados periferia.

O caso da Praça Nova interessa-me a título de exemplo por três razões. Primeiro porque também na história da cidade do Mindelo se estimulou no próprio território o desejo de se ser branco e europeu, portanto, negando a possibilidade de ver o território a partir do real; segundo porque já nessa época o negro e o pobre eram oprimidos e entendidos como desprezáveis, portanto, remetidos a lugares localizados fora da cidade; e, por último, porque também no território se transportaram (e transportam), até hoje, identificações urbanísticas e arquitetónicas muito mais profundas do que o próprio desejo de se ser cabo-verdiano, portanto, se esquece a possibilidade de pensar a partir do território o sentido de uma transformação social. Vejo que estas representações se mantém quando assistimos, até hoje, à permanência de dualismos que configuram apenas o planeado como cidade, esquecendo que tudo faz parte de um processo de urbanização planetário. Mas se o planeado é o que é considerado ser a cidade, deixo para o subcapítulo do capitulo 3 *Nha casa de tambôr é nha palácio*. *El é mas k kel palácio k ta lá na rua de Lisboa*, a reflexão sobre as epistemologias do urbano que, inclusive, tornam mais evidente a necessidade de encontrarmos as palavras certas para entendermos os lugares.

Conversa com Toia, atual dona do quiosque da Praça Nova:

Cond um bem de Sintanton um ba morá la pa banda de Madeiralzin. Um lembra kum ka tava ta pode ba pa parte mas olt de praça, lá driba era só gente bronc ou caboverdian k tinha bom relação ma es..

tradução livre:

Quando vim de Santo Antão fui morar para os lados de Madeiralzinho. Lembro-me que eu não podia ir para a parte alta de praça, lá em cima era só para brancos e para quem tinha uma boa relação com eles.

A democracia radical exige que reconheçamos a diferença — o particular, o múltiplo, o heterogéneo —, tudo o que, na realidade, tenha sido excluído pelo conceito abstracto do homem. O universalismo não é rejeitado, mas particularizado; o que é necessário é um novo tipo de articulação entre o universal e o particular.

Mouffe,1993: 27

São escassas as referências sobre os processos de urbanização do Mindelo, razão que me forçou a um processo validação do conhecimento através da minha deriva pelo território e sobre a história entre 1794 e a década de 1975, através do livro Linhas Gerais do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo. É, por isso, para mim, uma questão permanente procurar saber como se formam esses lugares que sabemos terem acontecido sem planeamento e desenho prévios, porém, porque é onde mora a maioria da população que vive oprimida neste processo histórico, entendo serem o pulmão do Mindelo.
Pude, ainda, registar nessa deriva que valida um entendimento da urbanização no Mindelo consta que até à abertura política, década de 1990, *fralda* era a terminologia que se atribuía às zonas fora da cidade colonial, sendo que vejo este termo, mais recentemente, progressivamente substituído por *zóna*. Terminologia criola que utilizo durante esta tese e que também representa a identificação local que entendo haver hoje, no Mindelo, para todo o território que se entende fora da cidade colonial, ou seja, que nasceu por ocupação e não teve, previamente, qualquer intervenção de projeto urbano, contudo a que dedicarei maior atenção no sub capítulo *Zona ou zóna*, do Capítulo 3, *Territórios dos Sem Voz,* onde centrarei a escrita na semântica encontrada a partir da ação realizada no Alto de Bomba.

Através desta passagem por diferentes momentos da história, desde a génese do país ao entendimento do edificado e dos traçados coloniais, verifica-se como o

Oiá, txam bem dzeb um cosa. Um ka sabe se ess palavra fralda, zóna, ti ta bem desaparecer de léxico da palavra Cabo Verdiano.
Es ta bem mantén sempre, porque, por incrível k pareça, a assunção da vivencia cabo-verdiana tita bem contece como revolução e el ta bem de zónas.
Pessoal de zónas é k cosntrui tud ess ilha.

Tradução Livre:

Olha, deixa-me dizer-te uma coisa. Eu não sei se essas palavras fralda, *zóna*,estão desaparecendo da língua cabo-verdiana.
Vão se manter sempre, porque por incrível que pareça, a assunção da vivência cabo-verdiana, está acontecendo como revolução e vem das *zónas*. (bairros)
O pessoal de *zónas* é que construiu toda esta ilha.

Bento Oliveira durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

A presença dominante do europeu só se revela no que é oficial: edifícios, ritos de administração, o trajo, o andar, a fala dos burocratas e dos negociantes importantes.

Freyre, 1952 cit. in Almada, 2007:279

condicionamento do corpo (negro) implicou, até hoje, a vivência da cidade e, consequentemente, o entendimento que podemos construir sobre o lugar físico onde desenvolvemos a IOB.

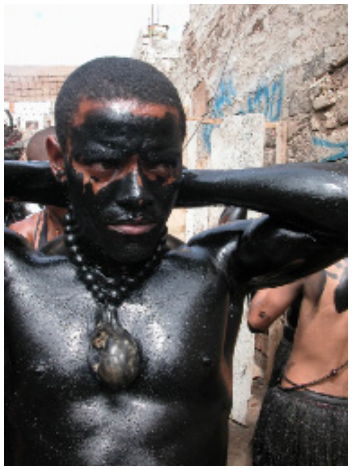
Foi assim que, através da constatação no cenário atual do Mindelo, entendi de forma ainda mais clara que para tudo o negro era, neste cenário, como um objeto, garante que possibilitava às administrações coloniais mostrar poder e ordem social. Garante da força humana, explorada e mal tratada, que tornou possíveis as realizações ultramarinas de impérios coloniais. Era, sem dúvida, negar o negro, negar a sua origem, negar o passado do negro que para o colonizador era desconhecido, bem como, fazer sobressair o próprio corpo negro na negação do Negro. Garantir a supremacia branca e ocidental para que o negro continuasse a representar a alucinação, o erro, o disparate que habitualmente era entendido e, paralelamente, alguém atrasado e desprovido de inteligência. No entanto, em sentido inverso, permitindo o apelo que o mesmo corpo negro evidenciasse um lado que é carnal, atrai e provoca desejo, numa logica opressora de manipulação e exploração.

Assim, esse lugar de total negação, de violência e de neutralização também marca, hoje em dia, a forma como o território se urbaniza e limita as possibilidades de pensar o Urbanismo, a partir do entendimento do modo de vida de quem vive nos lugares. A maneira como se pensou a cidade tem hoje consequências no lugar social onde estão colocados os territórios da urbanização que requerem redobrada atenção pela situação desigual dos que neles vivem e onde, numa



Preparação de um Mandinga para o encerramento das festas que iniciam no primeiro fim de semana de Janeiro e terminam uma semana após o Carnaval.

Nuno Flores, 2012



A festa dos Mandinga é também uma representação da ideia de um Negro representado pela força, magia, espíritos, entre outros.

Nuno Flores, 2012

tentativa de inversão desse processo, implementamos a IOB. Estão, atualmente, transformados nos lugares onde habitam os cidadãos mais pobres, não só os que são marginalizados pela cor, mas também pela situação social, pelo género, pela racialização, pela origem, pela interseccionalidade, entre outros. São, por isso, potenciais centros de resistências porque estão renegados à sobrevivência. Serão lugares de resistência onde se poderão fundar mudanças, caso se consiga dar forma à globalidade dos focos de irreverência que, cada vez mais, se evidenciam nestas áreas. Quer em Cabo Verde, quer em muitos lugares do mundo, à medida a resistência ganha sentido, a vida destes lugares é recorrentemente, a raiz de movimentos socais politicamente organizados. Mindelo sugere, desta forma, refletir como podem corpos e zonas historicamente oprimidos emancipar-se para se construir um saber/fazer que dê aos seus protagonistas a possibilidade de coletivamente participarem na sociedade sem viverem, permanentemente, oprimidos e reféns do pensamento colonial que, até hoje, deixa marcas. Permitir alterações e ruturas com planeamento do passado, construindo o pensamento dos lugares a partir da realidade política e social existente.

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

Saramago 1994: 123



Alto de Bomba. Ângelo Lopes 2014

Depos Gora... [Atualmente...]

Foco-me, agora, nas possíveis saídas para a urbanização tentadas, sobretudo, a partir da década de 1990 quando o país se tornou multipartidário, portanto, quando se iniciou o sistema político que atualmente vigora. No entanto, procuro entender esse momento, consciente de um processo que se inicia e funda as cidades da Ribeira Grande e da Praia no contexto do comércio transatlântico de africanos escravizados no séc. XV; passando pela cidade de Sal – Rei (ilha do Sal) entre os sec. XVII e XIX devido ao comércio transatlântico de Sal; pela cidade do Mindelo palco da exploração do Porto Grande – carvão e telégrafo

eh, eh, eh, eh
eh, eh, eh, uhm uhm uhm

era na 59
txuba skoregadu
dizanima di nha bida
n djobe santa pa-m ben santomé

e na praia santa maria
na skritoriu fernandi soza
n da nomi es poi na papel
es da-m nunbru 37

eh, eh, eh, eh
eh, eh, eh, uhm uhm uhm

Zeca Nha Reinalda

– até à revolução industrial; e pelas cidades de Espargos e Santa Maria (ilha do Sal) com a indústria da aeronáutica civil e do turismo, entre os anos 1980/90 e 2000, respetivamente.
Fluxos migratórios marcam o território e tornam-se uma constante, sobretudo, muito determinados pelas fomes de 1947/49; pelas secas e fomes de 1968/69; pela independência em 1975; por políticas de ajustamento estrutural em 1990; e pela submissão governamental às políticas em 2000, que potenciou a desurbanização (enquanto processo de aquisição de grandes pedaços de cidade, incluindo espaços públicos e pequenas propriedades) e o aparecimento de territórios autoproduzidos marcados pelo empobrecimento da população das cidades, que cresce desde a crise financeira de 2008.
Remeto, por isso, para a reflexão sobre: será o planeamento incapaz de dar resposta, também em Cabo Verde, à relação território / sociedade?

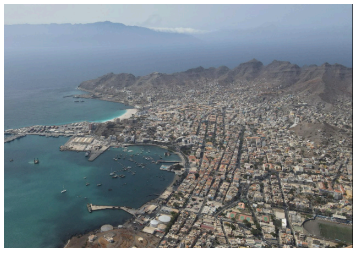
A cidade, enquanto um tipo de espaço anárquico, levemente misturado, é um grande espaço para aqueles que não têm poder. E penso que uma das coisas realmente interessantes que emergem disso tudo, por exemplo, apenas para mencionar um caso contemporâneo, é uma cidade com muitos imigrantes. Onde temos muitos imigrantes provindos de diferentes culturas, de diferentes idiomas, religiões e, quem sabe, de diferentes partes do mundo. Eles se encontram. E, neste sentido, a cidade se torna uma espécie de lugar de fronteira. Eles se tornam presentes uns aos outros.

Sassen, 2020:235

(...) exceto quando usado na forma de arbitrariedade e do direito de conquistar, o conceito de direito sempre permaneceu um vazio.

Mbemb 2001:131

Sabendo que durante o processo colonial o território se configurou pelos movimentos urbanos que mostramos nos subcapítulos anteriores, mais recentemente, é a década de 1960 que marca o processo de planeamento do território. A orientação política para produção de estudos de urbanização nas cidades, ainda sob égide colonial, considera levemente a existência de realidades urbanas, permitindo uma posterior definição de ações de intervenção distintas.
A cidade Praia vê, então, a sua política urbana orientada a partir de sete zonas de intervenção: zonas habitacionais, zonas verdes, a zona portuária, zo-



Vista aérea da zona colonial da cidade do Mindelo.

Nuno Flores, 2021

nas industriais, a zona turística e de recreio, a zona desportiva e a zona que abrange o porto de pesca. Paralelamente, as zonas habitacionais são três, independentes e diferenciadas, com um máximo de 5000 habitantes.[32] Já na cidade do Mindelo, se estrutura o planeamento a partir de oito zonas de intervenção: a zona mista – morada -, a zona dos edifícios públicos, a zona de recreio e turística, a zona desportiva, a zona militar, a zona industrial, a zona portuária e a zona dos depósitos de combustível. Paralelamente, as zonas habitacionais são três, independentes e diferenciadas, com um máximo de 3500 a 5000 habitantes. [33]

Mas foram os fluxos migratórios que referenciei anteriormente que levaram à superação em número da população rural dentro dos tecidos urbanos, próximo dos anos 2000, o que gerou uma enorme procura de terra e, consequentemente, a possibilidade de construir *deficits* habitacionais capazes de justificar a construção de politicas úteis ao complexo imobiliário e financeiro global, longe das necessidades concretas das populações e da compreensão dos seus modos de vida. Ou seja, o planeamento desenhou, desde sempre, a forma burocrática e tecnocrática como o poder se coloca no território, sem garantir a ligação, enquanto um caminho de construção de relações sociais, de todas as populações às rede que



Vista aérea Mindelo

Nuno Flores, 2021

Bypass urbanism involves the realization of a series of projects that together initiate the development of an entirely new urban configuration at the edge of an urban region. This includes new infrastructures such as airports, ports, highways, tunnels, toll roads and bridges; urban amenities such as private schools and hospitals, malls, private universities, golf courses, recreation facilities; as well as real estate projects, new towns, technology centers etc. All these projects together have the effect of materially bypassing the extant urban area. In this way, a fundamentally new model of urbanization is introduced (unevenly) into the extended urban region.

Sawyer, Schmid, Streule, Kallenberger 2021, 680

[32] Ver: CIDADE IMAGINADAS nos PLANOS de URBANIZAÇÃO CABO VERDE 1934.197

[33] Ibdem

figuram na urbanização. Tatuou o chão com um desenho que mostra a imposição de políticas públicas que, quase sempre, fustigaram modos de vida dos territórios.
Assim, também questiono sobre se o planeamento, partindo de quem o faz, abandona o entendimento da atual demografia do Mindelo, ou seja, poder-se-á estar no processo de urbanização perante uma nova forma de morgadio que, no atual modelo da sociedade, desconsidera os modos de vida atuais?

Se em muitos lugares do mundo esta alteração da população esteve associada ao desenvolvimento industrial, neste caso, aconteceu, a partir da década de 1990 e vem se consolidando, desde então, fruto de graves crises económicas e sociais ancoradas na afirmação das políticas económicas neoliberais e na aplicação desadequada de políticas de ajustamento estrutural. Por isso, é aqui que considero estar o impacto da histórica de influência ocidental (donatária e morgadia) na fragilidade do atual entendimento do modelo de propriedade, que gera absoluta insegurança habitacional a quem vive nos territórios autoproduzidos. Talvez o fascínio pela cultura e mercadorias ocidentais, esteja agora, num momento de pleno fluxo do neoliberalismo e do capitalismo global, a substituir-se pelo fascínio dos discursos do empoderamento, do empreendedorismo, da liderança e da formalização num processo de despolitização e domesticação da sociedade civil. Este processo, intensifica também a onguificação que marca indubitavelmente um novo papel do Estado. Um Estado

Si los territórios de los sectores populares urbanos profundizan sus diferencias, se consiguen transitar de la autonomia a la autodeterminación y se vinculan estrechamente com otras islas, pueden converterse em territórios de la emancipación. Los municípios rebeldes zapatistas, asi como otras experiências rurales, podem ser um espejo donde mirarmos.
No conoxco territórios que puedan comparase com estes lógros notabls, aunque existan em nuestras periferias multiples retrazos e fragmentos del mundo nuevo.
Alentar estas experiências, contribuir a profundizarlas aventando las práticas presivas que contienen, puede ser la mejor forma de cooperar para componer el inaagotable rompecabezas de la emancipación.

Zibechi 2007:150

As multi-party systems were introduced, many of the civil society organizations that had pushed for democracy in Africa now became NGOs or development agencies, a process some have termed the “NGO-ification” of the opposition. And what often occurred was that NGOs funded by Western donors would begin to deliver social services that the privatizing African state was unable or unwilling to provide; these third sector organizations became organs of state control, thereby thinning the ranks of the opposition.

Aidi, 2018:20

enfraquecido e de tal forma próximo da iniciativa privada, sem garantir o controlo público dos setores estratégicos que garantem equidade de direitos aos cidadãos. Como referi no subcapítulo *Ta ba, ta bem, pensar num movimento*, torna estes atores máscaras de atuação deficitária de um Estado que não responde aos desígnios das populações mais pobres ou, pontualmente, em focos de ativismo em prol da sua emancipação.

Milhares de pessoas vivem atualmente mergulhadas na insegurança do direito à terra e à habitação, da falta de emprego, da fome e da pobreza que, a curto prazo, se extremarão. O direito à terra, à infraestrutura e à habitação condigna que caberia ao Estado assegurar, quer depois de 1975, quer depois de 1990, é sempre incompleto, para não dizer inexistente, mesmo sabendo que se encontram registos na produção de legislação urbanística que prevêem sempre a existência de uma pobreza que se urbaniza, da qual pouco se sabe. Ao contrário do período entre 1975 e 1990, que o Estado era total proprietário da terra do país, é a partir 1990, com a possibilidade de compra e venda de terra e de aforamento, que, muito frequentemente, se confunde deliberadamente o papel do Estado nesta guerra por um lugar. Ou seja, como já referi no subcapítulo *Txon de casa*, é esse não planeado onde se localizam as zonas autoproduzidas que, no Mindelo, entendo como *zóna* e, como também já expliquei no subcapítulo, *Un vez era essim*, vejo como um lugar com idiomas da urbanização próprios que seguramente terão que ser considerados.

Em Cabo Verde, como na generalidade do mundo

De igual modo, a nossa preocupação é o reforço das entidades não financeiras. Fizemos uma formação há tempos, com o GIABA (Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Dinheiro). Aliás, a alteração legislativa também caminha nesta direcção de também as entidades não financeiras, principalmente as ONG's, serem chamadas e tidas em conta, porque nós não conhecemos qual é a nossa realidade, mas há realidades próximas que nos dizem que essas entidades têm estado a ser utilizadas para lavagens de capitais.

Ministra da Justiça de Cabo Verde
Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2022/12/14/governo-trabalha-para-diminuir-risco-de-ong-serem-usadas-no-financiamento-do-terrorismo/83454

Em Cabo Verde, a "onda neoliberal' coincide com a denominada "abertura política" dos anos 1990. Esta década também foi marcada pela privatização e extinção de empresas estatais, favorecendo a ampliação do setor privado em diversas áreas da economia. No entanto, a história do Estado caboverdiano é bastante diversa daquela do norte global. Apenas após 15 anos de independência, com a estrutura estatal ainda em processo de consolidação e tendo um modelo administrativo de base colonial, há um desvio rumo a uma "desestatização", completamente descolada da história da formação do Estado nacional.

Moaasab 2013 Dispoonivel em: https://www.buala.org/pt/cidade/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-em-africa

globalizado e dominando pela semântica ocidental, é o Estado que define as palavras que são usadas como idioma da urbanização para, de antemão, se posicionar politicamente dentro do processo atual de urbanização.

Digo, desta forma, que a política neoliberal adotada em Cabo Verde a partir do multipartidarismo, apesar de assente essencialmente na inserção do pais no mercado internacional do turismo como um destino de praia “exótico” - “quase África”, “quase Europa” – também adotou os conceitos de “formal e informal” como epistemologias que trazem fortes impactos traduzidos, sobretudo, no crescimento populacional acelerado, na sobrecarga da infra-estrutura urbana, na concentração de renda ou na fragilização identitária. Foi, assim, que o território entrou numa potente equação de obtenção de lucros, que marcaram o início da era do consumo do espaço, pelo que se iniciaram inúmeras cooperações multilaterais que levaram à criação das primeiras gerações de planos de ordenamento.

Estes planos, atualmente a entrarem na segunda geração e em fases de revisão, estimularam a possibilidade de especulação imobiliária para turismo onde as denominadas ZDTI`s - *zonas de desenvolvimento turístico integral* – tiveram um papel fulcral porque permitiram regras espaciais para o setor. Promovem, ainda, mega-empreendimentos imobiliários com implicações diversas, desde impactos espaciais/ambientais e culturais, mas sempre sem qualquer consideração às zonas que, entretanto, proliferam e estabelecem o modelo de urbanização dominante no

Além disso, os anos 90 são marcados, em Cabo Verde, não apenas pela abertura política, mas como “uma era do consumo, e com ela o consumo do espaço” (FIEDLER, 2008: 08). Com vistas a tirar proveito da capitalização do território, tem sido fundamental regular o crescente consumo do espaço alavancado desde o período. Por este motivo o país, através de cooperações multilaterias, tem investido na última década em planos de ordenamento do território. Faz parte desta estratégia a reserva de grandes áreas para o aproveitamento turístico. As denominadas ZDTIs (zonas de desenvolvimento turístico integral) são “áreas que por possuírem excelentes condições geográficas e valores paisagísticos têm especial aptidão para o Turismo” (decreto legislativo 2/93). Vale lembrar que da superfície nacional apenas 10% (cerca de 41.841ha) é destinado à agricultura, sendo o relevo montanhoso uma condicionante importante na exiguidade territorial para o plantio (ICIEG, 2008).

Moaasab 2012 Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-de-debate-sobre-a-fragil-construcao--identitaria-em-context

território do País.
Entre ZDTI`s, planos de ordenamento (que exigem lógicas, quadros e meios inexistentes no pais, cuja aplicabilidade é altamente questionável face ao que é atualmente, a urbanização no mundo) e ZEE`s, os territórios mais desiguais em Cabo Verde são, desta forma, alvo de discursos construídos do capitalismo global, nos quais desponta a precaridade urbana e habitacional. Assim, se justifica a atual construção conceptual de deficits habitacionais e ações como o CPT e o PLANAH 2021-30, igualmente reféns da dependência dos financiamentos e das exigências técnicas dos acordos multilateriais. Como se tem verificado em inúmeros lugares, também em Cabo Verde é questionável a existência de uma forma única de planear.
Pode, então, colocar-se novas questões: o que se quer planear, se a cidade como a conhecemos se transformou num extenso e indefinido processo de urbanização? Como aplicar os planos na realidade concreta dos territórios se, de norte a sul, as regras do planeamento são as mesmas porque são determinadas pelo garrote do poder central? Como planear na complexidade da urbanização planetária se, na generalidade, esta ainda representa uma forma de urbanização em construção e muito desconhecida?

Trabalhar na urbanização que nasce planeada, no caso de Cabo Verde, tornou-se, ao longo dos anos, um exercício especificamente direcionado à resolução de problemas associados à sua precariedade. No entanto, se pequenas ações, muitas delas até

Again, urban informality in urban planning research has not been well understood and poorly neglected (Revell, 2010). However, within the current trend of urban growth and the fact that projections indicate a steady growth in urban informal settlements in developing countries, it is important to properly understand informal settlements and identify ways planning can learn from it in addressing urban socio-spatial problems. This is exceptionally significant, as the proper conceptualization of urban informal settlements do not only impact urban planning and policy, but also the extent to which cities in Africa can make significant progress towards sustainable urban development, in light of the current discussions on the global sustainable development goals (SDGs) or the post-2015 agenda.

Okyere; Kita 2015:102

Mode of urbanization, therefore suggests that informality is the main process of urban growth. Specifically, she explains that even though towns and cities are growing, there is not adequate government support in terms of housing and public infrastructure for new urban populations. Moreover, most people moving into urban areas do not have the economic and social resources to live in the planned and formal parts of the city. Consequently, they settle in unplanned parts of the city, where land is cheap or abandoned and public services are poor. This often is the only option and remains the main mechanism of urbanization in developing cities.

Okyere; Kita 2015:109

bem-sucedidas, de construção ou melhoria de habitações foram solução nos momentos em que a habitação era um indicador a considerar para a construção do recém Estado independente, no momento em que a urbanização se espalha pelo território mais rápido que o planeamento, também essas ações deixam de ser eficientes.

O fascínio pelos modelos ocidentais que historicamente se reproduzem para atuar em prol da habitação condigna como o programa como o CPT e o PLANAH 2021-30 agora em curso, que apesar de alargar à urbanização de áreas residenciais e à reabilitação do habitat, na estratégia, é idêntico ao CPT, deixa ainda mais pressão à possibilidade de se pensar a reabilitação urbana, a partir do entendimento do modo de vida das populações locais. Ou seja, fruto de se validar as soluções políticas que historicamente sugerem continuar-se a parecer Europa, por um lado, pressiona-se ainda mais uma urbanização que cresce continuamente e, cada vez mais, se perpetua a existência da classificação de *ilegais* e *clandestinos*, por outro lado, fortalecem-se possíveis articulações para os grupos que resistem lentamente e conseguem construir comunidade, através da potência da resistência diária, do saber e do modo de vida local.

Apesar do excesso de institucionalização e do peso da importação de conhecimento que construiu a hegemonia das políticas públicas de urbanização acima referenciadas, é possível reconhecer ações de pequena escala, que nunca se tornaram políticas, mas

O primeiro período pós-independência (1975-1992), foi marcado pela construção nacional e fortalecimento do Estado recém independente, através de um regime parlamentarista de partido único. A abertura para o multipartidarismo teve lugar na reforma constitucional de 1992, em concomitância, no contexto mundial, à consolidação da globalização neoliberal. É neste período que o governo opta por inserir o país no mercado internacional como um destino turístico de praia, “exótico”, “quase África”, “quase Europa”. A abertura democrática coincide, não por acaso, com o alinhamento do país às políticas neoliberais.

Moaasab 2022 Diponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context

Depois do acontecido, surge um movimento para angariar fundos, que permitissem socorrer os mais afetados pela tragédia, pelo que conseguiram arrecadar umas centenas de contos vindos de todas as colónias portuguesas, porém um ano depois o dinheiro continuava imobilizado. É neste sentido que Dr. Bento Levy faz um apelo, no seu artigo acima referido, de modo a chamar atenção á necessidade de dar utilidade a esse dinheiro: “Já é tempo. Aquelas pedras lá em baixo amontoadas, devem desaparecer, ressurgindo, porventura, em qualquer coisa de útil para os que ficaram, atestando aos outros que somos realmente um só Povo.”

Almeida 2017:91

que são referências que em muito contribuíram, pelas ajustadas soluções arquitetónicas que sugeriram e pelo envolvimento com os modos de vida locais.
O primeiro exemplo que convém mencionar é o bairro Craveiro Lopes na cidade da Praia, cujo plano urbano foi comissariado pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. Os edifícios *Déco* que o caracterizam, entretanto, bastante alterados, apesar de sem registos escritos, sabe-se que inicialmente foram construídos a partir de uma campanha de apoio com emigrantes cabo-verdianos fruto do desastre da assistência em 1949.
Na década de 1980, com o fim de dar resposta à precariedade habitacional que aumentava desde a década de 1970 criou-se, no Mindelo, o PACIM (Projecto de Autoconstrução Assistida em Campinho e Ilha de Madeira) realizado entre o governo de Cabo Verde e a ONG sueca Grupos de Africa da Suécia/ ARO. Centrou-se em reordenar as zonas, respeitando as preferências dos habitantes face à possibilidade de se manterem no lugar habitual ou escolherem um lote em outro lugar, bem como, deu a possibilidade de construir uma casa tipo com materiais locais e técnicas de construção económicas em regime de autoconstrução assistida.
Já na cidade da Praia, o PROMEBAD (Programa de Melhoramento de Bairros Degradados) é implantado, tentando utilizar práticas de solidariedade e ajuda mútua da população, e cruzando tecnologias acessíveis para uma habitação que melhor se adapta às necessidades e práticas culturais dos moradores. Na década de 1980 várias iniciativa de pequeníssima

Os bairros de “Monte Sossego”, “Monte Craca”, “Dji de Sal” e “Campinho” foram objeto de processos de loteamento, e nos bairros informais do “Campinho” e da “Ilha de Madeira” na Ribeira Bote, deu-se início ao projeto PACIM (Projeto de autoconstrução assistida do Campinho e Ilha de Madeira) que teve como principal objetivo a construção de bairros de habitação social com vista a promoção do realojamento de pessoas oriundas das barracas e para os retornados das ex-colónias. Contudo, e apesar das medidas adotadas com vista a resolução dos problemas urbanísticos que a cidade do Mindelo apresentava, por diversas razões não foi possível travar o rápido crescimento das construções informais que foram surgindo nas zonas periféricas.

Andrade, 2016:41

Entre – Ajuda?
Sim, é verdade. Isto acontece me Cabo Verde de hoje e chegou a ser divulgado em todo o Cabo Verde. Trinta e três chefes de família organizados, constroem com as suas próprias mãos as suas próprias habitações. Um princípio de esperança transformado num tecto digno para cada uma das famílias, é o objectivo da Associação que nasce em 1982.

Ponto e Vírgula Nº8, Suplemento Viver na Terra 1984:3

escala realizadas pelas Associação de Entre – Ajuda para Construção Voluntária de Habitações, com foco numa experiência de autoconstrução em várias áreas do Mindelo.

É a partir da relação antípoda entre projetos de pequena escala ajustados aos modos de vida e as atuais politicas de urbanização e habitação que, também em Cabo Verde, são hegemónicas e desajustadas dos modos de vida, que esta investigação reflete o campo da arquitetura, do urbanismo e da educação artística, tendo como foco zona de contacto da IOB. A IOB, por seu lado, propõe uma ecologia política que abre à produção de novas construções de sentido para o território, procurando entendê-lo como uma casa comum, tal qual me debruçarei no subcapítulo, *No te ne kémin.*

Nesse sentido, assenta em pressupostos científicos, técnico-normativos e narrativos: aos primeiros, cabe o entendimento que garante a ação técnica e científica que sustenta o que, consequentemente, produz o âmago da investigação que é feita dentro e fora da equipa técnica que a desenvolve; aos segundos o entendimento das normas que podem ser produzidas a partir do modo de vida para que não se construa, novamente, uma maquinaria de normas e leis que bloqueiam qualquer ação; e, por fim, os narrativos, que sustentam o abandono da cidade como metáfora do medo para permitir construir a utopia de um futuro de resistência às desigualdades atuais, longe da situação de injustiça social onde estão mergulhados extensos territórios da urbanização planetária em Cabo Verde.

A metáfora da casa comum implica entender a relação sociedade/território de modo dinâmico e reflexivo; nem uma coisa nem outra são objectos ou totalidades discretas, ou sujeitos de uma relação de tipo mecanicista. Para tal, a narrativa simplificada, baseada em sistemas de causa e efeito e encadeamentos simples e sequenciais, terá que se desdobrar em episódios, que depois se podem relacionar entre si. Cada um conterá dimensões pertinentes para que se entenda a complexidade do jogo e dos seus actores e, ao mesmo tempo, se exponham as matérias que dão corpo à consciência da partilha, das coisas comuns e da sua regulação.

Domingues; Travasso 2015:24



Aula realizada no Alto de Bomba para a realização do trabalho *No Te Ne Kemin,* com os estudantes do mestrado inntegrado em Arquitetura do M_EIA. Bruno Kenny, 2015.

No te ne kémin [Estamos a caminho]

> O território pode exprimir-se em termos estatísticos [...], mas não poderá ser reduzido ao quantitativo. Enquanto projecto, o território é semantizado. É "discursável". Tem um nome.
>
> Corboz 1983: 74

Recuo-o ao ano de 2015 e perpasso o trabalho realizado com os estudantes do curso de arquitetura do M_EIA, denominado *No Te Ne Kemin*, cujo objetivo, após anos de observação e *Estar* no Alto de Bomba, foi refletir sobre os padrões de urbanização e habitação existentes no mesmo lugar.

Este trabalho, precedido pelo já referenciado trabalho de cartografia crítica no bairro da Ribeira Bote, que falei no subcapítulo *Tra k` panhá pa vivê*, além de abrir à sociedade a temática da urbanização levou, inclusivamente, no verão do mesmo ano, um grupo

de estudantes a Luanda para participar no workshop internacional Charrete, a convite da Universidade Lusíada de Angola, com o fim de discutir a urbanização da capital Angolana.

Apesar do envolvimento que esta experiência revela novos constrangimentos são, igualmente, importantes referenciar. Eventualmente pelo facto da temática ter entrado no M_EIA por insistência da investigação do corpo docente em vez de por solicitação dos próprios moradores, por diversas vezes, se entendeu alguma resistência dos estudantes à continuidade do trabalho, bem como, à disponibilidade em estar no Alto de Bomba, face à estigmatização que o lugar trazia devido a um momento de violência urbana que aconteceu no Mindelo no ano de 2010. Ao mesmo tempo, numa exposição apresentada durante o 4º Encontro Nacional de Educação Artística, doravante 4ºei_ea, realizado no M_EIA, no ano de 2016, era claro o abandono do pensamento inicial ensaiado no Alto de Bomba.
O trabalho realizado propôs, para entender o processo de ocupação e por facilidade de levantamento físico da área proposta, a divisão da zona em três partes – consolidada, em consolidação e a consolidar – o que não determinava a necessidade de ações diferenciadas em cada área, pelo contrário, era o mote para fortalecer o entendimento de uma obra aberta, de limite indefinido, num processo de urbanização contínuo. É o entendimento desta divisão em três zonas onde acabaram por se realizar três projetos de arquitetura avulso, distintos e sem uma relação

As comunidades de Ilha de Madeira e Alto de Bomba em São Vicente, foram comunidades onde não foi solicitada a nossa ação, não foi construída uma relação de Conhecimento, Confiança e Cumplicidade para um trabalho conjunto, e as ações, isoladas no propósito académico que se desloca à vida real, terão diminuído drasticamente as potencialidades deste projeto contextualizado na periferia do Mindelo. Além disso, como poderiam os CE suspender os tempos do calendário escolar, e do plano de estudos de 4 a 6 anos para estreitar a relação do M_ EIA com essas comunidades?

Rainho 2018: 250

Face à evidência do desajustamento, havia que afastar a atitude, grata aos técnicos de planeamento, de que é o mundo que está errado face ao modelo do que é bom e não é o ferramental teórico do técnico que se não ajusta à realidade. Havia que procurar perceber se este pequeno 'caos' não esconde uma lógica consistente e se a acção a desenvolver a vai consolidar ou inflectir e sob que condições.

Portas 1986:8

… pretender adaptar la escuela al mercado como ideal de futuro es una narrativa errada, porque sus necessidades son cambiantes y el diagnóstico de hoy se muestra perecedero mañana.

Hernandez 2007:11

conectada com o meio já urbanizado, que demonstra a ausência do entendimento do modo de vida e o fascínio pela tentação de realizar projetos de arquitetura isolados e desligados da realidade local.
Ficou evidente que a dimensão relacional tinha potencial e muitas vantagens para a compreensão da urbanização, a partir da possibilidade efetiva de entendimento do contexto. No entanto, evidenciou também, num futuro possível, as dificuldades de enquadramento legal das diferentes dimensões (políticas, técnicas e institucionais) que numa ação num lugar com estas características poderiam ser encontradas.
É um facto que a discussão que se abre à volta deste trabalho, inclusive dentro do M_EIA, tenta interromper o esquecimento que os lugares estavam mergulhados, sobretudo, quando envoltos em pequenas ações assistencialistas vindas da CMSV, de ONG`s financiadas por diversas cooperações e, pontualmente, do governo de Cabo Verde. Apesar disso, a mesma exposição revelava uma dificuldade de suspensão tanto dos estudantes, como dos professores. Mostra que, mesmo numa instituição de ensino fundada no desenvolvimento local promovido pelo AtelierMar, são recorrentes as dificuldades quando é necessário priorizar a escuta e a alteridade.
Mas se esta experiência tinha como objetivo um trabalho académico, o que dela retiro é que, em 2019 aquando da montagem da IOB, me despertaram, ainda mais, questões como: em algum momento poder-se-á abandonar o lado rizomático quando se trabalha em lugares autoproduzidos?
Num pais com a diversidade territorial, demográfi-

A tendência dominante no pensamento liberal caracteriza-se pelo enfoque racionalista e individualista que impede de reconhecer a natureza das identidades colectivas. Este tipo de liberalismo é incapaz de compreender de forma adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que esse pluralismo acarreta; conflitos para os quais não poderia existir nunca uma solução racional.

Mouflle 1993:70

O próprio momento da sua realização seria também o início da sua integração (...) uma tal democracia será sempre uma democracia “futura”.

Mouflle 1996:19

É nestas microforças que se pressente um núcleo de resistência capaz de se erguer contra as lógicas da repetição, da síntese, do comentário,da explicação, dos jogos de verdade que têm fortalecido a maquinaria escolar.

Martins 2017:19

(...) o processo de realização de ‘produtos artísticos invisíveis’, pesquisa de espaço e de narrativas partilhadas que nunca se materializam em objectos, nem tão-pouco em produtos classificáveis de artísticos.

Paiva 2009:22

ca e com as características de Cabo Verde haveria lugar para a realização de um programa público para a generalidade do território? Pode definir-se o tipo de ação para os técnicos em zonas autoconstruídas sem que se considere que todos os contextos mudam independentemente da proximidade física entre eles? Como deve desenhar-se uma política pública na atualidade, sabendo que complexidade da urbanização planetária está, igualmente, presente num cenário cabo-verdiano que também não domina o conhecimento sobre o fenómeno? Como fugir à normatização recorrente dentro das estruturas políticas e técnicas de um Estado? Como criar um dispositivo público capaz de não ofuscar as narrativas locais que seriam o âmago necessário para possibilitar a emancipação dos territórios autoproduzidos?
Como combater uma estrutura política hierárquica e culturalmente fundada no colonialismo português e inglês, atualmente dependente das imposições de financiamento que dominam o capitalismo global?

A primeira questão se refere ao tema da participação (...) imaginando que esse modelo colonialista e excludente da cidade que historicamente excluiu a maioria, historicamente excluiu a maioria porque historicamente não foi formulado com a maioria.
Desenhando para o outro e desenhando para o outro o que desejamos é a extensão do nosso modelo para o outro.
A discussão, a pergunta que não quer calar, é como ouvir o outro, ou seja, a hipótese que só vamos poder construir um outro modelo, ouvindo o outro.
Me parece que há aqui duas barreiras (...) a primeira é a linguagem que é levada de uma forma técnica que não é a linguagem da vida, que não é a linguagem das pessoas e que é um código de muito difícil compreensão.

Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021



Legenda da imagem:

O escritório da IOB no Alto de Bomba, uma área de cerca de 30 m2, alugada a um morador que se dispôs a dividir a sala de casa para podermos alojar e operacionaalizar a IOB.

Francisco Craveiro, 2021

Em 2019, já sabíamos que a cidade perdera o monopólio da urbanização, pelo que, era uma urgência entender como coabitar com uma estrutura política que, até hoje, não entendeu também ter perdido o monopólio do planeamento. Entender a urbanização exigia, pois, poder, a todo o tempo, repensar o *Estar*, trabalhar sem método configurado, demonstrar, avaliar cada passo para repensar o seguinte e, caso necessário, voltar atrás tantas vezes quantas necessário para redescobrir o sentido. É neste cenário que a IOB enterra o sentido do assistencialismo patente nas ações habituais de combate à pobreza e abre, dentro do MIOTH, uma zona de contacto taticamente alinhada em questionar a histórica estratégia pública que nunca possibilitou o entendimento da urbanização como um processo.

A IOB existiu entre os Maio de 2019 e Dezembro de 2021 e teve como objetivo promover a possibilidade de desenhar uma nova política urbana para zonas autoproduzidas, dissidente das políticas assumidas pelo governo de Cabo Verde que, como referimos no subcapítulo *É essim k mi*, vivem reféns da sua condição de Estado Cliente, são devastadoras e elaboradas estruturalmente beneficiando, sobretudo, o negócio dos países doadores. Se à escala macro já entendemos a urbanização como um processo planetário que se dá à mesma velocidade do mundo financeirizado, à escala micro, pensar a IOB exigia, através de um processo assumidamente desobediente e politicamente crítico, pensar a zona de contacto que ela constituiu como um espaço agonístico, aberto à participação e à repolitização da sociedade, face

A cidade perdeu o monopólio da urbanização, entretanto, explodida em fragmentos, desfocando-se da geografia dos nomes e dos povoados com limites precisos. Diferentemente da cidade pensada como um lugar, a urbanização é um processo em modo contínuo – toma forma e lugar nas mais diversas circunstancias e geografias –, depositando algures construções diversas e funções variadas, relações e ambiências, escalas variadas, do local ao global, do micro ao macro

Domingues 2021:84 Publicado originalmente no jornal público a 20 de Janeiro de 2019

(...) ela define “zona de contato” como o “espaço de encontros coloniais, o espaço onde povos geográfica e historicamente separados entram em contato uns com os outros e estabelecem relações concretas, geralmente envolvendo condições de coerção, desigualdades radicais e conflitos irredutíveis.” Diferentemente do termo “fronteira”, que se “baseia na perspectiva da expansão europeia (a fronteira só é uma fronteira em se tratando da Europa)”, a expressão “zona de contato”

Clifford 2016:5

ao direito à cidade e de *Estar* no território. Portanto, além da uma ação pioneira com reflexo no Mindelo caracterizada pelo um *Estar* de co-pertença centrado na escuta, nos discursos políticos locais implicava, logo no início, mudanças relevantes:

(...)Nós temos algumas dificuldades nesses bairros devido às construções feitas de forma irregular. Dificuldades no acesso das ambulâncias, dos carros de bombeiros, táxis, carros de água e de construção civil. De certeza que esse nosso projeto irá ter em conta tudo isso e criando as condições para termos menos dificuldades e melhores condições para garantir um futuro melhor, fundamentalmente para as gerações vindouras.[34]



MIOTH, 2019 – Plano de Intervenção de Alto de Bomba

Enquanto que ao nível central a intenção de criar um projeto de Estado ocupava a centralidade do discurso:

(...)A nossa intenção é levar esta iniciativa a outras cidades e bairros do país, e fazendo com que este projeto seja, não de um governo, mas sim do Estado. Que transcende as legislaturas e que leve a transformação urbana necessária a todo o território nacional.[35]



MIOTH, 2019 – Plano de Intervenção de Covada de Bruxa

[34] Extraído do discurso do Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, a 02 de Maio de 2019, no lançamento da IOB, no Mindelo.

[35] Extraído do discurso da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, a 02 de Maio de 2019, no lançamento da IOB, no Mindelo.

Interrogo-me, assim, sobre se haveria, de facto, a possibilidade de um projeto dissidente, em si mesmo, transformar-se numa política?

Sabendo da opressão feita pelos financiadores internacionais que alimentam os ODM, onde Cabo Verde, em grande parte, se financia, foram o diálogo e o indeterminismo que fizeram a IOB afastar-se do lamaçal político onde se desenham programas como, por exemplo, o CPT e o PLANAH 2021-30 que, no entender do poder, serão a ideal resposta pública ao direito à habitação. Admito, por isso, que face a este foco na produção de células habitacionais em grande número se construiu, desde logo, um conflito sobre a necessidade de repensar coletivamente a urbanização, a partir da compreensão de como se vive na sociedade e abandonando o pensamento ocidental que perdura na política e nas formas atuais de vida em sociedade.
Conforme já referimos no subcapítulo *Depos Agora*, *in locus* a ação da IOB centrou-se em três eixos os três seguintes eixos:



MIOTH, 2019 – Plano de Intervenção de Fernando Pó

O eixo científico que colocou, essencialmente, três questões como pronto de partida. Primeiro, a contratação de estagiários de arquitetura e engenharia do M_EIA, da UniPiaget e da Universidade de Cabo Verde para a realização dos levantamentos que deram origem ao conteúdo da caracterização; segundo, a publicação dos conteúdos em revistas e a participação em congressos e encontros científicos, com o fim de validar o conhecimento e promover o

reconhecimento da necessidade e compreender o processo de urbanização dos lugares mais pobres de forma a poder acrescentar os seus modos de vida na construção ou complementação de uma politica pública; e, por último, a produção de conhecimento a partir de uma processo de ação-investigação que se construísse com ação e investigação em paralelo. É importante frisar que optei por ação-investigação e não investigação-ação, pelo facto de, fruto do desconhecimento da realidade dos territórios da urbanização planetária, entender producente uma ação fundada na escuta antes de promover a reflexão.

O eixo técnico-normativo é, no fundo, dividido em duas partes. A primeira, referente às questões técnicas, em que era suposta a realização de uma obra de infraestrutura e de reabilitação do espaço público que envolvia, desde logo, a realização de todas as infraestruturas – abastecimento de águas, iluminação pública, esgoto sanitário –, bem como, recolha de lixo, contenção de encostas, reordenamento e calcetamento de vias, mobilidade urbana (automóvel e pedonal) e construção de equipamentos públicos. A realização efetiva deste trabalho funcionou, também, através da contratação de empresas locais para os trabalhos de menos porte, os que não tinham elevadas exigências de engenharia, bem como, através da contratação de moradores para a realização das obras que, no mínimo, tinham que constituir 50% da globalidade dos trabalhadores empregados.
A segunda, que valida a construção possível das normas necessárias a partir do exemplo, a partir do

O Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades, PRRA, centra o seu eixo 1.2 em acções direccionadas à melhoria das condições de vida e da acessibilidade de bairros.
Após algumas experiências já efectuadas em Cabo Verde, surgiu a necessidade de olhar com mais atenção para os bairros informais da cidade do Mindelo. A partir do modo de vida local e da caracterização do assentamento, pretende-se construir uma estratégia que possa desenhar um plano de intervenção que, esse sim, oriente futuras acções que melhorem, de facto, o ambiente urbano e social destes lugares.
Partiu-se, então, para a seleção de um lugar, Alto de Bomba, que se definiu como área teste da Iniciativa OUTROS BAIRROS, para se aplicar a metodologia definida. No final, após a realização de obras, esta metodologia, irá permitir-nos reavaliar todo o processo, reflectindo sobre a pertinência da sua continuidade ou, se necessário, o redireccionamento da estratégia para poder partir para as operações seguintes.

MIOTH, 2019:2

entendimento do modo de vida. Ou seja, vincular também nas normas a possibilidade da construção do processo acontecer de dentro para fora, em detrimento da importação de conteúdos da urbanização planeada ou de outras geografias que tão destrutivos foram durante o percurso feito para construir Cabo Verde.

Por fim, ao eixo narrativo cabe a construção do sentido da nossa própria inscrição, enquanto equipa técnica que se dispôs a utilizar a reabilitação de uma área do Mindelo, o Alto de Bomba, como ferramenta para impulsionar uma iniciativa pública capaz de refletir sobre a vida no território e a construção de comunidade. Para isso, paralelamente às obras produzimos uma estratégia de ativação do espaço público que, sempre conscientes da centralidade da nossa suspensão, abriu caminho ao aparecimento do artístico que deixa ver e possibilita a compreensão, da construção das metáforas que fortalecem a relacionalidade que potencia formas outras de viver no território.

Será possível um caminho onde o erro reside como fator de conflito, ou existe como sintoma de uma relação doente de passividade conceptual.

Magalhães 2016:60

Relativamente ao que se efetuou, a caracterização levada a cabo em Alto de Bomba encontrou as características físicas e sociais dos lugares. Os inquéritos realizados revelavam, no Alto de Bomba, a existência de 35% da população sem acesso à rede pública de abastecimento de água; 25% à de esgoto; 20% à de eletricidade; 60% da zona sem iluminação pública; 63% sem calcetamento; 46% de população desempregada e taxas de rendimento por agregado familiar que rondavam 55% até 13.000$00, 40% até

O PLANO DE INTERVENÇÃO foi traçado de acordo com os princípios orientadores da Iniciativa Outros Bairros, que estabelece a realização de um teste metodológico centrado na reabilitação social e urbana de áreas informais, cujas principais linhas são:
• proporcionar às populações uma distribuição equânime de acesso à infraestrutura e serviços urbanos a partir do entendimento do seu modo de vida;
• promover a integração dos assentamentos informais com a cidade formal, através da melhoria da acessibilidade e mobilidade interna, da segurança ambiental, drenagem pluvial, da iluminação pública, da melhoria/ampliação dos serviços de abastecimento de água, do saneamento básico, da energia domiciliar e da recolha regular de lixo.

MIOTH, 2019:42

40.000$00 e 3% até 70.000$00.[36]

Acresce que além dos dados agora apresentados, a população referia como prioridades a realização de obras de melhoria do espaço público (49%), seguido de iluminação pública (27%) e de possibilidade de efetuar melhorias nas próprias habitações (7%).[37]

Olhando às zonas de Fernando Pó e Covada de Bruxa assistia-se a um agravamento dos dados recolhidos, visto que são zonas localizadas em áreas mais periféricas do Mindelo. No entanto, revelavam diferenças naquilo que respeitava às prioridades da população face à realização das obras, sendo os acessos, a rede de esgoto e os espaços de lazer as prioridades no Fernando de Pó, e o acesso à rede de esgoto, à de água e aos espaços de lazer as prioridades na Covada de Bruxa.[38]

Consequentemente, os planos de intervenção cingiram-se ao desenho de hipóteses, sobretudo no que concerne aos desafios técnicos que surgiram após a avaliação dos dados da caracterização. Apesar da realização de um plano, ação contraditória face às dúvidas que trazíamos sobre a necessidade de planear e de determinar, este documento foi, desde logo, considerado um possível cenário – aberto a mudanças e alterações, fruto das mutações constantes das zonas – com o fim de nos mantermos conscientes da nossa ignorância perante o desconhecido

A forma institucionalizada de fazer projeto, determina um período de trabalho que fecha em si todo um dossier que veiculará as respetivas ações da sua concretização. Abrir esse processo à comunidade que irá receber a intervenção, passa por uma mudança radical do projeto autoral - que pré-define um programa e um conjunto de soluções - para uma suspensão dessa concepção do arquiteto, no sentido de uma abertura à cosmovisão da população residente no bairro, bem como às soluções que o seu próprio quotidiano foi desenhando ao longo do tempo no espaço comum.

Flores; Lopes 2020:109

[36] Ver: Reabilitação Urbanística de Alto de Bomba

[37] Ibdem

[38] Ver: Reabilitação Urbanística de Fernando Pó e Covada de Bruxa

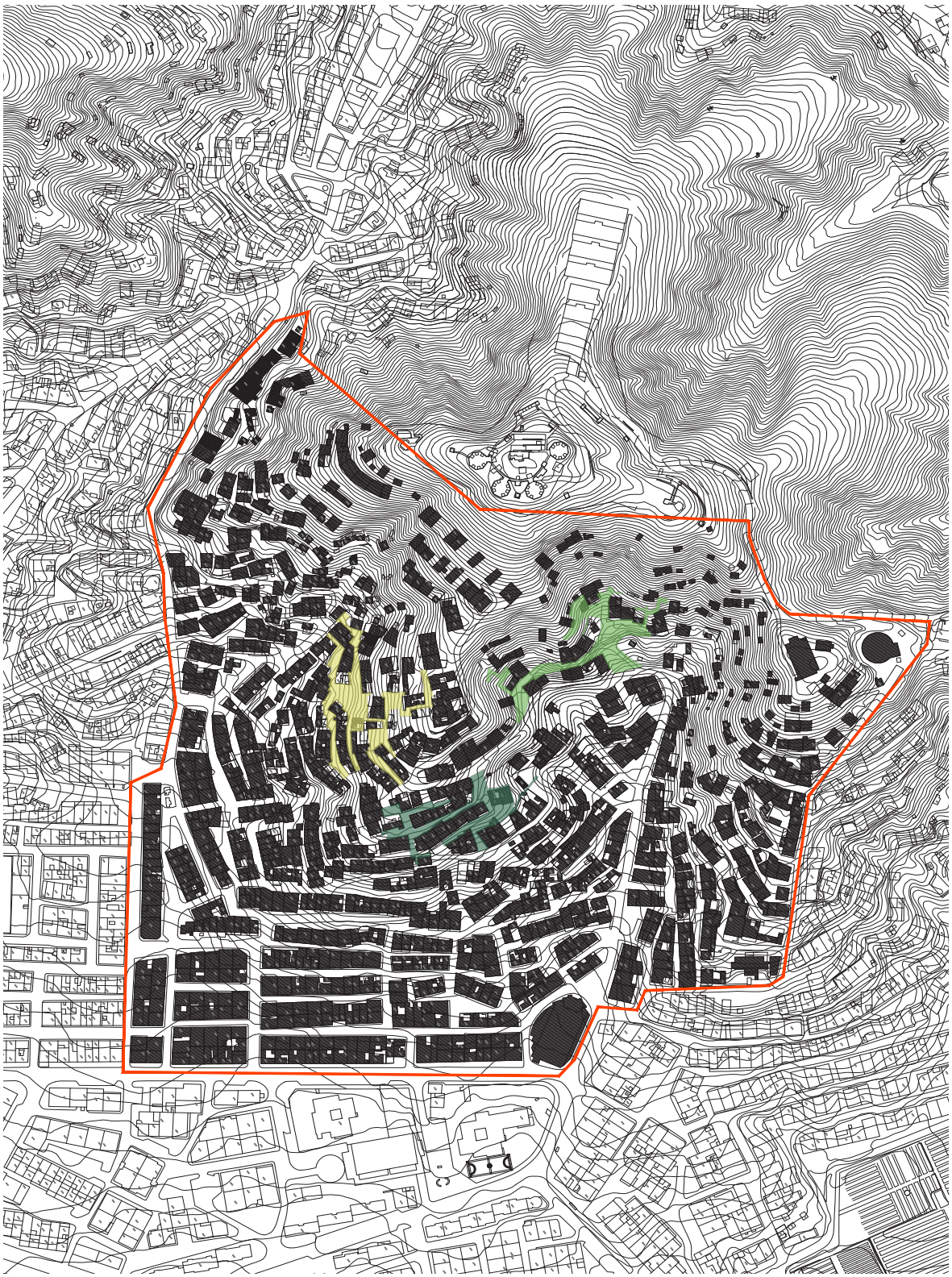
mundo da urbanização no Alto de Bomba. Importa, ao mesmo tempo, referenciar que assim como este documento, desde início contraditório, foram recorrentes os conflitos entre o desígnio de encontrar uma forma de atuar, quem sabe tão indeterminada e espontânea como todo este monstruoso processo planetário de urbanização, e a necessidade de responder à tecno burocracia imposta pelo dispositivo público que condicionou o tempo e a forma durante todo o período de vigência da IOB. Posto isso, no Alto de Bomba, a estratégia previa a divisão da atuação física (obra) em dois tipos de projetos: os pontuais, de pequena escala e com limite de orçamento de 9 000 000$00 ECV* (cerca de 90 euros), por limites legais de orçamento e por necessidade de estimular a reabilitação urbana de pequenas áreas e de conectar infraestrturas existentes; e o estruturante, para obras superiores a 9 000 000$00 ECV (cerca de 90 euros) e por necessidade construir a infraestrutura urbana de grande porte, cujos empreiteiros locais não tinham capacidade técnica de executar. É neste cenário de dúvida face ao entendimento político da IOB e à sua possibilidade de crescimento num cenário atual que, desde logo, se entendeu poderem vir do próprio MIOTH e da CMSV os principais bloqueios que, voltando ao corpo, limitaram cidadãos de encontrar o seu lugar na forma de entender e construir o território. Um entendimento que se funda no mútuo consentimento da aproximação e de apropriação da IOB por corpos historicamente remetidos à exclusão social desde a época colonial e até hoje. Sabendo que o *Estar* da equipa técnica

A escuta que diariamente efetuamos traz as vozes dos lugares e sugere incorporar as palavras dos lugares, mais poéticas e mais aproximadas a uma realidade que perscruta a utopia de um devir coletivo comum.

Flores; Lopes 2020:114

* ECV - Escudos Cabp-verdianos

no Alto de Bomba se funda, igualmente, na possibilidade de participar politicamente do agenciamento da intervenção na própria zona e no modo de, coletivamente, intervir politicamente e transformar o território, decisões conjuntas que não fugiram a tensões e constrangimentos para abrir a IOB a novos questionamentos capazes de forjar formas de resistência, a construção de comunidade e a participação foram construídas, a partir da experiência vivida, como falarei nos próximos capítulos.



Alto de Bomba

Esc: 1/5000

Limite definido para o projeto estruturante

Projeto Potual 01

Projeto Potual 02

Projeto Potual 03

N



Cavoc Brumedje, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

Vista da área de *Cavoc Brumedje* como destaque para a percaridade do espaço público (ruas e camihos)



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

A acomulação costante de materiais ou de pedra de escavações para construção civil de diversas obras.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

A constante das casas inacabadas que representam terrenos que se marcaram ou futuros possíveis de novos moradores.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

Casas que se transformam, constro-em ou ampliam face ás demandas que se exige.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

A casa de tambor, primeira fase do processo de habitacional no Alto de Bomba.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

Somatório de diferentes materiais, nomeadamente chapas de tambor para a concretização da moradia.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

A pedra como elemento estruturante para a construção civil e como elemento fundamental da implementação das casas.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

Utensílios da construção civil (pás, martelos, baldes, fios, fitas, etc), recursos recorrentemente encontrados e utilizados para a organização e construção do espaço público e do espaço da casa.



A
lto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

As plantas, são um elemento raro, mas de recorrentes tentativas de obtenção pelos moradores de alto de Bomba. Permitem um apoio simples para a alimentação diária.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

As plantas, são um elemento raro, mas de recorrentes tentativas de obtenção pelos moradores de alto de Bomba. Permitem um apoio simples para a alimentação diária, como possíveis possibilidades de sombra.



Alto de Bomba, Mindelo. Queila Fernnandes, 2021

Legenda da imagem:

A dificuldade de obtenção de água e a inexistência de uma rede pública de abastecimento marcam o dia a dia de Alto de Bomba



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

O custo do abastecimento de água, não só é mais alto quanto mais longe se mora dos lugares de abastecimento coletivo, como quanto maiores são os balaios de fornecimento por dificuldade de transporte.



Alto de Bomba, Mindelo. Diogo Bento, 2019

Legenda da imagem:

As dificuldades de acesso e mobilidade, nomeadamente nos assentamentos localizados em encostas, acresce pela inexistência de escadas e caminhos.



Alto de Bomba, Mindelo. Queila Fernandes 2019

Legenda da imagem:

As dificuldades de acesso e mobilidade, pioram pela inexistência de caminhos pavimentados.

3

A (IM)POSSIIBILIDADE DE PLANEAR NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA



Obra o Alto de Bomba. Grace Ribeiro, 2021

3. A impossibilidade de planear a urbanização planetária

Prólogo

Faltavam poucos meses para terminar a primeira obra no Alto de Bomba quando nos deparamos, de facto, com um cenário que, na minha opinião, era para a equipa da IOB, um assunto que vínhamos evitando por consciência de não sabermos como lidar com o precedente que se abriria.
Demolir uma *casa de tambor*, colocaria algumas questões que tornariam, pois, urgente alargar a IOB à discussão da precariedade habitacional que sabíamos existir no Alto de Bomba, contudo, que se acreditava poder resolver-se a partir da economia local que a IOB pretendia gerar. Ou seja, a IOB não era um programa de reabilitação ou construção de habitação social; o espaço público que é, por definição, o lugar de todas as pessoas e onde se vive aquilo que é comum era a nossa opção para, a partir de uma obra, construir um pensamento e uma consciência coletiva; e, por último, como dar solução alternativa aos moradores que residiam na casa que poderíamos ter que derrubar. Apesar de, entre a equipa, todas (os) tendermos para a demolição como melhor solução para a reabilitação daquele espaço – ligação essencial entre duas ruas já consolidadas da área de atuação definida - considerou-se sempre a possibilidade de manter a casa, sendo que, caso acontecesse, não se resolveriam fortes limitações de escala e de circulação no espaço público em causa.



Casa de tambor existente. Nuno Flores, 2019

De conversas que se iniciaram com os habitantes desta casa concluímos que tudo era muitíssimo mais complexo do que parecia. Do que para nós era uma

casa de tambor feita com chapas em péssimo estado, resultou entender que nesta família mono parental – uma mãe, três filhos e duas filhas - os 32 m2 de chão eram de um dos filhos que vivia na ilha do Sal (ainda que sem qualquer papel que o comprovasse); as chapas eram da mãe que, por sinal, nos pedia para não as estragarmos pois dariam para construir outra casa na região do calhau (localidade na outra ponta da ilha); os pertences que estavam dentro da casa eram de outro filho; e, por fim, o último filho era o que, num direito pela família legitimado, dormia na casa, ou seja, a habitava.



Demolição da *casa de tambor* existente. Nuno Flores, 2019

Foi neste cenário, entretanto alargado à complexidade do que realmente eram aquelas chapas, que, entre nós, as opiniões se dividiram. Eu, hoje consciente que não teria sido a melhor decisão, tendi à manutenção da casa no lugar pelo receio de uma decisão errada pôr em causa toda a IOB, quer no Alto de Bomba, quer no MIOTH, enquanto a restante equipa tendia à demolição, sobretudo a partir do momento que conseguimos acordar com moradores a construção (vinte metros ao lado) de um piso novo na cobertura da casa da mãe desta família, que ficaria pertença de todos os “donos” desta pequena *casa de tambor.* Se por um lado, marcado o dia da demolição da casa, tudo parecia resultar, visto que parecia bem sucedida a mediação entre nós e os moradores, por outro lado, os desaguisados que surgiram durante a demolição entre trabalhadores – alcoolizados como por vezes acontecia - fizeram-me sentir que tudo tinha falhado e era, naquela hora, uma evidência o risco da IOB vir a terminar mais cedo do que se pensara.



Demolição da *casa de tambor* existente. Nuno Flores, 2019

Interrogações acompanharam-me durante meses.

Teria a IOB alguma possibilidade de alargar a sua ação e atuar também em temas como o alcoolismo? Apesar da proximidade, teria eu capacidade para conviver de perto com o alcoolismo, ou outro assunto relacionado, dentro do IOB? Deveríamos cair noutras semânticas, vulgarmente utilizadas nos projetos das ONG`s e Igrejas, que generalizam qualquer ação como social quando, para mim, a IOB devia interceptar uma ação, com uma consciencialização para, aí sim, ter um impacto social, se possível, de maior longevidade? Qual o sentido do meu finca pé inicial para que 50% dos trabalhadores da obra fossem moradores desempregados e para trabalharmos com empreiteiros locais, se o dinheiro que, a meu ver, acabaria por entrar nas famílias, era, na realidade, estopim do consumo exacerbado de álcool que incendiava famílias, acendia violentas discussões nas ruas e nas mercearias e, recorrentemente, era o âmago da inoperância da própria obra que a IOB promovia?



Demolição da *casa de tambor* existente. Nuno Flores, 2019

Não só pelos silêncios que se deram entre nós, enquanto assistíamos ao conturbado momento de demolição da casa, como por outros silêncios que perduraram a cada vez que, na obra ou fora dela, o álcool era uma constante ou era, simplesmente, tema das nossas conversas, para mim, era certo que não seriamos capazes de fazer nada sobre a possibilidade de alargar a responsabilidade da IOB a outros âmbitos. Por isso, era-me cada vez mais claro que aquilo que, até quando escrevíamos sobre a IOB, chamávamos de modo de vida estava muito para lá da nossa compreensão.
Como seriamos capazes de entender a IOB para lá das obras no Alto de Bomba e fazer com que esse entendimento pudesse ter impacto político no apoio



Demolição da *casa de tambor* existente. Nuno Flores, 2019

que necessitávamos do MIOTH? Estaríamos bloqueados pela obra e pela burocracia que nos era exigida, por isso, incapazes de construir um dia-a-dia que se fortalecesse no *Estar*? Como poderíamos coparticipar, copertencer, coabitar uma situação cada vez mais complexa?



Demolição da *casa de tambor* existente. Nuno Flores, 2019

Transcorreram-se meses que entre momentos onde vi em tudo um claro sentido, como por exemplo entender que no fim primeira da obra a população de Alto de Bomba começava a se apropriar da IOB, e outros, como por exemplo o desaparecimento do empreiteiro responsável pela primeira obra, que me criou a dúvida entre saber como continuar ou como me suspender sem limitar a contaminação que sabia existir entre todas as pessoas. Esta suspensão que, até então, era algo que nunca havia pensado, nem sabia como fazer, tornou-se ainda mais necessária no dia em que, de súbito, um grupo de mulheres entrou no escritório e me solicitou uma reunião que durou poucos minutos pela minha incapacidade de dar resposta. Em resumo, confrontavam-me com o facto da obra não estar a gerar a transformação que se pensava e de elas, chefes de família como se identificavam, não terem acesso a qualquer parte da equação. Argumentavam que tal, impossibilitava comprar comida para casa, educar os filhos e mais do que tudo, transversal ao discurso de quase todas, a sua autonomia e independência porque, afinal, eram a quem tudo era exigido.
Novas questões me surgiam: como garantir um canal que faça o dinheiro da obra chegar a mãos destas mulheres? Que legitimidade havia para tirar quem estava até aqui na obra, inscritos na lista de desempregados que a Caracterização dos lugares promovida



O espaço resultante após a demolição. Nuno Flores, 2019

pela IOB e, a cada vez que estas sessões se realizavam, nenhuma daquelas mulheres se havia inscrito? Em que momento não se havia entendido que apesar do setor da construção civil ser genericamente ocupado por homens, as discussões de género deviam ter sido abertas há mais tempo?

Não conseguia suspender-me como tentava há algum tempo, nem o sabia fazer. Não encontrava forma de tornar clarividente uma saída para não ter que assumir o fim da IOB. Para não ter que assumir que IOB era apenas gastar dinheiro numa obra sem qualquer capacidade de consciencialização e igual a todas aquelas que pela crítica inicial abriram a porta à realização da própria IOB dentro do MIOTH. Provavelmente um laivo salvacionista, certamente suficiente para uma estrutura política que não tinha solução, não tinha alternativa, nem qualquer ideia para atuar em zonas como Alto de Bomba.
Ainda sem conseguir percepcionar nada, após uma conversa longa com uma colega que era uma presença constante entre nós, ficamos a conhecer a notícia sobre o caso de cinco mulheres que lutavam por pedra para, após uma formação de calcetamento com o Câmara Municipal da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, poderem concluir o calcetamento de uma estrada de 21 kms, entre as localidades do Carriçal e do Juncalinho, localizadas na mesma ilha. O exemplo que nos chegava de São Nicolau possibilitou nova conversa, no Alto de Bomba, sobre esta experiência. Além disso, após uma decisão coletiva com o grupo concorrermos a um apoio financeiro do Fundo de Pequeno Projetos (FPP) da Embaixada de Portugal em Cabo Verde, para realizar uma formação em contexto de obra, dada por este grupo de calce-

Um grupo de cinco mulheres de São Nicolau vê no calcetamento de ruas, não só uma forma de ganhar o sustento para as famílias e driblar o desemprego, mas também como uma forma de fazerem algo de que gostam e se sentirem realizadas. Maria Piedade, ou simplesmente Dadá, tem 36 anos, é peixeira e calceteira. Começou nesta actividade em 2010 e hoje diz não conseguir viver sem as calçadas.
"É um trabalho que eu gosto muito. Às vezes estou sem tempo mas eu vou e faço. Quando aparece uma oportunidade de calcetar, eu paro de vender peixe e vou para as ruas. É uma paixão", conta Piedade.
No momento são cinco as mulheres da localidade de Carriçal a fazerem este trabalho de calcetamento pelas ruas de algumas zonas da ilha. Por serem mulheres, as pessoas dão mais valor ao trabalho, garantem. Até porque o calcetamento é uma arte, um ofício.
"Já trabalhamos em Juncalinho, Carriçal, Covada de Baixo. Dizem que é um trabalho de homem e muitas pessoas vêem que, apesar de sermos mulheres, fazêmo-lo à mesma. Sempre recebemos incentivo e isso dá-nos força e ânimo para continuarmos. É um orgulho imenso", conclui Maria Piedade.

Disponível em: https://www.ribeira-bravafm.com/sao-nicolau-as-poderosas-mulheres-calceteiras-de-carrical-c-audio/

teiras ao grupo de mulheres do Alto de Bomba que, como já descrevi, dias antes me deixara perplexo pela incapacidade que a IOB revelava por não as ter considerado.

É no contexto dessa formação que, no final de 2020, este grupo marca a IOB por diferentes questões.
É o seu reconhecimento local e nacional que, pela primeira vez, também dá à IOB o reconhecimento de uma ação mais larga que a obra de construção civil. Ao mesmo tempo alargaram-se, entre nós e na própria sociedade mindelense, novas temáticas que permitiram discutir género, precaridade laboral ou direito ao lugar que, mesmo com todos os conflitos e pesos históricos de relações internas e externas ao Alto de Bomba, levou estas mulheres a serem contratadas para trabalharem como calceteiras no município local.
Apesar de amarguras que tivemos em alguns momentos vividos na IOB, mesmo perante da nossa incapacidade e a ignorância no momento que iniciamos este processo, a rua foi sempre o lugar onde os embates fortaleceram o *Estar*. Transformou-se na sala de estar, no lugar de troca, no lugar de conflito e resistência que pode acrescentar conteúdo a políticas que, no futuro, poderão ter novos sentidos capazes de acrescentar à ação política a compreensão do processo de urbanização local. Quanto ao nosso papel, mais que a suspensão que entendi por estes episódios que, por vezes, é o entendimento do fator tempo que permite a construção contínua de uma visibilidade que abre a caminho para que se forjem possibilidades de ocupar outros territórios/lugares na sociedade.

(...) Maísa confessa que nem tudo rosas, pois ainda persiste algum preconceito no seu meio laboral, pelo facto de serem mulheres.
"Ainda há uma certa discriminação por parte de alguns homens. Talvez porque pensam que vamos tomar--lhes o trabalho", salientou.
Mesmo assim, continua motivada em seguir a trabalhar diariamente, assim como as suas colegas, e encoraja outras mulheres a seguirem os seus passos.
"Não devem desistir, pois, inicialmente encontram muitas dificuldades neste tipo de trabalho. Muitas pessoas dizem que uma mulher não pode fazer este ofício e nós, provámos que não só somos capazes como o nosso trabalho tem muita qualidade".
Questionada sobre o que as mulheres dizem sobre o facto de serem calceteiras, Maísa Fortes, explica que algumas afirmam ser um trabalho difícil, porém, outras mostram interesse em aprender.
É neste sentido que o grupo «Amdjer na Obra" pensa repassar o conhecimento adquirido aos "interessados e interessadas" que queiram aprender o ofício, com cursos práticos em calcetamento. (…)

Dispoivel em: https://www.anacao.cv/noticia/2021/05/29/maisa-fortes--lider-da-amdjer-na-obra-e-calceteira-com-muito-orgulho/



A urbanização crescente na Mindelo. Diogo Bento, 2019

3.1.Territórios dos sem voz

Zona ou zóna [Zona ou zóna]

Depois de falar no contexto local no capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, no sub-capítulo *Un vez era essim*, entro, agora, no contexto específico do Alto de Bomba. Contudo, se é agora que encaro, mais profundamente, o território do Alto de Bomba, revelo, desde logo, a intensão de desconstruir a semântica que ao longo do tempo me foi apresentada como uma solução para a compreensão da ação e da investigação no terreno da arquitetura e do urbanismo. Ou seja, sirvo-me da percepção que tive a partir daquilo que ouvi e das palavras que conheci no lugar, para fortalecer a construção de narrativas capazes de sobrepor

Conde bo é de zóna, abo sabe kum cosa k bo fazé pa zóna bo ta fazel não só po dinher.
Tradução livre:
Quando tu és da *zóna* (bairro), já sabes que uma coisa que fazes para a *zóna* não fazes só por dinheiro.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

as barreiras do conhecimento que, desde sempre, me foi apresentado como verdadeiro, único e eterno. Assim, permito-me construir a escrita, a partir da forma como entendi o que vi e vivi, longe das palavras que habitualmente deixam o conhecimento científico do urbanismo numa difícil encruzilhada que o endurece e o distancia da realidade da generalidade das pessoas que, dia a dia, vive na urbanização planetária. Por isso, consciente de que apesar deste mergulho são possíveis interpretações que não serão as minhas, consoante a intenção como cada um enfrente a pós-colonialidade ou decolonialidade, que hoje entendo necessário considerar.

As zonas autoconstruídas ou, em criolo de São Vicente e na fala de quem as habita, apenas *zóna*, representam o entendimento sobre territórios mergulhados a pobreza e na exclusão no Mindelo. Portanto, se falo de *zóna* pergunto, desde logo, que *zóna* é esta de onde falo e onde encontrei o terreno para desenvolver a IOB?

O capitalismo organizou a exploração do trabalho numa complexa engrenagem mundial em torno do predomínio da relação capital-salário. Para muitos dos teóricos é nisto que consiste todo o capitalismo. Tudo o resto é pré-capitalista e, desta maneira, externo ao capital. Contudo, a partir do exemplo da América sabemos que a acumulação capitalista até aqui não prescindiu, em momento algum, da colonialidade do poder.

Quijano in Santos 2009:109

As controversas do meu percurso mostraram-me muitas das contradições sobre o estar em Cabo Verde, não só pela importação e influência exacerbada de modelos globais que se refletem de imediato na forma como se aborda o território, a arquitetura e o urbanismo, como por limitadas referências que tendem, habitualmente, à banalização dos conceitos, das epistemologias e da semântica que fundamentam e dão sentido às políticas.

Na *zóna* que encontrei e me aproximei de epistemologias locais que durante este capítulo falarei há um



Área de encontro no Alto de Bomba.

Queila Fernandes, 2019.

processo específico de urbanização. Esse processo, que se dá pela resistência diária dos que nela vivem, é constantemente apedrejado por imposições do poder e do capitalismo financeiro que provocam uma hegemonia epistemológica e tendem a anular as características próprias de formas de urbanização menos conhecidas, assim como, da possibilidade da sua compreensão enquanto um modo de urbanização e um fator de potência. Logo, vejo inevitável pensar a urbanização a partir da construção de práticas que possibilitam construir novas políticas que incluam o modo de vida de qualquer território, em oposição às políticas deterministas e historicamente impostas que, ao longo dos séculos, dominaram o planeamento.

Interrogo-me, desta forma, sobre que espaço (físico e social) se constrói quando nos deparamos perante *zóna*?
Historicamente, dentro do processo de urbanização planetária que atualmente vivemos e que considero nesta tese, à margem dos regulamentos e leis, a palavra *slum* ganhou relevância. Durante anos, representou a forma como o poder – governos e agências internacionais - designou os assentamentos que se configuraram à margem da urbanização que se entendia formal. Por isso, mais tarde, o conceito assentamento informal ganhou relevância, sobretudo em territórios do Sul Global, perante a generalidade dos atores sociais. Estes assentamentos tornam-se, assim, mais comuns e em grande número no território, logo, motivando, por um lado, duras lutas por

Os chamados slums, ou favelas, não são de forma alguma o único exemplo de insegurança de posse. Na realidade, um amplo leque de indivíduos e grupos pode estar em situação de insegurança: refugiados e pessoas deslocadas internamente, afetadas por conflitos, desastres e mudanças climáticas ou ameaçadas por esses fatores; pessoas em terras destinadas a projetos de desenvolvimento ou afetadas por estes; ocupantes de terras valiosas; inquilinos com ou sem títulos legais, em assentamentos informais ou em contextos formais, em áreas urbanas e rurais; migrantes internos ou internacionais; minorias; comunidades nômades; grupos afetados por descriminação baseada em casta ou estigma; pobres, sem-terra, sem-teto; arrendatários; trabalhadores em regime de servidão; outros grupos marginalizados, como pessoas com deficiência ou vivendo com HIV; povos nativos em países com história de colonização; grupos com direitos consuetudinários à terra; e até proprietários privados de casas hipotecadas. Embora ninguém esteja totalmente protegido da insegurança de posse, os mais pobres e vulneráveis arcam com a maior parte do ónus decorrente dessa situação.

Rolnik, 2015:151

Slum quer dizer criminoso, trambiqueiro.

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

mais direitos de cidadania, por outro lado, o entendimento de uma possível forma de urbanização, a urbanização informal. Esta terminologia, ao longo do tempo, permitiu ao poder classificar estes territórios que caíram numa singularidade que os deixou numa situação ímpar, num estado exceção que lhe deu um papel singular no seio da urbanização no mundo. Ora sujeitos a manipulações, violências (género, políticas, raciais ou ambientais) e desvalorizações que os colocam mergulhados numa fragilidade e numa ambiguidade permanente, ora produtores de transformações sociais que frequentemente ganharam relevância a partir da resistência e das lutas dos cidadãos que reclamavam direitos diversos como o direito ao lugar, à cidadania, à infraestrutura, etc.

Neste contexto de desvalorização estas áreas imensas de território inundados de pobreza e exclusão ganharam uma dimensão que, mais tarde, por oposição, despoletou outro tempo em que a situação se inverteu. Estes territórios tronaram-se atrativos para a especulação imobiliária, dando lugar a uma nova fase marcada pela sua valorização em que novas agendas favoráveis a gigantescos planos de urbanização e de habitação impulsionaram agressivas intervenções que não consideraram a escuta, nem compreenderam o modo de vida dos lugares.

Como assinalei no subcapítulo *Txon de Casa*, do capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, estes territórios transformam-se, assim, em territórios de reserva que ficam à mercê da dúbia relação entre o Estado e o capital. Tudo isto porque a fragilidade humana e a insegurança urbana e habitacional em que estão

A especificação “ao mesmo tempo” não é trivial: O soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora da lei. Isto significa que o paradoxo pode ser formulado também deste modo: “a lei está fora dela mesma”, ou então: “eu, o soberano, que estou fora da lei, declaro que não há um fora da lei”.

Agamben, 2007:23

Na fase financeirizada e rentista do capital, as terras apropriadas sob regime de posse que não a propriedade individual titulada e registada, no campo das cidades, passam a funcionar como uma reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por fraçoes do capital financeiro em sua forma incessante de novas garantias para os seus ativos. Assim, de locus de um exercito de reserva, as favelas do mudo convertem-se em novas reservas de terra para a extração de renda, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro.

Rolnik 2015:166,167

mergulhados os seus habitantes permite, sempre que necessário, a expulsão desses mesmos habitantes e a sua total desocupação para possibilitar gigantescas e especulativas operações nestes territórios. No caso de Cabo Verde, é vulgar essa especulação ocorrer via grandes operadores turísticos, cooperações internacionais e, mais recentemente, por regras exclusivas de gestão territorial (Zonas Económicas Especiais). Ora, se por um lado, a existência de uma urbanização visivelmente precária se deu por ocupação, onde o Estado não tem uma representação aparentemente assumida nem visível e se abriu à desvalorização dessas mesmas terras, por outro lado, também considero que em nenhum momento o Estado esteve totalmente ausente participando, inclusive, da reprodução dessa mesma urbanização que ele próprio, quando lhe interessa, classifica de informal. Vejamos, por um lado, não garante o direito à urbanização, nem à habitação, quando se inicia a formação dos assentamentos e não cumpre o seu papel de agente construtor do Estado Social, por outro lado, como alternativa, apresenta programas desajustados de habitação social que, apesar da possibilidade dos cidadãos poderem usufruir (ou porque lhes é atribuída uma habitação ou porque são selecionados para alugueres resolúveis) diretamente de casas novas, são, em geral, construídos a partir de projetos de arquitetura desajustados, localizados em terrenos longínquos e fora do local onde os cidadãos, até então, se alojaram. Assim, estas soluções são pensadas como puros produtos financeiros com benefício relevantes apenas para quem as financia e

Bo ta oia es escada li? Um vez la ka tinha escada, ka tinha nada. Tinha um rampa de terra la pa boxe...
(...) Li ainda tem um bocod de lugares k bo ka tem nada (...)

Tradução livre:
Estás a ver aquela escada ali? Dantes não tinha escada, não tinha nada. Tinha uma rampa de terra para baixo...
(...) Aqui ainda tem vários lugares que tu não tens nada (...)

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

constrói, portanto, sem que se faça visível e impondo soluções que não compreendem o modo de vida da população, o Estado é presente porque se autonegligência, deixando-se vulnerável aos interesses do grande capital.

Esta narrativa de desenvolvimento impõe formas de estar no território e esquece a organização existente, construída por pessoas herdeiras de um passado histórico marcado pela resistência a séculos de colonização, colocando os moradores dos territórios, claramente oprimidos e indubitavelmente o lado mais fraco de práticas injustas que, normalmente, tendem à garantia da possibilidade de especulação ou de rentabilização da terra, sem capacidade de sair de uma posição de extrema fragilidade. São vidas, em geral, mergulhadas na insegurança urbanística e habitacional pela inexistência de uma voz que lhes permita conquistar, entre outros, direitos de titulação formal da propriedade, cadastro, contratos de arrendamento, registos de compra e venda, normas construtivas, a possibilidade de participar na definição do próprio espaço público ou da política que incidirá na vida futura do próprio lugar.

Mas se a ambiguidade a que estes territórios estão sujeitos os coloca perante o estado de exceção que já referi, é incontornável cruzar a condição dos cidadãos que habitam nestas áreas e refletir sobre como trabalha quem vive nestes territórios e está, também, renegado à excecionalidade. Perante a possibilidade de exploração de qualquer tipo de trabalho, evidencia-se a imposição de qualquer tipo de políticas ou a

(...) as cidades africanas têm muito a ganhar quando os assentamentos considerados informais deixarem de ser vistos como problemas, mas como reservatórios de talento e engenho. De igual modo, que o urbanismo “faça-você-mesmo” que mantêm o funcionamento das urbes africanas nos tem mostrado que os seres humanos são eficazes a construir cidades a partir do solo nu: o que parece um caos é muitas vezes auto-organização de uma forma intrincada e invisível, na medida em que o setor dito informal avança para a lacuna deixada pelo Estado.

Lima, 2022 Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/07/02/os-processos-urbanos-em-cabo-verde-e-a-emergencia-de-novas-epistemologias-da-cidade/

O direito à cidade vem sendo exercitado como uma forma de investimento, cooptado pelo setor imobiliário e financeiro. Eu penso direito à cidade como uma cidade construída para se morar. Comprometida com a habitação decente, com um meio ambiente preservado, com a qualidade de vida. Isso nunca poderá ser feito por ações relacionadas ao mercado.

Harvey 2018 Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/08/22/david-harvey-pela-desvinculacao-da-logica-de-mercado-do-direito-a-cidade/

separação de qualquer tipo de cidadãos ou comunidades. Tornam-se dominantes discursos que forçam os moradores a priorizar o empreendedorismo e o autoemprego, exigindo às populações auto-organização, economia de subsistência e resistência como saída da fragilidade que resulta de uma condição social marcada por um Estado ausente. Os empreendedorismo e o individualismo que é normalmente proclamado, com o tempo, acabam por esmagar a dignidade humana de milhões de pessoas pobres. Independentemente de localizados no hemisfério norte ou sul, a relação entre os diferentes territórios da urbanização planetária, faz os seus territórios mais frágeis viverem uma condição de dependência perante a globalidade do contexto. A título de exemplo, no hemisfério Sul, imigrantes ilegais geralmente bolivianos, na zona metropolitana de São Paulo, espalhados por pequenas confecções produzem vestuário para marcas de luxo que se vendem em qualquer lugar do mundo; ou, no hemisfério Norte, no Sul de Portugal, imigrantes asiáticos são explorados em extensas produções agrícolas direcionadas, sobretudo, para consumo dos países da Europa do Norte. Ou seja, entre outros exemplos que podíamos enunciar estes demonstram como o sistema global explora quem não tem outra forma de sobrevivência e, muito raramente, aceita potenciar o seu modo de vida existente como fator de potência.

Como já referi anteriormente o limbo que existe entre público e privado caracteriza os Estados atuais, levando à privatização e à concessão de tudo aquilo

A política da nossa época é de natureza complexa. Os Estados nacionais ainda são dominantes - o único aspecto da globalização em que a própria globalização não funciona -, mas trata-se de uma forma peculiar do Estado, no qual quase todos os habitantes comuns têm papeis importantes.

Hobsbawm, 2007: 153

Exemplos dramáticos podem ser encontrados em todas as grandes regiões metropolitanas do mundo. Veja-se o caso da China. Os preços das terras quintuplicaram na China entre 2004 e 2015. Antes de 2008, os valores das terras representavam em média 37% dos preços da habitação em Pequim. Depois de 2010, esse valor subiu para 60%. Em toda parte, as populações de baixa renda eram ou forçadas a sair ou sobrecarregadas com aluguéis estratosféricos. “Milhões”, Dinny McMahon escreveu no seu livro China’s Great Wall of Debt [A Grande Muralha de Dívida da China], “foram excluídos dos mercados imobiliários nas cidades em que vivem, e a situação só vai piorar”.

Harvey, 2020 Como a moradia vira um artigo de luxo. Dispovivel em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/harvey-como-a-moradia-vira-artigo-de-luxo/

que é público. De dívidas soberanas ao mercado de *comodities*, as recomendações internacionais tendem a aproximar o que é público do capital privado, abrindo caminho a que qualquer processo de urbanização que acontece fora de qualquer tipo de regulação aceda, igualmente, aos setores de maior concentração de capital da sociedade. Ora, como se se tratasse do *metaversus* de tudo o que o mundo enquadra em qualquer operação do mundo global, a comunicação à escala macro passa a ser feita num plano superior onde decorre a relação, entre público e privado, que nesta tese refiro como financeirização. Neste *metaversus*, tudo se torna apenas num produto financeiro que explora o consumo e o trabalho dos cidadãos, ficando a democracia órfã dos direitos de cidadania que tanto carece. Assim, a rentabilidade que acabam por conseguir aqueles que extraem lucros extraordinários de operações com o solo leva, em geral, à expulsão de populações pela mão invisível do mercado imobiliário ou a criação de zonas especiais para qualquer fim, tornando recorrente a proliferação de bolsas de miséria, pobreza e exploração onde, no mundo, milhões de cidadãos vivem afundado no desespero. Na rotina de tantos que vivem esta luta diária para, no mínimo, tentar adiar para amanhã as urgências de hoje, sobressaem surpresas que mostram outros lados de uma sociedade injusta e fragmentada. A solidariedade entre vizinhos, a família alargada, os contactos na emigração, as remessas dos emigrados, a pequena economia de proximidade ou do trabalho ocasional são exemplos que dão força ao modo de vida dos territórios mais frágeis na urba-

As commodities são negociadas em bolsa de valores (como as bolsas de Chicago, Nova Iorque ou Tóquio), estando sujeitas a fortes oscilações, quer por via dos ciclos económicos de procura mundial, quer sobretudo por serem objeto de especulação no mercado financeiro. (...)Estando dependente dos interesses do capitalismo global, os países produtores ora intensificam a sobre-exploração, a exaustão de recursos e a produção de externalidades negativas (poluição, desregulação das relações de trabalho, investimentos avultados em infraestruturas, etc.), ora acumulam liquidez que pode ser importante para o equilíbrio das contas (...)

Domingues;Godinho, 2022:13

Neste caso específico, os poderes locais, da câmara municipal de Mindelo dominam estes lugares, tendo em cada um deles sempre alguém, que a troco de um trabalho na câmara ou simplesmente por uma posição de proximidade e falso poder, actua como um informante das próprias dinâmicas que podem surgir do movimento popular. Prova disto mesmo é a tentativa feita por um conjunto de moradores de tornar uma sentina desativada num espaço social, tendo feito um documento com as suas intenções e no dia seguinte a terem ocupado o edifício já tinham elementos da câmara a mandar fechar as suas portas. e assim num outro instrumento de alguns elementos para controlar e dividir qualquer movimentação popular.

Craveiro, 2021:53

nização planetária, bem como, estruturam e fortalecem a resistência que os caracteriza.

Neste jogo que relaciona o território com a financeirização global exploram-se territórios, economias e usurpam-se poderes, muitas vezes por processos nepotistas e oligárquicos, que criam fortes impossibilidades à realização de trabalhos digno ou de justiça salarial.
Por isso, não excluo Cabo Verde da agressão imposta pelas agendas de potencias mundiais que dominam a relação Norte-Sul e o atual processo de globalização. Depois do domínio colonial e da abertura às políticas neoliberais europeias, a partir de 1990, entre outros países africanos, passa a ser fortemente implicado na estratégia neocolonialista chinesa. Entre 2012 e 2017 a China tornou-se o pais para onde os países africanos mais exportaram. Angola, África do Sul, República Democrática do Congo e Gana foram os países que concentram uma parte substancial, cerca de 80%, de materiais primas para o pais oriental. No entanto, projetos de infraestrutura, habitação e edifícios públicos de grande escala – universidades, hospitais, escolas, terminais de cargas ou cruzeiros – são o centro de muitos acordos com países da região, entre os quais Cabo Verde. Ressalto aqui, o empreendimento de habitação social da Portelinha construído no Mindelo ao mesmo tempo que decorreu a IOB. Apesar de se tratar de um projeto de habitação social, centrado na construção de apartamentos, comparações podem ser feitas relativamente às opções estratégicas do

China typically offers African countries a “complete package” of support including money, technical assistance, and influence on an international level resulting from association with China. In some countries, China’s investment is aligned to that of the Angola Model where loans to African countries are repaid in the form of natural resources instead of monetary resources.

Jones, Li, Ndofor 2020: 16 disponivel em: https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2022/03/chinese-investment-in-africa-final.pdf

China-Africa trade relations are unbalanced in terms of volumes, composition and origin. African countries have run a trade deficit with China since 2012. Of African exports to China, 90% are fuels, minerals and metals, while imports cover a wide variety of goods. In 2017, the top four African exporters to China (Angola, South Africa, Republic of Congo and Ghana) were providing over 80% of the total exports, according to UN Comtrade data (UN, n.d.). This unbalanced trade relationship is potentially damaging for Africa’s diversification and industrialisation prospects (Qobo and le Pere, 2018).

Calabrese; Tang, 2020:10 Disponivel em: https://cdn.odi.org/media/documents/DEGRP-Africas--economic-transformation-the-role--of-Chinese-investment-Synthesis--report.pdf

mesmo. Enquanto na Portelinha a construção de 88 apartamentos custou 10.347.807,79€, ou seja, 117.588,00€ por apartamento, a IOB gastou, na sua totalidade, durante o mesmo período, pouco mais de 200,000 euros para afetar obras no espaço público (6000m2 no Alto de Bomba), que afetaram 171 casas e quase 1000 moradores. Evidentemente, que assumo serem ações que não são iguais. No entanto, ambos os projetos têm impacto direto na habitação. Se por um lado, é hoje visível que no Alto de Bomba houve consequências diretas na melhoria individual das habitações realizadas pelos próprios moradores, pelo facto de todas as obras que foram realizadas terem obrigatoriedade de incluir, pelo menos, 50% dos trabalhadores moradores em situação de desemprego, de forma a estimular a economia local, por outro lado, o empreendimento da Portelinha construiu, de facto, 88 habitações mas sem a possibilidade de utilização de mão de obra local, o que levanta questões em relação à construção de pertença do lugar. Além disso, importa, de qualquer modo, ressaltar que à data da conclusão da obra, os 88 apartamentos já não eram suficientes para os destinatários que moravam em casas de lata nas imediações para quem, teoricamente, foram construídos. Seis meses após a conclusão da obra, não só os apartamentos não estavam atribuídos a qualquer morador como as casas de tambor nas imediações já ultrapassavam as 100 inicialmente diagnosticadas perfazendo, na totalidade, quase 300.

É desta forma que, localmente, uma ação no território abre espaço a que se construam paternalismos

É um bocado complicado falar disto (conjunto habitacional da Portelinha) porque nos estamos a falar de um donativo, um donativo de um país para outro país, um donativo que nós não chegamos a ver, um donativo que nos é contabilizado. A partir de fora dizem-nos: nós investimos em vocês este valor. Não fomos nós a lançar o concurso, não fomos nós a executar a obra, portanto, tudo que se fez foi no quadro de uma cooperação entre países.

Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (CV) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 24 de Maio de 2022

O que eu acho que acontece é: na verdade aquilo (conjunto habitacional da Portelinha) tem o preço que têm mas é concessionado. A China doa aquilo a Cabo Verde.
Vai haver, é claro, um dividendo, mas será um dividendo político e não monetário.
O custo é aquele que a China informou, porque há toda uma entourage que se coloca para que estes projetos se façam.

Diretor Geral das Obras Públicas (CV) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 27 de Maio de 2022

que geram abusos de poder, abrem à especulação imobiliária, excluem e esquecem um mundo maioritário que é alvo de políticas hegemonias que não se adaptam à forma, escala e modo de vida de cada lugar. O excedente que resulta de todos o processo de urbanização é, desta forma, inacessível às classes pobres que se localizam nestes territórios, o que dificulta a possibilidade de alteração de paradigmas nas formas de organização da sociedade e da vida. É, por isso, que me parece relevante para entender a transversalidade da *zóna* enquadrá-la na urbanização planetária porque, em si mesma, interessa ao mecanismo operacionalizado, no qual o Estado também se inclui. Ou seja, à escala local é impossível operar sem que qualquer camada de entendimento territorial, social e política consiga viver sem se relacionar, compreender e considerar as implicações geradas pela macro escala do processo de urbanização.

A globalização neoliberal capitalista ao se associar à lógica racionalista instrumental, de dominação da sociedade e da natureza, do desenvolvimento científico e tecnológico provoca consequências terríveis particularmente nos países da periferia (…). No entanto, tal como a democracia representativa, a ciência e a tecnologia ocidental continuam a ser vistas como as que têm melhores possibilidades, caso lhes concedam tempo e condições, de resolver as ameaças e os problemas mundiais.

Varela, 2004:11

De Norte a Sul de Cabo Verde, o território é ocupado por grupos de pessoas que se configuram de diferentes formas. Se por um lado, há uma população minoritária que ocupa os lugares onde há uma urbanidade aparentemente consolidada e planeada, as urbanisticamente mais consolidadas representam, normalmente, as classes mais altas da sociedade que, habitualmente, são fascinadas por formas homogéneas de pensar o mundo. Por outro lado, a maioria dos que ocupam os territórios urbanisticamente menos consolidados e mais frágeis não conseguem alternativa a ter que viver sem acesso aos produtos e servi-



Alto ode Bomba, Mindelo.

Queila Fernandes, 2019

ços padronizados das sociedades industrializadas. É aqui que, normalmente, se observa de maneira mais clara a relação com o local, a forma como o local se enraíza e reflete um valor essencial para a construção de uma política pública capaz de compreender os desígnios das populações. No entanto, capaz de se consolidar fora ou para além da 'ajuda' que é dada pela estratégia de cooperação entre os países mais pobres e as potências globais.

O fracasso atual da urbanização é cada vez mais claro, sobretudo se considerarmos que, apesar de recentemente ter crescido o empobrecimento da população urbana, não podemos fechar os olhos aos demais formatos que configuram a população que vive excluída de qualquer tipo de direitos. Refiro-me aos que não têm. Seja terra, nome, casa, saúde, água, trabalho ou história, portanto, que vivem mergulhados numa escuridão onde é quase impossível vislumbrar um futuro. Mas se anteriormente já alertei para o peso dos discursos políticos, tecnológicos e mediáticos que, usando a urbanização como ferramenta iludem a possível construção de comunidade e do campo democrático que ela pressupõe, é um facto que a construção dos discursos anticapitalistas, anticolonialistas e antifascistas poderá ter terreno fértil nos territórios onde domina a exclusão, apesar de contracorrentes aos discursos hegemónicos que, atualmente, dominam a política no mundo.

Trouxe à escrita no capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, a maneira como enquadrei esta investigação na globalidade da urbanização e, em Cabo Verde, tam-

O segundo ponto que é o mais importante de tudo é como evitamos que novos assentamentos precários, com escassos recursos, nos piores lugares, nos lugares mais dificeis se formem. E me parece que é muito importante abandonar a ideia do que é importante construir casas em prol de uma ideia do que é mais importante é construir cidade.

Retirado da comunicação de Raquel Rolnik no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

Desde k nós é mnine no ta uvi dze k Olt de Bomba ti ta bem ser calcetod, ti ta bem ter más condições na estrada (...) ma governo nunca tinha espiod. Conde um tinha 18 one tive um Iniciativa kes sbi calçada até um certo ponto mas so txga até la (...)

Tradução livre:

Desde que nós eramos crianças ouvimos dizer que Alto de Bomba vai ser calcetado, vai ter melhores condições na estrada (...) mas o governo nunca olhou para isso. Quando eu tinha 18 anos houve uma iniciativa em que subiram a calçada até certo ponto, mas só chegou até além.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

bém a globalidade da *zóna*. Embora quando falo deste território me refiro a classes que estão oprimidas e vivem renegadas à possibilidade do direito à cidade, no caso os territórios que foram alvo de estudo pela IOB, coexistem frequentemente com as classes dominantes, seja pela minha, já assumida, controversa posição de funcionário de dois governos, seja pela proximidade e interesse do tema da urbanização às elites dirigentes, às administrações, aos funcionários das ONG's, etc. Pelo ponto de vista económico, e visto pelo prisma ocidental, Cabo Verde apresenta-se ao mundo quase só como um destino turístico, sem setor industrializado, dependente da cooperação internacional com os demais parceiros e como um lugar propício a lucrativos investimentos imobiliários. Mas se outras visões de desenvolvimento existem dentro do próprio país será o turismo e o imobiliário, sabendo que motivam o crescimento acelerado da urbanização, a única forma de desenvolver Cabo Verde?

Levanto, então, novas perguntas que, fruto da experiência vivida durante a IOB, são cada vez mais iminentes: poderia Cabo Verde usar outras formas de intervir nestes territórios sem estar sempre subjugado às agendas internacionais da urbanização? Haverá forma de contrariar as imposições de um desenvolvimento global que produz a urbanização planetária?

De facto, há boas condições para o desenvolvimento do turismo, há muitas limitações de produção local e há um acesso a tudo que é importado muito reservado a uma minoria que lhe acede e que se co-

Assim, quando a leitura desses contextos resulta limitada por lacunas na forma de olhar e compreender as especificidades e transformações destes territórios, esses equívocos repercutem-se igualmente ao nível dos mecanismos de atuação, nomeadamente do desenho das políticas de intervenção, da definição de prioridades e estratégias, uma das razões estruturais pelas quais parte dos programas de redução das disparidades poderá ter resultados que acabam por ficar aquém do esperado. Perante lacunas de diagnóstico, aplica-se recorrente uma "terapêutica aproximativa" (Fanon, 1969), adiando soluções estruturais e perpetuando as situações mais críticas.

Domingues; Fernandes, 2016:19,17

(...) era também a que melhor podia combinar a classificação do espaço público e a autonomia das comunidades na expressão, ainda que limitada, das suas vontades.

Portas; 2005:300

loca intencionalmente subjugada ao modelo de vida ocidental, sob a ordem do neoliberalismo. Para tentar encontrar possíveis respostas a estas perguntas volto ao período de vigência da IOB e ao pensamento crítico e criativo que se tentou dar início durante a ação levada a cabo no Alto de Bomba. Refiro-me à obra e aos projetos de ativação do espaço público promovidos pela IOB que envolveram grupos locais, moradoras (es), associações, atores locais e sociedade civil. É aqui que o modo de vida do lugar se torna o elemento chave de toda a ação, dado que sem o seu entendimento não haveria qualquer proteção às interferências externas que, em vez de promoverem a construção de qualquer tipo de relações com o fim de construírem comunidade, impõe processos que em nada se relacionam com o mesmo modo de vida. Foram esses projetos que potenciaram o envolvimento da equipa técnica com as (os) moradoras (es). A partir deles, possibilitou-se a construção de um *Estar* que garantiu vivenciar os movimentos comunitários, locais, políticos e humanos. Tomei parte de vivências que, à escala micro, permitiram debater os anseios, urgências e tempos locais, mas à escala macro, tensões políticas e de poder inerentes à condição urbana e ao lugar da *zóna* na sociedade mindelense.
O exercício relacional realizado, quer com os demais elementos da equipa técnica, quer com as (os) moradoras (es) de Alto de Bomba, quer com os demais atores sociais com que tive que me envolver enquanto sujeito desta investigação trouxeram mais uma controversa à minha posição. Prende-se, desta vez, com o facto de ser o único a quem era possível coa-

Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

Krenak, 2019: 14

(...) Por isso k ess forma k Outros Bairros ta atua, el tem um pedagogia relacional e se método é sempre, a partir de diálogo.

Tradução Livre:

(...) Por isso que esta forma que Outros Bairros atua tem uma pedagogia relacional e o seu método é sempre a partir do diálogo.

Bento Oliveira durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

bitar os espaços do Norte, em particular a academia. É, por isso, interessante assinalar que a consciência do lugar de privilégio que tive nestes 3 anos em Cabo Verde, não me afastou de uma visão do mundo que me coloca atento aos desafios da *zóna*, enquanto forma de poder entender uma alternativa possível, junto aos que porque resistem e forjam, igualmente, novos sentidos possíveis para as práticas do urbanismo. Suspendi-me, por isso, sempre à procura do meu lugar no coletivo, bem como, não me obstei à constante critica à controvérsia da minha própria posição. Antes de transitar para o próximo subcapítulo é, ainda, importante referenciar que este processo abriu uma forte reflexão, no seio da equipa técnica, sobre o papel do arquiteto. Mais do que a necessidade de cumprir a função de funcionários públicos ou técnicos saber que, entre outras teses, a IOB abriu a janela que permitiu ver uma possibilidade de exercício da profissão de forma implicada, refletindo o pensamento utópico, relacional e critico de um devir coletivo comum.

O conservadorismo (“voltar às raízes”) e o exclusivismo (“eles” são, coletivamente, uma ameaça para “nós”, coletivamente) são indispensáveis para que o verbo se faça carne, para que a comunidade imaginária gere a rede de dependências que a tornarão real, e para que a célebre regra de W.I. Thomas, “se as pessoas definem uma situação como real, ela tende a se tornar real em suas conseqüências”, possa operar.

Bauman, 2003: 92



Praça Nho Jon, Alto de Bomba, Mindelo. Marcelo Londoño, 2021

Mas uns moda Câmara e Governo? [Mais uns como a Cãmara e o Governo?]

Como no próprio processo de urbanização que se compreende consoante este cresce e acontece foi ao longo dos anos que, progressivamente, aprofundei o conhecimento sobre a urbanização planetária. A partir do meu próprio movimento no território, nesse caminho de incertezas e dúvidas, foi imperativo de-frontar-me com palavras que, cruzadas com a forma como entendi o passado e que expliquei no capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, me permitem relacionar--me com a dimensão atual das epistemologias na mesma urbanização planetária. Urbanização sobre a qual me predisponho a agir, procurando novas

> Aprendemos por meio de práticas educacionais tradicionais e conservadoras que só interessa a presença do professor, qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida. Não basta afirmar essa insistência é preciso demonstrá-la por meio de práticas pedagógicas e contribuições de cada um, até que a turma possa ser uma comunidade aberta de aprendizado. (...) O entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo.
>
> Hooks 2013:18

práticas que inspirem construir políticas capazes de compreender os seus modos de vida, em vez de incorporar visões eurocêntricas do urbanismo que se fundam no que já sabemos da cidade europeia, que foi sujeita ao determinismo e pouco reconheceu o divergente.

Essa deriva que, em Cabo Verde, me deslocou pelo território da *zóna* foi, até hoje, muito marcada pela forma como me relacionei com o contexto local. A forma como vi um Cabo Verde que também para mim, antes de nele aterrar pela primeira vez, era uma construção própria, mas externa. Completamente diferente da que, entretanto, construí e que também tentei mostrar no Capítulo 2, O *Desafio da Escassez*. Mas se são inúmeras, para não dizer todas, as vezes que associamos a urbanização apenas a territórios constituídos por assentamentos de enorme fragilidade social e precariedade urbanística e habitacional, é inevitável considerarmos que os espaços que assim não são considerados são, igualmente, parte integrante de uma comunidade. Por isso, dedico-me, agora, à palavra comunidade com as suas implicações no modo de vida da *zóna*.

No domínio artístico, o saber fazer faz ampliar a cabeça, embora apenas estendendo as aprendizagens para a mão, concentrada na imitação, limitada à obediência e reprodução dos mestres.

Rainho 2018:36

Uma comunidade desvitaliza-se quando perde a dimensão humana, quando deixa de colocar a pessoa humana no centro, quando não se empenha em tornar concreta a justiça social, quando desiste de corrigir as drásticas assimetrias que nos desirmanam, quando, com os olhos postos naqueles que se podem posicionar como primeiros, se esquece daqueles que são os últimos.

Mendonça 2020 DisponÍvel em: https://www.dnoticias.pt/pais/pode-ler-aqui-na-integra-a-intervencao-de-jose-tolentino-mendonca-no-dia-de-portugal-FB6407421

A comunidade não existe, requer ser construída. Construída numa permanência de ações que acontecem na urbanização. Não tem espaços opostos, constrói-se a partir de visões que, em geral, englobam todos os seres vivos que nela vivem. Portanto, cruzo-me com ela a partir do momento em que vivo neste processo de financeirização, imagem, informação, economia, urbanização ou mobilidade (de

alguns) globais. Assim, não posso avançar sem reconhecer que o entendimento dos espaços da urbanização e da habitação (sobretudo a dos programas de habitação social) assume grande parte das ideias que historicamente se enraizaram na cidade. Ou seja, também no poder-saber do pensamento científico ocidental que, igualmente, influência a minha relação com o território e com o sentido de construção de comunidades que existem na urbanização. Por isso, subjugado pelas visões e políticas eurocêntricas que, em Cabo Verde, vi estas comunidades sempre permeáveis à possibilidade de pensar um espaço-tempo disponível para vasculhar outros saberes alternativos ao conhecimento importado do velho continente europeu, matriz de todo o conhecimento científico. Questiono este saber científico que eu próprio carrego e que parece inquestionável, para, assim, abrir espaço a perguntar: afinal o que é a comunidade se, em geral, nos documentos e discursos que encontrei, sobretudo quando remetiam às politicas públicas para o território, esta se resume a um lugar geograficamente delimitado, com carências infraestruturais, habitacionais, físicas e sociais?

A raiz da civilização é, por isso, a comunidade. É na comunidade que a nossa história começa. Quando do eu fomos capazes de passar ao nós e de dar a este uma determinada configuração histórica, espiritual e ética.

Mendonça, 2020 Disponível em: https://www.dnoticias.pt/pais/pode-ler-aqui-na-integra-a-intervencao-de-jose-tolentino-mendonca-no-dia-de-portugal-FB6407421

Com a intenção de um estar indeterminado para construir as cumplicidades que podem dar sentido à co-pertença e a coparticipação, relacionei-me com moradoras (es) porque me aproximei delas (es), porque se aproximaram da equipa da IOB e porque a imagem austera, distante, desacreditada e impositiva que a *zóna* tem das demais entidades públicas, fez da nossa equipa a cara da desconfiança, por anos de

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade eqüivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança eqüivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre).

Bauman 2003:24

descrença nas mesmas entidades.
É aqui que recupero, debatendo e confrontando-me com dois conceitos já muito falados em estudos sobre a comunidade: a segurança e a liberdade, enquanto atributos que, também nesta escrita, vivem em permanente conflito. Intercepto as epistemologias encontradas no local e, tentando alavancar, de antemão, a participação, a partir da IOB procuro contribuir para o que entendi ser construir a comunidade. Logo, contrário à desconfiança e à resistência (no sentido de repulsa) que encontrei inicialmente para, de imediato, entender as particularidades de *Estar* no espaço público.
Mas, sendo a comunidade o conceito cujo entendimento é, neste capítulo, mais abstrato, a reflexão a partir dele entende diferentes dimensões possíveis: enquanto lugar de partilha do que é comum (o local); e do conflito do que não é comum às especificidades de cada lugar (a nação). Com as dimensões em causa, como já referi, oscilo entre a segurança que possibilita a proximidade e um porto de abrigo; e a liberdade que permite à comunidade uma abertura ao mundo, caminhando para o desconhecido que permite uma construção mais alargada.

No fundo, o Estado-nação não constitui se não a transformação dessa comunidade de sangue em jurisdição singular. É através do sangue que essa comunidade nação se vai perpetuar, ou seja, gerar o seu próprio tempo e gerar-se a si mesmo.

Mbembe 2021:196

Volto à recusa inicial que encontrei assim que entramos no Alto de Bomba e que dá título a este subcapítulo, a recusa à nossa presença no Alto de Bomba, para expor aqui o primeiro entendimento transversal da relação da comunidade com o local. Portanto, que se centra no conhecimento do que já existe e que se identifica em tudo que é humano ou não humano,

Os objectos, pela própria natureza de seus laços com humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independentemente de quão complicados possam ser por dentro. Eis por que alguns truques precisam ser inventados para força-los a falar, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir roteiros daquilo que induzem outros – humanos ou não humanos – a fazer.

Latour 2012:117

partindo para a percepção de novos sentidos epistemológicos possíveis. É, por isso, o ponto de partida que está sempre disponível sem que se exijam entendimentos mais profundos ou complexos. O valor do existente que, mais ou menos unânime, ou, vulgarmente tenso e conflituoso, une. Como um barco que retorna ao cais para partir e todas (os) levar, a união em torno do que é comunitário é um lugar disponível para começar, é o lugar que se sabe que existe porque é comum, dele nos apropriamos como algo que é, realmente, comum. O lugar que se entende comum e que oferece uma sensação de abrigo, de apaziguamento de constrangimentos e amarguras internas ou externas à geografia onde as comunidades se localizam.

Mas o lugar de aconchego que é atribuído à comunidade, a ideia de que tudo que é comunitário é bom, recorrentemente, é o espaço certo para forjar novas táticas que garantem vários acordos após diferentes tipos de negociações. No entanto, essa negociação é também o momento em que, por norma, se expõe a fratura entre o “nós” e o “eles” que, por um lado, representa a possibilidade de existirem várias comunidades, várias lideranças, múltiplos jogos de poder dentro de uma comunidade e, por outro lado, a possibilidade de uma separação entre diferentes classes ou elites que se constituem dentro da comunidade como todo.

Vejamos o caso de Alto de Bomba onde vários momentos o refletem. É o caso do sucedido com a associação comunitária: os moradores que se juntavam em conversas com a nossa equipa para debater

As nossas origens não se reduzam, assim, não lugar onde nascemos. Apesar disso, somos sempre originários de algum lugar e partir não mudará esse facto. Ser de algum lugar não depende da minha presença visível e duradoura no lugar exato onde nasci.

Mbembe 2021:191

A ideia da associação, surgiu após a zona ser contemplada com o projecto de reabilitação “Outros Bairros”, desenvolvido pelo Ministério das Infraestruturas.“A partir das conversas que tivemos com os organizadores do projecto criamos a associação.

Aldevino Fortes. Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2021/05/23/moradores-de-alto-bomba-criam-associacao-comunitaria/74903

assuntos diversos todas as quartas-feiras, na *Praça Nho Jon*, a partir do momento que se estruturaram num grupo mais regular alegaram fundar uma associação a partir das reuniões que, para serem abertas à participação, se realizavam no espaço público. No entanto, uma vez incapazes de lidar com os conflitos internos da própria comunidade, deslocaram as reuniões para dentro da casa de um dos membros da direção da associação, o que bloqueou a participação espontânea e a aproximação a outras pessoas.
É também o caso o grupo de calceteiras *Amdjer na Obra* que recorrentemente alegava sentir-se mais à vontade no desempenho do ofício quando feito perto de casa. Reconhecem também que apesar da possibilidade de alargar relações aquando de oportunidades de trabalho noutros lugares, no Alto de Bomba se sentem seguras pela a proximidade com o lugar, com as pessoas do lugar e com a própria habitação.
Se por um lado, a associação é constituída por membros com relações com o exterior da comunidade já construídas, o que mostrou o seu enraizamento na sociedade a partir de relações individuais dos diferentes membros que a constituem, por outro lado, o grupo de calceteiras encontrou na possibilidade de dominar um ofício o veículo para a alargar as suas relações sociais e fortalecer a união na sua ligação ao Alto de Bomba. Mesmo assim, apesar do seu reconhecimento enquanto grupo de mulheres defrontam-se, até hoje, com obstáculos inerentes à sua formação recente e às históricas de dificuldades de afirmação social de cada membro do grupo nas relações locais, inclusive familiares, do passado recente.



Primeiro dia de trabalho do grupo *Amdjer na Obra*

Nuno Flores, 2021

Lembro-me de, ainda muito nova, tentar explicar a Mamãe por que me parecia altamente injusto que o Papai, esse homem que quase não falava comigo, tivesse direito de me disciplinar, de me castigar fisicamente com cintadas. A resposta dela foi dizer que eu estava perdendo o juízo e precisava de ser castigada com mais frequência.

Hooks, 2013: 84



Reunião de discussão do projeto no *Cavoc Brumedje.*

Grace Ribeiro, 2021.

Dito isto, remeto para uma nova questão: na relação que encontrei entre a comunidade local e a comunidade nação, será o pensamento ocidental uma influência externa para a comunidade, como é para a urbanização? como se configura o que une dentro da comunidade?

Apesar da ideia de que a comunidade une e que quase tudo pode acontecer, avançar para novos lugares de discussão e de co-partilha, no caso de Alto de Bomba, expôs as comunidades dentro da comunidade. Numa área urbanizada de clara continuidade física e urbanística, são evidentes nos discursos dos moradores as separações de lugares por razões que se relacionam com o tipo de ocupação, o grau de urbanização, o desenho social ou o estigma. Cova é, assim, o lugar estigmatizado a propósito de gungs que teve em 2010; *Olt de Casa de Ága* [Alto de Casa de Água] o lugar dos que estão perto do reservatório de água que, por sinal, serve para abastecimento à zona de São Pedro (outro extremo da ilha) e da morada (centro da cidade) sem que quase ninguém na vizinhança se abasteça do mesmo reservatório; Alto de Bomba o lugar dos que se relacionam com uma construção militar (totalmente destruída) de onde, teoricamente, se poderiam mandar as bombas que dão nome ao lugar; e *Cavoc Burmedje* [Buraco Vermelho] o lugar que já se relaciona com o outro lado do Mindelo.
Durante o desenvolvimento da IOB as várias comunidades que encontramos revelaram diferentes formas de organização. Apesar de localizadas num território



Grafittis que se encontram frequentemente em paredes na zóna.

Diogo Bento, 2019

Cond k maltas entende k nós tava ta trabaia pa comunidade, es começa da nós uns cosas: um aga, um sumo, tud. Es txa de oia nós preí sentod.

Tradução livre:

Quando as pessoas entenderam que estávamos a trabalhar para a comunidade começaram dar--nos coisas: uma água, um sumo, tudo. Deixaram de nos ver por aí sentados.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

continuo, construir um caminho endógeno exige maleabilidade na compreensão, bem como, versatilidade na construção do espaço-tempo que se constrói. A tendência atual para a homogeneização das leituras e da política, abre caminho para a relativização da diversidade e, como consequência, para a produção de olhares setorizados sobre a comunidade. No entanto, este olhar setorizado é suscetível a riscos, face à tentação de manipular possíveis relações comunitárias. É recorrente no local os lugares serem muito limitados na sua organização pelos discursos replicados do poder público, que produzem olhares hegemónicos que tendem a achar-se que uma solução serve para tudo. No caso do Alto de Bomba, foi evidente essa fragilidade na atuação da equipa técnica, no momento em que me deparei com a sua diversidade e entendi que as identificações construídas pelos próprios moradores nem sempre correspondiam ao entendimento que tivemos inicialmente. É aqui que ressalto que o peso da repetição e replicação de processos, que durante a IOB também foi tema a partir do qual fui pressionado pelo MIOTH, poder redundar num erro evidente. Se por um lado, os locais, ainda que geograficamente muito próximos, não são os mesmos porque se configuraram de acordo com a própria vida de quem neles vive, por outro lado, pensar em colonizar equipas técnicas como a da IOB para atuar da mesma forma em vários lugares tornaria a ação de quem investiga numa ação determinista que bloquearia a construção das cumplicidades que abrem à compreensão e à escuta.

Abro um parenteses na reflexão sobre a comunida-

Eu acho que são assentamentos existentes. Por vezes pode haver lugar de áreas que existiram antes de haver planeamento.
A questão é: se não existe plano para aquela zona não estão a violar nada. Se existe plano, alguém não implementou o plano ou não fiscalizou o plano. Então, acaba sempre sendo um problema do poder público. O poder público é que transforma aquilo sempre da forma que está, por isso, acho que o melhor é dizer assentamentos existentes.

Diretor Geral das Obras Públicas (CV) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 27 de Maio de 2022

(...) não obstante o discurso governamental de retoma das obras, o que lhes falta entender é que mesmo que tal aconteça, o segredo da IOB está na sua abordagem e não nas obras em si. Pode-se abrir gabinetes de apoio nos bairros, contratar gentes das ciências sociais e afins, mas o sucesso das intervenções em Alto Bomba está na sua capacidade de compreender os processos urbanos.

Lima 2022 Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/07/02/os-processos-urbanos-em-cabo-verde-e-a-emergencia-de-novas-epistemologias-da-cidade/

de-local, para que nos próximos parágrafos possa falar da percepção que construí sobre a comunidade--nação, por isso, pergunto que entendimentos pode ter a comunidade quando entendida como o conjunto de pessoas que constitui um todo independentemente da geografia?

Quer em editais, quer em relatórios de projetos internacionais normalmente disponíveis às ONG`s para o combate à pobreza extrema, como referenciado no início deste subcapítulo, em Cabo Verde, é recorrente a palavra comunidade se cingir, apenas, a um lugar físico e infrasestruturalmente precário, geograficamente delimitado, onde vivem cidadãos pobres, por isso, sujeito a ações, normalmente, salvacionistas. Encontra-se esta palavra já desgastada em discursos e editais que também a incluem e frequentemente a sugerem como a possibilidade de uma nação, de juntar o todo, sobretudo porque a relacionam com questões económicas que ligam a comunidade (Cabo Verde) ao mundo que a financia. Só que a dimensão que ganha porque se generaliza, porque a tudo serve, em oposição, torna-se opressora porque inibe a zóna. Inibe a possibilidade desta última ter espaço para construir a sua possível relação com o mundo. É assim que a zóna, vive distante de poder entrar nos discursos que geram um sentido construtor ao todo da comunidade. Deixa de ser uma parte desse todo, não é lida como uma parte da comunidade com direitos adquiridos para ser entendida como um conjunto de comunidades onde domina a estigmatização.

Do universo das organizações depuradas a grande maioria representa as organizações de desenvolvimento comunitário (73%), instituições que pelas suas valências atuam a nível do desenvolvimento económico e social e trabalham para o benefício directo das suas comunidades, criando as condições básicas designadamente a nível de infra-estruturas e equipamentos sociais importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza. As restantes organizações 36,5% representam ONGs de Cariz especializadas, abrangendo 28% de ONGD, incluindo as IMFs, e as restantes incluindo Associações de cariz recreativas e desportivas(3%), cooperativas (1%) e fundações (1%).

Caracterização da função das Ong`s no Guia das Ong`s de Cabo Verde. Disponivel em: http://www.laboress--afrique.org/ressources/assets/doc/Document_N0109.pdf

Considerando este entendimento que também é dado à palavra comunidade, volto à união que, como já referi, na micro escala está implícita na comunidade. No caso de Cabo Verde, entendo que a união não existe quando falamos comunidade como um todo. Facilmente se entende a fragmentação da sociedade, sobretudo, porque para quem vive fora da *zóna*, as relações que se constroem com a *zóna* não se forjam pela partilha do espaço público, de acesso a emprego seguro ou, por exemplo, à cultura. Forjam-se, apenas, porque se utiliza a mão de obra da *zóna*, normalmente associada a mão de obra barata, que é de extrema utilidade para as classes mais altas e mais elitizadas.



Colagem de cartazes como forma de reclamar direitos realizada pelo grupo local Briaga de Intervenção Política, B.I.P, a propósito do atraso das obras da IOB.

Ema Barros, 2021

Neste confronto das distintas dimensões e sentidos que trouxe à escrita, a palavra comunidade é repleta de ambiguidades. Ora é usada a partir do que existe, a partir de onde se pode partir e de onde se pode andar, ora se usa como instrumento que permite articular relações com o mundo capitalista e global, em tudo influenciado pelas relações com o pensamento global que, como tenho vindo a expor, historicamente influencia Cabo Verde. Um exemplo que é importante referir é a forma como a própria palavra comunidade influi na possibilidade de emancipação epistémica da *zóna*, sobretudo, porque a maioria das vezes a empurra para a exclusão, para lá da margem do que se entende a comunidade que é de direito de quem nela vive. Esse lugar distante é, assim, construído e refletido nos próprios discursos públicos, altamente marcados pela influência do ocidente nos atores

políticos em Cabo Verde. A *zóna*, enquanto parte da comunidade, passa a representar o lugar dos clandestinos e dos ilegais, sujeitos a qualquer palavra, coloca quem nela vivem à margem da Lei, como a expressão urbanística, visível a vários níveis, do fracasso do Estado.

Fecho parenteses e volto ao local com um olhar à relação do Estado e da comunidade-local. A segurança que, aparentemente, trás à comunidade sentido e que fortalece o local, apesar da sensação de resguardo, é antípoda da liberdade que faz da comunidade um lugar utópico. As tensões entre sociedade e comunidade e entre coletivo e individual provocam novos conflitos dos quais, por vezes, submergem poderes autocráticos. Aumenta a tendência dominadora daqueles com mais poder na sociedade, bem como, se abre o momento de decisões inerentes à mudança. Ou seja, tudo muda quando a comunidade inicia um processo de reflexão, sobre vantagens e desvantagens de optar pela liberdade de tentar uma transformação. Mergulhando de novo no universo da IOB, julgo que esta teve um papel determinante porque abriu este conflito no Alto de Bomba, na medida em que a zona de contacto que se construiu, trabalhando a partir do modo de vida local, se dispôs à co-colaboração para produzir essa transformação. Numa base de construção coletiva, permitiu, assim, a partir do estímulo da obra e de todas as ações de ativação do espaço público, enormes conflitos sobre opções tomadas para o futuro.
A possibilidade de moradoras (es) terem decisão

sobre o projeto, participarem na obra de construção do espaço público do próprio lugar ou assumirem um posicionamento perante as entidades públicas envolvidas foi, a meu ver, o momento em que a comunidade se colocou perante novos conflitos. Só que, neste caso, são demais os temas que, porque se procura a liberdade para conseguir uma transformação, retiram segurança a esta população. Posso, por exemplo, falar do confronto com a possibilidade de legalização dos lotes e da insegurança habitacional; eventuais desígnios de construção coletiva e de autoconstrução de casas ou do espaço público; do desconfronto que a emancipação de grupos gerou ao questionar o poder político dominante; ou das frustrações encontradas pelo potenciar de relações sociais que, em permanência, colocam a comunidade perante os conflitos da sociedade. Pelos avanços e recuos que vivenciamos durante a IOB, que se imiscuíram na comunidade, sabemos que, até hoje, são constantes e questionáveis os desafios quando, perante o que se ganha, também se evidencia o que se pode perder.



Alto de Bomba, Mindelo. Queila Fernandes, 2019

Antes nós era favela, nós era gueto [Antes éramos favela, éramos gueto]

Após a reflexão sobre a relação da comunidade com a segurança e a liberdade início este subcapítulo passando pela comunidade enquanto um lugar renegado a um gueto, ou seja, mergulhado na exclusão ou no auto-isolamento. Assim, sabendo que também em Cabo Verde o Estado fracassa e que, geralmente, não abandona uma visão historicamente paternalista e assistencialista, será esta uma razão possível para a existência do sentimento que me fica de que, cada vez mais, as comunidades locais tendem para a guetificação?

> Marina fugiu para casa. Ele ficou com os olhos marejados, as mãos ferozmente fechadas e sumiu-se no emaranhado do seu mundo. Para trás ficava a ilusão.
> Depois, com passos decididos atravessou a rua, pisando a raiva vermelha e sumiu-se no emaranhado do seu mundo.
>
> Vieira 1997:79

Frequentemente as comunidades-locais, com a

cumplicidade de um Estado inexistente, guetificam. Constroem-se, assim, narrativas de lugares com pessoas marginalizadas que revelam a fragilidade dos próprios governo. Governos de quem se espera que governem e que contribuam na construção do sentido do que é público. Ao longo do tempo, este Estado deixou de ser uma entidade presente. Definha, fracassa, foge e não mais é entendido como o portador de orientação e sentido na sociedade. A relação de proximidade que é esperada do Estado, a noção de uma sociedade segura, perde-se porque se entende esta ausência como uma traição, uma interrupção que é feita à ideia de construção do coletivo e, sobretudo, à garantia que dele se espera parte da construção da sociedade.

Esta ausência de Estado, a sensação de margem e de gueto que encontrei, ficou bem representada no caso de um morador que me sugeria rasgar todo o Alto de Bomba com uma rua para automóveis para conseguir ter acesso de carro à sua própria casa. O momento em que questionado sobre a impossibilidade de o fazer porque exigiria retirar inúmeras casas de tambor, contradita esta impossibilidade, dizendo-me que eles (os moradores das casas de tambor, os pobres do arco social do Alto de Bomba) as montam de um dia para o outro, por isso, facilmente se desmontariam todas e se voltaria a implantá-las noutra parte do Alto de Bomba. A violência com que este morador entendia a vida dos demais cidadãos revela a importância do lugar, do que é a construção do coletivo, daquilo que é comum, do que é a comunidade-local, perante o fracasso de um Estado que, ausente, permite pensar-se que tudo vale e que tudo pode acontecer. Neste caso, a presença do Estado, representado na nossa equipa, foi determinante

Um gueto, como o define Loïc Wacquant, combina o confinamento espacial com o fechamento social: podemos dizer que o fenômeno do gueto consegue ser ao mesmo tempo territorial e social, misturando a proximidade/distância física com a proximidade/distância moral (nos termos de Durkheim, ele funde a densidade moral com a densidade física).

Bauman 2003:105

porque potenciou mais um mediador para a resolução de conflitos que, apenas numa ação agonística e de confronto, possibilitaram a construção de entendimentos capazes de abrir uma discussão com quem se localiza no lado mais frágil do arco social da própria comunidade.

Outro exemplo que vale refletir, sabendo que a terra é um denominador comum que forja duras lutas dentro da comunidade-local, são os momentos das campanhas eleitorais. Relembro a localização de sedes de campanha de partidos que ocupam qualquer espaço público (inclusive praças e largos públicos ou o próprio campo de basquete), bem como, inúmeras pessoas que se espalham, limpando ruas na *zóna*. Paradoxalmente, assiste-se a ações de limpeza que só acontecem nessas alturas e chegam ao limite de impulsionar varrer-se ruas de terra, ainda sem pavimentação, por onde as mesmas caravanas eleitorais passam. Nenhum dos episódios aqui narrados traria espanto se não acontecessem apenas em períodos pré eleitorais e se não fosse, igualmente, inexistente a presença de enormes caravanas de campanhas ou instituições públicos na *zóna* fora dos períodos de pré campanha.

Perpassar estes episódios, mais do que a denúncia, é relevante pelo facto de, face ao dualismo que a vida no Mindelo se encontra, ser próximo das eleições o único momento que se constrói uma leitura equânime da totalidade do território da urbanização. Tudo isto, porque o interesse do modelo económico, com consentimento do poder público, mascara de democráticos processos pouco claros que, ao contrário, deveriam estar, de facto, a construir a democracia em permanência. Assim, é esta a única altura que, para o poder público e para as lutas partidárias, os cida-



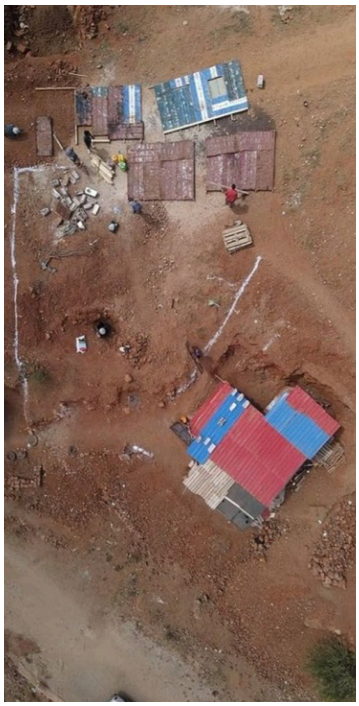
Mindelo. Nuno Flores, 2021

O Estado permite que a informalidade aconteça, não só por não investir na sua mitigação e lucrar com as legalizações, por poder a qualquer momento despejar e vender lotes apesar de estarem ocupados, mas também porque é o próprio Estado que define as categorias de informal/formal, clandestino/legal, ocupação/propriedade. A questão torna-me mais complexa se entendermos que se de facto o Estado incorporasse a informalidade dentro das suas políticas iria sem dúvida minimizar muitas das urgências que vão surgindo.

Craveiro 2021:51

dãos da de qualquer território são postos no mesmo plano.

Nesta investigação, totalmente atravessada pelos direitos à cidade e ao lugar, que dão sentido à inevitabilidade de pensar como o território se urbaniza, é a guetificação que me faz voltar, de novo, ao direito à terra para remeter às incansáveis lutas que fazem moradores da *zóna* ficar anos a tentar legalizar míseros metros quadrados para habitar. Em oposição, a outros que fruto da permeabilidade do Estado, por leis que se suspendem, acedem a terra pública para que os setores hoteleiros ou imobiliários realizarem lucrativos investimentos. Para uns o chão é um garante essencial e determinante para a organização da vida, agora e no futuro, para os outros, uma possibilidade de investimento, um negócio. É o denominador comum que possibilita a dúbia relação entre cidadãos e setores público e privado na urbanização planetária. Há, nos últimos, um entendimento muito diferente do valor do local porque a mobilidade social que têm lhes possibilita o acesso a vários locais: aos de estar, aos de conhecer, aos de especular ou aqueles onde criam ilhas de ostentação, perante a pobreza e a injustiça que se urbanizam por todo o lugar.
É aqui que trago à escrita a transversalidade do gueto dentro na sociedade. Ou seja, o isolamento que o gueto trás, e que, no Alto de Bomba, encontrei quando nos deparamos perante 2500 moradores desprovidos quase de qualquer possibilidade de participação na sociedade, é o mesmo em que acabam por cair os que voluntariamente se isolam. Os que voluntariamente provocam a segregação espacial que se representa em muros – físicos, económicos ou simbólicos – que, tantas vezes, se constroem.



Montagem de casa de tambor em lote no Alto de Bomba

Nuno Flores, 2021



Montagem de casa de tambor em lote no Alto de Bomba

Nuno Flores, 2021

Nestes casos as relações comunitárias são atiradas para a vulgaridade. A diferença é que nestes guetos se esvazia a possibilidade de se criarem raízes capazes de ganhar diferentes configurações ao longo do tempo. Tornam-se os guetos – pobres ou ricos – lugares de desintegração e de destruição social.

(...)Tanto o "confinamento" quanto o "fechamento" teriam pouca substância se não fossem complementados por um terceiro elemento: a homogeneidade dos de dentro, em contraste com a heterogeneidade dos de fora.

Bauman 2003:105

Embora veja ambos com potencial de construção de uma comunidade, os diferentes tipos guetos (por exclusão e voluntários) afastam-se, cada vez mais, no território. No entanto, é possível achar neles pontos em comum. Tanto em qualquer área das que, pela existência da IOB, se potenciaram relações sociais, como em qualquer outro lugar guetificado da sociedade, tentam-se e prezam-se, através de qualquer via, relações com o poder dominante, uma vez que, é assim que num país que não se desliga da sua condição de Estado Cliente é possível a interferência nas práticas públicas que são estabelecidas para atuar nas comunidades. Neste caso, as ONG`s têm novamente um papel determinante. Tanto são focos de ativismo em prol de desafios que não só alargam as relações sociais internas e externas, como também denunciam situações de enorme injustiça social. Em oposição, são também máscaras de relações financeiras multilaterais que envolvem consideráveis montantes de dividas soberanas e âmago da desígnios políticos de construção de Estados mínimos que abandonam a possibilidade de construção de um Estado Social. No caso de Cabo Verde, é visível no orçamento de estado[37] de 2022 que 56,3% do seu

As organizações da sociedade civil (OSC) são atores centrais no projecto de desenvolvimento do Cabo Verde, caracterizando-se pela proximidade às populações e pelo conhecimento das comunidades, pela agilidade das suas intervenções, pela independência na sua ação e pelo papel que desempenham no acompanhamento das políticas públicas.

Ponto 27 do Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Cabo Verde 2022-2026

[37]Ver orçamento de estado rectificativo 2022. Disponível em: https://www.mf.gov.cv/web/dnocp/orçamento-do-estado/-/document_library/CCgzagQ0WG8I/view/1324472

valor total é afeto a donativos (24,2%), geradores de não monetária, e a empréstimos (32,1), geradores de dívida soberana. Importa, ainda, referenciar que o país apresenta, igualmente, uma divida total de mais de 215 milhões de euros, correspondente, a 153% do Produto Internno Bruto.
Além da relação estabelecida entre a comunidade local e a nação que observamos até ao subcapítulo anterior, também a relação entre gueto e sociedade revela os conflitos que encontrei durante a ação desta investigação para me posicionar, nesta escrita, perante a possibilidade de construir a comunidade. Vejo que, como já referi antes, também essa construção é atormentada pela histórica imposição ocidental que, hoje em dia, sobretudo porque neste caso nos focamos numa área que não foi planeada, mistura tudo que alicia quem vive nestes lugares ao deslumbramento do sucesso, do êxito e do individualismo.

Para uma ação que se quer que dissida da política vigente é, a meu ver, importante refletir sobre a dificuldade de lidar com as diferentes formas de construir a comunidade, bem como, entender como esse processo é inevitavelmente importunado pelas tentativas do poder de o institucionalizar, sobretudo, porque neste caso da IOB que nasce no seio da entidade pública que, em Cabo Verde, tutela o território. Abre-se, assim, um conflito que não só é transversal à ação dos moradores, como é determinante na possibilidade de construção do futuro da própria IOB. Apesar da horizontalidade do processo, estar no Alto de Bomba porque se é morador ou porque se visita, porque se é funcionário da IOB ou porque, por exemplo, em algum comércio se trabalha, abre conflitos permanentes entre a necessidade do engajamento,

One common answer to this question is that attention must be paid to transnational actors, particularly NGOs. Evans (2002), for example, argues that “NGOs . . . are the most promising source of the translocal organiza- tional and ideological resources necessary for scaling up”

Roy, 2005:18

(…) a noção de engajamento mede o grau em que uma pessoa está afectada - interessada, emocionada, tocada - pelo mundo exterior, quer este mundo se manifeste sob a forma de um ser vivo (humano ou animal), de um objecto (uma obra de arte), de um fenômeno social (uma passeata) ou natural (uma tempestade).

Heinich, 1997, p.41

Um senti kum ajuda IOB ta construir, ka é reconstruir modk Olt de Bomba nunca foi construído, mas sim construir Olt de Bomba.

Tradução livre:
Senti que ajudei IOB a construir, não é reconstruir porque Olt de Bomba nunca foi construído, mas sim construir Olt de Bomba.

Conversa com Miriam – moradora e funcionária da IOB

que é taticamente necessária para pensar politicamente o território, e a tendência para a institucionalização que qualquer ação pública está sujeita. Se por um lado, evitamos, à partida, a institucionalização (no seu formato tradicional) para que a experiência no território nos fornecesse o que futuramente seriam as bases de uma política pública, por outro lado, senti quase sempre que, apesar do engajamento a partir da relacionalidade no espaço público, é recorrente os moradores abandonarem, desistirem, largarem ou se frustrarem pelos processos iniciados, uma vez que a comunidade-local é permanentemente apedrejada por mecanismos salvacionistas inerentes à tendência para a institucionalização.
Novamente, tudo se coloca numa decisão entre nós e eles. Nós, os que juntos tentamos refletir sobre um futuro coletivo e eles, a quem já se conhece a cara, e se sabe o que, também deles, se pode ganhar. O dinheiro que trazem e o que prometem para manterem as políticas assistencialistas que perpetuam o poder. Não foram, por isso, raras as vezes que a defesa da comunidade, de Alto de Bomba enquanto comunidade-local, se tornou objeto de potencial negócio e de controlo político, sobretudo por agendas que chegavam por diferentes ONG`s, CMSV e pelo próprio governo.



Reunião da residência artística *kubaka* com rappers locais e equipa curatorial.

Nuno Flores, 2019

Passados pela comunidade a partir da possibilidade da sua construção entendo que o guarda chuva que a abriga não a protege de heranças que ainda a tornam demasiadamente submissa e dependente do sistema global. Se, por um lado, os condicionamentos gerados pela submissão são dominantes na construção política de países recentemente independentes como Cabo Verde, é igualmente notória a

manutenção de privilégios associados às relações de poder e das finanças internacionais que as classes dominantes locais geram com as classes dominantes internacionais. Há assim, a formação de burguesias locais que perduram o mais possível no poder, que se fundam num pensamento neocolonial que, normalmente suportado em ONG`s multinacionais, fortalecem um neocolonialismo financeiro que promove uma nova dependência ideológica. Por outro lado, como já referimos no capítulo *Chão*, uma massa critica de trabalhadores intelectuais, alguma massa estudantil e outros grupos menos privilegiados, transformam a luta pela sobrevivência em focos de resistência que travam lutas quotidianas e decidem sobre outras possibilidades de construir o comum. São, assim, maioritários em número, mas minoritários na representação, logo, muito atingidos pelas relações internacionais económicas de clientelismo inerentes à financeirização que, hoje em dia, também o território é objeto.

A institucionalização pela qual a IOB lutou (e não conseguiu) para se poder tornar parte da construção da comunidade foi, de lés a lés, impossibilitada pela clara maneira como, até hoje, as visões globais que sempre existiram no mundo são ainda dominantes. Porque, sobretudo nos níveis económico, político, social e cultural, se assume a possibilidade de tudo ser homogeneizado, construindo monopólios transnacionais e facilitando a construção de dependências que fomentam o roubo aos países a Sul.

Para concluir, volto à minha relação diária o Alto de Bomba como um funcionário da IOB e relembro as vezes que politicamente tentaram torná-la num caminho a replicar, o que demonstra o apetite para a uniformizar, para tirar a abertura ao divergente, e a

O escritório existe, mas está na própria zona de intervenção, e o número de reuniões, debates e atividades, quer as programadas quer as que surgiram espontaneamente, criaram uma conversa diária e um mapa de referências local (quer pela memória e (...) e internacional por todos os/as colaboradores/as que se envolveram com as partilhas na praça e online. Essa conversa com a população e com pensadores que a iniciativa precisa sempre de suporte institucional, precisa de pessoas que lhe dêem corpo e de políticos e gestores deste Ministério - MIOTH (Ministério de Infraestruturas e Ordenamento do Território e Habitação (...)

Rainho, in Flores 2021:28,29

tornar adaptável às lógicas do capitalismo selvagem, hegemónico, inquestionável e universal passível de poder existir da mesma forma e em qualquer lugar. Contudo, independentemente do desequilíbrio que constrói os focos de resistência, vejo surgir na zóna, atualmente, um ruído criado pela contestação e luta que parece não vingar. No entanto, visto a uma distância temporal mais larga, julgo serem estas forças construtoras de desesperança nas políticas económicas e sociais que se fundam na hegemonia.
Como já assumimos no capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, a zóna, tem sentido se entendida, a partir de dentro, a possibilidade que oferece para a construção da comunidade. Ou seja, se se entender que a *zóna* se urbanizou durante décadas em Cabo Verde e é, por si só, um processo de urbanização capaz de construir comunidade ou, igualmente, um processo de urbanização capaz de construir um comum que, em si mesmo, questiona a imposição eurocêntrica e colonial.

É comum em projetos em espaço público existir a expectativa de se expor, de deixar marcas visuais da passagem de um projeto pela zona. No entanto, o que procuro explicar neste testemunho é que através de uma relação sincera de continuidade, conhecimento e cumplicidade, é possível escutar os desejos do devir da população de uma zona estigmatizada, marginalizada e surpreender-nos com o que a partir dela surge de singular e de sentido artístico.

Raínho, in Flores, 2021:25



Casa em transformação de chapa para bloco de cimento, Mindelo. Nuno Flores, 2019

Nha casa de tambôr é nha palácio. El é mas k kel palácio k ta lá na rua Lisboa [A minha casa de tambôr é meu palácio. É maais que aquele palácio que está la na rua Lisboa]

Tratei no subcapítulo *Antes de eleição nós é gente, depois indigente*, do capítulo 2, a influência das políticas dos países doadores que está na base das políticas que fundam Cabo Verde. No capítulo 3, até aqui, procurei mapear a influência global do capitalismo nas políticas públicas cabo-verdianas que, consequentemente, também são parte crucial no que respeita ao que produz e reproduz a urbanização, ou seja, a *zóna* que, a meu ver, em si mesma se constitui fator de potência para construir a comunidade. Mas se esta reflexão exigiu um primeiro subcapí-

(...) não é uma árvore verde, com folhas; é o nome de uma estrutura de pensamento. Semi-treliça é o nome de outra estrutura, mais complexa. Para essas estruturas abstratas com a essência da cidade formularei, a princípio, uma distinção simples. Chamarei de cidades naturais as que se desenvolveram de maneira mais ou menos espontânea e no decorrer de um longo período. E chamarei de cidades artificiais as cidades ou partes de cidades que foram criadas deliberadamente por arquitetos.

Alexander, 1965:87

tulo em que localizei a *zóna* e um segundo em que problematizei a comunidade a partir da segurança e liberdade que, igualmente, conferem a própria maneira como é forjado o dia a dia de quem a habita, é neste subcapítulo que entrarei nas epistemologias que a transcorrem. Portanto, aquelas que quer para mim enquanto investigador, quer para o coletivo que constituiu a equipa da IOB, fizeram parte de uma interpelação diária que questionou e fortaleceu a nossa inscrição. No entanto, antes de entrar nessa determinação específica urge observar como essa herança do passado colonial europeu resultou, também, numa imposição epistemológica visível no conhecimento científico e na razão, a partir do pensamento ocidental.

Existem tantos contextos neste país que a palavra escrita tem um significado visual mínimo, onde pessoas que não sabem ler nem escrever não encontram utilidade para nenhuma teoria publicada, seja ela lúcida ou opaca. Por isso, nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público.

Hooks, 2013:90

Essa bomba económica que, no formato colonial ou neoliberal, impôs formas ao território e, como consequência, ainda oprime modos de vida é, desde sempre, reflexo de interpretações únicas de elites ocidentais sobre o tempo e o território. Por um lado, bloqueia há séculos a produção de epistemologias locais que representem o entendimento de como se constrói a urbanização, por outro lado, não permite que as epistemologias da urbanização ganhem espaço no espectro político, bem como, no caso da *zóna* que esta passe a ser, de facto, uma epistemologia do planeamento em Cabo Verde.
No caso de Cabo Verde é interessante entender que, como expliquei no Capítulo 2, no subcapítulo *Depos Agora*, tirando o projeto do Bairro Craveiro Lopes, na cidade da Praia, o projeto PACIM, nas cidades da Praia e Mindelo e o projeto de autoconstrução realizadas pelas Associação de Entre – Ajuda para Construção Voluntária de Habitações, no Mindelo, a

Um conceito que escapa à antinomia do universo e do particular é-nos desde sempre familiar: é o exemplo. Qualquer que seja o âmbito em que faça valer a sua força, o que caracteriza o exemplo é o facto de valer para todos os casos do mesmo género e, simultaneamente, estar incluído entre eles.

Agamben, 1993:16

IOB foi a única ação de raiz totalmente pública que desafiou as politicas urbanas vigentes para, através de uma tentativa de dissidência das mesmas, compreender o modo de vida da *zóna*.
Promovidas pela própria IOB, foram as ações de relacionalidade no espaço público, construídas com o objetivo de potenciar o coletivo a partir da transformação física que se realizou nos espaços, centrais para a construção de comunidade durante os três anos que ocorreu a IOB. Constatei durante todo o processo que não me é possível abordar o assunto sem refletir sobre o tempo. O tempo que se entende necessário para a observação/escuta, para o *Estar* que consubstancia realizarem-se as ações, nomeadamente as de ativação do espaço público e, por último, o tempo que suscita refletir sobre o que vem. Ao futuro dou, por isso, duas dimensões. Aquela que tem a ver com os espaço-tempo que se cria (o da IOB no Alto de Bomba), que reflete a possibilidade de atuar com alguma previsão e planeamento, e aquela que surgirá da consequência futura – quem sabe pelas gerações seguintes - do entendimento das ações do agora.
Tratar-se de uma experiência dentro de uma estrutura de poder alavancada numa ação que pressupõe, à posteriori, um processo de investigação que abre caminho à singularidade e, consequentemente, a novas perguntas: que obstáculos / vantagens acontecem pela singularidade de uma ação? qual a relevância dessa singularidade?

Neste espaço-tempo, o *Estar* que se produz dá lugar à construção de contraditórios que forjam entender novas linguagens e, sobretudo, a construção de exemplos que configuram a excecionalidade. Como

(...) As pessoas envelhecem sem se tornarem maiores .

Han, 2016:9

Ouvir a linguagem que é o inconsciente do outro, ajudá-lo a reconstruir a sua história, pôr a nu o seu desejo inconsciente: a escuta do psicanalista conduz a um reconhecimento: o do desejo do outro.

Barthes, 1978:254

Language, incontestably, reveals the speaker. Language, also, far more dubiously, is meant to define the other-and, in this case, the other is refusing to be defined by a language that has never been able to recognize him. A língua, incontestavelmente, revela quem fala.

Baldwin, 1979 Disponível em: https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/98/03/29/specials/baldwin-english.html?_r=1The

uma raíz, livre de organização ou sistematização de uma rede, quem sabe, próximo da desobediência de uma erva daninha que, insurgente, cresce em qualquer lugar, surgiram ações abertas a toda a comunidade e a participação das mesmas pessoas. Portanto, um rizoma transdisciplinar que sugere um processo, também ele, rizomático. Repetidas e reinterpretadas, foram várias as situações onde observei a singularidade do exemplo: a atual associação comunitária *Olt de Bomba Unid* que assume a sua fundação a partir das reuniões que, propostas pela IOB, aconteciam semanalmente na *Praça Nho Jon*; o grupo *Amdjer na Obra* que realizou, conjuntamente com a IOB, uma formação a outras 10 mulheres do bairro após entender o seu papel já após se reconhecerem como um grupo; ou o grupo de jovens que, após participarem na residência artística *Kubaka*, formaram o grupo BIP, focado na intervenção política, por alegado entendimento da sua possibilidade de participação, após entenderem que uma ação política, antes das lutas partidárias é, sobretudo, o entendimento do político.
A singularidade evidencia, sem dúvida, a potência das micro ações, bem como, de linguagens que permitem entender a semântica dos lugares. Confrontei-me, assim, com terminologias que, apesar de já asseguradas na cidade planeada e histórica, não têm correspondência, sentido, nem constituem validade no conhecimento que se gera na *zóna*.

Centro-me, então, na semântica do espaço público para intercetar alguns destes conceitos. A palavra cidade, por exemplo, para os que não habitam os territórios mais frágeis, remete ao lugar onde se supõe aglomerarem-se pessoas, normalmente em grande

Estamos casados da árvore. Não devemos mais crer nas árvores, nas raízes, nas radículas: já sofrem muito. Toda a cultura arborescente está fundada nelas, da biologia à linguística. Ao contrário, nada é belo, nada é amoroso, nada é político a não ser os caules subterrâneos e as raízes aéreas, a advertência e o rizoma.

Deuleuze, 2021:28,29

Em face de uma realidade urbana que dificilmente dá pelo nome de cidade – sem abusar da semântica ainda corrente –, é a própria dificuldade de dar nome à 'coisa' que se observa nas denominações ou adjectivações da literatura recente (a que nós próprios recorremos nesta publicação), como: emergente, genérica, extensiva, dispersa, difusa, descontínua, fragmentada, mosaico, etc.; ou ainda, sem qualidades, sem modelo, sem lugares nem limites, de baixa densidade, entre-cidades, ex-úrbia, cidade-outra, edge-city, em suma, do urbano.

Portas, Domingues, Cabral, 2003:126

número, mas onde se subentende alguma antiguidade, bastante consolidação do espaço público, dos edifícios, da infraestrutura, bem como a localização das instituições públicas, religiosas ou dos negócios. Acontece, também, entender-se por cidade, embora sem o peso da institucionalidade, áreas de expansão, cuja urbanização, apesar de estar em processo, recebe uma classe média que pretende localizar-se fora do centro antigo porque não consegue disponibilidade financeira e habitacional para nele se localizar. Tem poder aquisitivo que lhe permite entender esses lugares como estratégia de investimento, por acesso ao crédito ou por aplicação de poupanças eventualmente conseguidas. No caso de Cabo Verde, do Mindelo inclusivamente, estas áreas de expansão, são, igualmente, paradeiro de investimentos de emigrantes, cujo poder aquisitivo adquirido nos países para onde emigram lhes permite, desde logo, iniciar processos de construção que por vezes demoram décadas.

Em breves linhas é possível afirmar que o crescimento rápido das cidades cabo-verdianas, com as imigrações/emigrações e, mais recentemente, com as influências e impactos do turismo em certas ilhas, conduziu a mudanças radicais nos hábitos de morar e nas tendências construtivas locais. Atualmente as disparidades econômicas e sociais definidoras da sociedade são claramente espelhadas no território e nas zonas residenciais das cidades.

Moassab 2013, Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/arquitetura-habitacional-em-cabo-verde-reconhecimento-e-desenvolvimento

Foi assim que constatei que para a *zóna*, cidade é uma espécie de direito exclusivo do lugar onde a génese do Mindelo se deu. Ao contrário, a morada[38], como a generalidade das pessoas da ilha de São Vicente identifica, a parte antiga e colonial, é o lugar que a *zóna* entende por cidade. Representa uma história, a importância geopolítica de um passado que transporta sentido para o futuro. Um futuro que recebe o turismo, o dinheiro estrangeiro, os negócios do estrangeiro e, eventualmente, a proximidade com as elites financeiras, culturais, sociais e políticas que, quem sabe, abrem até a possibilidade de emigrar.

Nada do que fazemos o fazemos sozinhos. (...) Não pensamos, sonhamos, inventamos
ou procriamos sozinhos. Não morremos sozinhos.

Forbes,1998:192

[38]Em São Vicente chama-se ao centro da cidade do Mindelo, Morada. Na sua quase totalidade compreende áreas onde se localizou o poder – político e económico – durante as colonizações portuguesa e inglesa.

A cidade, como já admiti, hoje em dia refém de sentido porque perdeu terreno para a urbanização, é também no seu entendimento epistemológico um lugar que para algumas pessoas representa uma metáfora de futuro, de sucesso e progresso, enquanto que, para os outras, um lugar inalcançável. Paralelamente, para quem constitui as vozes mais críticas e insurgentes da *zóna* é o lugar que ainda representa um passado com o qual se quer romper. Um passado que produziu políticas opressoras e discriminatórias que pertencem a quem vive noutra classe social, pelo que não serve aquelas que são a realidade e a necessidade concreta da *zóna*.
Mas se a cidade tem entendimentos que remetem sempre a um lugar que representa história, sucesso ou futuro quando me aproximo ao local, à comunidade-local, pergunto: posso, a partir da experiência da IOB, questionar o meu próprio entendimento do espaço público?

Daquilo que conhecia da cidade do Mindelo, o recorte entre a morada, cidade colonial, centro administrativo, político e de poder regional e local e a fralda, periferia, que o circunda e ocupado pela maioria migrante rural não era muito diferente da Praia, embora era visível em São Vicente um recorte relativamente mais físico do que no caso praiense.

Retirado da comunicação de Redy Lima no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 13 de Julho de 2021

A casa, a rua, o largo, a praça ou o próprio lugar, no Alto de Bomba, são entendidos de forma completamente distinta daquela que eu carrego. As terminologias construídas pela deriva do meu corpo na cidade foram, por isso, postas em causa quando me deparei com a natureza de um lugar, cujo planeamento anterior à ação nunca existiu. Numa escala de proximidade à casa e à habitação, no Mindelo, a meu ver, constroem-se significados que se fundam, como já referi no capítulo 2, na rede próxima de afetos e de relações familiares. É aqui que entendo que estas relações, nem sempre coletivas, mas construídas a partir de uma solidariedade que se exige face à situação de pobreza que a *zóna* se encontra, podem dar força a um político construtor das vozes dos lugares.

Jason Ferreira, jovem activista e rapper e que deu voz ao pequeno grupo, confrontou a governante mostrando que estão “satisfeitos” com o trabalho de reabilitação que está a ser feito na zona, desde 2019, mas que ainda falta “muito mais”.

(...) A falta de emprego foi outras das dificuldades apresentadas pelo grupo.
Eunice Silva respondeu ao grupo dizendo que o Governo “ainda continua na zona e vai fazer muito mais”

Disponível em: https://www.asemana.publ.cv/?Sao-Vicente-Visita-de--ministra-a-Alto-Bomba-gera-protesto-de-jovens-da-zona

Nesse sentido, o que se localizava fora da morada, fora do centro da cidade, é a *zóna*. Já não é fralda, para ser a *zóna* que representa o lugar onde o Estado, aparentemente, como já falei no sub-capítulo anterior, não está. E é a *zóna* porque não aceita ser o informal que é normalmente adjetivado. Tem códigos, legitima processos, propõe um modo de vida que tem o seu próprio entendimento de como viver no seu lugar.

A *zóna* requer, por isso, duas formas de entendimento: a primeira, entendida, a meu ver, como aquilo que existe para lá dos limites da morada, sobretudo quando se intensifica a carência física e social; e a segunda, quando representa o lugar onde se habita. Ou seja, se podemos encontrar discursos onde alguém entende que mora na morada e não mora na *zóna*, também podemos encontrar aqueles que nos descrevem o bar ou a mercearia da sua zona que, eventualmente, se localiza dentro da própria morada. Só que se a *zóna* da morada tem apenas uma definição, porque é afetivamente vista de uma forma própria por quem a habita, no Alto de Bomba, não só representa essa afetividade pelo lugar onde se mora, como também ganha a representação social e política do lugar que se ocupa na sociedade. Do que está fora da área de ação atribuída às classes que tem poder económico, social, cultural e político. Das ilhas de pobreza, entre tantas outras, que é possível encontrar-se no território insular de Cabo Verde. Posso, por isso, fazer uma correlação do modelo da cidade ocidental, previamente planeado, com o não planeado que, cada vez mais, ganha espaço na urbanização, quer no Mindelo, quer no mundo. Sem dúvida, que só entendendo o modo de vida existente é possível formular o lugar que origina um posicionamento



Frame do filme Casa-lata de Ângelo, lopes, Helena Gomes e Lara Plácido, 2010

O equívoco fundamental dessa visão sociocêntrica, referenciada nos setores médios da cidade e massificada pelos meios de comunicação, é considerar que as distinções espacial, econômica e cultural, manifestas na demarcação de territórios dos diversos grupos sociais residentes na cidade, são suficiente para esfacelar a cidade.

Silva, 2003 Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Adeus-Cidade-Partida_Por-Jailson-de-Souza-e-Silva.pdf

cúmplice dos interesses de quem habita os lugares. Rodeado pelas montanhas, vejo este processo global de urbanização, no Mindelo, abrir espaço para a *zóna* se arriscar a engolir as próprias montanhas porque, face à necessidade de morar e de organizar a vida, hoje em dia, cada vez mais cresce e se consolida.
Aproximo, assim, a escrita do detalhe da micro-escala do espaço público para pensar nos lugares de encontro e pergunto o que seria um largo, uma praça, um beco ou uma rua no entendimento do espaço público da *zóna*?

Nesta escala cada vez mais próxima da fronteira entre o que é público e o que é privado, portanto entre casa e rua, surge ainda a *ponta*.
Neste caso a correspondência não é tão clara. A falta de definição dos lugares, a constante mutação que ainda acontece no território e, de novo, a urbanização forjada pela resistência de quem procura e constrói um espaço público abre novos significados e deixa a rua, a praça, o largo ou o beco numa total indefinição. No entanto, em qualquer parte do Mindelo, morada ou *zóna*, existem *pontas*. A *ponta* é um lugar que realmente de todas as pessoas e foi a *ponta* que, no meu caso, me provocou maior desconfronto face ao meu próprio entendimento do espaço público.
Até então, para mim, ponta era o fim. O lugar onde algo acaba, eventualmente, o abismo, o precipício, uma margem ou uma queda. Ao contrário, circulando pelo Mindelo, é unânime que todas as zónas têm diversas *pontas*. A *ponta* existe nas ruas, nos becos, nos largos, nos muros, numa pedra, em qualquer lugar. Imaginária ou não, a *ponta* é um lugar que as pessoas constroem, significam, resignificam e uti-

O que me disseram na obra foi: desde que o trabalho começou a gente já não fica mais na ponta e as pessoas já não nos olham com maus olhos.

Retirado da comunicação de Elaine de Pina no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

Desde k traboi começá uns maltas saí de ponta.
Já no ka ta fka só na ponta, já nós tem nós dinher, já nos ta ajudá na casa.
E txeu gente já ka ta fka oia gente mariod, claro.
Tradução livre:
Desde que o trabalho começou, o pessoal saiu da ponta.
Já não ficamos só na ponta, já conseguimos o nosso dinheiro e já ajudamos em casa.
Muita gente já não nos olha com maus olhos, claro.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

lizam para viver no espaço público. A *ponta* une. É um lugar que, como a comunidade, se constrói. Tem várias camadas, disponíveis para a metáfora e para a construção de sentidos.

A propósito da preparação do evento *Somá na Ponta* diversas discussões surgiram entre nós, equipa técnica e moradoras (es), sobre o sentido de *estar na ponta.* Se por um lado, múltiplos entendimentos podem surgir que deixam espaço à construção de metáforas de melhor ou pior conotação para a *ponta*, por outro lado, há *pontas* territorializadas e, por isso, até estigmatizadas. Terminado este evento, mais uma vez se constatou a diferença de entendimento da necessidade de compreensão do território. Se no entender da equipa técnica juntar toda a sociedade para socializar o conhecimento construído ao longo de três anos era essencial para fomentar a introdução de novos entendimentos nos decisores políticos, a omissão de posicionamento sobre as conclusões apresentadas, até à data que escrevo esta tese, permite subentender o iminente abandono estratégia da IOB, face a opções de macro-escala que, historicamente, acontecem alavancadas por mega financiamentos internacionais que mantém a dependência ao mundo financeirizado. Portanto, entendo que o confronto do somatório das histórias da micro-escala do espaço público, as histórias da *ponta*, são o embrião da insurgência que questiona e põe em causa a hegemonia de políticas que se obstam à compreensão da *zóna*.

Desta forma a *ponta*, para mim, é, até hoje, o conceito mais difícil de entender relativamente à espacialidade do Alto de Bomba, pelo que, ainda carrego questões sobre se posso, de facto, entender a *ponta* como uma esquina, tal qual tantas vezes na minha

(...) quanto mais globais são os processos, e tanto podemos falar de economia comos podemos falar de padroes culturais e de visões do mundo, mais difícil é sabermos o que é o local.
(...) Há governos, mais uma vez o Brasil, que acharam que era feio dizer favela e agora dizem comunidades, que é assim uma palavra muito gasta. Mas as práticas públicas não mudaram (...)

(...) independentemente da comunidade existir ou não, comunidade é uma daquelas palavras quentes (...)

Retirado da comunicação de Álvaro Domingues no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

infância sabia de coisas que aconteciam numa esquina que, mais tarde, descobria que não era uma esquina, era apenas um lugar?

Não são poucas as vezes que me deparo a pensar que, provavelmente, a minha experiência de vida num espaço público apedrejado pelo modelo capitalista global, já terá matado o seu carácter enquanto um lugar que é comum e coletivo. Ao contrário do espaço público totalmente mercantilizado que as cidades europeias conhecem, a *zóna* do Mindelo ainda goza de um *Estar* que possibilita, inclusive, dar espaço a metáforas. Metáforas que, a partir da *ponta*, permitam à *zóna* ter outros entendimentos, os seus próprios entendimentos, fortalecendo-se perante o fantasma do medo, da segregação, da injustiça e podendo forjar narrativas que contribuam para a construção de uma esperança capaz de confrontar o mundo que não considera a *zóna*. Capaz de pautar a informação e o afeto como uma tecnologia possível para a sobrevivência e da resistência dos que vivem na *zóna.*

Essa esperança dissidente, é uma forma tecnologia de pensar num mundo que não pensa na gente (...)

(...) a gente pauta a a informação e o afeto como tecnologias para a sobrevivência e manutenção das nossas vidas. (...)

(...) essa ideia de ser dissidente é sair desse senso comum, sair desse pensamento robotizado que nos é imposto. Então, acho que também é um ato revolucionário quando a gente pensa novas formas de esperança.

Participação de BNegão na conversa online do evento Praça Nho Jon realizado a 12 de Novembro de 2020 pela IOB

É justamente a partir do entendimento das epistemologias que encontrei na *zóna*, onde, até hoje, face a minha origem ocidentalizada nem sempre encontro as minhas *pontas*, que se construiu a singularidade na IOB. O conjunto de ações que se repete, mesmo quando se constituem de forma mais individualizada, é como uma espécie de alerta, de errância que denúncia e configura essa singularidade. No entanto, a singularidade que constrói os exemplos que abrem espaço à reflexão sobre as narrativas possíveis no processo de urbanização limita as epistemologias que, por norma, vivem à margem das formas he-

Esse é o grande valor, por exemplo, das cantigas que os balantas, os beafadas, os mandingas e outros, o crioulo, o mancanha, o pepel, etc. ou das mornas e coladeiras que já se fizeram na base da nossa luta, levantando alto o nosso Partido,(…) Essa é que é a nossa cultura, isso é que devemos desenvolver hoje em dia.

Cabral, 1974:83

gemónicas de planeamento, construindo impasses que podem implicar novas possibilidades na decisão política. A IOB, neste caso, viveu, desde o início, um caminho interessante relativamente à sua singularidade. Se logo no seu lançamento, é anunciada pelo MIOTH como um projeto de Estado que seria replicado pelas demais ilhas do país, também o MIOTH, no fim do mandato do governo onde nasceu a IOB, o mesmo MIOTH, a comunica como um projeto especial no documento das realizações do mesmo mandato e que anuncia os caminhos para o mandato seguinte ao lado de projetos como o Cidades Coloridas[39] ou o Centro Escolar de Chã das Caldeiras da ilha do Fogo[40]. É notório que além de não haver critério sobre a classificação dos projetos especiais, olhando à diversidade de sentido que os mesmos apresentam, a estratégia do governo, quebrando a singularidade da IOB que possibilita novos sentidos às práticas de atuação na *zóna*, tende para a homogeneização e hegemonização que habitualmente configuram políticas que se fecham à divergência. Esta singularidade que se pretendeu construir durante a IOB não se prendia, em nada, com o facto de ser diferente ou mais um. Pelo contrário, apenas com a possibilidade de entender a possibilidade de alterar as políticas de reabilitação urbana das zonas auto-produzidas e reconstruí-las, a partir da compreensão

Sem IOB, Alto de Bomba ka é kel igual mas gora jal é totalmente diferente.
Mesmo k IOB já ka ta li, de forma positiv foi captod kel dinâmica. Não na infraestrutura, mas associação e kubaka jas ta faze se parte.
Um toxa k IOB traze esperança e aoje já no pode luta um gzinha mas.

Tradução livre:

Sem IOB, Alto de Bomba não é igual mas agora é totalmente diferente.
Mesmo sem a IOB aqui, de forma positiva foi captada aquela dinâmica. Não na infraestrutura, mas a Associação e o Kubaka já fazem a sua parte.
Acho que a IOB trouxe a esperança e hoje podemos lutar um pouco mais.

Conversa com Jason e Nélida, funcionários da equipa da IOB e moradores de Alto de Bomba, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 18 de abril de 2022

[39] O projeto Cidades Coloridas, enquadrado no Eixo II do PRRA, que procura complementar a requalificação urbana com o acabamento exterior de casas, por meio de intervenções de pintura de modo a ter bairros coloridos, visualmente atrativos, e quebrar consideravelmente com o paradigma atual das cidades cinzas.

[40] O Plano de Desenvolvimento Integrado de Chã das Caldeiras, que assumindo este históricodas pessoas, a singularidade do local e as caraterísticas socioeconómicas dos seus residentes como referência, instiga o Governo de Cabo Verde, que tomou posse em 2016, a criar sinergias com o Governo das Canárias, num processo coordenado pelo MIOTH.

do modo de vida que acaba sempre por se encontrar.

Já depois do encerramento da IOB, uma vez publicado no Boletim Oficial o PLANAH 2021-30, a possibilidade da singularidade da IOB influir na política foi definitivamente destruída. Posicionamentos do MIOTH que assumem que o eixo de regeneração do habitat é inspirado na metodologia utilizada no IOB, permitem concluir, de facto, uma estratégia que obsta a compreensão da *zóna*, recusando fortalecer uma abordagem que a assume como um processo de urbanização. Foram as narrativas que dão sentido à *ponta*, às ações no espaço público que se ativaram ou ao movimento que surgiu à volta da IOB que, a partir do Alto de Bomba, construíram as singularidades necessárias para potenciar a construção de comunidade. Singulares pelo exemplo que, politicamente dentro da estrutura do MIOTH, distanciaram a IOB dos projetos de Lei que se sabia estarem a ser implementados, mesmo sabendo da muito incipiente tentativa dos mesmos incluírem o modo de vida de quem faz a *zóna* e ressignifica os lugares.

O conhecimento, é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento.

Santos;Meneses 2008:157

É preciso, primeiramente, deixar de lado a visão equivocada de que sem-teto são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros males do sistema capitalista. A maioria dos sem-teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados.

Boulos, 2012:14

4

A URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA A PARTIR DE CABO VERDE



Alto de Bomba. Nuno Flores, 2021

4. A URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA A PARTIR DE CABO VERDE

Prólogo

Na sexta–feira de 09 de agosto de 2019 acordei no Mindelo com a sensação de um ambiente diferente, por sinal, muitíssimo mais calmo do que habitualmente, já que era uma manhã de sexta-feira em que por norma se sente uma agitação que enuncia entrar-se nas *paródias* de fim de semana.

Percorrer ruas que claramente se esvaziavam fez-me seguir quem ainda encontrava na rua e entender que na rotunda da Ribeira Bote, aí sim, se acumulavam pessoas organizadas para ir passar o fim de semana à Baia das Gatas a propósito de, entre sexta-feira e domingo, se realizarem inúmeros concertos de música do prestigiado festival local, Festival Baía das Gatas.

Regressado de Portugal e de uma passagem pela cidade da Praia na qual soube da possibilidade de dar continuidade à IOB da forma que fora proposta – continuar os projetos de modo a garantir o lançamento de todos os concursos públicos em Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa – decidi subir para Alto de Bomba no sentido de entender com mais proximidade a realidade dos seus moradores no dia em que se realizava um evento que, em geral, é uma presença ambicionada pela generalidade dos moradores do Mindelo, durante algum fim de semana do mês de agosto.

As movimentações que aconteciam na zona mais alta de Alto de Bomba fizeram-me subir até ao depó-



Os *bidons* ou *tambores* representam a alternativa de material construtivo possível para uma massa considerável de pessoas que diariamente chega às cidades conseguir construir uma casa. Portanto, a primeira dominante na primeira fase do processo habitacional no Mindelo.

Nuno Flores, 2019

sito de água e, sem que contasse, acabar questionado por uma moradora sobre qual o real propósito da minha passagem por li.

Após quase duas horas de conversa, como quase sempre até hoje acontece quando nos encontramos, acabei arrastado até ao lugar onde me dizia que, no dia seguinte, se mudaria para morar. O chão que arranjara eram 15m2 onde cerca de dez pessoas aguardavam divertidos, mas vigilantes, passar o entardecer.
Vizinhos, solidários e dançantes diziam-me: *Baía? Baía meste paus, kel li é nós baia. Dançá que aoje ainda bo ta ba trabaia txeu.* [Baía? Baía é preciso ter dinheiro, aqui é que é a nossa baía. Dança que hoje ainda vais trabalhar muito.] Se dançando nos divertimos, esta espera pela noite de um dos dias do fim de semana do Festival da Baía das Gatas, diminuía a vigilância que é habitualmente necessária, perante a polícia ou a fiscalização camarária que, permanentemente, controlam a vida de quem pretende construir uma casa nos lugares mais pobres do Mindelo.
Entre música e peixe frito, continuamos a conversa que, realmente, foi a razão que me levou àquela festa. Natural de São Pedro, aldeia de pescadores do lado sul da ilha de São Vicente, esta moradora decidira deixar uma casa, localizada na parte baixa do Alto de Bomba, onde vivia com os seus 4 filhos e uma neta para construir uma *casa de tambor*, já que nesta estrutura familiar pagar oito mil escudos (cerca de 75 euros) de aluguer da casa onde moravam se tornara insustentável. Esta decisão tornou-se possí-



Transporte das primeiras paredes da casa na noite do Festival da Baía das Gatas.

Nuno Flores, 2019

vel através de um empréstimo bancário que garantiu a compra das chapas, dos barrotes e do cimento para construir o *chão*. O empréstimo, por seu lado, apenas foi possível porque, ao contrário de muitos que no Alto de Bomba nem trabalhar conseguem, esta moradora tinha a possibilidade de um emprego na empresa espanhola de transformação de peixe, a Frescomar. No entanto, o salário que auferia era baixo, apenas 15000$00 (cerca de 135€), logo insuficiente para aguentar o encargo de toda a estrutura familiar que, segundo me dizia, só de alimentação e água consumia 11000$00 (cerca de 100€), pelo que era frequente vê-la, de dia, a vender peixe pelas ruas de Alto de Bomba. Esta vida, portanto, resumia-se a um trabalho na Frescomar das 22:00 às 6:00 e à venda de peixe durante o dia, para conseguir pagar o empréstimo que garantiu a construção que permitiria deixar de pagar os 8000$00 (cerca de 73€) de aluguer como acontecia, até então.



Montagem da última pareda da casa na noite do Festival da Baía das Gatas.

Nuno Flores, 2019

Mas se entre a dança e *paródia* seguíamos trocando ideias sobre a situação, há um momento que começam a ser retirados de trás de um *pé de mot* [pé de mato ou árvore], as chapas/paredes, a cobertura, os demais materiais e ferramentas que possibilitariam a construção da casa.
É nesta agitação repentina do ambiente da festa que se inicia a construção da casa. A música passou a servir apenas para disfarçar a ação. No entanto, com o início da obra esta não parou, mas deixou de se dançar e passou a vigiar-se a cidade, apesar de se saber que naquele dia, a trabalho ou em festa, a polí-

cia muito seguramente andaria para o lado da Baía.

Fotografias e pequenos vídeos que realizei na mesma noite foram, entre aquilo que me sugeriram colaborar, a razão que me fez, no dia seguinte, voltar ao Alto de Bomba para reencontrar esta moradora. Da conversa que tivemos soube, não só mais detalhes de todo o processo, como que o que me contava eram questões transversais aos moradores daquela área que, entretanto, vive hoje um extraordinário processo de ocupação e uma explosão de *casas de tambor*. Mesmo sabendo que nos conhecêramos na noite anterior, contara-me ter pedido um empréstimo de cem contos (sensivelmente mil euros) no *Banco Caixa* para comprar os materiais da casa, sendo que em dois anos o pagaria. No entanto, referenciava repetidamente que, mesmo assim, ainda tinha muito trabalho a fazer em casa.



Fixação das chapas exteriores da casa na noite do Festival da Baía das Gatas.

Nuno Flores, 2019

O dinheiro que pediu de empréstimo, apesar de serem raros os moradores que o conseguem fazer, representa a saída de uma vida insegura para a população que, como esta moradora, se localiza naquela zona do Alto de Bomba. Uma zona onde não só não há água potável, esgoto e eletricidade, como ainda se restringe ao mínimo o dinheiro que se aplica nas próprias habitações pela inexistência de segurança habitacional condicionada, sobretudo, pela falta de resposta municipal aos pedidos de legalização solicitados e à possibilidade de expulsão. Durante os últimos três anos, visitei-a várias vezes talvez por ter ficado próximo de todas as pessoas que com ela

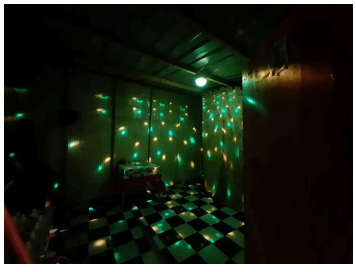
habitam, mas também porque me interessava assistir à materialização do projeto da casa que sonhou.



Primeiro dia da casa construída na noite do Festival da Baía das Gatas.

Nuno Flores, 2019

Além da transformação que vi acontecer na casa inicialmente construída, entendi a transversalidade do desafio das populações mais pobres de construir uma casa para poder viver em Cabo Verde, sendo, certamente, o mesmo desafio da maioria das pessoas que ali moram. Não só me aproximei das questões associadas à habitação, como também do paradoxo da infraestrutura, nomeadamente do abastecimento de água em Alto de Bomba. No caso desta zona, uma das áreas de atuação da IOB, existem dois depósitos de água de 500 m3 cada um que abastecem o centro da cidade histórica e a região de São Pedro, sem que, inexplicavelmente, mais de metade da população de Alto de Bomba deles possa usufruir. Além disso, a auscultação à área e aos seus moradores fez-me entender dois aspetos importantes. Por um lado, que quanto mais longe de vive das sentinas públicas (locais onde os moradores vão comprar água em baiões de 25L), mais cara é a água devido ao transporte. E, por outro lado, que muitos moradores se aproximam dos mesmos depósitos todas as manhãs para, dependendo da austeridade do guarda do dia, sobreviverem aproveitando a água que é diariamente deitada fora fruto dos trabalhos de manutenção da qualidade da água de ambos os depósitos.



Preparção da festa de aiversário da moradora.

Nuno Flores, 2021

Um depósito de abastecimento de água ao Alto de Bomba foi prometido e nunca foi construído devido à

interrupção da IOB. Isso fez-me ter várias reuniões com o chefe da divisão de água da empresa de fornecimento de água de eletricidade, a Electra. Após a impossibilidade de entendimento entre técnicos da Electra e da IOB face a necessidade de colocar água nestas zonas, vi-me obrigado a empurrar a questão para uma reunião política – entre a administração da Electra, a equipa da IOB e o Diretor Geral de Obras Públicas – após ter ouvido o funcionário responsável pelo abastecimento de água em São Vicente dizer-me que a Electra não colocaria água em lugares onde vivem pobres e vagabundos que não pagam a água e vandalizam contadores. Hoje, circulo na zona e penso que aumenta o nível de preconceito e crescem as dificuldades, quanto maior é a distância da sociedade e do poder a quem vive nestes lugares. Pergunto também se é possível aceitar a hipótese de incumprimento com a Electra se, afinal, estas pessoas já pagam água numa sentina pública? Quanto tempo demorará realizar esta mudança de mentalidade na sociedade? Não teremos resposta enquanto não se cumprir a promessa política de construção de um novo depósito de água feita pela IOB em 2019 que, mesmo tendo sido desmontada toda a sua estrutura no final de 2021, é a única saída para terminar com parte da precariedade humana que milhares de cidadãos continuarão a viver (defraudados por promessas políticas que não são cumpridas) o atual processo de urbanização.



Construção de uma casa de tambor na zona de Lombo de Veneno, 2021

Nuno Flores, 2021



Casas de tambor em *Lomb de Veneno* [Lombo de Veneno]. Nuno Flores, 2021

4.1.Exceção, Soberania e Reabilitação
Txam sossegod [Deixa-me Sossegado]

Iniciei no capítulo anterior a reflexão sobre a impossibilidade de planear na urbanização planetária, logo, supondo a liberdade de pensar o território, a partir da construção de novos paradigmas que rompem com as políticas globais que dominaram o urbanismo e o planeamento recentes. Assim, planeamento e urbanismo são, aparentemente, as disciplinas que podem conferir maior dignidade aos lugares para poderem ser habitados. Igualmente, as áreas de conhecimento que, fruto da sua história, geram, por si só, formas de pensar onde se subentende que planear é pressuposto.

Ao contrário do que se esperaria, a meu ver, em países como Cabo Verde, experiências como o Bairro

(...) O espaço foi construído e moldado a partir da história e dos elementos naturais, mas esse processo tem sido um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente preenchido com ideologias.

Lefebvre 1976:34

How is one to conceive of both the organization of a city and the construction of a collective infrastructure?

Michel Foucault, 1997: 239

Craveiro Lopes, Projeto Pacim, ou da Associação de Entre – Ajuda para Construção Voluntária de Habitações, forjados a partir da solidariedade social entre países e populações, reforçam-me a enorme consciência e capacidade do povo cabo-verdiano para a construção coletiva. Além disso, para um saber/fazer que o caracteriza, que é determinante para a possibilidade de construir posicionamentos contra a hegemonia ocidental e capazes de romper com a herança colonial. Também no segundo capítulo, discorri sobre a condição periférica de Cabo Verde que, como noutros tantos países, é determinante para a necessidade de encontrar respostas capazes e alternativas perante estratégias que raramente são integradoras ou sustentáveis.

A urbanização planetária, resultado desta tendência globalizadora do neoliberalismo, vê-se subjugada às recomendações internacionais e aos modelos ocidentais que, no caso de Cabo Verde, bloqueiam a possibilidade de germinação das sementes deixadas pelos projetos de construção coletiva experimentados no passado, conforme citei no parágrafo anterior.

(...) a principal característica da política global de hoje é a política do mútuo esforço da semelhança e da diferença para se canibalizarem reciprocamente, assim proclamando o saque vitorioso das ideias gémeas do Iluminismo, o universalismo triunfalista e o particular resiliente.

Appadurai, 1966:63

No entanto, se falei da forma como entendi Cabo Verde no capítulo 2, O *Desafio da Escassez*, assumo, agora, que esse Cabo Verde que encontrei se fundou, sobretudo, no meu encontro, no e com, o Alto de Bomba. Posso dizer que foi a partir desses cabo-verdianos que resistem que encontrei a possibilidade de descolonização (do território), após o próprio processo de independência. E que, quando olho para a condição social dos que vivem neste território, julgo

que para estes terá sido um processo interrompido ou que, talvez, nunca tenha acontecido.
Assim, atribuo ao planeamento a forma mais evidente de desenhar no território o olhar colonial do mundo. Contudo, além das ações que conhecemos no terreno, é esta disciplina que na Universidade valida o pensamento contemporâneo que se produz sobre o território, logo, produz e reproduz inúmeras relações de poder. Importa, por isso, atender ao paradoxo em que se encontra atualmente e com o qual também me confrontei a partir desta investigação. Ou seja, há contradições contundentes que observo nesta disciplina. Apesar do pensamento que se produz sobre urbanização e planeamento apontar para uma continuidade do crescimento da urbanização no séc. XXI, é contraditório este estar a ser produzido (no que concerne às ações no terreno) em megacidades localizadas no Sul Gobal, nas cidades do mundo que realmente crescem, porém, validado em universidades localizadas nas cidades globais, em geral, localizadas em países localizados no hemisfério norte onde, aparentemente, esse crescimento está estabilizado.

(...) esse projeto específico foi parar a São Vicente como uma experiência piloto sempre na ideia de que é um projeto público do Estado, que estava sedo aplicado em São Vicente, mas que dada a sua natureza, sua especificidade e o alcance do projeto seria sempre uma experiência a ser replicada.
A ideia é: se inicialmente concebemos para ser em São Vicente em três ou quatro bairros, hoje já estamos a pensar em o levar para outros pontos do país.
Não creio que será exatamente igual ao que a equipa trabalhou em São Vicente, mas acredito que boa parte do que se trabalhou neste projeto vamos aproveitar, dado o impacto que teve, não só na sociedade, como na comunidade onde foi desenvolvido, mas vamos leva-lo a outros pontos, particularmente aqui na cidade da Praia.

Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (CV) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 24 de Maio de 2022

Nesse sentido, como disse no capítulo 3, *A Impossibilidade de Planear a Urbanização Planetária*, durante os três anos que, em Cabo Verde, habitei o Alto de Bomba foi, para mim, interessante para confrontar a ação da IOB com os conceitos de legal / ilegal, planeado / não planeado e de modelo / modo - portanto, possibilitando também a esta investigação olhar para a urbanização a partir do *zero*. Ou seja, de um *zero*

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul.

Santos 2005, 1998:5

que me refiro como o momento que se entendem os erros e falhas do planeamento, se abandona o seu sentido dualista relativo a centro/periferia, legal/ilegal, formal/informal ou planeado/não planeado (entre, todos os outros) e se introduz a relacionalidade, quer do ponto de vista da reflexão sobre uma ação técnica outra que constrói cumplicidades que permitam conhecer novas práticas, de facto, dirigidas às questões da realidade concreta das populações, quer pela possibilidade de encontrar as epistemologias que permitam ler a urbanização planetária como conceito político onde qualquer modo de urbanização também tem lugar. Portanto, propôr entender a obediência que o planeamento carrega face a um modelo epistémico dominante e omnipresente nos terrenos da política, da arquitetura e do urbanismo e do conhecimento, bem como, entender como a ciência pode ser capaz de influenciar os processos políticos.

A partir deste argumento, parece-me determinante colocar uma questão sobre por onde e como começar. Ou seja, se o processo de urbanização é influenciado pelo pensamento global e hegemónico é possível planear a partir de um *zero* que reconhece o valor técnico de práticas já conhecidas, mas introduz a relacionalidade como uma prioridade insurgente que desobedece e descobre epistemologias outras? É possível que o conhecimento produzido nos lugares mais frágeis, marcados por pobreza e exclusão enunciem novas formas de planear dentro da urbanização planetária? Pode esse conhecimento apontar, de facto, saídas para novas práticas de atuação?

As práticas de planejamento são constantemente emprestadas e replicadas além-fronteiras. Tentar conter essa maré é bastante inútil e, de fato, em algumas circunstâncias, pode marcar uma virada para o isolacionismo. Em vez disso, estou interessado no que significa localizar a produção de teoria e política nas cidades do mundo em desenvolvimento.

Roy, 2005:147

Aproximar-me de algumas formas de pensamento que admitem os modos de urbanizar mais indeterminados da urbanização, foi determinante para compreender questões epistemológicas que estruturam e legitimam o mesmo pensamento, desde a expansão colonial da Europa e do começo da formação do mundo capitalista tais como: a visão dicotómica que separa formal / informal, desenvolvido / subdesenvolvido, legal / ilegal, visão que se produz no ocidente e se entende como uma questão necessária para *resolver* a urbanização dominante a sul mas que é, igualmente, um denominador comum dos investigadores implicados com mais justiça social e distributiva; e o conhecimento hegemónico que determina a minha formação de arquiteto, investigador e ativista.

Lá tem txeu jovem desempregod, txeu chef de família desmpregod, crianças sem ba pa jardim k katem salário y ka tem kmida e menins ba pa escola k fome.

Tradução livre:

Lá tem muitos jovens desempregados, muitos chefes de família desempregados, crianças sem ir à escola. Não há salário, não tem comida e os meninos vão para a escola com fome.

Entrevista de Maísa, caleteira do grupo Amdjer na Obra, ao programa sociedade aberta a 03 de Fevereiro de 2022 disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qKAkC-yc-Ncw

A partir de possíveis respostas que procurei, encontrei tendências que trouxeram à investigação científica a noção de *hiperurbanização informal*, onde não só se sustenta o crescimento explosivo das cidades do Sul Global, como se argumentava a possível ingovernabilidade das grandes cidades situadas a norte, dada a invasão das mesmas pelo sul global fruto de uma migração que se adivinhava aumentar e que atualmente se intensifica. À entrada dos anos 2000 ganhava eco a heroicização da capacidade empreendedora das populações mais pobres, dando continuidade ao discurso neoliberal que exaltava a criatividade dessas mesmas populações, que consolidam a economia informal, argumento central para suprir a ausência do Estado em responder às necessidades destas populações.

(…) urban studies is constituted throght a duality: global cities versus megacities.
Global cities are conceptualized as Fisrt Word command nodes of a global system of information caapitaalism, “models” for the rest of the word.

Roy 2005:147

Crise e abundância, miséria e empreendedorismo, receio e heroísmo pareciam palavras opostas nos discursos públicos e nos estudos sobre a urbanização, apesar de viverem, de facto, em conflito. No entanto, foi a partir das visões ainda muito influenciadas pelo colonialismo e com relações de poder que tanto geram imposição, como resistência, que estabeleci um olhar atento, capaz de identificar a proximidade entre as diferentes visões que se consolidaram a partir da *Agenda Global* [42], o que me pareceu ser essencial para configurar a agenda da IOB e, claro, uma visão para o futuro da urbanização em Cabo Verde. É, por isso, que apesar da tendência de se enquadrar a linguagem do urbanismo nesta herança que determina crise e heroísmo, vejo as áreas onde ações de reabilitação urbana ainda não aconteceram como um fator de potência capaz de sustentar a possibilidade de alterar o dualismo que impera no conhecimento que se produz sobre o urbanismo, para se entender estes lugares como centrais para se processarem alternativas de entender a urbanização. Nesta ótica, durante os três anos de atuação no Alto de Bomba compreender a urbanização tornou-se, assim, o eixo organizador da ação e da investigação que, ao longo desta tese, trago para a escrita.

Mas se falo sobre como entendo necessário ver o reflexo da urbanização planetária no território interessa-me, também, como já fiz ao longo do Sub-capítulo, *Ação, Decisão e Método, Li é de nós, Pronto*, do capítulo 1, *Chão*, voltar a falar na importância da

This overview frames the papers' engagements with these concepts and questions: Governability and Governmentality, The Politics of Un-mapping, and the Question of Intentionality. It ends by consolidating a reflection, based on the collection, that contributes to emerging debates on Informal Practices of the State.

Gbaffou, 2018:3

Era moda Jon (empreiteiro da última obra no Alto de Bomba), el tinha traboi mas, apesar del mora li, el ka tava ta contrata nós.
Só dpos de Outros Bairros bem, eh kel oia manera k nos trabaia e começa ta contrata nós.

Tradução livre:
Era como o João, ele tinha trabalho mas, apesar de ele morar aqui, ele não nos contratava.
Só depois de Outros Bairros é que ele viu como trabalhamos e começou a contratar-nos.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

[42]Ver: Urban Future 21: A Global Agenda

relacionalidade e da interatividade como o lugar para fundamentar a possibilidade de começar do *zero*.
Ou seja, entendo este *zero* fundado na relacionalidade como princípio gerador de práticas capazes de responder às necessidades concretas da população de cada lugar, bem como, capazes de repensar as formas de organizar as instituições que tutelam o planeamento. Como a forma de possibilitar a desobediência, ao plano e ao previsto, que contribuirá para a compreensão e para a construção do conhecimento a partir do modo de vida. Por um lado, contrariar a objetividade do conhecimento e a distância entre o que se investiga e o que se conhece, por outro lado, produzi-lo a partir das conexões ocultas, que precisam de descobrir caminhos para se poder contrariar a tendência de se produzir políticas hegemónicas do conhecimento.
O conhecimento sobre urbanismo precisa, então, de descobrir práticas que contrariem a habitual tendência que, em geral, obsta ao indeterminismo e responde apenas a lógicas sequenciais que evoluem de forma encadeada, em torno do que se urbaniza, como se urbaniza, quando se urbaniza, quem e para quem se urbaniza, e como se legitima a urbanização.
Portanto, será possível afirmar que atualmente o urbanismo se depara com contradições que sugerem que a urbanização, em geral, deveria ser uma atribuição do Estado de forma a poder tornar real as opções políticas pensadas para a utilização do território. No entanto, apesar do papel do Estado na urbanização, é recorrente vê-lo atribuir a privados a possibilidade de o substituir em terrenos que não são

seus ou em terrenos que são concessionados para utilização desses mesmos agentes privados.
Ao mesmo tempo, a forma como o processo se dá, mesmo sabendo que tenta respeitar as regras determinadas nas diferentes escalas de planeamento, leva à generalização da infraestrutura pelo território, bem como, à homogeneização da forma de urbanizar.
Este ato de urbanizar, por seu lado, é normalmente subjugado a fronteiras disciplinares que existem nas diferentes disciplinas, que compõe o processo de urbanização e, em certa medida, bloqueiam a possibilidade da multidisciplinaridade do processo, pelo que, procede alheio à complexidade da vida quotidiana das populações.
Já no que respeita a quando urbanizar, o processo, quase sempre, se estipula a partir de uma pré-determinação do tempo em função do estabelecido nos planos que regulam o território, o que o alinha numa normatividade e a amarras que parecem impossibilitar alterar métodos face à possível alteração de dados.
Se olharmos aos atores da urbanização podemos perpassar quem e para quem se urbaniza. Neste caso estabelece-se que a urbanização é, cada vez mais, feita pelos agentes privados em substituição do poder público, sobretudo se as operações garantem uma rentabilidade clara, independentemente do fim a que se destinam.
Será, assim, possível afirmar que embora os aparatos legais, sobretudo o constitucional, determinem que a urbanização é um direito universal é, cada vez mais, recorrente a sua exclusividade em função do

XTORIA XKUNDID
Um tem falta de saneamento tem falta d'agua tem falta de luz, tem falta diss..

ix teh dz bh eh clandestino bh k pd tem kix cosa la
um tm kadzer bh ene vive, um teh otxa knox eh ser humano
nos tud tem direit de ter um saneament ter um agua, luz vive com dignidade

Tradução livre:
Tenho falta de saneamento, tenho falta de água, de luz, tenho falta de muita coisa
Eles me dizem: tu és clandestina, não podes ter essas coisas.
entao quer dizer que tu não és vivo, eu acho que somos seres humanos nós todos temos direitos de ter saneamento ter água, luzes, viver com dignidade

Excerto da música ESTORIA ESCONDIDA do disco
KUBAKA realizado na residência artística KUBAKA realizada no âmbito da Iniciativa Outros Bairros

poder aquisitivo de quem a usa.
Por fim, importa entender a legitimidade dos processos de urbanização. Em geral, independentemente de quem a promove há, a meu ver, dois níveis de urbanização. O primeiro nível é assegurado pela aceitação que, ao longo do tempo, os processos ganham devido à hegemonização, enquanto o segundo, normalmente mais lento e a meu ver mais consequente, pelo sentido e pela capacidade, maior ou menor, de se fortalecer a pertença em cada lugar.



Centro da cidade do Mindelo. Lugar onde se realizou a ocupação portuguesa a partir de 1460. Nuno Flores, 2021

Mi k tá manda [Eu é que mando]

Neste subcapítulo pretendo abordar como se funda a urbanização (planetária), porém, aproximo-me da necessidade que tive de entender a controvérsia entre a aplicação de modelos e o entendimento de modos, para me confrontar com a especificidade e o posicionamento de uma ação como a IOB.
Falei no subcapítulo *Txam Sossegod* de discursos que tendem para o heroísmo e dos que asseguram um quadro de crise que parece resultar de contradições, face à função tradicional do planeamento.
É evidente que esta crise existe em Nova York ou Paris, mas é diferente em países que se encontram num lugar económico e político como o de Cabo Verde. Por isso, olho para essa crise ao nível da hegemonia, do conhecimento e da legitimidade, cujas

> Porque é de sua natureza não intervir ao nível de causas profundas das contradições, a gestão das tensões tende a ser sintomática e representa sempre a reprodução controlada de uma dada crise (...)
>
> Santos, 1984:14

implicações tanto influenciam as políticas urbanas, como o próprio processo de urbanização. Tudo isto, porque durante o séc. XX se acirraram diferenças na sociedade que levaram ao alargamento de elites e à ampliação de conhecimentos e padrões culturais médios que geraram uma mão de obra qualificada, mas extremamente útil ao desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, no território, a expressão física desta crise espelhou-se, a meu ver, em todos os lugares onde a urbanização se processa: nos que tiveram uma génese planeada, onde se localiza, em geral, a parte da sociedade com mais qualificações que, ao longo do tempo, se amplia e tem acesso aos lugares consolidados; e, nos que aconteceram pela resistência daqueles que ocuparam qualquer lugar, onde se localizam todo o tipo de mão de obra, em geral, menos qualificada ou sem qualquer tipo de formação.

A crise da universidade pública por via da descapitalização é um fenómeno global, ainda que sejam significativamente diferentes as suas consequências no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial. Nos países centrais, a situação é diferenciada. Na Europa onde, com excepção da Inglaterra, o sistema universitário é quase totalmente público, a universidade pública tem tido, em geral, poder para reduzir o âmbito da descapitalização ao mesmo tempo que tem desenvolvido a capacidade para gerar receitas próprias através do mercado.

Santos 2005:143

No capítulo 1, *Chão*, precisamente no subcapítulo *Bsot é kenhé?*, falei do situacionismo e da importância do *Estar* que julgo estruturante para entender a os efeitos da urbanização planetária nos lugares que surgiram fora da regulação e do planeamento estatal. Portanto, entendê-la como uma forma de urbanização onde se procura a compreensão do modo, longe da dicotomia padrão de dois setores, contudo, capaz de uma série de transações que conectam diferentes economias e espaços entre si, bem como, capaz de entender os contextos e características que a condicionam localmente. Por isso, defendo a conjugação entre o modo como os lugares se urbanizam e

o *Estar* de quem habita a situação nesses mesmos lugares. Aceito que apesar de importadas de outros lugares, as práticas que configuraram o atual urbanismo cabo-verdiano são, hoje em dia, o urbanismo cabo-verdiano. Mas se para alargar a critica a disciplinas que se relacionam com o urbanismo (geografia, engenharia, antropologia, sociologia, entre outras) e se aplicam em qualquer modelo hegemónico, em Cabo Verde ou em outra parte do mundo, será preciso encontrar formas de atuação que rejeitem a aplicação desses modelos, em si mesmo, também entendidos como o modelo (do capitalismo) para o resto do mundo. Central nesta construção, é o habitar da situação, âmago de uma ação de reabilitação urbana como a IOB que, inevitavelmente, sempre que implementada numa determinada zona se embasa em cumplicidades afetadas pelos modos de vida.

(...) estamos numa situação que contrariamente à dita cidade, contrariamente a isso, estes territórios estão instáveis porque são somatórios de ações individuais de pessoas, cuja estratégia para tentar vencer asa dificuldades da vida é tomar conta de si porque o Estado está longe.

Retirado da comunicação de Álvaro Domingues no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

No caso de Cabo Verde, a implementação das formas convencionais de planeamento, altamente influenciadas pelos procedimentos urbanísticos criados em Portugal depois do 25 de Abril e da transição para a democracia, foram, desde logo, influenciados pela crise da hegemonia que também afeta o planeamento. Além da organização que os dois grandes centros – Praia e Mindelo – foram alvo, como expliquei no sub-capítulo *Depois Agora,* do capítulo *O Desafio da Escassez*, a aplicação dos Planos Diretores Municipais, atualmente na segunda geração, dos Planos de Urbanização e dos Planos Detalhados, a partir da década de 1990, incorpora nas instituições que tutelam o planeamento do território, desde logo, uma

forte influência da crise global do planeamento na fundação das mesmas.

Esta herança da crise do planeamento tem, em Cabo Verde e em países na mesma situação de Estado Cliente, sérios problemas à partida porque estão dependentes do financiamento dos países doadores que, em si mesmos, são também produtores das lógicas devastadoras do capitalismo financeiro. Portanto, se a crise do planeamento, logo na sua génese, condiciona a vida de quem constrói o dia a dia em lugares de pobreza são muitas as fragilidades que surgem, pondo em causa as legitimidades que se criam, como a do direito à cidade para todos os cidadãos. Veja-se, no caso deste país insular, foi criado um deficit habitacional, atualmente aproximadamente 40000 casas, que apesar de sustentado numa agenda da habitação condigna, não acautela a emancipação económica, social e política das populações, pelo que, legitima a perpetuação do trabalho precário e uma inexistente distribuição da riqueza que se produz. Além disso, é a junção destas retóricas que gera uma enorme fragilidade institucional porque a suposta resposta do Estado, por um lado, responde às pressões da agenda internacional da financeirização, por outro lado, fica subjugada ao permanente fracasso porque não contribui, de facto, para as questões de quem habita a urbanização.

Em suma, a urbanização nasce desta trama de relações que, apesar da insistência de separação de conceitos, não mais é do que a consequência de um sistema capitalista inundado em crises que se fundam na relação de limbo entre Estado e capital

Deus está em cada coisa como o lugar em cada coisa é, ou como a determinação e topicidade de cada ente. O transcendente não é, um ente supremo acima de todas as coisas: o ter-lugar de todas as coisas é que é o trancendente puro.

Agamben, 1993:20

Por fim, a quarta parte da população é verdadeiramente colocada a residir em grandes conjuntos de habitação social. Um bom número dos seus habitantes vive quase preso nestes bairros, ainda que eles estejam geralmente subequipados. Frequentam pouco o centro da cidade e têm dificuldades em se deslocar e em aceder ao mercado de emprego. Estes bairros acolhem cerca de 10% da população.

Ascher, 2010:107

financeiro. Por isso, é demasiadamente evidente a defesa do direito à cidade e à habitação condigna nos discursos públicos, ou seja, a partir de gigantescos programas de urbanismo e habitação aparentemente de caráter público, mas direcionados, sobretudo, para fomentar a atuação de empresas privadas em detrimento da efetiva proximidade das políticas públicas às exigências da vida dos cidadãos.
Assim, a possibilidade de compreender os modos de urbanização é constantemente agredida pela hegemonia que produz e reproduz o capitalismo que, ao mesmo tempo, produz a urbanização. Nos lugares mais pobres e desiguais o modo de urbanização que existe pela resistência de que o vive é posto em causa por políticas que, em vez de se direcionarem ao que se propõe, o direito à cidade ou à habitação, abrem expectativas de melhoria de condições de vida das populações que não se concretizam, pelo que, deslegitimam a potencialidade social a partir da urbanização.

Voltei ao bairro em março de 2020 e em conversa com rappers locais observei a fragmentação do bairro entre cima e baixo, uma situação típica do contexto urbano cabo-verdiano, visto que os bairros, especialmente os considerados periféricos, foram ocupados a partir de uma dinâmica familiar ou de afinidade, em momentos históricos e em conjunturas sociopolíticas diferenciadas. Segundo estes jovens, esta situação impedia a construção de uma consciência sociopolítica e identitária que, como consequência, bloqueava possibilidades de mobilização por causas comuns como o direito à cidade.

Lima 2021Disponivel em: https://www.anacao.cv/noticia/2021/10/23/es-li-e-nha-palasiu-notas-sobre-a-iniciativa-outros-bairros-alto-bomba-mindelo/



Cavoc Brumedje. Última obra realizada pela IOB. Nuno Flores, 2021

***Grinhassim tud gente ta bem li* [Agora toda a gente vem cá]**

Venho referindo, durante toda a escrita que, desde que se iniciou o processo colonial o mundo caiu numa espiral onde são centrais modelos de desenvolvimento capitalista que, recentemente, operam na financeirização de quase tudo, inclusive, da urbanização. Transversais a todas as áreas de conhecimento, saberes e pensamento empurraram o mundo para uma forma única de se viver e de ver o próprio mundo, sustentada no modo de vida ocidental. Este sistema atravessou todos os domínios, parecendo que apenas é possível e permitido esta forma de vida e esta visão do mundo.

A partir da estrutura colonial portuguesa, ainda durante a segunda guerra mundial, é criado um Gabinete

Fabricar a cidade é, portanto, ter em conta esta diversidade de situações. É certo que nem todas as procuras podem ser tidas em consideração porque a cidade não é uma soma de interesses particulares.

Ascher, 2010:107

de Urbanização Colonial, cujo objetivo é a produção urbanística e arquitetónica das colónias. No entanto, com a revisão constitucional em Portugal este muda de nome e, em 1951, passa a chamar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar, mudando novamente de nome, em 1957, passando a chamar-se Direção de Serviços de Urbanização e de Habitação. Entre 1970 e 1974 intensifica a sua ação em novos planos diretores, principalmente na Guiné Bissau, que alteram o paradigma e colocam os profissionais a trabalhar mais próximos dos técnicos locais. Também na Guiné é aceite a irreversibilidade das construções autoconstruídas que circundam Bissau e iniciam-se propostas de reestruturação de projetos de base popular que aceitam quem configurava o êxodo rural na época. Apesar do momento histórico colonial, reconheço ao novo paradigma conferir uma alteração metodológica importante que confia mais nas análises sociais do que nos princípios clássicos de composição, logo, quer o planeamento, quer a arquitetura, quer o urbanismo davam passos importantes para a construção de conhecimento e reconhecimento nestas áreas. Mas, no caso de Cabo Verde, não foram tão recorrentes ações urbanísticas planeadas com influência deste Gabinete, pelo que, como referi no subcapítulo anterior, é a enorme capacidade do povo cabo-verdiano para a construção coletiva e para um saber/fazer que o caracteriza e que fortalece a possibilidade de romper com a herança colonial que perdura até hoje. Ou seja, se mesmo com esta característica me deparei com um planeamento fundado em diversas crises, tanto as estratégias e instrumentos de planea-

Conde no ba oia traboi de Alto de Bomba la na Centro Cultural (Somá a Ponta) nos senti orgulho, modk nos e de gueto e no ba pa cidade donde k tem gente de ot nível.
De ot nível, entre aspas, k kel gente ka é mas k mi. É ot nível de escola, es estuda etc e no katem constum de estod ma es.
Tradução livre:
Quando fomos ver o trabalho de Alto de Bomba no Centro Cultural (Somá a Ponta) sentimos orgulho, porque nós somos do gueto e fomos para a cidade onde tem gente de outro nível.
De outro nível, entre aspas, porque eles não são mais do que eu. É outro nível de escola, eles estudaram, etc, e nós não temos hábito de estar com eles.

Conversa com Eros, David e Willy – moradores de Alto de Bomba e funcionários das obras da IOB

É preciso, portanto, acabar com a representação nostálgica da cidade europeia que considera que todo o urbano deve ser denso e contínuo. É certo que a continuidade espacial e a densidade têm o seu interesse e o seu charme. Podem também ser vantajosas. Mas as cidades são igualmente feitas de espaço completamente diferentes. Assim, a velocidade das deslocações e o uso das telecomunicações gera ou torna possível outras formas urbanas que os urbanistas devem levar a sério.

Ascher, 2010:107

mento pensados em Portugal que se adotaram após a implementação do pluripartidarismo cabo-verdiano, como as mais recentes políticas e programas de planeamento e habitação financiados e fundados no pensamento ocidental, promovem o conhecimento hegemónico que tendem à cega assimilação das logicas de um contexto histórico/cultural em que o conhecimento produzido tende a ser globalizante e de referencia universal. Cabo Verde é, assim, também influenciado por estas tendências, pelo que, a meu ver, especificamente na ilha de São Vicente, desde 2015, são implementados planos e políticas públicas que, em si mesmos, são um obstáculo e muito limitadores ao diálogo, bem como, são produtores das atuais diferenças sociais.

Mas, na maior parte da cidade, economias populares construíram a cidade enquanto já a estavam habitando, e o fizeram com seus meios recursos e seus próprios repertórios. O legado é também político: o processo de produção da cidade, sua gestão e a criação do seu imaginário de futuro estão hoje em disputa: pelo lugar de hoje e pela perspetiva de amanhã. Crises são sempre difíceis, mas também enormes oportunidades de reinvenção

Rolnik 2022:103

Se nos concentramos nos espaços de poder e como, a partir deles, se limita a emancipação de quem habita os lugares mais pobres da urbanização não poderemos avançar sem passar pelas especificidades da recém-criada Zona Económica Especial Marítima em São Vicente, doravante ZEEMSV, e do PLANAH 2021-30, nomeadamente no que deles podemos entender sobre reabilitação do habitat.
Sobre a primeira, ZEEMSV, cujo objetivo é transformar a ilha de São Vicente numa ilha moderna e internacional ao serviço da economia do mar, alavancando o desenvolvimento da região norte do país destaco, sobretudo, os pontos que sugerem realizar maior transformação no território: a construção de um novo porto e de um terminal de cruzeiros; desenvolver a Ilha de São Vicente como uma ilha turísti-

Depois da “solidariedade mecânica” da comunidade aldeã e da “solidariedade orgânica” da cidade industrial emerge, assim, uma terceira solidariedade, a solidariedade “comutativa” que põe em contacto indivíduos e organizações pertencentes a uma multiplicidade de redes interligadas. O desafio para a democracia é, portanto, o de transformar esta solidariedade comutativa, de. facto, numa solidariedade “reflexiva”, isto é, numa consciência de pertença a sistemas de interesses coletivos.

Ascher 2007:46

ca de renome internacional, um destino para lazer, pesca desportiva, de desportos náuticos, de cruzeiros, numa capital cultural nacional, turismo cultural e de turismo de lazer de alta qualidade, atingindo, em 2035, 8000 camas e 440 mil turistas; melhorar a construção da infraestrutura rodoviárias e desenvolver os serviços de transporte público. Além disso é, ainda, possível ler-se na mesma Lei que o Governo, através da Resolução n.º 26/2018, de 11 de abril, *criou uma estrutura ad hoc para acompanhar e participar no planeamento da ZEEMSV e sua organização, que com forte cooperação do Governo Chinês, produziu o documento final designado por Planeamento da Zona Especial de Economia Marítima na ilha de São Vicente, Cabo Verde.*

El templo griego se caracteriza por un defecto muy importante y por una supremacía indiscutible a través de toda la historia. El defecto consiste en la ignorancia del espacio interno; la gloria, en la escala humana. Si en toda época de la crítica arquitectónica encontramos enfrentados los enaltecedores y los detractores del templo griego, si todavía hoy vemos opuestos en el juicio a los más conocidos arquitectos modernos y asistimos a las alabanzas que le dedica Le Corbusier y al desprecio de Wright, este hecho depende de que unos han mirado a la negación del espacio y los otros a la escala humana.

Zevy 1963:9

Já sobre o segundo, PLANAH 2021-30, é paradoxal como após o CPT ter falhado redondamente e, até hoje, haver casas por ocupar em diferentes ilhas do país, ainda se promove uma politica que essencialmente tende à construção de habitação social em conjuntos habitacionais de grande escala, como o caso da Portelinha, em São Vicente, que não só se cobram mensalidades que os moradores mais pobres não conseguem pagar, como também são públicas as reclamações das habitações não terem água e luz em algumas construções do tipo no país.[43] Importa, por isso, atender-se à resolução que aprova o PLANAH 2021-30, porque no ponto que remete à regene-

[43] Casa Para Todos da Achada Grande Trás, na cidade da Praia, continuam a deparar-se com problemas associados ao vazamento de esgoto. Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/11/20/casa-para-todos-achada-grande-tras-provedor-da-praia-denuncia-situacao-grave-de-saude-publica/

ração do habitat define a ação com *caráter finito, se estagnada a proliferação das construções e dos bairros clandestinos*. É este um ponto onde vejo um das maiores fragilidades da política pública de habitação em Cabo Verde. Além de outros exemplos no mundo como nos países da América Latina ou da África continental nos mostrarem que a urbanização tende a proliferar, também a substituição dos assentamentos mais pobres por conjuntos habitacionais de grande escala, em países como o Brasil, entre outros, nos mostra que esta alteração nem sempre corresponde a uma melhoria nas condições de vida das populações. Portanto, definir na política um carácter finito parece, de antemão, ser o caminho para se assumir uma política que não acompanhará a complexidade, a mutação e a diversidade da vida de populações que se aponta para que aumente em número absoluto num futuro próximo. Desta forma, sustento a necessidade de olhar o território não só a partir das suas características técnicas, mas relacionando também as condicionantes ambientais, políticas, económicas, sociais e culturais, bem como, entender as diferentes escalas de análise de um lugar, portanto, o que atualmente define as infraestruturas como redes sociotécnicas.



Intervenção de um grupo de moradores pelo direito à habitação.

Nuno Flores, 2020.



Dia dedicado ao xadrez realizado pela Associação Comunitária Alto de Bomba Unid.

Nuno Flores, 2020

Como já havia falado no subcapítulo *Txon de Casa*, do capítulo 2, *O Desafio da Escassez*, os territórios da transformam-se, assim, em territórios de reserva que ficam à mercê da dúbia relação entre o Estado e a especulação imobiliária. No caso de Cabo Verde, esta especulação é, sobretudo, forjada por grandes

In fact, mobile interactions across distances and between scales, mediated by telecommunications, transport, energy and water networks, are the driving connective forces of much-debated processes of ‘globalisation’.

Graham; Marvin 2001:7

operadores turísticos e pelas cooperações internacionais com demais parceiros. Apesar da fragilidade e complexidade dos territórios da urbanização, a IOB revelou que a questão se torna ainda mais complexa quando, num curto período de três anos, esta ação permitiu ao Estado minimizar muitas das urgências que fazem parte do dia a dia dos moradores de Alto de Bomba, pelo que, é urgente entender as áreas onde não parece possível definir e determinar o processo de urbanização como territórios onde o Estado pode estar presente, repensando e reforçando o sentido do Estado Social que se quer.



Biblioteca comunitária organizada pela Associação Comunitária Alto de Bomba Unid.

Nuno Flores, 2020

Na escala do planeamento global que influenciará o desenvolvimento do território nas próximas décadas proponho, agora, ver-se os objetivos do PRRA (programa que garantiu o financiamento da IOB) para se refletir sobre a forma como é pensado o direito ao território e à cidade em Cabo Verde. Assim, os objetivos do PRRA salientam que é preciso: *a) Impulsionar a requalificação do tecido urbano incluindo o parque habitacional e o espaço público – e as dinâmicas social e económica, contribuindo para a valorização e o desenvolvimento de cidades e vilas mais atrativas, competitivas, mais seguras e ambientalmente mais sustentáveis; b) Melhorar a qualidade e a atratividade das cidades e das localidades do ponto de vista urbanístico, ambiental, económico e cultural; c) Criar valor económico e social através da regeneração, reabilitação e requalificação urbana; d) Criar centralidades nas cidades como centros vitais de dinamização da economia local; e) Melhorar a qualidade de vida das*

famílias e das comunidades; f) Dinamizar as economias locais (dos concelhos e das ilhas); e g) Dinamizar a atividade de construção civil e criar emprego durante a fase das intervenções e oportunidades de emprego após as obras, derivadas da qualificação das cidades e das localidades.

A partir da leitura destes objetivos, apesar das referências à geração e qualificação de emprego, economia local e a qualidade das famílias e comunidades, entende-se que a política transformou a cidade num palco de negócios, atratividade, competitividade, espetáculo e valor onde qualquer obra apenas se realiza com este fim, sem que se considere qualquer modo ou maneira específicas de organizar a vida em cada lugar. Apesar dos alertas já antigos na crítica internacional para que a vida, a convivência e até a festa sejam garantidas quando pensado o direito à cidade, modos de urbanização e modos de vida são, assim, excluídos das políticas especificas de urbanização e de habitação em Cabo Verde.

O mesmo PRRA e os eixos que definem as ações que financia as suas obras não entendem a urbanização enquanto um processo que se dá a partir de quem o vive sendo isso, igualmente, uma realidade inexistente. Tende para: *a) Eixo de Intervenção I: Requalificação de Centros Urbanos e Bairros - Linha 1.1 – Requalificação de Centros Urbanos e Linha 1.2 – Requalificação de Bairros e Acessibilidades -; Eixo de Intervenção II – Reabilitação de Habitações; Eixo de Intervenção III - Regeneração de Centros Históricos; Eixo de Intervenção IV – Reabilitação do Património Histórico, Cultural e Religioso - Linha 4.1 – Reabili-*

Fazer o balanço do que outrora parecia o cenário indispensável de todo o pensamento econômico — a Nationalökonomie — está se tornando cada vez mais uma ficção contábil. Como assinala Vincent Cable no seu recente folheto Demos, "já não é mais óbvio definir o Banco Mundial ou o ICL como britânicos (ou, alias, empresas como a British Petroleum, a British Airways, a British Gas ou a British Telecom) ... Num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e que os fluxos estão bem além do controlo dos governos nacionais, muitas das alavancas da política económica não mais funcionam."

Bauman 1998: 64

[...] produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material

Lefebvre 1979: 140

tação de Património Histórico e Cultural e Linha 4.2 – Reabilitação de Património Religioso; e) Eixo de Intervenção V - Requalificação da Orla Marítima; f) Eixo de Intervenção VI – Estradas de Desencravamento com elevado potencial Agrícola e Turístico; g) Eixo de Intervenção VII – Construção / Reabilitação de Arrastadouros; h) Eixo de Intervenção VIII – Projetos Especiais - Linha 8.1 – Chã das Caldeiras, Linha 8.2 – Tarrafal de Monte Trigo e Monte de Trigo, Linha 8.3 – Mercado do Coco; Linha 8.4 – Mercado da Assomada. É, de novo, clara a centralidade da obra como argumento para ação da política, bem como, a inexistência de qualquer referência à urbanização como um processo.

A constatação de que as políticas públicas cabo-verdianas para a urbanização tenderam a nunca considerar os modos de urbanização, pode contribuir igualmente para entender a relação paradoxal como se deu o processo de ocupação, de escravatura, de trocas comercias, da fazenda, do morgadio, da resistência no campo, da resistência à ditadura portuguesa, da independência e da abertura política como temas que, atualmente, influenciam como se configurar uma sociedade desigual, consequentemente, construtora de um território marcado pela desigualdade. Recorrendo à frase que dá título a este sub-capítulo, *Agora toda a gente vem cá*, concluo a necessidade de reforçar a relacionalidade para aproximar o planeamento às questões transversais da vida dos lugares. No caso da IOB, enquanto uma política pública que a considera dentro do processo de urbanização.



Vista aérea do interior da ilha de São Vicente, onde se intensifica a urbanização. Nuno Flores, 2021

Inda bo ca dze nós cual é kel limite [Ainda não nos disseste qual é o limite]

Aproveito o título deste subcapítulo, a primeira questão que me foi colocada quando apresentei a proposta da IOB à equipa dos serviços centrais do MIOTH, para refletir sobre as epistemologias da urbanização. Ou seja, a partir do primeiro conflito que me permitiu entender a necessidade de compreender a epistemologia a nível da política, da excecionalidade e da estratégia futura. Se esta frase se profere porque no entendimento da estrutura do MIOTH havia de se limitar todos os assentamentos que se fundaram por ocupação para os estancar, no meu caso, já vinha desde 2012 a fundar o sentido de estar perante uma obra aberta, em continuo e que requer continuidade de açôes, ou seja, é irreversível.

> Além do mais, vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos.
>
> Harvey, 2012:67

Como referi no subcapítulo *Territórios dos sem vóz*. *Zona ou zóna*, do Capítulo 3, interessa-me a epistemologia, nomeadamente realizar um exercício que permite entendê-la como um idioma estruturante para a compreensão da urbanização. Em particular problematizei o uso das categorias formal e informal, pelo que, recupero aqui esse posicionamento para reassumir que nesta tese não adoto como terminologia, formal e informal, por isso, pergunto: qual o vocabulário que, de facto, melhor serve à construção de um discurso político?

The ideology of space is not unique to Third World policies. As Modarres (2003) points out, the American war on poverty can be understood as a project that equated poverty with the failure of geographically defined communities.

Roy 2005: 150

Na década de 1990, em Cabo Verde e no mundo, iniciou-se a realização de planos de alívio da austeridade e de privatização que deram lugar a uma teórica diminuição da pobreza a partir da ideia do empreendedorismo, da auto-ajuda ou das micro empresas. Desta forma, começa a construir-se a agenda para ao *Desenvolvimento Humano Sustentável* que deteve na capacitação e na co-ajuda entre os mais pobres, o âmago do seu sentido para, dando ênfase considerável a estratégia de melhoria urbana, ambicionar a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres.
No sub-capitulo *Ta ba, ta bem*. Pensar um movimento, do capítulo 1, *Chão*, referi a relevância do programa Favela-Bairro, também iniciado na década de 1990, como uma significativa experiência que contrariou a tendência anterior de erradicação de favelas para, através do ações de melhoria e realização de infraestrutura, consolidar a ideia de que as favelas podiam ser um bairro com os mesmos direitos de qualquer outro. É, por isso, relevante entender, por

In the 1990s, the harsh rhetoric of austerity and privatization gave way to a new generation of poverty alleviation programs that recycled the populist ideas of an earlier era: self-help housing, microenterprises, community initiatives. There is, however, a distinctive signature to today's policies: they emphasize the moral capacity of the poor. De Soto's trope of the Third World poor as "heroic entrepreneurs" can be seen as the mirror image of American discourses about the "dependent" poor. The latter diagnoses poverty as the absence of a work ethic; the former poses the solu- tion of entrepreneurship facilitated through participation in the market.

Roy 2005: 150

um lado, a importância da urbanização, sobretudo naquilo que é o fornecimento dos serviços básicos e na consolidação do espaço público e, por outro lado, que apenas a consciencialização política pode impedir que ações asséticas e de grande impacto urbano não piorem drasticamente a vida dos lugares onde se implementam os programas públicos. O caso do Rio de Janeiro e do programa Favela-Bairro é igualmente relevante para a discussão em que opero, dado que, a realização das obras de reurbanização que foram efetuadas durante a sua existência não foram suficientes para impedir relações muitíssimo violentas entre traficantes, milícias e polícia militar que, até hoje, acontecem e condicionam a vida dos cidadãos. Todas as decisões políticas tomadas para solucionar a pobreza, ao longo das últimas décadas, tornaram evidente o permanente confronto e crítica a arquitetos e urbanistas sobre como abordar o planeamento dos lugares. Isto porque há, até hoje, o fascínio de se optar por uma estetização espacial que se resume a uma melhoria física do espaço público, em detrimento, de uma discussão, logo à partida, sobre o modo de vida que considere emprego, meios de subsistência, salários ou consciencialização e ativismo políticos. Por isso, constroem-se frequentemente visões que não superam a tendência de inferir ordem funcional em ações puramente estéticas e visuais.

A sedução pela estetização, quer pelo especificidade da área do urbanismo, quer pela expectativa social, tornou-se determinante também na IOB. Relembro a constante discussão no seio da equipa da IOB sobre como contrariar a nossa tendência para a estetização

do espaço e para a necessidade de uma conversa semanal com os moradores sobre assuntos que, a partir da obra e do estar no Alto de Bomba, se tornaram relevantes.

Ou seja, reduzir a distância entre a intervenção física que constrói os serviços básicos, a infraestrutura e a possibilidade de, a partir da mesma ação, estimular a politização do espaço público e a democracia no sentido da participação, do processo de negociação e de tomada das decisões coletivas. Portanto, gerar a consciência de que construir a infraestrutura, tendo em conta uma discussão permanente sobre o facto da provisão e distribuição de infraestrutura não ser apenas uma questão técnica, mas sim um processo político que exige consciência para futuras tomadas de decisão em prol da construção do comum. Assim, considero que a construção do espaço incorpora sempre duas dimensões: i) a dimensão física, que é central na reabilitação urbana porque garante a construção da infraestrutura, da das redes de serviços básicos e do espaço público; ii) e dimensão social, que é determinante para construir justiça, equidade social, abandonando a política da estetização do espaço e contribuindo para a construção da epistemologia política, igualmente necessária à compreensão do modo de vida local e do sentido necessário à mesma reabilitação.

A construção dos discursos políticos sobre a urbanização e as epistemologias políticas com eles relacionadas, estão diretamente subjugados à permanente pressão que o mercado faz aos territórios que não

El objetivo implícito de estas ideologías que compiten no es convencer sino controlar; mejor dicho, pretenden controlar convenciendo. En la medida en que tienen éxito modelando el comportamiento, logran un objetivo de clase también. Si los ricos hubieran escarmentado por los relatos de Haji Broom, no prestarían dinero a un alto interés, no harían diseños en las tierras de otros, serían generosos con la caridad religiosa y las fiestas, y asumirían más arrendatarios y trabajadores. Los beneficios de los pobres de dicha adaptación son obvios. Si los pobres, por otro lado, se tomaran a pecho el infame ejemplo de Razak, no importunarían a los ricos por regalos, no irían a fiestas sin ser invitados, serían fieles trabajadores, y su palabra sería de fiar.

Scott 1985: 23-24

Nem a natureza – o clima e o sítio – nem a história anterior bastam para explicar um espaço social. Nem a "cultura". Além disto, o crescimento das forças produtivas não conduz à constituição de um espaço ou de um tempo que resultariam segundo um esquema causal. Mediações e mediadores se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações.

Lefebvre 1985: 117

autoproduzidos, a partir das ações legitimadas por processos de regulação. Por isso, depois de ter explicado a relação histórica da propriedade com a formação da urbanização em Cabo Verde no sub-capítulo *O que é o passado? Um vez era essim* [uma vez era assim], volto, novamente, à propriedade para cruzar a importância da sua relação com o mercado na era da financeirização.

Recuo, de novo, a década de 1990 porque foi um momento do mundo propício para considerar uma das lutas mais antigas dos moradores de territórios mais pobres, destacando-se a formalização dos direitos à terra e a possibilidade da sua legalização. No entanto, assim como falei no sub-capítulo *O que é o passado? Um vez era essim*, do capítulo 2, *Desafio da Escassez*, a propriedade, geralmente central na visão de instituições internacionais como o Banco Mundial, alimentou, até hoje, o poderoso e sedutor argumento de que é a formalização do acesso dos pobres ao crédito, que resulta no aumento exponencial do PIB dos países, uma solução milagrosa para construir um mercado eficiente e um mundo mais justo no que concerne à distribuição dos recursos. Mais do que considerar o crescimento possível dos ativos da pobreza existente, o que me parece fundamental criticar não é a possibilidade de formalização da propriedade, sobretudo se discutido o modelo que os moradores entendem que a propriedade deve funcionar. Ao contrário, parece-me questionável se essa formalização colocar em causa a estrutura local da comunidade, bem como, se constituir objeto de conflito, mantendo poderes hierárquicos que, apesar

(...) el capitalismo a gran escala es tan agente de homogeneización, uniformidad, cuadraturas y simplificaciones descomunales como lo es el estado, con la diferencia de que, para los capitalistas, la simplificación debe pagar. La motivación lucrativa fuerza un nivel de simplificación y visión de túnel que, en todo caso, es más ingente que la antigua ciencia forestal alemana. En este sentido, las conclusiones a las que llego sobre los fallos de la moderna ingeniería social son tan aplicables a la estandarización producida por el mercado como a la homogeneidad burocrática

Scott 2000:131

A resistência é uma coisa natural. Toda a força que se exerce sobre uma coisa qualquer, dá lugar a uma resistência, quer dizer, a uma força contrária.

Cabral 1974:11

de existentes, não desaparecem se todo o processo se cingir, apenas, a aplicação de modelos de desenvolvimento reféns das leis do mercado.
Também em Cabo Verde, os direitos de propriedade ou mesmo a redistribuição da propriedade parecem só ser possíveis de obter se formalizados. No entanto, confunde-se o direito a ter a possibilidade legal de transacionar com a formalização da propriedade, o que vejo como um risco porque não é possível garantir quais os direitos que, para além da posse, ficam adquiridos por quem mora em áreas ocupadas depois dessa formalização. Ou seja, parece necessário, em casos como o Alto de Bomba, após a intervenção pública feita até agora no espaço público, abrir-se uma discussão que permita entender que garantias têm os cidadãos que já lá estavam a poder continuar nos seu lugares originários de forma a que não se permita um processo rápido de expulsão.

O tema da propriedade e do acesso à sua legalização é, por isso, objeto de aproveitamento político, sobretudo sabendo que falamos de Estados, cuja proximidade destes aos interessados pela especulação da terra é evidente. Por isso, é difícil assumir que reconhecer os ativos dos moradores pobres é a solução para o fim da pobreza, mesmo sabendo que, em casos como o Alto de Bomba parece ser uma das garantias que impede as entidades públicas da demolição de casas que, recorrentemente, acontece. Enfatizo, de todo o modo, que a propriedade não é apenas um objeto, nem um bem. É, isso sim, um conjunto de relações entre um ou mais proprietários

(…) também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da. Segurança tende a ser a liberdade dos outros.

Bauman 2000: 24

de um objeto e as reivindicações de todos perante o mesmo objeto. A propriedade torna-se, também, um instrumento de poder aparentemente monopolista que, caso não seja possível discutir o seu melhor formato enquanto fator de construção social, é um impeditivo à construção do comum em qualquer esfera da urbanização. Veja-se o caso do *Baan Mankong Program* realizado na Tailândia entre 2003 e 2008. Este programa, apesar de subsidiado, visava oferecer novas habitações às populações mais pobres do país, através da canalização de recursos públicos para as organizações de base comunitária que, não só planeavam, como realizavam obras. Além disso, atendeu a várias reflexões sobre a propriedade, uma vez que possibilitou, por exemplo, enfatizar a propriedade coletiva e a mobilização à volta de processos mais amplos para obtenção de moradia adequada, tais como a localização, a infraestrutura e a segurança da posse.

Além do interesse da formalização da propriedade, as campanhas eleitorais são outra das situações que espelham a importância da formalização, ou não, da propriedade. Basta olhar para a moradora central na escrita do prologo deste capítulo, que me lembrava recentemente só conseguir o empréstimo para a construção da casa à troca de 20% de juros mensais; para o grupo de moradores, cerca de 100, que solicitaram a legalização coletiva dos lotes no município mas nunca foi atribuída; ou para o trabalhador das obras da IOB que me referenciava ter 56 anos e pela primeira vez na vida, com a IOB, lhe ter sido possível auferir um salário mensal com regularidade

If we situate these questions not in the abstract space of the free market but rather in the real space of unequal cities, it becomes clear that the issue of property is rather sticky.

Roy 2005: 153

durante mais de um ano, por isso, estava agora em condições de começar a construir a casa de tambor no *chão* que, entretanto, tinha ocupado. Estes, como outros tantos casos, permitiram assumir que não é suficiente dizer que o direito a participar no mercado imobiliário é condição suficiente para construir as formas mais justas de planear a igualdade numa sociedade.

Mas se já falei da epistemologia política a partir da infraestrutura e da propriedade é, agora, incontornável, depois de reconhecer a existência de um estado de exceção no subcapítulo *Território dos sem voz, Zona ou Zóna*, do Capítulo 3, considerar a singularidade e a excecionalidade das áreas de pobreza e de exclusão no seio do processo de urbanização planetária. No entanto, se nesse subcapítulo argumentei que o estado de exceção que os territórios ocupados se encontram também é criado pelo aparato do planeamento, a experiência da IOB, assim como é recorrente noutros lugares do mundo, demonstrou como esse estado de exceção é também usado como uma forma de estruturar a política.
Volto a frase que dá título a este subcapítulo, *Inda bo ca dze nós cual é kel limite* [Ainda não nos disseste qual é o limite], bem como, à dualidade de entendimentos que vivi dentro da própria estrutura ministerial que abrigou a IOB e começo pela possibilidade que o estado de exceção abre de criar exceções regulatórias, justamente porque nunca essa possibilidade foi politicamente aberta na IOB. Durante os três anos que a IOB ocorreu e que deu os seus primeiros pas-

But in many cases the mobility indicates displacement of the poorest residents. Such questions can be contemplated in relation to the state of exception. I have earlier argued that infor- mality is the state of exception determined by the sovereign power of the planning apparatus. I am now arguing that it is possible to strategically use the state of exception to frame policy. There are two forms of exception that are worth noting: regulatory exceptions and regularity exceptions.

Roy 2005: 153

sos enquanto ação experimental que tensionou toda a estrutura do próprio MIOTH, simultaneamente, um processo de cadastro urbano da cidade do Mindelo levantou a questão sobre a legitimidade de quem reside em terrenos ocupados. É verdade que é consensual uma enorme dificuldade das pessoas mais pobres legalizarem e, em alguns casos, comprarem terra, pelo que se consideram e se legalizam casas construídas em terrenos ocupados, desde que construídas com blocos de cimento. No entanto, no caso das casas de tambor, como referi no sub-capítulo *Ta ba, ta bem, Pensar num movimento*, do capítulo 1, *Chão*, apesar de nos últimos censos terem aumentado 50% na cidade do Mindelo, nem mesmo o facto da IOB ter um caráter experimental e trabalhar em áreas abrangidas por este estado de exceção, foi suficiente para as entidades públicas as considerem casas na acepção legal anteriormente referida. O mesmo se passa com a regulamentação, por exemplo, do abastecimento de água. Em vez de um regulamento flexível à dimensão da estrutura urbana dos lugares auto-produzidos de Cabo Verde, no caso do Mindelo, a Electra exige, para abastecimento de água, a utilização da norma europeia que obriga a uma obra impossível de realizar sem aumentar o perfil das ruas para a dimensão automóvel dominante em quase todo o Mindelo. Ou seja, não só a própria obra, em si mesma, exigiria a demolição das casas da população mais pobre, como por exigência regulamentar se abriria espaço à expulsão de moradores originais, abrindo a possíveis processos de gentrificação. A impossibilidade de exceções regulatórias,

At a moment of intense globalization, quite a bit of policymaking is articulated at the local level. Globalization is viewed as disempowering, while local communities are seen to be a force for change. Such frameworks embody a false dichotomy in which global and local are presented as mutually exclusive categories. It is more useful to contemplate action and agency as multiscaled, nimble enough to jump scales and work in multiple theaters of action (Harvey, 2000).

Roy 2005:154

no caso específico da IOB, permitiu entender que, apesar de compreendidas algumas especificidades da urbanização, as suas próprias epistemologias não entraram no discurso político de modo a serem capazes de produzir a sua própria regulamentação com base num território e contexto específicos.

(...) há sempre uma situação de periferia e isto pode ser assim durante anos ou pode, de repente, virar porque alguém descobriu que tem uma bela vista para o mar e apareceu um grande investidor que lhe apetece construir ali (...) isso aquilo que há de mais traumático na chamada urbanização informal que é a expulsão das populações como se expulsa gado.

Retirado da comunicação de Álvaro Domingues no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 12 de Julho de 2021.

Contudo, se durante a IOB se verificou impossível aproveitar o estado de exceção onde se encontra para vincular politicamente o novo, foi, de igual forma, possível compreender a regularidade das exceções que são possíveis acontecer sem, novamente, compreender o modo de vida dos lugares. Vejamos o caso da moradora que protagoniza um dos episódios do prólogo do capítulo 2, *O Desafio da Escassez*. Após anos tentando viver num apartamento de habitação social do CPT, regressou ao Alto de Bomba dado não conseguir cobrir os custos de morar num edifício de habitação social, bem como, face ao desajuste do projeto de arquitetura do conjunto habitacional que não lhe permitia criar o porco responsável por suprir a carência financeira familiar. Ou seja, são as políticas desajustadas do próprio Estado que impulsionam a transitoriedade dos cidadãos entre os diversos assentamentos sempre que as dificuldades se acentuam, o que torna regular esta opção política sob desculpa de que se estão a construir programas de habitação social e a suprir *deficits*, entretanto,criados.

Mas, ao lado do estado de transitoriedade permanente – que marca o carácter de “reserva” da terra – e do estigma territorial, a construção da hegemonia da propriedade privada individual registada sobre todas as formas também está claramente na origem dos processos massivos de despossessão.

Rolnik 2015:194

O estado de exceção permite assim a interpretação diametralmente oposta de práticas e políticas que se relacionam. No entanto, entendo-o como um estado

que permite estudar e introduzir nas práticas de atuação na urbanização um conjunto de questões que fazem parte do modo de vida, ou seja, definem o *Estar* e não apenas a norma que garante as operações financeiras que anulam a construção de comunidade e a compreensão deste modo de urbanização.

Antes de finalizar as considerações sobre as epistemologias resta, falar sobre as escalas de atuação e como a urbanização também se relaciona nas diversas escalas da sociedade. Por isso, vejo aqui uma nova questão: sabendo que a urbanização exige a compreensão do modo de vida local como devemos entender a escala das ações que nele incidem?
Há diferentes escalas que não são possíveis ultrapassar: a escala das entidades transnacionais que, em geral, financiam os projetos a nível local; a escala nacional e das cooperações nacionais que atuam entre países e a escala onde atuam as ONG`s que lhes dá o protagonismo da soberania democrática.
Ou seja, num processo de globalização como o que vivemos é a própria soberania que também perpassa várias escalas que, igualmente, se confundem. Ao mesmo tempo, as ONG`s são o veículo de financiamentos, quando estrangeiras a atuar nos países africanos, ou, noutros casos, ávidas de encontrar outras possibilidades de financiamento.
Muitas vezes revestidas de discursos salvíficos que apontam a resolução de tudo são, em geral, organizações privadas, apolíticas e com responsabilidades limitadas, por isso, com um trabalho igualmente assente em interesses financeiros que, de base, se

The presumption here is that neighborhoods are in some sense 'intrinsic,' that the proper form of cities is some 'structure of neighborhoods,' that 'neighborhood' is equivalent to 'community' and 'community' is what most Americans want and need (whether they know it or not). It is further presumed that action at the scale defined by this new urbanism is effective and sufficient to solve problems that exist at all other scales. T h e nostalgic and spatially limited strain of the utopian dream resurfaces.

Harvey 2005:139

Sympathy with this resistance movements on the part of the architect does not entail the adoption of confrontational tactics of active engagement against the hegemonic forces of the domination (official authorities or corporate groups). (…) The distinction between being a socially conscious architect and an activist or dissident is not clear-out. In complex urban situations, these practice are often intertwined.

Moreira 2022: 28

distanciam dos interesses locais e obstam a liberdade ee a resistência. É, por isso, relevante entender que a teia de relações formada entre os diversos atores, bem como, a linha fina que embarreira a possibilidade efectiva de participação das populações exige entender-se a necessidade de diversos níveis de resistência que se sustenta, quanto mais constante e popular.

Como referi no Capitulo 2 há a possibilidade de, ao longo da história, em Cabo Verde se ter construído uma resistência que, pode agora, estar localizada nas áreas mais pobres da urbanização local para que, a partir dela, se renove também a forma de pensar e produzir os lugares. No entanto, todas as possibilidades epistemológicas que podem ser encontradas e construídas exigem um momento de rutura e de confronto com o poder em qualquer escala das que aqui falamos. Neste contexto, para a compreensão da urbanização planetária é fulcral mergulhar nas diferentes possibilidades de resistência implicadas no mesmo processo.

Por isso, perpasso o tema interceptando-o com o local e o institucional o que, durante os três anos que se realizou a ação desta investigação, evidenciou as impossibilidades que carrego devido à imposição dos discursos locais e nacionais. Feita a historicidade sobre o processo urbano verifica-se que colonialismo, hegemonia e dominação são, também hoje, a coluna vertebral do neoliberalismo, por isso, reforço que, na senda de questionar os seus históricos entendimentos sobre a urbanização vejo no plano relacional – qualquer tipo de relação afetiva - um caminho de

Por lo tanto, territorio y conflicto social no son dos cuestiones separadas. El conflicto social es un conflicto territo- rializado, encarnado en territorios. Podemos concebir, así, que “la crisis de la organización social en la que estamos inmersos es también la crisis de las territorialidades instituidas y de los sujetos instituyentes” (Porto, 22001: 47). A través de la continua desestructuración de territorios y de su permanente reconfiguración, podemos leer el conflicto en curso en todas sus dimensiones, local y global, pero también política y cultural.

Zibechi 1975:90

Las relaciones de poder son, también, relaciones de resistencia. Una vez establecida, la dominación no persiste por su propia inercia. Su ejercicio produce fricciones en la medida en que recurre al uso del poder para extraerles nabajo, bienes, servicios e impuestos a los dominados, en contra de su voluntad.

Scott 2000:71

transformação imprescindível para falar de resistência. No entanto, deixando claro, desde logo, que essa transformação, no caso da IOB, não foi apenas forjada no campo relacional, permitiu uma aplicação de transformações várias. Foi acompanhada da transformação física do espaço público que permitiu a empregabilidade que gerou rendimentos familiares que possibilitaram transformações materiais. Como era esperado pela IOB ao fomentar geração de emprego local potenciar essa economia local levou inclusive à autotransformação das habitações e construção do lugar de uma lugar de fala dos habitantes do Alto de Bomba.

In other words, the art component of art activism is often seen as the main reason why this activism fails on the pragmatic, practical level—on the level of its immediate social and political impact. In our society, art is traditionally seen as useless. So it seems that this quasi-ontological uselessness infects art activism and dooms it to failure.

Groys, 2014 Disponível em: https://www.e-flux.com/journal/56/60343/on-art-activism/

Evidentemente que durante a vigência da IOB me esbarrei, enquanto coordenador da IOB, contra uma gigantesca maquinaria repleta de burocracia, corrupção, partidarização e ilegalidades de um Estado neoliberal, quer ao nível central, quer local, pelo que no coletivo que pertenci cerzimos micro-forças fundadas nas ações coletivas co-organizadas entre a equipa da IOB e os moradores, que tentaram fazer a resistência erguida contra as lógicas da especulação, da repetição, das máfias locais, da hegemonia e da permanência das retóricas neoliberais de fundação colonial.

Este confronto, entre a possibilidade de discutir coletivamente o direito ao lugar e à habitação levanta questões que exemplificam a diferentes níveis as possibilidades efetivas da resistência: a institucional que me coube, enquanto coordenador da IOB, e a local, de quem vive no Alto de Bomba. Relativamente

Tomar uma responsabilidade talvez seja doravante impossível. (...) Ninguém pode, na realidade, tomar uma responsabilidade sem se refletir enquanto sujeito (...)

Derrida, 2004:21

à resistência institucional, em primeiro lugar, deslocalizou-se a ação pública para locais onde nunca nada foi feito, apesar da presença aparentemente oculta do Estado nesses lugares; em segundo lugar, pelo menos enquanto existiu, a IOB bloqueou a especulação imobiliária a que normalmente estes territórios estão sujeitos, fruto da consolidação da infraestrutura, até então, deficitária; em terceiro lugar, implementou-se um processo mais distributivo que teve como consequência o auto investimento dos moradores nas suas próprias casas, inclusive, a transformação de alguns terem conseguido transformar as suas casas de tambor com materiais mais perenes (e legalmente com a atribuição de casa-propriedade); em quarto lugar, e eventualmente o mais relevante, a possibilidade da população ter acesso à decisão, pela possibilidade de participação na zona de contacto da IOB, ou seja, de ganhar poder de decisão na utilização do excedente capitalista que, há décadas, não acontece porque se evitam os processos de reabilitação urbana em favor da construção de habitação em massa; e em quinto lugar, a partilha e validação do conhecimento produzido na ação da IOB no terreno, quer no plano científico, técnico e artístico, quer no plano da comunicação social que permitiu, até hoje, o assunto da reabilitação urbana a partir do modo de vida da população local ter lugar na sociedade.

(...) David Harvey defende a seguinte tese: desde o início dos anos 80 do século passado, uma imensa quantia de capital excedente foi absorvido na urbanização: na reestruturação urbana, na expansão e na especulação. As cidades tornaram-se assim sítios de construção imensa para absorção do capital. Por conseguinte, a única maneira de adquirirmos o poder de exercer o direito à cidade é ganhar o comando do excedente capitalista.

Gerreiro, 2022:30 in jornal Público, suplemento Y.



Oficina de xilogravura realizada pelo artista Bento Oliveira, no âmbito do evento Somá na Ponta. Marcelo Londoño, 2021

***Grinhassim mnins tita desenhá got, Monte Cara ou peixes, dantes era só armas* [Agota os meeninos deseham gatos, o Monte Cara ou peixes, dantes era só armas]**

Recordo uma conversa aberta, em Junho de 2022, na galeria Zeropoit Arte (Mindelo, São Vicente), sobre a ação da IOB e como, a partir dela, se construía o coletivo e a pertença comunitária, quer no Alto de Bomba, quer em qualquer outra área do Mindelo. Ao contrário das conversas e encontros que realizamos entre 2019 e 2022 no Alto de Bomba e de tantas vezes que nos sugeriam soluções para a habitação, no caso desta conversa, não se sentia, ainda, um entendimento da IOB enquanto um processo de reflexão,

> Não quero mais separar minha experiência da vida real. Toda a minha experiência na Mangueira com pessoas de todos os tipos, ensinou-me que diferenças sociais e intelectuais são a causa da infelicidade... Criatividade é inerente a qualquer um, o artista apenas toca fogo e liberta as pessoas dos seus condicionamentos...
>
> Oiticica in Jaques 2001:3

educação e ativismo. Muitos ainda pisavam o terreno da salvação, sugerindo nos adaptarmos às ações assistencialistas, Ong`s entre outros, que o Governo também já nos havia sugerido.

Apesar de muito interesse no processo que se discutia, ficou claro que para todas as pessoas é conhecida a precaridade do meio na urbanização, bem como a precaridade institucional das intervenções estatais quando se propõe a nela atuar.

Conforme falei ao longo de toda esta escrita esta precaridade relaciona-se, na minha opinião, sobretudo, com três questões fundamentais: a necessidade de eficácia dos modelos que se tenta implementar, a sua construção a partir de lógicas mercantilistas de produtividade e a crise na qual, atualmente, a sociedade se constrói. Portanto, são todas estas questões que me obrigam a duvidar dessa mesma eficácia, logo, do deslumbramento que é normalmente o âmago dos discursos de campanhas políticas que prometem inúmeras saídas para a urbanização, também elas fundados na crise política e institucional.

Na mesma conversa aberta que enunciei na primeira frase deste subcapítulo, *Grinhassim mnins tita desenha gotes, Monte Cara ou peixes*, dantes era só armas [Agora os meninos desenham gatos, o Monte Cara ou peixes, dantes era só armas], proferida por um morador de Alto de Bomba no mesmo encontro, a propósito da ação da IOB, senti uma cumplicidade mútua relativamente ao facto de, apesar de pequenas coisas me terem construído esperança e, digo mesmo, me terem transformado fruto de vivermos essas experiências, é dominante perder-se mais

(…) porque me parece expressar a ideia de que a impossibilidade de descolonizar o conhecimento de que falo ao longo do trabalho carrega consigo um deslumbramento próprio de quem arrisca duvidar do “im”, operando no campo da possibilidade, reconhecendo o fracasso da universidade e do conhecimento hegemónico e combatendo a reprodução de suas lógicas.

Raínho 2018:209

É neste sentido que o docente se integra na comunidade aprendente, disponível para confrontar o seu saber e a sua experiência com o grupo, disponível para aprender com a sua função de favorecedor da aprendizagem, capaz de prestar atenção às minudências pessoais, aos silêncios tímidos, aos sorrisos discretos, aos ritmos desfasados, às extravagancias, às vaidades pessoais ou ao deslumbramento.

Paiva 2009:213

vezes as pequenas lutas do que as ganhar. A mesma frase trouxe-me a ideia de transformação, de sonho, de resistência, ou mesmo, de inocência de quem, naquele dia, ainda acreditava na possibilidade de descolonizar o território sem que, apesar das palavras de esperança, mostrasse igual e claramente a revolta de reconhecer a (im)possibilidade para onde as políticas públicas empurraram a IOB e, por fim, justificavam a sua descontinuidade.

Esses desafios continuarão a emergir do próprio território, na medida em que, no espanto da resistência como acto do saber local, se transforma o nosso saber, permeabilizando-se ao conhecimento do que vem desse encontro.

Reis, Tavares, Carvalho, Fonseca, Fortes, Rainho in Paiva, Couto 2016:96

Mas se esta catarse se atenuava pela forma com que entendi as palavras deste morador porque as crianças do Alto de Bomba, agora, já não desenham armas, durante o tempo desta investigação foi possível entender que o caminho percorrido pela IOB se dá ao lado de outras ações que, em si mesmas, na história de Cabo Verde marcaram a luta de quem se arriscou a entender a (im)possibilidade de pensar novas formas de trabalhar no território, sobretudo pela resistência inspiradora de quem lutou nas zonas libertadas na Guiné Bissau até à Independência deste país e de Cabo Verde, e de quem realizaram projetos como o *MapaUrb* (2021) ou o setor de Arte Urbana do *Projeto Xalabás* (2019-2021).
Mesmo sabendo das dúvidas sobre o porvir, dado não ser possível ser omnipresente, nem permanente em toda a parte é, por isso, crucial entender diversas ações, cujos movimentos que criaram podem, no futuro, construir uma globalidade da resistência que julgo ser essencial para a possibilidade de novas vozes entrarem nos discursos e nas agendas da urbanização:

No contexto local, durante a vigência da IOB acontecia também o projeto Xalabás (2019-2020), na cidade da Praia, cujo objetivo foi contribuir para uma maior integração das comunidades no desenvolvimento do turismo sustentável em Cabo Verde através da ampliação e diversificação da oferta turística. No entanto, no que respeita ao espaço público destaco o setor de Arte Urbana do mesmo projeto que pretendeu fortalecer o sentimento de pertença e os laços comunitários, a identidade e a auto-estima, capitalizar os interesses e capacidades existentes, especialmente no setor juvenil, nas práticas de *graffiti* e *street art*, bem como, na formação de jovens artistas locais. Baseou-se na construção de processos participativos que pretendiam conectar os artistas com os moradores numa dinâmica que permitisse fortalecer o apoio da comunidade para a estratégia de desenvolvimento do bairro e a transformação de seus espaços públicos.



(...) O programa assenta numa conceção de intervenção pública como momento de colaboração e diálogo com os residentes e comerciantes de Achada Grande Frente. Os artistas participantes irão realizar as suas atividades em regime de residência, deixando finalmente as suas obras nas paredes e nos ambientes do bairro. O objetivo principal do Programa de Arte Urbana é transformar Achada Grande Frente num 'Bairro da Arte Urbana' – um caso único em Cabo Verde e raro em África, numa estratégia de promoção local que poderá no futuro tornar o bairro atrativo para fluxos de um tipo de turismo alternativo, com ganhos em termos económicos para os residentes e comerciantes da zona.

Lima, 2021 Disponivel em: http://www.redylima.net/arte-urbana-xalabas.html

Já após descontinuada a IOB, na cidade da Praia, realizou-se também, em 2022, o MAPAurb - Processo Colaborativo de Mapeamento, Auto-Organização e Governação Comunitária e Urbana – que através de uma abordagem reflexiva, colaborativa metodológica e de ação multidisciplinar toma a população como sujeito no processo de desenvolvimento endógeno da comunidade. Constrói-se a partir de uma tentativa de aumentar os níveis de conhecimento e compreensão territorial do bairro, dotar os sujeitos locais de mecanismos para a promoção do direito à cidade (urbano), fortalecer o trabalho colaborativo em

prol de uma liderança partilhada, analisar e priorizar as intervenções socioeconómicas, urbanísticas e culturais e elaborar um quadro de referência (agenda própria) comunitária com base no real conhecimento do bairro.



Visita do Movimento Intercultural Identidades ao Quilombo de Conceição das Criolas, Pernambuco, Brasil.

José Carlos Paiva, 2022

Apesar da minha proximidade ao Movimento Intercultural Identidades é relevante citá-lo não só pela esta proximidade ao movimento, fortalecida a partir do meu envolvimento na IOB, mas também pela sua já antiga história de colaboração com Cabo Verde, bem como, pela sua rejeição às políticas hegemónicas que envolvem a educação artística e o mercado da arte. A sua relação com o ensino e a realização recente de encontros científicos faz dele influência para muitos alunos, professores e investigadores, sobretudo nas áreas de conhecimento que se fundam a partir do Brasil, Portugal, Cabo Verde e Moçambique. Apesar de não se ter gerado nenhum cruzamento entre as ações da IOB e as ações específicas deste movimento nestes país, as intervenções neles realizados foram sempre uma referência que abriu a possibilidade de momentos de reflexão e discussão, sobretudo, entre membros da equipa técnica da IOB.



Bairro do Segundo Torrão em Almada.

Nuno Flores, 2022

Ainda em Portugal, é referência, o Habita um movimento de ativistas que desenvolve estratégias a partir da prática diária com pessoas afetadas pela falta de habitação e da cidade. Dividem, diariamente, o desejo de luta por uma vida mais integra e digna para conseguir uma casa, salvar uma praça da privatização ou qualquer equipamento importante para a

vida em comunidade. É importante referenciar que, além dos grupos formalmente reconhecidos e conhecidos, ultimamente, é recorrente existirem iniciativas e grupos “informais”, para defesa de direitos fruto de ações públicas de expulsão e demolição como recentemente se assistiu no bairro do 2º Torrão, em Almada.

No Brasil o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, doravante MTST, é o maior movimento social urbano do Brasil. Existe desde 1996 a partir da organização popular na periferia, fruto do enorme deficit habitacional. É próximo de cerca de 6 milhões de famílias com as quais reivindica o direito constitucional à moradia digna, atuando em diversos estados. A luta do MTST permitiu habitação própria a milhares de pessoas visto que entregou cerca de 23 mil unidades habitacionais, preenchendo uma lacuna deixada pelo poder público. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto foi fundado em 1997, como uma versão urbana do MST. O Movimento declara que seu objetivo central é a luta pelo respeito ao direito constitucional de moradia.

Ainda no Brasil os coletivos Usina e Peabiru. O primeiro, fundado em 1990 por profissionais de diversos campos de atuação para prestar assistência atécnica a movimentos populares, envolvendo a capacidade de planear, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos num contexto de luta pelas Reforma Urbana e Agrária. Também atuou no desenvolvimento de planos urbanísticos,



Bairro do Segundo Torrão, após a demolição realizada em Outubro de 2022.

Nuno Flores, 2022

Apesar da gravidade do problema da moradia no Brasil e da privatização de cidades pelo capital, as ocupações de terrenos e prédios vazios ainda são tratados de modo muito negativo.
Não só pelos proprietários, o que já era de esperar. Mas também por uma parte dos próprios trabalhadores.

Boulos, 2012:47

projetos de urbanização de favelas e auxiliou a formação e organização de cooperativas de trabalho. O segundo, formado em 1993 por arquitetos, sociólogos, advogados e assistentes sociais, entre outros, com o objetivo de desenvolver projetos habitacionais nos programas públicos de mutirão da prefeitura de São Paulo. Desde então mantém uma relação direta com os grupos assessorados na luta conjunta pelo direito à moradia e à cidade.

(...) o Estado faz vista grossa contra o assassinato que está acontecendo em nome de um benefício económico.

Iturriieta, 2020 Disponivel em: https://www.youtube.com/watch?-v=7Ms8mETUKyA&t=1116s

Como locais de investigação referência no direito à cidade o LabHab (1996), LabCidade (2009) e o Instituto Polis (1987), todos radicados na cidade de São Paulo. O primeiro tem como objetivo interligar atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária no mesmo espaço, dando prioridade à formulação de alternativas para as demandas habitacionais, urbanas e ambientais para a histórica desigualdade territorial brasileira. O segundo tem como foco de atuação o acompanhamento crítico das políticas urbanas e habitacionais, particularmente em São Paulo e em outras regiões metropolitanas brasileiras, assim como a intervenção direta no debate público a respeito das mesmas e ações desenvolvidas em rede com parceiros, tanto com grupos de pesquisa de outras universidades do país, como com ONGs, coletivos, escritórios modelo e de assistência técnica, entre outros. O terceiro pela defesa do Direito à Cidade está presente nas suas pesquisas, trabalhos de assessoria ou de avaliação de políticas públicas, sempre atuando junto à sociedade civil e visando o desenvolvimento local na construção de cidades mais justas,

Não quero deixar de reconhecer a importância do trabalho do grupo de professores reunidos atualmente no LabHab. Trata-se de um time de craques. Mas além de muito competentes e produtivos eles mantém uma postura política que dignifica a USP e o meio universitário de um modo geral. Combinam ensino/pesquisa e extensão de uma forma rara na academia sempre visando ampliar o papel social da universidade pública. São muito estimados pelos alunos devido ao respeito e dedicação que que lhes devotam e a postura ética que assumem. Fazem um trabalho que é relativamente pouco divulgado pelo grupo. Não são competitivos e nem colocam seus egos acima (o que é muito comum na universidade) do interesse coletivo.

Maricato, 2017 Disponivel em: https://erminiamaricato.net/2017/09/01/labhab-20-anos/

sustentáveis e democráticas.

Também no Brasil foi recentemente criado o Projeto Brasil Cidades com o objetivo de refletir e atuar no atual momento de transição que acontece no Brasil e no mundo, considerando as mudanças que estão em curso, com ou sem a participação das forças democráticas da sociedade. Atendendo que mais de 85% da população do Brasil mora em cidades e que não superou as desigualdades históricas, o projeto questiona a urgência de repensar o Brasil urbano que, com uma formulação inicial dada na Frente Brasil Popular, já constitui uma ampla rede de ação coletiva convergente em torno da agenda urbana.

No México, apesar de uma ação radicalmente diferente e sustentada numa intervenção política alargada, os autodenominados Municípios Autónomos Zapatistas que, desde dezembro de 1994, se configuram como pequenos territórios autónomos sobre controlo das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas. Enquanto estrutura, não mantém um desenho de poder porque alegam ninguém poder mandar no Comité Clandestino Revolucionário Indígena, nem ocupar cargos de autoridade nestes espaços. Gerem autonomamente educação, saúde, terra, trabalho, comércio, habitação, alimentação, cultura e justiça.

Apesar de ter assinado o Tratado 169 da OIT, e apesar de ter assinado os Acordos de San Andrés sobre os Direitos e Cultura Indígenas, o governo fez dos municípios autônomos seus pior inimigo, acusando-os de serem inconstitucionais e ilegais, e organizando forças armadas e operações policiais contra eles. Em 1998, as atividades repressivas do Estado contra eles cresceram de forma alarmante, deixando um número indeterminado de indígenas deslocados, feridos e detidos, e mais de 10 encarcerados, 10 mortos e mais de 200 observadores internacionais expulsos do país.

Biblioteca Anarquista, Disponivel em. https://bibliotecaanarquista.org/library/exercito-zapatista-de-libertacao-nacional-municipios-autonomos-zapatistas?v=1666275417

5

RELACIONALIDADE E TERRITÓRIO



Obra no Alto de Bomba Alto de Bomba. Erickson Fortes, 2021

5. RELACIONALIDADE E TERRITÓRIO

Prólogo

Escrevo o prólogo ao último capítulo desta tese 758 dias após 21 de novembro de 2020. Chegara ao fim mais um sábado e, para muita satisfação minha, sentíamos que começara a ganhar forma a residência artística Kubaka - espaço de aprendizagem que, dois meses mais tarde, viria a dar origem a um disco online, cuja realização juntou num estudo de música em casa do rapper Konen_z, músicas (os) / moradoras (es) do Alto de Bomba que refletiram sobre o "ser" de Alto de Bomba e sobre eles próprio e o Alto de Bomba enquanto centralidades do processo de urbanização do Mindelo.

Semanas antes, acompanhado de dois moradores do Alto de Bomba e de um colega arquiteto da equipa da IOB, numa reunião no bairro de Fernando Pó, eramos surpreendidos pelo regresso dos conflitos que encontramos quando nos instalamos no Mindelo. Mesmo sabendo da proximidade a um ato eleitoral, o nosso parceiro institucional, a CMSV, perto das eleições municipais quebrou a parceria com a IOB e realizou obras no Fernando Pó onde, inclusive, os concursos de obras que tínhamos lançados já estavam atribuídos.

A discussão acesa que se realizou, foi bastante producente. Por um lado, porque nos ajudou a passar a mensagem sobre os atrasos que aconteciam nas obras, face a um financiamento que esperávamos, por outro lado, porque se expuseram as suspeitas que tínhamos de falta de colaboração, e até algum



Estrada aberta pela CMSV, sem considerar os acordos feitos para a realização das obras da IOB e a população.

Nuno Flores, 2021



Depósito de água construído na zona de Fernando Pó pela CMSV, sem considerar os acordos feitos para a realização das obras da IOB e a população.

Frascisco Craveiro, 2021

bloqueio, por parte da CMSV. E sem que muito tenha sido preciso para tomarmos consciência da fragilidade do momento, entre diferentes opiniões de todas pessoas presentes sobre a abertura inesperada de uma estrada que não estava prevista, o morador mais aguerrido que, inclusive, já contestava a legitimidade que tínhamos de estar ali, foi interrompido por outra moradora que o acusou de não ser do bairro, bem como, ser gente da CMSV.

O tempo turbulento que se iniciou a partir daí, não só foi marcado por uma carta anónima que recebi, que subentendia o meu interesse em terrenos no Alto de Bomba; por uma pressão diária de possíveis atuações do município por mensagens avulsas que nos chegavam; bem como, uma violenta agressão física que fui alvo à entrada da minha casa, por uma pessoa que me esperava do outro lado da rua. Mesmo sabendo que a queixa à polícia em nada resultou, que evitei a exposição na mídia porque me parecia sem sentido (dado que não me sentia capaz de identificar o agressor) e que também tinha comunicado os dois Ministérios que me tutelavam (MIOTH e MA), uma conversa emocionante (fruto da união que me foi transmitida) sobre o sucedido com os moradoras (es) de Alto de Bomba, reforçou o sentido da nossa suspensão.

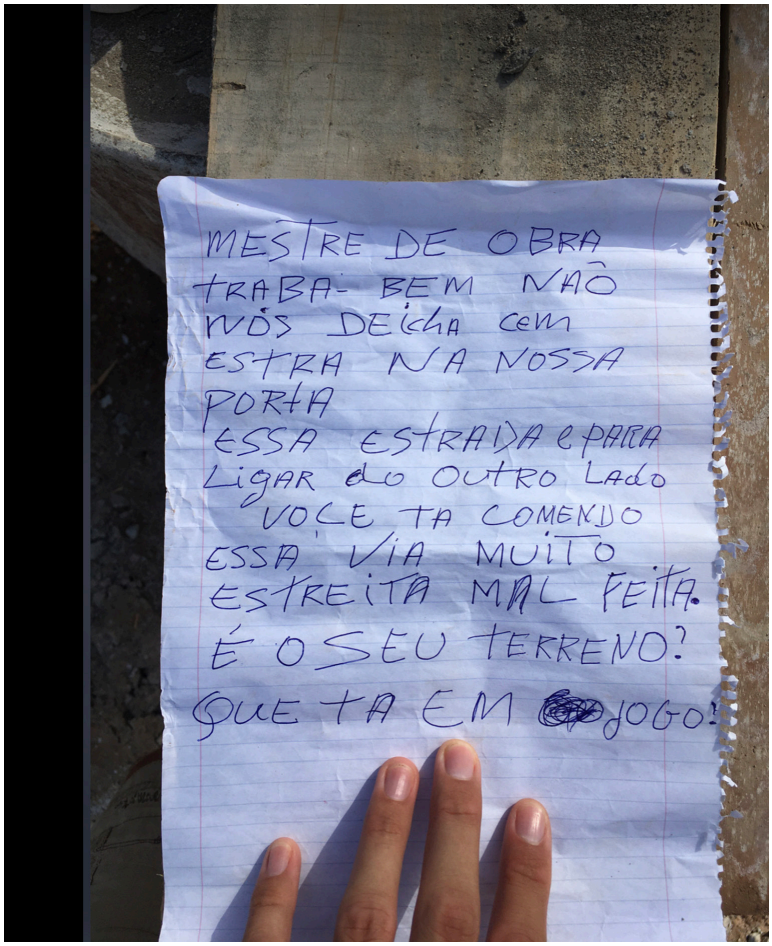
Vi nesta agressão, que apesar de marcar a minha cara atingiu, claramente, os moradores de Alto de Bomba, um golpe na relacionalidade que, a meu ver, sempre que construída reforça o sentido do *Estar,* central na construção da política. A IOB, foi assim empurrada para a mesma margem que na urbani-



Reunião realizada na zona de Fernando Pó a propósito das obras realizadas pela CMSV, sem considerar os acordos feitos para a realização das obras da IOB e a população.

Jakob Kling, 2020

zação se encontram os territórios autoproduzidos, o que nos reforçou, ainda mais, o sentido de que é nas brechas que, através da cumplicidade construída no dia a dia das micro ações, se forjam táticas capazes de alterar a macropolítica. Além disso, que é a inscrição política a partir da arquitetura, a única possibilidade de construir um lugar de fala, a partir do desígnio de usar a arquitetura e o urbanismo como uma ferramenta capaz de criar um desconforto conscienciализador do lugar inumano que muitos estão na urbanização planetária.



Tradução Livre:

É preciso a obra trabalhar bem.
Não deixar-nos sem estrada na nossa porta.
Essa estrada é para ligar ao outro lado.
Você está comendo muito essa via.
Muito estreita, mal feita.
É o seu terreno?
O que está em jogo?

Legenda imagem:

Carta anónima enviada para o escritório da IOB



Desenho realizdo pelo morador de Alto de Bomba, Eliano, para uma intervenção do grupo B.I.P. Eliano Nascimento, 2020

5.1. Caminhos Invisíveis

É moda um tercer ilha [É como uma terceira ilha]

Após as reflexões feitas nos quatro capítulos anteriores, perpasso agora o período de 10 anos de um *Estar* intermitente, mas implicado no entendimento da urbanização cabo-verdiana, a partir da ação específica da IOB. Olho para o desenho acima e vejo representada a dualidade que encontrei, e que perdura, na urbanização local, pelo que me debruço sobre um agora que me mantém, mais do que em qualquer outro lugar, de facto ligado e atuante. Sobretudo, empenhado em compreender a urbanização local e como

> É que em todo o lado, mesmo no invisível, há uma porta. Longe ou perto, não somos donos, mas simples convidados. A vida, por respeito, requer licença.
>
> Couto 2002:34

nela investigar, trabalhar e atuar de forma a entendê-la como um processo que se produz e reproduz com ligações ao processo planetário de urbanização. Referi nos subcapítulos T*ud é Bada e Txon de Casa*, do capítulo *Desafios da Escassez*, que a partir de uma viagem que me fez cruzar a ilha de São Vicente iniciei o meu processo de construção de um entendimento sobre o país e, consequentemente, sobre uma visão da urbanização construída pela minha própria experiência no lugar, o Alto de Bomba, no Mindelo. Durante esse período, além da minha relação com a urbanização e a partir do meu lugar de cidadão e professor do M_EIA, bem como, a relação com o ID, que já referi no subcapítulo *Ta Ba, Ta Bem*, do primeiro capítulo, *Chão*, me deram a conhecer outro mundo de ações que me fizeram refletir e questionar-me acerca de como se constrói a minha visão sobre as coisas que, em si mesmas, aconteciam no Brasil, Cabo Verde e Portugal. Ou seja, se assumo que, grande parte das vezes, o fascínio que tendemos a ser atraídos destrói a possibilidade de compreensão da realidade, também a própria utopia de querer executar uma ação é, tantas vezes, forma de nos iludirmos em prol de uma tentativa de traduzir nas nossas próprias ações os nossos desígnios políticos e pessoais de transformação, influenciadas por linguagens e imagens que trazemos de outros lugares. Assim, constatei que, enquanto sujeito desta investigação, a escuta que me possibilitou entender a importância da minha própria suspensão foi fundamental para construir a minha visão sobre os lugares de uma forma autónoma e consciente, menos influenciada pelo cir-

Com mais alguma imprevisibilidade e sorte conjugaram-se ainda alguns outros fatores positivos. Mas como não contar com a sorte numa cidade como o Mindelo, quiçá a mais genuinamente alegre e mundana de cabo Verde?
E faço esta última afirmação, não por uma questão retórica, mas porque a alegria e a mundanidade mindelenses são fatores na sua urbanidade específica.

Rossa 2004:42

(...) quer se evoque um futuro outro, ou a amarra da atualidade à complexidade do contemporâneo, remete [nos] inevitavelmente para uma impossibilidade de efetivação de realidade outra que, quaisquer que sejam as narrativas críticas elaboradas, sejam possíveis de estabelecer.

Paiva e Rainho, 2014

Desde o início, temos o infinito à nossa disposição.

Blanchot, 1959:126

cuito que, em primeiro lugar, compunha a esfera do M_EIA, onde inicialmente dei aulas; em segundo lugar, a do ID, onde encontrei pares que perscrutavam uma linha de pensamento que quis conhecer, que me identificava e, cuja proximidade me relacionava com o resultado da ação-investigação em Portugal e nas geografias que referi no inicio deste subcapítulo; e, por último, a do MIOTH onde, ao contrário do que inicialmente pensava, me defrontei com as impossibilidades geradas pelos dispositivos de poder, enquanto qualquer coisa-relação que influenciou as relações da IOB e as próprias contradições que, em si mesmas, condicionam a governança. Sendo mais exato, esta suspensão serviu para compreender e verificar como essa governança é condicionada pela proliferação dos dispositivos de poder e entender de que forma estes não se transformam numa maneira de mascarar a possibilidade do entendimento coletivo, em detrimento de uma ainda maior atenção ao sentido individual. Portanto, construir a minha relação (e influenciar a da equipa da IOB) com os dispositivos, resgatando o que por eles foi capturado para tentar configurar forma e sentido para o comum.

Mas se, em 2019, pretendia compreender o processo planetário de urbanização, a partir de Alto de Bomba, igualmente, me tornava consciente de não me deixar fascinar pela observação de tantos (estudantes de universidades, colegas da IOB e, em parte, alguns funcionários do MIOTH que o tentavam desde a cidade da Praia) que, também eles, faziam um caminho de envolvimento (iludido) com os temas que sugiram a partir da fissura que a IOB criava. Isto é, tanto no

No ta sobre um ditadura de mesmice k ta impedi gente de ten realmente ess corp libert.

Tradução livre:

Estamos sobre uma ditadura da mesmice que nos impede de ter, realmente, o corpo liberto.

Conversa com António Tavares, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 02 de Julho de 2022

Distâncias somavam a gente para menos. Nossa morada estava tão perto do abandono que dava até para a gente pegar nele .

Barros, 2010:7

A unir estes territórios esteve sempre “uma consciência política de que este tempo em que nós vivemos é um tempo de fracassos acumulados e de uma irracionalidade que a gestão gananciosa, o capitalismo global foi criado e que me incomodava, não a de me levar para um outro lugar que não havia, mas de ter sempre uma inscrição numa perturbação deste tempo, portanto, a que chamo “o político”

Martins, 2021:17

nosso político, quanto perante cenários de injustiça que, até hoje, se intensificam em zonas autoconstruídas que fazem parte da urbanização mindelense.

Durante os três meses de trabalho de campo para a realização das entrevistas que farão parte do livro *Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba* e que também constituíram parte da investigação desta tese, já depois de sair das minhas funções no MIOTH, entendi que, além das ações capazes de contribuir para o aparecimento de um sujeito coletivo que promoveu o reconhecimento do modo de vida local das zonas auto-produzidas por onde andámos, se encontravam com mais evidencia reflexos da nossa tentativa de tentar traduzir o invisível de falas, gestos, ações ou reivindicações que plasmavam o que entendi como uma *terceira ilha*. Uma *terceira ilha* que, considerada a relação histórica entre São Vicente e Santo Antão, se torna urgente compreender pela falta de uma historicidade que reflita a realidade concreta da vida de quem, desde que a população do país ficou maioritária nos centros urbanos, também no território de Cabo Verde, vive invisível. No caso do Mindelo, fora da equação que, após esgotada a relevância global do Porto Grande, também excluí o território desta ilha do interesse do capitalismo global. Por um lado, esta *terceira ilha*, carece da possibilidade de mostrar como se inventa e reinventa, porque vive cada vez mais distante do porto marítimo que, até hoje, ainda é a referência de um sonho de outrora. Por outro lado, porque quando se mergulha no que

Se bo tem um conflito diário entre São Vicente e Santo Antão, bo tem um terceira ilha.
E ess tercer ilha ukê?
El é ketchuuupa, el é beíííá (...)

Tradução livre:

Se tens um conflito entre São Vicente e Santo Antão, tens uma terceira ilha.
O que é essa terceira ilha?
É ketchuuupa (catchupa), é beíííá (Baía das Gatas) (...)

Conversa com António Tavares, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a

Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.

Rosa, 2010:409

Diante de um barbudo que está dançando, o Primo do Rei me informa: é um filósofo. Para ser filósofo, diz ele, são necessárias quatro coisas: 1)ter licenciatura em árabe; 2)viajar muito; 3)manter contato com outros filósofos; 4)ficar longe da realidade, à beira do mar, por exemplo.

Barthes, 2004:19

dela se desconhece (o seu modo de vida), se ganha consciência da vida dos que, sobretudo, originários de São Vicente, ou mesmo, vindos de Santo Antão e São Nicolau, também configuram a diversidade cultural e a pluralidade da urbanização cabo-verdiana.
É um lado invisível de São Vicente que, além de um processo construtor de consciência sobre as possibilidades dos desafios globais, é constituído por uma população que por alguma razão abraçou a utopia da vida na cidade.
A consciência desta *terceira ilha*, deste lugar outro que não tem representação física estável, mas que se constrói em si mesmo porque também é imaginário e acontece em diferentes *ilhas* dentro da própria ilha de São Vicente (pois é parte do processo global de urbanização) fez-me ter maior clareza do nosso lugar enquanto arquitetos da IOB.

Recuo ao ano de 2020, para me focar num artigo que escrevi com o meu colega Ângelo Lopes, primeiro cúmplice das minhas reflexões sobre o território em Cabo Verde, denominado *OUTROS BAIRROS, desafios de um devir coletivo* para, a partir dele, evidenciar o que, até hoje, penso que é central e faz sentido, para mim, na IOB:

A *Iniciativa Outros Bairros tem potenciado um espaço-tempo comum entre entidades governamentais e as comunidades. Esse espaço-tempo é mediado e vivido por uma pequena equipa de arquitetos, que se dotou a si própria de autonomia e de um relacionamento próximo com as comunidades. Em contraste*

Gosto muito da maneira como eu não consigo pensar com clareza numa terceira margem; de como essa ideia é perturbadora num primeiro momento justamente por não haver resposta disponível numa lógica imediata (...)

Andrade, 2021:33

Georgrafia humana ta indica ess tercer ilha naturalmente.
(...) Soncente a ka tita pari um cidadão kel ta tramita só ness space de Mindel.
(...) Nton ess novo mindelense é k é ess tercer ilha.

Tradução livre:

A Geografia Humana indica essa terceira ilha, naturalmente.
(...) São Vicente já não dá a luz um cidadão que tramita só no espaço do Mindelo.
(...) Então esse novo mindelense é que é essa terceira ilha.

Conversa com Bento Oliveira, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022



Encontro de auscultação da população no Alto de Bomba Maio.
Diogo Bento, 2019

com o urbanismo tradicional de grandes intervenções frias, assépticas, e de higienização urbana, Outros Bairros tornou-se uma zona de contacto, entre técnicos e comunidades, em que a equipa transladou para o processo vários princípios de atuação conjunta orientadores da sua forma de fazer projeto. (...)
A forma institucionalizada de fazer projeto, determina um período de trabalho que fecha em si todo um dossier que veiculará as respetivas ações da sua concretização. Abrir esse processo à comunidade que irá receber a intervenção, passa por uma mudança radical do projeto autoral - que pré-define um programa e um conjunto de soluções - para uma suspensão dessa concepção do arquiteto, no sentido de uma abertura à cosmovisão da população residente no bairro, bem como, às soluções que o seu próprio quotidiano foi desenhando ao longo do tempo no espaço comum.

Chegamos ao ponto em que coletivamente estamos fartos de tudo e individualmente fartos de estar fartos. Extraviámo-nos a tal ponto que devemos estar no bom caminho. Os sinais do nosso ressurgimento próximo estão patentes para os que não vêem o visível.

Fernando Pessoa, disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Escritor_Fernando_Pessoa#orig

Às vezes me pergunto: de onde vem a dificuldade em nos pensarmos como sujeitos da história? Vem sobretudo de termos legado sempre aos outros o desenho da nossa própria identidade.

Couto, 2009:33

Acrescento, agora, que pensar a urbanização planetária, a partir do Alto de Bomba, me coloca perante a necessidade de uma inscrição na sociedade a partir da arquitetura e do urbanismo, num compromisso com o coletivo, mas consciente da impossibilidade de uma utopia, de facto, realizável. Ou seja, certo que o caminho percorrido trouxe aos elementos que constituíram a equipa da IOB uma maior consciência dessa utopia, centrada na construção de um devir coletivo comum, que desconhecemos como concretizar, mas que nos permitiu vislumbrar a possibilidade de construção de um novo porvir. Porém, o espaço-tempo construído tanto se esbarrou nas amarras da

The concept of national imaginaries enables me to consider how certain global discourses overlay national educational practices to produce narratives and images of the individual who acts and participates. These imaginaries, I argue further, are not 'merely' representations of some natural community, the recuperation of some past memory about the nation and citizen, or the application of some hierarchical power. Rather, the images and narratives structure a memory through which individuals locate themselves as having a 'home'.

Popkewitz, 2000:5-6

urbanização e na complexidade contemporânea que falei ao longo dos capítulos anteriores, como evocou o futuro, pelo que, levanto aqui a necessidade de me confrontar, de novo, com a impossibilidade de pensar a cidade tal qual ela se configurou no passado. Assim, será um desafio resignificá-la num novo processo que não só encontra nos territórios cujos modos de urbanização saem do consensual, territórios punjantes de transformação da vida e de construção da resistência às impossibilidades que o capitalismo global gera, como evidencia, cada vez mais, a premência de uma luta política viva que possibilita conquistar mais direitos de cidadania. É, assim, que hoje entendo esta impossibilidade onde aparentemente tudo parece estar colocado como algo que, para mim, não é um lugar inatingível, de desespero ou idílico. Porque no mergulho (físico e ficcional) na *terceira ilha* encarei a IOB e toda a ação desenvolvida a partir dela como algo imperfeito, que está em permanente construção, que me fugiu do controlo e, sobretudo, anseia desígnios políticos que permitem realizar utopia como a que, em conjunto, procuramos. Portanto, como um contrabandista que deambula nos diferentes territórios da urbanização planetária encaro a experiência dessa errância pessoal e do meu envolvimento na IOB como um desafio para a compreensão do futuro da urbanização, entendendo-a como uma só coisa, numa continuidade que exige a construção de cumplicidades capazes de compreender um agora que, repito, requere tradução do invisível para, como conceptualizamos no nosso artigo, nos suspendermos da nossa própria concepção de arquitetos e nos

Por fim, importa salientar que a experiência de Outros Bairros coloca questões epistemológicas, sobretudo relacionadas com o termo áreas informais. A escuta que diariamente efetuamos traz as vozes dos lugares e sugere incorporar as palavras dos lugares, mais poéticas e mais aproximadas a uma realidade que perscruta utopia de um devir coletivo comum.

Flores, Lopes 2020:114

É comum em projetos em espaço público existir a expectativa de se expor, de deixar marcas visuais da passagem de um projeto pela zona. No entanto, o que procuro explicar neste testemunho é que através de uma relação sincera de continuidade, conhecimento e cumplicidade, é possível escutar os desejos do devir da população de uma zona estigmatizada, marginalizada e surpreender-nos com o que a partir dela surge de singular e de sentido artístico.

Rainho in Flores 2021:25

abrirmos à cosmovisão em conjunto com população que faz parte da comunidade que também pertencemos e perspetivamos construir.

Acredito que a IOB, ativa entre 2019 e 2022, construí a minha própria visão sobre a urbanização planetária. Este entendimento faz com que hoje, mesmo sabendo de algumas tentativas distintas das que preconizamos para a sua retoma, entretanto veiculadas pelo Governo de Cabo Verde, é a escrita desta tese, um tempo diferente de qualquer outro momento de ação ou de escrita anterior. Por isso, será recorrente neste capítulo falar na segunda pessoa do plural, ou seja, aceitar um nós que remete às pessoas que, juntas, constituíram o sujeito coletivo de que falo e apropriar-me dos discursos que, no coletivo configurado na própria IOB, foram produzidos para construir o debate sobre as (im)possibilidades de entendimentos outros da urbanização que incluem a relacionalidade como forma de trabalhar no todo do processo. Dar este passo exige-me encarar as tensões nas quais inevitavelmente também me construo e faço parte, bem como, não entender os novos cenários que encontrei como algo fatalista ou passivo. Assim, trago esses discursos para a escrita como forma de refletir sobre o futuro das situações vivenciadas na IOB que demonstram o que, para mim, pode sistematizar um despoletar do entendimento futuro que julgo possível construir.



Desenho realizaddo pelo morador de Alto de Bomba, Eliano, para uma intervenção do grupo B.I.P. Eliano Nascimento, 2020

Ess árvore mi é k plantal, tud dia um ta cuidá del
[Eu é que plantei esta árvore, todos os dias cuido dela]

Construí os capítulos 2 e 4 desta tese, refletindo sobre como entendo Cabo Verde e como observo a urbanização planetária, especificamente a partir de Alto de Bomba, o que me levou a atender, desde logo, para necessidade de terminar com os dualismos (formal / informal, legal / ilegal) habitualmente existentes, bem como, defender a necessidade de compreender os modos de vida e, consequentemente, assumi-los como parte central dos processos de urbanização. Trata-se de realçar a forma como a trama que envolve a urbanização planetária está

No decurso deste vasto período, a urbanização por meios próprios intensificou-se, ampliando largamente a população residente em áreas recorrentemente com limitações ou ausência de titularidade da terra, infraestruturas, espaço público qualificado e/ou condições de habitabilidade. No entanto, as acções para melhorar estas áreas continuam a ter um carácter residual face à escala destes desafios; e os esforços de melhoria das condições socioespaciais nestes territórios necessitam de maior visibilidade, investimento e escala.

Fernandes in Flores 2021:17

subjugada aos interesses e às especulações capitalistas que alimentam a alienação atual e como isso determina os processos que servem os mesmos interesses. Apesar de subjugado a estes interesses, também trouxe á escrita a razão pela qual o planeamento se cinge atualmente a um instrumento que satisfaz as necessidades do sistema económico, reforçando a hegemonia ocidental, logo, uma forte herança colonial. Por isso, sem capacidade de fugir desta tendência, em Cabo Verde, as políticas governamentais do planeamento, além de tendentes a copiar os princípios que as fundam em Portugal, não conseguem, igualmente, evitar o caminho da mercantilização que pauta os interesses da sociedade, particularmente, o deslumbramento pela Europa e de outras geografias. Foi a consequência deste desajuste entre o que se espera do planeamento e a realidade de como a urbanização acontece que acentuou o desejo de uma alternativa. Alternativa essa que procurou novas práticas que - e isto nunca haveremos de encontrar como saber sem que se conheçam os posicionamentos claros dos decisores políticos sobre o assunto - eventualmente, consumaram a abertura política para realizar a IOB. Ou seja, uma tentativa de reabilitação de áreas de extrema pobreza da urbanização do Mindelo, a partir do modo de vida da população local, possibilitado procurar práticas contextualizadas com a urbanização e testando formas de reabilitar, intercetando os campos científico, técnico-normativo e narrativo. Antes de me concentrar nas questões científicas que fundaram a IOB, importa relacionar que o tripé formado por estes três campos

Esta foi mais uma entre algumas iniciativas que tenho levado a cabo para confrontar estudantes de Arquitetura com países em vias de desenvolvimento. Todas elas tiveram como resultado uma transformação lenta, mas radical, na forma como encarar a profissão e, pelo intrínseco carácter demiúrgico do Arquiteto, o Mundo. Hoje em dia considero este tipo de ações fundamental – deveria ser obrigatória – na formação dos arquitetos neste presunçoso, minoritário, inconsciente e equivocado 1º mundo.

Rossa 2007:43

(...) o Estado passa a estar próximo através dos mediadores que são os projectistas acompanhadores de obra, produtores de um cadastro, de um mapeamento social do bairro e de conhecimento dos seus líderes ou esquecidos, das suas carências e expectativas..., quebrando-se a tendência perigosa de fragmentação, do cada um por si, do poder das “máfias” locais;

Domingues in Flores 2021:14

foi, em si mesmo, um instrumento disponível para construir uma geminação entre estar/ser ou fazer/pensar, respaldado na urgência da vida do dia a dia dos lugares que contribuiu para a construção de um arquiteto / investigador / ativista capaz de pensar um urbanismo utópico que conseguisse formular / participar em discursos e ações de políticas e práticas que recusam planear a desigualdade. Procuraram, isso sim, lugares de visibilidade para o modo de vida das áreas afetas ao trabalho da IOB e a emancipação politica e social dos seus cidadãos.

Esta opção reforça a solidariedade e coesão comunitária, algo que não tem acontecido na política de Casa Para Todos, renomeada de Plano Nacional de Habitação, que na maioria dos casos tem desencadeado fragmentação dos bairros onde foram instalados, criando subzonas diferenciadas e conflitos entre grupos de residentes. Não fazer isso, além de falta de visão política, denota um total desconhecimento da dinâmica urbana arquipelágica.

Lima in Flores 2021:24

No sub-capítulo *Ta ba, Ta bem*, do primeiro capítulo, referi que a IOB começou após eu ter aceitado o cargo de agente de cooperação e consultor do gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, entre 2019 e 2021. No entanto, pelo facto de não ter sido este o momento do meu primeiro contacto com Cabo Verde, era, para mim, uma condição estruturante ao futuro da IOB e da transformação da forma de pensar a urbanização em Cabo Verde, munir a equipa da IOB dos professores e alunos com quem tinha trabalhado durante o período que dei aulas, em São Vicente, no M_EIA. Sublinho que entendi totalmente estruturante a deslocação desta equipa para o primeiro momento da IOB por diferentes razões. Primeiro, pela necessidade de questionar o papel do arquiteto e da arquitetura na sociedade cabo-verdiana, ou seja, a possibilidade de pensar um arquiteto capaz de se inscrever politicamente na sociedade a partir da arquitetura, resultando num perfil distinto do arquiteto técnico

Alternativa, essa, que saiba perguntar, saia do obvio, se abra à reabilitação urbana e à escuta Alternativa, essa, que saiba perguntar, saia do obvio, se abra à reabilitação urbana e à escuta de todas as zonas, projete o futuro de uma periferia cujo peso no território é cada vez mais relevante porque é lá que está a maioria da população e da vida das cidades onde a urbanização acontece mais rápido que o planeamento.

Flores (2022) disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia-invisivel-ou-outros-bairros/



Casa no Alto de Bomba

Diogo Bento, 2019

que é, atualmente, o recurso mais usado dos escritórios e empresas subjugados, apenas, aos aspetos técnicos, estéticos e à mercantilização da profissão; segundo, pela necessidade de contrariar a burocratização da ação dos arquitetos institucionalizados pelo forma como se organiza a maquina pública onde se inserem os serviços municipais e centrais; terceiro, porque se alargada a possibilidade de trabalhar com alunos de mais universidades – Jean Piaget e UniCV – a experiência da IOB permitiria ampliar o espectro de estudantes universitários a experienciar a reabilitação urbana contextualizada, bem como, um processo indeterminado e construtor de um passo a passo capaz de questionar o ensino superior tradicional, encerrado no conhecimento fundamental e influenciado, quer pela hegemonia ocidental, quer pela herança colonial; quarto, porque os arquitetos que experienciaram a IOB, caso esta fosse interrompida ou alterado o seu modelo, poderiam constituir-se no futuro, tanto nos lugares de decisão do Estado, como em qualquer setor da sociedade, atores centrais para a contaminação do conhecimento produzido; e, por último, porque era fundamental dar seguimento às discussões, portanto, à semente plantada, que havíamos iniciado enquanto professores e alunos do ensino superior, cujo objectivo era construir uma ação insurgente que desse lugar a quem vive há séculos oprimido em territórios como o Alto de Bomba.

Paralelamente à intenção de envolvimento concreto com o Ensino, importa ressaltar aspetos relacionados com a articulação política entre a IOB, MIOTH e



Interior da casa de um morador de Alto de Bomba

Diogo Bento, 2019

(...) scritor (sediado na zona de Alto de Bomba) caba pa stabeleci um intimidadi ku kumunidadi. Um intimidadi de kenhé k konxe um bocadinho de kes realidade, kes forma de vida, formas de pensa e de agí (...)

Tradução livre:
(...) o escritório (sediado na zona de Alto de Bomba) acabou por estabelecer uma intimidade com a comunidade. Uma intimidade de quem conhece um bocadinho daquela realidade, daquelas formas de vida, formas de pensar e de agir (...)

Conversa com Ema Barros, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

CMSV que se tornaram centrais na ação desenvolvida no Alto de Bomba. Se, por um lado, o fato do gabinete técnico da IOB estar deslocado na ilha de São Vicente (parte do território cabo-verdiano onde havia uma delegação dependente do MIOTH dedicada ao cadastro predial urbano) permitiu a liberdade de construir as nossas próprias regras na relação interna e com as demais entidades públicas, moradoras (es) e cidadãs (ãos), por outro lado, a falta de apoio político do MIOTH à IOB no que concerne à criação do seu dispositivo estatutário tornou esta ação demasiadamente dependente do ministério que nos tutelava.

A relação entre a IOB, a CMSV e o MIOTH foi um dos pontos mais críticos que observei durante toda o tempo e que constitui a ambiguidade mais evidente: ser experimental, portanto, cingido a um período definido e, simultaneamente, ver-se negada à possibilidade de institucionalização (pensada a partir da experiência) pela mesma tutela pública que a lançou como primeiro passo para a criação de uma política pública para a urbanização das zonas autoconstruídas, a partir do modo de vida da população local. Apesar disso, a este nível é importante explicar que a IOB ficou sempre dependente da vontade dos decisores políticos do MIOTH que foram o rosto institucional da IOB na relação com o nosso parceiro institucional, a CMSV. A isto se deve estar condicionada a solidez dos posicionamentos institucionais na relação com os parceiros científicos, a UniCV e a UniPiaget, e os parceiros internacionais como o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o MA de Portugal

A educação está numa crise grave. Em geral, os alunos não querem aprender e os profes- sores não querem ensinar. (...) Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade.

hooks, 2013:23-24

Moda k jam fala uns vez, nunca um tinha entrod na curso de arquitetura k ess ideia k era kel tipo de traboi k tava ta ba faze. Nton apesar de um senti um certo recei se um tava ta consegui fazel, el parcem um oportunidade pa muda nha perspectiva e talvez tipo de traboi kum tava ta pode faze dentro de sociedad.

Tradução livre:
Como já disse algumas vezes, não entrei no curso de arquitetura com a ideia de que era esse tipo de trabalho que ia fazer. Então apesar de sentir um certo receio sobre se o conseguiria fazer, pareceu-me uma oportunidade para mudar a minha perspectiva e talvez o tipo de trabalho que posso fazer na sociedade.

Conversa com Erickson Fortes, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 30 de Julho de 2022

ou qualquer outro, com quem tivemos que nos relacionar e estabelecer protocolos ou regulamentos. No entanto, esta tensão vivida em permanência entre a equipa e a tutela da IOB não limitou a nossa possibilidade constante de validação científica da ação global que a IOB se propôs desenvolver. Constituiu-se, por isso, um princípio indeterminado, desobediente e assente numa discussão constante que procurou o agonismo que se pretendia, com foco na relação interna do nosso grupo, na nossa relação com a nossa tutela, na nossa relação com os moradores e na relação da IOB, enquanto processo político, com a sociedade. No entanto, o seu desenho conceptual garantiu a validação das ações em encontro científicos internacionais, numa relação constante com investigadores e ativistas de Cabo Verde, Brasil, Itália ou Portugal, bem como, a realização do encontro *Somá na Ponta* que permitiu uma encontro híbrido, realizado em auditório e no Alto de Bomba, onde se juntaram cidadãs (ãos), moradoras (es), políticas (os), académicas (os) e os técnicas (os) da IOB, de modo a discutir um modelo possível para a sua institucionalização e realizar o documento que sugeriu ao governo os seus princípios orientadores para o futuro: *OUTROS BAIRROS. A urbanização não planeada como um modo de urbanização.*
Fora da IOB, mesmo sabendo da sua interrupção, houve, até hoje, repercussão: estudantes de diferentes universidades dentro e fora de Cabo Verde se servem da IOB para a realização de diferentes estudos académicos, manifestações populares, políticas (os) posicionaram-se na assembleia municipal e da



Atividade entre os arquitetos da IOB com o fim de refletir sobre a ação pessoal de cada um no Alto de Bomba.

Rita Rainho, 2019

Continuo bem aberto à advertência de Marx, a da necessária radicalidade que me faz sempre desperto a tudo o que diz respeito à defesa dos interesses humanos.
Interesses superiores aos de puros grupos ou de classes de gente.

Freire, 2004:98

república contestando a sua interrupção, bem como, ações de moradoras (es) em prol da retoma das obras aconteceram. Mesmo sabendo que em janeiro de 2023 se completa um ano da sua interrupção acredito que, neste espaço-tempo que se construiu, são estas contradições e conflitos que constroem o agora que, no futuro, poderá gerar outras novas práticas que permitam compreender de forma ainda mais concreta a urbanização em Cabo Verde.



Desenho realizaddo pelo morador de Alto de Bomba, Eliano, para uma intervenção do grupo B.I.P. Eliano Nascimento, 2020

Nhôs ta acreditá també? [Vocês também acredi- também]

Recuo ao dia 02 de Maio de 2019, concretamente ao dia do lançamento público da IOB, no Mindelo, porque foi neste dia que me defrontei, pela primeira vez, com o impasse que, mais tarde, foi para mim a maior (im)possibilidade à continuação e institucionalização da IOB. Ou seja, a dissonância entre discursos políticos teoricamente alinhados e a prática no terreno, que escancarava a fragilidade institucional entre Governo e CMSV, promotor e parceiro institucional da IOB.

Relembro a frase que dá título a este subcapítulo,

> El proceso de democratización [del conocimiento] debería implicar una redifinición del co- nocimiento, para que lo local y lo diverso adquieran legitimidad como conocimiento y se consi- deren indispensables, porque lo concreto es la realidad y la generalización y la universalización son más bien abstracciones que han violado lo concreto y por ende lo real.
>
> Shiva, 2008:79

proferida no mesmo dia 02 de Maio de 2019 pela Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, em discurso à população do Alto de Bomba, para trazer à escrita as questões técnico-normativas e os constrangimentos que, por um lado, se constroem da ausência de compromisso político, por outro lado, da imposição inerente ao dispositivo de governo que tutelava a IOB. Falarei destas questões a diferentes níveis: primeiro para me cruzar com as questões técnicas que atravessaram a ação da IOB da micro à macro escala; segundo, com os constrangimentos vindos da inexistência de norma inicial, que bloqueou alguns passos que se pensaram para o arranque da IOB; terceiro, com os constrangimentos da inexistência de norma como estratégia para lidar com os interesses que eram opostos aos da IOB, portanto, fatores de constante bloqueio do que se queria testar; e, quarto, com a primeira tentativa de normatizar alguns passos para o futuro desenho de uma politica pública de reabilitação urbana de zonas auto-produzídas de Cabo Verde, logo, a aprovação dos princípios orientadores apresentados ao governo que referi no subcapítulo anterior.

Enquanto coordenador da IOB e consultor do gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação fui responsável pela elaboração do documento apresentado no Conselho de Ministros, a partir do qual se aprovou a possibilidade de realização da IOB. Deste exercício foi evidente a opção por uma linguagem técnica, centrada na resposta à incapacidade de reagir ao crescimento

Qual e, no caso do termo “dispositivo”, este significado? Certamente o termo, no usa comum como no foucaultiano, parece se referir a disposição de uma serie de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e nao- linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com 0 objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito. Mas em qual estratégia de praxis ou de pensamento, em qual contexto histórico 0 termo moderno teve origem?

Agamben, 2005:11

A ideia de passagem de um território com fronteiras para outro exige uma linha narrativa em que a chegada se segue à partida e onde as características principais são a assimilação e a separação.

Butler, Spivak, 2012:18

Cláusula Primeira

Objeto

O presente Memorando de Entendimento tem por objeto a definição das condições de seguimento por forma a melhorar a articulação institucional com vista a boa execução das intervenções da Iniciativa Outros Bairros (IOB) e evitar superposição de intervenções nos bairros de Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa.

In, Memorado de entendimento MIOTH/IOB e CMSV - 2020

acelerado da urbanização, na geração de emprego e na construção de canais de comunicações construtores de maiores relações sociais capazes de contrariar o isolamento e a insegurança habitacional e urbana das áreas auto-construídas selecionadas (Alto de Bomba, Covada de Bruxa e Fernando de Pó) pela IOB, no Mindelo. Mas se era importante a realização de uma ação que influenciasse agentes ativos ou futuros agentes da arquitetura, a prática em obra foi também uma questão sempre considerada estruturante no desenvolvimento de todo o processo. Ou seja, não só era fundamental fomentar o emprego com o fim de potenciar a micro-economia local, como a sistematização dos processos construtivos era crucial para fomentar a transformação de habitações e do espaço público que, entretanto, se assistiu. Desta forma a transformação realizada nos projetos pontuais, que aconteceu em três partes diferentes do Alto de Bomba, resultou num envolvimento entre a equipa da IOB e os moradores que permitiu a alteração física de diferentes espaços no Alto de Bomba.



Cláusula Segunda

Obrigações MIOTH/IOB

O MIOTH/IOB obriga-se a:
1 Partilhar toda a documentação referente aos projetos de reabilitação dos bairros;
2 Prestar o apoio técnico e especializado solicitado pela Câmara Municipal de São Vicente durante a vigência do presente Memorando de Entendimento nos bairros indicados na primeira cláusula;
3 Coordenar com o ponto focal politico da CMSV todas as atuações de caráter político;
4 Convocar a CMSV para participação de todas as reuniões comunitários promovidas pelas IOB
Cláusula Terceira
A Câmara Municipal de São Vicente obriga-se a:
1 Coordenar previamente com o MIOTH/IOB qualquer intervenção nos bairros alvo do projeto;
2 Indicar um ponto focal técnico para a execução dos projetos e um ponto focal político para coordenar as decisões institucionais;
3 Disponibilizar quaisquer informações solicitadas pelo MIOTH/IOB

In, Memorado de entendimento MIOTH/IOB e CMSV - 2020

Legenda imagem:

Parque de Infantil realizado no Alto de Bomba. Após uma discussão entre a equipa da IOB e os moradores, da alteração do desenho de uma praça definido no desenho inicial do projeto resultou o parque infantil

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Localização dos projetos pontuais 01, 02 e 03

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Imagem aérea pontual 01

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Imagem aérea pontual 02

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Imagem aérea pontual 03

Nuno Flores, 2021

Legenda desenho

Planta Geral - Esc. 1:2000

N

- Limite da Intervenção
- Projetos Pontuais (executado)
- Estrada Calcetada (não executado)
- Estrada Calcetada (executado)
- Estrada Calcetada Existente
- Escadas - Peões e Drenantes
- Muros de Alvenaria de Pedra
- Muros de Pedra Seca

Legenda desenho:

a mesma da planta geral

Planta Pontual 03 - Esc. 1:350

Legenda desenho:

a mesma da planta geral

Planta Pontual 03 - Esc. 1:350



Legenda desenho:

a mesma da planta geral

Planta Pontual 03 - Esc. 1:350



Legenda imagem:

Área onde se realizou o projeto pontual 01 antes da intervenção. Caminho usado pelos moradores para fazer uma mudança de cota entre duas áreas já consolidadas.

Ângelo Lopes, 2019



Legenda imagem:

Estado atual

Ângelo Lopes, 2020



Legenda imagem:

Área onde se realizou o projeto pontual 02 antes da intervenção. Zona onde habitualmente os moradores desta parte do Alto de Bomba se encontravam.

Ângelo Lopes, 2019



Legenda imagem:

Estado atual

Elaine de Pina, 2020



Legenda imagem:

Vista da área onde se realizou o projeto pontual 02 antes da intervenção, a partir da rua existente e que dá acesso ao Alto de Bomba, desde Monte Sossego

Ângelo Lopes, 2019



Legenda imagem:

Estado atual

Elaine de Pina, 2020



Legenda imagem

Chegada à área onde se realizou o projeto pontual 02 antes da intervenção.

Ângelo Lopes, 2019



Legenda imagem:

Estado atual

Elaine de Pina, 2020

Também à data me chamaram à atenção constrangimentos, com os quais me cruzei durante todo o período que coordenei a IOB, face à construção da utopia que procurava para desenhar uma política pública para atuar nas áreas auto-construídas de Cabo Verde e a um dispositivo legal e político incapaz de lhe dar autonomia: i) os discursos que constituem as políticas urbanas serem sempre centrados em obras, de cariz maioritariamente técnico, focados na criação de emprego e numa putativa ação social que parece poder existir sem um posicionamento político dos cidadãos, mesmo que praticamente sempre se excluam à realização de qualquer outra ação que não sejam obras; ii) a correta tentativa de constituir a CMSV parceira da IOB, o que aconteceu após reunião entre mim, a Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, o Presidente da CMSV, os vereadores da CMSV e o corpo técnica da mesma, na qual foram apresentadas as intenções da IOB; iii) e a falta de disponibilidade de funcionários quer do MIOTH, quer da CMSV (tanto técnicos, como políticos) abraçarem uma alternativa dissidente das lógicas políticas e funcionais até então adotadas, a favor da manutenção de funções, de empregos estáveis e opacos à novidade e de mudança. Falo de constrangimentos que, caso o conselho de ministros que aprovou a realização da IOB tivesse construído um dispositivo legal e político capaz de dar autonomia à IOB, teriam sido, a meu ver, fácies de superar, sobretudo na relação entre a IOB e o seu parceiro institucional, naquilo que deve ser a forma de constituir o entendimento local de uma ação que pretende

O desenvolvimento depressa se tornou um álibi para a exploração sustentável.

Butler, Spivak, 2012:61



Sessão pública de esclarecimento e de aperfeiçoamento da IOB na Biblioteca Municipal do Mindelo. Junho.

Diogo Bento, 2019



Legenda imagem:

Detalhes da obra no Alto de Bomba

Jakob Kling, 2021



Legenda imagem:

Detalhes da obra no Alto de Bomba

Jakob Kling, 2021



Legenda imagem:

Detalhes da obra no Alto de Bomba

Jakob Kling, 2021



Legenda imagem:

Detalhes da obra no Alto de Bomba

Jakob Kling, 2021

trabalhar a partir dos modos de vida.
Foi, assim, que considerar a inexistência de uma norma que garantisse o compromisso político necessário, quer para a possibilidade de autonomia à IOB, quer para atuar em lugares dos quais se pretendia compreender o modo de vida para trabalhar o modo de urbanização, se tornou um constrangimento para uma ação experimental e dissidente que não conseguiu evitar o peso da instituição que a tutelava, no caso, o MIOTH. De igual modo, localizados em São Vicente, a inexistência desse dispositivo legal e político que garantisse a autonomia da IOB foi, igualmente, crucial para superar todos os constrangimentos relacionados com o parceiro institucional. Ou seja, a necessária afirmação de IOB, agora no contexto político local, revelou existir a mesma falta de disponibilidade dos funcionários da CMSV para aceitarem alterações no entendimento das políticas públicas.
Ao contrário do habitual, de processos que se centram em operações mecanizadas em gabinete e com o carácter e linguagem universalizantes, além de uma rutura com as práticas habituais fundadas na produção burocrática de planos totalmente pré-definidos e pre-desenhados, as primeiras ações configuram a intensão de um *Estar* no terreno capaz de mergulhar no modo vida. Assim, não só o lançamento da IOB se realizou com um fórum promovido no Alto de Bomba, como durante os dois meses iniciais, data prevista para a entrega do primeiro plano de intervenção, se realizaram sessões de esclarecimento à cidade de Mindelo na Biblioteca Municipal, sessões de treinamento para técnicos e funcionários muni-

(...) nos força a pensar em um urbanismo pós-cidade, no qual o paradigma não é a cidade - nem mesmo a cidade neoliberal excludente - mas o Estado de exceção.

Alsayyad; Roy 2009 disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/XpYbWfJBWNMGd8xnQ4ndNMN/?lang=pt&format=html

cipais na Universidade de Cabo Verde e nas zonas de Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa, bem como, foram regulares as apresentações e discussões do trabalho aos/com técnicos municipais, técnicos das universidades e público em geral.
Sem que se pretendesse negar a história da cidade e a presença do conhecimento sobre urbanismo ocidental na formação de todos os atores e parceiros com quem sabíamos ter que lidar, a fragilidade normativa da IOB, refletiu-se na necessidade que encontrávamos em termos que saber, em algum momento, sobre como normatizar os elementos que constituem a urbanização para que a IOB se pudesse encaixar na generalidade das diferentes esferas do sistema público/político. *Habitar a situação* de Alto de Bomba provocava questionamentos na forma burocratizada das estruturas municipais, assim como, ao influir na urbanização de um lugar ocupado, quase como fazer um novo glossário para as áreas auto-prodizidas, sugeria repensar o que é uma casa (sobretudo para quem não consegue enquadra-se no mercado atual da habitação do país), que dimensão deve ter uma rua, como regulamentar uma zona auto-construída ou como pensar na estrutura fundiária dos mesmos lugares.

Construir o que, mais tarde, viriam a ser os princípios orientadores da IOB, aquilo que, no final de 2021, propusemos como princípios que deviam estruturar a política de reabilitação urbana em Cabo Verde, foi uma luta diária e desobediente que combateu discursos repletos de constrangimentos destrutivos

Nós não podemos fazer o nosso trabalho como se imitássesmos apenas os outros! como se fossemos macacos e não homens. Temos de levar os nossos gestos de imitar os outros até ao ponto em que tomamos consciência deles e fazemos uma coisa bem feita.

Cabral, 1969:2

para a ação da IOB, face a sua predisposição para dissidir das políticas hegemônicas carregadas da herança colonial que vimos falando ao longo de toda esta escrita. Ora, ao longo dos anos, vários fatores, contribuíram para a tentativa da sua descredibilização enquanto caminho para uma política construída a partir de uma experiência de três anos no terreno. Lembro-me, por exemplo, do carimbo de não eleito, cooperante ou estrangeiro que me era colocado e que validou constantemente a desconsideração da IOB enquanto construção política interna, quer da própria estrutura do poder local, quer da central. Reafirmar a dissidência face à política urbana atual, bem como, trabalhar na afirmação e no reconhecimento locais, nacionais e internacionais de toda esta ação, ao mesmo tempo, afirmou esse espaço que a IOB chamou a si, mesmo que sempre empurrado para a secundarização pelo poder local, dada a inexistência desse dispositivo legal que a formalizasse. Tal, evidenciou-se, quase sempre, pela forma como, mesmo que afirmada constantemente como uma aposta para o futuro da urbanização, passou politicamente despercebida após os atos eleitorais[44] que aconteceram enquanto vigorou.

Há, sem dúvida, formas diferentes de olhar para a urbanização planetária que, cada vez mais, cresce e tem efeitos contraditórios locais em países como Cabo Verde. No caso deste país, apesar de, a certo

No tinha um casa na Horta Seca. Um dia ba um fiscal de Câmara e dze nós k nós era ilegal modk no ka tinha kel txon legal na Câmara. Na dia seguinte conde no txega na casa ka tinha nada kes ptal na txon.

Tradução livre:
Nós tínhamos uma casa na Horta Seca. Um dia veio um fiscal da Câmara e disse-nos que nós éramos ilegais porque não tínhamos o terreno legal na Câmara. No dia seguinte, quando chegamos a casa não tínhamos ada que eles demoliram-na.

Conversa com Miriam Lopes, moradora de Alto de Bomba a 02 de Maio de 2022

Kel relason (da IOB com a população e o Estado) pa mi foi kel ponto mas complexo (...) mas k não deixou de trazer grandes lições e ser um grande aprendizado.
(...) Ou bo é Estado o ka e Estado. Foi txeu bonito mas é um faca de dois gumes.

Tradução livre:
A relação (da IOB com a população e o Estado) para mim foi o ponto mais complexo (...) mas que não deixou de trazer grandes lições e ser uma grande aprendizagem. (...) Ou tu és Estado ou não és Estado. Foi muito bonito mas é uma faca de dois gumes.

Conversa com Ema Barros, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

[44] Entre maio de 2019 e Dezembro de 2022. Em Cabo Verde, realizam-se eleições municipais, legislativas e presidenciais.

momento, o governo ter apoiado a realização da IOB, pudemos observar discursos diametralmente opostos das entidades públicas.

Entre outros episódios, esta indefinição do que localmente era a IOB e qual o seu propósito ficou clara em situações como a carta anónima que recebi e que referenciei no prologo deste capítulo, na qual se subentendem questionamentos sobre os meus interesses em terrenos no Alto de Bomba, tema que, entretanto, entendi ser recorrente na relação entre moradoras (es) e técnicos da CMSV, sobretudo quando se trata da necessidade de projetos para a legalização desses terrenos. Igualmente, era recorrente o poder municipal assumir publicamente o futuro da IOB, associando-a a lugares que nunca estiveram dentro dos pressupostos aprovados pelo conselho de ministros em 2019. Ou seja, se interceptarmos a forma como se pretendeu construir o diálogo entre entidades, moradoras (es), técnicas (os) e cidadãs (ãos) com a forma como já explicamos que se constroem os programas de habitação social que habitualmente acontecem (CPT ou o Planah 2021-30 ou a construção do conjunto habitacional da Portelinha), verificamos que há uma brutal agressividade na forma como os moradoras (es) são tratados, sem qualquer opção ou liberdade para estar num lugar. Isto porque são constantemente perseguidos, evidenciando-se, assim, como a entidade pública local se recusa à compreensão política do processo de urbanização ou à construção de um ambiente de diálogo construído, por exemplo, como o construído pela IOB da qual era parceira. Há, sem dúvida, uma enorme discrepância

Quando nós falamos da urbanização em Cabo Verde, daquilo que nós chamamos de cidade, está sempre ligado, de certa forma, com as conjunturas internacionais. Nós estamos no meio doo oceano e a nossa cidade sempre foi formada a partir do exterior, nunca foi a partir do interior.

Retirado da comunicação de Redy Lima no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 13 de Julho de 2021

As pessoas falam em rabidância, mas é tudo rabidância, é rabidância política. Isso nós sabemos e na campanha é claro isso. É quem dá mais. Vem um investidor dá e faz o que quiser. É esse o problema, é falta de carácter dos nossos políticos.

Retirado da comunicação de Redy Lima no Evento Somá na Ponta, no Mindelo, a 13 de Julho de 2021

entre o desenho das políticas e a necessidade das populações dos locais que gera abusos de autoridade e austeridade quando se dá o momento em que a relacionalidade e a compreensão deveriam ser a tónica.

O anseio por um mundo no qual a dicotomia nós/eles estaria superada está baseado em falsas premissas, e aqueles que compartilham essa visão certamente não compreendem a verdadeira tarefa que a política democrática tem diante de si.

Mouffe, 2015:2

Tocando as questões que cruzaram a ação da IOB, no que diz respeito aos bloqueios que encontrou face ao que se queria experimentar foram várias as escalas, cujas impossibilidades pude encontrar.
A ação micro levada a cabo no dia a dia de uma equipa e dos moradoras (es) de Alto de Bomba produziu uma transformação territorial, cujas implicações à ação macro proporcionaram o confronto político na sociedade face ao entendimento da urbanização em Cabo Verde, dentro do pântano ideológico que paira sobre a forma como se entende a globalidade do território. Neste contexto os princípios orientadores da IOB que propusemos, nada mais foram que uma tentativa de proporcionar uma visão que levasse os decisores políticos a dar um passo na criação de uma política pública para a reabilitação urbana no país.
Assume-se, oficialmente, uma linha conceptual para a IOB que anuncia que as ações *seguem uma linha metodologica que se constrói dia a dia e que não se pré-estabelece e que vê a urbanização (não planeada) como um conjunto de territórios que devem ser entendidos como lugares onde está em curso um processo de urbanização que não foi planeado, com características próprias associadas ao modo de vida da população, (...), além do entendimento da*

Acredito que deveríamos almejar o estabelecimento de uma ordem mundial pluralista onde um grande número de unidades regionais coexista, com suas culturas e valores diferentes, onde uma pluralidade de compreensões dos “direitos humanos” e formas de democracia seriam consideradas legítimas.

Mouffe, 2003:13

urbanização não planeada é, também, relevante o facto de ficar negritado que a IOB trabalha em lugares que "não devem ser entendidos como lugares onde um conjunto de atividades e muitas pessoas, como quase sempre acontece, não seguem a lei ou as regulamentações formais de planeamento porque estão excluídos e apenas procuram o legitimo direito ao território, à habitação, à democracia e à vida, não sendo, desde logo, justo serem adjetivados de ilegais ou clandestinos. Atendendo que em Cabo Verde, na maior parte das cidades, as zonas autoconstruídas aparecem fora da cidade planeada e de forma espontânea consideram-se essenciais duas proposições: a expansão urbana é impulsionada pelas zonas autoconstruídas nas grandes cidades do pais, nomeadamente Praia e Mindelo, como acontece nas cidades do sul global; e as atividades informais urbanas podem, de facto, ocorrer mas também ocorrem na cidade "formal", portanto, não podem ser consideradas zonas opostas. Devem, por isso, considerar-se os vários modos de urbanização, sem que haja uma separação entre formal e informal.

Concluiu-se a definição desta linha conceptual dizendo que além das *obras necessárias para suprir as carências urbanísticas do espaço público dos lugares impulsiona-se, igualmente, o aparecimento de um sujeito político coletivo que, através da intercepção da sua matriz técnica e política, consolida o papel social da Iniciativa.*

As questões técnicas devem incidir na supressão das carências físicas do espaço público e da infraestrutura dos lugares, enquanto as políticas devem poten-

Dramático é que essa lógica de periferia a invadir o centro, não nas formas, programas, escala, mas sim também no que diz respeito à ausência de "redes de redes", designadamente o desenho e conceito, que suportem as intervenções transformadoras.

Rossa 2007:45

Por fim, mas não menos importante, há essa tremenda vantagem que desfruta a nova elite global ao enfrentar os guardiões da ordem: as ordens são locais, ao passo que a elite e as leis do livre mercado a que obedece translocais. Se os guardiões de uma ordem local tornam-se intrometidos e infames demais, há sempre a possibilidade de apelar às leis globais para mudar os conceitos locais de ordem e as regras do jogo.

Bauman 1998:135

ciar a construção comunitária, estimulando qualquer tipo de relações sociais num processo rizomático e participativo potenciador de vida coletiva.
As dinâmicas vividas enquanto *habitamos a situação* em Alto de Bomba, enquanto aconteceu o espaço-tempo construído pela IOB, permitiram construir um exemplo. Exemplo de práticas, que nos defrontaram com duas questões essenciais sobre como construir novas pistas indicadoras de como atuar na urbanização planetária. Primeiro, o facto de remeter para uma linha metodológica centrada na construção coletiva diária, portanto, que nega a predefinição e não preestabelece classificações, formatos, tempos ou regras, portanto, é indeterminada; segundo, porque se assume a vida como fator central para o desenvolvimento coletivo do território, logo, para o aparecimento de um sujeito politico coletivo que, interceptando técnica (obra e afins) e política (ações no espaço público) encontre uma posição social, de emancipação e independência.

A cidade se reinventa a partir de sua trajetória, de seu legado.
Legado das condições materiais da vida, mas também das culturas do viver que construíram o lugar.

Rolnik 2022:103



Reunião com a população no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2019

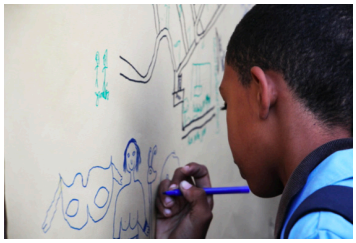
É natural que a negação do método e a elasticidade que foi proposta para o futuro nestes princípios orientadores crie medo e insegurança aos promotores da IOB. Ao contrário do habitual na construção de políticas públicas para o território, o desenho adotado dificulta a adaptação das ações a calendários eleitorais, exige uma discussão sobre a atual estrutura dos corpos técnicos das instituições públicas, bem como, da própria necessidade de um profissional com competências tendentes à especificação.
Acresce dizer que os mesmo princípios orientadores,



Reunião com a população no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2019

não só procuram estabelecer uma viragem no entendimento dos territórios mais pobres da urbanização, assumindo a necessidade de compreender o modo de vida para o entender como um modo de urbanização, bem como, procuram estruturar caminhos que possibilitam dar largura de atuação na escala micro: i) *processo: o processo de trabalho dos gabinetes técnicos deve sustentar-se numa relação de condicionamento mútuo entre a obra (melhorias físicas necessárias) e a cultura disponível, considerando as características socio-culturais encontradas em cada lugar*. ii) *Cenário/Intervenção: O Cenário/Intervenção são as linhas de atuação/intervenção possíveis de ser realizadas, construídas pela equipa técnica a partir de reuniões e experiências de partilha de informação com os moradores.* iii) *Projecto: Assim desenhado o cenário e as suas possíveis variantes a equipa técnica deve construir um caderno técnico, alterável e atualizável sempre que necessário, com os seguintes items: Projetos de arquitetura (Estruturante e Potuais) Projetos de especialidades* iv) *construído o cenário/intervenção e realizados os projetos admitem- se estar conseguidas as bases para a realização de obras que, sabendo da necessidade de envolver os moradores, gerar uma economia interna, emprego e o sentido de pertença comunitária devem, sempre que possível,ser executadas e fiscalizadas pelo gabinete técnico através de contratação direta* v) *ativação do espaço público: Pode começar a partir da finalização da caracterização e, no futuro, articulado com as lideranças e desígnios locais, de forma a fortalecer a construção coletiva que caracteriza a ação*



Reunião com a população no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2019

Esse tipo de liberalismo é incapaz de compreender de maneira adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que o pluralismo acarreta; conflitos para os quais jamais poderá existir qualquer solução racional. A típica interpretação liberal do pluralismo é que vivemos num mundo em que existe, de fato, um grande número de pontos de vista e de valores, e que, devido às limitações empíricas, eles nunca poderão ser adotados em conjunto, mas que, ao serem reunidos, constituem um conjunto harmonioso e não conflitante.

Mouffe, 2015:9

despoletada na fase experimental da Iniciativa Outros Bairros, no caso, no Alto de Bomba.
Nesta fase devem considerar-se todos as formas possíveis de viver, ocupar e sociabilizar no espaço público, entendendo-o como um lugar agonístico, de disputa e de troca/articulação de formas de pensar.
Paralelamente, é nesta fase que se devem considerar, sugerir e discutir todos os projetos possíveis de desenho/construção de espaços ou edifícios públicos coletivos de proximidade.
Nesta fase devem ser discutidos todos os aspetos de organização social, associativismo, cooperativismo, educação, institucionalização, relação com poderes públicos, arte, cultura, desporto, ambiente, entre outros.

É o que se fazia (e se fará) nas festas onde dançávamos todos jutos, ao mesmo tempo, cada um à sua maneira, em confraternização, no meio da noite ou do dia, indisciplinares e irrepresentáveis.

Andrade in Rainho 2021:163

Em suma, a rutura com o processo tradicional de planear, que determina previamente, e a possibilidade de encontrar um sujeito político que procure o sentido das atuações e, consequentemente, retome a reflexão sobre o direito à cidade e ao lugar, ao contrário dos grandes programas habitacionais assépticos e devastadores da vida nos lugares, permitiu tentar, neste caso, uma proposta de normatização e institucionalização da IOB que garantisse o diálogo e a possibilidade de construção do campo democrático na sociedade cabo-verdiana. A possibilidade de propor vínculos políticos ao Governo de Cabo Verde para dar os primeiros passos para a criação de uma política de reabilitação urbana, a partir do modo de vida da população local é, sem dúvida, o testemunho e o contributo que a experiência da zona de contacto

da IOB pode trazer à política. Ou seja, trata-se de entender de que forma as normas que possibilitarão maior vínculo no tempo das práticas constituídas pela vida de quem, de facto, vive e configura o lado invisível da urbanização para, por fim, entender como a possibilidade de flexibilizar essa normatividade é proporcional à construção do diálogo que aprofunda a democracia, abrindo maior espaço a encurtar a distância entre a decisão política e a decisão do quotidiano dos cidadãs (ãos), tornando-os centrais na decisão.



Desenho realizaddo pelo morador de Alto de Bomba, Eliano, para uma intervenção do grupo B.I.P. Eliano Nascimento, 2020

Nha mãe é k po kes pedra lassim [A minha mãe é que colocou aquelas pedras ali]

Já referi nesta tese que a desobediência que funda a IOB também se dá pelo facto de esta se deslocar para dentro de um ministério do Governo de Cabo Verde, após ter deambulado entre o M_EIA e vários grupos de professores da mesma escola que, por interesse pessoal, motivaram um contínuo de discussões sobre o tema. De igual modo, o seu cariz dissidente, apesar de todas as contradições, tornou-se o âmago do carácter libertário que posicionou a IOB contra a hegemonia do conhecimento, da arquitetura e do urbanismo.

Se trabalhássemos como artistas em nossos ateliers, saíamos com certeza muito mais apaziguados, poderíamos fazer-nos escapar de tudo isto. Se fossemos professores circunscritos a uma sala de aula, poderíamos ensinar tão bem toda essa arte, nossa ideologia, fazendo profecias e cartilhas de sucesso para segurança de novos artistas, professores de arte e até para assimilação de outros do sul político com integração no Norte.

Rainho in Rainho 2021:13

Neste sentido, trabalhar com um grupo de colegas arquitetas (os) e com os moradoras (es) numa vivência coletiva diária implica navegar nessa dissidência, por isso, oscilar entre o recorte artístico que abre espaço à construção das metáforas que integraram o espaço-tempo que se construiu.

Recuo ao subcapítulo Caminhos invisíveis*. É moda um terceir ilha [É como uma terceira ilha]*, do presente capítulo, para, a partir do resumo do que para mim é central do artigo, *OUTROS BAIRROS, desafios de um devir coletivo*, apresentado no congresso UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects, me focar no que parece central dessa passagem:

Abrir esse processo à comunidade que irá receber a intervenção, passa por uma mudança radical do projeto autoral - que pré-define um programa e um conjunto de soluções - para uma suspensão dessa concepção do arquiteto, no sentido de uma abertura à cosmovisão da população residente no bairro, bem como às soluções que o seu próprio quotidiano foi desenhando ao longo do tempo no espaço comum.

Apesar de parecer que esta frase enfatiza apenas a questões técnicas que se relacionam com desenho é determinante considerar o valor da abertura à cosmovisão, ou seja, um modo particular de entender o mundo e a vida a partir do espaço-tempo que se constrói. De igual modo, a suspensão da nossa própria concepção de arquiteto, enquanto forma de enfrentar o desconforto e a irreverência de uma ação coletiva como a IOB sem que isso iniba a necessária contaminação, colocando a questão: como pode a ur-

Reconhecer as vozes que nos habitam e ecoam no nosso saber-fazer é refletir com elas criticamente. Escutar, aqui, é também escutar-se; é se comprometer consigo e com o outro, com outras vozes e com o dito.

Lira in Rainho 2021:115

Agir afetados pelo afeto. Errar

Rainho in Rainho 2021:14

Enquanto Ministra o meu foco é, sobretudo, físico. O meu foco não é cultural, nem social. A componente social e cultural teria que ir buscar a outros setores que não o meu ministério. (...) mas as valências trazidas pela relação entre os moradores com a sociedade, o direito que os moradores tem à cidade (...) e participarem nessas decisões e mais do que participarem fazerem. (...). hoje reconhecemos que essa valência deve ser trabalhada. (...)

Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (CV) durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 24 de Maio de 2022

banização planetária, encarar a Arquitetura e o Urbanismo enquanto dispositivos institucionais de poder, hegemonização e controle?
No subcapítulo *Grinnhassim tud gente ta bem li*, do capítulo *A Urbanização Planetária a partir de Cabo Verde*, enunciei parte do Decreto Lei que estabelece os princípios para a regeneração do habitat, do Planah 2021-30, que refere a sua vigência *com carácter finito, assim que se verifique a inexistência das zonas auto-construídas se estagnada a proliferação das construções e dos bairros clandestinos,* pelo que, vejo aqui uma tensão clara entre este documento e os Princípios orientadores da IOB no que concerne à compreensão da urbanização. Ao contrário da IOB que a entende como um modo de urbanização, parece claro que a visão política da urbanização que atualmente vigora não se propõe ao entendimento da urbanização como um processo global do qual Cabo Verde faz parte. Desta forma não entende a urbanização como um processo e, por fim, não entende o modo de vida como fator central de compreensão, insistindo na aplicação de modelos pré-determinados totalmente influenciados pela hegemonia ocidental e pela herança colonial.

Nas antigas tradições africanas, o ponto de partida da interrogação acerca da existência humana não é a questão do ser, mas a da relação, da implicação mútua, ou seja, da descoberta e do reconhecimento de uma outra carne diferente da minha.

Mbembe, 2017:51

As tensões que existem tanto no seio da arquitetura e do urbanismo, como no seio da política e da sociedade ajudam a entender os campos de conflito presentes no espaço singular da urbanização planetária. É, por isso, que assente nas possibilidades metafóricas que permitem a transformação identifico, adiante, algumas das minhas experiências que na IOB me

Ainda que o conceito empregado no termo cidade tenha uma existência histórica que não deva ser ignorada, a sua imagem e representação são demasiadamente variadas e dependentes da interpretação daquele que a utiliza; tratam-se, por isso, de significados puramente ideológicos.

Domigues; Godinho 2021:14

parecem mais relevantes no espaço-tempo criado. Remeto ao título deste sub-capítulo *Nha mãe é k coloca kes pedra lassim* [A minha mãe é que colocou aquelas pedras ali] para discorrer sobre a forma como, além das obras, se pensou a IOB como uma plataforma geradora de transformação, desobediência e irreverência. Esta afirmação foi feita em paralelo a uma entrevista feita às calceteiras do grupo *Amdjer na Obra*, pela filha de uma delas. No entanto, apesar de colateral a uma ação do grupo no espaço público, reflete um dos entendimentos possíveis sobre como participar na IOB. Ou seja, podemos entender as várias maneiras de participar na IOB. A primeira, a partir de uma relação institucional, portanto, entendo-a como uma ação que remete apenas a uma obra por se filiar ao MIOTH; a segunda, apenas a partir da participação numa agenda de discussões ou trabalho; a terceira, a partir de um posicionamento que exige refletir sobre uma participação na sociedade, em geral, fundado no entendimento pessoal perante nós próprios e a evidência da exclusão e pobreza que representam o estado falho do mundo, falho da IOB e falho da sociedade em si mesma. Entender a IOB proporciona, contudo, a possibilidade de entender o nosso sujeito - de investigação e político - e entender como participar de um sujeito coletivo que se quer configurar e, embora quase sempre silencioso e indefinido, constrói vozes, bem como, legitimidades que há muito se procuraram.

Acredito que as dúvidas, as incertezas ou mesmo o que parece erro, no caso de ações como a IOB que se propõe a integrar teias complexas como as que

Poderá fortalecer a luta contra a invisibilidade uma escuta que também considera a importância de qualquer tema enquanto elemento de afirmação, resistência no lugar e reconhecimento social.

Flores; de Piina; Fortes 2021:37

Sim, erramos, desconseguimos, fracassamos.
Erramos de novo, persistindo, fracassando...

Rainho in Rainho 2021:15

configuram a urbanização planetária, são essenciais para se entender o contexto e pensar o modo de urbanização em potência. Mas se a possibilidade de o entender como potência expõe contradições pessoais que se confrontam, no caso da IOB, abriu-se a oportunidade de se criar esta plataforma, que permitiu entender a soberania coletiva que ativamos, bem como, questionar as vezes que reproduzimos tradições e mecanismos que nos deixaram submissos às instâncias formais que nos tutelavam ou que, indiretamente, nos influenciavam. Contudo, aceitando a divergência como forma de consubstanciar qualquer ato, vi na IOB um espaço agonista, pelo que, hoje, entendo as dúvidas do momento como uma das mais delicadas questões que, mal ou bem, tentamos lidar. Porém, sabendo que a tendência de se pensar em projetos ideais leva à construção de mais impossibilidades, é esse agonismo que permite o confronto de ideias, perante a desigualdade em que se fundam parte dos modos de urbanizar.

Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só escutava a invenção de permanecer naqueles espaços doo rio, de. meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.

Rosa 1994:409

Vivi a IOB, em permanência, numa dualidade constante. Por um lado, negando a pré-determinação que penso ter sido esperada pelo MIOTH e pela população das três zonas (Alto de Bomba, Fernando Pó e Covada de Bruxa), por outro lado, convidando qualquer um moradora (es) e cidadã (ãos) a fazer parte desse sujeito coletivo em construção.
Sobre este ponto, interessa-me o momento em que senti a IOB ser assaltada pelos interesses políticos que tendiam à opção pela construção de habitação de massa. Tanto porque não surgiam sinais possíveis



Primeira tentativa de realização de hortas comunitárias.

Rita Rainho, 2020

para a continuidade da ação no MIOTH, como porque depois de Abril de 2020, início da pandemia da Covid 19 em Cabo Verde, senti estarmos a ser alvo do fascínio de parte do sistema que, habitualmente, se atraí pela ação de ONG`s que, como referenciei anteriormente, salvo raras exceções, são promotoras de ações paliativas que nada acrescentam a uma possível transformação porque fazem parte da global privatização do estado. Neste momento era clara uma tensão entre a equipa da IOB e as moradoras (es), porque se sentia o risco das obras poderem parar e todas (os) entrarem numa indefinição total relativamente ao emprego. Além disso a nossa tentativa de caminhar a par das decisões dos coletivos, sobretudo quando estava em causa o posicionamento perante o MIOTH e a CMSV, era, de repente, igualmente assaltada pela possibilidade de acontecerem ações previamente definidas e com objetivos delimitados pelos apoios à Covid19, que chegavam via projeto Comunidades de Valor[45]. Apesar da disponibilidade financeira que poderia chegar a partir deste projeto, contrariando as nossas habituais dificuldades para realizar ações paralelas a obras, a proximidade dos elementos nele envolvidos – conhecidos de outros projetos que aconteceram anteriormente noutros lugares de São Vicente – e a proposta de gerar uma orquestra local (no modelo da Orquestra Geração) expôs o conflito entre a tendência habitual para a

Bu é árbitro e bo é jogador ao mesmo tempo (...) Mi jam tinha estod na projetos ki tem kel abordagem li, ma es era Ong`s. (...) nton es tinha um posição completamente isento (...) tipo: es podi aponta dedo, es podi critica, ma li um toxa k foi um tarefa como *pisar em ovos*. Tipo: um podi critica, mas não tanto.

Tradução livre:

Tu és árbitro e jogador ao mesmo tempo (...) Eu já estive em projetos que têm esta abordagem, mas eram Ong`s (...) então tinham uma posição completamente isenta (...) tipo: eles podem apontar o dedo, eles podem criticar, mas a IOB eu acho que foi uma tarefa tipo *pisar em ovos*. Tipo: eu critico, mas não tanto

Conversa com Ema Barros, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 12 de Agosto de 2022

É difícil medir em estatísticas, censos, metas e resultados, o
que sentem estas mulheres e
de que maneira este trabalho as
transformou, na sua subjetividade
individual, mas também no sue
horizonte coletivo.

Rainho in Flores 2021:30

[45] O projeto Comunidades de Valor, durou 18 meses, foi financiado pela Cooperação Luxemburguesa, no âmbito do Fundo de Descentralização, com o apoio técnico e a gestão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em estreita articulação com o Governo de Cabo Verde, através da Direção Nacional de Planeamento.

pre-definição das ações. No caso, um conflito entre esta proposta que pré-determinava esta orquestra e a apetência, já identificada pela equipa da IOB, para uma discussão sobre o sentido de comunidade com os jovens locais através do Hip-hop, fruto de encontros anteriormente realizados num estúdio de música local, situado na casa de um morador, e intitulado por *kubaka*[46].

É comum, até hoje, recordar a reunião que tivemos com as moradoras (es) na *Praça Nho Jon*, em que entendi, novamente e depois do episódio que narrei no prólogo deste capítulo, a urgência da fazer a IOB se abrir a mais do que uma obra. Ao contrário, a partir de um processo financeira e conceptualmente autónomo que possibilitasse a realização de ações vindas dos desígnios, pessoais ou coletivos, locais.

Relembro, também, tensões seguintes que surgiram nas reuniões da nossa equipa, divididas entre quem sentia a vontade de arriscar coletiva e irreverentemente, mesmo sabendo dos riscos perante a crítica política às opções do MIOTH e da CMSV que pudesse surgir, e quem tendia pela continuidade das práticas recorrentemente utilizadas pelas ONG`s que cooperam com Cabo Verde.

Considero que este momento foi fundamental na IOB porque globalizou uma discussão agonística entre os envolvidos, forçando à divergência que mapeou o que, no futuro, podia constituir o nosso corpo comum e a nossa participação num sujeito coletivo que dava sinais de existir.

(...) refletir sobre a questão social e urbana em São Vicente, a importância da iniciativa Outros Bairros na comunidade do Alto Bomba em particular e na cidade do Mindelo no geral e a construção de mecanismos de auto- governação e auto-organização juvenil e comunitária. (...)

Extrato da proposta conceptual da residência artística Kubaka – Outubro 2020

Aquilo que não havia acontecia

Rosa 1994: 409

[46] Em criolo kubaka remete para cubículo.

Entre diversas ações, das quias evidencio *Amdjer na Obra e Pedra Calcetod, eh Txon Calçod; Kubaka; Dsinrascá, Praça Nho Jon e Somá na Ponta*, construir esse corpo comum revelou-se desgastante quer na nossa relação pessoal (da equipa técnica da IOB), quer na nossa relação com as moradoras (es) e com os demais com quem nos relacionávamos.
Os ajustes e desajustes a que nos forçamos trouxeram, vivamente, o sentido da transformação visível no agora de Alto de Bomba. Assim como, o desânimo e a violência que sabíamos ser caraterísticos da *terceira ilha*, nos colocou, igualmente, perante não sabermos como lidar com esse lugar que podia, em si mesmo, representar uma margem, um limite, ou outro lugar, mesmo que aparentemente visível, para a utopia que se procurava.

O tempo da desilusão e do desaparecimento do agonismo que se seguiu fez abrandar o ímpeto apaixonante que inicialmente foi criado sem que desaparecesse, mesmo assim, a riqueza do processo que nesse momento vivíamos, hoje em dia, capta-me igualmente a atenção e a reflexão sobre esse tempo. Este novo momento da IOB, que coincide com o momento em que conseguimos pensar coletivamente as ações paralelas à obra, determina o início do que oficialmente chamamos de *Ativação do Espaço Público* que, através de práticas artísticas relacionais, nos permitiu encontrar metáforas outras, essenciais para pensar e, eventualmente, estruturar o coletivo. Apesar de sabermos que para que a transformação não fosse só física, ou seja, mais do que o resultado das

Um ta toxa k kosa k mas falta gente foi consegui faze pessoas interessa. Tinha txeu gente k tava ba la por pura curiosidade. Mas depois conde bo tava ta dzes pa faze es ka tava ta ba pa frente. Toxa k kosa k mais um tava ta gosta pa no ter conseguid dze pessoas é: bo ta pode! Bem pa no tenta faze djunt k no consegui, k bo tem direito a el.

Tradução livre:

Eu acho que a coisa que mais nos fez falta foi conseguir fazer as pessoas se interessarem. Tinha muita gente que ia lá por pura curiosidade. Mas depois, quando lhes dizias para fazer eles não avançavam. Acho que a coisa que mais gostava de ter conseguido era dizer: tu podes. Vamos tentar fazer juntos que conseguimos, porque tu tens direito.

Conversa com Elaine de Pina, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 30 de Julho de 2022



Encontro semanal com os moradores de Alto de Bomba

Rita Rainho, 2020

obras, era determinante olharmos para nós próprios, para a nossa própria ação, refletindo sobre, nesta altura, já 12 meses de trabalho no Alto de Bomba. Por isso, estipulou-se a realização de uma reunião semanal onde se discutiam as sensibilidades de cada um na sua relação com a equipa e com as (os) moradoras (es); um dia de visita coletiva ao terreno onde se cruzavam os entendimentos de cada um sobre a obra e sobre modo de vida local; a continuidade das reuniões semanais abertas (quartas-feiras às 17:00 na *Praça Nho Jon*) com as (os) moradoras (es); a possibilidade de alargar a equipa da IOB a moradoras (es) que, entretanto funcionárias (os), nos facilitariam a comunicação e o entendimento do modo de vida a partir do lugar; e a possibilidade de alargar a equipa da IOB a consultoras (es) externos que nos pudessem ajudar a criar novas cumplicidades e novas ações que respondessem às demandas locais que nos chegavam e entendíamos, isoladamente, não sermos capazes de realizar, nem podermos dar resposta.

Independentemente do impacto mediático que estas ações geraram na IOB, ressalto que para a equipa foi este, a meu ver, o momento mais conflituoso e de maiores tensões. Por um lado, a dimensão relacional trazida pelas ações coletivas permitia uma reflexão mais alargada e permitia responder à dimensão politica inerente às questões que se relacionam com o processo de urbanização, por outro lado, na relação direta com as (os) moradoras (es) assistiu-se a um entusiasmo imediato, mas não foram tantas as vezes que se conseguiu apelar à consciência coletiva



Encontro semanal com os moradores de Alto de Bomba

Rita Rainho, 2020

Já é sabido que padecemos de uma escassez das forças que provém do coletivo. Toda a mazela que hoje nos acomete tem origem em formas de solidão.

Andrade in Rainho 2021:163

Tampouco nos servirá de cura o sentimento unificador que nos agrupe de modo maciço e heterogéneo, sobre o significado de uma palavra povo, enquanto conceito de soberania, masculino singular – que resultará destituído de suas singularidades. A saudade que agora experienciamos, dentro de nossas casas e países, na condição de sobreviventes, deflagra justamente aquilo que carecemos em nossas lutas. Estar em multidão.

Andrade in Rainho 2021:163

e politica do que se pretendia para a construção da cidadania.

Recordo-me de um dia de visita coletiva ao terreno nos interrogáramos sobre se aquelas ações traziam, de facto, mais consciência aos moradores sobre o seu lugar na sociedade e sobre a possibilidade da IOB ser uma âncora para a sua própria emancipação. Portanto, como poderiam estas ações gerar a possibilidade de todos os processos de urbanização se tornarem parte das políticas públicas para a urbanização em Cabo Verde? Como seria possível despertar uma base popular consciente do poder do seu posicionamento coletivo?
Traduzir a ação de um processo coletivo, cada vez mais desprendido da ação especifica do projeto de arquitetura e, consequentemente, da obra que dele advém, não se tornou tão exigente devido ao alargamento permanente da discussão coletiva da equipa, bem como, pela envolvência que se exigiu a cada membro no sentido de nos forçarmos à escuta e à suspensão. As dificuldades que, à época, pareciam sentir-se, reflito hoje, eram sobretudo uma preocupação minha, devido ao isolamento inerente ao meu vínculo profissional de consultor do Gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação e às limitações de financiamento com que me deparava desde o início da IOB, que acabaram por não se traduzir na atuação individual de cada membro da equipa. Além disso, sentia que quanto mais profícua a crítica e a desobediência e ao posicionamento do sujeito coletivo que procurávamos,

Durante o processo chegamos a falar sobre um conceito de ator rede e acho que houve esse papel.
Fazer as conecções entre as entidades, a comunidade, a equipa e os vários atores envolvidos com o projecto.
É um papel mais distante do clássico do arquiteto com cliente onde é dado um programa que se traduz num projecto.
Mas acho também que como defendemos a componente social do projecto, ao mesmo tempo também defendemos a própria arquitetura.
A parte física não foi completamente descorada, embora eu não me entenda como um autor do projecto, mas como parte de um coletivo porque o resultado daquele projecto é produto de uma discussão que passou por quem tinha que passar.

Conversa com Ângelo Lopes e Jakob,Kliing arquitetos da equipa da IOB, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 16 de junho de 2022

maior era a falta de um posicionamento político de apoio à IOB por parte da nossa tutela, o MIOTH.

Pensar a ação de um arquiteto a partir de uma ação coletiva, ou seja, de predispor da autoria para procura um sentido de *relacionalidade* que estimule a consciência política do todo da ação, registou resistências frequentes nos diferentes membros da equipa da IOB. Relembro-me, por exemplo, das vezes que refleti sobre quais seriam as minhas dificuldades em me distanciar das pressões que me vinham do MIOTH e de que modo deixava isso pressionar a própria equipa; das vezes que os arquitetos da equipa da IOB, inclusive eu, não conseguiram largar a definição a partir do desenho e da vontade de levar à obra um rigor de execução que fugia do nosso domínio porque o Alto de Bomba é um estaleiro de obra permanente, logo, em constante mutação física e humana; e das vezes que as ações coletivas eram perturbadas pela tendência de individualização de ações que ou isolavam determinadas (os) atoras (es), ou durante o desenvolvimento do trabalho faziam as posições pessoais tenderem para a centralização das ações no interesse de cada membro.
É, precisamente, no encontro do conflito entre o papel do arquiteto e a sua formação ocidental baseada em ações individuais (modelo dominante em Cabo Verde) que, raramente, tendem à participação em coletivos ou a posicionamentos políticos que gerem transformação, que vejo a necessidade de produzir conhecimento, a partir da construção da história e do *agora* da urbanização assente numa rutura com

Uma das razões que nos permite entender o colapso da modernidade é que o Ocidente já não controla uma forma de economia que ele próprio inventou e que só pode inventar por causa da colonização do mundo

Mignolo, 2022- Disponivel em: https://ihu.unisinos.br/623338-seculo-xxi-o-colapso-da-modernidade-a-ascensao-da-multipolaridade-e-os-desafios-da-pluriversalidade-entrevista-especial-com-walter-mignolo?fbclid=IwAR2EvOw6qanfWcwBZsqGzZbjmq0rq89_E3-u2pIwXZQi6xSfW2y87LtYOf8

Maísa dzé: Bsot prepara k bsot ba pa traboi. Um dze, oh Maísa bo tek avisa mod um b apa Sitanton.
El dze bo descontra e txa Sintaton prala.
(...) Conde no tava na véspera de ba pa traboi el dze no k no ta ba pa Câmara.

Tradução livre:

A Maísa disse: Vocês preparem-se para trabalhar. Eu disse-lhe: oh Maísa tens que avisar porque eu vou para Santo Antão. Ela disse, tu descontrai e esquece Santo Antão. (...) Quando chegou a véspera de ir trabalhar ela disse que íamos para a Câmara.

Conversa com Samira, Cilésia, Edinelia e Eliana – membros do grupo Amdjer na Obra

o modelo de planeamento e de projeto atuais. Desta forma pergunto, qual o sentido de realizar ações baseadas no conhecimento ocidental, se ainda pouco se sabe sobre a urbanização planetária? Qual o sentido de se formarem arquitetos, ou qualquer profissional que atue na urbanização planetária, sem a disposição para mergulhar num processo aberto à divergência e sem a disponibilidade de trabalhar em coletivo?



Encontro entre moradores num dia de caminhada organizada pelos moradores de Alto de Bomba ao Monte Verde

Nuno Flores, 2020

Perpassar as ações que ocorreram leva-me a refletir sobre a natureza da génese da IOB. Uma dificuldade transversal aos três anos de trabalho no Mindelo foi a falta de apoio da CMSV, quem sabe por falta de entendimento político dos ganhos que a liderança municipal podia tirar desta ação. Tal, me possibilitou entender, sobretudo a partir do momento que a *Ativação do Espaço Público* permitiu as (os) moradoras (es) se apropriarem da IOB, que a impossibilidade de uma ação endógena se dá porque é tamanha a quantidade de assuntos a discutir que a falta de apoio político local gerou contradições face a quais seriam, de facto, os propósitos da IOB. No entanto, é permanente a questão: mas se não há apoio político local porque os interesses se imiscuem com os interesses do capitalismo global, como se constrói uma atuação? Ou mesmo, se o capitalismo global é um polvo que vive emaranhado em qualquer esfera da sociedade e com tentáculos em qualquer lugar, como partir para uma ação que se pretende dissidente da política vigente?



Legenda imagem:

Formadoras de calcetamento, *Calceteiras do Carriçal,* com o grupo de formandas moradoras do Alto de Bomba, grupo de calceteiras *Amdjer na Obra.* Da totalidade das 10 mulheres que fizeram a formação em Novembro de 2020, atualmente, 7 mantém-se no grupo e s~çao funcionárias da CMSV.

Grace Ribeiro, 2020

Amdjer na Obra

A resposta a estas perguntas, a partir de certa altura, foi uma necessidade constante que, atualmente, me leva a deparar-me com outro conflito: o limbo entre a pertinência das ações propostas pela equipa da IOB e a pertinência das ações sugeridas por coletivos que, estabelecidos formalmente ou não, havia no Alto de Bomba. É, por isso, que considero que a formação, em calcetamento, em contexto de obra, ao grupo de mulheres que deu origem ao grupo *Amdjer a Obra* foi a que teve mais impacto porque proporcionou uma transformação na vida de dez famílias, tendencialmente lideradas por essas mulheres; levou a que este grupo, nem todo ele próximo na relação individual de cada membro, aprofundasse relações de sororidade outras que ainda não tinham sido experienciadas; abriu a discussão face à mulher participar na obra de reabilitação do Alto de Bomba, o que até aqui não era uma possibilidade; abriu um conflito claro entre este grupo, construído a partir de necessi-

Tud mês no ta encontra. Grinhassim, na Câmara, no ta trabaia separod, nton tud mês no ta encontra pa no fala de nós.

Tradução livre:

Todos os meses nos encontramos. Agora, na Câmara, nos tralhamos separadas, então todos os meses nos encontramos para falar de nós.

Conversa com Eliana, Adelaide e Leila – membros do grupo Amdjer na Obra



O grupo Amdjer na Obra durante o primeiro trabalho para um empreiteiro local (Spencer Cosntruções).

Nuno Flores, 2021

dades efetivas – a necessidade das suas intervenientes terem trabalho, salário mensal e a sua emancipação enquanto coletivo – e, por exemplo, o grupo de moradores que constituiu a Associação Comunitária Alto de Bomba Unid, fechado à discussão e, apesar de constituído após as reuniões habituais na *Praça Nho Jon*, portanto, no espaço público, dependente da necessidade de responder às demandas municipais e de ONG`s parceiras. Apesar dos conflitos internos do grupo *Amdjer na Obra* e da sua constate dificuldade em construir diálogo com a Associação Comunitária Alto de Bomba Unido, a meu ver, algumas questões são estruturantes na sua génese, o que, mais do que outro, fez dele um estruturador do sujeito coletivo que se constituiu. Primeiro, haver a perspetiva de trabalho futuro a partir da IOB, ou seja, ao contrário dos demais grupos, as intervenientes do grupo *Amdjer na Obra* foram as únicas que, de facto, viram coletivamente a IOB como uma saída efetiva de emprego que acabou por resultar na sua contratação como funcionárias da CMSV.

Depois, importa ainda referir que durante a sua participação nas obras do Alto de Bomba a própria IOB se tornou parceira de A*mdjer na Obra* na realização de nova formação em contexto, *Pedra Calcetod, eh Txon Calçod*, que não só previa o seu próprio aperfeiçoamento na gestão da obra, no relacionamento com os demais intervenientes e no seu próprio lugar no Alto de Bomba e na sociedade, enquanto mulheres e cidadãs, como também a formação de mais dez mulheres calceteiras, fruto da sororidade que o configurou.



Reunião com o grupo Amdjer na Obra depois de demitidas do primeiro trabalho para um empreiteiro local (Spencer Cosntruções).

Nuno Flores, 2021

“Sinto uma satisfação imensa quando passo numas das localidades e vejo o nosso trabalho. Além disso, as críticas são muito boas e naturalmente que me sinto muito orgulhosa do trabalho feito por mim e pelas minhas colegas”

Maísa, calceteira do grupo Amdjer na Obra. Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2021/05/29/maisa-fortes-lider-da-amdjer-na-obra-e-calceteira-com-muito-orgulho/



Legenda imagem:

Primeiro dia da formação em contexto de obra, em calcetamento, dada no Alto de Bomba pelo grupo das *Calceteiras do Carriçal.*

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

Hora de *Bodji,* em criolo, paragem para comer. No caso da obra de Alto de Bomba tinha duração de 30 minutos e aconntecia diariamente às 10:00.

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

Pedra Calcetod, eh Txon Calçod. Formação em contexto de obra do grupo de calceteiras *Amdjer na Obra a 10 moradoras do Alto de bomba em calcetamento.*

Grace Ribeiro 2020



Legenda imagem:

Participação de funcionários da equipa da IOB nas obras de reabilitação do espaço público do Alto de Bomba

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

Segunda obra do grupo de Calceteiras Amdjer na Obra no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

O grupo de calceteiras Amdjer na Obra num dia de trabalho, após o *bodji*.

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

Primeira obra do grupo de Calceteiras Amdjer na Obra no Alto de Bomba.

Erickson Fortes, 2020



Legenda imagem

Os equipamento desenhado pela designer Vanessa Monteiro no âmbito da feira de artesanato URDI 2021.

Nuno Flores, 2021

Kubaka

Ao contrário do grupo *Amdjer na Obra*, que se forma da necessidade pessoal de cada mulher de participar na obra visto não estar a ser efetiva a entrada do dinheiro gerado pela IOB nas famílias locais, uma vez que só homens estavam a participar na construção, outros grupos se formaram por razões não tão inerentes a solicitações pessoais dos próprios moradores. No entanto, salvaguardo que quando aconteceu se formaram sempre a partir da *relacionalidade* criada entre quem participava na IOB e quem morava no Alto de Bomba. É o caso de *Kubaka* que, após entendida a vontade do grupo de *rappers* se posicionar e a incapacidade (prática, face à debilidade técnica do estúdio) de o fazer, gerou uma reflexão clara sobre o grupo e sobre a forma como refletiam o seu próprio lugar, enquanto moradores de Alto de Bomba, bem como, face a possibilidade de se apropriarem da IOB enquanto forma de politicamente posicionarem uma centralidade do próprio lugar.

Ou seja, a partir de um lugar de fala que construía o grupo como um centro que procura observar, criticar e posicionar-se perante outros lados que, por qualquer razão, levam em consideração. Este processo, ainda que com curadoria externa à IOB, mas sempre construída a partir de discussões com a equipa da IOB foi, de facto, importante para considerar a possibilidade descolonizar a mente e o pensamento (no sentido de construir a partir de nós próprios), sobre a necessidade que havia de entender o direito ao lugar e à cidade, usando o *Rap* e a sua indigenização como ferramenta.

Um senhora param na kemin e dzem prop parabéns e um fka contente naquel momento la e um dze: pronto...

Tradução Livre:

Uma senhora parou-me o caminho, disse-me mesmo parabéns e eu fiquei contente naquele momento e disse: pronto...

Extraído da conversa com o grupo Kubaka

É falta de union. Katem union na zona.

Tradução Livre:

É falta de união. Não tem união na zona.

Extraído da conversa com o grupo Kubaka

Cond bo ta uvi kes sentimento (referência a entrevistas de moradores que entraram nas músicas do disco produzido) bo ta senti k kel muv é essencial para kes música.

Tradução Livre:

Quando ouves aquele sentimento (referência a entrevistas de moradores que entraram nas músicas do disco produzido) sentes que aquela onda é essencial para aquelas músicas.

Extraído da conversa com o grupo Kubaka

É um facto que para o grupo *Amdjer na Obra* o emprego foi conseguido a partir de uma ação coletiva que se tornou estrutural do ponto de vista da coesão do grupo. Ao contrário, *Kubaka*, nem se constituiu como uma alternativa financeira para nenhum dos seus membros, nem, salvo raros e pontuais posicionamentos, foi argumento para novas produções musicais. No entanto, poderá no futuro ser semente de novos posicionamentos coletivos do grupo, individual de algum dos seus elementos ou do Alto de Bomba.



Projeção de filme sobre Hip-hop realizado no Alto de Bomba no enquadrameto de Kubaka

Nuno Flores, 2020



Legenda imagem:

Primeiro encontro na Praça Nho Jon para discutir estratégia de funcionamento da residência artíistica *Kubaka.*

Grace Ribeiro, 2020



Legenda imagem:

Encontro para compreensão e discussão das letras realizadas pelo grupo de rappers que participou na residência artística *kubaka.*

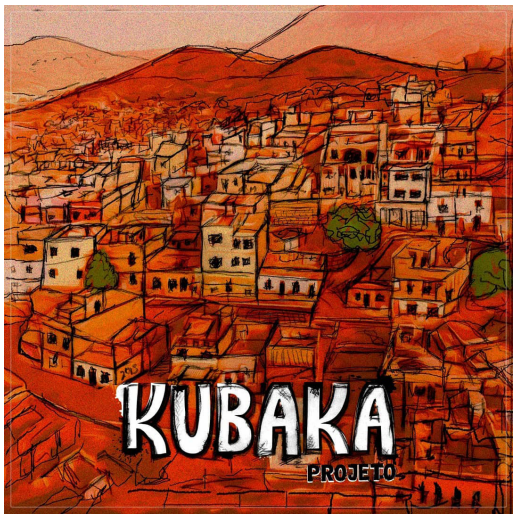
Frame do Minidocumentário Nuno Flores, 2020



Legenda imagem:

Gravação do Album *Kubaka* no estudo *Kubaka* do rapper *Konen_z* no Alto de Bomba

Frame do Minidocumentário Kubaka, 2020



Legenda imagem:

Capa do WebCd *Kubaka*

Revan Almeida, *2020*

Dsinrascá

Como já referi neste subcapítulo, a nova fase da IOB que subentendia a abertura à realização de novas ações no espaço público, tanto podia acontecer a partir solicitações dos próprios moradores, como do entendimento de quem participou na IOB, desde que a discussão se construísse a partir da *relacionalidade* que, no Alto de Bemba, era possível. Por isso, *Dsinrascá*, *ação construída para desenvolver uma cartovi-*

deografia dos territórios explorados de forma a valoriza-los[47], apesar do importante papel de juntar grupos de jovens, trabalhando a partir da aprendizagem por meio de audiovisual, não revelou o mesmo vínculo futuro nos moradores que revelou *Amdjer na Obra.* No entanto, apesar de não se ter assistido a uma continuidade deste trabalho a partir de nenhum dos participantes, é de realçar a importância dos diversos momento que permitiu a identificação de práticas artísticas já existentes (latoaria, culinária, carpintaria ou construção de instrumentos). Ou seja, não só se identificaram saberes com potencial de serem resgatados e desenvolvidos, como os próprios moradores puderam impulsionar a discussão sobre os seus próprios lugares e ofícios em discussões alargadas na *Praça Nho Jon.* Além disso iniciar uma reflexão a partir da observação coletiva da ação individual de diferentes moradoras (es).

A Iniciativa Outros Bairros podia ter sido tudo e não foi. Mais que uma iniciativa, é um espaço de (re) criar, (re)projectar e (re)ver zonas as informais que (re)encontramos com uma vivência. No entanto, para mim politizar é instruir, educar as pessoas para que estas tenham um pensamento crítico e construtivo sobre a realidade e não incentivar a comentários soltos que prejudicaram o todo.

Ribeiro 2023, responsável pelo audiovisual da IOB e pela residência artística *Dsinrascá.*



Legenda imagem:

Frame de um dos videos realizados na residência artística *Dsinrascá.*

Dsinrascá, 2020

[47] Retirado do texto curatorial da Residência Artística Dsinrascá.

B.I.P

Ao passo que, mesmo após a conclusão da IOB o grupo de calceteiras procedeu com os seus desígnios e, apesar de conflitos internos relacionados, sobretudo, com a forma como lidar entre si, encontraram uma solução para continuar a calcetar enquanto funcionárias da CMSV, os jovens do grupo *Kubaka* não conseguiram manter a unidade que aparentemente pareciam ter conquistado. No entanto, parte dos membros de *Kubaka* organizaram um grupo chamado *B.I.P – Brigada de Intervenção Política* – com o fim de mostrar os desígnios dos territórios pobres de Cabo Verde, a partir de ações performativas noutras áreas do Mindelo. Entre colagem de cartazes no Alto de Bomba e no Mindelo, reivindicando direitos de cidadania e os atrasos da obra da IOB, importa, sobretudo, salientar a construção de novos entendimentos sobre a condição de quem vive no Alto de Bomba que o grupo procurou construir.

Exatamente porque o grupo, por diversas vezes tentou superar a invisibilidade que está mergulhado o território onde nasceu, foram várias as vezes que soaram inconsequentes as ações. Veja-se o caso de uma das três sentinas existentes no Alto de Bomba, desocupada desde que foi construída e que foi selecionada para reabilitação pela IOB, a partir das discussões com a população. O edifício foi ocupado por um jovem ativista que integrou a residência artística *Kubaka* e por um grupo de crianças do Alto de Bomba para fundarem um centro comunitário a que chamaram *Eskolinha.* No entanto, no dia seguinte à ocupação, apareceram diretamente na casa jovem



Colagens do protesto de B.I.P numa das ruas de Montessossego

Nuno Flores, 2020



Um morador de Alto de Bomba a ler as colagens do protesto de B.I.P

Nuno Flores, 2020

ocupante, fiscais municipais que o intimaram a devolver a chave da porta nova do edifício. Intimação esta, que apesar de não ter sido acatada, implementou medo nos jovens locais. A meu ver, este caso é exemplificativo do autoritarismo do poder púbico local face a ações cidadãs de resistência e com um posicionamento político contrário às estratégias de governança municipais, bem como, à emancipação da população residente em locais com as características físicas, sociais e políticas como o Alto de Bomba.



Legenda imagem:

Colagem de cartazes do grupo B.I.P numa parede de Alto de Bomba a propósito dos direitos sociais dos moradores de Alto de Bomba.

Marcelo Londoño, 2021



Legenda imagem:

Protesto de um morador do grupo B.I.P a propósito do depósito de água de Alto de Bomba, enquadrado na IOB, mas que nunca foi construído, perante delegações da MIOTH e da CMSV, em visita do MA do Governo de Portugal às obras da IOB.

Marcelo Londoño, 2021



Legenda imagem:

Ação do B.I.P nas ruas do Mindelo, reivindicando o direito à cidade e à habitação.

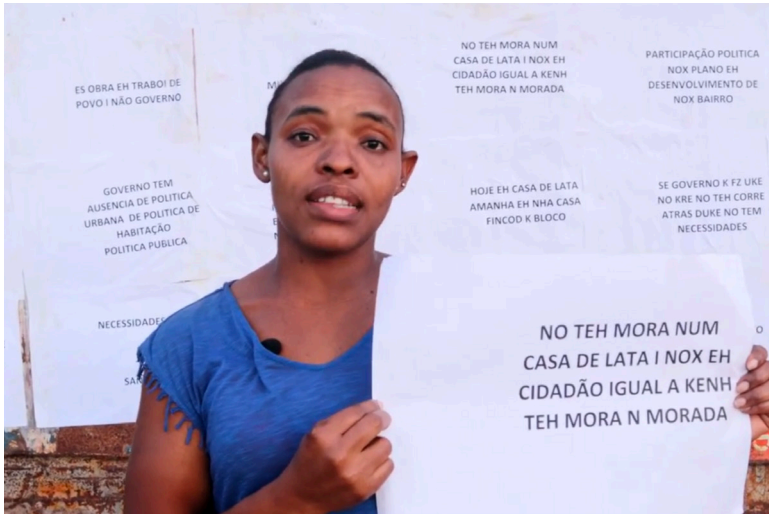
Nuno Flores, 2020



Legenda imagem:

Protesto do grupo B.I.P a propósito do direito à infraestrutura e do atraso das obras no Alto de Bomba, perante delegações da MIOTH e da CMSV, em visita do MA do Governo de Portugal às obras da IOB.

Marcelo Londoño, 2021



Legenda imagem:

Protesto conjunto dos grupos B.I.P e A*mdjer na Obra* pelo direito à habitação, infraestrutura, legalização das casas e regularização fundiária

Francisco Craveiro, 2021

Somá na Ponta

Após o encontro *Somá na Ponta* ficou bem evidente a necessidade de ajustar, ainda mais, a IOB na sua base conceptual. Portanto, reforçar a atuação local, a partir de uma alteração à organização das obras que pudesse optimizar a organização das mesmas, o mais possível, à dimensão dos empreiteiros locais. Além disso, reforçar a possibilidade de realizar qualquer tipo de ação no sentido de poder entender o caminho para as metáforas que sustentam vida nos lugares, ou seja, o sentido de entender e dar lugar à visão da *terceira ilha*.

Embora, até hoje, o Governo de Cabo Verde, pela representação do MIOTH, não tenha respondido ao documento que estabeleceu os Princípios Orientadores da IOB, o evento *Somá na Ponta*, mais do que isso, possibilitou entender o posicionamento público dos diferentes grupos perante a IOB, a sociedade mindelense, o MIOTH e, inclusive, eles próprios.

Da obra, enquanto elemento gerador de emprego e cerne da transformação física conflituou o facto de não ter demanda suficiente para empregar todos os moradores desempregados; de articular o alargamento de relações sociais e institucionais para os diferentes grupos; de construir a dignidade do espaço urbano que, sem dúvida, é o centro da construção do que é comum; bem como, de se tornar central para a equipa da IOB porque também foi um dos elementos potenciadores de *relacionalidade.* Relembro as vezes que em reuniões de trabalho da IOB fui chamado atenção por não estarmos a dar a mesma importância ao grupo de trabalhadores (homens) que se



Produção das matrizes utilizadas para a produção do encontro *Somá na Ponta.*

Nuno Flores, 2021



Retirado do *Instagram* a calceteira Edinélia no dia que comemorava um ano de trabalho na CMSV.

Nuno Flores, 2021



A matriz que deu origem ao logótipo utilizado para o encontro *Somá na Ponta.*

Nuno Flores, 2021

constituiu inicialmente para realizar as obras. Se por um lado, para mim era um dado certo *viver* na obra e no Alto de Bomba, ou seja, disponibilizar-me para comunicar e aprender / ensinar a relacionar-me, por outro lado, enquanto responsável pela coordenação da IOB também entendi crucial intensificar a presença da IOB, mesmo que desigual, onde encontrei diferença e menos oportunidades, portanto, ambientes desiguais. Nessa micro-escala, procurei ser consciente que no caso dos trabalhadores da obra não só a continuidade e a nossa presença diária se constituiu um apoio que gerou conhecimento e legitimou processos, como foram eles os beneficiários mais duradouros da ação global da IOB. Este conflito foi constante, uma vez que nas discussões internas sempre foram divergentes as opiniões relativamente ao tempo, lugar e pessoas onde nos deveríamos focar.

Embora na configuração conceptual da IOB a arquitetura e o urbanismo não sejam centrais pelo ponto de vista da autoria, mas sim pela inscrição no político, é de referenciar que a consolidação de uma malha urbana existente e a sua afirmação no todo do processo de urbanização planetária dá, de facto, ao terreno da arquitetura e do urbanismo centralidade dentro da construção do processo coletivo. Mas se a obra foi uma ação concreta com tempo e lugar definido, foi a impermanência das ações de ativação do espaço público o que mais se evidenciou durante o encontro S*omá na Ponta*. Ou seja, a finitude dessas ações, ao contrário da ideia de obra aberta que estava inerente à globalidade da implementação da



Os grupos *B.I.P* e *Amdjer na Obra* no fim do encontro *Somá na Ponta* no palco do CCM.

Nuno Flores, 2021



O reconhecimento da malha urbana da urbanização no Mindelo.

Nuno Flores, 2021



O reconhecimento da malha urbana da urbanização no Mindelo.

Nuno Flores, 2021

IOB, geraram expectativas de continuidade que não foram possíveis e que colocaram a IOB, por si só, em permanente luta pela possibilidade de autonomia, no mesmo lugar que sentimos as (os) moradoras (es) atribuírem ao MIOTH e à CMSV quando iniciamos o trabalho no Alto de Bomba: o lugar de quem podia, mas nem sempre fazia, da dúvida e do incumprimento.



Conversa com o grupo *Amdjer na Obra* durante o encontro *Somá na Ponta*.

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Matrizes realizadas durante a Oficina de Xilogravura, realizado com o grupos B.I.P, Amdjer na Obra e Associação *Alto de Bomba Unid,* para preparação do evento *Sóma na Ponta*

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Uma dadas matrizes realizadas durante a Oficina de Xilogravura, realizado com o grupos B.I.P, *Amdjer na Obra* e Associação *Alto de Bomba Unid,* para preparação do evento *Sóma na Ponta*

Nuno Flores, 2021



Legenda imagem:

Sacos realizadas durante a Oficina de Xilogravura, realizado com o grupos B.I.P, Amdjer na Obra e Associação *Alto de Bomba Unid,* para preparação do evento *Sóma na Ponta*

Nuno Flores, 2021


NOTÍCIAS D' OLT

KONTINUARAM AS OBRAS NO ALT'BOMBA?

LUZ FEMININA

Ora Amor

Legenda imagem:

O Jornal Comunitário *Notícias D`Olt,* realizado pelo grupo *B.I.P*, a partir de uma parceria com a IOB enquadrada no evento *Somá na Ponta*

Marcelo Londoño, 2021



Legenda imagem:

Destribuição do Jornal Comunitário *Notícias D`Olt,* realizado pelo grupo *B.I.P*, a partir de uma parceria com a IOB enquadrada no evento *Somá na Ponta*

Marcelo Londoño, 2021



Legenda imagem:

Apresentação do gupo *Amdjer na Obra do* trabalho que realizam no Alto de Bomba aos cidadãos do Mindelo, no evento *Somá na Ponta,* no Centro Cultural do Mindelo.

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Apresentação da associação comunitário *Alto de Bomba Unid do* trabalho que realizam no Alto de Bomba aos cidadãos do Mindelo, no evento *Somá na Ponta,* no Centro Cultural do Mindelo.

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Partilha de experiência do grupo de calceteiras *Amdjer na Obra*, no evento *Somá na Ponta,* no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Partilha de experiência do grupo B.I.P, no evento *Somá na Ponta,* no Alto de Bomba.

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Almoço realizado pelo grupo *Amdjer na Obra* para o evento *Somá na Ponta,* no Centro Cultural do Mindelo.

Grace Ribeiro, 2021



Legenda imagem:

Momento de encontro durante o evento *Somá na Ponta,* no Centro Cultural do Mindelo.

Grace Ribeiro, 2021

Outros Bairros
um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba

Revendo os registos de imagem (vídeo) realizados ao longo do evento *Somá na Ponta* e as entrevistas realizadas para a produção do livro *Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba* que, entretanto, co-produzo e pretende registar a memória dos três anos da existência da IOB, a partir da generalidade das pessoas que dela participaram, são várias as questões que me interessa negritar.

Primeiro, o facto da interrupção da IOB ter colocado os morados que trabalhavam na obra na mesma inconstância de trabalho que viviam até então; segundo, a retoma do sentido de abandono das instituições públicas que reconheço existir em 2019, quando tivemos os primeiros encontros com moradores; terceiro a esperança que foi destruída ao grupo de jovens arquitetos que sonhou participar da construção do futuro e, consequentemente, da possibilidade da sua inscrição politica na sociedade a partir da própria profissão; quarto, a oportunidade perdida para pensar um processo de reabilitação, de organização das estruturas públicas e de construção de politicas públicas decolonializadas; e, por último, a oportunidade politica perdida de potenciar relações institucionais decoloniais a nível internacional, quem sabe, junto até de parceiros com quem Cabo Verde já se relaciona, fruto validação cientifica que a IOB ganhou internacionalmente e do reconhecimento,

A busca pela felicidade individual nos transforma em tribunais individuais e, na disputa pela sentença a ser proferida, não raro, o que se vê é sair vencedor aquele que se recusa a ouvir o outro. Facilmente, pois, livramo-nos dos compromissos e de tudo aquilo que nos pareça incômodo. Ainda que tão agarrados a nós mesmos, paradoxalmente, é bastante comum que a solidão seja companhia (e problema) constante de quem vive a descartar.

Bauman: 2003:45

local, nacional e internacional que obteve, fruto de distinções no campo da arquitetura como: o *PNAM 2022, Prémio Nacional de Arquitetura (categoria Espaços Públicos);* o Prémio Obra do Ano 2022 do Portal *Archdaily* Brasil; e constar na lista dos 20 projetos finalistas do *Aga Khan Architecture Award* (Ciclo 2019-2022). É uma validação da arquitetura que se produz nos lugares mais pobres e excluídos de Cabo Verde, cujas grandes emoções que gera, acontecem pela *relacionalidade* entre as (os) arquitetas (os), atoras (es) políticos e as populações que, não só a produzem, como nela vivem.

Esta atuação trata da valorização da profissão por práticas que vão muito além do desenho e do técnico especializado. Os profissionais tornam-se mediadores dos diversos interesses locais, as comunidades e o poder público.
Valorização de materiais, mão de obra, escuta e colaboração local também foram ferramentas fundamentais para a efetiva ativação e apropriação do espaço público.
É através desta forma de atuação de arquitetas e arquitetos que a comunidade passa a compreender que o espaço público não é o espaço de ninguém, mas o espaço de todos. Atuando neste campo, arquitetas e arquitetos não apenas fazem projetos, fazem cidade. O impacto vai muito além de indivíduos e da paisagem, impactam a sociedade.

Terra Tuna 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/Ordem-dos-Arquitectos-de-Cabo-Verde-197962213708091

É, por isso, que, agora que me aproximo do momento de concluir esta escrita, resgato a pergunta que deu título a um artigo que escrevi no jornal A Nação em Janeiro de 2022, já depois de sabermos da decisão do governo em descontinuar a IOB: *Uma periferia invisível ou Outros Bairros?*
Independentemente de, à época, ter usado a palavra periferia, conceito que penso estar a ressignificar-se, reflito que, quase um ano depois, o fascínio pela construção de habitação em massa, é, de facto, a maior (im)possibilidade que ainda inibe pensar a urbanização em Cabo Verde e, claro, compreender a urbanização nas diferentes esferas da sociedade. Portanto, para que saibamos como construir um relação com o mundo que a constitui, é fundamental repetir a ideia que pauta toda a escrita desta tese: é imprescindível pensar práticas de atuação em qualquer lugar que se urbaniza, considerando a *relacionalidade* que sustenta o *Estar.*

Such as goal of generation an inclusive public realm is also demonstrated in other projects, at different scales of mobilisation, such as for the 2020-22 shortlist project, the Urban Rehabilitation of Alto de Bomba in Cape Verde by Outros Bairros (...)

Ashraf 2022:169



Legenda imagem:

Protesto de membros do grupo B.I.P a propósito da interrupção da IOB durante o festival da Baía das Gatasa 2022

Grace Ribeiro, 2022

Outros Bairros tem forsa. No ka kre traboi se pelo menos ka tiver 50% de trabalhador local. Alto de Bomba, Kavoc Brumetxe, F. Pó, Covada de Bruxa. [Outros Bairros tem força. Nós não queremos trabalho se não tiver, pelo menos, 50% de trabalhadores locais. Alto de Bomba, Cavoc Brumedje, Fernando Pó e Covada de Bruxa.]

Completo a ideia anterior, em que trouxe um conjunto de reflexões sobre a imprescindibilidade da *Relacionalidade*, reforçando-a com a frase mostrada publicamente por um pequeno grupo de moradores no próprio recinto, em Agosto de 2022, durante a edição do Festival da Baía das Gatas desse ano. Ou seja, entre outras ações que vi acontecer protagonizadas pelos próprios moradores de Alto de Bomba, são as ações como estas que constroem a resistência e determinam a construção das vozes da urbanização em Cabo Verde. Importa referir que, outras ações paralelas vêm a acontecer desde que a IOB foi des-

A IOB é um caminho que não sei até que ponto as próprias entidades entenderam, o que é esse caminho que propusemos.
Porque é um caminho que nos despimos do nosso papel de arquiteto para emergir na comunidade e entender a comunidade. E depois, com a própria comunidade, desenhar o projeto parece-me um caminho mais viável para poderes resolver os problemas da vida desses bairros da periferia. Agora, a partir do momento que sentes que esse caminho não é entendido como um caminho possível porque, pelo menos aqui, não há a atenção devida para o tornar numa coisa mais séria, para o tornar num programa nacional, o próprio dispositivo vira um obstáculo.

Conversa com Ângelo Lopes e Jakob Kliing, arquitetos da equipa da IOB, durante a recolha de dados para a publicação do livro - Outros Bairros - um urbanismo invisível, relacional e comprometido com as lutas sociais de Alto de Bomba, Cabo Verde – a 16 de junho de 2022

montada no Alto de Bomba. Paralelamente a este dia de protesto na Baia das Gatas, consequência de uma carta aberta enviada à Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação por um grupo de cidadãos e artistas, solicitando a retoma da IOB, em Junho de 2022, também uma deputada da Assembleia Nacional, no debate sobre o Estado da Nação, questionou a própria Ministra sobre a falta de resposta à mesma carta, o que contribuiu para a fortalecer a legitimidade local e nacional da IOB. Ao mesmo tempo, desde Maio de 2019, o reconhecimento da IOB, da obra a uma discussão agonística contínua que nunca se evitou, possibilitou construir a legitimidade do modo de vida do Alto de Bomba e a necessidade da compreensão da forma como acontece este modo de urbanização. É exemplo disso, independentemente de com uma estrutura organizativa oposta à da IOB, a retoma das obras no Alto de Bomba. No entanto, tudo tem acontecido sem a existência de um gabinete técnico que garanta uma zona de contacto que, como na IOB, permita que *Estar* e *Relacionalidade* sejam, como entendo, o "abc" dos processos de reabilitação urbana que estimulam a participação, bem como, garantem estruturar uma maior consciência sobre a importância política da vida espaço público e da própria maneira como organizamos a vida na Terra.

Por isso, visibilidade, voz e legitimidade foram, desde sempre, temas centrais que sustentam, até hoje, a maior dúvida que ainda persiste: como foi possível o MIOTH assumir a realização da IOB se os seus interesses políticos - sobretudo olhando à insistência no

Alto de Bomba de 2022 já ka é igual a 2018.

Tradução livre:

Alto de Bomba de 2022 já não igual a 2018.

Conversa com Xandei e Kniss, trabalhadores da obra de Alto de Bomba, Abril 2022.

Kel dia no ka senti representado (no evento de Somá na Ponta) na público e infelizmente no ba oia otes pessoas.

Tradução livre:

Naquele dia nós não nos sentimos representados (no evento de Somá na Ponta) publicamente e infelizmente no fomos ver outras pessoas.

Conversa com Xandei e Kniss , funcionários da obra da IOB no Alto de Bomba, Abril 2022.

Maltas dze k no ka tinha capacidade pa faze kel calçada, mas grinhassim é es k ta desfilá na el (...)

Tradução livre:

A malta dizia que nós não tínhamos capacidade para fazer calçada, mas agora eles é que desfilam nela (...)

Conversa com Samira, Edinélia, Cilésia, membros do grupo *Amdjer na Obra*, Abril 2022.

Planah 2021-30 após o fracasso CPT, aos acordos de cooperação para a construção de conjuntos habitacionais como a *Portelhinha* ou ao *Programa como o Cidades Coloridas* - são totalmente distintos daquilo que foi, desde sempre, o pensamento dissidente (político e técnico) da IOB?

Mesmo sabendo que dificilmente terei resposta a esta pergunta, mas consciente de que vivemos uma extensiva e global urbanização a que também chamei, durante esta escrita, de urbanização planetária, talvez só saibamos viver melhor nela, a partir de uma construção diária que, com a sua compreensão, permita, novamente, lutar pelo *direito à cidade*. Ou seja, enfrentando todos os conflitos e contradições por ela exigidos não nos restará outra saída que não usar todos os caminhos para o tentar.
Assim, nesta experiencia de tese que se transformou neste documento escrito, refiro, por fim, um nome: Daniel, onze anos, morador de Alto de Bomba. Tudo, porque numa conversa sobre um dia que, em conjunto, desenhamos num painel para descobrir as cores a utilizar numa obra, me disse, estar a desenhar a alegria. Muitas das metáforas que percorreram a IOB e esta escrita, a maioria das vezes, obrigaram-me a pensar no sonho para inventar um sonhador. Por isso, deixo agora o silêncio abraçar as palavras para, da crítica que virá, entender se esta ação que me inscrevi gerou, de facto, o chão científico que, quase sempre, senti não existir perante dúvidas e perguntas que, nos últimos três anos, me fizeram mergulhar nesta investigação.



Legenda Imagem:

Parque Infantil do Alto de Bomba

Nuno Flores, 2021



Legenda Imagem:

Parque Infantil do Alto de Bomba

Nuno Flores, 2021

Cabo Verde fábrica o seu próprio chão, inventa a sua própria água, repete dia por dia a criação do mundo.

Saramago 1986:III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que o mundo assiste à consolidação do processo (das dinâmicas) de urbanização planetária, são cada vez mais os processos que é necessário compreender para a partir dela e nela se atuar. Sobretudo, se tivermos em conta que a exemplaridade que vigorou em práticas que, no passado, dominaram o planeamento da cidade. Trata esta Tese da argumentação da necessidade de um confronto, da alteração do paradigma que já não dialoga a partir da *polis*, fundada num centro, e de um ágora, fundador do espaço público, mas sim de uma nova espacialização metropolitana e da diversidade e contradição dos interesses e das ações públicas e privadas. Além disso, também se torna cada vez mais evidente, num mundo totalmente financeirizado e neoliberalizado, que assumir o sucesso desta fórmula de governança resolve as aspirações políticas de minorias detentoras de poder / recursos e que a assimilaram como modo de satisfação dos seus interesses. Contudo, nada acrescenta aos extensos territórios que se situam do outro lado do mundo financeirizado, ou seja, mergulhados na pobreza que aceleradamente se urbaniza. Por isso, se pergunta: neste processo confuso — que já não é a cidade da *civitas*, da *polis* e da *urbis*, e a que também chamei de urbanização planetária —, de que forma podemos pensar práticas para a arquitetura e o urbanismo em territórios excluídos de direitos sociais, de sistema de regulação ou direitos políticos que dela, igualmente, fazem parte?

To put this postcolonial move into a ‘planetary’ per- spective means to assert that every point on the planet might be affected by urbanisation processes in one way or another and thus could enable important insights into the urban process.

Schmid; Eiffel; Hanakata; Kolkelkorn 2017:5

Este panorama devolve-nos um conceito total, infiltrado em todos os campos de conhecimento, representação e comunicação – cidade é um pseudo-conceito onde se intercetam todos esses planos e se incluem todos os factos sociais – as dimensões política, económica, cultural, tecnológica, as visões do mundo, as instituições, o quotidiano, etc. Esta infinita elasticidade conceptual - para muitos sinal da universalidade da cidade através da combinação entre plasticidade, diversidade e processos e formas genéricos – seria o garante da persistência da (suposta) clareza do conceito, não obstante a extrema cacofonia do facto urbano contemporâneo.

Domingues; Fernandes 2016:4

Perdido neste território, cujas inquietudes comportam as dúvidas que geraram as perguntas da investigação, percorri essa deriva. Desde as vezes que em aulas na UFRJ discuti a *favela*, às que percorri a urbanização mindelense, dando aulas no M_EIA, e aos três anos que *habitei a situação* do Alto de Bomba, em todas estes momentos me deparei com a imprescindibilidade de compreender a urbanização planetária e, obviamente, os modos de vida que configuram a urbanização (ou resultado de outros *planos*) que nela se inclui. Ou seja, enfrentar o problema perante a necessidade de construir práticas desde um novo ponto de partida capaz de (des)construir o conhecimento nos terrenos da Arquitetura, Urbanismo e na Educação Artística. Consciente de que me coloco a partir das marcas da minha origem, o Norte colonial, estes deslocamentos permitiram-me refletir concretamente sobre: i) como gerar provocações e espaços de contradição dentro da arquitetura e urbanismo tanto a Norte como a Sul; ii) como gerar caminhos e práticas para a formulação de políticas para a urbanização planetária no terreno da Arquitetura e do Urbanismo iii) como gerar pensamento e conhecimento a partir de espaços cuja história não é igual à da Europa, logo, requer conhecimento de um *locus* que resgate as utopias de autodeterminação no século passado; iv) como colocar a minha posição múltipla, mas reflexiva, dentro da Arquitetura e do Urbanismo, ora a Norte, ora a Sul, a partir da *Relacionalidade* que permite construir as metáforas que dão sentido à vida dos lugares e dão espaço a insurgência.
Tanto pela controversa do meu lugar profissional,

Os deslocamentos da mente e do corpo inteiro (pensar/ fazer) são, por isso, motivados por um desejo, uma utopia da Educação Artística que pretende operar no âmbito do discurso e da ação da política e prática descolonizada.

Rainho 2018:46

É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tática porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejariam libertar-se.

Agamben 1995:27

como pelo *Chão* de onde absorvi o sumo desta geografia, Cabo Verde, obriguei-me ao estudo das relações de poder (locais, nacionais e transnacionais) que, sobretudo pela independência recente do país, me permitiram questionar o modelo de organização do território. Este exercício compreendeu ainda a imposição do sistema global dos países de onde são importadas as teorias que determinam as atuações no mesmo território e a sua inadequação ao caminho perscrutado no futuro pós-independência. Desta forma, confrontei-me com o peso dos lugares de poder que também transportei durante esta ação-investigação e que, inevitavelmente, transporto durante outros processos em que me envolvo. Ou seja, o facto de ser consultor do gabinete ministerial que tutelou a ação, branco, português, ocidental, pré-doutorado e de classe média num país europeu, logo, privilegiado perante quem vive na urbanização planetária, mergulhado nas opressões que marcam a vida dos lugares dominados por pobreza e exclusão, portanto, num misto de proibição, tolerância e indiferença, face aos processos de auto-regulação, facto visível na obtenção de papeis, legalizações, direitos, entre outros.

O estilo do/a investigador/a é participativo, mas esta pretensão de dupla função (a de participante e observador) traz uma nova questão. Se tivermos em atenção que, para observar enquanto participo estou a atuar (no sentido de fazer teatro), voltando a ser eu mesma no fim, esta ação investigação não seria autêntica.

Rainho 2018:72

Atravessadas as questões inerentes à posição e ao lugar, bem como, as interseções entre as relações transacionais e a financeirização que caracterizam a urbanização planetária, fica claro o conflito político-territorial que alerta para a urgência de novas formas de governança. A partir da experiência da IOB pude evidenciar o conflito entre esta e os programas CPT e PLANAH 2021-30. Se ao primeiro cabia

África constitui um autêntico laboratório destas ciências (...) Nas sociedades onde vivem, os investigadores devem dar a compreender aquilo que se passa ao nível das transformações em África. É necessário assinalar os objetivos da investigação, elaborar ferramentas de análise, inventar uma nova língua de transmissão (...) ser fiel ao ilustre egiptólogo africano é fazer parte do momento da criação em andamento.

Ela, 2014:114

a compreensão da urbanização específica de três territórios marcados pela exclusão, logo, a politização das (os) cidadãs (ãos) (moradores e técnicos) a partir do entendimento do direito ao lugar, aos outros dois, por um processo motivado pela necessidade de habitação pública, coube, e ainda cabe, a expansão das fronteiras do mercado da habitação através de processos contínuos de espoliação ou de capitalização do espaço e da vida, assentes na captura do espaço público, da determinação do modos de vida, das expulsões e da mercantilização da terra e da moradia. Desta forma, a IOB abriu um conflito entre a demonstração de uma possibilidade ativa de operar em territórios vividos e a histórica tendência de gerar políticas que transformam território e habitação em ativos financeiros abstratos ou quase-mercadorias que apenas contribuem para a exclusão política e para o desempoderamento social das (os) cidadãs (ãos).

The relationship between informality and planners is complicated. On the one hand, informal spaces have been perceived as unplannable; on the other hand, there has been a series of attempts to improve and integrate such spaces. These mandates of improvement and integration bear resemblance to efforts in the American context to manage spaces of poverty.
(...) In doing so, it makes the argument that
the study of informality and informality policy can be of considerable relevance to American planners.

Roy, 2005:150

Na IOB, ação dissidente face ás políticas públicas assumidas pelo governo de Cabo Verde e irreverente devido à tentativa utópica de compreender os modos de vida do processo planetário de urbanização, identifiquei ações construtoras de Comunidade forjadas pelas populações, pondo à prova o sentido das práticas hegemónicas habitualmente utilizadas no terreno da Arquitetura e do Urbanismo. No mergulho na Comunidade que entretanto se foi construindo, entre a liberdade e a segurança que tensionam essa própria construção, foi junto das (os) moradoras (es) de Alto de Bomba e das (os) que nos juntamos

Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer. Mas a comunidade continua teimosamente em falta, escapa ao nosso alcance ou se desmancha, porque a maneira como o mundo nos estimula a realizar nossos sonhos de uma vida segura não nos aproxima de sua realização; em lugar de ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando.

Bauman 2001:129

na equipa da IOB, que construímos a cumplicidade capaz de dar sentido à possibilidade de um espaço--tempo menos desigual e, mesmo que pouco, mais justo. Mas neste caminho vivi o conflito político face à possibilidade do futuro da IOB, para lá da fase piloto da qual nunca saímos, quase sozinho, fruto da minha controversa posição dentro do MIOTH e da ambiguidade onde a IOB se fundou. Contudo, *habitar a situação*, especificamente no Alto de Bomba, deu forma ao espaço-tempo que, presumo que quanto maior a desigualdade, precisamos construir. Ora, se neste espaço-tempo habitei esta situação, o compromisso e o *Estar* que forjaram a cumplicidade que acredito construir o valor do afeto e do significado político serão, sem dúvida, cruciais para encontrar a resistência nos territórios, a meu ver, igualmente crucial para a construção coletiva dessa Comunidade.

Exemplos dessa resistência chegaram-nos, recentemente, de vários quadrantes do mundo, nos quais o contexto é claramente determinante durante a formação da mesma resistência. Se no Brasil, por exemplo, notícias dos últimos anos nos diziam que a rua foi a casa do protesto de coletivos e dos movimentos sociais, igualmente a título de exemplo, também no Médio Oriente - na Turquia, no Egipto - ou, mais recentemente, no Irão, ruas e praças tiveram a mesma função. Assim, em Cabo Verde, não posso falar da resistência que se configura na urbanização sem tocar em dois pontos: primeiro, a *casa de tambor*, primeira fase do processo habitacional local, razão primeira do movimento de pessoas para estas áreas, símbolo de um sonho que se constrói e que concreti-

La inmanencia refiere una modalidad de habitar la situación y trabaja a partir de la composición -el amor o la amistad- para dar lugar a nuevos posibles materiales de dicha situación.

Coletivo Situaciones, 2002:5

Mas a ocupação de longa duração - como experimentada na praça Tahrir, no Cairo, na praça Taskim, em Istambul, ou no Zuccotti Park, em Nova York, assim como em edifícios vazios de São Paulo e de outras cidades brasileiras - traz outro componente: a possibilidade de experimentar e “prefigurar”, ou seja, de exercer formas de organização, de tomada de decisão, de autogoverno e de gestão da vida coletiva, e de instaurar alternativas no presente, ensaiando futuros possiveis.

Rolnik 2015:377

za a metáfora da cidade; segundo, o espaço público enquanto lugar comum, portanto, de todas as pessoas, mas onde se abre a possibilidade de tensões e conflitos capazes de abrir a porta a novas formas de organização, de autogoverno, de tomada de decisões, de vida coletiva, de questionamentos do presente e de utopias futuras. Apesar de sabermos que havendo poder há resistência, não temos, num Cabo Verde independente, um manancial de lutas sociais onde possamos convergir. Mas por processos como a IOB, podemos entender que, ao contrário de focos pontuais de irreverência, a resistência que existe em territórios mergulhados na exclusão do atual processo de urbanização planetária poderá, um dia, dar espaço a que esses movimentos se construam. O efeito de demonstração funciona duplamente: para quem participou e assim comprovou que é possível, que se pode fazer, que a mobilização vale a pena; e para quem tem na IOB provas dadas acerca de outros modos e de outras alternativas de fazer, mais próximas da possibilidade de liberdade das populações e da sua participação na sociedade do que até aqui, em Cabo Verde, temos visto.

Durante a IOB, entre outros exemplos, o formado grupo de calceteiras *Amdjer na Obra* é o caso que tornou mais possível uma dessas utopias. Construir o chão, tornar-se real que *pedra calcetod, eh txon calçod* [pedra calcetada, é o chão calçado], bem como, ganhar o reconhecimento no lugar e fora dele, um emprego público ou o exemplo de emancipação são a concretização da transformação possível agora e, quem sabe, no e para o futuro.

(...) estes modos de construção de colectivos quebram a anomia social e os efeitos de demonstração numa determinada realização podem ser o garante de que se pode transferir esse “capital colectivo” para outros desafios, sobretudo em matéria de serviços e equipamentos de proximidade – salas de convívio, pequenos equipamentos desportivos, espaços de acesso a tecnologias de informação e comunicação, de ajuda nos trabalhos escolares, a mães solteiras, a cuidados de higiene e saúde, de preparação de refeições, de iniciativas artísticas/culturais, etc. Basicamente, a institucionalização de associações, pequenas empresas, cooperativas e outras organizações torna o colectivo “visível”, articulável, produzindo mediadores e rótulas de relação com outros actores, instituições e iniciativas.

Domingues in Flores 2021:15,16

Ao longo do tempo, e graças ao esforço de inúmeras mulheres pelo mundo, a perspectiva de gênero foi sendo incorporado a diferentes campos disciplinares, formando um vasto repertório de teorias feministas construídas em contextos sociais, culturais, políticos e econômicos muito distintos que, hoje, nos permitem refletir a partir da multiplicidade e da diversidade de mulheres atravessadas por questões de raça, etnia e classe – marcadores que con- formam de maneiras distintas suas experiências de vida..

Lacerda; Harkot; Santoro; Alho; Brito 2021:148,149

Com o espaço-tempo construído a partir da IOB foi possível criar em locais, em geral sonegados pelo (sempre presente) poder público, a aproximação a conflitos permanentemente repletos da irreverência que entendo necessária para que haja um lugar mais equânime a quem vive em territórios marcados pela exclusão (urbana, social e política), porque só com o enfrentamento desses conflitos se conseguirá a justiça social que estará implícita no processo de urbanização. Portanto, se sabemos que o planeamento é inevitavelmente um dispositivo de poder que impõe a forma de se estar no território, caberá à Educação, no campo da arquitetura e do urbanismo, repensar o perfil do arquiteto (ou, mais precisamente, das possibilidades da acção política do cidadão-arquitecto) para, no futuro, atuar tentando formar sujeitos capazes de uma inscrição (no político) inequívoca que evite a obsessão de conferir eficácia ao atual sistema económico que sustenta a dualidade contida nas práticas resultantes dos processos/agentes da urbanização planetária, motivando arquitetos e politicas públicas que permeiam o conhecimento hegemónico, logo, esquecem o território dos que vivem excluídos. Suspeito que as questões recentes da arquitetura configuram, tendencialmente, um sistema fechado em si próprio, ou seja, muito encurralado entre o arquiteto autor e o arquiteto burocratizado nas amarras do sistema público (e suas incongruências e injustiças), pelo que alheio às próprias tensões e fragilidades da urbanização planetária. Confunde-se a necessidade de se transmitir uma mensagem a partir da arquitetura com a importância desta enquanto

Ah, quando um homem escapa ao novelo do arame farpado das suas ideias próprias e engenhos mecânicos há um mundo maravilhoso e rico de contacto e beleza pura que influiu, e uma desmedida visão, face a face, da vida realmente nua.

Lawrence 2010:123

A escuta pode, sobretudo, deslocar-nos em direção ao estranhamento do mundo, pode exigir-nos experimentar problematizações sobre aquilo que nos constitui enquanto sujeitos, tal como Foucault o teria dito.

Azevedo in Rainho 2021:205

disciplina escutante que se transcende a si mesma, portanto, que deve ser educacional e transformadora. A uniformização das práticas e do conhecimento que se produz acaba por homogeneizar e universalizar as mesmas práticas sugerindo perguntar se estarão os arquitetos, os urbanistas e os políticos, posicionados para entender a irreverência consigo próprios e com a contemporaneidade, de forma a proceder à compreensão da urbanização fora daquilo que está fora do sistema de regulação do estado como um modo de urbanização? Será a suspensão do arquiteto e do urbanista, sem aniquilar a necessária contaminação, estruturante para compreender esse modo de urbanização, tornando-o em si mesmo numa prática possível? E, ainda, será, nessa prática, realmente possível encaixar os desígnios políticos das populações de forma a contrariar as violências das políticas públicas já institucionalizadas? Julgo que é esta tensão construída entre as práticas que sustentam os desígnios hegemónicos do urbanismo e a possibilidade de irreverência dos sujeitos no político que, por um lado, determina (ou legitima) o desfasamento entre as políticas públicas que se desenham para o território e, por outro lado, podem permitir a reparação e a restituição de direitos historicamente retirados.

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagógicas anticolonialista, crítica e feminista, cada uma da quais ilumina as outras.

hooks, 2013:20

Tanto como arquiteto do IOB, como enquanto o sujeito de investigação desta tese, percorri os confusos processos em que me foi possível habitar a urbanização planetária, portanto, para tentar entender qual o papel da *Relacionalidade* e do pensamento crítico enquanto estratégia de complementar as políticas

Essa consciência leva-os a perseguir um outro ritmo que é marcado pelas relações, mas sobretudo com cada um(a) de nós.

Rainho in Rainho 2021:14

públicas de atuação no território. Contudo, já não é possível encontrar os princípios que outrora definiram a cidade (a *urbis*, a *polis* e a *civitas*) porque, eventualmente, nunca terão existido, e a própria cidade, provavelmente, sempre se sustentou num processo, também ele, confuso e de difícil compreensão – o imaginário (ainda) dominante acerca da dita cidade não é minimamente útil para perceber as realidades e contradições da urbanização. Por isso, o processo da IOB que encabecei, e sobre o qual discorri ao longo destes cinco capítulos, terá sido também, em si mesmo, confuso, indeterminado, necessariamente impossível, mas suficiente para se inventar a si próprio e para construir a sua própria subversão. No entanto, foi no guarda chuva da ação-investigação que me tentei afastar do perigo de discursos salvacionistas, quem sabe, inerentes às potencialidades, ao vislumbre e ao fascínio por um período e um processo que tanto me apaixonou.

Arriscar a (im)possibilidade de realizar uma ação experimental para, a partir daí, construir uma política pública que inclua a compreensão dos desafios da urbanização planetária e da suas implicações em Cabo Verde é lutar numa incessante deriva no território contra uma ordem que existe ou outra que possa surgir. Nessa deriva está implícita uma imersão onde se reflete, inevitavelmente, sobre os contornos disciplinares associados à urbanização. Torna-se imprescindível, antes demais, romper com a máxima do crescimento, da extração e de exponenciais de lucros a partir da terra e da habitação, como paradigma de construção das políticas públicas. Em vez disso,

A única subjetividade é o tempo...

Deleuze, 1985:110

Las conversaciones con los sujetos y colectivos populares, movimientos sociales y comunidades locales, en fin, junto a quienes se forman solidaridades duraderas en las que nos reconocemos mutuamente, son la situación de la investigación.

Haber 2017:25

procurar o comum, os espaços comuns, como centro de uma forma de pensar a urbanização capaz de utilizar práticas que construam um movimento político inverso ao atual caminho da governança urbana, mas também construtor da cidadania, do conflito, do dissenso e da transformação. Procurar práticas que podem representar uma saída para a vida da urbanização que, na IOB, a partir dos pontos de vista construídos me transformaram a mim, enquanto sujeito político e desta investigação e, consequentemente, aos que comigo coabitaram os desafios comuns objetivamente para criar rupturas e dissidências face às políticas vigentes para atuar no território. Portanto, pensar a partir desses desafios e formas outras de atuar em arquitetura e urbanismo. Por isso, confiantes que também na urbanização planetária há espaço para o conceito de Henri Lefevbre do *direito à cidade*, levando-o para o Alto de Bomba, um dos lugares onde é possível encontrar a representação física da urbanização planetária em Cabo Verde, perseguimos na IOB: i) o debate perante o fascínio do poder institucional, que parte do entendimento de um perfil de profissional capaz de utilizar a profissão como instrumento para a sua própria inscrição política na sociedade, portanto, fugindo da habitual obediência do arquiteto-técnico burocratizado pela uniformização do poder público e da tendência de profissional individualista refugiado na arquitetura de autor; ii) incorporar processos de discussão pública e de democracia agonística capazes de proporcionar ao Urbanismo um lugar de crítica, a partir da escuta; iii) resistir à tentação de perder a possibilidade de ter

(...) a problemática urbana é mundial. Os mesmos problemas encontram-se no socialismo e no capitalismo, assim como a mesma ausência de resposta.

Lefebvre 1970: 220

Antes de eleição nós é gente, deps indigente.

Tradução livre:

Antes da eleição nós somos gente, depois indigentes

Entrevista de Maísa Fortes, calceteira do grupo *Amdjer na Obra* ao Porto Canal. Diisponível em: https://portocanal.sapo.pt/um_video/I5uJy-Qv60Aa3sOBCL0d4

uma ação única, ou seja, que derive da compreensão das diferentes características de cada lugar, de cada grupo de moradoras (es) ou de cada equipa de trabalho, pelo que, resistindo à consolidação de um modelo para motivar o entendimento dos modos; iv) construir um espaço-tempo que seja capaz de acelerar ou retardar processos de obras ou intensificar o potencial relacional do espaço público de forma a se configurar epistemologicamente o entendimento dos lugares, bem como, suspender as ações determinadas pelas regras que atualmente vigoram na urbanização planetária de forma a garantir a participação coletiva, a partir do conhecimento indisciplinado dos diferentes modos de vida e desses espaços que, embora muito sonegados, são onde se encontra a maioria da população mundial, por isso, urge entendê-los como espaços de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, Giorgio. *Nidità* (2009). Nudez. Relógio D'Água (2010). Tradução de Miguel Serras Pereira.

Agamben, Giorgio. (2002) [1a ed 1995] *Homo Sacer. Opoder Soberano e a Vida Nua.* Belo Horizonte: Editoria UFMG. Tradução Henrique Burigo

Agamben, Giorgio. (1993). *A comunidade que vem.* Lisboa: Editorial Presença.

Alexander, Christopher (1965) *A city is not a tree. A cidade não é uma árvore.* In achitectural fórum, abril 1965 (T.d.a)

Almada, José Luís Hopffer (2007). *Funcionalização político-ideológica e síndromas de orfandade nos discursos identitários cabo-verdianos. Direito e Cidadania*, v. 8, p. 265-373

Andrade, Luana (2021). *Estar em Multidão* In ID25 Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti-coloniais. Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 163-166

Andrade, Luana (2021). *Barcos Possíveis, a travessia das imgens* Editora UFPE.

Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*, Minneapolis: The University of Minnesota Press.
Ascher, François. (2010). *novos princípios do urbanismo.* Livros Horizonte

Ashraf, Kazi Khaleed (2022). *Notes oh the dialogical in architecture. In Includes* Architecrure Whiting, Sara M. (ed) (2022). ArchiTangle GmbH, Berlim. p. 162-49179

Assis, Maria (2017). *Porquê e como intervir no processo de ensino - aprendizagem* In10X10 Ensaios entre Arte e Educação. Fundação Calouste Gulbenkian

Azevedo, Mário (2021). A escuta migrante. Por uma arqueologia poética e descolonizadora dos sons In ID25 *Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti--coloniais*. Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 202-216

Bandeirinha, José António (2007) *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974* Imprensa da Universidade de Coimbra

Barros, Manoel (2010). *Poesia Completa.* Estudos Texto Editores LTDA , 2001, pp. 198-209. p. 7

Barros, Manoel (1990). *Gramática Expositiva do Chão.* Civilização Brasileira, p. 165

Barthes, Roland (2004) *Incidentes.* São Paulo: Martins Fontes.

Barthes, Roland (1978). *Leçon. Aula.* Editora Cultix. São Paulo, 1980.

Barthes, Roland (2009). [1ª ed 1984] *O óbvio e o obtuso.* Edições 70. Tradução Léa Novaes.

Bauman, Zygmunt. (1993) [1ª ed 2001] *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos.* Jorge Zahar Editor Tradução Plínio Dentzien

Bauman, Zygmunt. (2003) [1ª ed 2001] *Comunidade A busca por segurança no mundo atual.* Jorge Zahar Editor Tradução Plínio Dentzien

Bauman, Zygmunt. (1998) [1ª ed 1998] *Globalização. As consciências humanas.* Zahar Editor Tradução Marcus Penchel

Bauman, Zygmunt. (1999) *Modernidade Líquida.* Zahar. Tradução Plínio Dentzien.

Bishop, Claire (2004). *Agonismo e estética relacional*. In Textos Para Uma História Da Arte Socialmente Comprometida. Carlos Guerreiro Castellano e Paulo Raposo (org) (2019). Sistema Solar CRL (Documenta), Lisboa. p. 43-76

Bittencourt, Renato Nunes. *A aflição de uma vida líquida.* In: Revista Filosofia Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, 2011, n. 28, abr. p. 6-13.

Blanchot, Maurice (2013) [1a ed. 1959]. *Le Livre à Venir.* O Livro Por Vir. São Paulo: Martins Fontes.

Bonduki, Nabil; Rolnik, Raquel (1979) *Periferias. Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho.* Universidade de São Paulo, edições Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Boulos, Guilherme (2012) *Por que ocupamos?* Grupo Editorial Scortecci

Brenner,N (2014). *Implosions/explosions : towards a study of planetary urbanization.* Ed. Jovis Berlin, Berlin, 2015

Busquets, N (2005). *Mejora de Barrios Precarios en Latinoamérica.* Serrano, Julían Salas (coord) Editora Escala, Colombia

Butler, Judith e Spivak, Gayatri (2012). *Quem canta o estado-nação? Linguagem, política, pertença. Who sings the nation-state?* Language, power, belonging. Lisboa: Unipop. Tradução de Fernando Ramalho.

Cabral, Amilcar (1974). *Análises de alguns tipos de resistência.* Lisboa: Seara Nova, Coleção de leste a Oeste.

Cabral, Amílcar (1999). *Nacionalismo e cultura.* Edicións Laio-vento.

Cabral, I (2005). *História Geral de Cabo Verde*. In F. Silva (coord.), Cabo Verde 30 anos de Cultura (pp. 381 -390). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

Canclini, Nestor Garcia (2003). *A globalização imaginada.* Ediitoria Iluminuras Ltda

Cardoso, Andréa; Moreira, Pedro da Luz (2013) *Cidade Integrada III reflexões sobre diagnóstico social.* Guimarães, Cêça; Moreira, Pedro da Luz (orgs) Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro

Carreira, António (1983) – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Praia: Instituto Caboverdiano do Livro
Castells, Manuel (2000) [1ª ed 1972] A Questão Urbana. Paz e Terra. Tradução de Arelene Caetano

Césaire, Aimé (1978). *Discurso sobre o Colonialismo.* Lisboa: Sá da Costa.

Césaire, Aimé (1956). *Cultura e Colonização.* In Sanches, Manuela Ribeiro (org) (2011). As malhas que os impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70.

Chomsky, Naom, (2013). *Occupy*. Antígona Editores Refratários Tradução Maria Afonso Comité Invisible Ediciones

Clifford, James (2016) *Museus como zonas de contato.* Priódico Permanente nª6 Fev, 2016. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Valquíria Prates

Colectivo Situaciones. 2002. Prólogo. *Sobre el método*. In Hipótesis 891: Más allá de los piquetes, MTD de Solano, Colecti- vo Situaciones. Buenos Aires: Tinta Limón. p. 9-22

Comité Invisible (2017) *Ahora* Edições Comité Invisible

Corboz, André (1983) Le territoire comme palimpseste in CORBOZ, André – *De la ville au patrimoine urbain: Histoires de forme et de sens.* Québec: Presses de l'Université du Québec, 2009, p. 69-88.

Correia e Silva, António L., (1995). *Histórias de um Sahel insular*. Praia: Spleen Edições.

Couto, Mia (2005). *PENSATEMPOS*. Lisboa: Editorial Caminho.

Cruz, Carla (2013). *demoCrazy: Análise de um gesto artístico à luz da noção de agonísmo de Chantal Mouffe*. In Intervenção Cultural no Espaço Público Escritas no Percurso do Identidades. Movimento Intercultural. Paiva, José Carlos de; Rainho, Rita (eds). Mais Leituras Editora p. 39-64

Davis, Mike (2006). *Planeta Favela.* São Paulo: Boitempo Editorial . Tradução Beatriz Medina

DELEUZE , Gilles, GUATTARI, Félix (1995) [1a ed. 1980], *Mil Platos Capitalismo e esquizofrenia*, Rio de Janeiro: Editora 34.

Derrida, Jacques (2003) [1a ed 2001]. *A Universidade sem Condição*. São Paulo: Estação Liberdade. Tradução Evando Nascimento

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. *De que amanhã . . . diálogos.* Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Derrida, Jacques (2010) [1a ed. 2002]. *A força da Lei.* São Paulo: Editora WMF Biblioteca do Pensamento Moderno

Domingues, Álvaro (2021) Geografia no Museu – Um Sentido do Lugar In Martins, Catarina S.; Valente, Maria Coelho; Guimarães, Samuel; Reis, Rita (eds) (2021). *IMMER #2 International Meeting of Museum Education Research*. I2ADS – Research Institute of Art, Design and Society – Faculty of Fine Arts (FBAUP) – U. Porto p. 96-111

Domingues, Álvaro; Travasso, Nuno (1998) *Território Casa Comum.* Domingues, Álvaro; Travassos, Nuno (eds) FAUP, 2015

Domingues, Álvaro; (2021) *Paisagens transgénicas*. Museu da Paisagem

Eco, Umberto (1977) [1a ed. 1980].*Como Se Faz Uma Tese.* Milano: Editora Presença. Tradução Ana Falcão Bastos e Luis Leitão

Eco, Umberto (2016) [1a ed. 1962]. *Obra Aberta.* Milano: Antropos. Tradução João Rodrigo Narciso Fortado

Ela, Jean-Marc (2014) *Jean-Marc ELA, Cheikh Anta Diop ou a honra de pensar.* Pedago Editor

Fanon, Frantz. (2008) [1a ed. 1952]. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Tradução de Renato da Silveira.
Foucault, Michel (1994) Dits et Écrits. Paris: Gallimard, vol.IV, p. 112

Fernandes, Sergio Padrão (2016) *Cidades Imaginadas nos planos de urbanização Cabo Verde 1934.* 1974 Argumentum Edições, LDA

Flores, Nuno (2018) O Desafio Da Escassez In *Encontrar Sentidos Na Experiência Partilhada Em Cabo Verde*, Paiva, José Carlos; Couto, Liliana (org) (2018). i2ADS | Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Foucault, Michel. (2004 [1º ed 1981]). *Então, é importante pensar?. Por uma vida não-fascista* (Coletânea Michel Foucault Sabotagem).

Foucault, Michel. (1997). *Rethinking Architecture.* (Coletânea Michel Foucault Sabotagem). Neil Leach for selection and editorial metter

Forbes, Jack D. (1998). *Colombo e outros Canibais: A patologia uética da exploração, do imperialismo e do terrorismo.* Lisboa: Antígona. Tradução de Kerstin Thomas, Júlio Henriques.

Freire, Paulo (2004). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.* Editora Paz e Terra, São Paulo.

Getúlio, Manuel (1984) Associação de Entre-Ajuda para a Construção Voluntária de Habitações. In *Revista Ponto & Vírgula nº8* – Suplemento Viver na Terra. Ponto & Vírgula

Grande, Nuno (2012). *O Ser Urbano Nos Caminhos De Nuno Portas*. The Urban. Being: On The Trails Of Nuno Portas. Editora Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa.

Haber, Alejandro. (2011). Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada. *Revista Chilena de Antropologia*, no 23, p. 9-49.

Hall. T Edward (1986) [1ª ed 1966] *A Dimensão Oculta.* Relógio D`água

Hampâté, Ahmadou Bá (2010). A tradição viva. In Kl-Zerbo, J. (ed.), *História Geral de África I: Metodologia e pré-história da África* (pp. 167-212). Brasília: UNESCO.

Han, B.C. (2016). *O Aroma do tempo. Um ensaio filosófico sobre a arte da demora.* Relógio de água
Harvey, David. (1976). Social Justice and the City, Cambridge, Mass.:Blackwell.

HARVEY, David. (2003). *The right to the city*. International Journal of Urban and Regional Research, 27: 939-941. https://doi.org/10.1111/j.0309-1317.2003.00492.x

HEINICH, Nathalie (1997). *La Sociologie de Norbert Elias, A Sociologia de Norberto Elias,* São Paulo, EDUSC, 2001, tradução de Viviane Ribeiro.

Hernández, Fernando (2007). *Espigador@s de la cultura visual.* Barcelona: Ediciones Ocatedro.

Hobsbawm, Eric (2007) *Globalização, Democracia e Terrorismo* Editora Schwarcz LTDA Tradução de José Viegas

hooks, bell (2013) [1994 1ª ed]. *Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade. Teaching to Transgress.* Taylor & Francis Group. São Paulo: WMF Martins Fontes. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.

hooks, bell (2018) [2015 1ª ed]. *O Feminismo é para todo o mundo. Políticas arrebatadoras.* Rosa dos tempos. Tradução: Ana Luiza Libânio

Innerarity, Daniel (2006) *O novo espaço Público* Lisboa: Teorema

Innerarity, Daniel (2009) *A sociedade invisivel* Lisboa: Teorema

Jaques, Paola Berenstein (2001) *Estética da ginga* Editora Casa da Palavra / RIOARTE

Kleinman, A. Pain and resistance: the delegitimation and relegitimation of local worlds. In: GOOD, M. et al. (Ed.). *Pain as human experience: an anthropological perspective.* Berkeley: University of California, 1992. p. 169-197.

Koolhas, Rem (2010) *Três Textos sobre a cidade: Grandeza, ou problema do grande / A cidade genérica / Espaço Lixo*, GG BR – Gustavo Gili Editora

Krenak, Ailton (2019) Ideias para adiar o fim do mundo, Editora Schwartz S.A

Lacerda, Larissa; Harkot, Maria; Santoro, Paula Freire; Alho, Isabella Berlofa; Brito Gisele. Desposses-são, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções In: *Cartografias da Produção, Trasitoriedade e Despossessão dos Territórios Populares.* Observatório das Remoções - Relatorio Bianual 2019-2020, Ed. LabCidade, USP, São Paulo

Laclau, Ernesto (2008). *Debates Y combates: Por un novo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica.

Laclau, Ernesto (2005). *On populista reason. A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
LATOUR, B (20129) Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator- Rede. Salvador: EDUFBA

Lacy, Suzanne (1995). Território em disputa: para uma linguagem crítica da arte pública. In *Textos Para Uma História Da Arte Socialmente Comprometida.* Castellano, Carlos Guerreiro e Raposo, Paulo (org) (2019). Sistema Solar CRL (Documenta), Lisboa. p. 27-42

Lawrence, D.H. (1995). *Terra Incógnita,* Book News INC

Lefebvre, Henri. (2011) [1ª edição 1968]. *O direito à cidade.* 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora.

Lefebvre, H. (1970). *La Révolution Urbaine.* Paris: Gallimard.

LEFEBVRE, H. (1976) *Reflections on the Politics of Space.* Trad. M. Endres, Antipode, 8.

LEFEBVRE, Henri (2006) A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Paris. p. 117

Lira, Flávia (2021). A Escuta Entre Nós: Reflexões A Partir Das Vozes Das Comunidades In ID*25 Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti-coloniais.* Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 115-120

Lopes da Silva, Baltasar (1986) [1ªed 1947]. *Chiquinho.* São Paulo: Editora África Autores Africanos – 25.

Lopes da Silva, Baltasar (1984) A Cachupa Nossa Quotidiana In *Revista Ponto & Vírgula nº1.* Ponto & Vírgula

Lopes Filho, João, (1982). *Cabo Verde: subsídios para um levantamento cultural.* Lisboa: Plátano.
Lukes, S. 1973. Individualism. Oxford, Basil Blackwell.

Malinowski, Bronislaw (1922) *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Maricato, Ermínia (2012). É a questão urbana, estúpido! In Cidades Rebeldes. Maricato, Ermínia / Passe Livre, Movimento (ed) (2012). Jinkings Editores Associados Ltda. São Paulo. p. 32-46

Maricato, Ermínia. (2011) *O impasse da política urbana no Brasil.* Petrópolis: Vozes.

Martins, Catarina (2021). Catarina S. Martins Conversa Com José Carlos de Paiva, fracassando In *ID25 Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti-coloniais.* Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 17-20

Martins, Catarina (2017). <<E agora, vai voltar tudo a ser como era?>> Por uma crítica às artes na educação. In *Ensaios entre Arte e Educação.* Fundação Calouste Gulbenkian, 2017 p.12- 20.

Mbembe, Achile. (2021). *Brutalismo.* Lisboa: Antígona. Tradução de Marta Lança.

Mbembe, Achile (2017). *Políticas da Inimizade. Politiques de l'inimitié.* Lisboa: Antígona Editores refractários. Tradução de Marta Lança

Mbembe, Achile. (2014). *Crítica da Razão Negra. Critique de la raison nègre*. Lisboa: Antígona. Tradução de Marta Lança.
Mbembe, Achile (2001). *As formas Africanas de Auto-inscrição. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no 1, 2001, pp. 198-209.

Mendes, Manuel (2005). *Arquitetura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto* (eds). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Portas, Nuno (2007) [1969 1ª ed]. *a cidade como arquitetura.* Livros do Horizonte

Merlin, Nora (2019). *Mentir y colonizar. Obdiência Inconsciente y subjetividad neoliberal.* Editora Letra Viva, Buenos Aires.

MHOP. Ministério da Habitação e Obras Públicas, Praia, República de Cabo Verde. (1984). *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo.* Filográfica, Lda.

Morais, Graça (1998) Cabo Verde. *O Espírito do Lugar.* Guimarães Capital da Cultura Lusófona 98
Moreira, Paulo (2022) Critical Neiigbourhoods, Paulo Moreira (ed) Park Books

Mouffe, Chantal (2007). *Práticas artísticas y democracia agonística.* Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona: Barcelona.

Mouffe, Chantal (2004) [1a ed.1982]. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas* São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. Tradução de Neil R. da Silva

Mouffe, Chantal (1993), *The Return of the Political, O Regresso do Político,* Gradiva, Lisboa, 1996, tradução de Ana Cecília Simões.

Mouffe, Chantal. (2015) *Sobre o político.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
Mouffe, Chantal. (2003) *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo.* Florianópolis: UFSC. Revista Política & Sociedade, no3: 11-26.

Mouffe, C. (2007). *Prácticas artísticas y democracia agonística*. Barcelona: Universidade Autónoma de Barcelona.

Mumford, Lewis (2004) [1a ed.1982]. *A cidade na História. Suas Origens, Trannsformações e Prespectivas.* Editor: Martins Fontes.

Nietzsche, Friedrich (2004) *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

Nkruhmah, Kwame (1977). *O neocolonialismo em África.* In Sanches, Manuela Ribeiro (org) (2011). As malhas que os impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70.
Nunes, João Arriscado (2009). O Resgate da Epistemologia In *Epistemologias do Sul* Santos, Boaventura; Menezes, Ana Paula (ed) (2009). Edições Almedina p. 215-242

Ó, Jorge Ramos do (2021). A partir do que foi dito – Diálogos entre Brasil e Portugal: O ensino artístico que temos e o que queremos. In *O Ensino Artístico que temos e o que queremos: posturas, histórias e experiências no Brasil e em Portugal.* Peterson, Sidiney; Midori, Amanda (eds) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 254-256

PAIGC (1974). *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde.* Porto: Edições Afrontamento.

Paiva, José Carlos de (2021). Inscrever a arte e a educação artística numa prática descolonial. In *O Ensino Artístico que temos e o que queremos: posturas, histórias e experiências no Brasil e em Portugal.* Peterson, Sidiney; Midori, Amanda (eds) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 25-35

Paiva, José Carlos de (2013). Página Zero. Da organização. In *Intervenção Cultural no Espaço Público Escritas no Percurso do Identidades. Movimento Intercultural*.Paiva, José Carlos de; Rainho, Rita (eds). Mais Leituras Editora p. 1-3

Paiva, José (2017). Esforço de aprendizagem com as experiências vivenciadas com a comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas. In Paiva, José Carlos de (2017) *Partilha de Reflexões sobre as Artes, a Luta, os Saberes e os Sabores da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas.* Porto: i2ADS e AQCC. p.31-51

Paiva, José (2012). Viajando entre Cabo Verde e Moçambique. In Martins, Catarina S., Terrasêca, Manuela. e Martins, Vitor(Ed.), *À procura de renovações. De estratégias e de narrativas sobre educação artística*, Porto: Edição GESTO.

Pina, Manuel António (2011) *Como se desenha uma casa*. Assírio & Alvim

Portas, Nuno (2005). Nuno Portas: *O tempo das formas* vol.I: A cidade feita e refeita. Bandeira, Pedro (org) Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho DAAUM / Guimarães

Portas, Nuno (2012). Nuno Portas: *O tempo das formas* vol.II: A cidade imperfeita e a fazer. Bandeira, Pedro; Oliveira, Ivo (org) Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho DAAUM / Guimarães

Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkien

Pratt, Mary Louise.(2021) *“Arts of the Contact Zone.”* Profession, 1991,pp. 33–40. JSTOR, www.jstor.org/stable/25595469

Quijano, Anibal (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social In *Epistemologias do Sul* Santos, Boaventura; Menezes, Ana Paula (ed) (2009). Edições Almedina p. 73-118

Quijano, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina p. 118, 130

Rainho, Rita (2013). Miolo. In *Intervenção Cultural no Espaço Público Escritas no Percurso do Identidades. Movimento Intercultural.* Paiva, José Carlos de; Rainho, Rita (eds). Mais Leituras Editora p. 6-9

Rainho, Rita (2021). 25 Anos a errar. Erramos de novo, persistindo, fracassando In *ID25 Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti-coloniais*. Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 11-16

Rainho, Rita (2021). A insurgência de uma plantação de algodoeiro hoje: dos tempos de magia escrava à resistência cultural pós independência em Cabo Verde In *6º Encontro Internacional de Educação Artística* Paiva, José Carlos de; Colares, Edite (eds). I2ADS edições p. 78-94

Rainho, Rita (2011). Arte | Outra introdução política para o desenvolvimento. In Paiva, José C.; Martins, Catarina S. (Ed.), *Investigar a partir da acção intercultural* ID_CAI (Coletivo de Acção e Investigação). Porto: GESTO, Cooperativa Cultural.p 39-45

Rancière, Jaques (2002) [1987 1ª ed]. *O mestre ignorante.* Cinco lições sobre a emancipação intlectual. Editora Autêntica, Belo Horizonte

Rancière, Jaques (2010). *Estética e Política. A Partilha do Sensível* Dafne Editora
Ramose, M. B., African Renaissance: a northbound gaze. In: *Coetzee*, P. H.; ROUX, A.P.J. (Org.) The African Philosophy Reader. London: Routledge, 2003, p. 600-610

Rolnik, Raquel (2019). *Paisagens para renda, paisagens para a vida. disputas contemporâneas para o território urbano.* Indisciplinar Editora

Rolnik, Raquel (2015). *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.* Editora Boitempo, São Paulo

Rolnik, Raquel (2022). *São Paulo: O planeamento da desigualdade.* Editora Fósforo, São Paulo
Rosa, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: *Ficção completa: volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 409-413

Rossa, Walter (2007). 2as M-EIAs Surpresas. In *Reabilitação Urbana – Mindelo.* Figueira, Jorge; Moniz, Gonçalo Canto (eds) Rossa, Walter; Gonçalves, Adelino (eds, convidados). Serviço Editorial de Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 42-45

Santos, Analiza; Ramos, Eloisa; Bruno, Giorgano; Amado, Job; Delgado, Margarida; Lobo, Nuno Sousa; Pimeta, Olga (2007). Proposta Grupo X. In *Reabilitação Urbana – Mindelo*. Figueira, Jorge; Moniz, Gonçalo Canto (eds) Rossa, Walter; Gonçalves, Adelino (eds, convidados). Serviço Editorial de Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 42-45

Santos, Boaventura (2009). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saber In *Epistemologias do Sul* Santos, Boaventura; Menezes, Ana Paula (ed) (2009). Edições Almedina p. 21-72

Saramago, José (2021) [1983 1ª ed]. *Viagem a Portugal.* Porto Editora.

Saramago, José (1994) *Cadernos de Lanzarote.* Porto Editora.

Scott, James C. (2004) [1990 1ª ed]. *Los Dominados y La Arte de la Resistência.* Ediciones Era, México

Shiva, Vandana (2008). *Los monocultivos de la mente (Perspectivas sobre la biodiverdad y la biotecnologia).* México: Fineo

Silva, António Correira e (2021). *Noite Escravocrata Madrugada Camponesa.* Rosa de Porcelana Editora, Cidade da Praia.

Silva, António Correira e (2000). A construção do Antlântico e as ciidades-porto caboverddianas. In *A construção do Brasil Urbano.* Revista Oceanos. Nº41 Rossa, Wlater (ed) p.192-209

Silva, António Correia. (1998). *Espaços urbanos de Cabo Verde : o tempo das cidades-porto.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
SILVA, António Correia. (2005). *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo.* Mindelo - Gráfica do Mindelo, Lda

Tavares, Gonçalo M. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação. Teoria, Fragmentos e Imagens.* Editorial Caminho 2013

Tolentino, André Corsino (2019) A ilha. In *O ilhéu de Cabo Verde.* Tolentino, Corsino; Crispina, Gomes; Lopes, Amália Vera-Cruz; Monteiro, Adriano (coords) CEPCEP – Universidade Católica Editora p. 27-36

UN-HABITAT. (2003). *Global Report on Human Settlements: The challenge of slums*. Londres: Earthscan Publications.

UN-HABITAT. (2008). *State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the urban divide.* Londres: Earthscan Publications.

Vieira, Arménio (1981) [1981 1ª ed]. *Poemas.* Ilheu, Editora, Cabo Verde.

Vieira, Luandino (2015) [1965 1ª ed]. *Luuanda.* Caminho, Alfragide.

Zevi, Bruno (1996) [1ª ed.1963]. *Saber Ver a Arquitetura.* Livraria Martins Fontes Editora Ltda

Zibechi, Raúl (2012). *Territories in Resistence.* AK Press (Oakland, Edinburgh, Baltimores). Tradução Ramor Ryan

Teses e Dissertações

Almeida, Jéssica (2017) *Habitação Assistencial e de Promoção Pública em Cabo Verde durante o Estado Novo: Bairro Craveiro Lopes*. Tese de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Andrade, Dénis da Graça (2016). *Evolução da estrutura urbana da Cidade do Mindelo.* Contributos para a proposta de um plano de estrutura. Tese de Mestrado, Técnico, Lisboa

Azevedo, Mário (2017) *4'34" Sobre o silêncio e da sua entropia a partir de John Cage.* Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Portugal

Caldeira, João (2011). *O morgadio e a expansão nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde).* Tese de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal

Craveiro, Francisco (2021). *Informalidade e resistência: a partir da agência da Iniciativa Outros Bairros em Mindelo*, Cabo Verde. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal

Lima, Kesia (2015). *Do "Quarto de Casa" ao Bairro [Re]qualificação dos Bairros Precários da Cidade da Praia.* Tese de doutoramento, Universidade de Porto, Portugal

Lobo, Susana(2012). *Arquitetura e turismo: Planos e projectos. As cenografias dos lazer na costa portuguesa, Da 1ª República à democracia*
Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Portugal

Madeira, João Paulo Carvalho e Branco (2015). *Nação e Identidade: A singularidade de Cabo Verde* Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Portugal

Martins, Catarina (2011). *As narrativas do génio e da salvação: a invenção do olhar e a fabricação da mão na Educação e no Ensino das Artes Visuais em Portugal* (de finais de XVIII à primeira metade do século XX). Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização em História da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Portugal

Paiva, José (2009). *ARTE/ DesENVOLVIMENTO.* Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Portugal

Paiva, José (2021). 25 Anos a errar. Erramos de novo, persistindo, fracassando In *ID25 Ecos de uma escuta construindo sujeitos anti-coloniais*. Rainho, Rita (ed) (2021). I2ADS edições, Porto. p. 17-20

Perdigão, Denise (2016). *EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COMO POSSIBILIDADE DE EXPERIMENTAÇÃO UTÓPICA: o caso da Mindelo Escola Internacional de Arte em Cabo Verde.* Tese de Doutoramento, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto em regime de Cotutela com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Portugal/ Brasil

Popkewitz, T Thomas S. (2000). *The Indigenous Foreigner, and Power: Comparative Educational: Comparative Educational* Research. In J. Schriewer (ed.). Discourse Formation in Com- parative Education. (pp.261-294) Frankfurt am Main: Peter Lang

Rainho, Rita (2018). *DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA no ensino superior em Cabo Verde.* Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Portugal

Santos, Maria do Carmo Farias Daun e Lorena (2018) *Classe, memória e identidade em Cabo Verde: uma etnografia do carnaval de São Vicente* Tese de doutoramento, Universidade do Lisboa, Portugal

Sguissardi, Valdemar (2005). *Universidade pública estatal: entre o público e privado/ mercantil.* Educação & Sociedade, Campinas, v. 26,/ n. 90, p. 191 -222, / jan./abr./ 2005

Outros Documentos

[todos os sites estão disponíveis na data 31 de Dezembro de 2022]

Agamben, Giorgio. (2005). *O que é um dispositivo.* Comunicação proferida no Brasil. Tradução de Nilceia Valdati In https://campodiscursivo.paginas.ufsc.br/files/2020/04/TEXTO-10-O-que-%C3%A9-um-dispositivo-Agamben.pdf
Consultado a 03 de Agosto de 2022

Aidi, Hisham (2018) *Africa's New Social Movements: A Continental Approach* In Policy Brief November 2018 PB – 18/36. OCP Policy Center p.3 https://www.policycenter.ma/sites/default/files/OCPP-C-PB1836_0.pdf
Consultado a 03 de Fevereiro 2021

Alsayyad, Nezar; Roy, Ananyan (2009). *Modernidade Medieval. Cidadania e urbanismo na era global*. In Novos Estudos https://www.scielo.br/j/nec/a/XpYbWfJBWNMGd8xnQ4ndNMN/?format=pdf&lang=pt
Consultado a 23 de Junho de 2022

Baldwin, James (1979) *If Black English Isn't a Language, Then Tell Me, What Is?* In https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/98/03/29/specials/baldwin-english.html?_r=1The
Consultado a 03 de Fevereiro 2021

Bénit-Gbaffou, Claire *Splintering Unpacking State Practices in City-Making*,in Conversations with Ananya Roy in Journal of Development Studies · May 2018, https://www.researchgate.net/publication/325074293_Unpacking_State_Practices_in_City--Makingin_Conversations_with_Ananya_Roy
Consultado a 21de Fevereiro 2021

Berdoulay, Vincent; Loliive, Jaques; Gomes, Pauloo C. da (2004) *L'espace public, ou l'incontournable spatialité de la politique.* In https://www.researchgate.net/publication/337278873_Chapitre_1_L'espace_public_ou_l'incontournable_spatialite_de_la_politique
Consultado a 01 de Dezembro de 2022

Berger, Guy. (2009). Da epistemologia do olhar à epistemologia da escuta. In *Educação, Sociedade & Culturas*, no 28, 2009, p.175 – 192.

Bourriaud, Nicolas. (2005) *Keynote address at Transforming* Aesthetics conference, 7-9 July 2005, Art Ga Australia. In http://www.artgallery.nsw.gov.au/aa-anz05/abstracts/nicolas_bourriaud
Consultado a 20 Junho 2020

Brenner, Neil, & Schmid, Christian. (2015). *Towards a new epistemology of the urban?. City: analysis of urban trends.* In https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13604813.2015.1014712
Consultado a 28 Junho 2020

Brenner, Neil, & Schmid, Christian. (2015). *Towards a new vocabulary of urbanisation processes: A comparative approach.* In, https://www.researchgate.net/publication/321195894
Consultado a 28 Junho 2020

Censos (2021). Instituto Nacional de Estatística, In https://ine.cv
Constituição de Cabo Verde, In https://www.governo.cv/documentos/constituicao-da-republica/
Consultado a 20 Junho 2020

Cordeiro, Ana, (2010). *Mindelo: entre a Ficção e a Realidade* In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/mindelo-entre-a-ficcao-e-a-realidade
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Couto, Mia, (2015). *Murar o Medo* In https://www.miacouto.org/murar-o-medo/
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Couto, Mia (2013). *À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar* In https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/mia-couto-a-porta-da-modernidade-ha-sete-sapatos-sujos-que-necessitamos-descalcar
Consultado a 23 de Dezembro de 2021

Domingues, Álvaro; Fernandes, Ana Silva – *A Urbanização da Pobreza – formação académica e consciência social.* In Estudo Prévio. Lisboa: CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net Consultado a 20 Junho 2020

Flores, Nuno, Ribeiro, Manoel (2016). *No ke ten kemin.* In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/no-te-ne-kemin Consultado a 20 de Março 2020

Flores, Nuno, Lopes, Angelo (2021). *Outros Bairros: Desafios de um devir coletivo comum*. Consultado a 20 de Março 2020
UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects
https://www.acsa-arch.org/proceedings/International%20Proceedings/ACSA.Intl.2021/ACSA.Intl.2021.15.pdf
Consultado a 20 de Janeiro de 2022

Flores, Nuno; Pina, Elaine de; Fortes, Erickson (2021) *Voz(es) sem lugar, lugar(es) sem vozes.* Estudo Prévio 19. Lisboa: CEACT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2021, p. 36-44. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net]. DOI: https://doi.org/10.26619/2182-4339/19.4 Consultado a 12 de Dezembro 2021

Flores, Nuno (2021). *¿Cuál es el futuro de la urbanización informal?* In Planur-e https://www.planur-e.es/autores/perfil/382/nuno-duarte-loureiro-flores-
Consultado a 20 de Janeiro 2022

Flores, Nuno (2021) Uma periferia invisível ou Outros Bairros? In Jornal A Nação, Cabo Verde
https://www.anacao.cv/noticia/2022/01/01/uma-periferia-invisivel-ou-outros-bairros/
Consultado a 03 de Dezembro de 2021

Godinho, André, Domingues, Álvaro (2021) *Geografias da Urbanização Plannetária* In e-cadernos CES nº36 Periferias urbanas: transformações e ressignificações Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. p. 12-38

Governo de Cabo Verde (2022). *Programa de Governo.* In https://www.governo.cv/governo/programa-do-governo/

Guerreiro, António (2022/06/24) *As muralhas da cidade* In jornal público, suplemento Y, p.p. 24, https://www.publico.pt/2022/06/24/culturaipsilon/cronica/muralhas-cidade-2010838
Consultado a 03 de Agosto de 2022

Graham, Stephen; Marvin; Simon *Splintering Urbanism. Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*
London: Department of Geography Uiversity of Durham, UK In https://www.researchgate.net/publication/303990380_Splintering_Urbanism_Networked_infrastructures_technological_mobilities_and_the_urban_condition
Consultado a 21de Fevereiro 2021

Guia das ONGs de Cabo Verde In http://www.laboress-afrique.org/ressources/assets/doc/Document_N0109.pdf
Consultado a 05 de Setembro 2022

Harvey, David (2020) *Como a moradia vira um artigo de luxo* In https://outraspalavras.net/outrasmidias/harvey-como-a-moradia-vira-artigo-de-luxo/
Consultado a 01 de Fevereiro 2021

Harvey, David (2018) *Pela desvinculação da lógica de mercado do direito à cidade* In https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/08/22/david-harvey-pela-desvinculacao-da-logica-de-mercado-do-direito-a-cidade/
Consultado a 01 de Fevereiro 2021

Harvey, David (2016) *A liberdade da cidade* In https://medium.com/@chorarthur/a-liberdade-da-cidade-de-david-harvey-6794725db528
Consultado a 01 de Fevereiro 2021

Iconoclassistas (2013) *Iconos y libertad* In https://iconoclasistas.net/maquinas-de-sentipensar/
Consultado a 07 de Abril de 2022

Jones, Carla; Li, Mengge; Ndofor, Hermann (2022) *The Changing Nature of China and its Relationship with Africa in Correltions of politics & economics: How Chinese Investment in Africa Changes Political Influence* In https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2022/03/chinese-investment-in-africa-final.pdf
Consultado a 29 de Outubro 2021

Lima, Redy (2022) *Os processo em Cabo Verde e a emergência de novas epistemologias da cidade* In https://www.anacao.cv/noticia/2022/07/02/os-processos-urbanos-em-cabo-verde-e-a-emergencia-de-novas-epistemologias-da-cidade/
Consultado a 03 de Julho 2022

Lima, Redy (2021) *“Es li e nha palasiu”: notas sobre a Iniciativa Outros Bairros – Alto Bomba, Mindelo* In https://www.anacao.cv/noticia/2021/10/23/es-li-e-nha-palasiu-notas-sobre-a-iniciativa-outros-bairros-alto-bomba-mindelo/
Consultado a 03 de Novembro 2021\

Magalhães, Luisa A (2016) *desobediência do erro Ensaios sobre a dimensão do conflito* In Relatório apresentado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Artes Visuais no 3o Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.show_file?pi_doc_id=79524
Consultado a 01 de Abril 2022

Maricato, Ermínia, O Nó da Terra
Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/
Consulado a 02 de Julho 2021

Mendonça, Tolentino (2020/06/10) *O que é amar um País* In https://www.dnoticias.pt/pais/pode-ler-aqui-na-integra-a-intervencao-de-jose-tolentino-mendonca-no-dia-de-portugal-FB6407421
Consultado a 03 de Julho 2021

Miessen, Markus (2013) Crossbenching – Interview with Markus Miessen In http://commonthejournal.com/journal/konjunktur-und-krise-no-2/crossbenching-interview-with-markus-miessen/
Consultado a 07 de Abril de 2022

Mingolo, Walter (2022) *Sec. XXI: o colapso da modernidade, a ascensão da multipolaridade e os desafios da pluriversalidade*. In https://ihu.unisinos.br/623338-seculo-xxi-o-colapso-da-modernidade-a-ascensao-da-multipolaridade-e-os-desafios-da-pluriversalidade-entrevista-especial-com-walter-mignolo?fbclid=IwAR2EvOw6qanfWcwBZsqGzZbjmq0rq89_E3-u2pIwXZQi6xSfW2y87LtYOf8
Connsultado a 01 de novembro de 2022

Moassab, Andrea, (2017). *CAMPUS UNIVERSITÁRIO: uma reflexão para o século XXI a partir do estudo de caso da instalação da Universidade de Cabo Verde*. In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/campus-universitario-uma-reflexao-para-o-seculo-xxi-a-partir-do-estudo-de-caso-da-instalacao-
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Moassab, Andrea, (2012). *Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado* In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Moassab, Andrea, (2013). *Globalização, neocolonização e urbanização em África* In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-em-africa
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Moassab, Andrea, (2013). *Arquitetura habitacional em Cabo Verde: (re)conhecimento e desenvolvimento* In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/cidade/arquitetura-habitacional-em--cabo-verde-reconhecimento-e-desenvolvimento
Consultado a 23 de Dezembro de 2020

Mouffe, Chantal (2007). *Public Spaces and Democratic Politic* In https://laps-rietveld.nl/?p=829
Consultado a 21de Fevereiro 2022

Mouffe, Chantal (2007). *Por um modelo agonostico de democracia* In https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZcDBcYpDCTxTMPc/?lang=pt
Consultado a 21de Fevereiro 2022

O que é a Crítica? Crítica e Aufklärung. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Tradução: Gabriela Lafetá Borges. pp, 1-29. Disponível em: http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critica.
Consiltado a 20 agosto 2020

Okyere, Seth Asare; Kita, Michihiro (2015) *Rethinking Urban Informality and Informal Settlements Growth In Urban Africa: A Literature Discussion* In Journal of Sustainable Development in Africa p. 101-124
https://jsd-africa.com/Jsda/Vol17No6-Fall15B/PDF/Rethinking%20Urban%20Informality.Seth%20Asare%20Okyere.pdf
Consiltado a 20 agosto 2020

Orçamento de Estado (2023) In https://www.mf.gov.cv/web/dnocp/orçamento-do-estado/-/document_library/CCgzagQ0WG8I/view/273603

Paiva, José, Martins, Catarina S. (2014). A urgência da EDUCAÇÃO ARTÍSTICA enquanto acção agonística: como um terreno político, epistemológico/ ontológico singular, alargado e plural. In *Invisvbilidades, Revista Ibero-americana de pesquisa em Educação, Cultura e Artes* #6 . novembro 2014. P. 5-8

Pessoa, Fernando (1923). *Revista Portuguesa* 23-24. In http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Escritor_Fernando_Pessoa#orig
Consultado a 23 de Outubro de 2022

Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Cabo Verde 2022-2026 In https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Programa_Estratégico_Cooperação_PEC_Portugal_-_Cabo_Verde_2022-2026.pdf
Consultado a 05 de Agosto 2022

Rainho, Rita; Paiva, José (2012). *Sobre o campo de irreverência de uma Escola Artística na renovação da educação artística*. In Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/sobre-o-campo-de-irreverencia-de-uma-escola-artistica-na-renovacao-da-educacao-artist
Consultado a 05 de Setembro 2022

Rainho, Rita (2022). *Lutas dos saberes negros na educação artística: memória do algodão entre Brasil e Cabo Verde* In. Buala Cultura Africana Contemporânea https://www.buala.org/pt/a-ler/lutas-dos-saberes-negros-na-educacao-artistica-memoria-do-algodao-entre-brasil-e-cabo-verde
Consultado a 05 de Setembro 2022

Roy, Ananya – *"Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning"*, Journal of the American Planning Association, 71:2, 2005, pp.147-158. ISSN 1939-0130. In https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Urban-Informality-Roy.pdf
Consultado a 15 de Março 2021

Roy, Ananya – *The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory, Regional Studies*, Vol. 43.6, pp. 819–830, julho 2009. ISSN 1360-0591. In https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343400701809665
Consultado a 15 de Março 2021

Roy, Ananya; ONG, Aihwa, eds. – *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global. Oxford: Wiley-Blackwell*, 2012. ISBN 978-1405192767. In https://www.researchgate.net/publication/277695458_Worlding_Cities_Asian_Experiments_and_the_Art_of_Being_Global/link/5a2457204585155dd41eaf4d/download
Consultado a 15 de Março 2021

Santos, Boaventura de S. (2004), *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*, Coimbra: CES, 2005: www.ces.uc.pt
Consultado a 07 de Maio 2022

Saramago, José (1986/03/25). *Caboverdiando*. In JL 11. Maio, 1986
Consultado a 07 de Maio 2022

Sassen, Saskia *A Desurbanização do Espaço Urbano* In : http://redacaoedialogia.blogspot.com/2015/09/saskia-sassen-desurbanizacao-do-espaco.html
Consultado a 07 de Maio 2022

Schmid, Christian; Karaman, Ozan; Hanakta, Naaomi; Kockelkorn, Anne; Kallenberger, Pascal; Sawyer, Lindsay; Struele, Moika; Wong, Kit Ping. (2017) *TOWARDS A NEW VOCABULARYOF URBANISATION PROCESSES: A COMPARATIVE APPROACH* In https://www.researchgate.net/publication/321195894_Towards_a_new_vocabularyof_urbanisation_processes_A_comparative_approach
Consultado a 07 de Fevereiro 2021

Silva, Jailson de Sousa e (2021) *Adeus "cidade partida"* In http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Adeus-Cidade-Partida_Por-Jailson-de-Souza-e-Silva.pdf
Observatório de Favelas, Rio de Janeiro
consultado a 07 de Fevereiro 2021

Silva, António Correia. (2009). *"Cabo Verde nasceu como entreposto do comércio de escravos".* Em declarações à Lusa a propósito do Dia Internacional das Vítimas da Escravatura e do Comércio Transatlântico de Escravos.
Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2009/2/13/Cabo-Verde-nasceu-como-entreposto-comercio-escravos,9ba63fee-7def-44af-a0fb-5b7ce5b2f7b0.html.
consultado a 07 de Fevereiro 2021

Suarez, Francisco (2013) Caminar hace la utopia In https://www.iberopuebla.mx/noticias_y_eventos/noticias/caminar-hacia-la-utopia
Consultado a 07 de Maio 2022

Sawyer, Lindsay; Schmid, Christiian; Kallenberger, Pascal; Struele, Moika. (2021). *Bypass urbanism: Re-ordering center-periphery relations in Kolkata, Lagos and Mexico* City. PA: Economy and Space In https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0308518X20983818
Consultado a 07 de Fevereiro 2021

Tang, Xiaoyang; Calabrese, Linda (2020) *The DEGRP research in Africa`s Economic Transformation: the role of Chinese investment* In https://cdn.odi.org/media/documents/DEGRP-Africas-economic-transformation-the-role-of-Chinese-investment-Synthesis-report.pdf
Consultado a 29 de Outubro 2021

Toledo, Luis Carlos (2020) *Festival de Filosofia de Abrantes* In https://www.antenalivre.pt/files/_ffa_2020_apresentacao_5f9c0a899a6ba.pdf
Consultado a 29 de Outubro 2021

Varela, Odair (2004). *Ciência e Democracia nos Países Africa- nos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Um cruzamento de Baixa Intensidade.* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais De Coimbra

Woollacott, John (1983) *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal.* In Análise Social Volume XIX - http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf Consultado a 29 de Agosto 2022

Documentos não publicados

Flores, Nuno (2021) *OUTROS BAIRROS: A urbanização informal como um modo de urbanização*, Setembro 2021

Iniciativa Outros Bairros (2021). Desdobrável *Somá na Ponta*

MIOTH (2019) *Reabilitação Urbanística de Alto de Bomba, Teste metodológico.* Junho 2019

M_EIA (2016). *Relatório dos Seminários de Reflexão sobre os CE*, Abril 2016

M_EIA (2014). Documento orientador dos Campos de Estudo (CE)

M_EIA (2014). *M_EIA Semana da Museologia 2014*. Mindelo: M_EIA

M_EIA (2009). Dossier Dossier Cursos de Mestrado em Arquitetura. Mindelo: M_EIA

M_EIA (2009). Dossier Cursos de Licenciatura de Artes Visuais e Design. Mindelo: M_EIA .

Entrevistas

Ângelo Lopes, 2022. Entrevista Aberta com Ângelo Lopes, 16 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Adelaide Gomes, 2022. Entrevista Aberta com Adelaide Gomes, 21 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Alexandra Carvalho, 2022. Entrevista Aberta com Alexandra Carvalho, 06 de junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Amilcar Gomes, 2022. Entrevista Aberta com Amilcar Gomes, 04 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

António Tavares, 2022. Entrevista Aberta com António Tavares, 02 de Julho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Bento Oliveira, 2022. Entrevista Aberta com Bento Oliveira, 12 de Agosto de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Calceteiras do Carriçal, 2022. Entrevista Aberta com Calceteiras do Carriçal, 23 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Carlos Correia e Silva, 2022. Entrevista Aberta com Carlos Correia e Silva, 27 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Cilésia Lopes, 2022. Entrevista Aberta com Cilésia Lopes, 13 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Davi Lima, 2022. Entrevista Aberta com Davi Lima 04 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Dj Letra, 2022. Entrevista Aberta com Dj Letra, 22 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Edinélia Veríssimo, 2022. Entrevista Aberta com Edinélia Veríssimo, 13 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Elaine de Pina, 2022. Entrevista Aberta com Elaine de Pina, 30 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Eliane Brito, 2022. Entrevista Aberta com Eliane Brito, 21 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Elísio Neves, 2022. Entrevista Aberta com Eliane Brito, 05 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Ema Barros, 2022. Entrevista Aberta com Ema Barros, 12 de Agosto de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Emanuel Cruz, 2022. Entrevista Aberta com Emanuel Cruz, 18 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Erickson Fortes, 2022. Entrevista Aberta com Erickson Fortes, 30 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde.

Eros Silva, 2022. Entrevista Aberta com Eros Silva, 04 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Eunice Silva, 2022. Entrevista Aberta com Eunice Silva, 24 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Gzoo, 2022. Entrevista Aberta com Gzoo 18 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Helena Guerreiro, 2022. Entrevista Aberta com Gzoo 31 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Jason Ferreira, 2022. Entrevista Aberta com Jason Ferreira, 18 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Jakob Kling, 2022. Entrevista Aberta com Jakob Kling 16 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

João Pedro Matos Fernandes, 2022. Entrevista Aberta com João Pedro Matos Fernandes, 26 de maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

João Júlio Cardoso, 2022. Entrevista Aberta com João Júlio Cardoso, 04 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Josimar Nk, 2022. Entrevista Aberta com Josimar Nk, 18 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Leila Fortes, 2022. Entrevista Aberta com Leila Fortes, 21 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Maísa Fortes, 2022. Entrevista Aberta com Maísa Fortes, 11 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Miriam Lopes, 2022. Entrevista Aberta com Miriam Lopes, 02 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Nélida Correia, 2022. Entrevista Aberta com Nélida Correia, 18 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Revan Almeida, 2022. Entrevista Aberta com Revan Almeida 23 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Samira Rocha, 2022. Entrevista Aberta com Samira Rocha, 13 de Abril de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Samuel Santos, 2022. Entrevista Aberta com Samuel Santos, 22 de Junho de 2022, Mindelo, Cabo Verde

William Rodrigues, 2022. Entrevista Aberta com William Rodrigues 04 de Maio de 2022, Mindelo, Cabo Verde

Audiovisual

Domingues, Álvaro (2020). *A condição urbana a cidade como metáfora*, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=InrdzWPs2sQ

Duarte, Abílio, 1975. *Discurso "A hora zero"*. CD A Independência Nacional de Cabo Verde. Palanca Produções

"Fomi 47" Codé di Dona, CD, 1987

Iniciativa Outros Bairros (2020), *Amdjer na Obra*, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h-gihZv4VINE&t=52s

Iniciativa Outros Bairros (2021), *Dsinrascá*, Disponível em: https://youtube.com/playlist?list=PLw72QD_zKwhL6vgllk_VVp747pegfgyUh

Iniciativa Outros Bairros, *Iniciativa Outros Bairros*, (2019, 2020, 2021), Disponível em: https://www.youtube.com/@OutrosBairros

Iniciativa Outros Bairros (2020), *Praça Nho Jon*, Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLw72QD_zKwhLwjssclYb0uzbxeiwnM6aC

Iniciativa Outros Bairros; Projecto kubaka, (2020) *Kubaka, WebCD,* Disponivel em: https://youtube.com/playlist?list=PLw72QD_zKwhKVUHIMeW8pI5FaIo-l7IoY9

Iniciativa Outros Bairros (2020) S*omá na Ponta*, Disponivel em: https://www.youtube.com/watch?v=M-j4rxopnI2c&list=PLw72QD_zKwhINpLmJ8687cm-1-JLa47ULq

Lopes, Ângelo (2016). *“Canhão de Boca”*. Documentário 52’

Lopes, Ângelo; Gomes, Helena; Placido, Lara; (2011). “Casa Lata”. Documentário 15’

Lopes, Leão (2009). Filme, *“Os Últimos contratados”*. Documentário 57’

Diplomas Legais

Decreto-Lei nº 27/2010
Estabelece o Programa Casa Para Todos

Decreto-Lei nº 54/2013
Estabelece o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Resolução nº 65/2018
Institucionaliza o Programa de Reabilitação, Revitalização e Acessibilidades (PRRA)

Resolução nº 2/2022
Aprova o Plano Naciona de Habiitação de Cabo Verde 2021-2030

Lei nº 91/IX/2020:
Estabelece as bases do regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Zonas Económicas Especiais, abreviadamente designadas por ZEE

Lei nº 94/IX/2020:
Institui a Zona Económica Especial Marítima em São Vicente, abreviadamente designadas por ZEEMSV ou Zona Económica Especial Marítima em São Vicente e estabelece e regime jurídico especial da sua organização, desenvolvimento e funcionamento

Lei nº 13/2004:
Enquadramento jurídico do agente de cooperação portuguesa e define o respetivo estatuto jurídico.
Enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico

ANEXOS

REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DE ALTO DE BOM-BA - Teste metodológico

OUTROS BAIRROS: A urbanização informal como um moide de urbanização



REABILITAÇÃO URBANÍSTICA DE ALTO DE BOMBA

TESTE METODOLÓGICO

FICHA TÉCNICA

PROJECTO.

Iniciativa OUTROS BAIRROS
Reabilitação Urbanística de Alto de Bomba - Teste Metodológico

PROMOTOR.

MIOTH - Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação

PARCEIRO INSTITUCIONAL.

CMSV - Câmara Municipal de São Vicente

GABINETE TÉCNICO.

Supervisão. MIOTH

Coordenação Geral. Nuno Flores

Coordenação Metodológica. Manoel Ribeiro

Coordenação Técnica. Ângelo Lopes

Estagiários. Elaine Pina, Erickson Fortes, Jandira Rocha, Jucelma Lima, Kleiton Ribeiro, Natísia Fonseca, Rafael Pires, Vadylene Nunes, Willy Santos

PARCERIAS CIENTÍFICAS.

UNI-CV.

Estatística. Paula Cruz

Marketing Público. Ilze Paris

Engenharia Civil. Adriano Gonçalves

Engenharia Hidráulica. Eurides Costa

ÍNDICE

1 CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL DE ALTO DE BOMBA

2 INTRODUÇÃO

4 1. LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO

4 1.1. LOCALIZAÇÃO

6 1.2. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E TOPOGRÁFICA

7 1.3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA LOCALIDADE E DESCRIÇÇÃO DO USO DO SOLO

13 1.4. IDENTIFICAÇÃO DAS BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS ONDE ESTÁ INSERIDA A LOCALIDADE

15 1.5. LEGISLAÇÃO EXISTENTE PARA A ÁREA

15 1.6. USO DO SOLO

23 1.7. HISTÓRICO DA OCUPAÇAO E ASPECTOS CULTURAIS

25 2. ESTRUTURA URBANA

25 2.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

27 2.2. SANEAMENTO BÁSICO

29 2.3. RECOLHA DE LIXO

32 2.4. ENERGIA ELECTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

34 2.5. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO INTERNA EXISTENTE

36 2.6. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

38 2.7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

39 2.8. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E ATUAÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES NO LOCAL

40 3. CONCLUSÃO

50 4. PLANO DE INTERVENÇÃO DE ALTO DE BOMBA

52 4.1. DRENAGEM

52 4.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

53 4.3. SANEAMENTO BÁSICO

53 4.4. RECOLHA DE LIXO

54 4.5. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

54 4.6. SISTEMA VIÁRIO, CIRCULAÇÃO INTERNA E ACESSOS

54 4.7. ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS

55 4.8. ÁREAS VERDES

55 4.9. ÁREAS DESPORTIVAS E DE LAZER

56 4.10. COMUNICAÇÃO VISUAL

56 4.11. MOBILIÁRIO URBANO

56 4.12. GERAÇÃO DE RENDA CULTURA POPULAR

57 4.13. MODELO DE URBANIZAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL DE ALTO DE BOMBA



INTRODUÇÃO

O Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades, PRRA, centra o seu eixo 1.2 em acções direccionadas à melhoria das condições de vida e da acessibilidade de bairros.

Após algumas experiências já efectuadas em Cabo Verde, surgiu a necessidade de olhar com mais atenção para os bairros informais da cidade do Mindelo. A partir do modo de vida local e da caracterização do assentamento, pretende-se construir uma estratégia que possa desenhar um plano de intervenção que, esse sim, oriente futuras acções que melhorem, de facto, o ambiente urbano e social destes lugares.

Partiu-se, então, para a seleção de um lugar, Alto de Bomba, que se definiu como área teste da Iniciativa OUTROS BAIRROS, para se aplicar a metodologia definida. No final, após a realização de obras, esta metodologia, irá permitir-nos reavaliar todo o processo, reflectindo sobre a pertinência da sua continuidade ou, se necessário, o redireccionamento da estratégia para poder partir para as operações seguintes.

Ao Gabinete Técnico do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, MIOTH, montado numa parceria institucional com a Câmara Municipal de São Vicente, CMSV, coube articular as acções com as entidades locais, mas, sobretudo, interagir com os moradores para entender as demandas locais e poder corresponder aos anseios dos próprios, aos dos promotores da Iniciativa OUTROS BAIRROS e aos das entidades locais.

Esta articulação partiu de um princípio fundamental e estruturante de todas as acções: reconhecer o existente em todo o assentamento como ponto de partida, articulando pequenas acções que cosam a malha urbana existente e estimulando uma maior participação pública e cívica da população. Este princípio actua em diferentes partes do território,

em interação com áreas construídas legal ou ilegalmente; estejam num nível construtivo consolidado ou exageradamente precário; ou mesmo, se necessário, adaptem os planos vigentes à sua estratégia.

A totalidade da acção realizada nestes dois meses definiu o caminho para dois tipos de acções: as estruturantes, capazes de articular drenagens e acessos, dando mais segurança habitacional ao assentamento e, as pontuais, capazes de fazer o interface da obra estruturante com a cidade formal, regenerando alguns locais que se reconheceram como aqueles onde se dá a micro sociabilidade do assentamento.

Por fim, resta dizer que o documento agora apresentado abrirá a porta, juntamente com as entidades científicas parceiras, para construir a base necessária para realizar os concursos públicos que garantam os trabalhos previstos e, numa inevitável parceria com os moradores, participar-se da consolidação de um Alto de Bomba no qual todos se continuem a reconhecer.

1. LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO

1.1 LOCALIZAÇÃO

A área definida para a elaborar o teste metodológico do Alto de Bomba, localiza-se na encosta do Monte Sossego, adoçada à Rua 1, e inclui as zonas denominadas por Cova, Alto de Bomba, Alto de Casa de Água e Cavoco Burmedje. Os seus limites são o depósito de água que abastece o bairro de São Pedro, a sul, a via de acesso de Monte de Sossego à estrada de Fernando Pó, a norte, a Rua 1 de Monte Sossego, a oeste, e uma antiga estrutura militar que, actualmente, se encontra em ruínas, a este.

Contíguo a localidades denominadas por Alto de São João, Chã de Monte Sossego e Atrás de Cemitério, Alto de Bomba conecta-se com a cidade formal através de duas ruas já calcetadas. Uma que permite aceder à parte central do bairro, localizada a meio da encosta, e outra que permite o acesso ao seu topo, onde se localiza uma antena de telecomunicações que serve toda a ilha. As restantes vias, abertas ao longo do tempo, são calcetadas apenas pontualmente e configuram uma malha de caminhos tortuosos, mais ou menos estreitos, criada sem qualquer ordenação.



1. Vista panorâmica de Alto de Bomba



01. LOCALIZAÇÃO DE ALTO DE BOMBA

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

1.2 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E TOPOGRÁFICA

A área de trabalho estende-se a duas grandes bacias hidrográficas com diferentes formas de ocupação. A primeira, entre o lado norte e o centro do bairro, densamente ocupada e de forma muito desorganizada, e a segunda, entre o centro do bairro e o limite sul, com menos construções, mas em processo acelerado de ocupação. Importa salientar que esta última, aparentemente pela sua maior dimensão e pela acentuada inclinação do terreno, apresenta-se mais organizada e, genericamente, com edifícios implantados ao longo das curvas de nível.

A topografia é muito acidentada, o que provoca bastante dificuldade sobretudo na implantação da habitação e das infraestruturas.

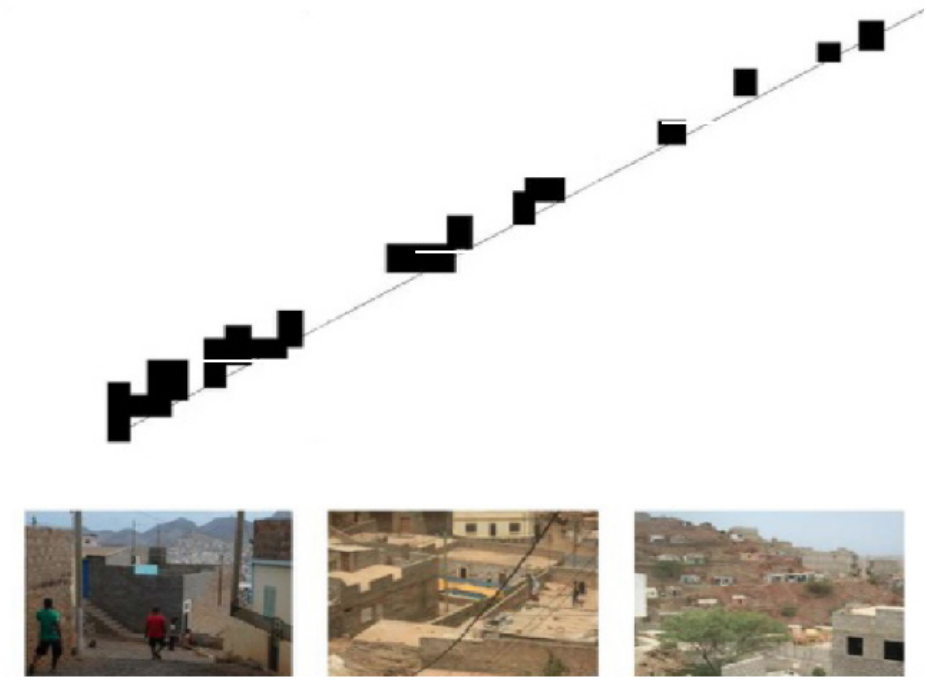


2. Densidade construtiva de uma das bacias

1.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA LOCALIDADE E DESCRIÇÃO DO USO DO SOLO

Apesar da definição da área de trabalho pelas bacias hidrográficas descritas no ponto anterior, no caso do Alto de Bomba, procurou-se alargar ligeiramente os limites às ruas existentes para melhor entender a relação do assentamento com a área envolvente. A norte, a rua que liga Monte Sossego à estrada de Fernando Pó; a sul, a rua de acesso ao depósito de água; e, a oeste, a Rua 1 do Monte Sossego.

Da Rua 1 do Monte Sossego ao topo da montanha, Alto de São João, a ocupação dá-se de forma decrescente em relação à consolidação urbanística (fig. 3), sendo que na parte mais alta da montanha (posteriormente denominaremos de Área a consolidar), há uma área desprovida de infraestruturas onde predominam as “casas de tambor”.



3. Consolidação urbanística ao longo da encosta

Assim, a delimitação da área foi feita em três faixas divididas em sectores, com a seguinte configuração (mapa 02):

- Área consolidada: sectores I, II e III
- Área em consolidação: sectores IV, V, VI e VII
- Área a consolidar: sectores: VIII, IX e X

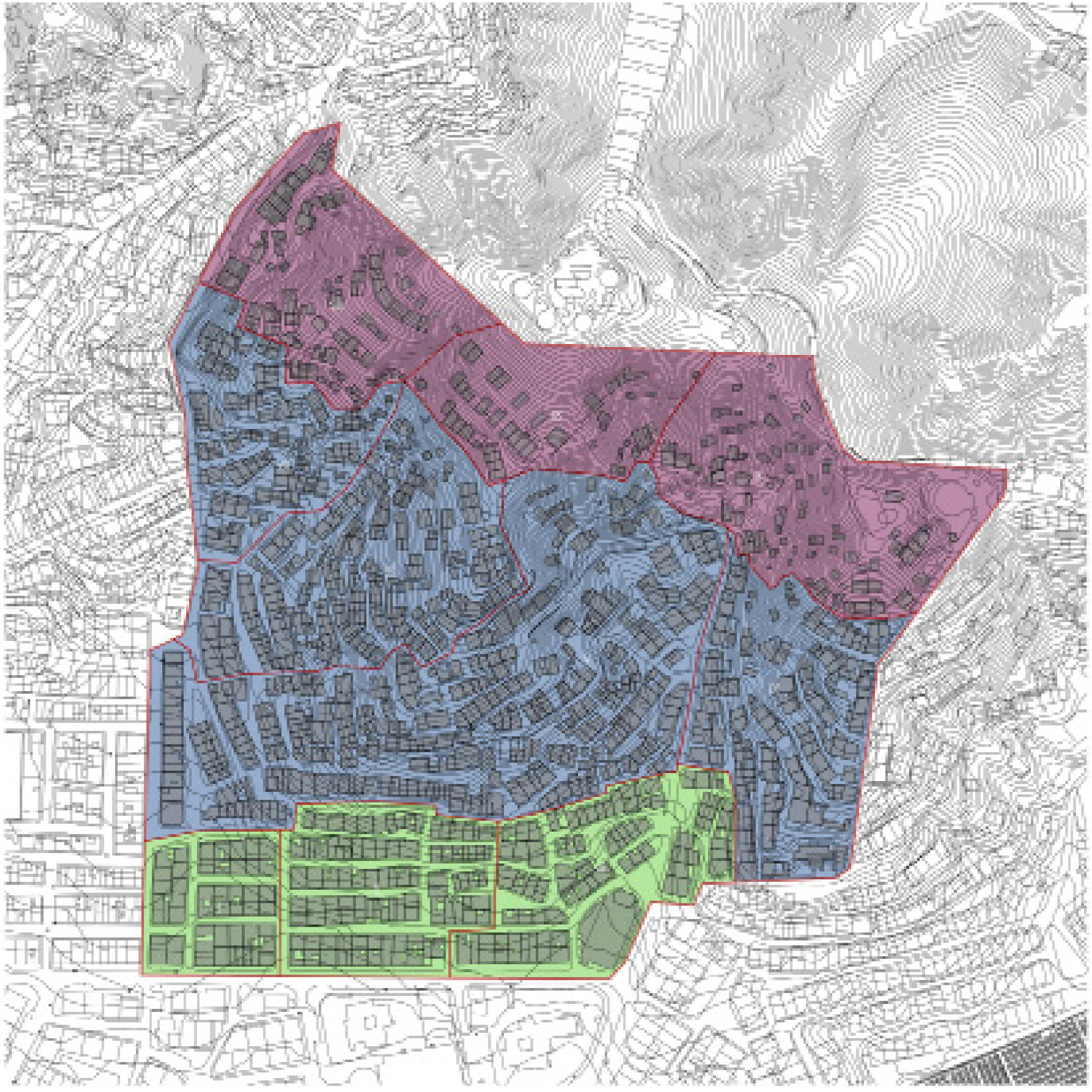
A sectoriazação permitiu um trabalho inicial de verificação cartográfica com o fim de actualizar o levantamento disponibilizado pela Câmara Municipal de São Vicente, cuja última actualização datava do ano de 2013.

Após a sobreposição entre este levantamento e o ortofotomapa mais actual da área, deslocou-se uma equipa de arquitectos para o terreno para verificar, casa a casa, a sobreposição efectuada.

Assim, terminada a verificação foram efectuadas leituras de campo que produziram três mapas de classificação dos imóveis por uso, sistema construtivo e cércea. Nos últimos anos, na área mais consolidada, contígua à Rua 1 do Monte Sossego, a ocupação tem se intensificando sobretudo pelo aparecimento de novas construções com maior qualidade construtiva, aparentemente reservadas ao mercado da classe média local e, eventualmente, a caboverdianos residentes na diáspora.

Foi eliminada da fase de inquérito parte da área consolidada, visto que se constatou já estar claramente integrada na cidade formal, constituindo-se um novo limite a oeste. Deste modo, pode-se chegar a uma precisão dos dados com maior incidência nas áreas que visualmente apresentam maior fragilidade. (mapa 03)

Observa-se, também, que mesmo nas áreas de cotas mais elevadas, quando dotadas de estradas com possibilidade de acesso automóvel, há uma tendência de substituição de residências unifamiliares por prédios de apartamentos.



02. LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO I

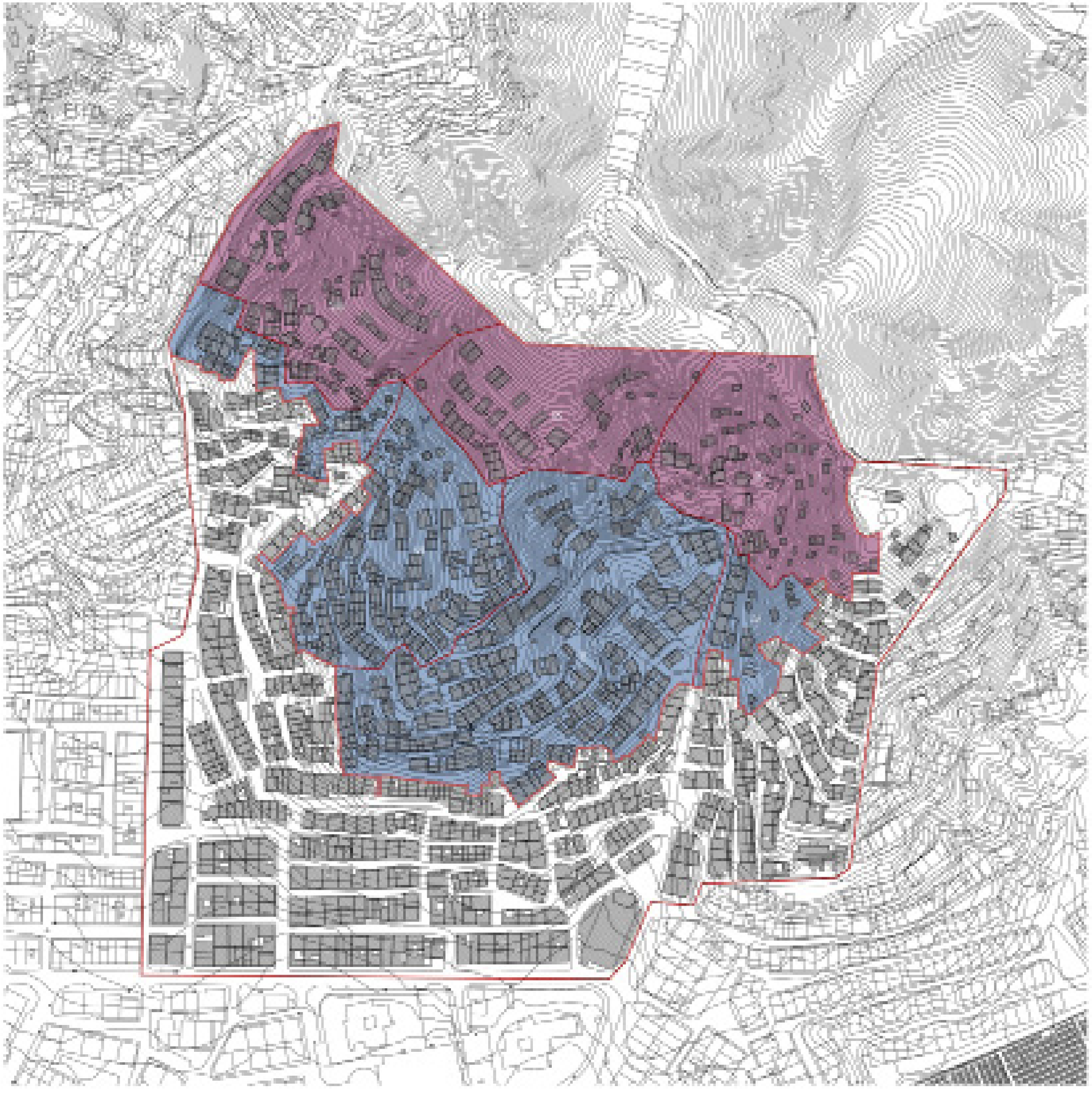
CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

ÁREA A CONSOLIDAR

ÁREA EM CONSOLIDAÇÃO

ÁREA CONSOLIDADA



N

05. LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO II

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

ÁREA A CONSOLIDAR
ÁREA EM CONSOLIDAÇÃO
ÁREA CONSOLIDADA



4. Prédio de apartamentos na entrada do bairro



5. Altura dos edifícios aumenta ao longo das ruas onde há carros

A valorização imobiliária encontrada tem empurrado as populações carenciadas, que não encontram uma alternativa de moradia, para as partes mais altas da cidade, como Alto de Bomba, Fernando Pó ou Espia, entre outros, acabando por residir em locais desprovidos de qualquer infraestrutura.

Como consequência deste fenómeno, no Alto de Bomba verifica-se uma incidência de "casas de tambor" nas partes menos consolidadas que se localizam na zona mais alta da encosta. Esta tipologia habitacional constitui uma primeira etapa do processo de consolidação de moradia que, habitualmente, culmina na transformação destas casas em casas de bloco de cimento. Pode, por isso, considerar-se as "casas de tambor" uma solução transitória, num processo que, por vezes, se mantém por vários anos. A observação deste fenómeno pode servir como indicador para avaliar a mobilidade social de moradores dos bairros informais com as características do Alto de Bomba.



6. Evolução da habitação

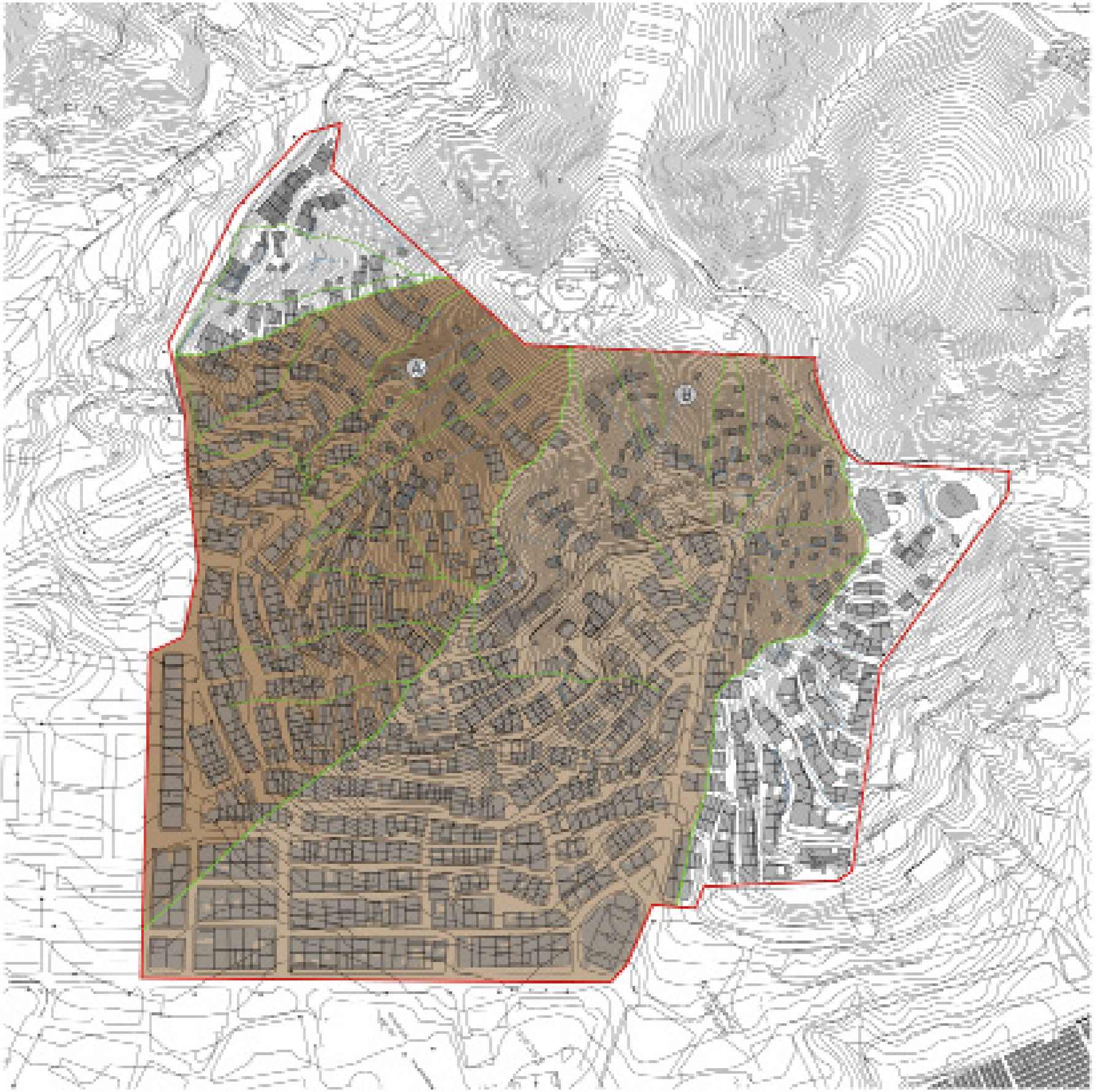
1.4 IDENTIFICAÇÃO DAS BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS ONDE ESTÁ INSERIDA A LOCALIDADE

O assentamento encontra-se sobre duas bacias hidrográficas com diversas sub-bacias que são os caminhos naturais da água em épocas de chuvas (mapa 04). No entanto, o elevado número de casas implantadas no meio destes caminhos, tecnicamente implantadas em lugares não aconselháveis, é sempre atingido por terra e calhaus, que juntamente com a água, percorrem todas as bacias até encontrar as estradas calcetadas da cidade formal onde, genericamente, apenas existe drenagem superficial.

Mesmo sabendo da existência de uma periodicidade de chuva incerta, a sua habitual intensidade mostra um grau de periculosidade que pode provocar consequências trágicas nas habitações de muitos moradores do assentamento.



7. Erosão das encostas provocada pelas águas das chuvas



N

04. BACIAS HIDROGRAFICAS

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

- DIVISORIA PRINCIPAL
- DIVISORES SECUNDARIAS
- LINHAS DE AGUA

1.5 LEGISLAÇÃO EXISTENTE PARA A ÁREA

O Município de São Vicente, ao contrário do que seria esperado, ainda não conta com um Plano Diretor, nem com um Plano de Urbanização. Todavia a área onde se realiza o teste metodológico da Iniciativa OUTROS BAIRROS, Alto de Bomba, dispõe de um Plano Detalhado de Urbanização, que representa o terceiro nível actuação nos instrumentos de planeamento territorial estabelecidos.

No entanto, o Plano Detalhado verifica aplicabilidade total na área consolidada, parcial na faixa que se encontra em consolidação, mas é completamente ignorado na área a consolidar onde se encontram a generalidade das “casas de tambor”, considerada a fase habitacional mais precária do assentamento e de ocupação mais recente. Esta situação tem relação direta com o processo de regularização dos lotes e o estado do cadastro correspondente que será detalhada no ponto 7 do capítulo 2 que trata da questão fundiária do assentamento. (mapa 05)

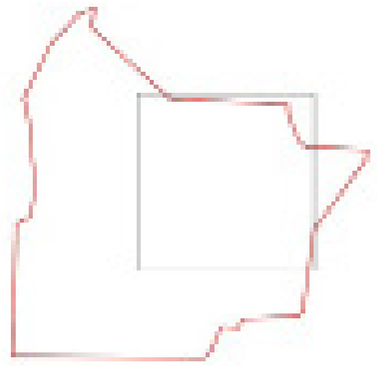
1.6 USO DO SOLO

Os levantamentos de campo efectuados expõem características importantes do assentamento, classificando os imóveis segundo uso (residencial, comercial ou misto), número de andares e tecnologia construtiva utilizada.

No mapa 06 que identifica a densidade construtiva pode-se perceber que as iniciativas imobiliárias e imóveis de maior dimensão e altura, com três e mais andares, acompanham os melhores padrões de qualidade urbana e localizam-se nas partes mais baixas do assentamento.

Já no mapa 07, que identifica o uso, entende-se que a utilização comercial dos imóveis, em geral mercearias, tem uma disposição dispersa, sem uma concentração que possa indicar o aparecimento de centralidades.





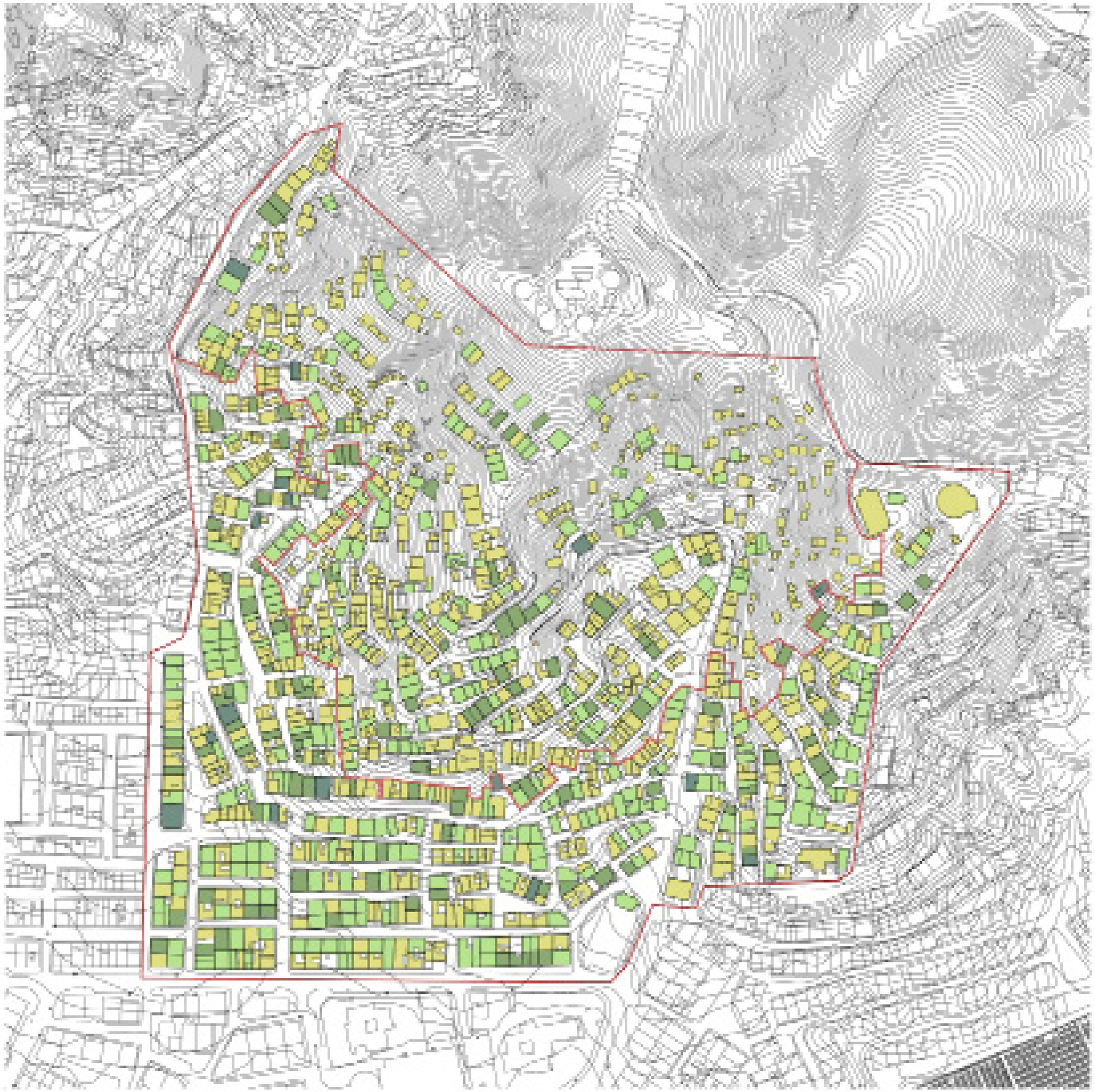
06. SOBREPOSIÇÃO DO LEVANTAMENTO COM O PLANO MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

LOTE PROPOSTO

CAMINHO PROPOSTO



DG. CÉRCEA – NÚMERO DE PISOS

CARACTERIZAÇÃO

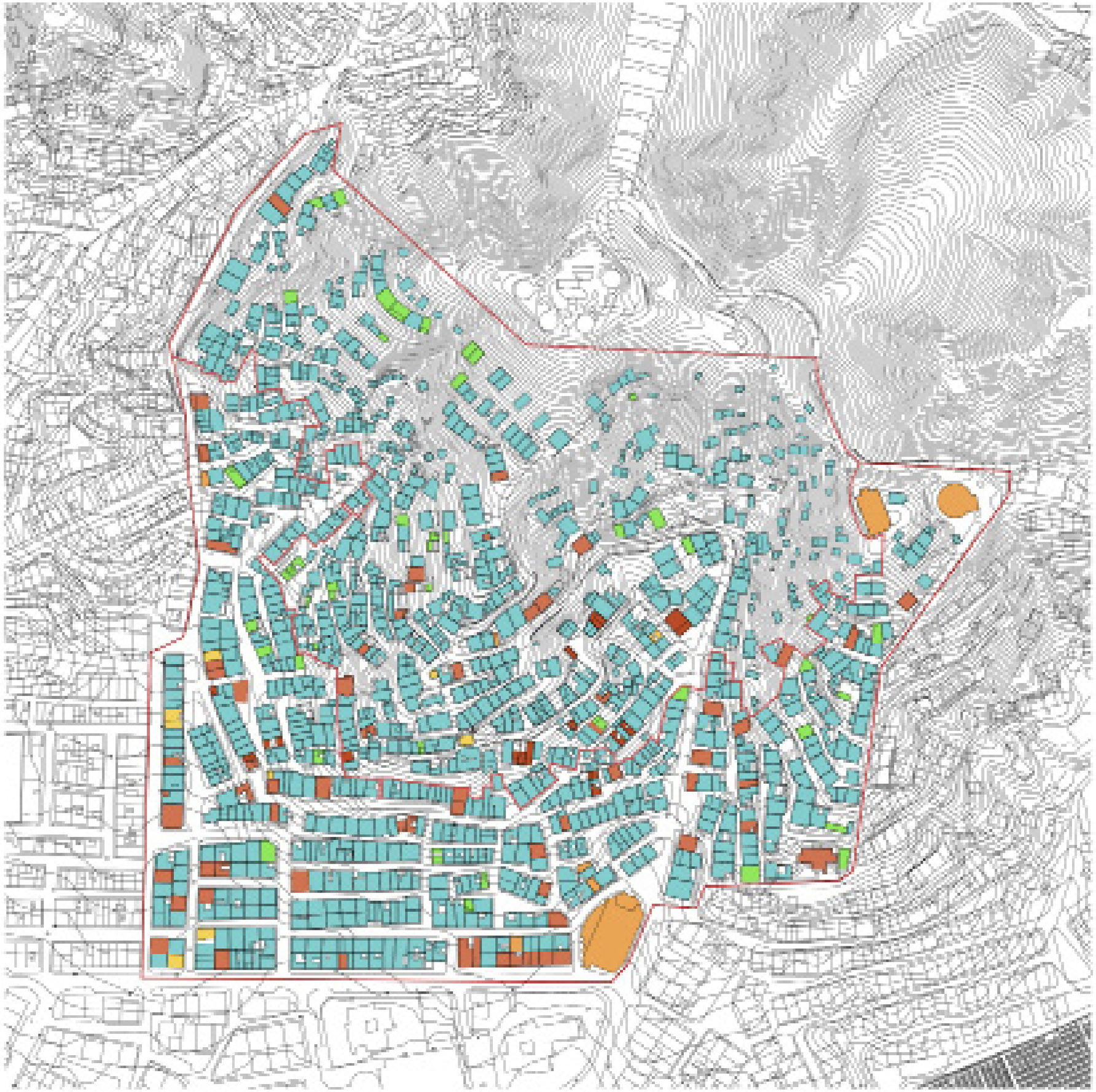
LEGENDA

1 PISO

2 PISOS

3 PISOS

4 PISOS



07. USOS

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

USO MISTO

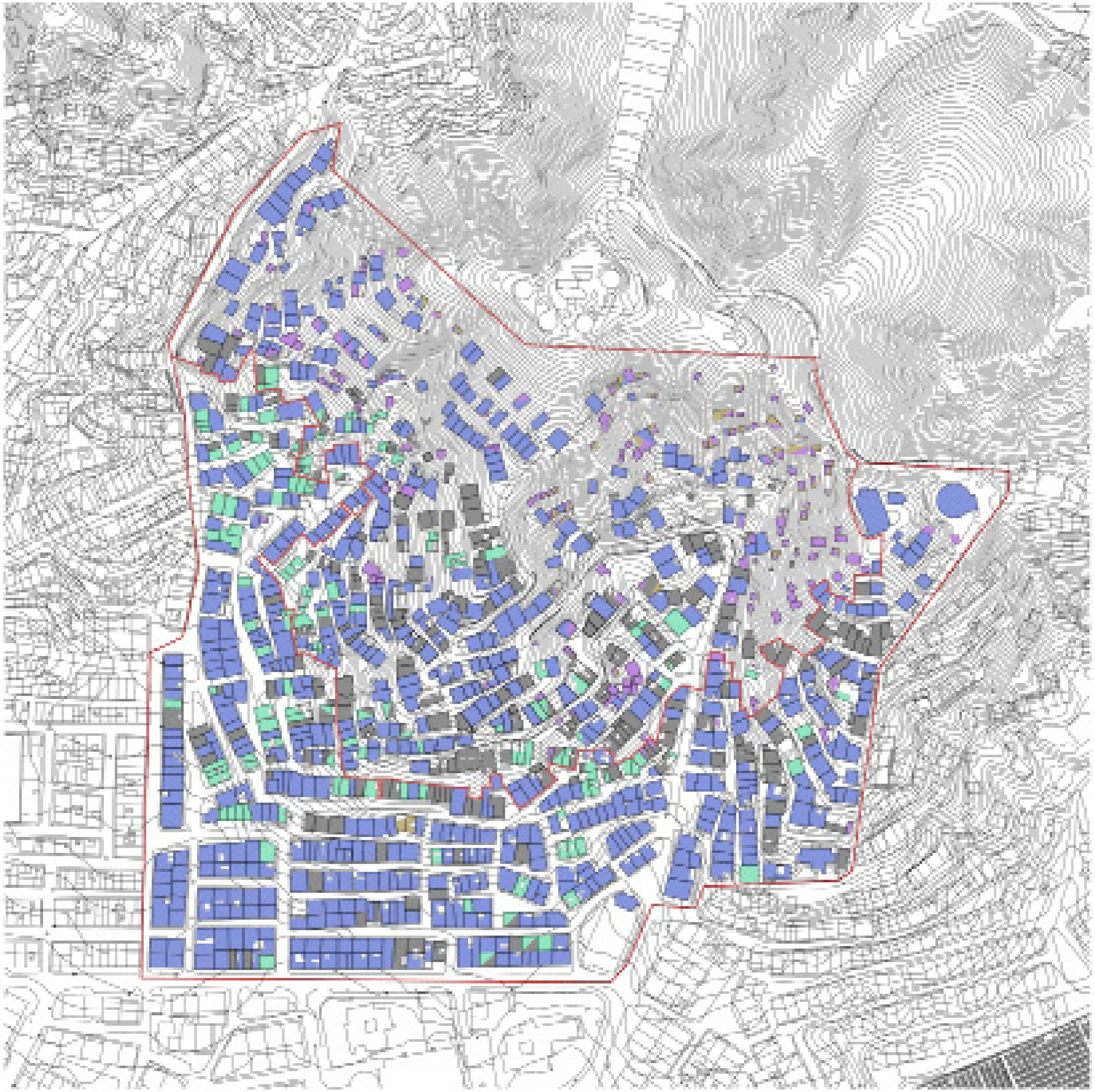
MISTO

RESIDENCIAL

PGM - CORREDOR

DEVOLUTO

COMERCIAL



08. TECNOLOGIA CONSTRUTIVA

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

CONCRETO ARMADO E ALVENARIA

MADEIRA

PALHA

Verifica-se que estas mercearias, devido à rotatividade de gente que têm, tornam-se locais de encontro da população local.



8. Moradores jogando uril em frente a mercearia

Quanto ao mapa que localiza os imóveis segundo o método construtivo observa-se, nas faixas consolidada e em consolidação, a presença de imóveis construídos em pedra com semelhanças aos edifícios mais antigos encontrados em São Vicente, São Nicolau e Santo Antão, sendo que os mais recentes já apresentam estruturas autoportantes de blocos de cimento ou mistas deste material com betão armado.

Na área a consolidar, é predominante a presença de "casas de tambor", engenhosa criação de um método construtivo que utiliza chapas de "bidon" planificadas, fixas em estruturas de madeira.

O princípio local "djunta mon", a facilidade de execução e a rapidez na montagem da "casa de tambor" faz com que os moradores se organizem colectivamente para a sua construção e resolvam um direito básico.



9. Construções de pedra e barro no bairro

Paralelamente a pedra estraída da escavação é utilizada para a construção de um embasamento, geralmente com 50 a 75 centímetros de altura, que protege o interior das habitações em caso de inundação do espaço público. Além disso, a implantação encastrada no terreno garante alguma proteção dos ventos. O teto, em geral também de chapa metálica, é pontualmente recoberto por uma camada fina de cimento, que se depreende ser usada como isolante térmico. O cuidado dos seus moradores com as “casas de tambor”, em geral pintadas em cores vivas e enfeitadas com plantas, é contrário ao estigma que lhes é atribuído, quer pelos outros moradores do assentamento, quer pelos da cidade



10. Pedra e inertes extraídos da escavação



11. Casa de lata pintada

1.7 HISTÓRICO DA OCUPAÇAO E ASPECTOS CULTURAIS

A cidade do Mindelo teve o seu momento mais cosmopolita no período áurea do Porto Grande e reserva, até hoje, o estatuto de capital do Barlavento.

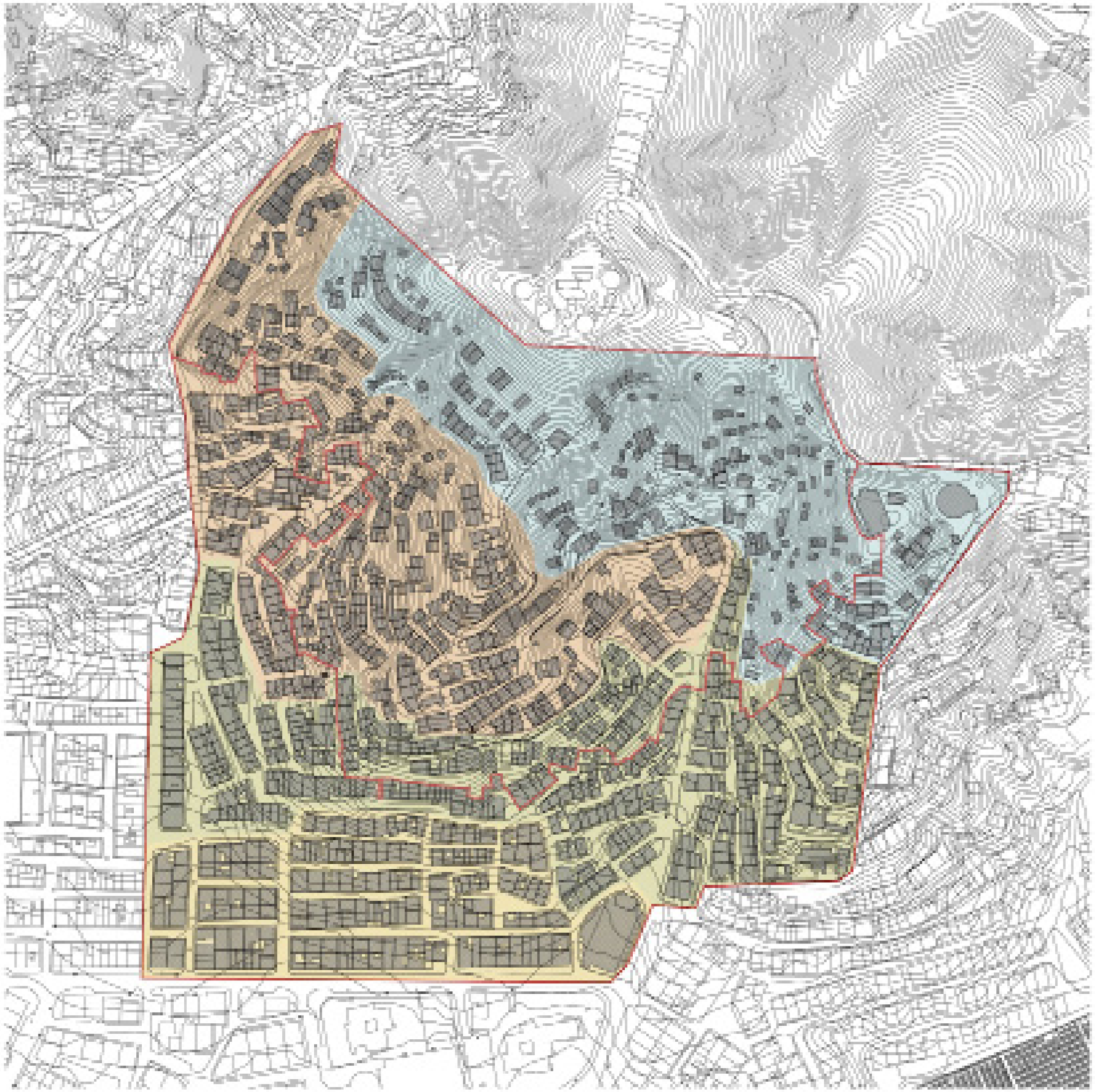
Única cidade da ilha de São Vicente e essencialmente receptora, sobretudo de gentes das ilhas de São Nicolau e de Santo Antão, viu a sua demografia acompanhar a tendência das cidades africanas, contribuindo, por isso, para o aumento e a consolidação do crescimento espontâneo e para a descontinuidade do tecido urbano entre núcleos consolidados e periferias. As áreas periurbanas concentram, hoje em dia, uma parte significativa da população do Mindelo e foram abrangidas por Planos Urbanísticos Detalhados, cujas áreas que previam a sua possibilidade de ocupação se esgotaram.

Lugares como o Alto de Bomba constituem-se, sobretudo a partir da década de 90, como a alternativa de moradia desses migrantes que lhe conferem, hoje em dia, uma diversidade e uma urbanidade própria.

No caso específico do Alto de Bomba é possível encontrar moradores originários das ilhas de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Santiago e de São Tomé e Príncipe, encontrando-se manifestações culturais relacionadas com o São João, Cola San Jon e construção de tambores, sendo que este último é, sobretudo, dominado pela população mais idosa.

De igual modo, é possível encontrar alguns artesãos dedicados ao trabalho de metal, bem como, regulares grupos de jovens que se relacionam com música, sobretudo com o hip hop, e com os mídias digitais.

Quanto ao associativismo formal é de salientar a existência do Grupo Desportivo Estoril Futebol Clube e do Grupo Carnavalesco de Monte Sossego, mas também é possível encontrar um grupo informal de jovens auto denominado de SOS ALTO DE BOMBA e um grupo informal de mulheres, sem denominação nominal, que demonstram alguma capacidade de articulação e de organização coletiva e consequentemente comunitária.



08. TEMPO DE CHEGADA

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

1970

1980

1990 – 2000

2000 – 2019

2. ESTRUTURA URBANA

A estrutura urbana do Alto de Bomba apresenta fragilidades a vários níveis. e a necessidade de alargamento em todos os tipos de fornecimento público a toda a área do assentamento.

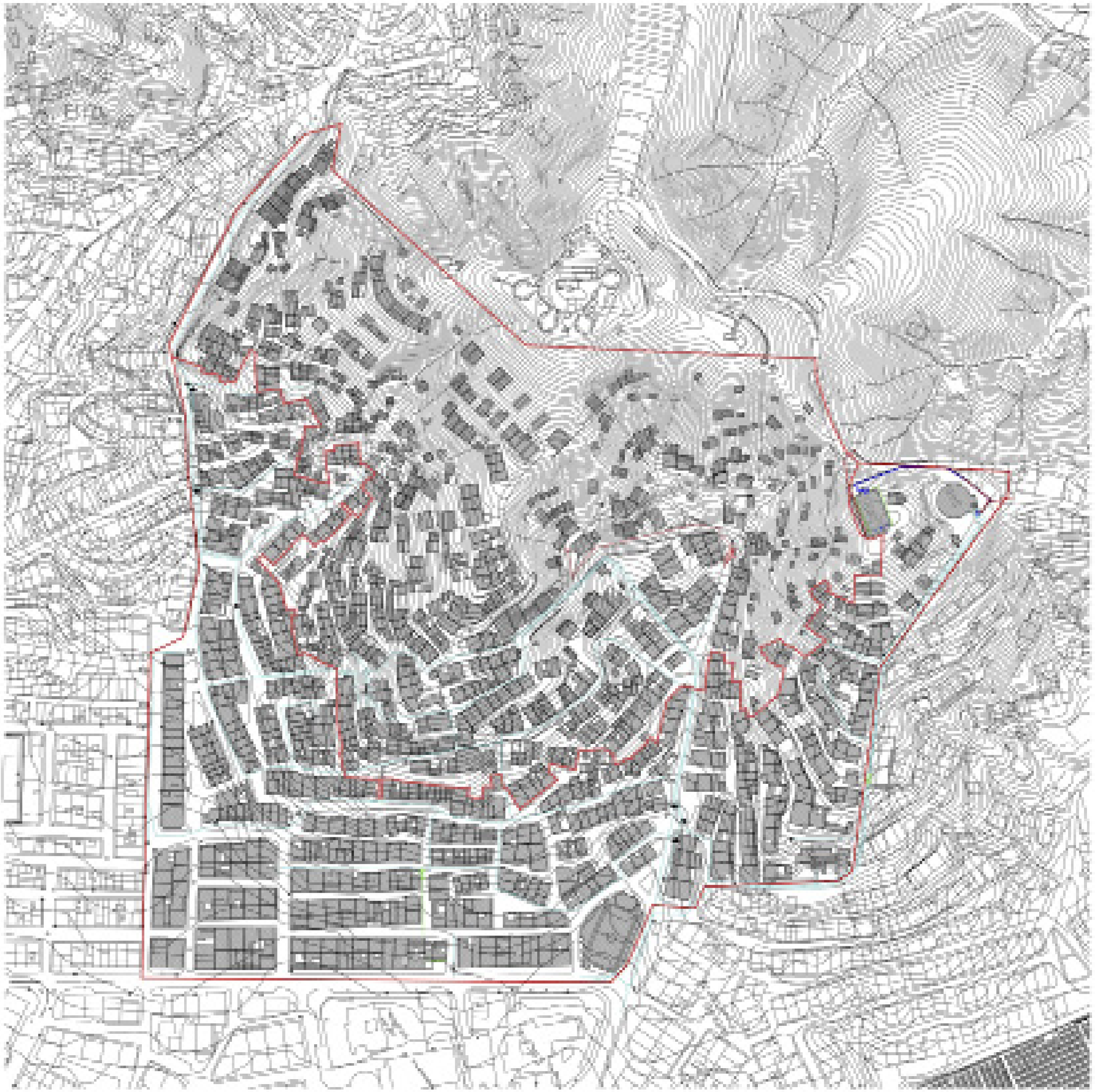
O saneamento básico e o abastecimento de água são duas questões estruturantes no Alto de Bomba, visto que a cobertura da rede pública ainda não se verifica para uma parte substancial dos moradores.

Os pontos seguintes clarificam a cobertura existente de saneamento básico e água potável, bem como, localizam as sentinas existentes. Importa salientar que, da totalidade das sentinas existentes, apenas uma se encontra sem patologias construtivas e com possibilidade de funcionar a totalidade dos dias do ano.

2.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Constatou-se que o custo da água para os consumidores do Alto Bomba, que se valem das sentinas existentes, é superior ao pago na cidade formal por ser onerado pelo custo do transporte. Verificou-se, também, que o fornecimento é irregular, deixando muitas famílias sem acesso a água por períodos consideráveis, tendo como única alternativa adquiri-la através da compra a vizinhos já conectados à rede pública.

Para superar estes dois problemas, sugere-se conectar as sentinas à rede de distribuição, de modo a eliminar o custo do transporte por camiões-tanque e regularizar o fornecimento. No entanto, poderão ainda ser introduzidas novas formas de gestão da água, que pontenciem a organização local e aumentem o sentimento de pertença. Sugere-se, por exemplo, que a sua gestão seja feita por um colectivo de moradores criado para o efeito. Desta forma, entende-se que se poderão colmatar falhas de manutenção, bem como se poderá tornar o fornecimento de um bem, ainda escasso para muitos moradores, mais eficiente por ser gerido pelos próprios utentes.



10. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

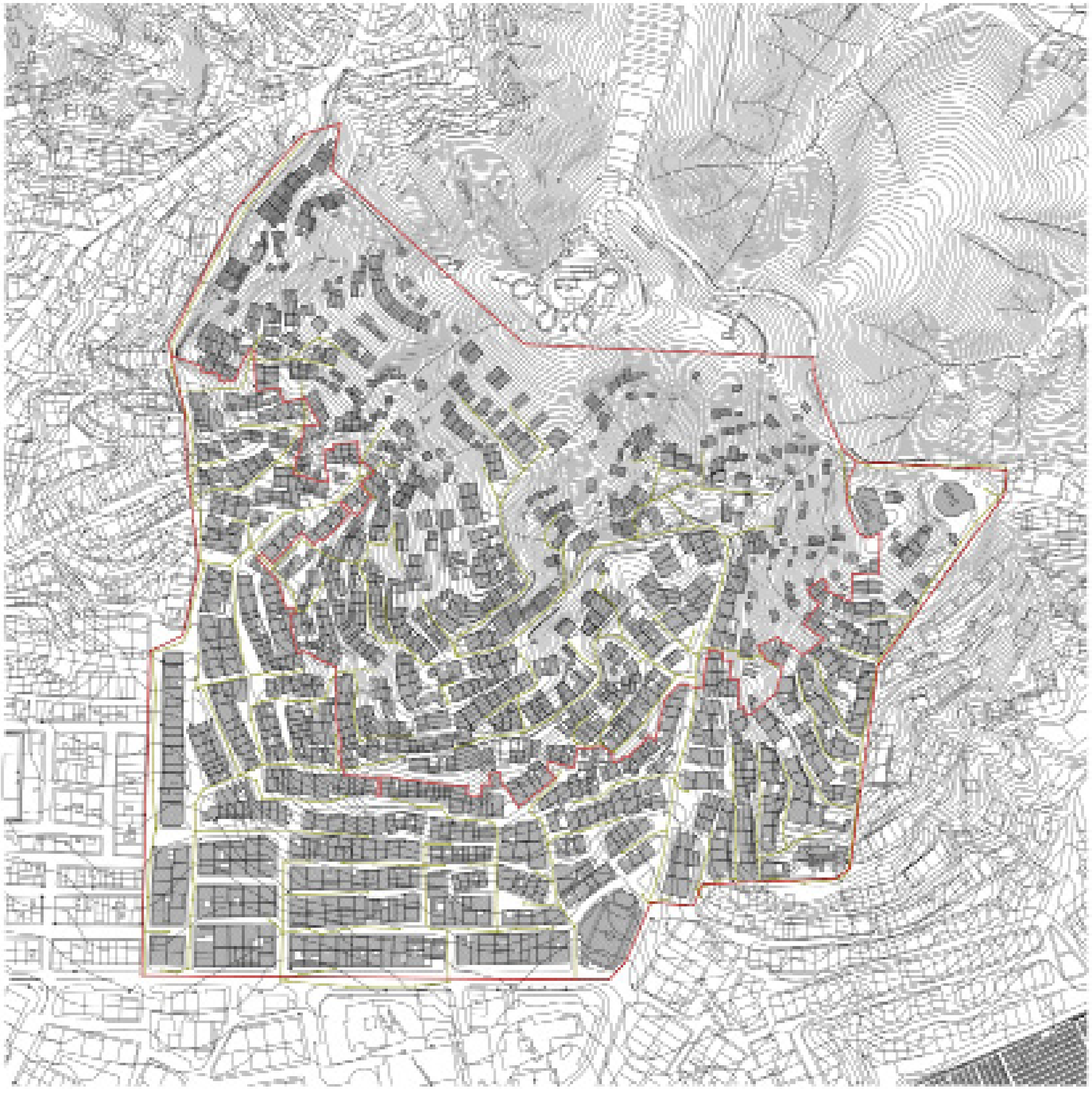
CONDUTA PARA SÃO PEDRO

2.2 SANEAMENTO BÁSICO

Durante a fase de caracterização verificou-se que a rede de saneamento básico existente no Alto de Bomba teve diferentes fases de execução. Parte elaborada pela Câmara Municipal de São Vicente, cuja base gráfica que o município detém não nos foi facultado o acesso, e parte efectuada por um convénio recente denominado de MCA – Millenium Challenge Acount Cabo Verde, cuja informação não tivemos igualmente acesso.

Assim, o levantamento efectuado pelo grupo de estagiários do Gabinete Técnico Local do MIOTH, concluiu que a rede existente cobre uma área considerável, sendo que pode ser substancialmente ampliada apenas pela ligação das partes dessa rede que ainda não está realizada.

Assim, sobretudo na área a consolidar, que apresenta maior carência desta infraestrutura de saneamento, sugerimos construí-la integrada na a rede de caminhos existente.



11. SANEAMENTO

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

LEGENDA

- CAIXA DE ESGOTO
- TUBULAÇÃO

2.3 RECOLHA DE LIXO

A recolha de resíduos sólidos é realizada três vezes por semana, porta a porta, nas ruas onde há circulação camiões e o lixo é colocado em dias específicos em locais que os próprios moradores foram definindo ao longo do processo de ocupação.

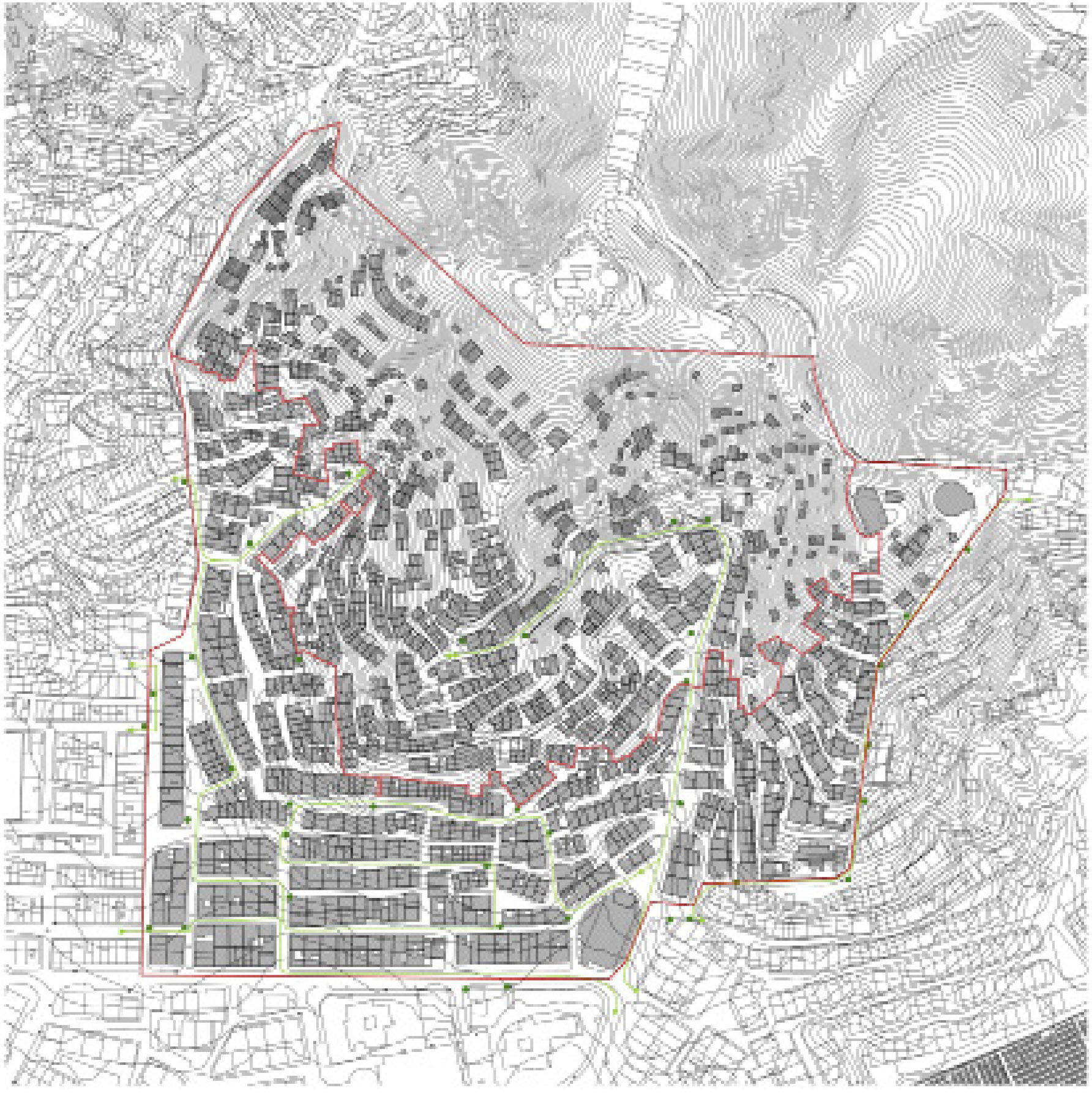
Todavia, nas partes altas da encosta, apesar de existir acesso por estrada, que permite chegar ao reservatório de água, não existe local ou caçamba que funcione como depósito temporário com possibilidade de esvaziamento e limpeza.

Os poucos contentores de 800 L outrora existentes, foram desativados e retirados da área, o que potenciou, ainda mais, a colocação do lixo a céu aberto e ao longo das vias por onde passa o camião.

É de conhecimento geral a recomendação de manter o lixo dentro de casa, até o momento da coleta, em geral, por volta das 16h. No entanto, essa rotina não atinge os moradores que trabalham depois desta hora, resultando na formação de pequenos depósitos temporários de lixo em alguns pontos da localidade.

O problema de recolha de lixo com camiões, em casos como o Alto de Bomba, é a dificuldade de acesso às partes mais altas do local e aos becos mais estreitos, ficando inviável a recolha porta a porta. As caçambas de 5m^3 deixaram de ser utilizadas embora integrassem uma possível solução para determinadas bacias de contribuição.

Verificou-se, também, que os camiões compactadores utilizados são de boa qualidade e aparentemente recentes, porém muitos encontram-se avariados e fora de actividade. Observa-se que não existe uma rotina de manutenção desses veículos, em parte por serem de marcas e modelos diferentes, o que dificulta a substituição e o reaproveitamento de peças. Tal, parece dever-se ao facto de, geralmente, serem adquiridos através



12. RECOLHA DE LIXO

CAMINHO DE RECOLHA

LEGENDA

- PONTO DE RECOLHA DO LIXO
- PERCURSO

de ajudas e financiamentos internacionais que tendem a ser concedidos para equipamentos que não existem no mercado interno, logo, dificultando a manutenção e revisão com a frequência necessária.

O destino final é um terreno a céu aberto, sem preparação adequada, onde o lixo é depositado e queimado. Questões ambientais pressionam os responsáveis pelo serviço, colocando-os diante de um impasse que confronta a poluição do ar, pela emissão de fumos, com a produção de lixívias, pela colocação do lixo diretamente na natureza, “in natura”, podendo prejudicar terrenos agrícola vizinhos.

Pelas informações obtidas, conclui-se que o atual local onde se trata o lixo da cidade encontra-se saturado. No entanto, ainda não há atribuição de outro terreno por ausência de Plano Diretor Municipal da ilha de São Vicente.

Infelizmente, a pequena escala da produção de lixo no Município não proporciona um custo/benefício adequado para instalação de um aterro sanitário, com todas as precauções técnicas necessárias.



12. Ponto de acomulação temporária de lixo

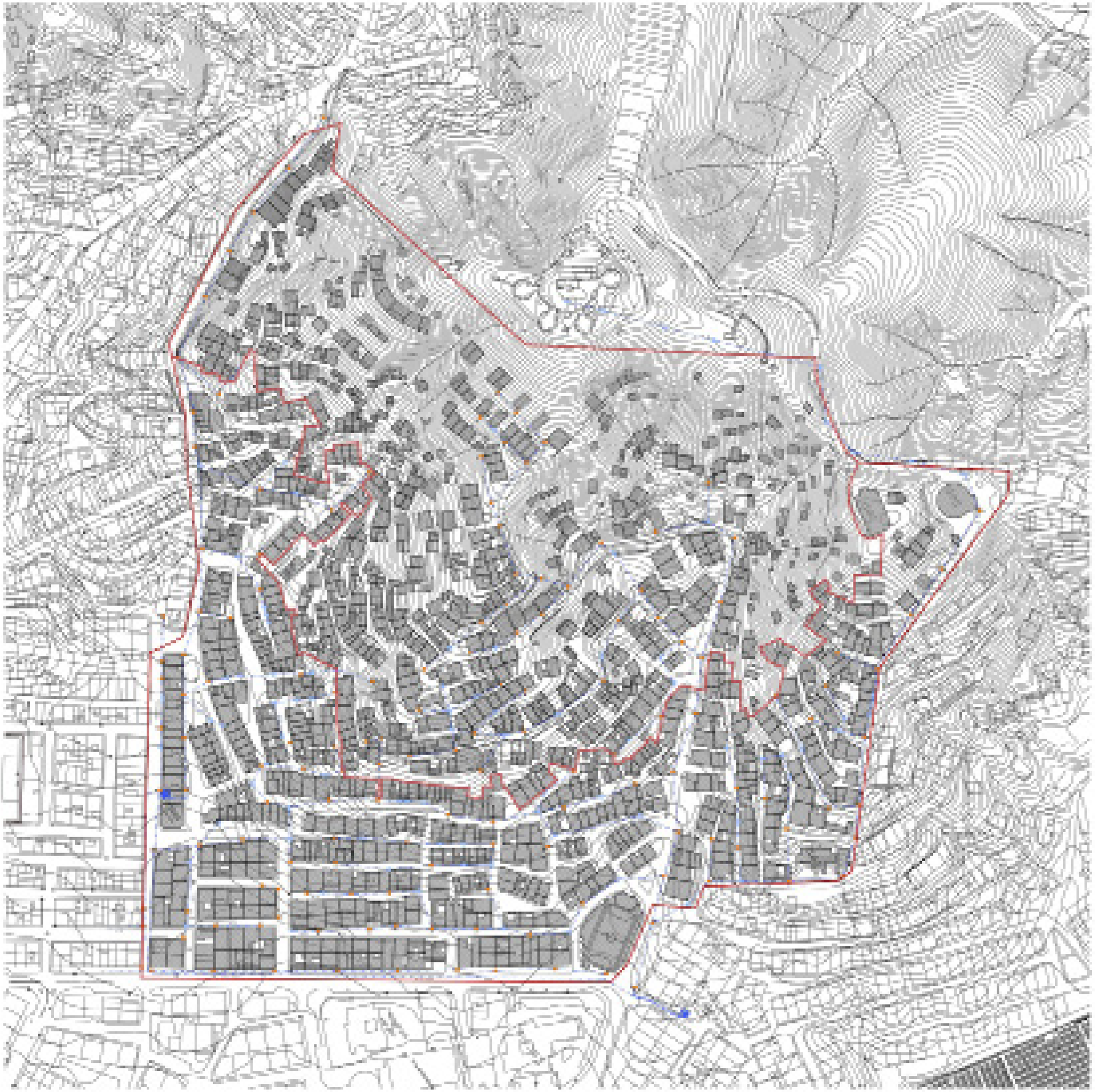
2.4 ENERGIA ELECTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A energia eléctrica domiciliária e a iluminação pública já cobrem uma parte considerável do assentamento. No entanto, verifica-se a existência de alguns postes com lâmpadas danificadas, de casas ainda sem luz domiciliar e de partes do assentamento sem iluminação pública nas ruas.

Sugere-se, sempre que possível, o alargamento da rede, através da colocação de mais postes ou da colocação de luminárias fixas nos edifícios existentes, de forma a atingir a cobertura da totalidade do assentamento. Além disso, refere-se que a iluminação pública é o indicador mais referenciado nos resultados do inquérito realizado na fase de caracterização, devido a preocupações dos moradores com a segurança do espaço público.



13. Postes de distribuição na área a consolidar



15. REDE ELÉCTRICA

CARACTERIZAÇÃO

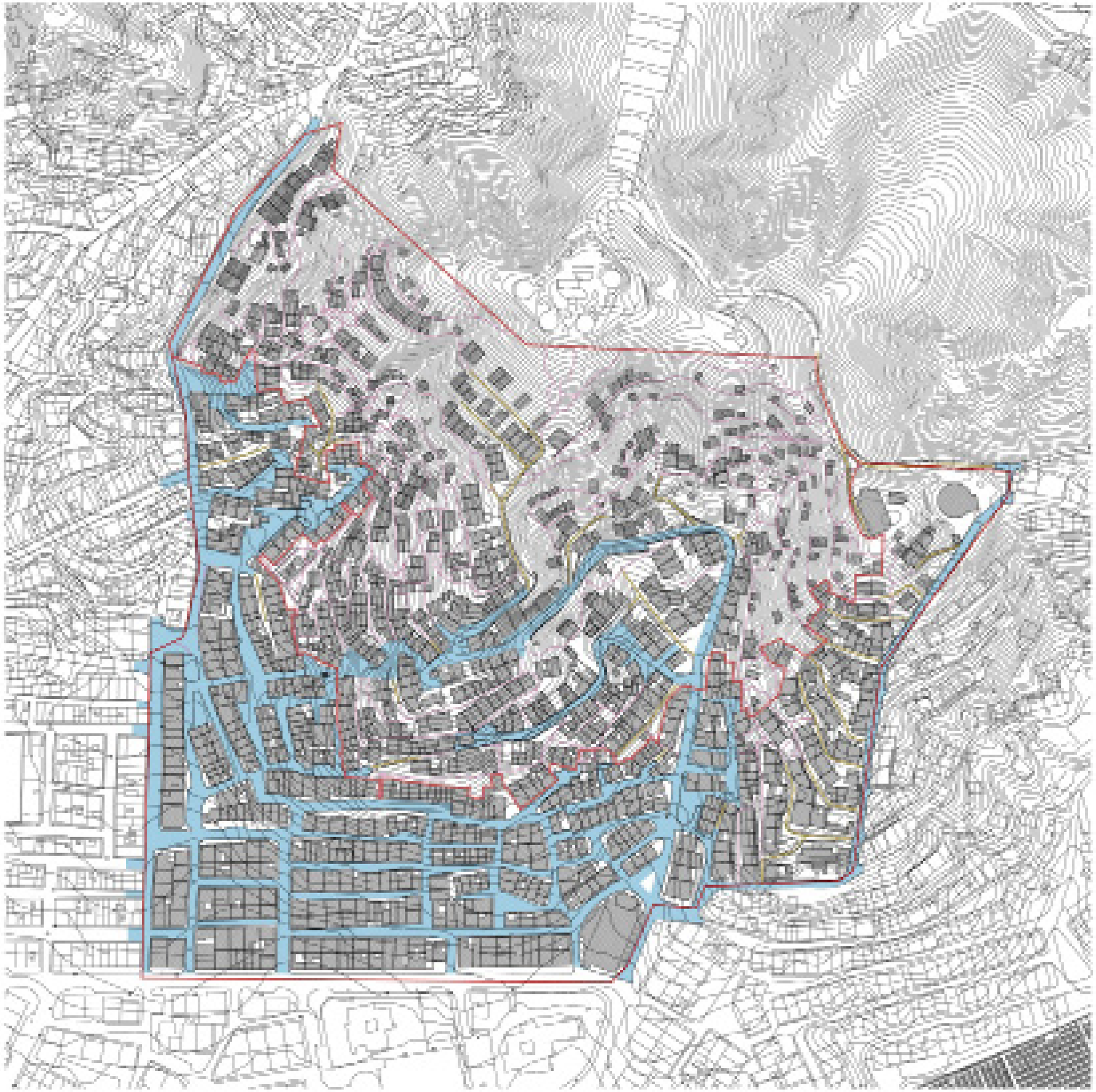
LEGENDA

- POSTE DE ILUMINAÇÃO
- POSTE DE DISTRIBUIÇÃO
- CABO DE DISTRIBUIÇÃO

2.5 SISTEMA DE CIRCULAÇÃO INTERNA EXISTENTE

A circulação interna é garantida por poucas ruas devidamente calcetadas com continuidade em terra batida, articuladas a caminhos, localizados muito perto de declives devido à densidade das construções existentes. Alguns moradores calcetam esses caminhos nos trechos em frente às próprias casas e constroem pequenos muros de suporte que nem sempre aparentam estar estruturalmente estáveis.

O Plano de Ocupação existente define um sistema viário que não foi marcado em campo de modo a orientar a localização das novas construções e adaptar-se às já existentes. Isto explica os constantes estreitamentos dos caminhos e indica a necessidade de reformular o planeado, de modo a evitar custos sociais e financeiros de realojamento, bem como a diminuir os custos de melhoria na mobilidade como acontecerá com a consolidação da estrutura urbana existente.



14. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO

CAMINHOS DE ACESSO

LEGENDA

ESTRADA CALÇADA

ESTRADA TERRA BATIDA

CAMINHOS TERRA BATIDA

2.6 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

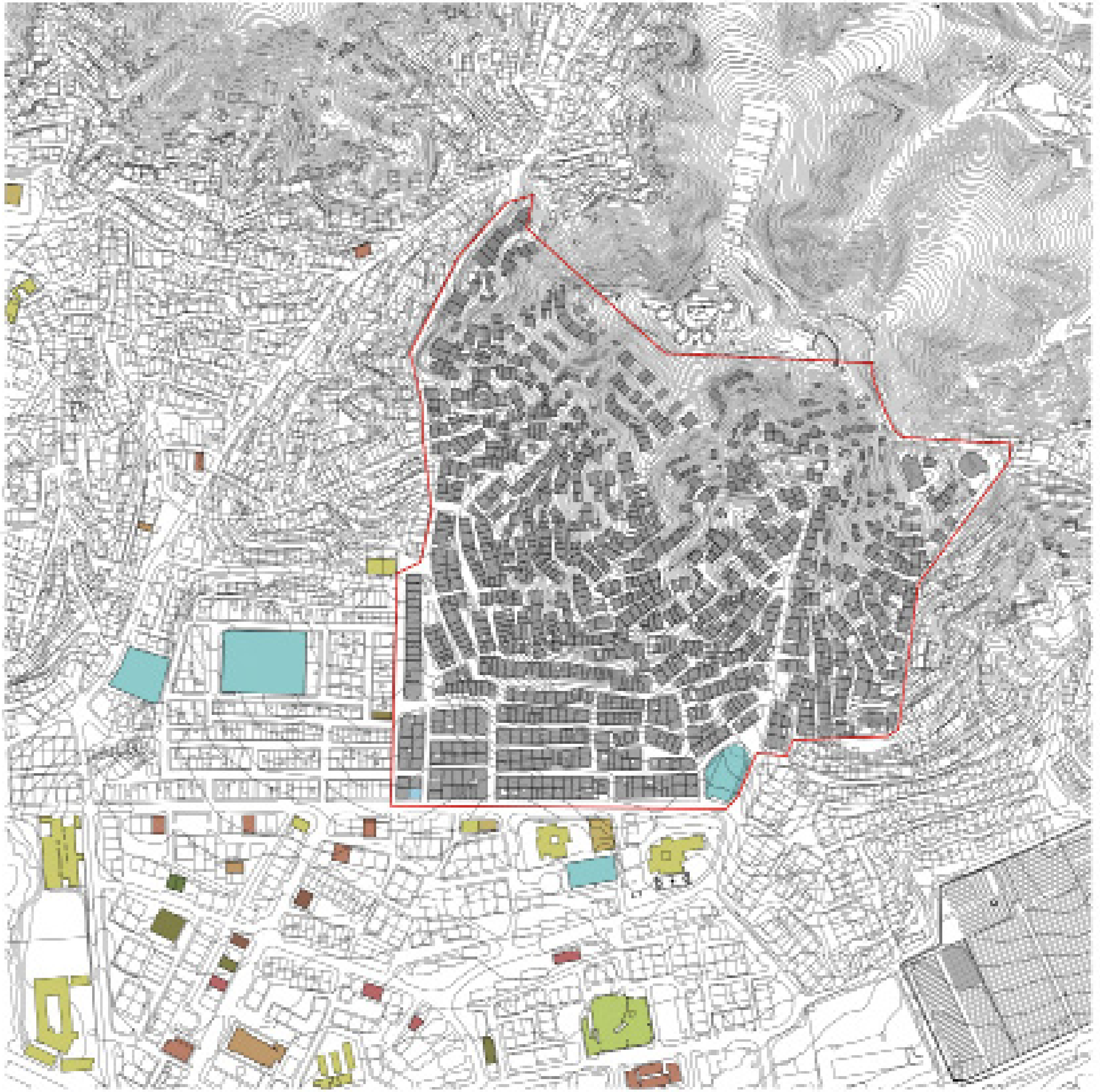
Os equipamentos sociais são uma das carências do assentamento. Não se verifica a existência de escolas, centros de saúde ou equipamentos culturais, sendo que nas imediações, bairro do Monte Sossego, é possível encontrar um centro de saúde, uma escola, um teatro e dois centros desportivos. Destes últimos, o Estoril Futebol Clube é mesmo no limite da área de intervenção com a Rua 1 do Monte Sossego e o Oeiras é a menos de 300 metros deste mesmo limite.

Assim, pode considerar-se, no futuro, colocar algum equipamento público dentro do assentamento, mas não se considera a área desprovida destas funções dada a proximidade os equipamentos citados no parágrafo anterior.

No entanto, deve apoiar-se as iniciativas de pequena escala existentes, como grupos informais ou formais, para estimular o apoio social que o local carece.



14. Plataforma desportiva na entrada do bairro



15. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

CARACTERIZAÇÃO

LEGENDA

- SAÚDE
- EDUCAÇÃO
- CULTURA
- IGREJAS
- TEMPLOS E CULTOS
- COMBUSTÍVEL
- ESTAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES
- BANCOS
- POLÍCIA
- ESTAÇÕES DE ÁGUA E ENERGIA
- MERCADO
- DESPORTO

2.7 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O processo de ocupação do Alto Bomba pressupõe a aquisição de lotes à Câmara, de acordo com a seguinte rotina de procedimentos:

a) Encaminhamento de um “pedido de terreno”, segundo formulário padrão, a ser respondido num prazo de 30 dias úteis;

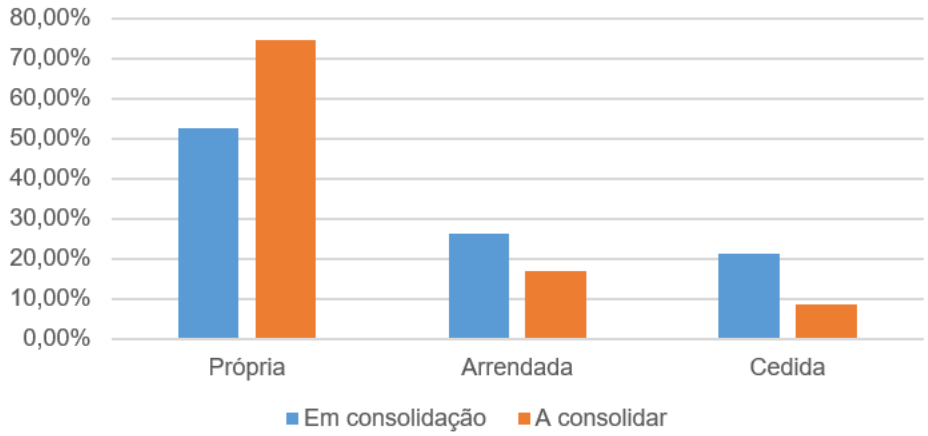
b) Requerimento de “pedido de averbamento”, acompanhado de Escritura Notarial, Recibo de pagamento de Imposto Único sobre Patrimônio – IUP, Planta de Localização atualizada (em nome da Câmara, copia do BI e NIF, com prazo estimado de resposta de 20 dias úteis.

A Emissão de Planta de Localização, pode ser obtida através de Requerimento padrão, acompanhado de cópia do BI, com prazo de resposta previsto de 20 dias úteis.

Ocorre que as plantas disponíveis no setor competente da Câmara estão desatualizadas, muito embora haja mão de obra técnica com habilitação adequada e ferramentas digitais modernas (programas de geo-referenciamento e GPS de precisão). A isso acresce a existência de pedidos de aquisição de terreno com atrasos de vários anos, piorando o cenário, numa ocupação irregular e desordenada em várias encostas da cidade.

O sistema de levantamento geo-referenciado, originalmente contratado à empresa NOSI, é muito completo, mas carece de introdução de rotinas, a serem efetivadas pelas Câmaras, para que seja mais rápida a sua actualização pelas entidades competentes que têm a responsabilidade de fornecer informação à empresa gestora e para que técnicos e população tenham informação “online” actualizada.

O quadro seguinte mostra a situação actual da propriedade das habitações do assentamento:



Quadro 1. Propriedade por faixa de consolidação urbanística

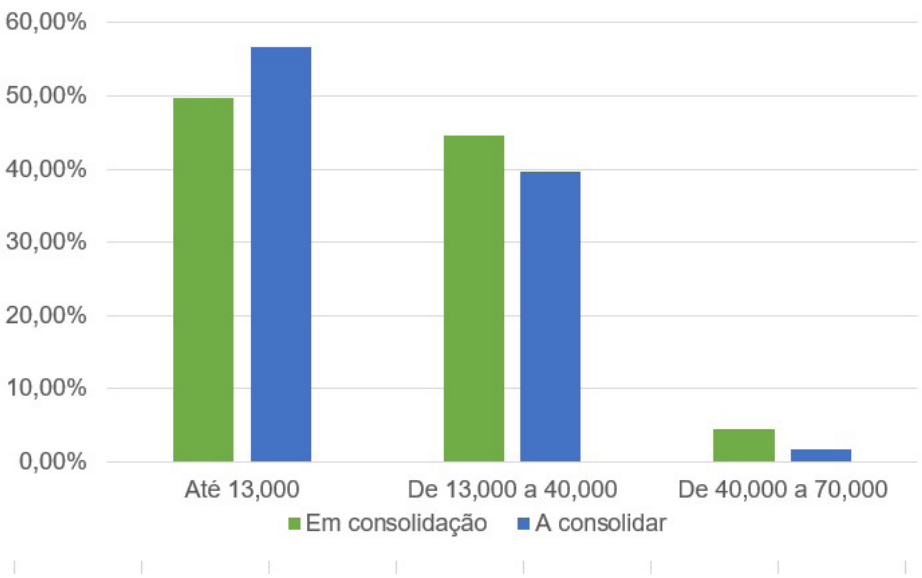
2.8 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E ATUAÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES NO LOCAL

Conforme explicado no ponto 1.7 a organização comunitária incide nos seguintes colectivos: SOS ALTO BOMBA, Grupo informal de mulheres, Estoril Futebol Clube e Grupo Carnavalesco de Monte Sossego. Independentemente da existência das organizações identificadas deve o projecto de reabilitação urbana do Alto de Bomba gerar motivações na população que permitam fortalecer o significado de ser morador do Alto de Bomba, bem como, estimular o fortalecimento das organizações informais identificadas.

3. CONCLUSÃO

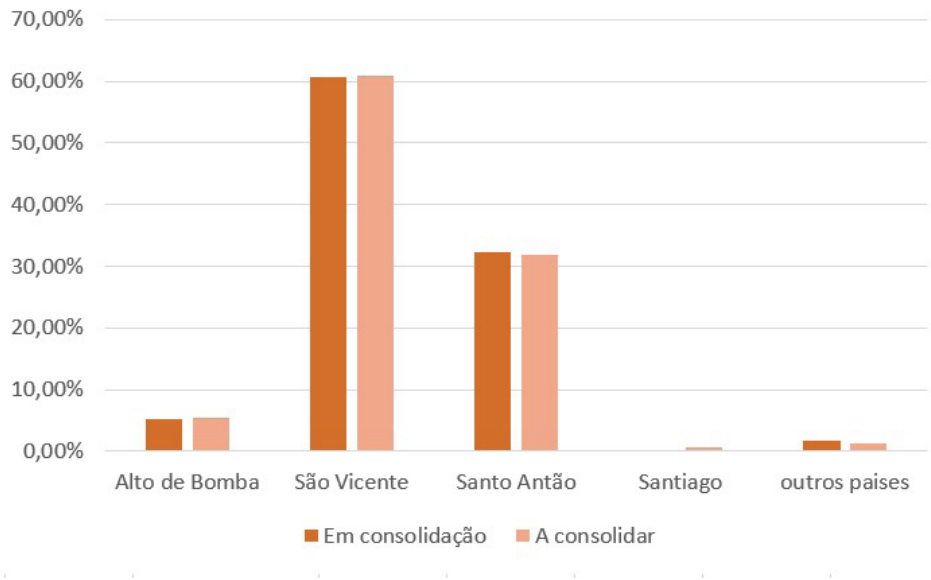
Após estabelecidos os limites da área de trabalho, o estudo incidiu em 453 residências. Desses agregados familiares 44,7 % tem como líder familiar mulheres e 55,3% homens.

O Quadro 2 mostra o rendimento médio por faixa de consolidação:



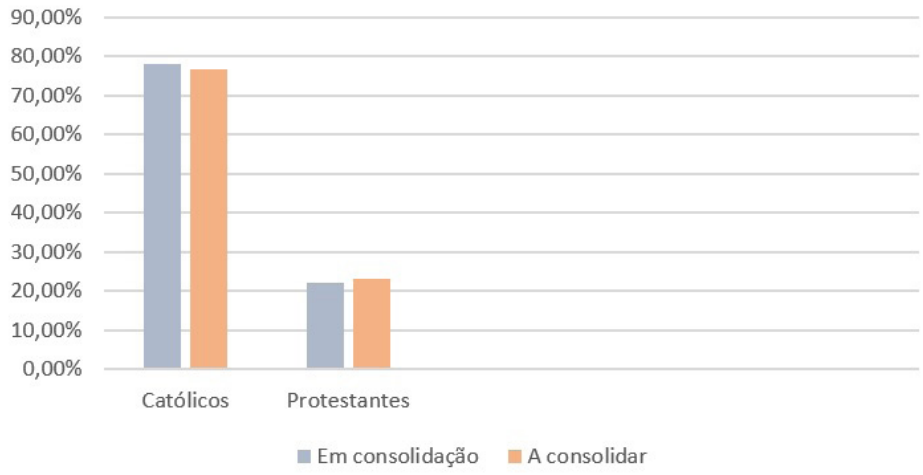
Quadro 2 : Rendimento médio, em escudos, por faixa de consolidação urbanística

O local de origem da população local é diversificado, atribuindo ao assentamento uma diversidade cultural. A origem diversificada dos moradores contribuiu para uma forte unidade local pela necessidade de criação de laços familiares e de vizinhança desde a génese do assentamento. O Quadro 3 mostra a origem dos moradores:



Quadro 3 : Origem da população, por faixa de consolidação urbanística

De igual modo, verifica-se a existência de várias religiões, sendo a católica dominante em todas as faixas de renda.



Quadro 4 : Crença religiosa da população, por área de consolidação urbanística

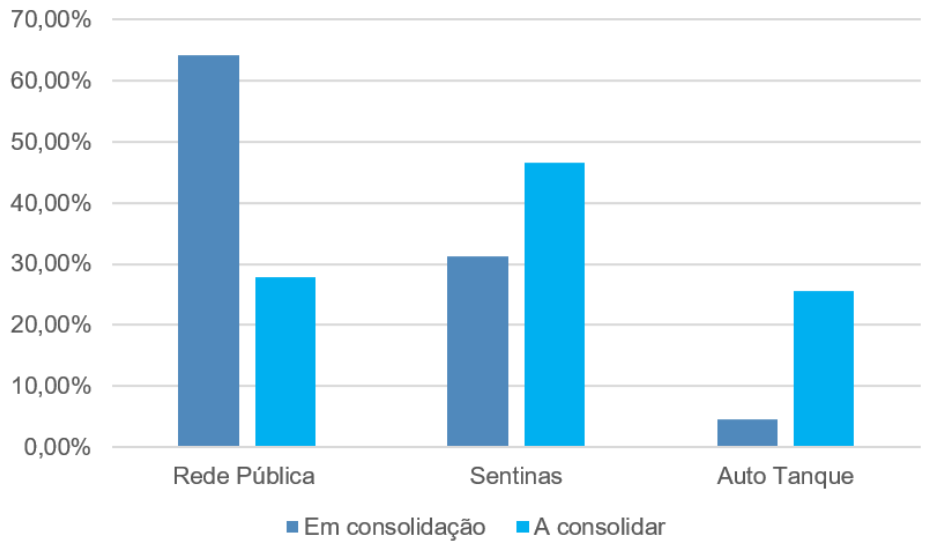
A localização do assentamento do Alto Bomba se, por um lado, proporciona uma proximidade a equipamentos sociais e ao Centro do Mindelo, bem como, uma vista privilegiada sobre a baía de Porto Grande e para Santo Antão, por outro lado, fruto de uma topografia íngreme, cria aos moradores dificuldades de acesso às áreas superiores, apenas possível por caminhos improvisados, de elevada inclinação e com solos instáveis. Equivalentes dificuldades técnicas são encontradas para instalação de infraestruturas e para travar enxurradas em épocas de chuvas fortes.

O acesso à água é uma das principais demandas dos moradores, visto que actualmente estão servidas apenas 51,5% das residências. Aqueles que não dispõem de ligações domiciliares, recorrem às duas sentinas disponíveis; a camiões tanque que fornecem reservatórios particulares apenas 11,9%; ou à compra de água a vizinhos melhor localizados e que normalmente já possuem água da rede pública.

Emergencialmente, seria recomendável a instalação de mais sentinas, para minorar o esforço dos moradores em levar a água até as residências. Esta rede de sentinas deverá ser alimentada, em permanência, pelas tubagens que saem do reservatório existente e localizado no lado sul do Alto de Bomba, e operadas criteriosamente por um colectivo formado pelos moradores.

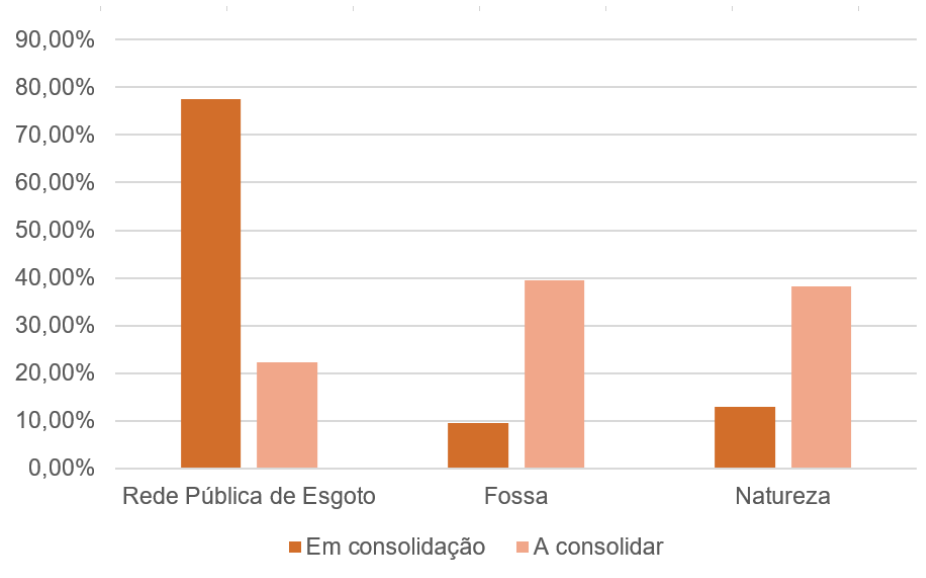
Esta medida diminuirá a utilização de camiões-tanque e, consequentemente, diminuirá o custo da água aos moradores pela desoneração do preço do transporte.

Esses dados tornam-se ainda mais esclarecedores da situação social do Alto Bomba se os observarmos por área de consolidação urbanística:



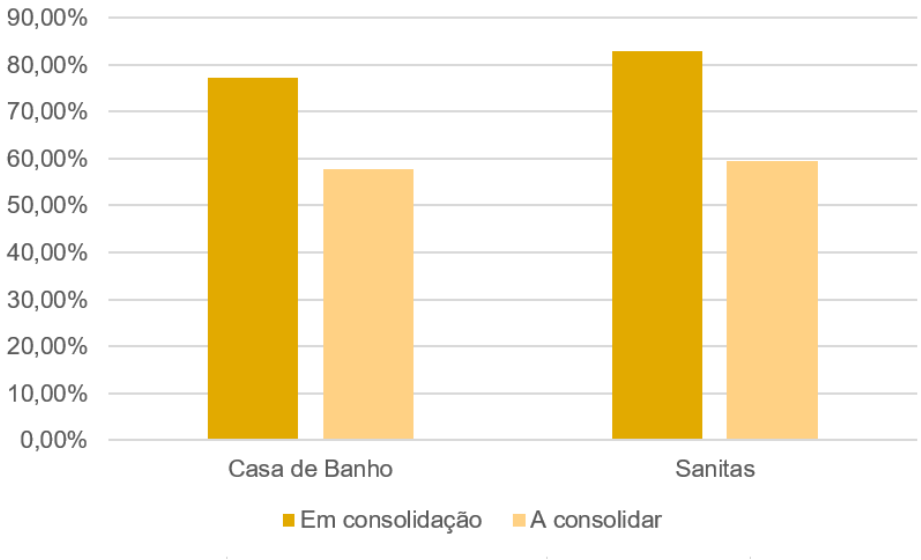
Quadro 5 : Acesso à água por faixa de consolidação urbanística

O saneamento básico atende cerca de 57,5% das residências e é uma das solicitações mais requeridas pelo inquérito realizado. Quer os moradores das áreas sem rede de saneamento, quer os das áreas com rede mas que ainda não têm ligação domiciliar, utilizam fossas e sumidouros, 20,3%, ou a natureza por inexistência de uma instalação sanitária dentro da habitação, 22,2%.



Quadro 6 : Acesso a esgoto faixa de consolidação urbanística

A verificação desses números redunda em condições específicas sobre a disponibilidade de casas de banho e sanitas, conforme mostra o Quadro 7:



Quadro 7 : Disponibilidade de casa de banho e sanita por habitação

A importância do saneamento básico para a saúde pública e qualidade ambiental, desde a instalação de sanitas até a recolha final dos resíduos sólidos, impõe que se estabeleça uma programação progressiva de soluções sequenciais autónomas como o apoio aos moradores para instalação de sanitas e instalação de fossas sépticas/sumidouros comunitárias, por exemplo, que sirvam de 5 a 10 residências por unidade comunitária.

A recolha de lixo é realizada por camiões compactadores à segunda, quarta-feira e sexta-feira, o que obriga os moradores a guardar o lixo dentro de suas residências até os dias da recolha, criando constrangimentos nas casas de menor dimensão. A identificação de bacias de contribuição de resíduos sólidos poderá permitir ao setor responsável instalar uma rede de contentores para acumulação temporária de detritos. Outra estratégia possível neste campo, será a reciclagem do lixo -

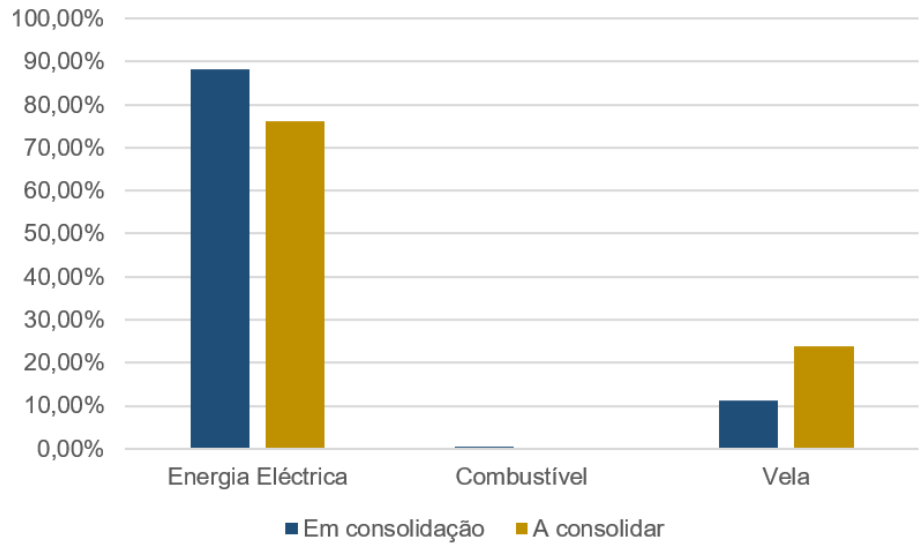
plásticos, vidro, papel, entre outros - e o tratamento do lixo orgânico que poderá alimentar processos de compostagem geradores de adubo para possível utilização agrícola, nomeadamente no interior da ilha.

A drenagem superficial das águas pluviais adotada na maior parte da cidade do Mindelo mostra-se um problema devido à sazonalidade longa e incerta da chuva. Nas encostas, nomeadamente no Alto Bomba, a situação é mais grave devido à localização de algumas residências, à natureza do solo e à sua fragilidade.

A noção desse perigo é revelada pelos moradores, sendo que o risco de derrocadas e de arrastamento pode ser minorado controlando-se a velocidade das águas pluviais e distribuindo-se as descidas em volumes menores até as vias calcetadas da cidade. Outra medida possível é informar moradores e futuros habitantes dos riscos existentes através de campanhas de sensibilização. Também será desejável implantar-se um sistema de alarme sobre a iminência de chuvas fortes, acompanhado de um Plano de Contingência que oriente aos moradores de áreas de risco os caminhos a serem seguidos, em direção a abrigos seguros, onde possam permanecer até a chuva parar.

A energia domiciliar e a iluminação interna das residências tem, igualmente, distribuição assimétrica no Alto Bomba. Na área em processo de consolidação cerca de 88,3% das residências dispõe desse serviço. No entanto, existem casas com instalações internas e sem ligações à rede de distribuição. Há ainda, casas com energia eléctrica cortada, cujas razões se prendem com dificuldades de pagamento encontradas pelos moradores. Indica-se, por isso, necessário considerar a possibilidade de uma tarifa social, adequada ao rendimento mínimo *per capita* para os moradores dos bairros informais.

Na faixa a consolidar essas percentagens alteram-se drasticamente, conforme o Quadro 8:



Quadro 8 : Disponibilidade de energia eléctrica por habitação

Conforme esperado a demanda por este serviço aumenta na faixa a consolidar.

A iluminação pública segue o mesmo padrão distributivo com localização de postes com luminárias, mais ou menos irregular na faixa em consolidação e ausente na faixa a consolidar. Ressalta-se que os moradores consideram iluminação pública uma questão fundamental para a garantia da segurança pública do bairro.

Quanto às questões relacionadas ao trabalho e ao rendimento familiar a preocupação dos moradores é marcante. O número de trabalhadores informais e temporários é maioritário, mesmo quando residentes em casa de boa qualidade. Como ilustração pode-se mencionar um caso de um agregado familiar que vive com cerca de onze mil escudos por mês e gasta de água cinco mil escudos para encher o depósito da casa. Assim, sobram apenas seis mil escudos mensais para uma família de quatro pessoas.

As obras programadas pela Iniciativa Outros Bairros, no Alto Bomba, alvo de futuros concursos públicos, deverão exigir aos vencedores a

contratação de uma percentagem de operários moradores do local, o que deverá minorar o desemprego durante o período da obra e permitirá estimular a qualificação, capacitação e a eventual criação de novas empresas na área da construção, entre outros. Todavia, mostra-se fundamental considerar as aptidões e profissões identificadas nos inquéritos realizados, para promoção de programas de aperfeiçoamento profissional, bem como as possibilidades de revigoramento de tradições culturais locais e suas respectivas inserções nos circuitos de mercado de prestação de serviços e de outras atividades.

Importa salientar que os resultados da fase de caracterização revelaram um número elevado de profissionais disponíveis na área da construção civil. Entre os mais encontrados destacam-se mestres de obra, pedreiros, serventes em geral, carpinteiros, serralheiros, pintores e electricistas.

A questão ambiental ganha importância especial pela forte incidência solar numa encosta com parca arborização. Os moradores reclamam da situação, mas o custo da água torna-se um inibidor para a conservação de novas plantas, bem como, para a criação de sombras que constituem um estímulo para a vitalidade dos locais de encontro que potenciam a micro-sociabilidade local.

Nas demandas dos moradores, se abordadas segmentadas por áreas de consolidação urbanística, encontramos diferenças devido a peculiaridades de cada localização. Assim, na Área em consolidação as principais ***queixas***, listadas por preferência popular, são:



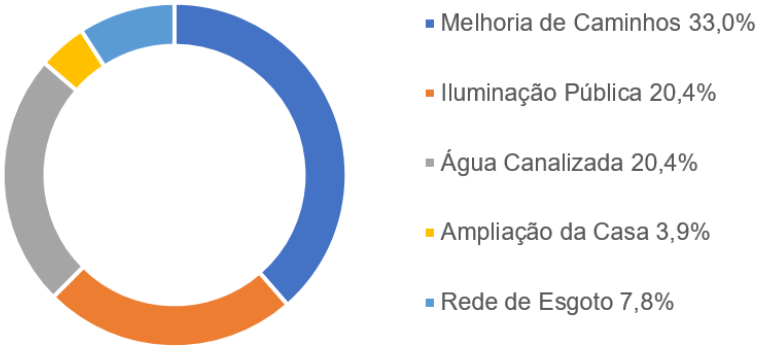
No que se refere à **Área a consolidar**, as principais ***queixas***, respeitados os mesmos critérios de ordenamento, são:



No que se refere à **Área em consolidação**, os principais ***anseios***, respeitados os mesmos critérios de ordenamento, são



No que se refere à **Área a consolidar**, os principais ***anseios***, respeitados os mesmos critérios de ordenamento, são:



Os indicadores acima abordados, bem como a ordem das prioridades identificada deverão servir de base comparativa a novos levantamentos a serem realizados num prazo de 5 anos, para que se possa verificar o impacto do projecto.

Ressalva-se, por fim, que se encontrou uma discrepância de ordem de preferência entre queixas e anseios, que pode resultar de uma possível falta de entendimento de algum ponto do inquérito. No entanto, as respostas encontradas focam num elenco de categorias que se verificou comum para a totalidade dos moradores.

PLANO DE INTERVENÇÃO DE ALTO DE BOMBA



4. PLANO DE INTERVENÇÃO DE ALTO DE BOMBA

O PLANO DE INTERVENÇÂO foi traçado de acordo com os princípios orientadores da Iniciativa Outros Bairros, que estabelece a realização de um teste metodológico centrado na reabilitação social e urbana de áreas informais, cujas principais linhas são:

- proporcionar às populações dos assentamentos informais uma distribuição equânime de acesso à infraestrutura e serviços urbanos;

- promover a integração dos assentamentos informais com a cidade formal, através da melhoria da acessibilidade e mobilidade interna, da segurança ambiental, drenagem pluvial, da iluminação pública, da melhoria/ampliação dos serviços de abastecimento de água, do saneamento básico, da energia domiciliar e da recolha regular de lixo.

Paralelamente aos aspectos infra estruturais, considerou-se ainda a organização do território como um objetivo fundamental de modo a propiciar um melhor desempenho das práticas e tradições sociais identificadas e reconhecer o capital fixo instalado, proveniente da poupança financeira e do trabalho das famílias residentes.

As proposições, agora apresentadas, correspondem às questões levantadas nas Conclusões da fase de caracterização – elaborada após a aplicação de um inquérito casa a casa que permitiu chegar aos dados estatísticos que consubstanciaram as acções deste plano de intervenção - e aos anseios expressos pela comunidade durante os últimos dois de interação entre si e o Gabinete Técnico Local do MIOTH, fisicamente instalado na Câmara Municipal de São Vicente.

O ponto central do Plano de Intervenção, focado nas questões de drenagem pluvial e nas acessibilidades, justifica-se pelas consequências recorrentes das raras e devastadoras chuvas que percorrem as bacias do terreno que compõe o território do Alto de Bomba.

Este aspecto dramático é agravado pela precariedade dos caminhos de acesso às casas, na área “a Consolidar”, e intensifica-se pela prática existente de escavar as encostas para acomodar as residências, o que torna a mobilidade um foco subsidiário.

Assim, foram definidos dois tipos de proposições:

a) Proposições estruturantes, relativas às macro estruturas que organizam a circulação de pessoas e das águas pluviais nas duas bacias do assentamento, bem como equalizam o acesso aos serviços urbanos, cujas obras serão executadas por empreiteiros de maior porte;

b) Proposições pontuais, relativas a locais de encontro e devem funcionar como interface dos projetos estruturantes com a cidade formal, no que concerne à drenagem e mobilidade de pessoas, cujas obras devem ser executadas por pequenos empreiteiros locais que, preferencialmente, empreguem mão de obra do bairro. (inserir planta geral da intervenção)

Além da planta geral do Plano de Intervenção, onde consta a indicação esquemática dos “padrões de urbanização” adequados a cada tipologia de problema identificado, são apresentadas plantas setoriais das disciplinas infraestruturais, conforme descrito a seguir:

4.1 DRENAGEM

A proposta de intervenção adota as bacias e sub-bacias como base de projeto. O sistema de drenagem pluvial proposto diminuirá a velocidade de descida das águas e proporcionará uma distribuição múltipla do seu lançamento nos sistemas de drenagem superficial da cidade formal. Tal será conseguido pela interrupção sistemática da descida das águas pluviais, através da instalação de caleiras a distâncias regulares, distribuindo-as para descerem por “escadarias drenantes” de modo a evitar grandes volumes de água e, ao tempo, diminuindo-lhe a energia.

As caleiras e escadarias drenantes mencionados, isoladas ou acopladas a caminhos e escadas de peões, serão construídos segundo padrões de urbanização especialmente definidos.

4.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Foi concebida uma solução de abastecimento que se configura numa primeira etapa na resolução das carências de abastecimento identificadas na Caracterização. Prevê, preliminarmente, uma rede de sentinas, alimentadas por um novo ramal da rede pública, que resolverá o problema do atual ramal que abastece a cidade formal antes de abastecer o Alto de Bomba.

Complementarmente, serão realizadas extensões das redes existentes, com possibilidade de atender residências assentadas até a cota 70. Estas sentinas poderão acolher hidrantes, de bitola de 70 mm, capazes de serem conectadas a mangueiras utilizadas pelos Bombeiros, que têm capacidade de extensão de distâncias de 80 m.

Há ainda a possibilidade de construção futura de um novo reservatório na cota 115, que viabilizará o abastecimento casa a casa de todo o as-

sentamento. Todavia, essa alternativa deverá ser ponderada em função de custos e de área de influência. (mapa 02 do plano de intervenção)

4.3 SANEAMENTO BÁSICO

A rede de saneamento básico é relativamente extensa, porém apresenta descontinuidades e deixa de fora a maioria das casas da Faixa “a consolidar”. Mesmo assim, em função da topografia da Área de Intervenção é possível promover um atendimento mais efetivo, conforme registrado na planta correspondente. (mapa 03 do plano de intervenção)

4.4 RECOLHA DE LIXO

A recolha dos resíduos sólidos dá-se, apenas, por camiões que circulam nas vias calcetadas e onde é possível a manobra dos mesmos. Os camiões passam três vezes por semana e os moradores depositam o lixo apenas no momento da recolha. Ocorre que muitos moradores não estão em casa nesses momentos, o que resulta na acumulação temporário de lixo em diversos pontos ou mesmo dentro de habitações. Tais pontos são indicadores práticos da possível localização de contentores com tampas no território capazes de serem retirados e substituídos com a utilização de equipamentos adequados. (mapa 04 do plano de intervenção)

4.5 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Alto de Bomba tem uma área onde não há qualquer tipo de iluminação pública, pelo que é necessária a sua previsão, através de postes ou por fixação de luminárias em edifícios existentes.

De igual modo, está previsto o alargamento da rede domiciliária, sobretudo à faixa a consolidar, visto que nesta parte do assentamento é praticamente inexistente.

4.6 SISTEMA VIÁRIO, CIRCULAÇÃO INTERNA E ACESSOS

Um sistema de circulação de pessoas e motociclos foi concebido a partir da realidade local, que se consolidou desde a gênese do assentamento. Procurou-se-á dar condições de segurança às rotas de chegada às residências (caminhos e escadarias), de modo a oferecer alternativas de acesso às vias já calcetadas. Estes caminhos e escadarias serão integrados ao sistema de drenagem pluvial em padrões de urbanização especialmente projetados para o efeito.

4.7 ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS

Serão executadas melhorias nos muros de suporte existentes ou construídos novos sempre que necessário. Sempre que se verifique a existência de riscos geotécnicos devem prever-se soluções para pontos críticos de preferência integrados com o sistema de circulação e de drenagem pluvial.

4.8 ÁREAS VERDES

A carência de áreas verdes em toda a encosta é um problema difícil de ser resolvido em função do custo de água para rega, sobretudo nos primeiros tempos da plantação. Todavia, existem espécies mais resistentes à estiagem que, se protegidas do vento quando ainda jovens, conseguem desenvolver e atingir um porte considerável. As acácias, em qualquer um dos seus tipos, são a espécie mais comum em todos a cidade. No entanto, devem ser plantadas com a distancia devida das tubagens de água e com as raízes direcionadas em caso de proximidade, para garantir a conservação dessas redes. As áreas verdes serão previstas no projecto mas devem ser elaboradas com apoio de especialistas da área para garantir a sua correcta plantação e manutenção. (mapa 01do plano de intervenção)

4.9 ÁREAS DESPORTIVAS E DE LAZER

Foram propostos projetos pontuais valorizando locais capazes de receber áreas desportivas, de encontro e lazer, apoiando usos já consagrados pelas comunidades.

No entanto, esses projectos devem ser elaborados com a colaboração directa da população num processo participativo, que garanta a escolha e validação das propostas, e colaborativo, que permita a colaboração dos moradores durante todo o processo de obras e nos projectos sociais.

4.10 COMUNICAÇÃO VISUAL

A proposta deverá identificar elementos representativos da cultura local e indicativos da localização de equipamentos públicos, das áreas especiais e das vias principais, que permitam o estabelecer um sistema interno de sinalização, vinculado à história do assentamento. Podem estimular-se projectos gráficos que permitam observar juntamente com os moradores a formalização da informação.

4.11 MOBILIÁRIO URBANO

O projecto pontual já elaborado conta com mobiliário urbano que foi desenhado para o efeito, sendo que assim que terminados os dois projectos pontuais que ainda estão previstos, será possível obter um catálogo de desenhos de mobiliário urbano especificamente criado pela Iniciativa OUTROS BAIRROS.

4.12 GERAÇÃO DE RENDA CULTURA POPULAR

Dado que o Grupo Desportivo Estoril Futebol Clube e o Grupo Carnavalesco de Monte Sossego, demonstram ser colectivos já organizados, apostar-se-á em intensificar o apoio a dois grupos informais encontrados – grupo informal de mulher e SOS Alto de Bomba - para estimular o trabalho com a cultura disponível localmente.

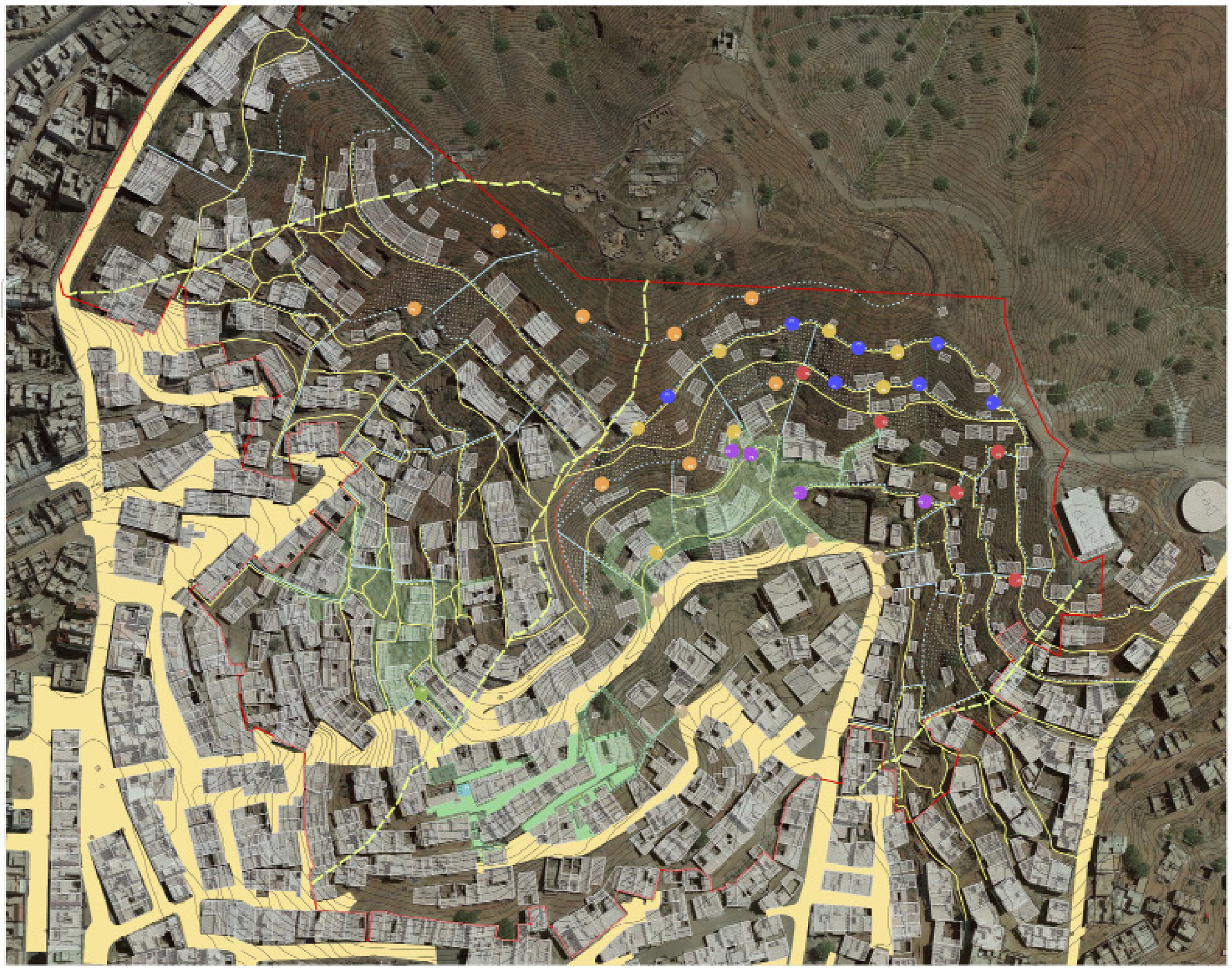
4.13 MODELO DE URBANIZAÇÃO

No modelo de urbanização de Alto de Bomba são dominantes caminhos, normalmente de dimensão variável entre 1,20 m e 1,50 m, e casas, geralmente, implantadas ao longo da encosta.

Independentemente da predominância de caminhos pedonais o acesso automóvel está garantido a uma parte considerável do assentamento, visto que há uma estrada calcetada que chega ao seu núcleo central e outra ao topo da encosta.

Relativamente às habitações, verificou-se que o lote tipo definido pela Câmara Municipal de São Vicente tem, habitualmente, medidas de 6m de frente por 8m de profundidade. Esta prática, apesar de permitir a implantação de um número maior de lotes ao longo da rua, trás vários problemas aos moradores que, a médio prazo, têm a sua habitabilidade mínima prejudicada. Além de obrigar à construção de um muro de contenção muito alto nas áreas do assentamento onde o terreno é mais inclinado, com custos elevadíssimos, esta dimensão inibe a capacidade de ampliação da casa e prejudica a possibilidade de ventilação cruzada.

Sugere-se, então, a alterção do lote tipo a atribuir aos cidadãos para a dimensão de 10m de frente por 7 de profundidade. Assim, ficará aberta a possibilidade das habitações terem a sua capacidade de ampliação ao longo das ruas e nunca para o interior da montanha. Não só se garante desta forma a possibilidade de crescimento da casa, bem como, se assegura de uma forma mais económica para o morador e com melhores possibilidades de ventilação cruzada.

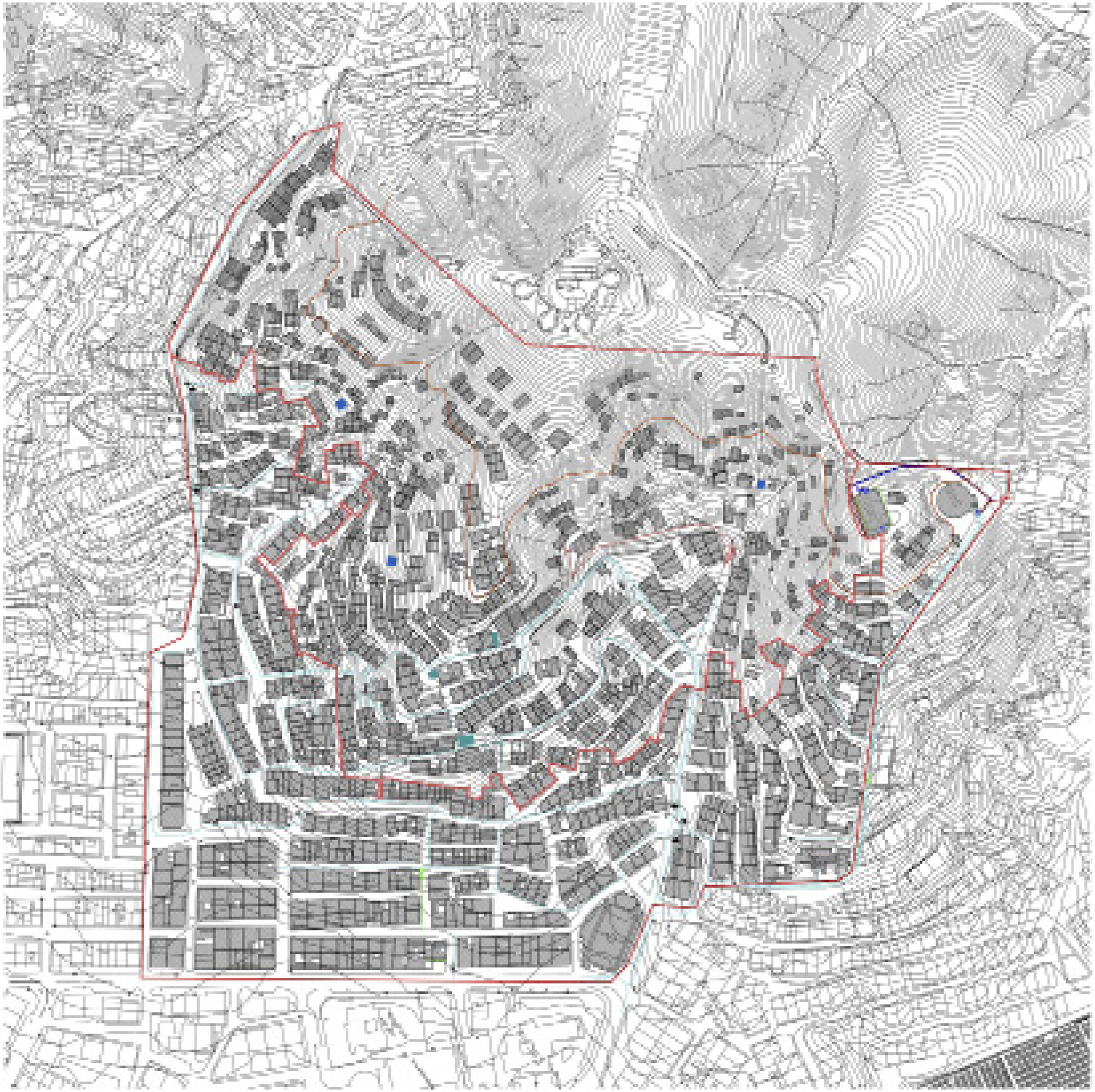


01. PLANTA GERAL

PLANO DE INTERVENÇÃO

LEGENDA

- LIMITE DA INTERVENÇÃO
- CAMINHO TERRENAL
- ESCADA
- CALEIRA
- ESCADARIA ENCHANTE
- MURO DE PEDRA
- DRENAGEM DE ÁGUA
- LINHAS DE ÁGUA
- ÁREAS VERDES
- PROJETOS PONTUAIS
- P1. CAMINHO COM CALEIRA ACOPLADA
- P2. CAMINHO COM MURO E CALEIRA ACOPLADA
- P3. ESCADA COM ESCADARIA ENCHANTE ACOPLADA
- P4. ESCADA COM RAMPA DE ACESSO ACOPLADA
- P5. CALEIRA ISOLADA A MODO DE ESCOOTA
- P6. CALEIRA ACOPLADA A CAMINHO COM ACESSO A HABITAÇÃO
- P7. CRIAÇÃO PAISAGISMO COM USOS ANDRADA
- P8. DRENAGEM DE ENXURRADA

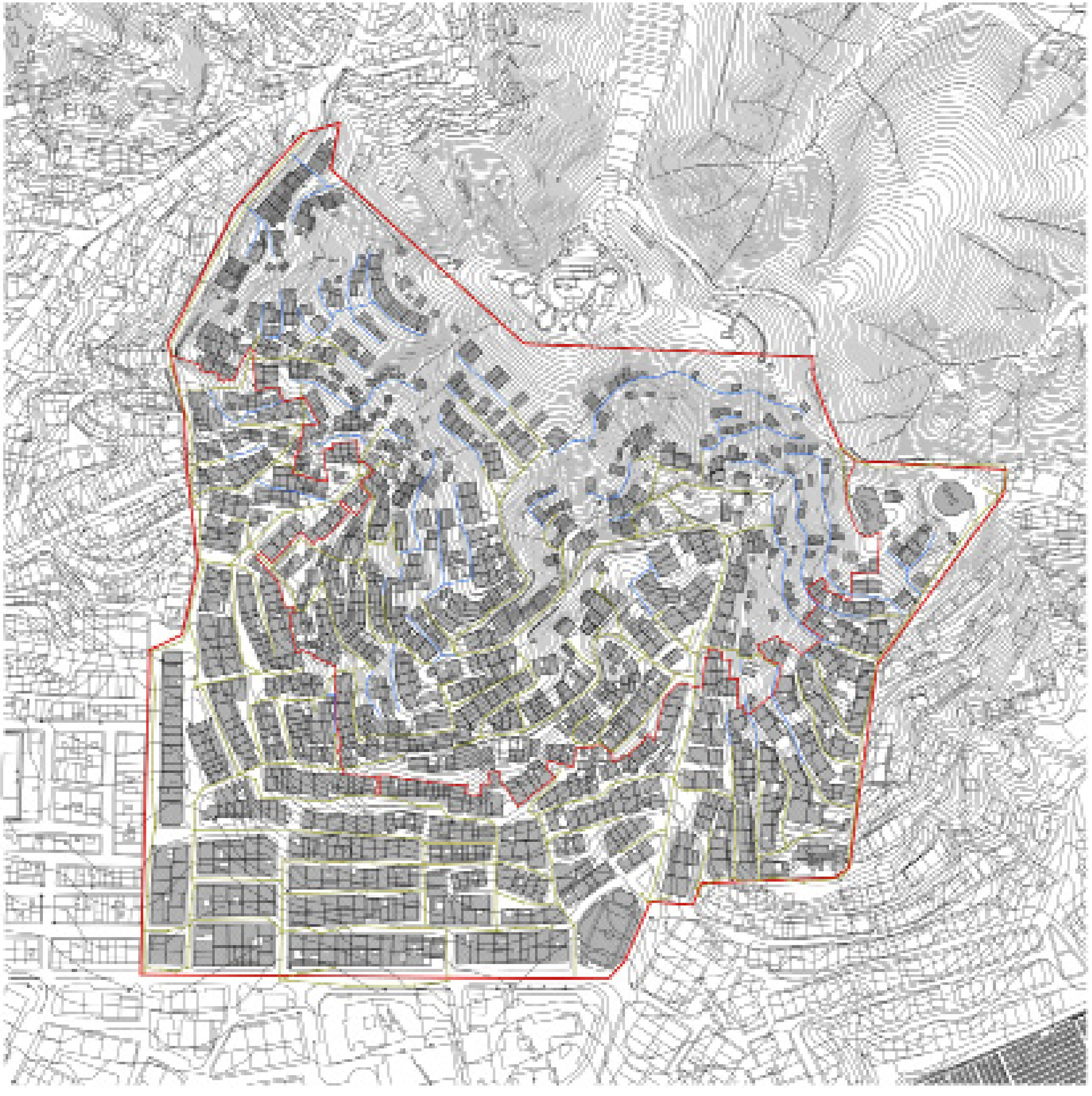


02. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PLANO DE INTERVENÇÃO

LEGENDA

- REDE DE DISTRIBUIÇÃO
- CONDUTA PARA SÃO PEDRO
- SONDA EXISTENTE
- SONDA PROPOSTA
- COTA DO DEPÓSITO DE ABASTECIMENTO

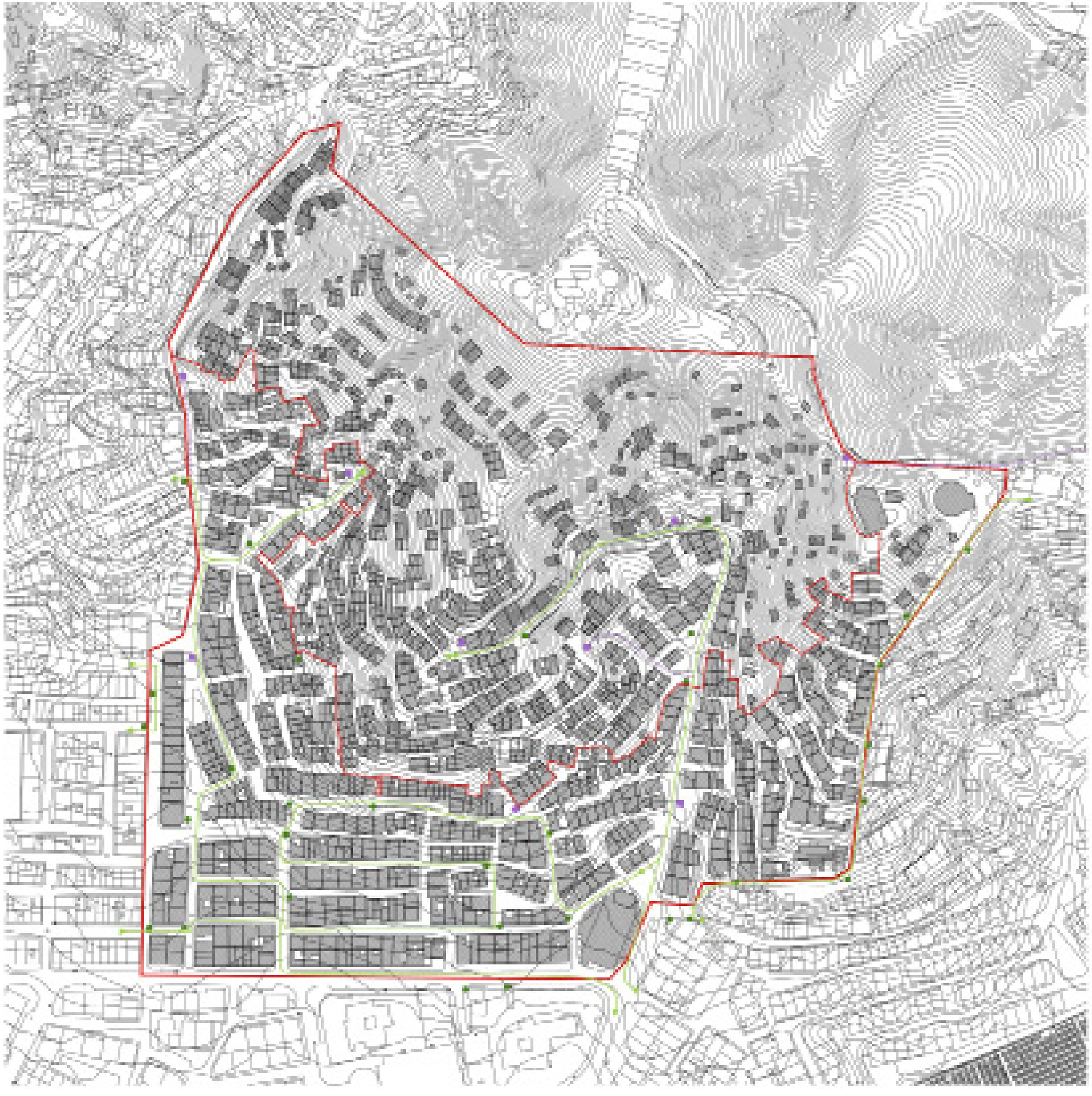


N

03. REDE DE SANEAMENTO
PLANO DE INTERVENÇÃO

LEGENDA

- CAIXA DE ESGOTO
- TUBULAM
- TUBAGEM PROPOSTA

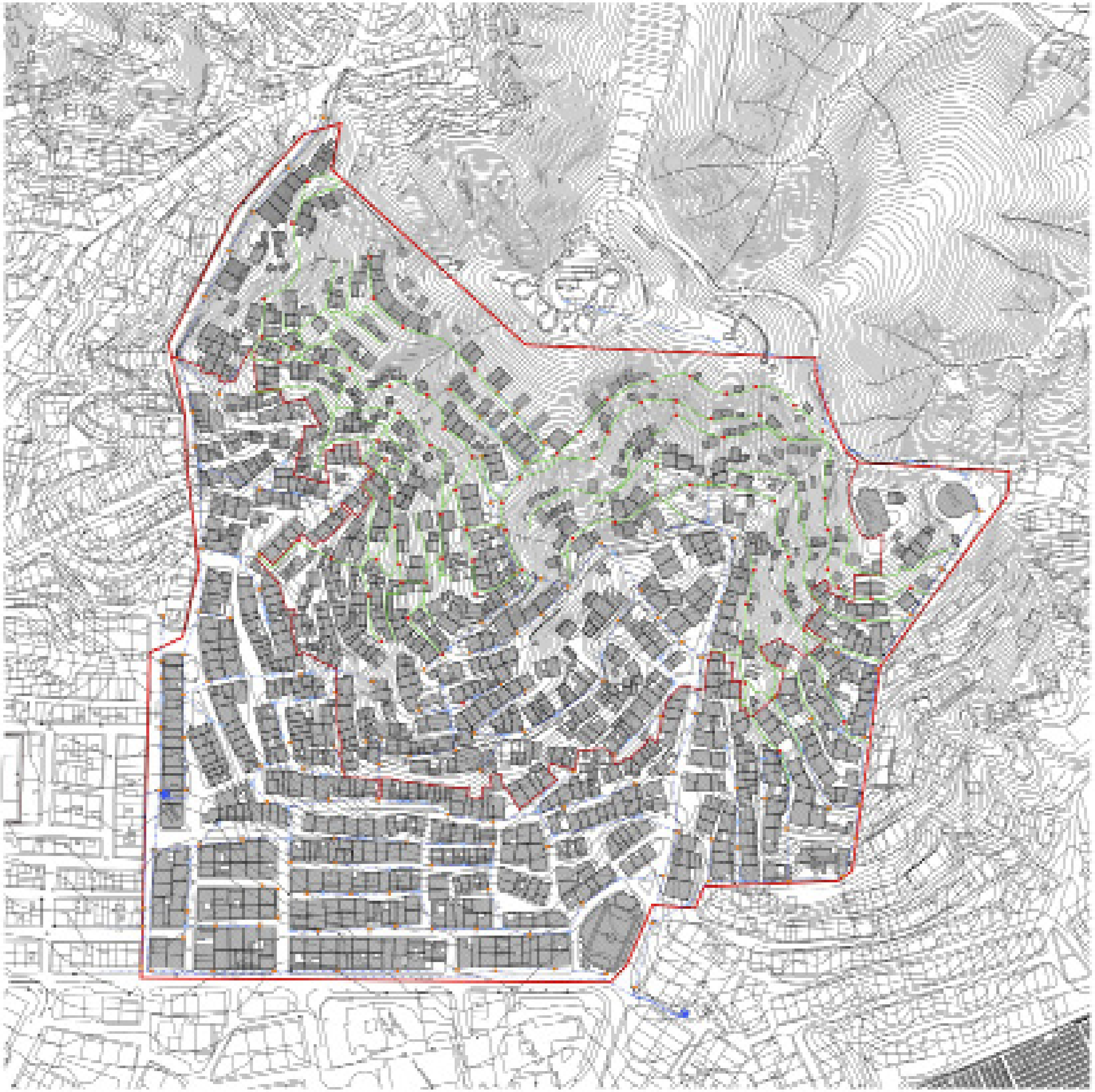


04. RECOLHA DE LIXO

PLANO DE INTERVENÇÃO

LEGENDA

- PONTO DE RECOLHA DO LIXO
- INSTALAÇÃO
- CONTENTORES COM TAMPA
- AMPLIAÇÃO DOS TRAJECTOS

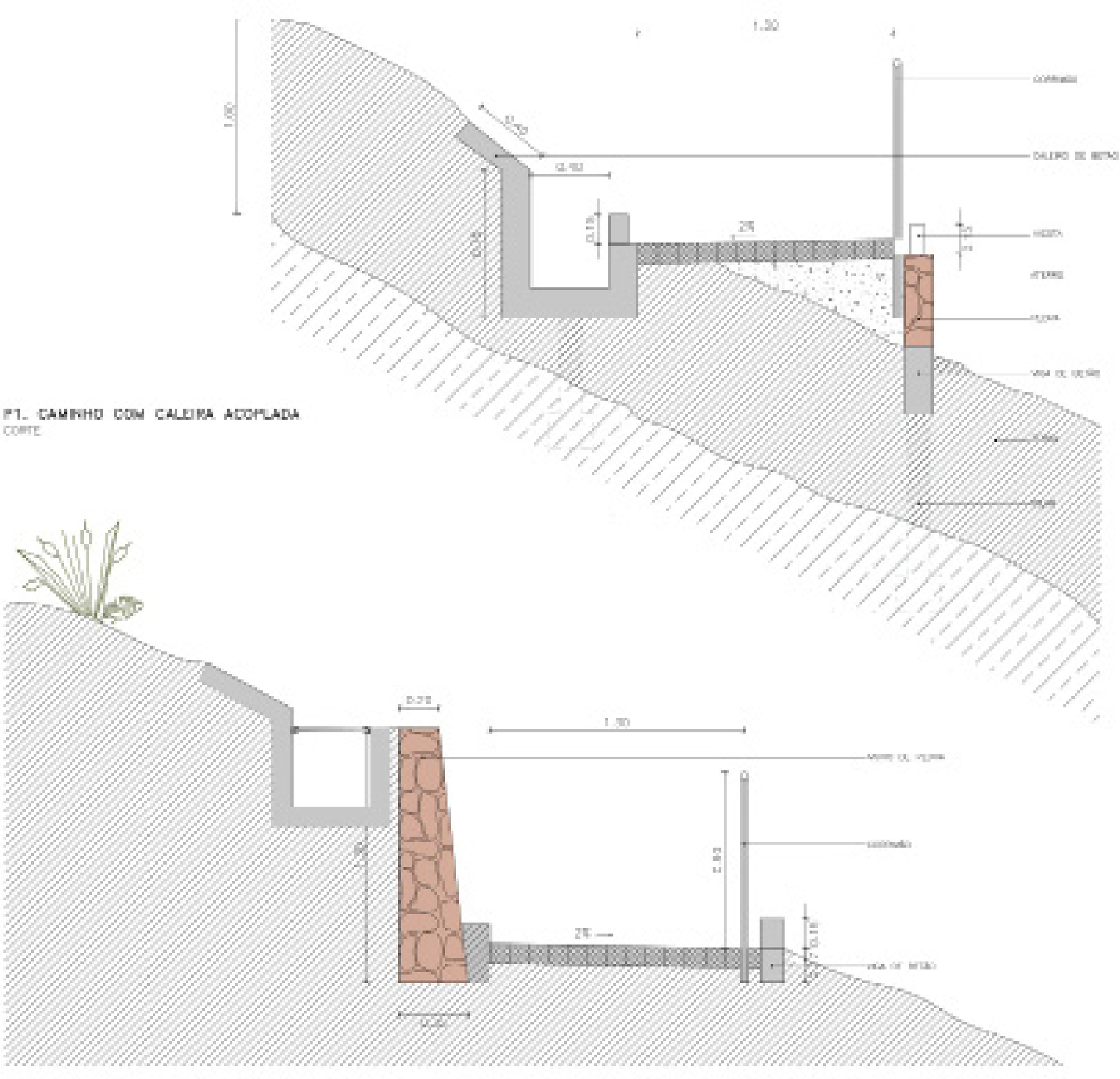


D5. REDE ELÉCTRICA

PLANO DE INTERVENÇÃO

LEGENDA

- POSTE DE ILUMINAÇÃO
- POSTE DE DISTRIBUIÇÃO
- POSTE DE ILUMINAÇÃO PROPOSTO
- CABO DE DISTRIBUIÇÃO

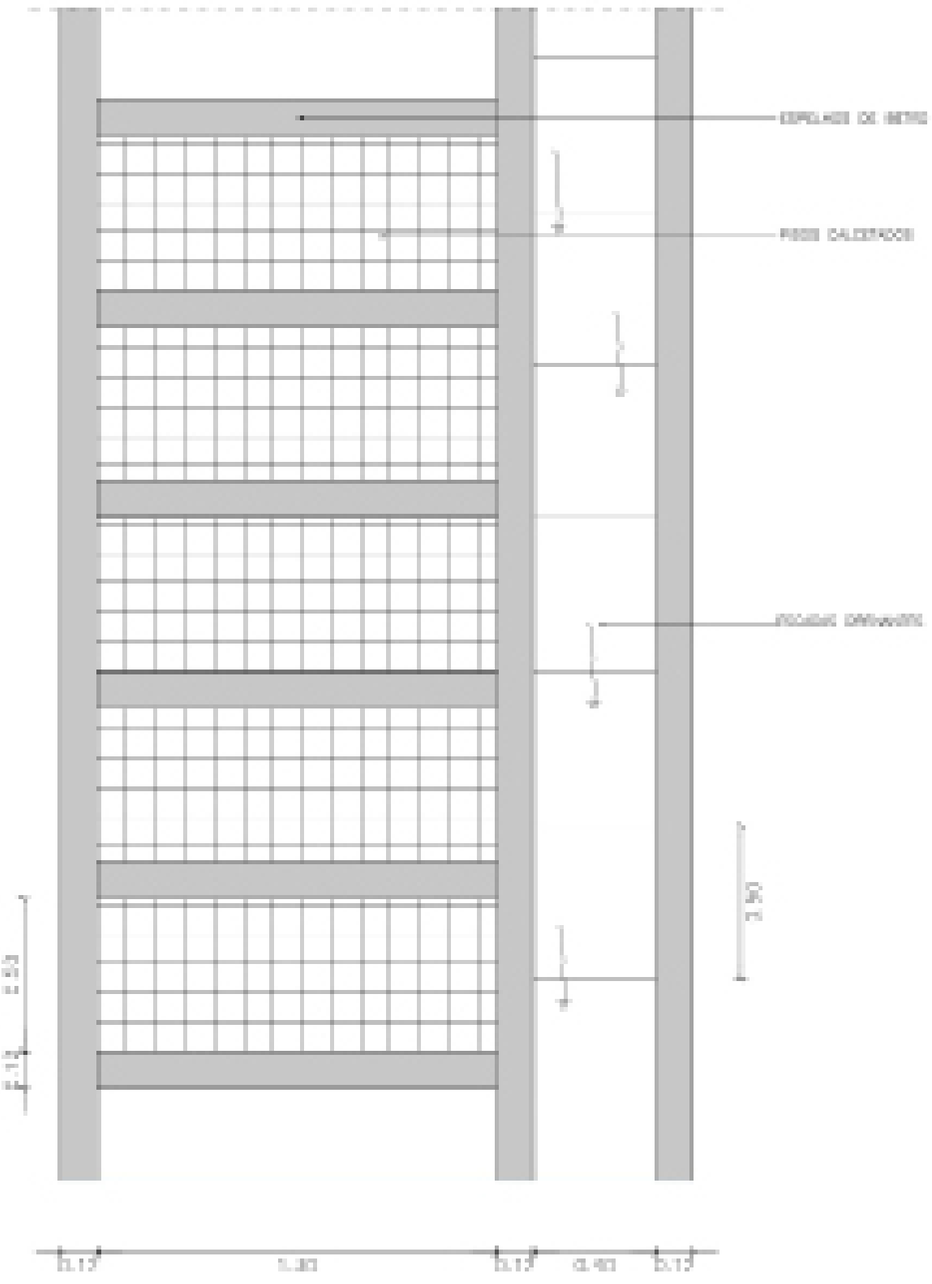


P1. CAMINHO COM CALEIRA ACOPLADA
CORTE

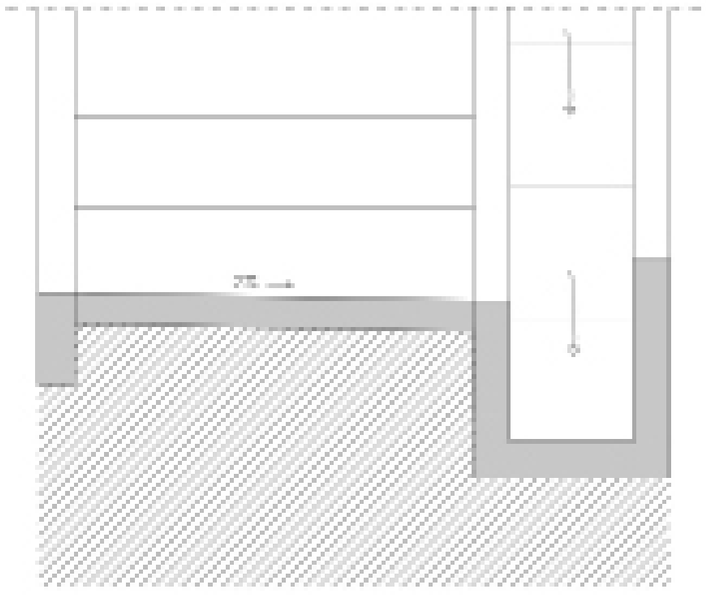
P2. CAMINHO COM MURO E CALEIRA ACOPLADA
CORTE

DR. PORMENORES DE CAMINHOS
PLANO DE INTERVENÇÃO

ESC. 1:20



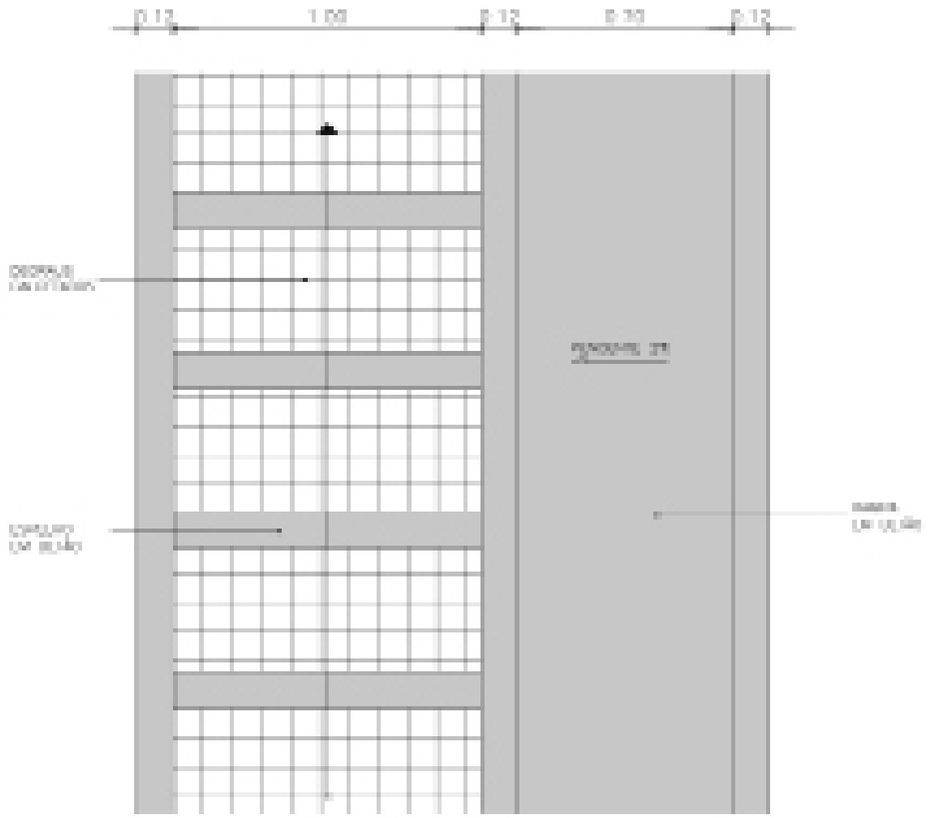
P3. ESCADA COM ESCADARIA DRENANTE ACOPLADA
PLANTA



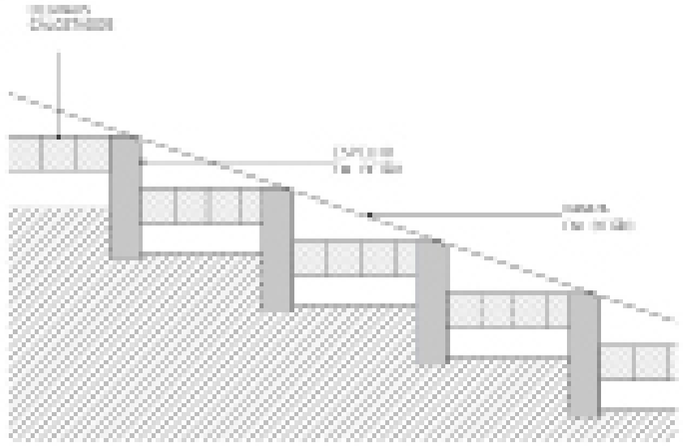
P3. ESCADA COM ESCADARIA DRENANTE ACOPLADA
CORTE

D7. PORMENORES DE ESCADAS
PLANO DE INTERVENÇÃO

ESC. 1:200



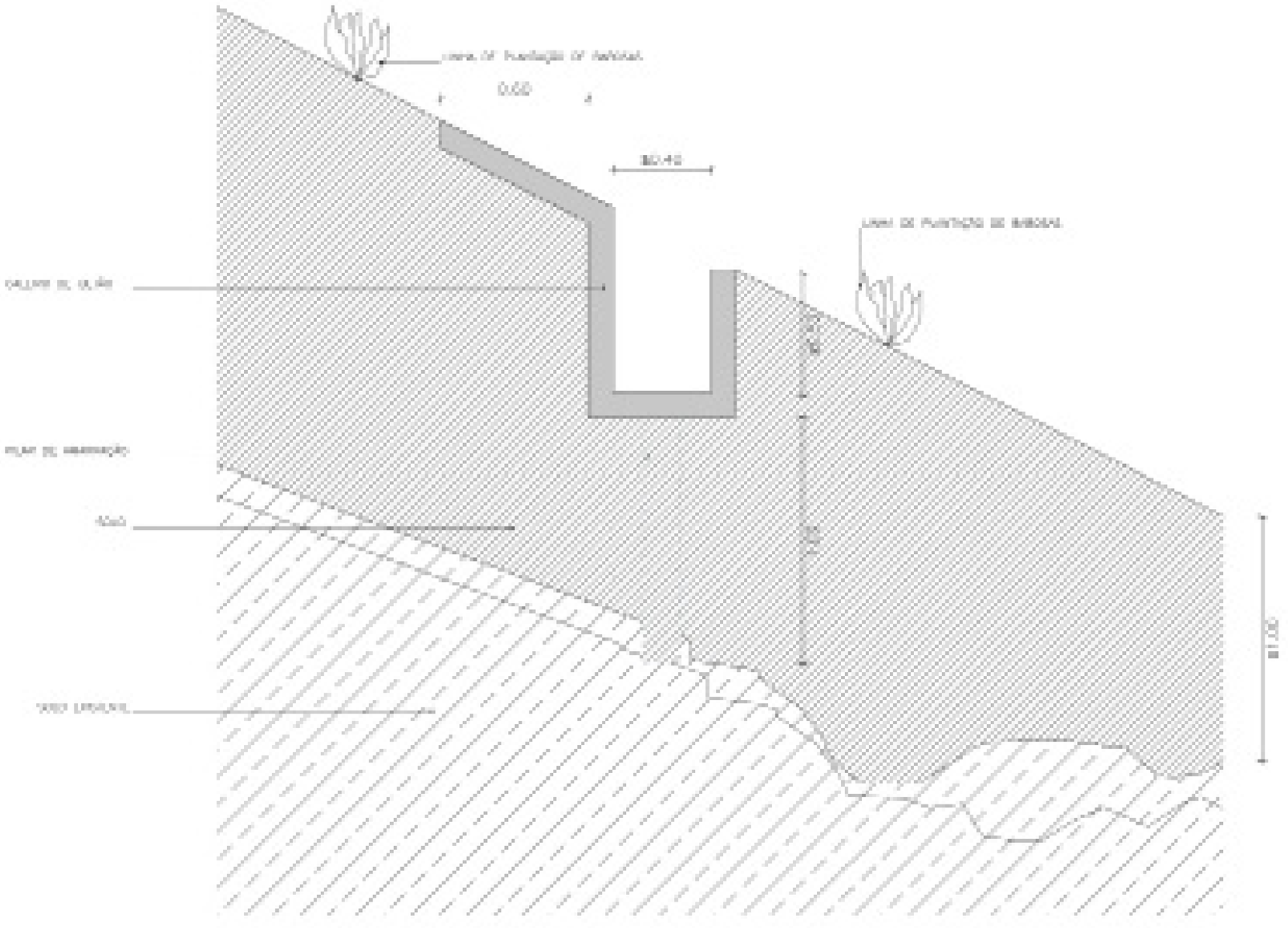
P4. ESCADA COM RAMPA DE ACESSO ACOPLADA
PLANTA



P4. ESCADA COM RAMPA DE ACESSO ACOPLADA
CORTE

DB. PORMENORES DE ESCADAS
PLANO DE INTERVENÇÃO

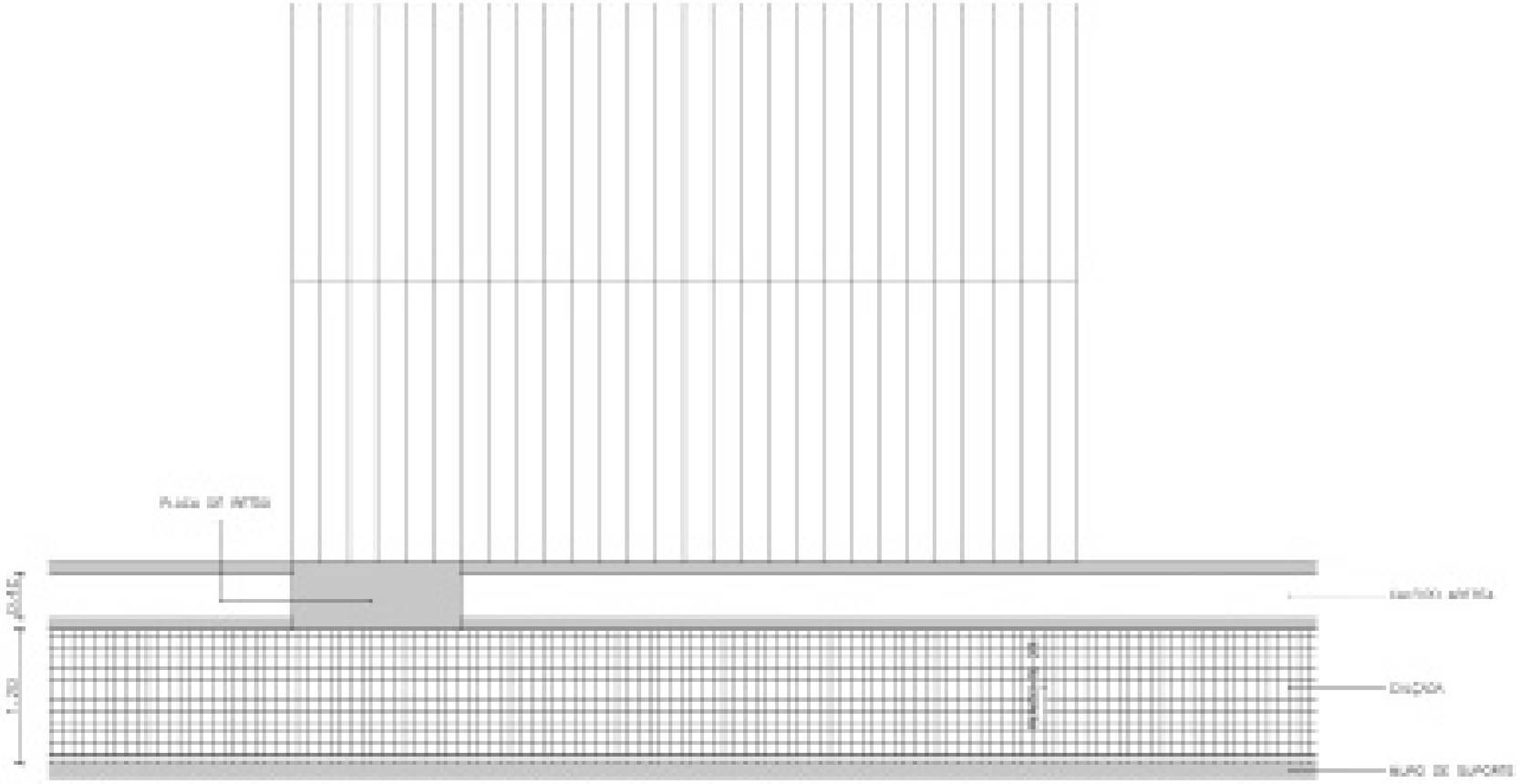
ESC. 1:200



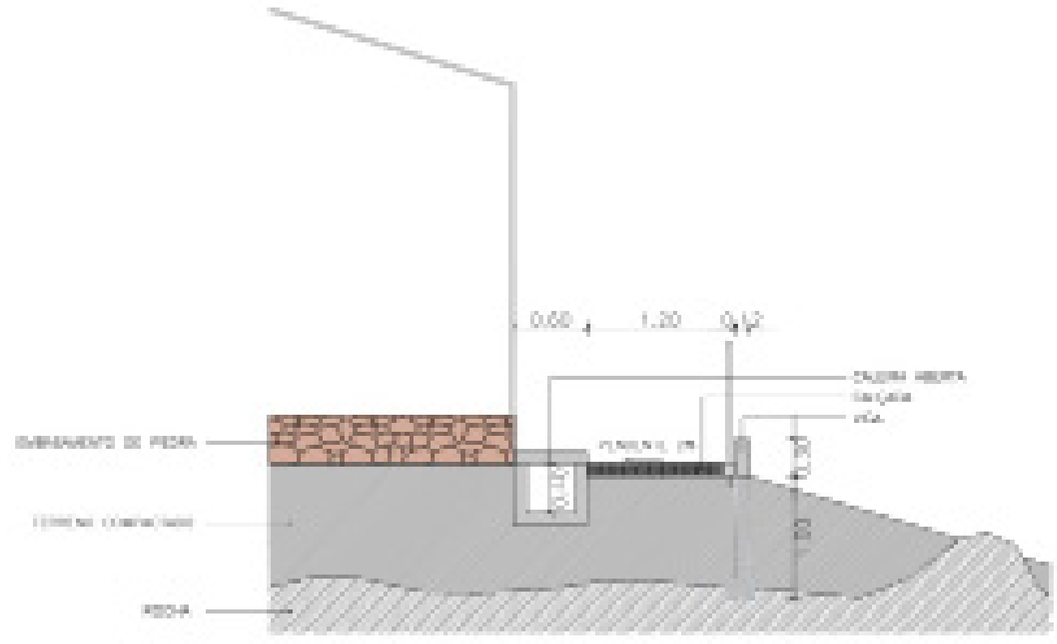
P5. CALEIRA ISOLADA A MEIO DA ENCOSTA
CORTE

05. PORMENORES DE CALEIRAS
Plano de Intervenção

ESC. 1:200



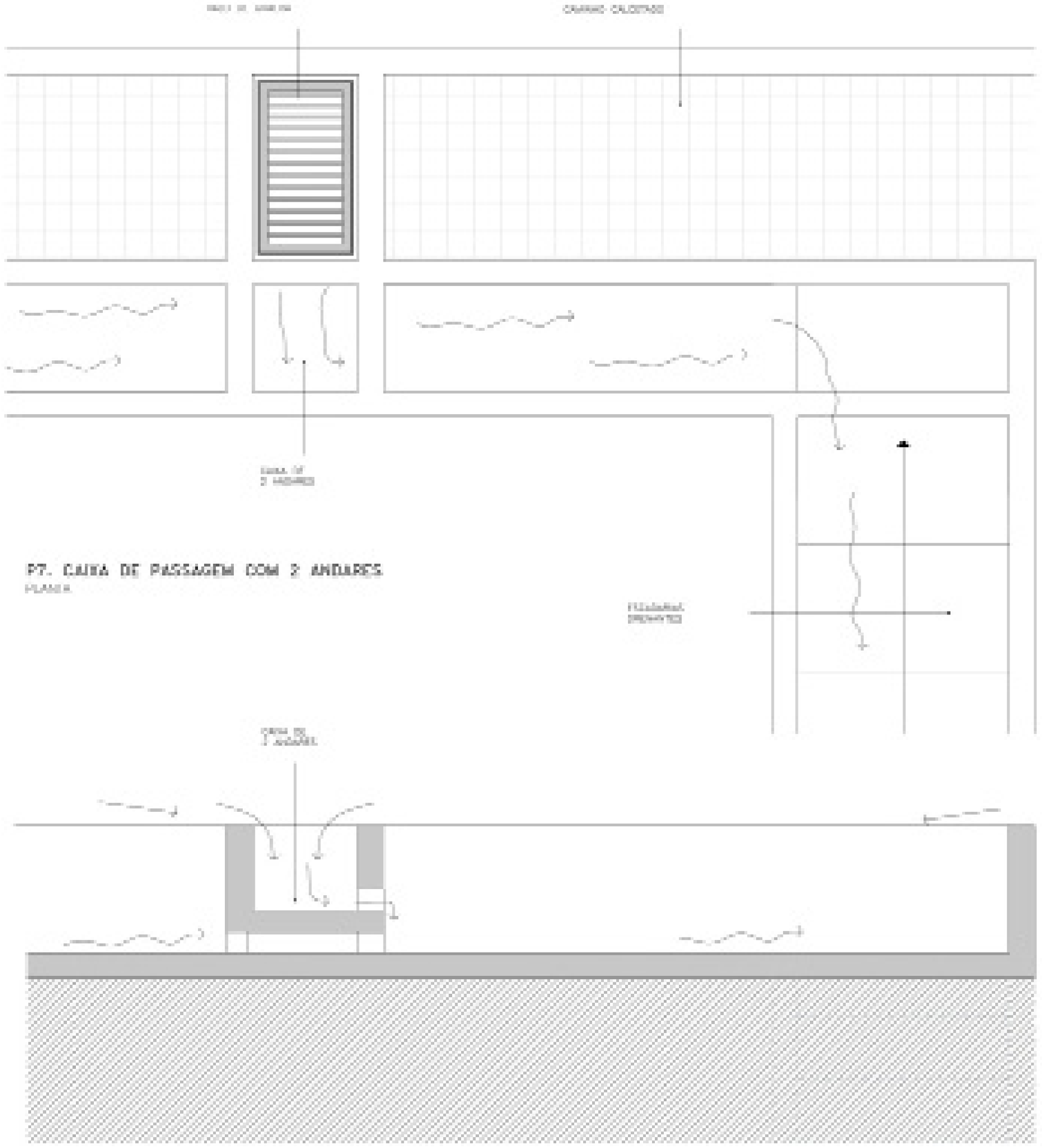
P6. CALEIRA ACOPLADA A CAMINHO COM ACESSO A HABITAÇÃO
PLANTA



P6. CALEIRA ACOPLADA A CAMINHO COM ACESSO A HABITAÇÃO
CORTE

10. PORMENORES DE CALEIRAS
PLANO DE INTERVENÇÃO

FIG. 1.003

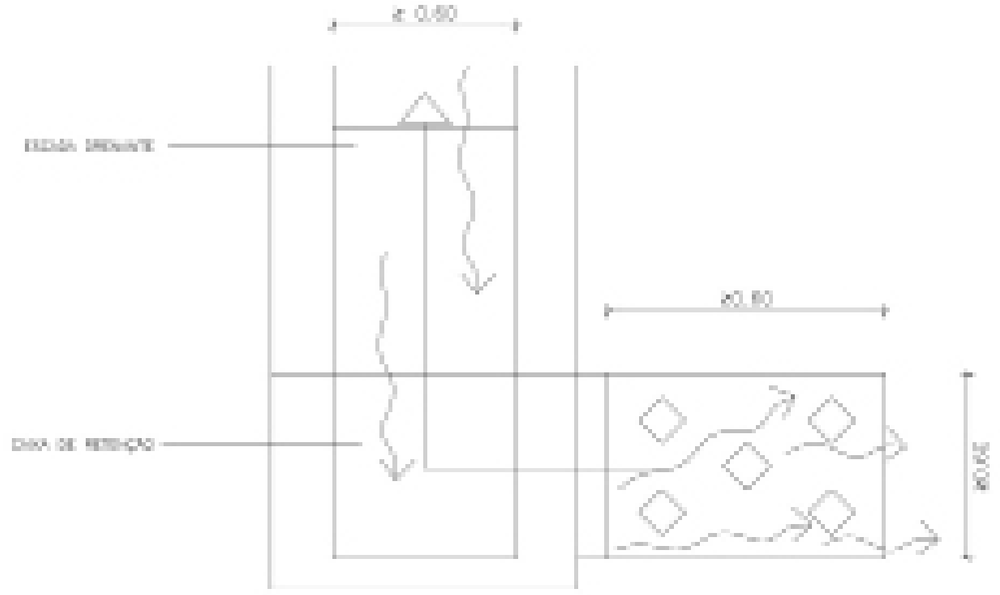


PT. CAIXA DE PASSAGEM COM 2 ANDARES
PLANTA

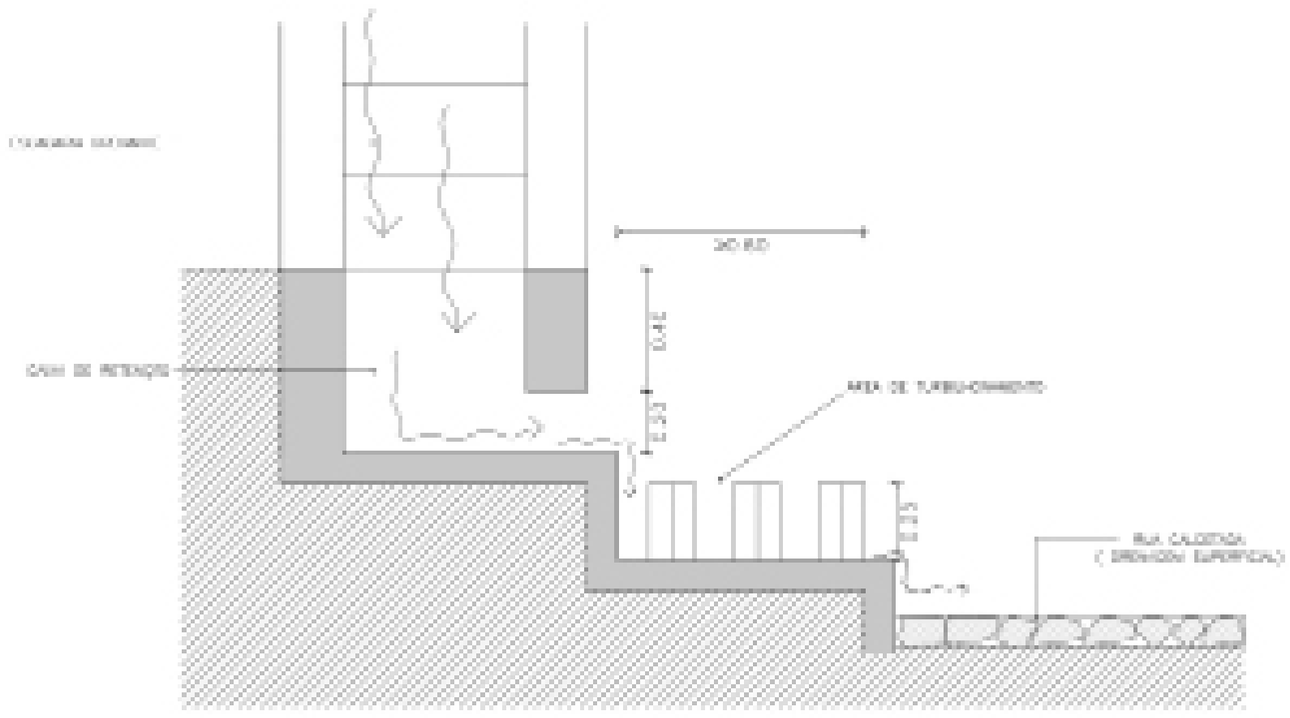
PT. CAIXA DE PASSAGEM COM 2 ANDARES
CORTE

11. PORMENORES DE CAIXAS DE PASSAG
PLANO DE INTERVENÇÃO

ESC. 1:200



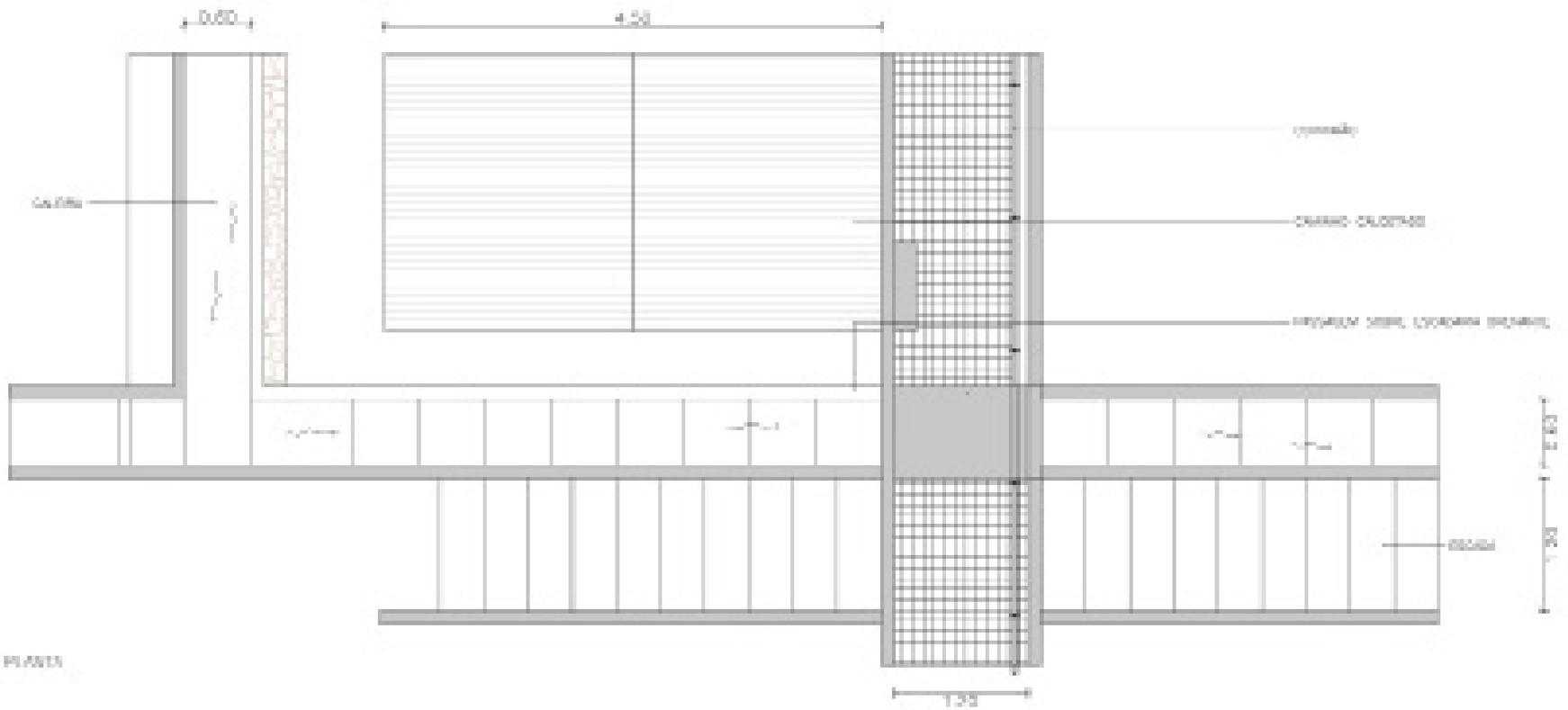
P8. DIFUSORES DE ENERGIA
PLANTA



P8. DIFUSORES DE ENERGIA
CORTE

12. PORMENORES DIFUSORES DE ENERGIA
PLANO DE INTERVENÇÃO

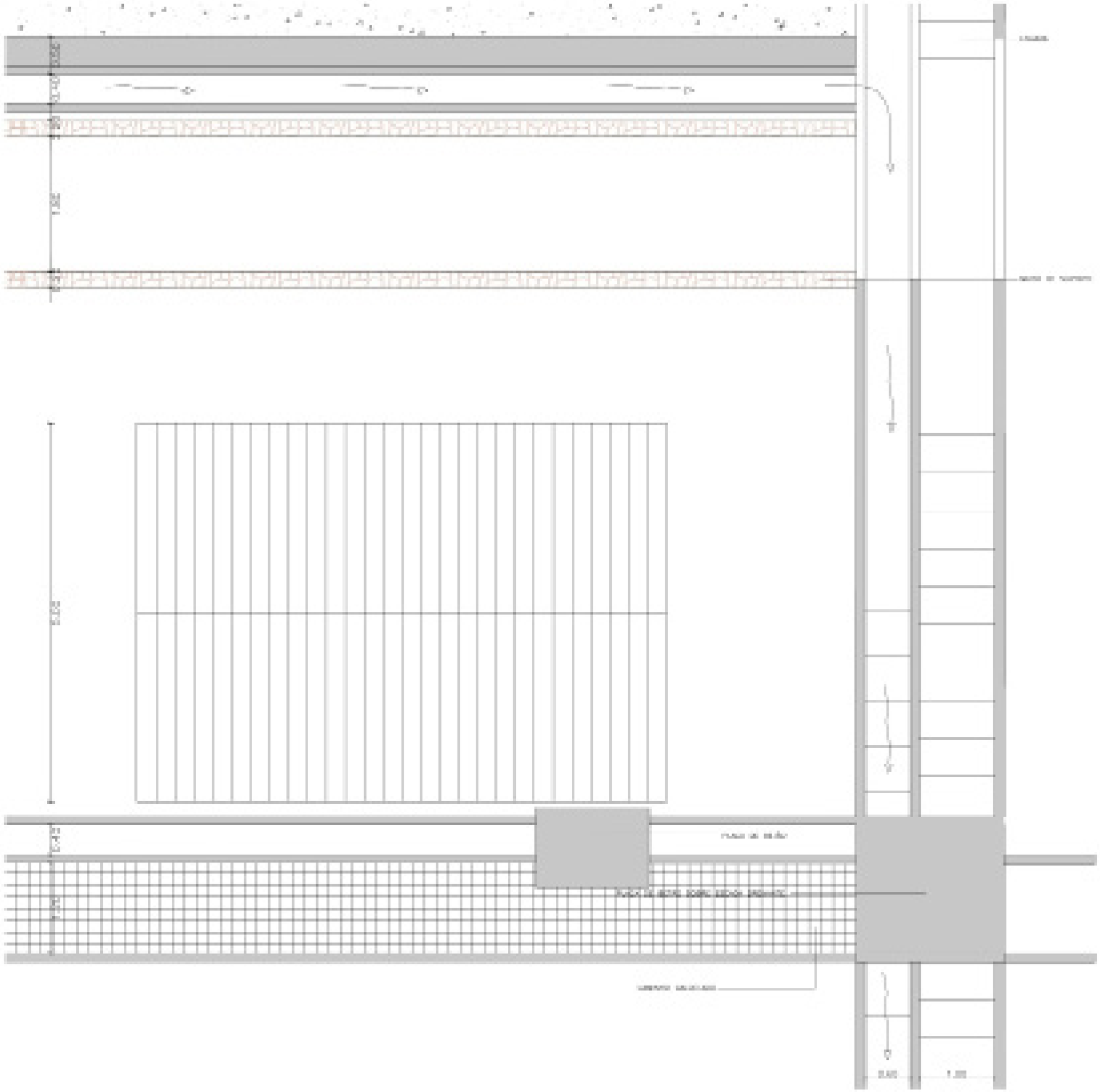
ESC. 1:20



13. MODELO TIPO DE URBANIZAÇÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO

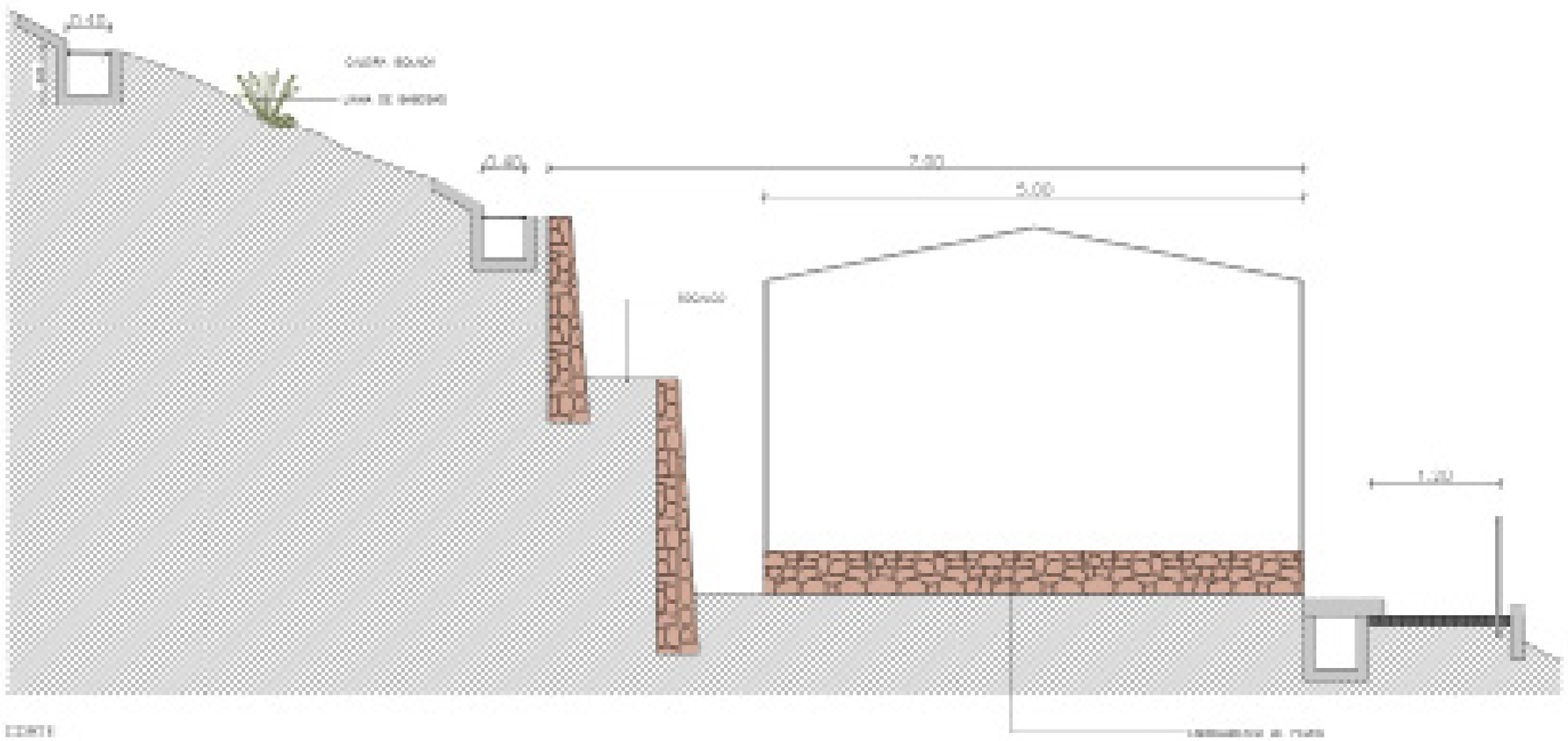
ESC. 1:100



14. MODELO TIPO DE URBANIZAÇÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO

ESC. 1:001



15. MODELO TIPO DE URBANIZAÇÃO
PLANO DE INTERVENÇÃO

ESC. 1:XX

OUTROS BAIRROS

A URBANIZAÇÃO INFORMAL COMO UM MODO DE URBANIZAÇÃO



Álvaro Domingues
Ana Silva Fernandes
Nuno Flores
Redy Lima
Rita Raínho

OUTROS BAIRROS:
a urbanização informal como um modo de urbanização

Mindelo, 2021
Iniciativa OUTROS BAIRROS
MIOTH - Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação

Coordenação
Nuno Flores

Equipa
Elaine de Pina
Erickson Fortes
Jason Ferreira

Design
OUTROS BAIRROS

Fotografia capa
Grace Ribeiro

Fotografias
Ângelo Lopes
Marcelo Londoño
Nuno Flores

PROMOTOR.

OUTROS BAIRROS

Ministério das Infra-Estruturas, do Ordenamento do Território e Habitação

índice

primeira parte

05 **NUNO FLORES**
OLHARES SOBRE
OUTROS BAIRROS,
3 ANOS DE PARTILHA

10 **ÁLVARO DOMINGUES**
OUTROS BAIRROS - UMA
REFLEXÃO SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A URBANIZAÇÃO
DA POBREZA E A
CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA

17 **ANA SILVA FERNANDES**
SOMÁ NA PONTA -
REFLEXÕES

21 **REDY WILSON LIMA**
“ES LI E NHA PALASIU”:
NOTAS SOBRE A
INICIATIVA OUTROS
BAIRROS - ALTO DE
BOMBA, MINDELO

25 **RITA RAÍNHO**
EDUAÇÃO ARTÍSTICA
EM ALTO DE BOMBA,
CABO VERDE - UMA
APRENDIZAGEM COM AS
MULHERES E A ESCUTA
DO DEVIR DA PRÓPRIA
ZONA

33 **NUNO FLORES**
OUTROS BAIRROS:
VIDA PARA TODOS/AS

segunda parte

42 **OUTROS BAIRROS**
PRINCÍPIOS
ORIENTADORES

49 **ANEXOS**

50 **IMPACTO**

51 ECONÓMICO-FINANCEIRO
53 RECURSOS HUMANOS
53 INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
PRÉMIOS
54 FOTOGRAFIAS



PRIMEIRA PARTE

NUNO FLORES[1]

OLHARES SOBRE OUTROS BAIRROS, 3 ANOS DE PARTILHA

Cerca de dois meses passaram da realização do evento Somá Na Ponta, cujo objetivo era refletir sobre a Iniciativa Outros Bairros, uma experiência piloto de reabilitação urbana de zonas autoconstruídas que, a partir de uma investigação / ação centrada na zona de Alto de Bomba, representa o primeiro passo para uma possível intervenção pública de maior escala com a possibilidade de ser implementada nas restantes ilhas de Cabo Verde.
A partir da ponta, no Alto de Bomba entendida como um lugar de encontro múltiplo e geracional, Somá Na Ponta convidou todos à construção de cumplicidades à volta de temáticas imaginárias que constituem a voz de um sujeito coletivo que surgiu com a Iniciativa Outros Bairros e se consolida no tempo.
Levada a cabo nos últimos três anos, a Iniciativa Outros Bairros é uma experiência piloto de atuação nas áreas informais de Cabo Verde que recolheu, assimilou e gerou conhecimento que pode, atualmente, contribuir para estabelecer princípios capazes de construir uma estratégia que colmate o vazio existente nas atuais políticas públicas de habitação relativamente à reabilitação urbana e ao espaço público.
Antes de apresentar o documento, falarei sucintamente da importância de realizar, no Mindelo, Somá na Ponta, sobretudo, pelo formato a que se propôs. Se, por um lado, permitiu refletir não só o trabalho técnico realizado pela Iniciativa Outros Bairros, bem como pelos moradores de Alto de Bomba que, igualmente, dele participaram em diferentes esferas, por outro lado, abriu-se também à participação de todos os municípios do pais, presencialmente ou online, pelo que, essencialmente os que estiveram presencialmente, puderam deslocar-se ao Alto de Bomba e viver “in loco” o dia a dia que nos desafia.
Neste documento, que pretende fundamentar e estabelecer os princípios orientadores de uma ação pública futura da Iniciativa Outros Bairros podemos aceder, na primeira parte, a cinco textos que refletem sobre a semana vivida, entre todos, no Mindelo e, na segunda parte, à proposta dos princípios que orientarão futuramente a Iniciativa Outros Bairros.

---

[1] Arquiteto, Coordenador da Iniciativa Outros Bairros

Aos participantes sugerimos, após o encontro, uma reflexão sobre esta semana de partilha, através de uma escrita que nos oferecesse os sentimentos e impressões levados. Tudo que mais os tenha marcado, que tenham levado da Iniciativa Outros Bairros, dos projetos associados, das pessoas, dos silêncios, das vivências, permitindo-nos não só consubstanciar e fortalecer os mesmos princípios, como também engajar a classe política, sobretudo o governo de Cabo Verde, a encorajar-se numa decisão que, fundamentalmente, pretende dar voz a populações ainda muito invisíveis.
Realizamos um formato aberto a todos, estabelecendo apenas a existência de cinco conferências que enquadraram a discussão do informal, da cidade cabo-verdiana e do nosso quotidiano no Alto de Bomba. Depois destes dois dias no Centro Cultural do Mindelo que também permitiram aos moradores ocupar mais um espaço habitualmente distante, partilhamos três dias no Alto de Bomba onde, como acontece diariamente connosco, todos conheceram as conversas, discussões e conflitos que abrem os grupos existentes na zona à participação.
Ler os textos deste documento deixará claro uma unanimidade sobre a necessidade de libertar territórios onde vivem pessoas, maioritariamente cabo-verdianos, ávidas de poder participar democraticamente numa sociedade que historicamente lhes negou a possibilidade de, como todos nós, deixarem de serem apenas moradores desta ou daquela zona para poderem ter o seu papel de cidadãos do país onde nasceram.
Álvaro Domingues num texto que aborda com muita abrangência a urbanização informal ressalta, desde logo, a urbanização da pobreza como um processo mais rápido do que as tradicionais formas de planeamento e que se consolida do lado oposto da urbanização planeada. Remete para outros urbanistas como Ananya Roy que o consideram um modo de urbanização.
Quando se aproxima da Iniciativa Outros Bairros, atravessa os dois modelos dominantes em matéria de políticas públicas de habitação de renda controlada: o primeiro, que se centra na construção de conjuntos habitacionais em massa, e o segundo, baseado em contratos publico/privados para construção massiva de casas unifamiliares ou conjuntos de habitação coletiva destinadas a contratos de renda

resolúvel, para discorrer sobre a produção "espontânea" de casas sobretudo na Praia e Mindelo.
Sugere que as operações de urbanização das áreas de génese informal devem constituir uma prioridade absoluta em matéria de política pública pelo potencial de efeitos diretos e indiretos que estão implícitos nas práticas de projeto in situ.
Ana Silva Fernandes destaca a proximidade da equipa técnica da Iniciativa Outros Bairros, cujo escritório está localizado no Alto de Bomba; a qualidade da intervenção física, nomeadamente pela resposta efetiva às questões da população; o orçamento reduzido em função da quantidade de famílias afetadas; a dinamização do setor da construção pela articulação de empresas de diferentes dimensões e mão de obra local; e a capacitação e criação de novas competências como fatores que muito acrescem à inovação da abordagem da Iniciativa Outros Bairros.
No entanto, aponta ainda como constrangimentos a incerteza sobre a continuidade do financiamento da Iniciativa Outros Bairros, bem como, uma clara noção de que a continuidade do investimento na Iniciativa em nada põe em causa programas com outros fins como a provisão de habitação.
A escrita de Redy Wilson Lima, consultor da iniciativa Outros Bairros para coordenar a residência artística Kubaka, nascida de uma aproximação anterior aos rappers locais e enquadrada numa pesquisa que realizara sobre os movimentos sociais urbanos em Cabo Verde, refere a necessidade de aprofundar, a partir das estruturas existentes, a consciência política e identitária que se pode trabalhar a partir do hip-hop para consolidar as dinâmicas social e juvenil. Ressalta a preocupação constante da população sobre a possibilidade de fim da Iniciativa Outros Bairros devido à consciência geral de uma cultura de projetos – normalmente de validade não superior a três anos – financiados por programas de ajuda para o desenvolvimento que, quase sempre, se interrompem de forma abrupta e pouco planeada.
Sugere, já em jeito de conclusão, a premência de tronar a Iniciativa Outros Bairros numa política pública nacional que continue a reforçar a solidariedade e coesão comunitária, contrariando a fragmentação de bairros ou subzonas diferenciadas e de conflitos entre grupos que surgiram com políticas como as que levaram à implementação de

programas unicamente de produção de habitação como o Casa Para Todos.
Também consultora da Iniciativa Outros Bairros na abordagem à Educação Artística, Rita Raínho, após atravessar as atuais manifestações artísticas comprometidas com o político, enfoca na necessidade de lhes somarmos vida, cumplicidades e aprendizagens mútuas e implicadas no dia a dia da zona.
Para refletir sobre a Iniciativa Outros Bairros ressalta a escuta e a possibilidade de nos escutarmos num tempo que se descobre em cada ação e que não permite considerar, à partida, uma metodologia estruturada, mas princípios éticos de atuação e experimentação conjunta para agir em projetos de intervenção pública.
Reconhece do esforço realizado pelo Governo para promover e financiar estes três anos de trabalho no dia a dia vivido no Alto de Bomba com as calceteiras Amdjer na Obra, as discussões sem rumo definido, as conversas da Praça Nho Jon ou a primeira abordagem nascida das hortas urbanas, entre outros. No entanto, recusa aceitar-se a possível interrupção da Iniciativa pela necessidade de a continuar no Alto de Bomba e, como previsto, iniciar as obras em Covada de Bruxa e Fernando Pó.
No último texto, onde me tento distanciar do envolvimento emocional que me fica por ter assumido a conceção e a execução da Iniciativa Outros Bairros, transporto as dificuldades que mantemos até hoje no relacionamento com o poder local, bem como, a importância do financiamento público numa ação que nasce e se constrói dentro desse mesmo sistema público com objetivo de fortalecer o papel do Estado em áreas cuja presença foi sempre deficitária.
Também é valorizado o papel de diferentes grupos que se vão apropriando do processo porque, apesar de reconhecido o papel e esforço do MIOTH, sobretudo enquanto financiador das obras que se realizaram, é crucial para alicerçar o coletivo e dar voz à população independente do promotor do projeto.
O movimento que os grupos geram a partir de Outros Bairros, alavancado no espaço público - lugar político e por definição de conflito - que também deve, urgentemente, ganhar cumplicidade daqueles que entendem necessário um novo tempo e de melhores condições de vida.

Este texto não pode, por isso,
ser concluído sem um apelo à
continuação da Iniciativa Outros
Bairros no Alto de Bomba e,
urgentemente, à sua chegada à
Covada de Bruxa e Fernando Pó.

ÁLVARO DOMINGUES[1]

OUTROS BAIRROS - UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A URBANIZAÇÃO DA POBREZA E A CONSTRUÇÃAO DA CIDADANIA

1. Informalidade

A designação "urbanização informal" simplificou-se e banalizou-se para, de um modo genérico, designar formas de urbanização da pobreza que se produzem à margem dos regulamentos formais sobre urbanização e uso de solo e, por isso, nos antípodas da urbanização planeada. Sendo ignorada, tolerada, intervencionada ou, frequentemente, destruída pela acção do Estado, a urbanização informal constitui uma espécie de estado de excepção ou de flutuação onde tudo pode acontecer. Constituída por assentamentos que se desenvolvem em terrenos desvalorizados – inundáveis, declivosos ou sujeitos a outros riscos naturais, sem infraestruturas, periféricos, etc. -, tanto pode permanecer por longos períodos nessa condição, como, derivado da própria dinâmica da urbanização, atingir elevados níveis de valorização que aumentam as existência e modo de regulação. Entretanto, funciona o mercado e códigos de conduta que se constituem à margem do aparato legal e, por isso, se tornam altamente sensíveis a práticas e formas de organização social extremamente problemáticas ou mesmo criminosas. Não havendo titulação formal da propriedade, cadastro, contratos de arrendamento, registos de compra e venda, normas construtivas, definição de espaço público…, tudo se passa num cenário propício à completa fragilização dos mais fracos e, no outro extremo, ao reforço do poder paralelo de líderes, milícias e outras organizações que, pela força e pela chantagem, tiram partido das condições de precariedade e pobreza dos que nada têm e que são invisíveis perante o Estado e os seus sistemas de regulação. A informalidade é tudo aquilo em que o Estado não está presente - ou está de forma discricionária -, ou está de forma indirecta e encapotada, associado a interesses particulares. Por isso, a informalidade não é apenas um assunto de assentamentos precários conotados com populações pobres. À margem da lei e do Estado de Direito, o estatuto de ilegalidade é

Geografo. Professor e Investigador FAUP

a fonte dos maiores paradoxos e fragilidades.
O certo é que é o próprio Estado, o aparato legal e o sistema de justiça que definem a própria "informalidade" e o seu contrário, i.e., a regulação formal da urbanização, de tudo aquilo que é planeável e que vincula os sectores público e privado. O certo também é que a urbanização rápida a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, sobretudo no denominado Sul Global, é, em grande parte, "informal", reflectindo a incapacidade dos Estados em resolver as necessidades de uma enorme massa de pobres em matéria de habitação, de serviços e de direitos básicos de cidadania. É habitual (e cómodo) separar o "sector informal" do "formal", remetendo o primeiro para o domínio das economias de subsistência e da auto-organização à margem do sistema económico dominante, o capitalismo global.
A verdade é que não é essa a questão: o sistema é o mesmo e alguns casos mediáticos como o grande bairro de lata Dharavi em Bombay, Índia, demonstram como é que de forma altamente organizada se produz para o mercado global, explorando o trabalho e a dignidade humana de quem não tem outra hipótese de vida que não seja aceitar essas condições.
Como refere Ananya Roy e outros reputados urbanistas, a urbanização informal é um modo de urbanização e não um sub-produto ou um desvio de um modo de urbanização considerado ideal-tipo (habitualmente estudado, praticado e conhecido nas economias desenvolvidas). Formalidade e informalidade são conceitos fluidos que nos dizem mais acerca dos modos de legitimação de determinadas práticas e formas de governação e exercício do poder, do que acerca das características próprias deste sistema binário de classificação.
Em tempos de neoliberalismo e de privatização das "coisas públicas" -infraestruturas e serviços – tudo se confunde ainda mais. O poder do capital (veja-se a pressão do sistema financeiro internacional sobre as dívidas soberanas e as recomendações para as privatizações e o financiamento privado) corrompe e pressiona o sistema público e o aparelho do Estado, e a "informalidade" ganha terreno fora dos socialmente excluídos. As denominadas parcerias público-privado, as operações consorciadas, os regimes de concessão/exploração, a criação

de regimes especiais, etc., seja para infraestruturas, habitação, seja para serviços, abriram caminho fácil a todo o tipo de operações urbanísticas e outros investimentos, envolvendo a apropriação indevida de solo, a expulsão de populações, a criação de zonas de acesso exclusivo, zonas especiais e toda uma série de acções que aprofundam as desigualdades e transformam a sociedade num arquipélago de ilhas de ostentação, riqueza, bem-estar, pobreza, miséria ou esquecimento. Quando os direitos de cidadania que são consignados pela Constituição – a habitação, a saúde, a escola, etc. – passam a ser organizados em modo privado com uma lógica mercantil, o cidadão passa a simples consumidor; pode protestar enquanto utente, mas só tem acesso aos bens e serviços que pode pagar e, nesse caso, a esfera pública reduz-se ao mercado cuja única lógica, como se sabe, é o lucro. Este tem sido o suicídio da democracia, reduzida a um ritual eleitoral onde vale tudo para o mercado político do voto e para derivas autoritárias mais ou menos explícitas. Pelo caminho, perde-se o desígnio fundamental da democracia em matéria de justiça social, redistribuição e equidade, garantias basilares do estatuto de cidadania e protecção aos mais pobres; pelo caminho, perde-se também a noção do colectivo, do comum, da garantia de acessibilidade a direitos sociais universais. Na enxurrada, é a própria legitimidade do Estado de Direito e do seu funcionamento que estão em causa.

2. Outros Bairros, outras políticas

Em matéria de políticas públicas de habitação de renda controlada, existem dois modelos dominantes:

- o primeiro, herdeiro da políticas social-democratas do pós-guerra na Europa, é o de produzir conjuntos habitacionais em massa – os chamados “bairros sociais”, amontoando blocos de apartamentos de dimensões reduzidas em assentamentos urbanos de alta densidade. A iniciativa é estatal (solo, projecto, construção, gestão), as rendas reduzidas e a atribuição de casas segue critérios de prioridade que conjugam rendimentos baixos do agregado familiar com indicadores relativos ao agregado familiar (dependentes, incapacitados, crianças, desempregados de longa duração, etc.). As soluções são

altamente estandardizadas e rígidas;

- o segundo, recente e de inspiração neo-liberal, baseia-se em contratos do Estado com empresas financeiras e imobiliárias para construção massiva de casas unifamiliares ou conjuntos de habitação colectiva destinadas a contratos de renda resolúvel em que o arrendatário passa a proprietário. Seguindo várias modalidades (de escalões de rendimento da classe média-baixa ao sorteio para entrega directa a famílias sem qualquer rendimento ou com rendimento muito precário e descontínuo). "Minha casa, minha vida" (Brasil) é o programa de maior escala e mais conhecido. Para além da má qualidade da construção, a localização periférica é estratégia recorrente para diminuir os custos de produção.

As duas soluções (a primeira só é possível havendo recursos no orçamento geral do Estado e/ou capacidade de endividamento) apostam em nova urbanização e, melhor ou pior, articula-se com os planos de expansão/estruturação urbana.
Contudo, um dos resultados da urbanização rápida (também em Cabo Verde, sobretudo na Praia e no Mindelo) foi a produção "espontânea" de casas das mais variadas dimensões e qualidade, da pequena casa de chapa metálica ou bloco de cimento, a casas enormes e inacabadas, frequentemente ocupadas apenas numa parte e auto-construídas à medida que vai havendo dinheiro da emigração ou de oportunidades pontuais de trabalho na ilha de residência ou noutra. A diversidade encontrável adapta-se a um sem número de possibilidades e modos de vida, incluindo a criação de animais domésticos, pequenas oficinas e parcelas de terreno disponível para qualquer eventualidade de crescimento ou melhoria do fogo. As soluções infraestruturais e o acesso à mobilidade são muito insuficientes e desiguais em todas as questões – água e saneamento, recolha de lixo, energia eléctrica, asfalto ou calceta, inexistência de passeios e arborização, etc. O serviço de telecomunicações sem fios desligou-se destas lógicas convencionais, tal como a auto-produção de energia pode também possibilitar outras lógicas desligadas das redes.
Para compensar a proximidade à urbanização estruturada onde há mais oportunidade de emprego, de oferta de serviços ou de negócio,

e num contexto de oferta deficitária de transporte colectivo, ocupam-se terrenos altamente declivosos e as casas multiplicam-se desordenadamente ao longo de caminhos e trajectos os mais variados, desde simples acessos de pé posto, bicicleta ou moto, a, raramente, vias precárias com capacidade de circulação de veículos automóveis, autocarros ou camiões. Exceptuando vias de circulação, o espaço público ocorre de forma escassa e aleatória – a envolvente de uma sentina, um patamar não edificado no topo de uma colina, um encontro de vias, alargamentos esporádicos de ruas, etc.
Como se pode imaginar, desde a marcação de um terreno, à construção ou à tentativa de registo e legalização, são inúmeros os agentes sociais, individuais, em grupos ou empresas, que tornam possível toda esta dinâmica e dela tiram partido. Por sua vez, o Estado, considerado genericamente, assume os mais diversos e contraditórios papéis, tolerando aquilo que é incapaz de resolver.
Os moradores oscilam entre a indiferença e a reivindicação, habituados a resolver as coisas contando com eles próprios, com a família, alguns vizinhos ou amigos. As mulheres ocupam um papel central na garantia do funcionamento do dia a dia.
Por todas estas razões e estando criadas e enraizadas estas situações, as operações de urbanização das áreas de génese informal, devem constituir uma prioridade absoluta em matéria de política pública pelo potencial de efeitos directos e indirectos que estão implícitos nas práticas de projecto in situ:

- o Estado passa a estar próximo através dos mediadores que são os projectistas acompanhadores de obra, produtores de um cadastro, de um mapeamento social do bairro e de conhecimento dos seus líderes ou esquecidos, das suas carências e expectativas…, quebrando-se a tendência perigosa de fragmentação, do cada um por si, do poder das “máfias” locais;

- essa presença e acção contínua, essa atenção permanente ao que se vai conhecendo, constituem ocasiões muito diversas para conectar instituições públicas e privadas, serviços municipais, associações e outras organizações com finalidades sociais, empresas gestoras/produtoras de infraestruturas e serviços de

uso público; sem essa malha institucional dificilmente se podem estruturar uma sociedade, um colectivo, um sentimento de pertença;

- os projectos têm um carácter adaptativo, com uma elevada capacidade de articular regras e modos de fazer gerais, com necessidades e oportunidades locais, solucionando pequenos conflitos que nasceram por processos que evoluíram por somatório mais ou menos aleatório de acções individuais e estabilizando situações dúbias, indefinidas, não resolvidas que, finalmente, terão que estabilizar na construção da própria solução;

- garantido o núcleo duro dos objectivos/programa do projecto e praticado o método evolutivo e reflexivo – não dar o passo seguinte sem avaliar o já dado; aprender com a prática; ter capacidade de resolução de conflitos e de adaptação a imprevistos; tirar partido de uma oportunidade não esperada, etc. – o próprio projecto transforma-se em "obra aberta" porque já se imaginaram outras benfeitorias, porque se acumulou experiência e vontade de fazer, porque se viram resultados, porque aumentou a confiança entre uns e outros…, e por isso se podem pensar outros voos;

- o envolvimento de mão-de-obra local, para além de ser uma fonte de rendimento importante, é ocasião também para se fazer formação profissional, para se discutir e participar, para se sentir que todos podem fazer parte, para, finalmente, construir comunidade e participação que são palavras que se dizem com facilidade para denominar coisas que a maior parte das vezes não existem, ou não pré-existem porque são resultado de processos contínuos, por vezes longos, por vezes tortuosos;

- estes modos de construção de colectivos quebram a anomia social e os efeitos de demonstração numa determinada realização podem ser o garante de que se pode transferir esse "capital colectivo" para outros desafios, sobretudo em matéria de serviços e equipamentos de proximidade – salas de convívio, pequenos equipamentos desportivos, espaços de acesso a tecnologias de informação e comunicação, de ajuda nos trabalhos escolares, a mães solteiras, a cuidados de higiene e saúde, de preparação de refeições,

de iniciativas artísticas/culturais, etc. Basicamente, a institucionalização de associações, pequenas empresas, cooperativas e outras organizações torna o colectivo "visível", articulável, produzindo mediadores e rótulas de relação com outros actores, instituições e iniciativas.

Outros Bairros constroem lugares comuns, soluções à medida, comprometem os moradores e o Estado, desenham horizontes, tornam a sociedade visível e ajudam a desencravar situações que apenas nasceram para gerir a escassez, as necessidades básicas, a sobrevivência.

ANA SILVA FERNANDES[1]

SOMÁ NA PONTA - REFLEXÕES

O encontro 'Somá na Ponta', realizado na cidade do Mindelo, Cabo Verde, entre os dias 12 e 17 de Julho de 2021, constituiu um importante momento de partilha de experiências realizadas no âmbito da Iniciativa Outros Bairros e balanço do período decorrido. Através do generoso convite do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação da República de Cabo Verde, dos incansáveis esforços do Arq. Nuno Flores e da equipa do projecto nas explicitações e visitas ao Alto de Bomba, e da hospitalidade e empenho dos residentes, foi possível o contacto com os diferentes intervenientes neste processo, em diferentes formatos, promovendo em cada participante a análise da abordagem, dos constrangimentos enfrentados e do impacto até agora alcançado. As reflexões que se seguem decorrem desse olhar.

1. A iniciativa OUTROS BAIRROS face a constexto congéneres

Os olhares sobre a autoprodução de habitação em contexto de expansão urbana somam já várias décadas desde a sua ampliação a partir de meados do século XX. No decurso deste vasto período, a urbanização por meios próprios intensificou-se, ampliando largamente a população residente em áreas recorrentemente com limitações ou ausência de titularidade da terra, infraestruturas, espaço público qualificado e/ou condições de habitabilidade. No entanto, as acções para melhorar estas áreas continuam a ter um carácter residual face à escala destes desafios; e os esforços de melhoria das condições socioespaciais nestes territórios necessitam de maior visibilidade, investimento e escala.

O contexto de Cabo Verde detém várias especificidades, reflectidas nos processos de urbanização e nos desafios para a sua consolidação, de que se destacam factores como:

a preponderância da diáspora, das remessas económicas e dos investimentos no arquipélago operados pela população imigrante, reflectindo-se em vários sectores e em particular no ambiente construído, através da recorrente construção de habitação pensada para o futuro, que dinamiza o sector da construção civil, mas também mantém um vasto parque de

Arquiteta. Professora e Investigadora FAUP

habitações em prolongado e inacabado processo de construção;

a intensidade da flutuação laboral e da comutação inter-ilhas, que acarretam períodos de permanência e ausência em diversos territórios, contribuindo também para exigências adicionais de habitação e processos permanentes de construção;

os extensos períodos de aridez e as pontuais chuvas de carácter torrencial, aliadas à topografia acidentada em várias áreas urbanas do arquipélago, que obrigam a criteriosas intervenções de estabilização de encostas e rápido escoamento de águas pluviais;

a intensidade de expansão e consolidação das habitações autoproduzidas, apresentando-se como um fenómeno de grande velocidade e escala de propagação;

os constrangimentos no acesso a infraestruturas, com cobertura limitada nas áreas urbanas autoproduzidas, destacando-se o abastecimento de água potável que - pela limitação de disponibilidade, dependência dos processos de dessalinização e transporte - limitam a sua provisão ou a disponibilizam a preços muito superiores aos da rede, à população de menores rendimentos económicos, agravando assim a sua condição.

Neste enquadramento, a Iniciativa Outros Bairros depara-se com desafios de intervenção com semelhanças a contextos congéneres, mas também marcadas especificidades, obrigando ao desenho de uma metodologia própria e adaptável à mudança.

2. Factores de inovação da Iniciativa OUTROS BAIRROS

Numa análise da abordagem adoptada na Iniciativa Outros Bairros, vários são os aspectos a realçar como inovadores nesta acção, de que se destacam:

a efectiva proximidade

o processo baseado não só num levantamento exaustivo das condições urbanísticas e coberturas infraestruturais de cada agregado familiar no Alto de Bomba, mas em particular a presença diária e em contínuo da equipa técnica no terreno, possibilitada pela criação de um gabinete local implantado dentro do bairro, tem permitido não só um acompanhamento rigoroso das obras e o contacto em permanência com os residentes,

como a detecção de mudanças e actualização da abordagem; este constitui um aspecto de extrema relevância e recorrentemente desvalorizado noutras intervenções, que aqui constitui um garante de sucesso;

a qualidade da intervenção física
assegurada pela capacidade técnica da equipa envolvida, pelo levantamento exaustivo de necessidades, a identificação de desafios específicos e a criação de soluções em resposta a estas exigências, tendo em conta os recursos locais, tem contribuído para uma efectiva resolução de desafios urbanísticos, para a qualidade do espaço público criado e para a consolidação e dignificação do bairro;

o impacto alargado da iniciativa e a gestão rigorosa do orçamento
a quantidade de agregados familiares abrangidos por esta iniciativa, que vêm as condições melhoradas do seu bairro e de acesso às suas casas, é extremamente relevante perante o investimento realizado; também a criteriosa aplicação do financiamento disponível sem derrapagens, em particular face a um contexto de intervenção de profunda incerteza e constantes adaptações em obra, constitui uma qualidade a assinalar;

a dinamização do sector das obras públicas a par com a geração de emprego local
a importância de conciliar a contratação de grandes empreitadas através de concursos, com a obrigatoriedade de contratação de pequenos empreiteiros locais e residentes do bairro (listados numa bolsa de emprego criada com esta iniciativa), constitui uma abordagem que promove o impacto económico e laboral em várias escalas, resultando numa real mobilização de competências locais existentes e numa geração de rendimento para muitas famílias do bairro;

a capacitação de residentes e a promoção da expressão cultural
o envolvimento de residentes no processo, e principalmente a mobilização e criação de novas competências locais - como o exemplo do grupo de mulheres-calceteiras Amdjer na Obra ou o fomento de iniciativas jovens (através de projectos como Kubaka e B.I.P.) -, constituem uma dimensão de actuação que não só promove o enraizamento e sucesso da Iniciativa Outros Bairros, como potencia

valores locais e amplia o seu impacto.

3. Constrangimentos
Existem também constrangimentos que podem condicionar o impacto desta iniciativa e limitar o cumprimento do seu extenso potencial de actuação, nomeadamente:

as limitações orçamentais
a incerteza de continuidade de investimento nesta iniciativa constituiu uma marcada dificuldade, especialmente tendo em conta que estão em causa necessidades básicas prementes a muitas famílias e os rendimentos de muitos trabalhadores e residentes envolvidos no processo;

o desconhecimento do efectivo impacto e alcance
o investimento até agora disponibilizado nesta iniciativa detém um carácter simbólico face à importância das necessidades de intervenção e ao alcance alargado de famílias abrangidas, pelo que a mobilização de recursos para esta abordagem, longe de ameaçar ou poder ser substituída por programas com missão diferenciada - como a provisão de habitação - permitiria melhorar áreas urbanas precárias e alcançar um vasto sector populacional.

4. Nota final
A constante dinâmica de autoprodução da habitação nas cidades cabo-verdianas, e em particular na cidade do Mindelo, assim como o efectivo impacto na criação de competências e na melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares abrangidos pela Iniciativa Outros Bairros, mostram a importância de lhe dar continuidade, aprofundando a sua acção e expandindo a sua cobertura.

REDY WILSON LIMA[1]

"ES LI E NHA PALASIU": NOTAS SOBRE A INICIATIVA OUTROS BAIRROS - ALTO DE BOMBA, MINDELO

A iniciativa Outros Bairros (IOB) é uma experiência piloto de reabilitação de zonas autoconstruídas a partir de uma pesquisa-ação centrada no bairro de Alto Bomba, no Mindelo que, na perspetiva dos seus promotores, representa um primeiro passo para a reflexão sobre uma possível intervenção pública de maior escala com possibilidade de implementação nas restantes cidades. Financiado totalmente pelo Governo de Cabo Verde, no âmbito do PRRA, o bairro vive atualmente momentos de incertezas, na medida em não há garantias da sua continuidade e consolidação, ao contrário dos Grandes Projetos Urbanos mais encarecidos e falhados como são os Grandes Conjuntos Habitacionais – Casa Para Todos – que, a meu ver, podem perfeitamente ser complementares.

O bairro de Alto Bomba nasce do transbordamento do bairro de Monte Sossego, cuja projeção no plano urbanístico dos anos de 1960 como célula habitacional 2 não evitou a forte pressão populacional proveniente da migração rural santatonense, desencadeada pela fuga do campo na decorrência das fomes que marcaram o arquipélago entre os anos de 1940 e 1960. Esta realidade criou um perfil urbanístico (informal) e demográfico (rural) estigmatizado do bairro, que tive contato pela primeira vez em 2019, enquadrado numa pesquisa sobre os movimentos sociais urbanos, num período em que se estava a preparar a implementação da IOB. Era visível o contraste urbanístico do bairro quando comparado com Monte Sossego ou outros bairros consolidados ou em processo de consolidação da fralda mindelense. Apesar da população com quem comecei a desenvolver as minhas primeiras relações no território tinha orgulho da cultura do bairro, sentiam-se algum mal-estar pela representação que os moradores dos territórios considerados centrais da cidade tinham do bairro, mesmo sem que lá tivessem estado.

Voltei ao bairro em março de 2020 e em conversa com rappers locais observei a fragmentação do bairro entre cima e baixo, uma situação típica do contexto urbano cabo-verdiano, visto que os bairros, especialmente os considerados

Sociologo, Investigador CEsA e CICS.NOVA

periféricos, foram ocupados a partir de uma dinâmica familiar ou de afinidade, em momentos históricos e em conjunturas sociopolíticas diferenciadas.

A abordagem colaborativa implementada pela IOB e a ideia de trabalhar sem planificação, pelo menos na forma como ela é pensada nas escolas clássicas da arquitetura e urbanismo, em que a urbanização foi tomada como um processo, permitiu a identificação de micro-espaços de sociabilidades que abriu possibilidades para a organização de conversas de grupo autorreflexivas sobre o bairro, a cidade, o país e sobre as lutas transnacionais pelo direito à terra, dignidade humana e o direito à cidade e à habitação. Foi neste contexto que comecei a colaborar com a IOB através da coordenação da residência artística do hip-hop Kubaka, O hip-hop, pensado simultaneamente como cultura e movimento, foi utilizada como uma ferramenta de consciencialização social, política e identitária, bem como uma estratégia a partir da qual se procurou trabalhar a unidade e o djunta-mon entre os vários coletivos territorializados no bairro.

A residência realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2020 coincidiu com os programas Dsinrascá e Amdjer na Obra e ambos tiveram um importante papel na consolidação da dinâmica social e juvenil à volta das estruturas urbanísticas criadas e na consciencialização para a necessidade de propor uma outra forma de liderança comunitária colaborativa protagonizada por jovens e mulheres que, segundo o INE, são simultaneamente a categoria populacional nacional mais vulnerável, dinâmica e participativa. Esta consciencialização consolidou-se recentemente com a provável descontinuidade da IOB, uma situação já decorrente em Cabo Verde nos bairros alvos de intervenções públicas. Isto porque há uma falta de cultura de institucionalização de intervenções baseadas numa cultura de projetos (com uma validade de dois a três anos) financiados pelos programas das agências de ajuda para o desenvolvimento, que as tornam pontuais e pouco estruturantes, não mudando significativamente o bem-estar social e urbano do lugar, que são deixados ao abandono, especialmente quando não se prepara a sua saída ou ela acontece de forma abrupta.

Embora a IOB seja do Estado, por ser ainda percebido como

uma intervenção piloto, não se ter institucionalizado enquanto política pública e ter ficado segregado ao bairro de Alto Bomba, impossibilitou a criação de uma dinâmica urbana entre os bairros inicialmente propostos (Fernando Pó e Covada da Bruxa) com vista à inclusão progressiva e simbólica da fralda na parte formal da cidade e a sua posterior multiplicação para outros contextos urbanos, desde que salvaguardando a história, trajetória e a cultura de cada lugar de intervenção.

É patente que a transformação comunitária e mudança de atitudes que tanto se fala só será alcançado a partir de uma política de emancipação destes bairros, algo conseguido em parte pelo IOB. Complementar este ganho passa pela necessidade de promover a apropriação da mesma pelos coletivos promovidos pelo IOB e isto se consegue, por exemplo, com o aproveitamento de equipamentos abandonados no próprio bairro.

A necessidade da ocupação da Sentina abandonada pela CMSV e a sua transformação num Centro Comunitário depois de algumas intervenções arquitetónicas no espaço surge nas conversas promovidas pelo Kubaka, o que garantia a continuidade do espírito implementado pela IOB e a sua apropriação comunitária.

Por outro lado, é de salientar que alguns estudos realizados nas ilhas têm chamado a atenção para a proliferação de casos de frustração e ressentimento, associados a ansiedade e depressão, sobretudo nas camadas juvenis e nas mulheres, resultado da má gestão de expetativas desta camada populacional. No caso de Alto Bomba, é evidente que o desfasamento entre o prometido e o realizado tem gerado algum stress, além de indiciar o aumento do sentimento de descrença no sistema político e na vontade política em desenvolver políticas públicas inclusivas e impactantes.

É preciso ter em conta que atualmente o país encontra-se no segundo momento da transição urbana. Isto é, que se no primeiro momento os movimentos do campo para a cidade expressavam uma busca do camponês de estar na cidade, como forma de fuga à realidade rural ou devido à atratividade urbana, atualmente, ao se instalar na cidade, a busca passa pela sua apropriação, aproveitando as condições que lhes são próprias e que lhes permite viver plenamente. Como nos disse uma entrevistada numa das casas de tambor do

bairro, “ali em baixo eles tem o seu palácio. Aqui nós temos o nosso e este é o meu palácio… Só preciso de um documento de legalização já prometido pela CMSV para o poder transformar numa casa de bloco tal e qual lá em baixo”. Esta situação, observada noutras moradoras demonstram que apesar de se considerar este espaço informal e estas casas “clandestinas”, elas foram formalizadas a partir do momento em que pagaram serviços básicos, como por exemplo a eletricidade. Na verdade, os recibos destes serviços provam essa formalização e deveriam ser tomados como um dos possíveis critérios da sua legalização, em vez da promoção de uma política de demolições fora do calendário eleitoral, contrárias às políticas urbanas de inclusão aconselhadas pelo HABITAT III. São famílias cujo único crime foi ter respondido de forma criativa a ausência parcial e por vezes total do Estado.

Como forma de conclusão, diria que a IOB, além da infraestruturação já feita, que trouxe uma outra visibilidade e subiu o nível de bem-estar do bairro, deverá ser continuado com a mesma abordagem que tem sido seguido até então e ser institucionalizado como uma política pública nacional. Esta opção reforça a solidariedade e coesão comunitária, algo que não tem acontecido na política de Casa Para Todos, renomeada de Plano Nacional de Habitação, que na maioria dos casos tem desencadeado fragmentação dos bairros onde foram instalados, criando subzonas diferenciadas e conflitos entre grupos de residentes. Não fazer isso, além de falta de visão política, denota um total desconhecimento da dinâmica urbana arquipelágica.

RITA RAÍNHO[1]

EDUAÇÃO ARTÍSTICA EM ALTO DE BOMBA, CABO VERDE - UMA APRENDIZAGEM COM AS MULHERES E A ESCUTA DO DEVIR DA PRÓPRIA ZONA

Nada do que fazemos o fazemos sozinhos. (...) Não pensamos, sonhamos, inventamos ou procriamos sozinhos. Não morremos sozinhos.
Forbes, 1998:192

Formalmente o meu envolvimento na IOB – Iniciativa Outros Bairros começa com uma consultoria em Educação Artística, depois de modo informal através dos laços criados com 'o movimento intercultural Identidades'.
É comum em projetos em espaço público existir a expectativa de se expor, de deixar marcas visuais da passagem de um projeto pela zona. No entanto, o que procuro explicar neste testemunho é que através de uma relação sincera de continuidade, conhecimento e cumplicidade, é possível escutar os desejos do devir da população de uma zona estigmatizada, marginalizada e surpreender-nos com o que a partir dela surge de singular e de sentido artístico.

Arte de fazer sentir, arte implicada na vida das pessoas

Às artes é frequente que seja remetido o papel de embelezar, de limpar a imagem, de caracterizar um rosto urbano que seja atraente e brilhante. Mindelo, como muitas cidades do país e pelo mundo fora, tem recebido várias intervenções artísticas em espaço público, muitas vezes em fachadas cegas, ou paredes menos vistosas que recebem um mural, ou mesmo aldeias completas cuja pobreza é mascarada em banho colorido. *Quem concebe, o(a) artista trabalha sozinho ou em co-autoria, o(a) artista é da zona, conhece, relaciona-se, quem representa, a obra tem um desenho participativo, o assunto da obra diz respeito à vontade da população, a população foi consultada? qual a potência e simbolismo da obra? quem pagou, quem foi pago, quem pagou a tinta, quem pintou, quem financiou, como sobrevive a obra, quem a irá restaurar? São algumas das perguntas que fizemos na equipa, procurando entender o que tem acontecido noutros lugares e o que fazia sentido para IOB. Ser artista convidado(a), visitar a zona e no mês seguinte fazer uma intervenção mural na zona de Alto de Bomba era algo que não correspondia*

Artista. Investigadora I2ADS - FBAUP

ao princípio de cumplicidade e continuidade a que IOB se tinha proposto na relação consolidada com a população. Assim, a arte ficava suspensa, privilegiando-se o artístico e a sua relação com a dimensão educativa e comunitária e o que dela viesse a surgir.
A arte tem sido um dos grandes instrumentos colonizadores da sociedade de que fazemos parte. A própria imagem, num sentido mais lato da cultura visual, tem sido usada ao serviço de grandes ideais de globalização, capitalização, patriarcado e de supremacia ocidental racializada e elitizada. A desobediência a essa filiação, resistindo à instrumentalização da arte, é uma via para a implicação na vida das pessoas, seus problemas, não no isolamento e criação de autoria endeusada e de ajuda aos outros. Por oposição, a cultura popular é um ato de resistência ancestral, democrática, e potencialmente dissonante das representações de alta cultura, da arte ou outras expressões de elite. Hoje as manifestações artísticas comprometidas com o político, tem assumido uma postura a que os historiadores chamam de arte contextual, implicada e arte relacional, com raízes e influências distintas. A estes posicionamentos acrescento o da arte e vida, no sentido de a arte se tornar cúmplice nos problemas da vida das pessoas. É aquela que perseguimos, sem a pressão de responder ao mercado, sem a expetativa de criar artistas na zona, sem a pretensão de criar ilusões nas crianças ou as destacar com dons e dotes de outras. Estarmos juntos, fazermos juntos pode ser em si um momento de fruição do sentir, do afeto e de nos afetarmos uns aos outros, na luta contra as hegemonias do poder dominante, criando espaços de relacionamento democrático, plural, e sobretudo sincero de aprendizagem mútua e implicação no dia a dia da zona.

Escutar e escutar-se

Nos vários momentos de debate do IOB na praça Nho Jon, online, no Centro Cultural do Mindelo foi frequente pessoas de fora perguntarem: mas como se faz? Qual é a vossa metodologia em Alto de Bomba? Como explicam Outros Bairros? Miriam, moradora de Alto de Bomba e hoje calceteira responde no primeiro vídeo realizado: “Não tem explicação...É só vendo, só sentindo..”. Não tenho por isso metodologias estruturadas para partilhar, mas sim, princípios éticos de atuação e experimentação

conjunta, um entendimento e um posicionamento sobre o modo de pensar e agir em projetos de intervenção pública.
Quando se pretende pensar e agir a partir do modo de vida das populações locais e dos seus anseios, significa, como já referi, escutá-las na lentidão necessária ao conhecimento, à confiança e à cumplicidade.
Escutar implica tornarmo-nos uma membrana timpânica, recebendo e amplificando impulsos sonoros. Essa captação, transmissão de vibrações, transformação em impulsos nervosos para chegar ao cérebro e ser interpretado como sensação auditiva, é o processo físico anatómico que poderia representar a complexidade do escutar que aqui se sugere.
É interessante notar que a amplificação das vozes, vontades e sonhos comunitários, como se de ondas sonoras se tratasse exige cuidado. Não só o cuidado no sentido da atenção às fragilidades das relações de poder com a alteridade, como o cuidado com as pessoas e seus sentidos mais profundos.
Nas ações é necessário considerar o tempo, o ritmo, e sobretudo a lentidão. Pode parecer um tempo de passividade ou sem fazer nada, sobretudo se olharmos com a lente das amarras da produtividade, da competitividade e do sucesso, mas é um tempo em que se está presente, sem pressa, até que o espaço e o tempo de 'ser e estar' na zona são um só e não mais nos estranham ou nos estranhamos no lugar.
Escutar é também esvaziarmo-nos dos nossos preconceitos, das nossas soluções, da nossa vontade de ajudar e de transformação da realidade da zona autoconstruída na nossa mundividência.
Conhecemos as práticas mais frequentes em projetos sociais, comunitários e até mesmo as orientações de financiadores na diretrizes para socialização dos projetos e envolvimento de associações locais, líderes, grupos informais, etc. Mas o que se faz com esses momentos? Uma socialização do pré-definido? Quem definiu? A quantas reuniões de linguagem técnica, ocultação e demagogia assistimos? Quantas vezes se assumiu o silêncio da população numa primeira reunião como um sinal de concórdia?
No caso, a questão que atravessa o IOB tem que ver não com obrigações externas à equipa e à população, mas sim a um princípio de atuação que diz

respeito a uma cumplicidade com a população devido à situação de marginalização, falta de oportunidades e tantos outros problemas de condições essenciais de vida provocados pelos vários sistemas de poder hegemónico, o classismo, os constrangimentos e determinações urbanas de segregação, o sexismo, a supremacia racial etc.
Esse comprometimento traz então a perceção de que a socialização, os momentos com a população não serve para legitimar a nossa especialidade, o nosso modo de ver as coisas e de as resolver, e em suma, a nossa cosmovisão simbólica e dos usos/funções do espaço público em Alto de Bomba. Enquanto intervenientes estaremos sempre numa posição de poder em relação à população. Ter consciência dela parece-me essencial para uma escuta que não vem legitimar um trabalho prévio, de escritório e de pessoas, técnicos com vivências de áreas de privilégio da cidade. Vem antes trazer um compromisso consigo e com o outro, agonístico, promovendo debates e trocas de saberes, culturas e modos de vida, o que trará a potencialidade de uma reabilitação/intervenção urbana cujo nível de pertença e sentido para a população é elevado, as tecnologias e os benefícios distribuídos e a sustentabilidade adequada.

O sentido do imprevisível – Calçada, sons e sementes em gestação

Por tudo isso, as dinâmicas sociais, ambientais e artísticas que surgem em Alto de Bomba durante a IOB não foram pré-definidas pelas equipas no momento de conceção da Iniciativa, ou mesmo durante os períodos de escritório. O escritório existe, mas está na própria zona de intervenção, e o número de reuniões, debates e atividades, quer as programadas quer as que surgiram espontaneamente, criaram uma conversa diária e um mapa de referências local (quer pela memória e experiência das pessoas mais velhas, quer pelos sonhos dos mais novos) e internacional por todos os/as colaboradores/as que se envolveram com as partilhas na praça e online. Essa conversa com a população e com pensadores que a iniciativa precisa sempre de suporte institucional, precisa de pessoas que lhe dêem corpo e de políticos e gestores deste Ministério - MIOTH (Ministério de Infrastruturas e Ordenamento do Território e Habitação)permeáveis a projetos que não são meramente de obra,

urbanismo e arquitetura. Há pessoas e o trabalho mais importante é com elas e a partir delas que pode surgir. Vários são os exemplos do que nasceu da conversa, da reflexão conjunta. A residência artística do hip-hop Kubaka, coordenada por Redy Wilson Lima, com apoio técnico de Dj Letra e Revan Almeida. Maioritariamente produzida na praça Nho Jon, integrou um trabalho de auto-conhecimento, conhecimento e reconhecimento das pessoas mais velhas e sua resistência em Alto de Bomba o que, associado à herança do hip-hop empenhado deu bases a uma escrita criativa individual e coletiva com impacto local, mas também em intercâmbios com os grupos da Praia e rede internacional.
O grupo Desinrascá mapeou, com o vídeo, um conjunto de saberes e mestres locais ligados à música, à gastronomia, oficinas e outros. Jovens da comunidade aprenderam com a tecnologia do vídeo o reconhecimento e a partilha comunitária de pilares sociais e humanos presentes na própria zona. Nas casas mais antigas da zona, a história começa sempre com uma árvore que o dono ou a dona da casa plantou para ter uma sombra e melhor resistir à exposição solar. E, quando se discutiu o espaço público e o seu desenho em Alto de Bomba surgiu sempre a vontade dos espaços verdes. A proposta e a implementação na primeira área surge da discussão em torno das hortas urbanas. Uma parte da população tinha medo de ser um esforço em vão, devido à falta de água na zona (muitas casas não têm canalização nem água e a carregam em bidons), mas também por causa das crianças, das desavenças de vizinhos na gestão dos cuidados das plantas e do que estas viessem a dar, dos cães, etc. Mesmo assim, foram organizadas várias sessões com a participação da população para a primeira ‘horta’. As crianças foram envolvidas e os mais velhos também. Estes, vindos de Santo Antão e saudosos da sua experiência lá foram reconhecidos, assim como a diversidade dos saberes em torno dos modos de cuidar da terra. As espécies foram determinadas pela dádiva, pois as mudas de plantas, as sementes e as estacas a cada sessão chegavam trazidas pela vizinhança. Os cuidados da horta não foram simples, mas chegou a haver abóbora, o pé de majericão é frondoso e cheiroso, e vários pés de outras espécies estão consolidados. Nos espaços verdes seguintes, a própria população foi

mais autónoma, optou por espécies de ornamentação e tem cuidado, orgulhosa do que está ali a crescer. A luta no interior da própria gestão de procedimentos públicos da IOB para garantir empreiteiros locais e trabalhadores da zona nas obras da IOB foi apenas o começo da consciência e de outra frente da luta. Ao fim de um ano, mulheres de Alto de Bomba dirigiram-se à equipa no escritório dizendo que queriam também trabalho. Porque hão-de ser só os homens a ter trabalho na obra? A minha/ nossa sensibilidade às questões de género, logo nos colocou em sobressalto, pensando em soluções perante o desejo, a necessidade e a determinação de tal grupo da população.

Estávamos atentos às oportunidades que urgiam em cada mulher, mas era preciso saber o quê na sua coletividade. Quantas vezes provocamos uma conversa, perguntamos o que gostariam para o futuro da zona? Eis que uma das respostas vem espontânea e não de um momento premeditado. Com essa vontade mobilizamos um grupo de mulheres calceteiras da ilha de São Nicolau que vieram capacitar um grupo de mulheres de Alto de Bomba. Daí este último grupo capacitou outro grupo de mulheres da zona. Trabalharam numa obra de calcetamento na Baía das Gatas, e na própria obra da IOB. Foi fácil? Não foi...

"Tornou-se premente trazer a debate o atual papel das mulheres na organização comunitária das áreas de auto-construção das cidades cabo-verdianas, com particular enfoque na qualidade urbana do espaço público. Amdjers na obra, amdjer d'obra e amdjer-obra. Amdjer (mulher em português) não como objeto, mas sujeito que, em coletivo se ergue, e no trabalho de construção do espaço público, cuida do seu lugar íntimo de revolução. O espaço que está a ser conquistado pelas mulheres, torna mais visível que os problemas de todos podem ser enfrentados com a presença destas, na resolução pública dos problemas que nunca conseguimos resolver."

É difícil medir em estatísticas, censos, metas e resultados, o que sentem estas mulheres e de que maneira este trabalho as transformou, na sua subjetividade individual, mas também no sue horizonte coletivo. Pedra a pedra, na poesia de calcetar todas as ruas que ligam casas e pessoas na zona de Alto de Bomba, Pedra calcetod, é txon calçod [pedra calcetada, é chão calçado] é a força poética que abre o vídeo sobre as mulheres

calceteiras na IOB.
Mas qual o futuro do grupo?
Um parêntesis importante é que a obra está interrompida devido às dinâmicas de restruturação orçamental de governo e tem gerado ondas de stress coletivo na população. É importante também reconhecer que processos como a IOB devem ser continuados, e não pontuais como acontece frequentemente com projetos externos de injeção e abandono.
Fechado parêntesis, na nossa mente tende a surgir um plano para criar condições para que se mantenham e fortaleçam na calcetaria, progredindo, especializando-se e oficializando o grupo em calcetaria.
Mas é mentira, e foram as inúmeras conversas, a escuta demorada quem nos demonstrou uma vez mais que a nossa visão, o nosso de vida é plural e aquilo que podemos pensar que é bom para resolver situações delicadas de outros, pode ser uma barreira para resolver o próprio problema. No caso, apenas para ampliar a compreensão da necessidade da escuta, o grupo das mulheres pretende conseguir mais capacitações, nomeadamente na área de eletricidade, saneamento, para poderem terminar as suas casas, e para poderem ser contratadas quando faltar o trabalho na calcetaria na IOB ou noutros.
Nenhuma das possibilidades está certa ou errada, são perspetivas e estratégias diferentes sobre o mesmo problema, a sobrevivência de mulheres chefes de família e seu agregado em Alto de Bomba. Qual seguir? Não tenho dúvidas que o desejo da própria população deve servir de bússola para o presente.
Por todos estes exemplos se percebe que a educação artística não estava assim prevista, e surge da relação com a população.
Não nos moldes em que se faz no estrangeiro, o que se ensina na academia, o que se ouve e vê nos media, não para que o turista ache bonito e colorido, mas para responder aos desígnios e desejos coletivos da população de Alto de Bomba.
Por fim, e referindo-me a aspetos mais macro, devo reconhecer que admiro o facto do Governo promover e financiar uma iniciativa como a IOB, considerando a sua vanguarda no entendimento do espaço público, a sua reabilitação e o comprometimento com o trabalho a partir do modo de vida das populações, como aliás tem sido reconhecido por vários pensadores e atores nacionais e internacionais.
Os resultados que estão presentes vêem-se nos caminhos, no verde,

mas sobretudo no andar das pessoas, agora autoestima e esperança que se gerou na zona. Por isso, não admito e recuso-me a aceitar que este processo será interrompido, não irá garantir os acessos previstos, o saneamento e a água às casas na parte mais alta e nos lugares mais difíceis em Alto de Bomba, bem como toda a intervenção prevista para Covada de Bruxa e Fernando Pó.

NUNO FLORES

OUTROS BAIRROS:
VIDA PARA TODOS

“…ir ao Alto de Bomba, despiu-me de preconceitos…”

aluna do M_EIA, 2015, em entrevista à Radio Cabo Verde a propósito da investigação realizado em 2015 no Alto de Bomba.

A Iniciativa Outros Bairros foi pensada para testar novas formas na reabilitação de zonas autoconstruídas de Cabo Verde a partir do modo de vida da população local. Surgiu, por isso, com o potencial de se tornar num programa de Estado, a seu tempo aplicável a todo o território cabo-verdiano, acrescentando a reabilitação urbana destas áreas às atuais políticas nacionais de habitação e do território.
Para a enquadrar importa, desde logo, entender a sua história. Em 2015, antes de se deslocar para o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, MIOTH, bem como, de se propor a suprir a falta de processos participativos do PRRA - Programa de Reabilitação, Revitalização e Acessibilidades, ganhou forma como um exercício académico, denominado ***no tê ne kemin***, realizado no curso de arquitetura do M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, no Mindelo.
Durante três meses de imersão no Alto de Bomba, professores e alunos, propuseram leituras dos padrões urbanísticos e habitacionais da zona. Conhecer, pois, a complexa realidade que, de uma forma quase homogénea e sem a agressividade das favelas do Brasil ou dos ***slums*** da Índia, se espalhara, sobretudo, pelas áreas mais altas da cidade do Mindelo. Em 2019, meses depois de iniciar esta consultoria ao gabinete da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação desloca-se para o MIOTH e transforma-se, de facto, no que hoje é Iniciativa Outros Bairros.
O processo nasce, então, partindo de redirecionar os conteúdos anteriormente pensados, avaliados e reavaliados e, sobretudo, da possibilidade de ser concretizar como uma estratégia pública.
Aprofundou uma história construída passo a passo que se iniciou pela reabilitação de Alto de Bomba, Covada de Bruxa e Fernando Pó, partindo da auscultação e compreensão do modo de vida da população local.
A recente investigação científica sobre a cidade, subjetiva e confusa

pela incapacidade de entender o urbanismo como um processo, era visivel também no PRRA que, ainda hoje, revela uma linha de planeamento previamente definido sem considerar os novos desafios e a rapidez da urbanização informal que, do outro lado dos discursos do planeamento, se caracteriza pela valorização do processo que não designa um lugar mas que acontece em qualquer lugar.

Décadas de estudos sobre informalidade urbana concentraram-se na dicotomia entre formal e informal. De autores como Castells, nos anos 80, a De Soto, até aos anos 2000, os estudos focaram-se, sobretudo, em análises de perspetiva económica, o que criou um entendimento da cidade com foco no determinismo, na produtividade, na rentabilidade e utilidade dos lugares, legitimando a segregação dos territórios das pessoas marginalizadas pela própria economia.

Não existe, nem nas cidades nem na economia, espaço formal e legal para estas populações, levando-as a ocupar territórios não estruturados e em franca expansão para garantir o seu direito à habitação e, enfim, à sobrevivência.

É nesse entendimento que, mais recentemente Ananya Roy sugere uma nova leitura centrada em padrões filosóficos que propõe a urbanização informal, ela própria e por si só, como um processo de urbanização. Paralelamente, outros reputados pensadores como Raquel Rolnik apontam para a situação de permanente transitoriedade dos lugares sujeitos a indeterminações geradas pelo legal/ilegal, planeado/não planeado ou a presença/ausência do Estado, enquanto Raul Zibechi sugere a organização social das classes dominadas como forma de possibilitar uma rutura no sistema que não acontecerá apenas com uma pancada.

O caminho da Iniciativa Outros Bairros, desde 2019, confrontou-se com a ideia, quase geral, de que a produção de habitação em massa, como o modelo falido do Programa Casa Para Todos, é solução para aqueles que vulgarmente são adjetivados de ilegais ou clandestinos, o que ainda revela um interesse diminuto dos poderes públicos no espaço público.

Contrariamente ao que era de esperar, também o Plano Nacional de Habitação de Cabo Verde para o horizonte 2030, PLANAH, reconhece indicadores muito graves de más condições de vida da população, mas repete antigas estratégias e sugere novamente a produção,

quase exclusiva, de moradia social nova, ignorando, quase na totalidade, o peso enorme dos bairros autoconstruídos que, além de estarem visivelmente em franco crescimento, tantas melhorias requerem para que se cumpram os direitos básicos dos seus cidadãos.
A Iniciativa Outros Bairros, além da já referida reabilitação das zonas a partir do modo de vida da população local propôs, durante a fase piloto, a deslocalização do investimento público para as zonas de rápido crescimento. Entendendo o processo como o centro da atuação provocou a intensificação da contratação pública de empreiteiros das zonas e a garantia de utilização de mão de obra local.
A atenção ao processo e a relação com os moradores, seu modo de vida, saberes e cosmovisão, determinou a inauguração de uma forma de trabalho que se baseia na inexistência de uma metodologia previamente definida, sabendo apenas de antemão, que os princípios de atuação em cada lugar não se encerram no processo e se fortalecem quanto mais constante, intensa e viva for a escuta dessa população.
O processo, portanto, reforça-se quanto mais fortes forem as relações com as instituições locais, com os poderes central e local e com todos aqueles que se disponibilizam para participar de uma ação que deve garantir lugar para todos. Durante a fase experimental que agora finda foi crucial o trabalho com instituições universitárias de ensino superior de arquitetura e engenharia pelo envolvimento dos técnicos que assessoraram os projetos de especialidades e pelo envolvimento de estagiários e recém-licenciados que, hoje em dia, se constituem como uma força conhecedora de um tema e de uma realidade de trabalho até aqui pouco falados e, normalmente, pouco desejados por futuros profissionais. A própria equipa nuclear da Iniciativa Outros Bairros absorveu alguns profissionais, capacitando-os e tornando-os protagonistas de uma aprendizagem em contexto na sua própria ilha. Ao longo desta fase também foi importante o trabalho com as entidades fornecedoras de serviços de água e luz e com a Câmara Municipal de São Vicente. Sobre a última, entidade responsável pela gestão local do território, cabe refletir que demonstrou ter um conhecimento redutor da realidade infraestrutural e social da zona. Até ao momento, tem demonstrado incapacidade, entre outras coisas, de desbloquear

processos burocráticos de legalização de lotes e casas, processos esses tão aguardados por pessoas que, em alguns casos, aguardam períodos superiores a dez anos por aquele que pode ser o único e pequeno garante de estabilidade e abandono de situações de extrema vulnerabilidade social e humana.

“Grihassim nôs ê guarda de nós praça.”

Moradora de Alto de Bomba. Testemunho em visita técvnica à obra.

Ir para o terreno apenas com uma ideia que não depende só de uma equipa técnica exige apenas certeza na escuta: Escutar os moradores, escutarmo-nos enquanto equipa técnica que chega e, a partir daí, discutir uma estratégia que propõe decisões conjuntas.
Surge aqui uma questão permanentemente colocada por todos durante o processo. Afinal, o que é e de quem é a Iniciativa Outros Bairros?
Ao contrário dos habituais programas de habitação social, a Iniciativa Outros Bairros não é um programa de produção de habitação social, mas sim uma ação de reabilitação do espaço público de áreas autoconstruídas, logo, que tem que ser entendida como uma ação coletiva de vários intervenientes, sejam eles técnicos, parceiros ou moradores.
Se, por um lado, é certo que devido à falta de infraestrutura e à debilidade física do espaço público se prevê uma obra que é financiada pelo MIOTH, por outro lado, o desenho e o processo são participativos, bem como, se tenta tornar expressiva a memória coletiva do lugar e a forma como os moradores entendem a transformação que acontece. A título de exemplo, veja-se como a restituição da praça nho Jon, o campo de basquete, os espaços de estar coletivos, calcetados e com sombra resignificam as relações em espaço público, as suas dinâmicas e o seu valor quer para a qualidade de vida da população, quer para seu sentido coletivo, a sua autoestima e seu afeto comum.
Estes processos promovem uma apropriação da Iniciativa por parte dos moradores que o MIOTH não controla - como já era esperado - nem o deve fazer.
No caso de Alto de Bomba, esse movimento que se apropriou da Iniciativa Outros Bairros constitui-se no hiphop, a partir de um grupo de jovens que se uniu num estúdio de música caseiro e que ganhou voz no disco Kubaka; no grupo de

de calceteiras Amdjer na Obra, que se uniu construindo o chão e hoje, além da entreajuda pessoal, já discute a possibilidade de calcetar outras áreas da cidade; no grupo Dsinrascá, que através do audiovisual deu voz e rosto aos ofícios locais; na associação comunitária Alto de Bomba Unid, que assume ter se formado a partir das conversas na Praça Nho Jon com a equipa técnica da Iniciativa; ou no BIP – Brigada de Intervenção Politica – que se expressa através de *artivismo* desde a colagem de cartazes com mensagens de consciencialização, ao hiphop ou à xilogravura.
O desenho rizomático da Iniciativa, que cresce como uma raiz, aprofunda-se na zona e sustenta-se no existente construído e nos desígnios dos moradores da zona. Garante a criação de pontes e eventuais redes, contrariando a habitual tendência de chamar comunidade a lugares fisicamente delimitados, de precaridade física, social e habitacional onde vivem pessoas com limitadíssimos recursos e mergulhadas na invisibilidade. Alavanca-se no entendimento do modo de vida da população local para, através da ativação dos espaços públicos, novos ou não, contribuir para a construção do espírito comunitário do lugar e para a construção do comum.

“Antes da eleição nós ê gente, depois indigente.”

Moradora de Alto de Bomba em entrevista ao Porto Canal durante o evanto Somá na Ponta.

A insistência no processo, assim como, na desconstrução da forma institucional que habitualmente é dada às iniciativas públicas contribuiu para que Iniciativa Outros Bairros aproximasse os moradores dos poderes públicos, bem como, possibilitasse a participação e a visibilidade que lhes abre caminho para se reconhecerem e os reconhecerem como cidadãos.
São estas relações sociais que naturalmente surgiram, que se espera que sejam cada vez mais e mais sólidas, que permitem construir as bases para criar novas ou para alterar as atuais políticas públicas, de forma a reforçar o sentido da reabilitação urbana de áreas autoconstruídas e, sem dúvida, desvendar possibilidades de aumento dos atuais financiamentos.
Depois de três anos de trabalho e de uma experiência que se pautou sempre por enormes dificuldades, enormes conflitos e impossibilidades várias porque se abriu a todos os

assuntos é urgente que não se abandone o caminho da reabilitação por retóricas antigas, normalmente assentes na construção de deficits habitacionais que justificam a construção de enormes conjuntos habitacionais, caros, com propostas arquitetónicas desajustadas do modo de vida local, mal localizados, que alimentam apenas o interesse do complexo imobiliário/financeiro em detrimento das estratégias pragmáticas de proximidade e de resolução dos problemas reais do dia a dia da população.

Falando de financiamento e de custos importa salientar o esforço feito pelo Governo de Cabo Verde para aqui chegar. Se, por um lado, está dado o exemplo de como cerca de duzentos mil euros, numa média de custo de construção de cerca de 30€/m2, afetaram desde o inicio das obras diretamente 171 famílias no Alto de Bomba, por outro lado, é importante referir que o caráter público da operação é determinante para a independência e autonomia do processo. E as razões são claras e fáceis de identificar.

Primeiro, sempre que financiados pelas agências de cooperação internacional dos paises os projetos têm um programa estabelecido, duram cerca de três anos e raramente se tornam numa política pública. No caso da Iniciativa Outros Bairros a base criada permite ao Governo introduzir o real interesse da população nas políticas públicas porque, através de um processo participativo, agora o conhece. Assim como, dotar-se de argumentos para eventuais negociações com possíveis financiadores sem que se sujeite à interferência de estratégias importadas de outros lugares e interesses de outros que não o Governo e o povo de Cabo Verde.

Segundo, porque, como vulgarmente acontece, pode também haver a tentação de parcerias com privados, nomeadamente como compensação de vantagens dadas a investidores da área do turismo ou da imobiliária. Neste caso os riscos de fracasso são ainda maiores. Vejamos.

Se já aludimos para a extrema dificuldade dos habitantes tratarem da legalização dos seus terrenos e casas a omissão do Estado da infraestruturação destas áreas e a sua substituição por doações de privados, numa relação pouco clara entre interesses privados e poderes públicos, abre a possibilidade de fomentar processos de *gentrificação* que, normalmente, resultam em violentas expulsões das populações dos seus territórios/lugares. Além

disso a excelente localização onde muitas vezes se encontram, como no caso do Alto de Bomba – devido à vista sobre a baia do Porto Grande - também é, frequentemente, motivo de cobiça do investimento privado. Isto, frequentemente, explica o bloqueio burocrático permanentemente criado pelo poder municipal que coloca estas zonas como territórios de reserva para futuras operações turísticas ou imobiliárias.

Por isso, é uma presença forte do Estado, sobretudo na construção e na gestão da infraestrutura, bem como, na construção de políticas públicas que entendam a urgência de olhar a urbanização informal como um processo de urbanização igual a qualquer outro que garante a proteção social dos seus moradores.

Nós, equipa técnica, mesmo sabendo dos enormes constrangimentos, suspendemo-nos o mais possível para vivermos coletivamente o processo. Para não projetarmos o nosso entendimento da vida, externo ao lugar e fundado noutra matriz socio-económica, no coletivo de moradores que constrói o seu próprio bairro e que tem o seu próprio sentido de pertença.

Mas em oposição à suspensão que dá espaço aos moradores, forçamo-nos a aprofundar um lado de investigação no campo da arquitetura e urbanismo que nos permitiu disseminar o conhecimento produzido em universidades nacionais e internacionais, em congressos e encontros científicos, bem como, colaboramos sempre que nos solicitaram com todos aqueles que, até hoje, em doutoramentos, mestrados ou licenciaturas, se interessaram pelo trabalho que desenvolvemos.

Construíram-se relações, em Cabo Verde e no estrangeiro, que não só projetaram Cabo Verde como alargam a pertença dos moradores parar lugares que até então eram praticamente desconhecidos.

Sentimos que o movimento que, como era de esperar, se apropriou de Iniciativa Outros Bairros é dos cidadãos da zona, das próximas gerações de moradores da zona e que nos cabe continuar cúmplices deste lugar coletivo de construção de sociedade e de vida. Cúmplices de um tempo que é novo e que visibiliza vidas até aqui invisiveis. Cúmplices do grito de uma moradora que em entrevista ao Porto Canal durante o evento Somá na Ponta afirmara que antes das eleições os moradores são gente, depois indigentes. Tudo isto junta a nossa inquietação à sua voz porque

nesta obra aberta que é a urbanização Outros Bairros está parado e por terminar, sem datas e sem respostas. Não terminou no Alto de Bomba e a esperança aberta a moradores que, inclusive, viram as suas vidas mais estáveis e organizadas desde que a Iniciativa começou está à beira de desaparecer. Por isso, paira novamente o abismo do desemprego, da falta de acesso à infraestrutura e mesmo da perda da autoestima conquistada. As obras ainda não chegaram a Fernando de Pó, nem a Covada de Bruxa. Não se tornou no tão anunciado programa de Estado, independentemente de qual o Governo.

É urgente que os técnicos da Iniciativa Outros Bairros, os novos arquitetos cabo-verdianos, os cidadãos e, sobretudo, aqueles que moram nas áreas afetadas pela Iniciativa Outros Bairros vejam o seu empenho nesta causa conjunta reconhecido pelas atuais lideranças políticas do país. Que o já reconhecido esforço do governo se fortaleça nos resultados alcançados no Alto de Bomba e não se desperdice politicamente a oportunidade criada. Que se desbloqueie o financiamento da Iniciativa Outros Bairros porque a ela todos têm direito. É urgente, mesmo na conjuntura atual, que não se desperdice esta oportunidade e se perscrutem os objetivos iniciais para – noutras zonas, cidades ou ilhas - se abrir a possibilidade de um tempo transformador e de melhores condições de vida para todos/as.



SEGUNDA PARTE

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A reflexão feita durante a experiência piloto realizada nos últimos três anos na Iniciativa Outros Bairros, bem como, as recomendações vindas dos participantes de Somá na Ponta – moradores, oradores, facilitadores e demais participantes – permite-nos, agora, sistematizar, até onde é possível, princípios orientadores das futuras ações que, como já foi dito, seguem uma linha metodologia que se constrói dia a dia e que não se pré-estabelece. No futuro, sabendo que se pretende que a Iniciativa Outros Bairros não seja apenas a realização de obras nas zonas, serão os protagonistas em cada lugar que terão, em conjunto, que descobrir pontos em comum que fortalecerão a própria Iniciativa Outros Bairros na descoberta da diversidade, do contexto, da vitalidade e da atratividade de cada lugar, entendendo espaço público/ edificado e as pessoas que os constitui.

Conceito

Os territórios autoconstruídos das cidades de Cabo Verde devem ser entendidos como lugares onde está em curso um processo de urbanização que não foi planeado com características próprias associadas ao modo de vida da população, pelo que, não é possível iniciar uma estratégia de reabilitação do espaço público sem considerar o existente.
Assim, não devem ser entendidos como lugares onde um conjunto de atividades e muitas pessoas, como quase sempre acontece, não seguem a lei ou as regulamentações formais de planeamento porque estão excluídos e apenas procuram o legitimo direito ao território, à habitação, à democracia e à vida, não sendo, desde logo, justo serem adjetivados de ilegais ou clandestinos.
Atendendo que em Cabo Verde, na maior parte das cidades, as zonas autoconstruídas aparecem fora da cidade planeada e de forma espontânea consideram-se essenciais duas proposições:

a expansão urbana é impulsionada pelas zonas autoconstruídas nas grandes cidades do pais, nomeadamente Praia e Mindelo, como acontece nas cidades do sul global;

atividades informais urbanas podem, de facto, ocorrer mas também ocorrem na cidade ”formal”, portanto, não podem

ser consideradas zonas opostas. Devem, por isso, considerar-se os vários modos de urbanização, sem que haja uma separação entre formal e informal.

Estas razões são a base para a consolidação do processo de trabalho da Iniciativa Outros Bairros que se baseia na reabilitação urbana dos lugares a partir do modo de vida da população local. Além de questões técnicas centradas nas obras necessárias para suprir as carências urbanísticas do espaço público dos lugares impulsiona-se, igualmente, o aparecimento de um sujeito político coletivo que, através da interceção da sua matriz técnica e política, consolida o papel social da Iniciativa.
As questões técnicas devem incidir na supressão das carências físicas do espaço público e da infraestrutura dos lugares, enquanto as políticas devem potenciar a construção comunitária, estimulando qualquer tipo de relações sociais num processo rizomático e participativo potenciador de vida coletiva.
Importa, por fim, salientar que os princípios orientadores agora apresentados se estruturam a partir da vivência construída pela experiência piloto realizada na Iniciativa Outros Bairros, entre 2019 e 2021, nomeadamente os estudos realizados para as zonas de Fernando Pó e Covada de Bruxa e os estudos / obras na zona de Alto de Bomba.

Estrutura Orgânica
Sabendo que a Iniciativa Outros Bairros passou por uma fase experimental que, entendendo os contextos, as características das zonas e das equipas disponíveis pode agora ser escalada para novos lugares, articulando com a tutela dos serviços centrais do MIOTH - Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação na cidade da Praia.
Assim, propõe-se a instalação de gabinetes técnicos nas diferentes cidades constituídos por equipas multidisciplinares que devem propor, num período mínimo de 3 anos, um plano de ação constituído por: estratégia de atuação, equipa técnica e orçamento global.
Ao MIOTH, caberá constituir uma equipa técnica - coordenação geral da Iniciativa Outros Bairros - constituída por representantes do MIOTH, dos municípios e especialistas externos que devem avaliar a estratégia proposta pelas equipas técnicas e a execução geral da Iniciativa.

As equipas técnicas devem, além da estratégia trianual, apresentar um plano anual de ação, de caracter indicativo e adaptável, dado que é um objetivo manter o carater rizomático e participativo da Iniciativa Outros Bairros, pelo que, manter-se flexível e adaptativa.

Financiamento

Pelo facto de se tratar de território, ocupado e quase sempre de titularidade pública (central e municipal), o financiamento da Iniciativa Outros Bairros deve ser totalmente público – do orçamento de estado ou por acordos institucionais com parceiros internacionais - tanto no que concerne ao financiamento de obras como ao funcionamento dos gabinetes técnicos.
Cabe, por isso, ao Estado o financiamento para que se garanta a sua função social primordial – contribuir para o bem comum – e se entenda a transformação do território como elemento de potência na vida coletiva.
Paralelamente, o financiamento público pode ser complementado por parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, desde que não seja posta em causa a autonomia da equipa técnica na execução da estratégia geral apresentada.
Paralelamente, enquadrado na visão conceptual da Iniciativa Outros Bairros o orçamento deve conter parte participativa, pelo que se indica aproximadamente 5% da verba ficará disponível a projetos discutidos, propostos e aprovados coletivamente por moradores e equipas técnicas.

Gabinetes técnicos

Os gabinetes técnicos devem ter acesso à informação cartográfica e gráfica disponível nas câmaras municipais, bem como, integrar até 30% de técnicos municipais, sempre que possível.
Paralelamente, com o fim de disseminar o conhecimento produzido, atendendo que o processo da Iniciativa Outros Bairros acontece num processo de investigação / ação, deve estimular-se que 20% dos membros da equipa técnica sejam estagiários recrutados nos cursos universitários disponíveis no sistema de ensino do país ou da diáspora.
Aos gabinetes técnicos, de acordo com a estratégia apresentada, deve ser garantida a autonomia técnica, financeira, política e de comunicação de forma evitar a sua instrumentalização.

Aos gabinetes técnicos, de acordo com a estratégia apresentada, deve ser garantida a autonomia técnica, financeira, política e de comunicação de forma evitar a sua instrumentalização.
Importa ainda, ressaltar que é determinante o papel dos gabinetes técnicos na relação com os moradores e na construções de processos democráticos que estimulem a construção de comunidade, sobretudo, no que concerne à identificação de lideres e lideranças comunitárias; construção de oportunidades para pensar / promover novos projetos; construção de novas oportunidades para a geração de emprego e distribuição equitativa de renda de forma a que mais rapidamente se consigam os plenos direitos dos cidadãos e refaçam com mais eficiência as relações dos cidadãos com as diferentes esferas do Estado.

Processo

O processo de trabalho dos gabinetes técnicos deve sustentar-se numa relação de condicionamento mútuo entre a obra (melhorias físicas necessárias) e a cultura disponível, considerando as características socio-culturais encontradas em cada lugar.

Nesse sentido o trabalho deve ser organizado nas seguintes fases:

_Estratégia

Os gabinetes técnicos devem apresentar à coordenação geral da Iniciativa Outros Bairros a estratégia trianual composta por: quadros base (técnicos e administrativos); e estudos previstos.

_Estudos

Caracterização (fase 1)

Deve garantir uma caracterização, física e social, dos lugares.
Estimular, desde o começo, a recolha de dados, promoção de encontros e reuniões que permitam analisar:

Inserção urbana / localização:
numa primeira escala, mais ampla, será preciso definir onde a área está inserida, analisando a envolvente;

Localização:
descrição e mapas com localização na cidade, bairros vizinhos;
Situação geográfica e topográfica do perímetro estudado: área de encosta, bacias hidrológicas, tipo de solo; delimitação da área de intervenção, entendendo os limites definidos pela população local;

Ocupação:
análise dos planos municipais existentes, programas municipais ou central existentes, características físicas e sociais; análise histórica da ocupação; organização comunitária e sua relação com entidades externas; caracterização da organização cultural;

Infraestrutura Urbana:
análise do abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais, fornecimento de energia elétrica (publica e domiciliar), resíduos sólidos, acessibilidade e mobilidade, contenção de encostas.

Situação fundiária:
avaliação da situação fundiária dos terrenos existentes ocupados ou não.

Lugares públicos:
avaliação de lugares públicos de encontro (largos, praças, becos) ou, caso existam ou haja potencial, identificação de equipamentos públicos coletivos, sendo que estes espaços devem, essencialmente, fomentar a sociabilidade das zonas.

Cenário / Intervenção
O Cenário/Intervenção são as linhas de atuação/intervenção possíveis de ser realizadas, construídas pela equipa técnica a partir de reuniões e experiências de partilha de informação com os moradores. Tem como objetivo absorver a informação disponível na Caracterização e sugerir possibilidades de atuação para os items analisados nessa fase, bem como, contêm os elementos gráficos e escritos necessários para a sua execução.
Deve propor padrões urbanísticos e arquitetónicos adaptáveis e realizáveis em contexto, sendo que a especificidade de cada contexto deve abrir espaço a inovação nas soluções técnicas propostas.
O cenário, é apenas a explicação de linhas gerais de atuação, podendo ter um caracter adaptativo e moldavel aos desígnios coletivos construídos em cima da reflexão conjunta entre equipa técnica e moradores.

Projeto
Assim desenhado o cenário e as suas possíveis variantes a equipa técnica deve construir um caderno técnico, alterável e atualizável sempre que necessário, com os seguintes items:

Projetos de arquitetura

Estruturante:
constituído por projetos estruturantes ou pontuais. Os projetos estruturantes devem conter informação relativa a mobilidade de toda a área, espaços verdes, espaços públicos coletivos e infraestruturas (abastecimento de água, iluminação pública, saneamento, drenagem pluvial, resíduos sólidos)

Pontuais:
são projetos de reabilitação urbana de pequenas áreas que recebem a infraestrutura geral e fazem a conexão até à malha urbana existente.

Projetos de especialidades

A equipa técnica, em função do cenário / intervenção desenhado deve propor uma equipa de engenheiros capaz de responder às especialidades necessárias.

Obras
Construído o cenário/intervenção e realizados os projetos admitem-se estar conseguidas as bases para a realização de obras que, sabendo da necessidade de envolver os moradores, gerar uma economia interna, emprego e o sentido de pertença comunitária devem, sempre que possível, ser executadas e fiscalizadas pelo gabinete técnico através de contratação direta.
Paralelamente, deve aproveitar-se a obra para a qualificação dos trabalhadores, bem como, estimular processos – educativos ou artísticos – que fomentem o desenvolvimento pessoal e coletivos dos intervenientes.
No caso de não ser possível trabalhar em contratação direta, deve promover-se a contratação através de concursos restritos com empreiteiros locais e possível moradores da zona.
Relativamente às obras que exigem soluções de elevada exigência técnica no que concerne a especialidades que, legalmente, exijam alvará, os concursos devem ser enquadrados na contratação pública geral.
Cabe aos gabinetes técnicos, autónomos e independentes, estabelecer o tipo de contratação.

Ativação do espaço público
Pode começar a partir da finalização da caracterização e, no futuro, articulado com as lideranças e desígnios locais, de forma a fortalecer a construção coletiva que caracteriza a ação despoletada na fase experimental da Iniciativa

Outros Bairros, no caso, no Alto de Bomba.
Nesta fase devem considerar-se todos as formas possíveis de viver, ocupar e sociabilizar no espaço público, entendendo-o como um lugar agonístico, de disputa e de troca/articulação de formas de pensar.
Paralelamente, é nesta fase que se devem considerar, sugerir e discutir todos os projetos possíveis de desenho/construção de espaços ou edifícios públicos coletivos de proximidade.
Nesta fase devem ser discutidos todos os aspetos de organização social, associativismo, cooperativismo, educação, institucionalização, relação com poderes públicos, arte, cultura, desporto, ambiente, entre outros.



ANEXOS

IMPACTO

No sentido de completar os princípios orientadores propostos para alinhar a ação futura da Iniciativa Outros Bairros, partindo do trabalho realizado na fase piloto, apresentamos elementos que enquadram a ação.
Assim, serão correlacionados os seguintes dados:

Económico-financeiro:
serão considerados os valores totais utilizados e sua relação com as áreas afetadas; valores m2 em cada obra; custos operacionais do gabinete técnico durante o período 2019 - 2021; custos relacionados com os projetos de ativação de espaço público, impacto geral

Recursos Humanos:
será apresentado o número de trabalhadores afetos a cada obra, bem como o número de trabalhadoress afetos ao funcionamento do gabinete técnico no período 2019 - 2021

Urbanistico:
será apresentado o impacto da obra realizada ao nível de: calcetamentos, muros de suporte, drenagens pluviais e saneamento.

Habitacional
será apresentado o impacto de obras realizadas nas habitaçoes, considerando a relação direta com o espaço público, bem como, intervenções pontuais no interior de habitações.

Investigação e Desenvolvimento
serão apresentados todos os números relativos à investigação realizadas na Iniciativa Outros Bairros, bem como, à realizada sobre a Iniciativa Outros Bairros e prémios

ECONÓMICO - FINANCEIRO

Obras
projecto pontual P01
área: 2000m2
custo de obra: 45000€
valor m2: 22,5€
fase: concluído
ano de projecto: 2019
ano de construção: 2020
habitações afetadas: 42

projecto pontual P02
área: 2745m2
custo de obra:105480€
valor m2: 38,5€
fase: concluído
ano de projecto: 2019
ano de construção: 2020 / 2021
habitações afetadas: 40

projecto pontual P03
área: 2735 m2
custo de obra: 73400€
valor m2: 26,8€
fase: concluído
ano de projecto: 2019
ano de construção: 2021
habitações afetadas: 89

Gabinete técnico
Ano 2019
ações: projectos estruturantes Alto de Bomba, Covada de Bruxa e Fernando Pó; Pontual 01, 02 e 03
orçamento: 35600€
funcionários:
arquitetos - 3
estagiários - 10
fotógrafos - 2

Ano 2020
o ações: obra P01 e P02
orçamento: 33600€
funcionários:
arquitetos - 3
estagiários - 3
fotógrafos - 1
consultores - 3 (agroecologia, sociologia, engenharia, ed. artísitica)

Ano 2021:
ações: obra P03
orçamento: 40700€
funcionários:
arquitetos - 4
fotógrafos - 1

Ativação de espaço público
Ano 2019
Não incluído. O ano centrou-se no levantamento e análise para construir os documentos estratégicos de Alto de Bomba, Covada de Bruxa e Fernando Pó; estudos; projetos; organização e lançamento de concursos públicos.

Ano 2020
Praça Nho Jon - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros / 100€

Hortas Urbanas - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros / 900€

Desinraská - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros/ 600€

Kubaka - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros / 2250€

Amdjer na Obra - financiado por Fundo de Pequenos Projetos da Embaixada de Portugal / 2500€

Ano 2021

Jornal Notícis d` Olt - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros / 1760€

Somá na Ponta - financiado pelo orçamento da Iniciativa Outros Bairros / 9200€

Pedra Calcetod, êh txon Calçod - financiado por Fundo de Pequenos Projetos da Embaixada de Portugal / 4000€

Números Gerais

Total de Moradores direteamente afetados - 688
Total Obras - 223880€
Total de Habitações afetadas - 171
Média por Habitação - 1300€
Total por habitante afetado - 325€

* o valor total conta com 31000€ de um contrato complementar devido às chuvas de 2020, o que acresce o valor global por obras realizadas em áreas fora do perímetro do projecto P02

RECURSOS HUMANOS

projecto pontual 01
escritório: 2 arquitetos
obra: 25 trabalhadores / 20 moradoores de Alto de Bomba

projecto pontual 02
escritório: 3 arquitetos + 1 estagiário
obra: 20 trabalhadores / 15 moradoores de Alto de Bomba

projecto pontual 03
escritório: 3 arquitetos + 1 estagiário
obra: 20 trabalhadores /15 moradoores de Alto de Bomba

URBANÍSTICO
pavimentos: 3890
muros: 1650 m3
rede de esgoto: 130 ml
rede de drenagem: 546 ml

HABITACIONAIS
habitações novas: 1
cozinhas habitaçoes existentes: 2
ligações novas de esgoto: 20
sanitários habitações existentes: 1
habitações afetadas pelas obras no espaço público: 171

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Sobre a Iniciativa Outros Bairros
pós doutoramentos - 1 (em curso)
doutoramentos - 1 (em curso)
mestrados - 1 (concluído)

Da Iniciativa Outros Bairros
Congresso Mundial dos arquitetos Rio 2021 - 1 artigo, 2 posters

VI Encontro Internacional de Educação Artística - 1 artigo

PRÉMIOS

Prémio Obra do Ano 2022
Portal Archdaily Brasil

Prémio 2022 Aga Khan Award for Architecture
Incluido na lista dos 20 finalistas, cujo resultado se saberá no outono de 2022



Pontual 01



Pontual 01



Pontual 01



Pontual 01



Pontual 01



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02



Pontual 02